

Deutsche Bank



Demonstrações  
Financeiras Anuais  
do Deutsche Bank  
AG de 2022

1-	
Relatório de Gestão	
2	<b>Relatório da gestão</b> combinado
2-	
Demonstrações financeiras anuais	
3	<b>Balanço a 31 de dezembro de 2022</b>
5	<b>Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022</b>
5	Notas ao balanço e à demonstração de resultados
3-	
Confirmações	
60	<b>Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração</b>
61	<b>Relatório do auditor</b> independente

## Relatório da gestão combinado

Em linha com as disposições do artigo 315.º, parágrafo 5.º do HGB (Código Comercial Alemão, "Handelsgesetzbuch") e do artigo 298.º, parágrafo 2.º do HGB, o relatório de gestão do Deutsche Bank AG foi combinado com o relatório de gestão do Grupo Deutsche Bank. O relatório de gestão combinado é publicado no Relatório Anual de 2022 do Grupo Deutsche Bank. É apresentado ao Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) e posteriormente publicado por esta entidade.

O Relatório Anual também está disponível em [www.db.com/ir/en/annual-reports.htm](http://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm).

## Balanço a 31 de dezembro de 2022

Ativos em milhões de euros			31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Reserva em numerário</b>				
a) Numerário em caixa			1.793	1.628
b) Saldos em bancos centrais dos quais: no Deutsche Bundesbank	4.969		67.159	151.543
				88.738
			<b>68.952</b>	<b>153.171</b>
<b>Instrumentos de dívida de entidades do setor público e letras elegíveis para refinanciamento em bancos centrais</b>				
a) Títulos do Tesouro, obrigações do Tesouro e instrumentos de dívida semelhantes de entidades do setor público dos quais: elegíveis para refinanciamento no Deutsche Bundesbank	340		636	648
b) Letras			17	21
			<b>653</b>	<b>669</b>
<b>Valores a receber de bancos</b>				
a) Empréstimos hipotecários			61	0
b) Empréstimos ou garantias de entidades do setor público			59	124
c) outros valores a receber			172.761	79.230
				79.354
dos quais: reembolsáveis à vista	108.372			20.057
valores a receber garantidos por títulos	6.479			6.419
<b>Valores a receber de clientes</b>				
a) Empréstimos hipotecários			97.740	94.726
b) Empréstimos ou garantias de entidades do setor público			4.545	6.193
c) outros valores a receber			351.477	334.247
				435.166
dos quais: valores a receber garantidos por títulos	13.984			10.438
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>				
a) Instrumentos do mercado monetário				
aa) de emitentes do setor público		174		280
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0			0
ab) de outros emitentes		0		469
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0			0
			174	750
b) Obrigações				
ba) de emitentes do setor público		37.626		26.977
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	9.613			4.351
bb) de outros emitentes		32.674		32.355
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	23.908			24.690
			70.300	59.333
c) Instrumentos de dívida própria			0	0
valor nominal	0			0
				60.083
			<b>70.474</b>	<b>60.083</b>
<b>Ações de capital e outros títulos de rendimento variável</b>			<b>438</b>	<b>396</b>
<b>Ativos detidos para negociação</b>			<b>234.670</b>	<b>246.705</b>
<b>Participações financeiras</b>			<b>153</b>	<b>176</b>
dos quais: em bancos	11			11
em instituições de serviços financeiros	46			43
<b>Investimentos em empresas afiliadas</b>			<b>30.774</b>	<b>26.343</b>
dos quais: em bancos	5.510			5.438
em instituições de serviços financeiros	219			204
<b>Ativos detidos em fideicomisso</b>			<b>2.804</b>	<b>2.161</b>
dos quais: Empréstimos concedidos a título fiduciário	387			444
<b>Ativos intangíveis</b>				
a) Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio			2.884	2.641
b) Ativos intangíveis adquiridos			331	435
c) Goodwill			14	17
d) Adiantamentos para ativos intangíveis			0	0
				3.092
<b>Ativos tangíveis</b>			<b>1.402</b>	<b>1.208</b>
<b>Ativos diversos</b>			<b>5.844</b>	<b>6.862</b>
<b>Gastos pagos antecipadamente</b>				
a) da emissão e atividade de crédito			12	2
b) outros			924	862
				864
<b>Ativos por impostos diferidos</b>			<b>5.366</b>	<b>3.304</b>
<b>Ativos do plano sobrefinanciados</b>			<b>5</b>	<b>553</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>1.052.343</b>	<b>1.020.109</b>

			31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Passivo e capital próprio dos acionistas em milhões de euros</b>				
<b>Dívidas a bancos</b>				
a)	obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) registadas emitidas		125	88
b)	Obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) do Setor público registadas emitidas		0	0
c)	outros passivos		148.430	151.514
	dos quais: reembolsáveis à vista	63.499		151.602
	obrigações cobertas registadas de acordo com a lei de transição DSLB	274	148.555	57.923
				380
<b>Responsabilidades para com clientes</b>				
a)	obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) registadas emitidas		2.131	2.271
b)	Obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) do Setor público registadas emitidas		93	93
c)	depósitos de poupança			
	ca) com período de aviso prévio acordado de três meses	56.816		59.352
	cb) com período de aviso prévio acordado superior a três meses	2.818		3.009
			59.634	62.361
d)	outros passivos		463.446	428.476
	dos quais: reembolsáveis à vista	345.035		493.201
	obrigações cobertas registadas de acordo com a lei de transição DSLB	2.210	525.304	333.746
				2.909
<b>Passivo na forma de certificados</b>				
a)	emissão de obrigações			
	aa) Obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	8.809		5.737
	ab) Obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) do Setor Público	0		0
	ac) outras obrigações	75.035		71.431
			83.843	77.168
b)	outros passivos na forma de certificados		3.246	2.512
	dos quais: Instrumentos do mercado monetário	2.726		79.681
	aceitações próprias e notas promissórias em circulação	40	87.090	1.841
				105
<b>Passivos detidos para negociação</b>				
<b>Passivos detidos em fideicomisso</b>				
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário				
387				
<b>Passivo diverso</b>				
37.337				
<b>Rendimento diferido</b>				
a)	da emissão e atividade de crédito		497	250
b)	outros		533	725
			1.030	976
<b>Provisões</b>				
a)	Provisões para pensões e obrigações semelhantes		2.241	50
b)	Provisões para impostos		458	577
c)	outras provisões		4.759	5.345
			7.457	5.972
<b>Passivos subordinados</b>				
12.761				
<b>Capital de direitos de participação</b>				
30				
dos quais: a pagar no prazo de 2 anos				
10				
<b>Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional</b>				
9.013				
<b>Fundo para riscos bancários gerais</b>				
do qual: reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB				
1.476				
<b>Capital e reservas</b>				
a)	capital subscrito	5.291		5.291
	menos valor nominal nominal de ações próprias	74		2
			5.217	5.289
	capital condicional 0 milhões de euros. (31 dez 2021: 563 milhões de euros)			
b)	Reserva de capital		20.938	20.938
c)	Reservas de receitas			
	ca) reserva legal	13		13
	cd) outras reservas de receitas	9.887		7.704
			9.900	7.717
d)	Lucros (prejuízos) distribuíveis		3.569	969
			39.625	34.913
<b>Total do passivo e capital próprio dos acionistas</b>				
<b>1.052.343</b>				
<b>1.020.109</b>				
<b>Passivos contingentes</b>				
a)	passivos contingentes de letras redescontadas		0	0
b)	Passivo de garantias e acordos de indemnização		62.785	56.181
c)	Passivo decorrente da provisão de garantia para passivo de terceiros		0	0
			62.785	56.181
<b>Outras obrigações</b>				
b)	colocação e subscrição de obrigações		0	1
c)	compromissos de crédito irrevogáveis		158.116	131.613
			158.116	131.613

## Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022

em milhões de euros			2022	2021
<b>Rendimento de juros de</b>				
a) Empresas de crédito e do mercado monetário	22.141			11.447
do qual: rendimento de juros negativo de empresas de crédito e do mercado monetário	471			716
b) Títulos de rendimento fixo e crédito inscrito na dívida pública	1.770			1.512
		23.911		12.959
<b>Gastos de juros</b>		15.550		5.369
do qual: gastos de juros negativos		1.123		1.066
			8.361	7.590
<b>Rendimento corrente de</b>				
a) Ações de capital e outros títulos de rendimento variável		246		338
b) Participações financeiras		16		9
c) Investimentos em empresas afiliadas		1.147		742
			1.409	1.089
<b>Rendimento de contratos de comunidade de resultados, transferência de lucros e transferência de lucros parcial</b>			431	354
<b>Rendimento de comissões</b>		8.767		9.052
<b>Gastos com comissões</b>		2.672		2.240
			6.095	6.811
<b>Resultado de negociação líquido</b>			2.898	1.266
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340. <sup>o</sup> -E, n.º 4 do HGB		0		0
<b>Outro rendimento operacional</b>			7.176	1.532
<b>Gastos administrativos</b>				
a) Gastos com pessoal				
aa) Salários e vencimentos	4.687			4.758
ab) Contribuições para a segurança social obrigatórias e despesas com pensões e outros benefícios dos colaboradores	2.032			1.246
		6.720		6.005
das quais: para pensões no valor de 1.310 milhões de euros (2021: 570 milhões)				
b) Outros gastos administrativos		8.640		9.181
			15.359	15.185
<b>Depreciação, amortização, depreciações e ajustes de valor de ativos tangíveis e intangíveis</b>			1.241	1.455
<b>Outros gastos operacionais</b>			8.484	2.092
Depreciações e ajustes de valor de reclamações e determinados títulos, bem como acréscimos de provisões para perdas de crédito			1.596	4
Depreciações e ajustes de valor de participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas e títulos tratados como ativos fixos			0	298
Rendimento de reintegrações e resultados de alienação em participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas e títulos tratados como ativos fixos			4.189	0
<b>Gastos derivados da assunção de perdas</b>			281	145
<b>Libertações de/acréscimos (-) ao fundo para riscos bancários gerais</b>			0	2.200
<b>Resultado de atividades ordinárias</b>			3.599	1.663
Receitas extraordinárias		114		36
Despesas extraordinárias		19		181
<b>Resultado extraordinário</b>			95	(145)
<b>Impostos sobre o rendimento</b>		(1.895)		(485)
dos quais: benefício com impostos diferidos de 2.040 milhões de euros (2021: benefício com impostos diferidos de 643 milhões de euros)				
Outros impostos, exceto se relatados em "Outros gastos operacionais"		83		85
			(1.813)	(400)
<b>Resultado líquido</b>			5.506	1.919
<b>Lucros transitados do ano anterior</b>			562	0
			6.069	1.919
<b>Retirada de reservas de capital</b>			0	0
<b>Alocações a reservas de receitas</b>				
– a outras reservas de receitas		2.500		950
			2.500	950
<b>Lucros distribuíveis</b>			3.569	969

## Informações gerais

A denominação jurídica do Deutsche Bank AG é Deutsche Bank Aktiengesellschaft e este foi constituído em Frankfurt am Main. Além disso, está matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Tribunal Distrital de Frankfurt am Main com o número de inscrição HRB 30000.

As demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank AG para o exercício de 2022 foram preparadas de acordo com o Código Comercial alemão ("HGB") e a Portaria relativa às contas de bancos e instituições prestadoras de serviços financeiros ("RechKredV"). As disposições do direito das sociedades foram cumpridas. Por motivos de clareza, os números são relatados em milhões de euros (€). Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados pelo banco e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

## Base de apresentação

Políticas contabilísticas para:

### Líquidos

Os valores a receber detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Os valores a receber de bancos e clientes que não preenchem os requisitos de ativos detidos para negociação são, geralmente, relatados ao respetivo valor nominal ou ao custo de aquisição menos as imparidades necessárias. Caso, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminua e a diminuição da imparidade possa estar relacionada de modo objetivo com um evento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a imparidade anteriormente reconhecida é invertida através da demonstração dos resultados.

### Provisionamento de risco

A provisão para perdas de crédito inclui imparidades e provisões para todos os riscos de crédito e de país identificáveis e para os riscos de incumprimento inerentes, bem como a provisão para riscos bancários gerais. As provisões para riscos de crédito são refletidas de acordo com o princípio de prudência no montante das perdas esperadas.

O risco de transferência para empréstimos a mutuários em estados estrangeiros (risco de país) é avaliado através de um sistema de classificação que tem em conta a situação económica, política e regional. No reconhecimento de provisões para exposições transfronteiriças para determinados estados estrangeiros é aplicado o princípio da prudência.

As provisões para o risco de crédito inerente são refletidas sob a forma de ajustes gerais de valor, de acordo com os princípios do direito comercial. Os riscos bancários gerais são igualmente fornecidos de acordo com o artigo 340.º-F do HGB. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-F, n.º 3 do HGB foi utilizada.

O cálculo de perdas esperadas é baseado nos parâmetros de probabilidade de incumprimento (PD), perdas em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD). Para o último parâmetro, todos os contratos de risco relevantes são incluídos. O cálculo da LGD tem em conta a evolução dos valores das garantias que se encontram agrupadas por regiões, nomeadamente no que se refere aos imóveis. O risco de crédito para exposições extrapatrimoniais como garantias e compromissos de empréstimo é apresentado como provisões. A projeção do risco de crédito é complementada por fatores macroeconómicos (por exemplo, taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego na Europa e nos EUA) para melhor refletir o risco da carteira.

O banco reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não foi aumentado para acionar uma imparidade.

O banco reconhece uma provisão adicional para perdas de crédito para refletir as perdas de crédito esperadas na duração para Ativos Financeiros que se considere terem sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Utilizando a metodologia da IFRS 9, esta abordagem exige o cálculo das perdas de crédito esperadas com base na

PD na duração, nas LGD na duração e na EAD na duração, que representa a probabilidade de incumprimento durante o período de vida restante do Ativo Financeiro.

Para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito, o banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de Incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo.

Numa base contínua e como parte do quadro geral de controlo e governação do Grupo, o Grupo avalia em cada período de relatório se são necessárias quaisquer sobreposições ao seu modelo IFRS 9. Este quadro de monitorização do modelo considera se existem riscos não capturados no modelo, como uma mudança súbita no ambiente macroeconómico, e identifica quaisquer limitações do modelo ou melhorias de rotina do modelo que ainda não tenham sido totalmente refletidas. De um modo geral, o quadro de monitorização do modelo garante que o Grupo comunica a melhor estimativa da direção relativamente às suas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório.

## Títulos

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, bem como as ações de capital e outros títulos de rendimento variável detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Determinadas carteiras de obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos para um futuro próximo são classificados como ativos não correntes e contabilizados através da regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que os respetivos títulos são escriturados ao custo de aquisição menos a imparidade temporária.

Caso as obrigações e outros títulos de rendimento fixo não sejam detidos para o futuro próximo nem integrem a carteira de negociação, estes são classificados como ativos correntes e são contabilizados através da regra rigorosa do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que são escriturados ao menor do custo de aquisição ou valor de mercado respetivamente atribuível.

O mesmo é aplicável às ações de capital e outros títulos de rendimento variável que, no de caso não integrarem a carteira de negociação, são geralmente contabilizados como ativos correntes.

Os títulos são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

## Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nesses casos, a componente de derivado é designada por derivado embutido, enquanto a componente não de derivado representa o contrato de acolhimento. Sempre que as características económicas e os riscos dos derivados incorporados não estejam estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento e o próprio contrato híbrido não seja escriturado como uma atividade de negociação ao justo valor através de resultados, o derivado incorporado é separado de acordo com os princípios gerais de contabilidade de derivados. O contrato de acolhimento é contabilizado ao custo amortizado ou ao montante de liquidação.

## Derivados de crédito

Os derivados de crédito detidos ou incorridos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Outros derivados de crédito detidos que preencham os requisitos de garantia para o risco de crédito incorrido não são contabilizados separadamente, porém, são tidos em conta no provisionamento de risco para a transação subjacente.

## Atividades de negociação

Os instrumentos financeiros (incluindo valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados) e os metais preciosos detidos ou incorridos para negociação são reconhecidos ao justo valor menos o ajuste ao risco. Além do limite de facto do ajuste ao valor em risco relativo à distribuição de lucros para negociação líquida, os resultados existem porque, em cada exercício, uma determinada parte dos proveitos líquidos de negociação tem de ser atribuída a uma reserva especial associada à negociação que integra o fundo para o risco bancário geral.

O justo valor define-se como o montante ao qual um instrumento financeiro poderia ser comercializado numa transação atual entre partes informadas, não relacionadas e que atuem de livre vontade, e não numa venda forçada ou liquidação. Se



disponível, o justo valor baseia-se em parâmetros ou preços de mercado observáveis ou deriva de tais parâmetros ou preços. A disponibilidade dos dados observáveis varia de acordo com o produto e o mercado e poderá sofrer alterações ao longo do tempo. Sempre que os preços ou os dados observáveis não estejam disponíveis, são aplicadas as técnicas de avaliação adequadas ao instrumento específico.

Se o justo valor for estimado através de uma técnica de avaliação ou for derivado de parâmetros ou preços observáveis, poderá ser necessário um juízo de valor significativo. Tais estimativas são intrinsecamente incertas e suscetíveis a alterações. Por conseguinte, os resultados reais e a posição financeira poderão diferir dessas estimativas.

A avaliação justa dos instrumentos financeiros inclui ajustamentos da avaliação para custos de encerramento, risco de liquidez e risco de contraparte, bem como considerações de financiamento para derivados de negociação sem garantia.

A fim de refletir qualquer risco de realização remanescente para resultados não realizados, o resultado da medição do justo valor é reduzido através de um ajuste ao risco que é deduzido dos ativos detidos para negociação. O ajuste ao risco baseia-se no valor em risco calculado através de um período de carência de dez dias e um nível de confiança de 99%.

A reserva especial associada à negociação é prevista ao ter em conta, no mínimo, 10% dos proveitos líquidos de negociação (após o ajuste ao risco) e não deve ser superior ao montante total dos proveitos líquidos de negociação do respetivo exercício. Tem de ser previsto até que a reserva especial associada à negociação corresponda a 50% da média de cinco anos dos proveitos líquidos de negociação após o ajuste ao risco.

A reserva poderá ser consumida apenas para libertar um montante superior ao limite de 50% ou para cobrir perdas líquidas de negociação.

Os instrumentos financeiros e os metais preciosos detidos para negociação são apresentados separadamente como "Ativos detidos para negociação" ou "Passivos detidos para negociação" no rosto do balanço. Os contratos a prazo para a compra e venda de matérias-primas não preenchem, basicamente, os requisitos de instrumentos financeiros e, por conseguinte, não podem ser atribuídos aos ativos detidos para negociação.

Quaisquer alterações ao justo valor após o ajuste ao risco de instrumentos de negociação são reconhecidas como "Resultado de negociação líquido". O rendimento de juros e o custo de juros são apresentados nos resultados de juros.

Sob determinadas condições, os derivados de negociação são compensados como garantia em numerário constituída pelas contrapartes. Numa base de contraparte individual, tais derivados preenchem os requisitos de compensação que foram contratados ao abrigo de um contrato-tipo com um anexo de apoio ao crédito ("CSA") e um câmbio diário de garantia em numerário. Para cada contraparte, o montante compensado inclui os valores de mercado positivos e negativos dos derivados, bem como as garantias pagas ou recebidas.

## Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

Nos casos em que, para efeitos contabilísticos, os ativos, os passivos, as transações pendentes ou as transações de previsão altamente provável (elementos cobertos) e os instrumentos financeiros (instrumentos de cobertura) sejam designados numa unidade de avaliação para atingir uma compensação para alterações ao justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, as regras de medição gerais não são aplicáveis. As unidades de avaliação são reconhecidas geralmente sob a forma de microcoberturas. A análise estatística, a análise de regressão e o método de correspondência de fatores críticos são aplicados para avaliar a eficácia prospetiva. O banco utiliza, geralmente, o método de congelamento, o que significa que as alterações do valor de compensação relacionadas com o risco coberto não são registadas. Consequentemente, as alterações do justo valor negativo relacionadas com o mesmo tipo de risco não são reconhecidas durante o período da cobertura, exceto se uma perda líquida, ou seja, uma ineficácia negativa ocorrer, a qual seja reconhecida como uma provisão para perdas iminentes.

O rendimento de juros e o custo de juros ao abrigo do instrumento de cobertura (por exemplo, um swap de taxa de juro) são geralmente apresentados líquidos do rendimento/custo de juros do elemento coberto na declaração de rendimentos. Isto resulta numa apresentação do rendimento/custo tendo em conta o resultado coberto da unidade de avaliação na sua totalidade.

Para efeitos de contabilidade de cobertura, os contratos a prazo para a compra ou venda de matérias-primas são tratados como instrumentos financeiros.

## Reclassificações

Os valores a receber e os títulos têm de ser classificados como atividades de negociação, reservas de liquidez ou investimentos não correntes na respetiva criação.

Não é permitida uma reclassificação como negociação após o reconhecimento inicial, e uma reclassificação das atividades de negociação é permitida apenas se a intenção sofrer alterações devido a condições de mercado excecionais, em particular condições que afetam negativamente a capacidade de negociação. Além disso, os instrumentos financeiros detidos para negociação poderão ser designados subsequentemente como instrumentos de cobertura numa unidade de avaliação.

Uma reclassificação entre as categorias de reservas de liquidez e investimentos não correntes ocorre quando existe uma alteração clara na intenção de gestão após o reconhecimento inicial, o qual é documentado.

As reclassificações são efetuadas na alteração da intenção e ao justo valor na data de reclassificação.

## Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas

As participações financeiras são reconhecidas ao custo ou através da opção disponível, de acordo com o artigo 253.º do HGB, ao respetivo justo valor mais baixo.

Os investimentos em empresas afiliadas são contabilizados de acordo com a regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que as depreciações são apenas reconhecidas se a imparidade for considerada outra que não temporária.

Para determinar o justo valor das empresas afiliadas, aplica-se um modelo de fluxo de caixa descontado. O modelo desconta os fluxos de caixa livres esperados ao longo de um horizonte temporal de cinco anos, utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco. Para o período após os cinco anos, o desenvolvimento do plano sustentável está projetado para determinar o valor terminal. A avaliação inclui sinergias mensuráveis para determinadas empresas afiliadas.

As participações financeiras e os investimentos em empresas afiliadas são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-C, n.º 2 do HGB foi utilizada.

## Ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis são relatados ao respetivo custo de aquisição ou fabrico menos qualquer depreciação ou amortização. As marcas de desenvolvimento próprio, os cabeçalhos, os títulos de publicações, as listas de clientes e os ativos intangíveis semelhantes não são reconhecidos.

As depreciações são realizadas para qualquer imparidade com probabilidade de ser permanente.

Os ativos tangíveis e intangíveis têm de ser reintegrados caso o aumento de valor possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Os ativos de baixo valor são abatidos no ano da respetiva aquisição.

## Desreconhecimento de ativos

Um ativo é geralmente desreconhecido quando a propriedade legal é transferida.

No entanto, caso o vendedor, independentemente da transferência legal do ativo, detenha a maioria do risco e recompense a propriedade, o ativo não é desreconhecido.

As transações de empréstimo/concessão de títulos e os títulos transferidos em acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço do cedente. Assim sendo, os títulos concedidos e os títulos transferidos não são desreconhecidos pelo cedente, uma vez que este permanece exposto à maioria dos riscos e recompensas da propriedade.

## Passivo

Os passivos são reconhecidos aos respetivos valores nominais ou de liquidação. As obrigações emitidas com desconto são registadas ao respetivo valor atual, utilizando a taxa de juro efetiva original.

## Instrumentos qualificados como capital Tier 1 adicional

Os instrumentos emitidos preenchem os requisitos de passivos e são reconhecidos ao respetivo valor nominal ou de liquidação. Os juros são acrescidos com base nos pagamentos esperados aos investidores que detêm os instrumentos.

## Provisões

As provisões para pensões e obrigações semelhantes são reconhecidas de acordo com os princípios atuariais. As provisões para pensões são calculadas utilizando o método da unidade de crédito projetada e a taxa média de mercado para um prazo remanescente assumido de 15 anos conforme publicado pelo Banco Federal da Alemanha, exceto se o prazo remanescente do plano de pensões for mais curto.

O banco está a utilizar pressupostos de mortalidade específicos para determinar a obrigação com benefícios definidos para os seus planos de pensões de benefícios definidos na Alemanha. As expectativas de mortalidade do "Richttafeln Heubeck 2018G" são ajustadas à experiência de mortalidade específica dos trabalhadores e pensionistas do Deutsche Bank.

Os ativos exclusivamente utilizados para liquidar pensões e obrigações semelhantes e não controlados pelo Deutsche Bank AG nem por qualquer credor (ativos do plano) são determinados pelo justo valor e compensados com as respetivas provisões. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são efetuadas as provisões relevantes.

O montante de liquidação das pensões e obrigações semelhantes baseia-se exclusivamente no justo valor dos títulos detidos como ativos financeiros não correntes; a provisão é medida ao justo valor desses títulos caso o justo valor seja superior ao montante mínimo garantido.

Outras provisões para determinados passivos ou para contratos onerosos (excluindo atividades de negociação) são reconhecidas ao respetivo montante de liquidação esperado através da aplicação dos princípios de critério comercial prudente. As provisões para determinados passivos são descontadas caso as saídas de caixa relacionadas não sejam as previstas no prazo de doze meses após a data do balanço. A anulação do efeito de desconto é reconhecida como custo de juros se a provisão resultar da atividade bancária ou como outras despesas se a provisão não resultar da atividade bancária.

A avaliação do reconhecimento de uma provisão para perdas iminentes de transações pendentes inclui uma avaliação da probabilidade de uma perda líquida para todos os ativos e passivos geradores de juros e remunerados a juros, respetivamente, que não sejam detidos para negociação, ou seja, todas as posições numa carteira bancária existentes na data de relato.

A avaliação da probabilidade de uma perda líquida no que diz respeito às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na carteira bancária exige a comparação da margem financeira futura esperada e das taxas futuras esperadas diretamente atribuíveis com o financiamento futuro esperado e as despesas de risco de crédito, bem como os gastos administrativos futuros esperados associados às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na data de relato.

A avaliação de uma potencial provisão está alinhada com a gestão interna da posição relacionada com os juros na carteira bancária. Para posições relacionadas com os juros da carteira bancária, é utilizada uma abordagem baseada no valor atual, complementada por uma análise da cobertura do custo histórico do risco e dos custos administrativos com excedentes de juros líquidos para as posições cobertas contra o risco de taxa de juro.

## Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a diferenças temporárias entre a base contabilística e tributária para os ativos, os passivos e os acréscimos são compensados entre si e apresentados líquidos no balanço como ativos por impostos diferidos ou passivos por impostos diferidos. Na determinação dos ativos por impostos diferidos, as perdas fiscais não utilizadas são tidas em consideração, porém, apenas na medida em que possam ser utilizadas nos cinco anos seguintes.

## Ações em tesouraria

Caso o Deutsche Bank AG adquira as respetivas ações próprias (ações em tesouraria), estas são deduzidas ao custo do capital e reservas distribuíveis no rosto do balanço sem quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Caso as ações em tesouraria sejam posteriormente vendidas, a dedução suprarreferida é invertida e qualquer montante superior aos custos de aquisição iniciais será reconhecido nas reservas de capital, enquanto uma perda na venda posterior será reconhecida nas reservas de receitas.

## Conversão cambial

A conversão cambial é consistente com os princípios enunciados nos artigos 256.<sup>o</sup>-A e 340.<sup>o</sup>-H do HGB.

Os ativos expressos em moeda estrangeira e tratados como ativos fixos, mas não cobertos separadamente na mesma moeda, são apresentados ao custo histórico, exceto se a alteração na moeda estrangeira for distinta da temporária, de modo que os ativos tenham de ser depreciados. Outros ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e transações em numerário pendentes são convertidas à taxa *spot* média na data do balanço e as transações cambiais a prazo à taxa a prazo na data do balanço.

A definição dessas posições em moeda estrangeira para a qual o banco aplica o método de cobertura especial de acordo com o artigo 340.<sup>o</sup>-H do HGB reflete os procedimentos internos de gestão do risco.

A contabilização dos resultados da conversão cambial depende das posições da moeda estrangeira com as quais estão relacionados. Os resultados da conversão cambial dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação, bem como os resultados da conversão de posições especificamente cobertas são reconhecidos na demonstração de resultados. Isto também é aplicável às posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas, contudo, com um prazo remanescente igual ou inferior a um ano. Por outro lado, para posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas e com um prazo remanescente superior a um ano de acordo com o princípio da imparidade, apenas são reconhecidas as perdas da conversão cambial. O resultado da conversão cambial está incluído no resultado de negociação líquido e noutros rendimentos e despesas operacionais.

Os elementos dos balanços e das demonstrações de resultados de agências estrangeiras são convertidos para euros a taxas médias nas respetivas datas do balanço (método da taxa de fecho). A diferença resultante da conversão das rubricas do balanço à taxa de câmbio *spot* média, por oposição às rubricas da demonstração de resultados que são convertidas a taxas de câmbio médias (ponderadas), é refletida em outros rendimentos ou despesas operacionais na demonstração de resultados.

## Passivos contingentes e compromissos de crédito irrevogáveis

Os passivos contingentes e os compromissos de crédito irrevogáveis são reconhecidos pelo seu valor nocional, líquido de quaisquer garantias em numerário e provisões reconhecidas no balanço.

O risco de perda decorrente da utilização de passivos contingentes é reduzido pela capacidade existente de apresentar processos de recurso contra o cliente relevante e baseia-se, portanto, no risco de crédito do cliente.

Os compromissos de crédito irrevogáveis representam a parte não utilizada dos compromissos de crédito que não podem ser anulados incondicionalmente pelo banco. São incluídos na monitorização do risco de crédito.

## Notas ao balanço

### Estrutura de maturidade dos valores a receber

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Outros valores a receber de bancos sem valores a receber a pagar à vista</b>	<b>64.509</b>	<b>59.063</b>
com um período residual de		
até três meses	23.528	19.434
mais de três meses e inferior a um ano	9.573	10.417
Mais do que um ano e até cinco anos	18.321	18.383
mais de cinco anos	13.088	10.829
<b>Valores a receber de clientes</b>	<b>453.762</b>	<b>435.166</b>
com um período residual de		
até três meses	174.112	150.984
mais de três meses e inferior a um ano	44.929	52.825
Mais do que um ano e até cinco anos	114.367	108.543
mais de cinco anos	116.079	115.995
com um período indefinido	4.275	6.818

### Títulos

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos títulos negociáveis incluídos nas posições do balanço cotadas.

em milhões de euros	cotadas		não cotadas	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	40.542	30.152	29.932	29.931
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	143	143	18	10
Participações financeiras	0	0	0	0
Investimentos em empresas afiliadas	0	0	0	0

Das obrigações e outros títulos de rendimento fixo de 70,5 mil milhões de euros, 5,1 mil milhões de euros vencem em 2023.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo classificados como ativos fixos são contabilizados ao custo amortizado à medida que o Deutsche Bank pretende deter esses títulos para o futuro próximo. O valor contabilístico total para estas obrigações e outros títulos de rendimento fixo à data de relato ascende a 43,8 mil milhões de euros e diz respeito à reserva de liquidez estratégica, que é gerida pela Tesouraria do Grupo. Inclui obrigações governamentais, supranacionais e de agências de elevada qualidade. Em 31 de dezembro de 2022, esta carteira contém ativos com um valor contabilístico de 20,8 mil milhões de euros, para os quais os valores atuais de mercado são, no total, 2,1 mil milhões de euros inferiores aos valores contabilísticos.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo classificados como ativos correntes são contabilizados de acordo com a regra rigorosa do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado líquido destes títulos era negativo em 646 milhões de euros. Incluiu uma atenuação parcial por ganhos realizados de 1,1 mil milhões de euros de swaps de taxas de juro utilizados para cobrir economicamente estes títulos.

### Investimentos em fundos de investimento

A tabela a seguir apresenta uma discriminação das participações em fundos de investimento alemães e estrangeiros para efeitos de investimento, em que as unidades dos fundos detidas foram superiores a 10%.

em milhões de euros	31 dez 2022			
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença entre o justo valor e o valor contabilístico	Distribuição em 2022
Fundos de capitais próprios	0	0	0	0
Fundos de obrigações	72	72	0	0
Fundos mistos	297	297	0	0
<b>Total</b>	<b>370</b>	<b>370</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Os investimentos nos fundos foram atribuídos a ativos detidos para negociação. Os respetivos valores escriturados corresponderam aos justos valores.

As condições para adiar o reembolso das unidades do fundo poderão variar de acordo com o fundo. Estas poderão basear-se num valor do ativo mínimo ou tornar-se discricionárias para os diretores do fundo. As restrições para o reembolso diário das unidades do fundo estão relacionadas com casos em que muitos investidores tentam o resgate numa altura específica. Nesses casos, os fundos poderão adiar o reembolso até uma altura em que possam responder ao pedido de reembolso.

## Transações sujeitas a acordos de venda e recompra

O valor contabilístico dos ativos relatados no balanço e vendidos sujeitos a um acordo de recompra no montante de 18,1 mil milhões de euros estava exclusivamente relacionado com os títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra.

## Ativos e passivos detidos para negociação

### Instrumentos financeiros detidos para negociação

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação.

31 de dezembro 2022 em milhões de euros	Ativos detidos para negociação	em milhões de euros	Passivos detidos para negociação
Instrumentos financeiros derivados	96.328	Instrumentos financeiros derivados	84.993
líquidos	73.246	Passivo	93.402
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	61.176		
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	3.278		
Ativos diversos	870		
Ajuste ao risco	(229)		
<b>Total</b>	<b>234.670</b>	<b>Total</b>	<b>178.394</b>

Os pressupostos básicos para determinar o justo valor através de métodos de avaliação aceites são apresentados em pormenor na secção "Base da apresentação".

Os derivados detidos para fins de negociação negociados ao abrigo de acordos-quadro de compensação em conjunto com o anexo de apoio de crédito que permite a permuta diária de garantias foram liquidados para cada contraparte externa do Deutsche Bank AG no balanço. A liquidação para cada contraparte engloba o valor escriturado dos derivados e a garantia fornecida. Isto implicou justos valores positivos de compensação de 186,2 mil milhões de euros (2021: 221,1 mil milhões de euros) com justos valores negativos de 203,9 mil milhões de euros (2021: 213,6 mil milhões de euros) em derivados detidos para negociação com os valores a receber associados (15,8 mil milhões de euros, 2021: 31,2 mil milhões de euros) e passivo (33,5 mil milhões de euros, 2021: 23,7 mil milhões de euros) de garantias fornecidas. Consulte a secção "Base da apresentação" relativamente à compensação.

A tabela a seguir descreve os derivados avaliados ao justo valor que correspondem aos derivados de negociação, por tipo e volume.

em milhões de euros	31 dez 2022 Valor notional
<b>Produtos do mercado de balcão</b>	<b>40.986.375</b>
transações associadas a taxas de juro	31.696.479
transações associadas a taxas de câmbio	7.692.387
derivados de crédito	1.511.612
transações associadas a capitais próprios e índices	21.448
outras transações	64.450
<b>Produtos negociados em bolsa</b>	<b>903.765</b>
transações associadas a taxas de juro	642.519
transações associadas a capitais próprios e índices	212.818
transações associadas a taxas de câmbio	23.656
outras transações	24.772
<b>Total</b>	<b>41.890.141</b>

O montante, o prazo e a fiabilidade dos fluxos de caixa futuros são afetados pelo contexto da taxa de juro, pelo desenvolvimento nos mercados acionistas e de dívida, bem como pelos spreads de crédito e pelos incumprimentos.

## Método e pressupostos e montante de ajuste ao risco

O cálculo do ajuste ao risco baseia-se no modelo para calcular o valor em risco regulamentar que integra instrumentos financeiros detidos ou incorridos para negociação. A avaliação dos ativos detidos para negociação poderá exigir vários ajustamentos da avaliação, por exemplo, para riscos de liquidez que são explicados em "Base da apresentação", na secção "Atividades de negociação".

O cálculo do ajuste ao valor em risco ("ajuste VaR") baseia-se num período de carência de dez dias e num nível de confiança de 99%. O período de observação é de 261 dias de negociação.

Além do ajustamento VaR regulamentar, o ajuste ao risco foi complementado por valores de risco adicionais relacionados com o risco de crédito próprio do Deutsche Bank não coberto pelo cálculo do VaR.

O montante absoluto do ajustamento ao risco é de 229 milhões de euros.

## Alteração de critérios para a classificação de instrumentos financeiros como de negociação

Ao longo de 2022, os critérios relacionados com a atribuição de instrumentos financeiros para ativos e passivos detidos para negociação permaneceram inalterados.

## Ativos subordinados

A tabela a seguir apresenta uma descrição geral dos ativos subordinados incluídos nas posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Valores a receber de bancos	845	645
Valores a receber de clientes	0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	717	1.955
Ativos detidos para negociação	2.281	2.354

## Instrumentos financeiros derivados

### Transações a prazo

As transações a prazo pendentes na data do balanço eram principalmente compostas pelos seguintes tipos de transações:

- transações associadas a taxas de juro: transações a prazo associadas a instrumentos de dívida, contratos a prazo de taxa de juro, swaps de taxa de juro, futuros de taxas de juros, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a taxas de juro e índices
- transações associadas a taxas de câmbio: contratos a prazo de câmbio e metais preciosos, swaps interdivisas, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados ao câmbio e metais preciosos, futuros de câmbio e metais preciosos
- transações relacionadas com ações/índices: contratos a prazo e futuros sobre ações, futuros sobre índices, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a ações e índices
- derivados de crédito: swaps de risco de incumprimento (CDS), swaps de retorno total (TRS), títulos de dívida indexados a crédito (CLN)

Os tipos de transações acima descritos são realizados quase exclusivamente para cobrir as flutuações da taxa de juro, da taxa de câmbio e as do preço de mercado nas atividades de negociação.



## Derivados não contabilizados ao justo valor

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros derivados registados como derivados da carteira bancária que não são, em geral, contabilizados ao justo valor.

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Nocional montante	Valor contabilístico		Justo valor	
		positivo	negativo	positivo	negativo
Produtos do mercado de balcão					
transações relacionadas com taxas de juro	3.109.477	9.454	7.199	53.427	53.579
transações relacionadas com taxas de câmbio	56.214	484	58	2.195	2.614
derivados de crédito	4.280	2	76	11	76
outras transações	43	0	0	0	12
<b>Total</b>	<b>3.170.014</b>	<b>9.939</b>	<b>7.333</b>	<b>55.633</b>	<b>56.281</b>

Os valores escriturados dos derivados geralmente não registados ao justo valor são relatados em "Ativos diversos" e "Passivos diversos".

## Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

O Deutsche Bank AG procede a unidades de avaliação através de coberturas de justo valor, para se proteger essencialmente através de opções e swaps de taxa de juro contra alterações do justo valor de títulos de taxa fixa resultantes de alterações nas taxas de mercado.

Caso os derivados de crédito na carteira bancária não preencham os requisitos de processamento de garantia de empréstimo, a contabilidade de cobertura é aplicável de acordo com a diretriz IDW RS BFA 1.

Os riscos adicionais resultantes de derivados separados incorporados em instrumentos financeiros híbridos são também cobertos através de relações de microcobertura.

Além dos casos descritos acima, o Deutsche Bank cobre riscos de matéria-prima através de relações de cobertura de carteira e de microcobertura.

A tabela abaixo fornece uma visão geral dos elementos cobertos em unidades de avaliação, incluindo o montante dos riscos cobertos. Para ativos cobertos e passivos cobertos, o valor contabilístico é igualmente apresentado.

em milhões de euros	31 dez 2022	
	Valor contabilístico	Montante de risco coberto
Ativos garantidos, total	7.596	(598)
Passivos garantidos, total	102.184	5.696
	Valor nocional	Montante de risco coberto
Transações pendentes	31.202	878

O montante de risco coberto, se negativo, representa a diminuição cumulativa do justo valor para ativos em relação ao aumento cumulativo do justo valor para passivos desde a criação da relação de cobertura não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas. Os montantes positivos de risco coberto correspondem ao aumento cumulativo do justo valor dos ativos em relação à diminuição cumulativa do justo valor dos passivos não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas.

Ao utilizar contratos a prazo e swaps cambiais, o Deutsche Bank AG contrata coberturas de justo valor do risco cambial do capital de dotação das respetivas agências e dos lucros/perdas transportados que representam o valor do ativo líquido exposto ao risco cambial. O valor contabilístico da posição líquida coberta ascende a 11,5 mil milhões de euros. O montante de risco coberto é de 1,2 mil milhões de euros positivos. A compensação final das alterações da taxa *spot* paralela ocorre numa altura em que o capital de dotação é reembolsado.

Nos casos em que os termos contratuais do elemento coberto e do instrumento de cobertura são exatamente compensados, a avaliação prospetiva da eficácia e a medição retrospectiva da eficácia de uma unidade de avaliação baseiam-se na correspondência de termos fundamentais. Além disso, o banco utiliza métodos estatísticos e análise de regressão para a avaliação da eficácia prospetiva. O Deutsche Bank AG compara os montantes das alterações dos justos valores de elementos cobertos e os instrumentos de cobertura (método da compensação em dólares). As unidades de avaliação são, em geral, estabelecidas ao longo da maturidade residual dos elementos cobertos.

## Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas

em milhões de euros	Empresas afiliadas		Empresas associadas e relacionadas	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Valores a receber de bancos	54.841	49.786	0	0
Valores a receber de clientes	46.465	86.466	39	50
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	26.386	27.308	9	2
Dívidas a bancos	30.173	27.579	4	6
Responsabilidades para com clientes	21.888	21.867	10	22
Passivo na forma de certificados	0	0	0	0
Passivos subordinados	1.087	1.055	0	0

Uma lista completa das participações do Deutsche Bank AG (incluindo empresas nas quais a participação é igual ou superior a 20% e participações em grandes empresas, nas quais a participação é superior a 5% dos direitos de voto) está disponível na nota "Participações".

## Sociedade fiduciária

em milhões de euros	Ativos detidos em fideicomiso		em milhões de euros	Passivos detidos em fideicomiso	
	31 dez 2022	31 dez 2021		31 dez 2022	31 dez 2021
Valores a receber de bancos	2.417	1.717	Dívidas a bancos	251	282
Valores a receber de clientes	387	444	Responsabilidades para com clientes	2.553	1.880
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	0	0			
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	0	0			
Participações financeiras	0	0			
Ativos diversos	0	0			
<b>Total</b>	<b>2.804</b>	<b>2.161</b>	<b>Total</b>	<b>2.804</b>	<b>2.161</b>

Os valores a receber de bancos estão principalmente relacionados com depósitos de clientes colocados em seu nome junto de bancos terceiros. Os valores a receber de clientes são sobretudo empréstimos financiados por bancos de desenvolvimento ou organismos públicos para fins específicos, incluindo empréstimos para apoiar os clientes durante a pandemia da COVID-19.

## Ativos fixos

A lista a seguir apresenta as alterações nos ativos fixos.

	Custos de aquisição/fabrico			Depreciação/amortização, depreciações e ajustes de valor			Valor contabilístico	
	Saldo em 1 de janeiro de 2022	Acréscimos / Transferências	Alienações	Cumulativo	incluindo no ano atual	incluindo alienações	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2021
em milhões de euros								
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>9.475</b>	<b>1.086</b>	<b>21</b>	<b>7.310</b>	<b>992</b>	<b>22</b>	<b>3.230</b>	<b>3.092</b>
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	7.323	1.044 <sup>1</sup>	5	5.477	844	7	2.884	2.641
Ativos intangíveis adquiridos	1.434	42	15	1.128	145	15	331	435
Goodwill	719	0	0	704	2	0	14	17
Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>4.389</b>	<b>436</b>	<b>156</b>	<b>3.266</b>	<b>251</b>	<b>152</b>	<b>1.402</b>	<b>1.208</b>
Terrenos e edifícios	234	(71)	85	27	5	52	51 <sup>2</sup>	95
Mobiliário e equipamento de escritório	4.155	507	70	3.240	247	100	1.351	1.114
Ativos de locação	0	0	0	0	0	0	0	0
			Alterações					
Participações financeiras			(23)				153	176
Investimentos em empresas afiliadas			4.431 <sup>3</sup>				30.774	26.343
Instrumentos do mercado monetário			0				0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			9.360				43.823	34.463
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável			(0)				0	0
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0

Foi utilizada a opção de combinar ativos financeiros de acordo com o artigo 34.º, n.º 3 da RechKredV. As alterações das taxas de câmbio em agências estrangeiras resultantes da conversão cambial às taxas de fecho foram reconhecidas nos custos de aquisição/fabrico (saldo em 1 de janeiro de 2022) e na depreciação/amortização cumulativa, depreciações e ajustes de valores

<sup>1</sup> Os acréscimos aos ativos intangíveis de desenvolvimento próprio estão relacionados com o software de desenvolvimento próprio.

<sup>2</sup> Os terrenos e edifícios foram utilizados como parte das nossas atividades próprias

<sup>3</sup> 285 Os investimentos em empresas afiliadas aumentaram 4,4 mil milhões de euros, passando para 30,8 mil milhões de euros; este aumento foi atribuível a amortizações de 4,4 mil milhões de euros e a um impacto positivo da conversão cambial de 0,3 mil milhões de euros, parcialmente compensado por amortizações de 0,3 mil milhões de euros; além disso, os aumentos de capital de 0,4 mil milhões de euros foram compensados por reembolsos de capital do mesmo montante

## Ativos intangíveis

O *goodwill* relatado em ativos intangíveis é amortizado ao longo da respetiva vida útil de cinco a 15 anos. A respetiva determinação baseia-se em fatores económicos e organizacionais tais como crescimento futuro e perspectivas futuras, modo e duração de sinergias esperadas, alavancagem da base de clientes e força de trabalho reunida das empresas adquiridas. O software classificado como ativo intangível é amortizado ao longo da respetiva vida útil, que se prolonga por um período de até 10 anos.

## Ativos diversos

Os ativos diversos de 5,8 mil milhões de euros consistem em valores a receber de garantias de 2,7 mil milhões de euros, créditos fiscais de 1,4 mil milhões de euros, bem como valores a receber de contratos de agregação de lucros de 0,4 mil milhões de euros.

## Gastos pagos antecipadamente e rendimento diferido

Os gastos pagos antecipadamente incluem descontos entre o montante de emissão e de reembolso para um passivo de 61 milhões de euros.

O rendimento diferido inclui descontos de acordo com a secção 340e, secção 2 do HGB, no montante de 53 milhões de euros.

## Impostos diferidos

Os impostos diferidos são determinados para diferenças temporárias entre os valores contábilísticos de ativos, passivos e acréscimos de acordo com a contabilidade do HGB e as suas bases fiscais, quando se antecipa que tais diferenças serão invertidas nos períodos de relato subsequentes. Nesse contexto, as diferenças temporárias de subsidiárias/parcerias do grupo com tributação consolidada nas quais o Deutsche Bank AG seja um acionista/parceiro são também incluídas na determinação dos impostos diferidos do Deutsche Bank AG. Além disso, as perdas fiscais não utilizadas são consideradas na determinação dos ativos por impostos diferidos, na medida em que sejam utilizadas nos cinco anos seguintes. A medição dos impostos diferidos baseia-se na taxa conjunta de imposto sobre o rendimento do grupo fiscal do Deutsche Bank AG, a qual é atualmente de 31,3%. A taxa conjunta de imposto sobre o rendimento inclui o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, o imposto sobre vendas e a sobretaxa de solidariedade.

Por outro lado, os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias em investimentos alemães na forma de parceira são medidos com base numa taxa conjunta de imposto sobre o rendimento que inclui apenas o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas e a sobretaxa de solidariedade; tal ascende atualmente a 15,83%.

Os impostos diferidos em agências estrangeiras são medidos através das taxas de imposto legais aplicáveis, que se encontram principalmente num intervalo entre 20% e 33%.

No período de relato, foi apresentado no balanço um ativo por impostos diferidos global de 5,4 mil milhões de euros. Os principais contribuidores foram o Deutsche Bank AG – o "banco nacional", incluindo impostos diferidos de subsidiárias do grupo com tributação consolidada, e o Deutsche Bank AG – Agência de Nova Iorque. Aqueles baseiam-se sobretudo nas perdas fiscais não utilizadas e nas diferenças temporárias, estando as últimas principalmente relacionadas com as obrigações associadas ao pessoal e as medições do justo valor de carteiras de empréstimos e carteiras de negociação.

## Estrutura de maturidade do passivo

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Dívidas a bancos com prazo acordado ou prazo de pré-aviso</b>	<b>85.056</b>	<b>93.677</b>
com um período residual de		
até três meses	40.761	44.499
mais de três meses e inferior a um ano	20.908	29.011
Mais do que um ano e até cinco anos	11.549	9.904
mais de cinco anos	11.838	10.263
<b>Dépósitos de poupança com prazo de pré-aviso acordado superior a três meses</b>	<b>2.818</b>	<b>3.009</b>
com um período residual de		
até três meses	1.194	1.342
mais de três meses e inferior a um ano	1.567	1.598
Mais do que um ano e até cinco anos	57	69
mais de cinco anos	0	0
<b>Outras responsabilidades para com clientes com prazo acordado ou prazo de pré-aviso</b>	<b>120.625</b>	<b>97.060</b>
com um período residual de		
até três meses	62.016	52.985
mais de três meses e inferior a um ano	40.713	29.531
Mais do que um ano e até cinco anos	11.121	6.872
mais de cinco anos	6.775	7.671
<b>Outros passivos na forma de certificados</b>	<b>3.246</b>	<b>2.512</b>
com um período residual de		
até três meses	830	1.445
mais de três meses e inferior a um ano	2.415	1.063
Mais do que um ano e até cinco anos	2	4
mais de cinco anos	0	0

Das obrigações emitidas no valor de 83,8 mil milhões de euros, 16,0 mil milhões de euros vencem em 2023.

## Passivo para o qual os ativos foram penhorados como garantia

Para o seguinte passivo, foram penhorados os ativos como garantia no montante indicado na tabela.

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Dívidas a bancos	22.924	19.180
Responsabilidades para com clientes	841	1.252
Passivos detidos para negociação	1.918	2.073
Outros passivos	0	0

## Passivo diverso

O passivo diverso, no valor de 37,3 mil milhões de euros, incluem principalmente passivo decorrente de desreconhecimento falhado no valor de 28,6 mil milhões de euros, garantias em numerário recebidas no valor de 2,2 mil milhões de euros, outro passivo diverso no valor de 1,9 mil milhões de euros, passivo por posições cambiais especialmente cobertas nos termos da secção 340h do HGB no valor de 1,2 mil milhões de euros, despesas operacionais a pagar no valor de 1,2 mil milhões de euros, bem como efeitos de reavaliação cambial para capital de dotação e resultados transitados no valor de 1,2 mil milhões de euros.

## Pensões e obrigações semelhantes

O Deutsche Bank AG patrocina planos de benefícios pós-emprego para os seus colaboradores (planos de pensões) que incluem uma contribuição definida e planos de benefício definido.

A maioria dos beneficiários desses planos de pensões está localizada na Alemanha. O valor do benefício acumulado de um participante baseia-se principalmente na remuneração e no tempo de serviço de cada colaborador.

A data de medição para todos os planos de benefício definido é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados através do método da unidade de crédito projetada. A avaliação exige a aplicação de determinados pressupostos atuariais tais como as evoluções demográficas, o aumento da remuneração para os colaboradores ativos e das pensões, bem como as taxas de inflação. A taxa de desconto é determinada de acordo com as regras do artigo 253.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 2 do HGB.

Pressupostos utilizados para os planos de pensões	31 dez 2022	31 dez 2021
Taxa de desconto	1,62%	1,76%
Taxa de inflação	2,64%	2,27%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração	2,83%	2,50%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento	3,02%	2,17%
	RichttafelnH	RichttafelnH
Tabelas de mortalidade/invalidiz	eubeck 2018 G alterado	eubeck 2018 G alterado

As obrigações desses planos de pensões de benefícios definido são, na maioria, financiadas externamente. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são reconhecidas as provisões relevantes.

Para os planos de contribuição definida na Alemanha, em que o Deutsche Bank AG e outras instituições financeiras sejam membros do BVV, o passivo dos empregadores da subsidiária cobre os pagamentos de benefícios e os respetivos aumentos legalmente exigidos.

Além disso, as provisões são reconhecidas para outras obrigações de longo prazo semelhantes, em particular na Alemanha, por exemplo, para anos de aniversário de serviço ou regimes de reforma antecipada. O Banco financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Obrigação de pensão (reconhecida nas Finanças)</b>	<b>10.620</b>	<b>9.768</b>
Obrigação de pensão fictícia com base numa taxa de desconto média de 7 anos	11.098	10.424
Rendimento reconhecido devido a diferença da taxa de desconto	478	656
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>	<b>8.385</b>	<b>10.271</b>
dos quais:		
custo dos ativos do plano	9.729	9.711
total de resultados não realizados nos ativos do plano	0	560
<b>Montante sobrefinanciado líquido no final do exercício</b>	<b>(2.236)</b>	<b>502</b>
<b>Ativos de pensões líquidos</b>	<b>(2.236)</b>	<b>502</b>
dos quais:		
reconhecidos como "Ativos do plano sobrefinanciados relacionados com planos de pensões"	5	553
reconhecidos como "Provisões para pensões e obrigações semelhantes"	2.241	50

Tal como no ano anterior, os princípios de avaliação de acordo com a secção 253.º, n.º 6 do HGB resultam numa diferença de avaliação entre a obrigação com benefícios definidos reconhecida nas finanças utilizando a taxa de desconto média de 10 anos e a taxa de desconto média de 7 anos. Esta diferença de 478 milhões de euros está sujeita a provisões de bloqueio de dividendos.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	2022	2021
<b>Rentabilidade dos ativos do plano</b>	<b>(1.115)</b>	<b>282</b>
<b>Custos com juros para o efeito financeiro de desconto das obrigações com pensões</b>	<b>360</b>	<b>764</b>
<b>Rendimento de juros líquido (despesa)</b>	<b>(1.476)</b>	<b>(482)</b>
do qual: reconhecido como "Outros rendimentos operacionais"	4	0
do qual: reconhecido como "Outros gastos operacionais"	(1.479)	(482)

## Outras provisões

em milhões de euros	31 dez 2022
Provisões para perdas de crédito	534
Provisões para perdas iminentes	241
Outras provisões remanescentes	3.984
<b>Total de outras provisões</b>	<b>4.759</b>

As outras provisões remanescentes são definidas para os seguintes (principais) tipos de risco:

As provisões associadas ao pessoal foram definidas para refletirem remunerações e benefícios adicionais para os colaboradores. Aquelas estão relacionadas com pagamentos variáveis e remuneração diferida, remuneração com base em ações, obrigações para reforma antecipada e outros. O montante previsto totaliza 2,7 mil milhões de euros por ano no final de 2022.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. A transformação estratégica do Grupo visa melhorar significativamente a rentabilidade sustentável para os acionistas, concentrando-se nos nossos negócios essenciais, reduzindo os nossos custos ajustados e permitindo uma tomada de decisões e execução mais rápidas. A provisão para estas atividades é de 162 milhões de euros por ano no final de 2022.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei. A provisão para este risco é de 517 milhões de euros por ano no final de 2022.

As provisões de processos civis surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis. A provisão para este risco é de 253 milhões de euros por ano no final de 2022.

As provisões operacionais surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. A provisão para este risco é de 21 milhões de euros por ano no final de 2022. Os riscos operacionais incluem perdas resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou fracassados ou de eventos externos.

As provisões diversas estão definidas para 310 milhões de euros por ano no final de 2022.

## Passivos subordinados

Os passivos contratualmente subordinados são emitidos na forma de títulos de taxa fixa e taxa variável, obrigações nominativas e ao portador, bem como empréstimos de nota promissória, e têm maturidades iniciais, na sua maioria, no prazo de 10 e 20 anos.

O Deutsche Bank AG não está obrigado a reembolsar passivos subordinados antes da data de vencimento especificada, contudo, em alguns casos, é possível o resgate antecipado por opção do emitente. No caso de dissolução ou insolvência, os valores a receber e os juros exigidos resultantes de tal passivo estão subordinados aos valores a receber não subordinados de todos os credores do Deutsche Bank AG. A conversão desses fundos para capital próprio ou outra forma de dívida não é antecipada ao abrigo dos termos das notas. Essas condições aplicam-se também aos passivos subordinados não especificados individualmente.

### Passivos subordinados materiais acima de 1,0 mil milhões de euros

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Data da próxima compra/maturidade <sup>1</sup>
dólares dos Estados Unidos	1.500	Obrigação nominativa	2013	4,296%	24/05/2023
€	1.250	Obrigação ao portador	2015	2,750%	17/02/2025
dólares dos Estados Unidos	1.500	Obrigação ao portador	2015	4,500%	1/4/2025
€	1.250	Obrigação ao portador	2020	5,625%	19/02/2026
dólares dos Estados Unidos	1.250	Obrigação ao portador	2021	3,729%	14/10/2030
dólares dos Estados Unidos	1.250	Obrigação ao portador	2022	3,742%	10 de julho de 2031
€	1.500	Obrigação ao portador	2022	4,000%	24/03/2027

<sup>1</sup> Data de maturidade das obrigações; as obrigações têm algumas opções de compra extraordinárias, que estão sujeitas a aprovação pelos órgãos reguladores ou alterações às leis fiscais

As despesas para todos os passivos contratualmente subordinados de 12,8 mil milhões de euros totalizaram 320 milhões de euros, incluindo os resultados de derivados de cobertura. Os juros acrescidos mas ainda não vencidos de 236 milhões de euros incluídos neste valor são relatados no passivo diverso.

Adicionalmente, determinados passivos são subordinados por lei, de acordo com a secção 46f parágrafo 6 da lei bancária alemã, caso a sua maturidade original seja superior a um ano e o montante de resgate ou o montante de juros não esteja dependente de eventos incertos no momento da emissão. Este passivo não preferencial ascende a 52,0 mil milhões de euros em dezembro de 2022.

## Capital de direitos de participação

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Primeira data de compra
€	20	Dt. Postbank Namensgenussschein Nr. 032	05/03/2007	5,250%	31/12/2026
€	10	Dt. Postbank Namensgenussschein Nr. 038	03/05/2007	5,500%	31/12/2022

## Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Em 31 de dezembro de 2022, as Notas Tier 1 adicionais ("Notas AT1" ou "Notas") totalizaram 9,0 mil milhões de euros, em comparação com 8,6 mil milhões de euros no ano passado. O custo de juros nas notas para 2022 totalizou 501 milhões de euros e incluiu 319 milhões de euros de juros acumulados no final do exercício de 2022, os quais foram registados em outros passivos.

As Notas AT1 constituem as notas não garantidas e subordinadas do Deutsche Bank. As Notas auferem juros no seu montante nominal desde a data de emissão até à próxima data de reposição à taxa fixa anual. Por conseguinte, a taxa de juro será reajustada em intervalos de cinco anos. As Notas contêm características que podem requerer que o Deutsche Bank e permitirão que o Deutsche Bank, sempre no seu exclusivo critério absoluto e por qualquer razão, cancele quaisquer pagamentos de juros. Se cancelados, os pagamentos de juros não são cumulativos e não subirão para compensar qualquer défice nos pagamentos de juros em qualquer ano anterior. As Notas não terão data de vencimento. As Notas são reembolsáveis pelo Deutsche Bank a seu critério na respetiva data de compra seguinte e, posteriormente, nas datas de compra definidas ou em outras circunstâncias limitadas. Em cada caso, as Notas estão sujeitas a limitações e condições, tais

como descritas nos termos e condições por exemplo, as Notas podem ser reembolsadas pelo Deutsche Bank a seu critério, no todo mas não em parte, por alguns motivos regulamentares ou de tributação. Todo e qualquer reembolso está sujeito ao consentimento prévio da autoridade de supervisão competente. O montante de reembolso e o montante nominal das Notas pode ser abatido na ocorrência de um evento acionador. Estamos na presença de um evento acionador quando o rácio Common Equity Tier 1 do Grupo Deutsche Bank, determinado numa base consolidada, descer abaixo dos 5,125%. As Notas também podem ser reintegradas, na sequência de um evento acionador, sob reserva do cumprimento de algumas condições.

#### Notas AT1 pendentes em 31 de dezembro de 2022

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Data da próxima compra
dólares dos Estados Unidos	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	4,789%	30/4/2025
GBP	650	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,125%	30/4/2026
dólares dos Estados Unidos	1.500	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,500%	30/4/2025
dólares dos Estados Unidos	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2020	6,000%	30/10/2025
€	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2021	4,625%	30/10/2027
€	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2021	4,500%	30/11/2026
€	750	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2022	6,750%	30/10/2028
€	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2022	10,000%	12 de janeiro de 2027

## Divisas

O montante total de ativos expressos em moedas estrangeiras foi equivalente a 432,7 mil milhões de euros na data do balanço; o valor total de passivo foi equivalente a 292,4 mil milhões de euros.

## Capital e reservas

### Ações próprias

No decurso de 2022, o banco ou as suas sociedades afiliadas não detêm nem adquiriram quaisquer ações próprias, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG (fim de negociação).

Além disso, o banco foi autorizado a comprar ações próprias pelas Assembleias Gerais de 19 de maio de 2022 (autorização até 30 de abril de 2027) e de 27 de maio de 2021 (autorização até 30 de Abril de 2026), nos termos do artigo 71.º (1) n.º 8 da AktG, incluindo a retirada de ações próprias nos termos dos artigos 237.º, 238.º e 239.º da AktG. Os limites respetivos (até 10% do número total de ações ordinárias) foram cumpridos para cada transação de compra e venda.

Além disso, a Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2022 autorizou o Conselho de Administração nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG a realizar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. Os limites relativos à utilização de tais derivados foram cumpridos para cada transação de compra e venda.

As respetivas participações de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG ascendiam a 28931618 ações ou 1,4% do capital social. Nenhumas ações próprias foram penhoradas ao Banco e respetivas empresas afiliadas como garantias para empréstimos.

### Alterações no capital subscrito, autorizado e condicional

O capital subscrito do Banco está dividido em 2 066 773 131 ações nominativas sem valor nominal e cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros. Excluindo as participações das ações próprias do Banco, o número de ações pendentes em 31 de dezembro de 2022 era de 2.037.841.513 (final de 2021: 2.066.094.183). O número médio de ações pendentes no período de relato era de 2.039.933.718.



em euros	Capital subscrito <sup>1</sup>	Capital autorizado	Capital condicional (ainda a utilizar)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.290.939.215,36	2.560.000.000,00	563.200.000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.290.939.215,36	2.560.000.000,00	0

<sup>1</sup> Inclui o valor nominal das ações em tesouraria

Os pormenores em relação ao capital autorizado são apresentados no relatório de gestão combinado relativo à Informação de acordo com o artigo 315a, n.º 1 do Código Comercial alemão.

## Alterações no capital e reservas

em milhões de euros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		34.913
Distribuição em 2022		(406)
Lucro transportado		(562)
Ações em tesouraria		
– Alteração no valor nominal de ações em tesouraria	(72)	
– Alteração dos custos de aquisição	(253)	
– Resultados líquidos não realizados (não relacionados com a negociação)	(0)	
– Resultado realizado (relacionado com a negociação)	0	
– Perdas líquidas não realizadas (não relacionadas com a negociação)	(64)	(389)
Adição à reserva de proveitos		2.500
Lucros (perdas) distribuíveis para 2022		3.569
Saldo em 31 de dezembro de 2022		39.625

Considerando a adição às reservas de proveitos no valor de 2,5 mil milhões de euros, o lucro distribuível restante ascendia a 3,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. O Banco proporá aos acionistas o pagamento de um dividendo de 0,30 euros por ação, 2,5 mil milhões de euros adicionais apropriados para reservas de proveitos e a transição do lucro distribuível remanescente.

## Transações extrapatrimoniais

O Banco divulga passivos contingentes e compromissos de crédito irrevogáveis como transações extrapatrimoniais desde que não tenham sido estabelecidas provisões para os mesmos. A decisão de divulgação dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis como extrapatrimoniais ou reconhecidos como provisões é tomada com base no resultado da avaliação do risco de crédito. Os passivos contingentes e os compromissos de crédito irrevogáveis são igualmente reduzidos através do montante de garantia em numerário recebido, o qual é registado como passivo no balanço.

O risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes é mitigado pela possibilidade de recurso em relação ao respetivo cliente e, por conseguinte, baseia-se predominantemente no risco de crédito do cliente.

O Banco avalia o risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis antes de realizar irrevogavelmente uma obrigação no âmbito de uma avaliação do risco de crédito ou ao utilizar uma avaliação do cumprimento previsto do cliente da obrigação subjacente. Além disso, o Banco avalia regularmente ao longo da vida útil do compromisso se são esperadas perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis. Em determinadas circunstâncias, o Banco solicita a provisão da garantia para reduzir o risco de perdas resultantes de reclamações. Os montantes das perdas analisados no âmbito de tais avaliações são registados como provisões.

## Compromissos de crédito irrevogáveis

Os compromissos de crédito irrevogáveis ascenderam a 158,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e incluíram compromissos de 156,7 mil milhões de euros para empréstimos e descontos a favor de entidades não bancárias.

O Deutsche Bank AG celebra compromissos de crédito irrevogáveis para satisfazer as necessidades de financiamento dos respetivos clientes. Os compromissos de crédito irrevogáveis representam a parte não utilizada da obrigação do Deutsche Bank de conceder empréstimos que não podem ser revogados pelo Deutsche Bank. Esses compromissos são apresentados com o montante contratual após a consideração da garantia em numerário recebida e as provisões conforme registadas no balanço. Os montantes acima referidos não representam fluxos de caixa futuros esperados, pois muitos desses contratos expirarão sem serem retirados. Apesar de os compromissos de crédito irrevogáveis não serem reconhecidos no balanço, o

Deutsche Bank AG considera-os na monitorização da exposição ao crédito. Se a monitorização do risco de crédito fornecer indicações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é definida uma provisão.

O Deutsche Bank AG está comprometido em várias atividades comerciais com determinadas entidades, designadas como entidades de finalidade especial (SPE), que foram nomeadas para atingir uma finalidade de negócio específica. As principais utilizações de SPE consistem em proporcionar aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e riscos, bem como em fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. O Deutsche Bank AG beneficiará, em geral, da receção de taxas de serviços e comissões para a criação de SPE ou por atuar como um gestor de investimento, instituição de custódia ou qualquer outra função. As SPE podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. Embora o envolvimento do Banco com tais entidades possa assumir muitas formas distintas, aquele é sobretudo composto por instrumentos de liquidez, divulgados de modo extrapatrimonial como compromissos de crédito irrevogáveis no âmbito das "outras obrigações" abaixo da linha do balanço. O Deutsche Bank AG presta apoio financeiro às SPE relacionado com os programas de veículos de titularização comercial, as titularizações de ativos, os fundos de investimento e os fundos de locação imobiliária. Tais veículos são fundamentais para o funcionamento de vários mercados investidores importantes, incluindo os mercados de créditos hipotecários para habitação e outros títulos garantidos por ativos, uma vez que proporcionam aos investidores o acesso a fluxos de caixa e riscos específicos criados através do processo de titularização. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do Deutsche Bank AG não tinha um impacto significativo nos respetivos acordos de dívida, rácios de capital, notações de crédito ou dividendos.

## Passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Deutsche Bank AG realiza regularmente garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito em nome dos seus clientes. Ao abrigo desses contratos, o Deutsche Bank AG está obrigado a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento por parte do terceiro das respetivas obrigações ou da execução de um contrato de obrigação. Para essas contingências, não é do conhecimento do Banco, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é reconhecida uma provisão.

A tabela a seguir apresenta o total dos potenciais pagamentos ao abrigo de garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito após a dedução da garantia em numerário e das provisões registadas no balanço. Aquela apresenta o montante máximo da potencial utilização do Deutsche Bank AG no caso de todas as obrigações realizadas terem de ser cumpridas e, simultaneamente, todos os recursos para clientes não serem satisfeitos. Por conseguinte, a tabela não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados desses contratos, uma vez que muitos desses contratos expirarão sem serem retirados ou os saques serão contrabalançados através de recurso para o cliente.

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Garantias	51.996	43.840
Cartas de crédito	3.701	4.938
Responsabilidades de crédito	7.089	7.403

## Obrigações diversas

As obrigações de aquisição são acordos legalmente executáveis e vinculativos para a compra de mercadorias ou serviços nos termos predefinidos tais como quantidades ou preços mínimos. Sempre que o Deutsche Bank AG celebra tais acordos, existe o risco potencial de os termos e condições do contrato serem menos favoráveis do que os termos e condições no momento em que as mercadorias ou os serviços são fornecidos ou de os custos relacionados serem mais elevados do que o benefício económico recebido. No caso de uma perda antecipada, o Deutsche Bank AG poderá anular uma provisão para contratos onerosos.

As obrigações de aquisição para mercadorias e serviços ascendem a 3,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, as quais incluem pagamentos futuros para, entre outros, serviços de tecnologia da informação e de gestão de instalações, por exemplo.

As locações são contratos em que o proprietário de um ativo (locador) concede o direito de utilização desse ativo a outra parte (locatário) por um período de tempo específico em troca de pagamentos regulares. Um contrato de locação é classificado como uma locação operacional caso o contrato inclua um direito limitado ou ilimitado de resolução para o locatário. Todos os principais riscos e benefícios associados à propriedade do ativo permanecem com o locador, que permanece o proprietário económico. As locações operacionais proporcionam uma alternativa à propriedade, pois permitem ao locatário beneficiar do não investimento dos seus recursos no ativo. As obrigações existentes do Deutsche Bank AG resultantes das locações operacionais envolvem contratos de arrendamento e locação para edifícios, mobiliário e

equipamento de escritório. A maioria das mesmas são contratos de locação para edifícios, nos quais o Deutsche Bank AG é o locatário. Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações de pagamento ao abrigo dos contratos de arrendamento e locações ascendiam a 5,0 mil milhões de euros (dos quais 22 milhões de euros diziam respeito a subsidiárias) e tinham maturidades residuais de até 25 anos.

Em 31 de dezembro de 2022, os custos com remuneração variável diferida não amortizados totalizavam 134 milhões de euros.

O passivo para possíveis compras de ações não integralmente liberadas em sociedades anónimas ou sociedades por quotas e outras ações ascendia a 22 milhões de euros no final de 2022, dos quais 15 milhões de euros estavam relacionados com uma subsidiária.

De acordo com o artigo 5.º, n.º 10 do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se a indemnizar o Bundesverband deutscher Banken e.V., Berlim, por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor de bancos maioritariamente detidos ou controlados pelo Deutsche Bank AG.

Os compromissos de pagamento irrevogáveis para taxas bancárias relacionados com o Fundo Único de Resolução (SFR) e a proteção alemã de depósitos ascendiam a 1,2 mil milhões de euros.

As obrigações decorrentes de transações em bolsas de futuros e opções e em câmaras de compensação para as quais foram penhorados títulos como garantia ascendiam a 3,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

Outros passivos contingentes adicionais totalizam 73 milhões de euros.

## Notas às demonstrações financeiras

### Rendimentos por mercado geográfico

O montante total do rendimento de juros, do rendimento corrente de ações de capital e outros títulos de rendimento variável, das participações financeiras e dos investimentos em empresas afiliadas, do rendimento de comissões, do resultado de negociação líquido e de outras receitas operacionais tem origem em várias regiões, conforme apresentado através da seguinte discriminação de acordo com o artigo 34.º, n.º 2 da RechKredV.

em milhões de euros	2022	2021
Alemanha	18.621	13.810
Europa (excl. Alemanha)	16.065	6.131
Américas	5.491	3.060
África/Ásia/Austrália	3.970	2.884
<b>Total</b>	<b>44.146</b>	<b>25.885</b>

O aumento do rendimento na Alemanha e na Europa, excluindo a Alemanha, deve-se principalmente ao aumento do rendimento de juros e do rendimento de derivados da carteira bancária, bem como à melhoria dos rendimentos de negociação. O rendimento de comissões foi ligeiramente inferior. As outras regiões também beneficiaram do aumento do rendimento de juros, mas registaram efeitos de compensação parcial de outros resultados.

### Rendimento de juros e gastos de juros

O rendimento de juros de empresas de crédito e do mercado monetário incluiu 471 milhões de euros de juros negativos, ou seja, custos de juros sobre valores a receber que estavam principalmente relacionados com valores a receber de bancos e ativos detidos para negociação. Os custos de juros incluíram 1 123 milhões de euros de juros negativos, ou seja, rendimento de juros de passivo que estava sobretudo relacionado com dívidas a bancos.

### Serviços administrativos e de agência prestados por terceiros

Os seguintes serviços administrativos e de agência foram prestados por terceiros: serviços de custódia, encaminhamento de hipotecas, apólices de seguros e contratos de poupança e crédito habitação, gestão de ativos detidos em fideicomisso e gestão de ativos.

### Outros rendimentos e despesas operacionais

Outros resultados operacionais de 7,2 mil milhões de euros incluem o resultado de derivados não relacionados com a negociação de 5,5 mil milhões de euros, ganhos relacionados com a conversão cambial de ativos e passivos no valor de 470 milhões de euros e desembolsos de provisões no valor de 154 milhões de euros.

As outras despesas operacionais, no valor de 8,4 mil milhões de euros, incluem principalmente o resultado dos derivados não relacionados com a conversão no valor de 6,0 mil milhões de euros, a rentabilidade negativa dos ativos do plano e o custo de juros da anulação do desconto das provisões relacionadas com o pessoal, no valor de 1,4 mil milhões de euros, bem como as despesas de conversão cambial de ativos e passivo no valor de 624 milhões de euros.

### Resultado extraordinário

O rendimento extraordinário de 114 milhões de euros está relacionado com atividades de reestruturação. (2021: ganho de 36 milhões de euros). As despesas extraordinárias de 19 milhões de euros refletem atividades de reestruturação (2021: despesas de 181 milhões de euros).

Os rendimentos e gastos extraordinários traduziram-se num resultado extraordinário de 95 milhões de euros (2021: 145 milhões de euros negativos).

## Informação relativa ao montante bloqueado de acordo com os artigos 253.º, n.º 6 e 268.º, n.º 8 do HGB

A tabela a seguir apresenta o montante de acordo com o artigo 268.º, n.º 8 do HGB e o artigo 253.º, n.º 6 do HGB que deverá ser considerado para distribuição de lucros. As reservas distribuíveis totais acrescidas do lucro distribuível cobrem os montantes bloqueados em 31 de dezembro de 2022. As posições individuais abaixo incluem passivos por impostos diferidos, se aplicável; por conseguinte, os montantes apresentados na tabela poderão desviar-se das posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Ativos por impostos diferidos	5.895	3.853
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	2.504	2.317
Diferença de avaliação relacionada com o desconto de provisões para obrigações com pensões	329	451
Resultados não realizados de ativos do plano	0	540
<b>Total do montante não distribuível</b>	<b>8.728</b>	<b>7.162</b>

## Participações acionistas

- 31 Empresas em que a participação é superior a 20%
- 40 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações do Deutsche Bank AG de acordo com o artigo 285.º, ponto 11 do HGB, incluindo as informações de acordo com o artigo 285.º, ponto 11-a do HGB. De acordo com o artigo 286.º, n.º 3, 1.ª frase, ponto 1 do HGB, o Deutsche Bank AG não divulga os fundos próprios e o resultado anual de participações individuais, na medida em que tais divulgações são insignificantes para a apresentação dos ativos e do passivo, da posição financeira e dos resultados de operações do Deutsche Bank AG.

### Notas de rodapé:

- 1 No contrato de transferência de resultados, o resultado anual não é divulgado.
- 2 Fundos próprios e resultado anual do exercício de 2021; os números locais da GAAP para o exercício de 2022 ainda não estão disponíveis.
- 3 Fundos próprios e resultado anual do subgrupo. As empresas a seguir que começam com um travessão fazem parte do subgrupo; os respectivos fundos próprios e o resultado anual são incorporados nos dados do subgrupo.
- 4 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada nos termos do artigo 285.º, ponto 11-a do HGB.
- 5 Parceria geral.

Empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
1	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
2	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
3	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
4	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
5	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
6	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
7	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
8	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
9	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
10	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
11	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
12	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		26,9	273,6	14,9
13	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
14	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlim		100,0		
15	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
16	Amber Investments S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		100,0		
17	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
18	Arabesque AI Ltd	Londres		24,9	2,5	(2,4)
19	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
20	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
21	Baldur Mortgages Limited	Londres		100,0		
22	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		30,0	5,6	3,3
23	Banks Island General Partner Inc.	Toronto		50,0		
24	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		100,0		
25	Benefit Trust GmbH	Luetzen		100,0	7.326,4	(40,5)
26	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		49,0		
27	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		100,0	117,6	(54,7)
28	Better Financial Services GmbH	Berlim		100,0		
29	Better Payment Germany GmbH	Berlim		100,0		
30	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hamel	1	100,0	1.161,3	0,0
31	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hamel	1	100,0	1.800,6	0,0
32	BHW Holding GmbH	Hamel	1	100,0	727,8	0,0
33	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
34	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf		33,2		
35	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		32,0		
36	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		100,0		
37	Breaking Wave DB Limited	Londres		100,0		
38	BT Globenet Nominees Limited	Londres		100,0		
39	Cardea Real Estate S.r.l.	Milão		100,0		
40	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin		100,0		
41	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		100,0		
42	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		100,0		
43	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène		67,6	227,4	(17,7)
44	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		98,2		
45	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		100,0		
46	City Leasing Limited	Londres		100,0		
47	Consumo Srl in Liquidazione	Milão		100,0		
48	D B Investments (GB) Limited	Londres	2	100,0	554,5	(7,6)
49	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		100,0	0,0	3,4
50	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
51	DB (Barbados) SRL	Christ Church		100,0		
52	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
53	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
54	DB Advisors SICAV	Luxemburgo		95,9	7.230,4	(263,8)
55	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		100,0		
56	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxemburgo	2	96,9	5,6	12,1
57	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxemburgo	2	96,9	5,5	10,3
58	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	100,0	6.303,9	0,0
59	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	100,0	330,2	0,0
60	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Madrid		100,0		
61	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		100,0		
62	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
63	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		90,0		
64	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo	2	100,0	1,3	10,9
65	DB Delaware Holdings (Europe) Limited (in voluntary liquidation)	Camana Bay		100,0		
66	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	100,0		



N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
67	DB Equity Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	2	100,0	24,1	0,0
68	DB Finance International GmbH	Frankfurt		100,0		
69	DB Global Technology SRL	Bucareste		100,0	50,2	8,3
70	DB Group Services (UK) Limited	Londres		100,0		
71	DB HR Solutions GmbH	Frankfurt		100,0	2,0	(2,1)
72	DB Immobilienfonds 2 KG i.L.	Frankfurt		74,0		
73	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG i.L.	Frankfurt		93,6		
74	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		100,0		
75	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo		100,0		
76	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen		100,0	1.661,8	7,9
77	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		100,0	1.432,4	7,2
78	DB International (Asia) Limited	Singapura		100,0	429,8	(2,3)
79	DB International Investments Limited	Londres		100,0		
80	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		100,0		
81	DB Investment Partners Limited	Londres		100,0		
82	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	100,0	47,7	0,0
83	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		100,0		
84	DB Management Support GmbH	Frankfurt		100,0		
85	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		100,0	28,0	87,5
86	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
87	DB Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
88	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		100,0		
89	DB Operaciones y Servicios Interactivos, S.L.U.	Madrid		100,0		
90	DB Overseas Holdings Limited	Londres	2	100,0	81,5	16,4
91	DB Placement, LLC	Wilmington		100,0		
92	DB Print GmbH	Frankfurt	1	100,0		
93	DB RC Investments II, LLC	Wilmington		99,9		
94	DB Re S.A.	Luxemburgo		100,0		
95	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		33,6		
96	DB Service Centre Limited	Dublin	2	100,0	21,6	(2,3)
97	DB Services (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
98	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		100,0		
99	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		100,0		
100	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
101	DB Trustee Services Limited	Londres		100,0		
102	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0	4,4	2,7
103	DB UK Bank Limited	Londres	2	100,0	721,3	(8,9)
104	DB UK Holdings Limited	Londres	2	100,0	408,3	8,4
105	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		100,0	2,1	(102,9)
106	DB USA Corporation (Subgrupo)	Wilmington	3	100,0	12.615,6	51,5
107	-ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
108	-Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
109	-Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
110	-Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
111	-China Recovery Fund, LLC	Wilmington		85,0		
112	-DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		100,0		
113	-DB Aster II, LLC	Wilmington		100,0		
114	-DB Aster III, LLC	Wilmington		100,0		
115	-DB Aster, Inc.	Wilmington		100,0		
116	-DB Aster, LLC	Wilmington		100,0		
117	-DB Boracay LLC	Wilmington		100,0		
118	-DB Elara LLC	Wilmington		100,0		
119	-DB Energy Trading LLC	Wilmington		100,0		
120	-DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		100,0		
121	-DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		100,0		
122	-DB Global Technology, Inc.	Wilmington		100,0		
123	-DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		100,0		
124	-DB Intermezzo LLC	Wilmington		100,0		
125	-DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		100,0		
126	-DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		100,0		
127	-DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
128	-DB Io LP	Wilmington		100,0		
129	-DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		100,0		
130	-DB Litigation Fee LLC	Wilmington		100,0		
131	-DB Omega Ltd.	George Town		100,0		
132	-DB Omega S.C.S.	Luxemburgo		100,0		
133	-DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
134	-DB Private Clients Corp.	Wilmington		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
135	-DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		100,0		
136	-DB RC Holdings, LLC	Wilmington		100,0		
137	-DB Services Americas, Inc.	Wilmington		100,0		
138	-DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		100,0		
139	-DB Structured Products, Inc.	Wilmington		100,0		
140	-DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		100,0		
141	-DB USA Core Corporation	West Trenton		100,0		
142	-DBAH Capital, LLC	Wilmington		100,0		
143	-DBFIC, Inc.	Wilmington		100,0		
144	-DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		100,0		
145	-Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		100,0		
146	-Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
147	-Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Wilmington		100,0		
148	-Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		100,0		
149	-Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		100,0		
150	-Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		100,0		
151	-Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		100,0		
152	-Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		100,0		
153	-Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		100,0		
154	-Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		100,0		
155	-Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		100,0		
156	-G Finance Holding Corp.	Wilmington		100,0		
157	-GAC-HEL, Inc.	Wilmington		100,0		
158	-German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		100,0		
159	-GWC-GAC Corp.	Wilmington		100,0		
160	-Kelsey Street LLC	Wilmington		100,0		
161	-87 Leonard Development LLC	Wilmington		100,0		
162	-MIT Holdings, Inc.	Baltimore		100,0		
163	-MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		100,0		
164	-MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		100,0		
165	-New 87 Leonard, LLC	Wilmington		100,0		
166	-PARTS Funding, LLC	Wilmington		100,0		
167	-QR Tower 2, LLC	Wilmington		100,0		
168	-Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		100,0		
169	-Sharps SP I LLC	Wilmington		100,0		
170	-Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		100,0		
171	-World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		100,0		
172	-Zumirez Drive LLC	Wilmington		100,0		
173	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	573,2	4,2
174	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	42,4	(0,1)
175	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt	1	100,0		
176	DB Vita S.A.	Luxemburgo		84,0	45,2	1,8
177	DBCIBZ1	George Town		100,0		
178	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		25,9		
179	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	2	100,0	12,2	5,3
180	DBR Investments Co. Limited	George Town		100,0	242,6	(91,5)
181	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		100,0		
182	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		100,0		
183	DBRMSGP1	George Town	4, 5	100,0	378,7	8,8
184	DBUK PCAM Limited	Londres	2	100,0	(108,1)	(0,1)
185	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
186	DBX Advisors LLC	Wilmington		100,0	13,0	6,3
187	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	4	100,0	78,4	(16,4)
188	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt		100,0		
189	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		100,0		
190	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		100,0		
191	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		100,0		
192	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Atenas		95,6		
193	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0	11,2	(4,4)
194	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		100,0	312,6	31,0
195	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		100,0	10,9	0,1
196	Deutsche Australia Limited (Subgrupo)	Sydney	2, 3	100,0	185,9	1,9
197	-Deutsche Access Investments Limited	Sydney		100,0		
198	-Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		100,0		
199	-Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		100,0		
200	-Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
201	-R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
202	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		100,0	69,1	1,2

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
203	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		100,0	1.261,8	69,9
204	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		100,0	404,2	45,5
205	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		100,0	599,3	7,7
206	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		100,0		
207	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		100,0	91,1	42,5
208	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	100,0	10,0	0,0
209	Deutsche Bank Financial Company	George Town		100,0	20,5	(8,7)
210	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		100,0	4.859,8	164,9
211	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		100,0	21,9	(6,0)
212	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		100,0	68,1	1,1
213	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		100,0	355,6	(95,6)
214	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		100,0		
215	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		100,0	393,6	45,4
216	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		100,0	99,7	1,3
217	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		99,9	2.327,5	255,1
218	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		100,0	954,5	9,6
219	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		100,0		
220	Deutsche Capital Partners China Limited	Camana Bay		100,0		
221	Deutsche Cayman Ltd.	Camana Bay		100,0		
222	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		100,0	42,6	9,9
223	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		100,0		
224	Deutsche Custody N.V.	Amsterdão		100,0		
225	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		100,0	42,5	15,4
226	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town	2	100,0	11,0	(0,4)
227	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		100,0		
228	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		100,0	12,8	0,2
229	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		100,0	16,4	(4,7)
230	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	99,8		
231	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxemburgo		100,0		
232	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	1.870,9	301,6
233	Deutsche Holdings Limited	Londres	2	100,0	443,0	0,0
234	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	2	100,0	249,1	(0,2)
235	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	2	100,0	179,1	(1,3)
236	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		100,0	117,8	1,6
237	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	1	100,0	26,5	0,0
238	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		100,0	92,8	17,2
239	Deutsche India Private Limited	Mumbai		100,0	164,0	42,3
240	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		100,0		
241	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		100,0		
242	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		100,0		
243	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amsterdão		100,0		
244	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		100,0	108,5	2,2
245	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		100,0		
246	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		100,0	83,3	(4,4)
247	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
248	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited	Londres	2	100,0	38,1	(0,5)
249	Deutsche Nederland N.V.	Amsterdão		100,0		
250	Deutsche New Zealand Limited (Subgrupo)	Auckland	3	100,0	1,2	0,0
251	-Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		100,0		
252	-Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		100,0		
253	-Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		100,0		
254	-Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		100,0		
255	Deutsche Nominees Limited	Londres		100,0		
256	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colónia	1	100,0	518,8	0,0
257	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		100,0		
258	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		100,0		
259	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		100,0		
260	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington		100,0		
261	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington		100,0		
262	Deutsche Private Asset Management Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
263	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		49,0		
264	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		100,0	11,3	0,3
265	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	25,0	0,8
266	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0		
267	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		100,0	114,1	1,6
268	Deutsche Securities Inc.	Tóquio	2	100,0	616,5	(53,9)
269	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		100,0	8,7	2,6

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
270	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		100,0	75,6	3,6
271	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta)	Riade		100,0	80,0	(2,1)
272	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		100,0	113,8	(8,6)
273	Deutsche Services (CI) Limited	St. Helier		100,0	161,8	1,6
274	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		100,0		
275	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	1	100,0		
276	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		100,0		
277	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		100,0	15,8	(1,1)
278	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		100,0		
279	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
280	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		100,0		
281	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		50,0		
282	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Colónia		25,1	11,9	0,7
283	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		78,0		
284	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	1	100,0		
285	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
286	DIP Management GmbH	Frankfurt		100,0		
287	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	100,0		
288	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		21,1		
289	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf		50,0		
290	DREIUNZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
291	DREIZEHNTHE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
292	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
293	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
294	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
295	DWS Alternatives France	Paris		100,0		
296	DWS Alternatives Global Limited	Londres		100,0	133,4	(20,0)
297	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt	1	100,0	19,5	0,0
298	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		100,0	16,1	0,4
299	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt	1	98,7	336,4	0,0
300	DWS CH AG	Zurique		100,0	18,7	4,7
301	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		100,0	46,3	4,6
302	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		60,0	12,1	1,9
303	DWS Global Business Services Inc.	Cidade de Taguig		99,9		
304	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt		79,5	8.311,2	413,5
305	DWS Group Services UK Limited	Londres		100,0	46,8	9,3
306	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt	1	99,9	27,7	0,0
307	DWS India Private Limited	Mumbai		100,0		
308	DWS International GmbH	Frankfurt	1	100,0	82,3	0,0
309	DWS Investment GmbH	Frankfurt	1	100,0	393,6	0,0
310	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		100,0	795,3	(4,3)
311	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		100,0	389,2	24,1
312	DWS Investments Australia Limited	Sydney		100,0		
313	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0	44,1	6,9
314	DWS Investments Japan Limited	Tóquio		100,0	23,7	2,9
315	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai		100,0		
316	DWS Investments Singapore Limited	Singapura		100,0	383,6	58,6
317	DWS Investments UK Limited	Londres		100,0	184,6	82,5
318	DWS Management GmbH	Frankfurt		100,0		
319	DWS Offshore Infrastructure Debt Opportunities Feeder LP	George Town		26,3	34,1	2,5
320	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt	1	99,9	52,7	0,0
321	DWS Service Company	Wilmington		100,0	3,7	(8,1)
322	DWS Shanghai Private Equity Fund Management Limited	Xangai		100,0		
323	DWS Trust Company	Concord		100,0	25,8	0,4
324	DWS USA Corporation	Wilmington		100,0	1.645,0	133,3
325	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.L.	Hamburgo		65,2		
326	EINUNZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
327	Eisler Capital (TA) Ltd	Londres		34,7		
328	Elbe Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		25,0		
329	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt		50,0		
330	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
331	Elizabethan Holdings Limited	George Town		100,0		
332	Elizabethan Management Limited	George Town		100,0		
333	Elm (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
334	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		100,0		
335	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Frankfurt		100,0		
336	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
337	Evroenergeiaki Anonymi Etaireia	Atenas		40,0		
338	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão		100,0		
339	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim		100,0		
340	Fir (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
341	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
342	FSDB Merchant Services GmbH	Frankfurt		49,0		
343	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
344	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		41,2		
345	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		30,6		
346	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		74,9		
347	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
348	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		100,0		
349	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		36,7	8,2	6,2
350	gixyz Abwicklungs GmbH i.L.	Frankfurt		33,3		
351	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Rottach-Egern		29,5		
352	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Rottach-Egern		28,6		
353	Greenheart (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
354	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		98,7		
355	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf		40,1		
356	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf		94,0		
357	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf		100,0		
358	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf		41,6		
359	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf		62,1		
360	Grundstücksgesellschaft Mietwohnhäuser Leipzig-Gohlis GbR	Troisdorf		25,0		
361	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf		26,0		
362	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		78,7		
363	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		30,0	1.067,1	320,3
364	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.L.	Jork		24,3		
365	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		40,7	692,8	(91,2)
366	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		50,0		
367	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG i.L.	Berlim		20,5		
368	Immobilienfonds Büro Center Erfurt am Flughafen Bindersleben III GbR	Chemnitz		20,7		
369	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf		90,0		
370	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf		39,0		
371	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colónia		30,5		
372	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf		28,9		
373	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf		40,3		
374	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf		99,0		
375	Ingrid S.à r.l.	Luxemburgo		23,8		
376	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
377	Intermodal Finance I Ltd.	George Town		49,0		
378	Isaac Newton S.A.	Capellen		98,2		
379	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
380	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0		
381	I VAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
382	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung i.L.	Düsseldorf		22,9		
383	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft i.L.	Düsseldorf		22,9		
384	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo		100,0		
385	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		100,0	13,2	4,7
386	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		100,0	0,1	12,9
387	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	100,0		
388	Kidson Pte Ltd	Singapura		100,0	17,9	0,4
389	Kinneil Leasing Company	Londres		35,0		
390	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
391	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	100,0		
392	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		25,9	831,7	(230,0)
393	LA Water Holdings Limited	George Town		75,0		
394	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		100,0	25,9	0,9
395	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		100,0		
396	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		100,0		
397	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		100,0		
398	London Industrial Leasing Limited	Londres		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
399	2755 LVB I LLC	Wilmington		100,0		
400	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt		77,1	18,4	2,8
401	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt		35,7	11,8	0,2
402	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		100,0	281,3	2,9
403	MCT Súdáfrika 3 GmbH & Co. KG i.l.	Hamburgo		39,0		
404	MEF I Manager, S. à r.l.	Munzbach		100,0		
405	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		40,0		
406	MorgenFund GmbH	Frankfurt		30,0		
407	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0		
408	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0		
409	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.l.	Hamburgo		34,0		
410	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo		32,8		
411	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo		33,0		
412	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa		100,0		
413	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
414	NCW Holding Inc.	Vancouver		100,0		
415	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
416	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
417	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
418	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
419	norisbank GmbH	Bona	1	100,0	433,9	0,0
420	North Coast Wind Energy Corp.	Port Moody		50,0		
421	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
422	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		100,0	26,1	9,1
423	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		100,0	300,0	72,6
424	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		100,0		
425	OPB-Oktava GmbH	Colónia		100,0		
426	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		27,7		
427	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		100,0		
428	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0		
429	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
430	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
431	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
432	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
433	PB Factoring GmbH	Bona	1	100,0	32,6	0,0
434	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen i.L.	Bona		100,0		
435	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	100,0	32,4	0,0
436	PEIF II SLP Feeder 2 LP	Edimburgo		100,0		
437	PEIF III SLP Feeder, SCSp	Senningerberg		55,1		
438	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
439	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
440	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
441	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
442	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
443	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
444	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
445	Peruda Leasing Limited	Londres		100,0		
446	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
447	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
448	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati		95,0		
449	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		100,0		
450	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
451	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona	1	100,0	782,0	0,0
452	Postbank Direkt GmbH	Bona	1	100,0	15,9	0,0
453	Postbank Filialvertrieb AG	Bona	1	100,0	37,1	0,0
454	Postbank Finanzberatung AG	Hamel	1	100,0	85,8	0,0
455	Postbank Immobilien GmbH	Hamel	1	100,0		
456	Postbank Leasing GmbH	Bona	1	100,0		
457	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
458	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
459	Prestipay S.p.A.	Udine		40,0	23,1	1,1
460	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
461	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf		50,0		
462	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
463	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta		99,0		
464	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
465	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
466	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
467	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
468	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
469	REDUS DTHG, LLC	Wilmington		49,9		
470	Reference Capital Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
471	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
472	Riviera Real Estate	Paris		100,0		
473	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		100,0	253,8	131,1
474	RREEF America L.L.C.	Wilmington		100,0	264,6	156,3
475	RREEF China REIT Management Limited (in members' voluntary winding up)	Hong Kong		100,0		
476	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		100,0		
477	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		100,0		
478	RREEF Fund Holding Co.	George Town		100,0	65,9	10,1
479	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		100,0		
480	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		100,0	(27,4)	10,6
481	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hamel	1	100,0		
482	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
483	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
484	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0	45,8	0,2
485	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
486	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
487	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG i.L.	Düsseldorf		58,5		
488	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
489	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
490	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
491	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
492	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
493	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
494	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
495	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		33,2		
496	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
497	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Düsseldorf		71,1		
498	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
499	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
500	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
501	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
502	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
503	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
504	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
505	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf		100,0		
506	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
507	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
508	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
509	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
510	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
511	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
512	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
513	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
514	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
515	SOLOON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
516	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
517	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
518	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		100,0		
519	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
520	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
521	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
522	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima		99,9		
523	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima		99,8		
524	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		22,5		
525	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
526	Starpool Finanz GmbH	Berlin		49,9		
527	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		100,0		
528	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano		100,0		
529	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
530	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
531	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
532	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
533	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Frankfurt		100,0		
534	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
535	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
536	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
537	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
538	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		100,0		
539	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
540	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
541	Tech Venture Growth S.C.R., S.A.	Madrid		100,0		
542	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
543	Tempurrite Leasing Limited	Londres		100,0		
544	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
545	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG i.L.	Düsseldorf		100,0		
546	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG i.L.	Düsseldorf		100,0		
547	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		100,0		
548	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
549	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
550	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
551	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
552	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim		50,0		
553	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
554	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt		100,0		
555	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
556	Triplereason Limited	Londres		100,0	330,1	0,7
557	Triton Beteiligungs S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		33,1		
558	TRS Aria LLC	Wilmington		100,0		
559	TRS Leda LLC	Wilmington		100,0		
560	TRS Scorpio LLC	Wilmington		100,0		
561	TRS SVCO LLC	Wilmington		100,0		
562	TRS Venor LLC	Wilmington		100,0		
563	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
564	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque		99,9		
565	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
566	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
567	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
568	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
569	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
570	Volbroker.com Limited	Rochford		22,5	12,5	0,9
571	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona	1	100,0	28,6	0,0
572	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0	172,9	18,0
573	Weser Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		25,0		
574	5353 WHMR LLC	Wilmington		100,0		
575	WIS JV LLC	Wilmington		50,0		
576	Wood NewCo S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		52,1		
577	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
578	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
579	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
580	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
581	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
582	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
583	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
584	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
585	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
586	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
587	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		25,0		
588	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
589	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
590	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
591	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
592	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		33,3	164,5	0,2
593	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
594	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
595	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
596	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
597	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
598	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
599	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		



N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
600	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
601	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
602	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
603	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
604	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
605	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
606	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
607	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
608	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
609	A.C.N. 603 303 126 Pty Ltd	Melbourne		19,5		
610	ABRAAJ Holdings (em dissolução oficial)	Camana Bay		8,8		
611	BÜRGERSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		8,5		
612	Bürgerschaftsbank Hamburg GmbH	Hamburgo		8,7		
613	Bürgerschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		8,4		
614	Bürgerschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		6,3		
615	Bürgerschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		8,2		
616	Bürgerschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		5,6		
617	Bürgerschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		8,7		
618	MTS S.p.A.	Roma		5,0		
619	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		9,0		
620	Private Export Funding Corporation	Wilmington		6,0		
621	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		11,8		
622	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		7,8		

## Outras informações

### Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
DB International (Asia) Limited, Singapura	Deutsche Holdings (Grand Duchy), Luxemburgo
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited, London
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	OOO "Deutsche Bank", Moscovo
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	PB Factoring GmbH, Bona
Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra	

## Divulgações de acordo com o artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief)

As tabelas a seguir apresentam as divulgações exigidas pelo artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief). Estas divulgações contêm informações sobre as obrigações hipotecárias Pfandbriefe que o Deutsche Bank AG detinha em 31 de dezembro de 2022.

### Exposição global (artigo 28.º, n.º 1, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

#### Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial
Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	13.038,0	12.199,2	11.029,4	13.674,2	11.029,4
Cobertura de ativos	16.192,8	14.550,3	12.637,9	17.023,8	12.637,9
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 12.º (1)	15.530,3	14.038,7	12.215,4	16.399,4	12.215,4
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 2 <sup>1</sup>	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 3 <sup>2</sup>	662,5	511,5	422,6	624,4	422,6
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	5,1	4,2	3,8	4,6	3,8
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
<b>Sobrecolateralização</b>	<b>3.154,8</b>	<b>2.351,1</b>	<b>1.608,5</b>	<b>3.349,6</b>	<b>1.608,5</b>
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	24,2	19,3	14,6	24,5	14,6

De acordo com o artigo 5.º, n.º 1, ponto 1 e o artigo 6.º, n.º 2, ponto 1 da abordagem estática da PfandBarwertV

<sup>1</sup> Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o artigo 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

<sup>2</sup> Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o artigo 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial
Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	13.112,0	13.853,6	12.749,6	15.629,4	12.749,6
Cobertura de ativos	15.709,4	17.631,5	15.049,5	21.053,2	15.056,5
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 12.º (1)	15.111,9	17.031,7	14.555,8	20.302,9	14.562,8
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 2 <sup>1</sup>	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 3 <sup>2</sup>	597,5	599,8	493,7	750,3	493,7
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	4,6	4,3	3,9	4,8	3,9
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
<b>Sobrecolateralização</b>	<b>2.597,4</b>	<b>3.777,9</b>	<b>2.299,9</b>	<b>5.423,8</b>	<b>2.306,9</b>
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	19,8	27,3	18,0	34,7	18,1

De acordo com o artigo 5.º, n.º 1, ponto 1 e o artigo 6.º, n.º 2, ponto 1 da abordagem estática da PfandBarwertV

<sup>1</sup> Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o artigo 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

<sup>2</sup> Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o artigo 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG

Todas as coberturas de ativos são valores a receber de clientes que estão garantidos por hipotecas e coberturas de ativos adicionais são obrigações e outros títulos de rendimento fixo de acordo com a Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

### Pfandbriefe do Setor Público

em euros	Valor nominal 31 dez 2022	Valor nominal 31 dez 2021	Valor atual líquido 31 dez 2022	Valor atual líquido <sup>1</sup> 31 dez 2021	Valor atual líquido ajustado ao risco <sup>2</sup> 31 dez 2022	Valor atual líquido ajustado ao risco <sup>2</sup> 31 dez 2021
Cobertura de ativos <sup>3</sup>	142,8	131,0	125,1	133,3	102,5	136,6
Dos quais derivados	0	0	0	0	0	0
Pfandbriefe do Setor Público	90,0	90,0	93,5	112,5	73,5	119,1
Sobrecolateralização (%)	58,7	45,6	33,8	18,5	39,5	14,7

<sup>1</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

<sup>2</sup> Método dinâmico

<sup>3</sup> Incluindo outros ativos de cobertura de acordo com o artigo 20.º, n.º 2 da PfandBG

## Perfil de maturidade (artigo 28.º, n.º 1, ponto 2, da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Estrutura de maturidade da hipoteca e períodos de juros fixos dos ativos de cobertura.

### Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)

Perfil de maturidade em milhões de euros	Estrutura de maturidade da obrigação hipotecária (Pfandbriefe) pendente		Prazos da taxa fixa para a garantia total	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
inferior a 6 meses	533,0	555,0	526,0	562,8
de 6 a 12 meses	160,0	0	509,8	307,2
de 12 a 18 meses	1.184,5	533,0	535,6	361,6
de 18 meses a 2 anos	55,0	160,0	504,9	548,0
de 2 a 3 anos	1.207,0	2.264,5	864,4	1.106,6
de 3 a 4 anos	1.631,0	1.207,0	780,2	955,7
de 4 a 5 anos	2.693,0	2.656,0	1.033,9	922,1
de 5 a 10 anos	3.552,0	4.634,0	6.112,3	5.962,8
superior a 10 anos	2.022,5	1.102,5	5.325,6	4.982,5
<b>Total</b>	<b>13.038,0</b>	<b>13.112,0</b>	<b>16.192,7</b>	<b>15.709,4</b>

Estrutura de maturidade da Pfandbriefe do Setor Público e períodos de juros fixos dos ativos de cobertura.

### Pfandbriefe do Setor Público

Perfil de maturidade em euros	Cobertura de ativos <sup>1</sup>	Cobertura de ativos <sup>1</sup>	Pfandbriefe do Setor Público	Pfandbriefe do Setor Público
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
inferior a 6 meses	0	30,0	0	0
de 6 a 12 meses	0	25,0	0	0
de 12 a 18 meses	0	0	0	0
de 18 meses a 2 anos	37,0	0	0	0
de 2 a 3 anos	58,5	37,0	50,0	0
de 3 a 4 anos	0	33,5	0	50,0
de 4 a 5 anos	1,3	0	0	0
de 5 a 10 anos	46,0	0	40,0	25,0
superior a 10 anos	0	5,5	0	15,0
<b>Total</b>	<b>142,8</b>	<b>131,0</b>	<b>90,0</b>	<b>90,0</b>

<sup>1</sup> Incluindo outros ativos de cobertura de acordo com o artigo 20.º, n.º 2 da PfandBG

## Porção de derivativos incluídos na garantia total (artigo 28.º, n.º 1, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existiam quaisquer derivativos na garantia total.

## Cobertura de ativos por valor nominal (artigo 28.º, n.º 2, ponto 1-a da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

A cobertura de ativos únicos incluída no montante total de 15,5 mil milhões de euros (2021: 15,1 mil milhões de euros) com um valor nominal inferior a 0,3 milhões de euros ascendeu a 12,4 mil milhões de euros (2021: 12,1 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 0,3 milhões de euros e 1 milhão de euros ascendeu a 2,4 mil milhões de euros (2021: 2,2 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 1 milhão de euros e 10 milhões de euros ascendeu a 749 milhões de euros (2021: 796 milhões de euros) e com um valor nominal superior a 10 milhões de euros ascendeu a 0 milhões de euros (2021: 0 milhões de euros).

## Cobertura adicional de obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) (valor nominal) por país/sede social (artigo 28.º n.º 1, pontos 4 e 5 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe))

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existia cobertura adicional de obrigações hipotecárias (Pfandbriefe).

## Empréstimos utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) por país, em que os imóveis onerados baseiam-se no tipo de utilização (artigo 28.º, n.º 2, pontos 1-b e 1-c da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe))

### Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

em milhões de euros	Residencial						Comercial					
	Apartamentos	Habitacões unifamiliares	Habitacões multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
Alemanha	3.108,1	8.718,9	2.685,3	0	14.512,4	527,0	150,3	144,2	196,4	1.017,9	0	15.530,3
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3.108,1</b>	<b>8.718,9</b>	<b>2.685,3</b>	<b>0</b>	<b>14.512,4</b>	<b>527,0</b>	<b>150,3</b>	<b>144,2</b>	<b>196,4</b>	<b>1.017,9</b>	<b>0</b>	<b>15.530,3</b>

em milhões de euros	Residencial						Comercial					
	Apartamentos	Habitacões unifamiliares	Habitacões multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
Alemanha	2.843,6	8.322,5	2.821,6	0	13.987,8	565,2	172,3	162,1	224,4	1.124,1	0	15.111,9
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2.843,6</b>	<b>8.322,5</b>	<b>2.821,6</b>	<b>0</b>	<b>13.987,8</b>	<b>565,2</b>	<b>172,3</b>	<b>162,1</b>	<b>224,4</b>	<b>1.124,1</b>	<b>0</b>	<b>15.111,9</b>

## Pagamentos pendentes relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) (artigo 28.º, n.º 2, ponto 2 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe))

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existiam quaisquer pagamentos em incumprimento há 90 ou mais dias relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe).

## Informação adicional relativa a empréstimos hipotecários (artigo 28.º, n.º 2, ponto 4 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbriefe))

No final de 2022 e 2021, não existiam quaisquer execuções hipotecárias pendentes. Em 2022 e 2021, não foram realizadas execuções hipotecárias e o Deutsche Bank AG não adquiriu propriedades para evitar perdas de hipotecas. Além disso, não existiam quaisquer prestações de juros a pagar pelos devedores.

## Comparação de ações com juros fixos (artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

### Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Valor nominal	
	31 dez 2022	31 dez 2021
Obrigação hipotecária (Pfandbriefe) com juros fixos	10.807	7.862
Como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	83	60
Cobertura de ativos com juros fixos	16.092	15.597
Como % do total da cobertura de ativos	99	99

## Valor atual líquido por moeda (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existiam empréstimos hipotecários em divisas estrangeiras utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe).

## Fatores característicos adicionais (artigo 28.º, n.º 1, ponto 7; artigo 28.º, n.º 1, ponto 11; artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022	31 dez 2021
Rácio médio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia ponderado utilizando o valor do financiamento hipotecário (em %) <sup>1</sup>	54	54
Média ponderada ao volume em anos da maturidade decorridos desde a concessão do crédito hipotecário <sup>2</sup>	5	5
Reclamações totais superiores aos limites do artigo 13.º (1) da PfandBG (países sem direito de preferência) <sup>3</sup>	0	0

<sup>1</sup> De acordo com o artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

<sup>2</sup> De acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 11 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

<sup>3</sup> De acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 7 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

## Valores a receber aplicados para cobrir obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) do setor público emitidas, categorizados por dimensão (valor nominal) (artigo 28.º, n.º 3, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
até 10 milhões de euros, inclusive	0,0	0,0
10 milhões de euros a 100 milhões de euros	125,50	125,50
mais de 100 milhões de euros	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>125,50</b>	<b>125,50</b>

## Valores a receber aplicados para cobrir obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*) do setor público emitidas (valor nominal), por tipo de devedor que garante, respetivamente, o organismo e respetiva sede social (país) (artigo 28.º, n.º 3, ponto 2 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em milhões de euros	31 dez 2022		31 dez 2021	
	devido	com garantia	devido	com garantia
<b>Alemanha</b>				
País	0	0	0	0
Autoridades regionais	37,0	0	92,0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para a Alemanha	37,0	0	92,0	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
<b>Instituições da UE</b>				
País	0	0	0	0
Autoridades regionais	0	0	0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para as instituições da UE	0	0	0	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
<b>Países Baixos</b>				
País	88,5	0	33,5	0
Autoridades regionais	0	0	0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para os Países Baixos	88,5	0	33,5	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
<b>Total devido/garantido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>125,5</b>	<b>0</b>	<b>125,5</b>	<b>0</b>

## Características das obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*) do setor público emitidas e ativos de cobertura aplicados (artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 a 10 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Comparação de ações com juros fixos de acordo com o artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da PfandBG</b>		
<i>Pfandbriefe</i> do Setor Público com juros fixos (em %)	100,00	100,00
Cobertura de ativos com juros fixos (em %)	100,00	100,00
Valor atual líquido de acordo com o artigo 6.º da Lei relativa às obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbrief-Barwertverordnung</i> ) por moeda estrangeira (milhões de euros) (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da <i>PfandBG</i> )	29,00	17,50

## Informação de acordo com o artigo 160.º, n.º 1, ponto 8 da AktG

Em 31 de dezembro de 2022, o Deutsche Bank tomou conhecimento dos seguintes acionistas que relataram uma participação de, no mínimo, 3% dos direitos de voto cada um, de acordo com o artigo 33.º da Lei alemã relativa à transação de títulos (*Wertpapierhandelsgesetz*):

A BlackRock, Inc., Wilmington, DE, notificou o Deutsche Bank que, em 31 de dezembro de 2020, detinha 5,23% das nossas ações. O Deutsche Bank não recebeu qualquer outra notificação da BlackRock, Inc., Wilmington, DE, até 31 de dezembro de 2022.

Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) notificou o Deutsche Bank de que, a 20 de novembro de 2020, detinha 3,18% das nossas ações. O Deutsche Bank não recebeu qualquer outra notificação de Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) até 31 de dezembro de 2022.

A Amundi S.A., France, notificou o Deutsche Bank que, a 19 de outubro de 2022, detinha 3,07% das nossas ações. O Deutsche Bank não recebeu qualquer outra notificação da Amundi S.A., France, até 31 de dezembro de 2022.

A Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, notificou o Deutsche Bank que, a 20 de agosto de 2015, detinha 3,05% das nossas ações. O Deutsche Bank não recebeu qualquer outra notificação da Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, até 31 de dezembro de 2022.

A Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, notificou o Deutsche Bank que, a 20 de agosto de 2015, detinha 3,05% das nossas ações. O Deutsche Bank não recebeu qualquer outra notificação da Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, até 31 de dezembro de 2022.

## Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente para o exercício de 2022 uma remuneração total de 52.870.209 euros (2021: 49.984.668 euros). O número de prémios em ações atribuídos aos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2022 foi de 1.765.289 ações. O valor correspondente, com base na cotação da ação relevante de 11,80 euros por ação, totalizou 20.830.415 euros. Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobrevivivos receberam 22.974.014 euros e 38.737.800 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respetivamente.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobrevivivos totalizavam 187.137.298 euros e 173.184.590 euros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos Estatutos do Banco. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2022 uma remuneração total de 6.833.333 euros (2021: 6.520.833 euros), dos quais 5.260.417 euros foram pagos no primeiro trimestre de 2023 (primeiro trimestre de 2022: 4.965.625 euros), de acordo com as provisões dos Estatutos.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 4.514.404 eurose 6.476.340 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG a 939.889 euros e 1.559.179 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 93.153 euros em 2022.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização são indicados nas páginas 46 e 47.

## Colaboradores

O número médio de colaboradores equivalentes a tempo inteiro empregados durante o exercício do relato foi de 35.325 (2021: 35.848), 15.002 dos quais mulheres (2021: 15.369). Os colaboradores a tempo parcial estão proporcionalmente incluídos nesses números com base nas respetivas horas de trabalho. Uma média de 13.108 (2021: 13.736) colaboradores trabalhavam em agências fora da Alemanha.

## Governo da sociedade

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG emitiram, em outubro de 2022, a declaração de conformidade com o Código de Governo das Sociedades alemão nos termos do número 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e disponibilizou-a permanentemente no seu site ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).



Os Diretores Executivos do Parceiro Geral e o Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA emitiram também a sua declaração de conformidade com o Código de Governo das Sociedades alemão nos termos do artigo 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações (Akt) e disponibilizaram-na permanentemente no seu site (<https://group.dws.com/corporate-governance/declaration-of-conformity-pursuant-to-ss161-german-stock-corporation-act-aktg/>).

## Serviços adicionais prestados pelo auditor

O Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias receberam determinados serviços fiscais e relacionados com a auditoria pelo auditor do Deutsche Bank AG das demonstrações financeiras anuais, Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft (“EY”).

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e não incluem os honorários de auditoria do DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

Para informações sobre as comissões pagas ao auditor do Deutsche Bank AG, consulte o Relatório Anual do Grupo.

## Acontecimentos após o período de relato

Tendo cumprido o seu mandato de redução de riscos e de custos de 2019 até ao final de 2022, a Capital Release Unit deixará de ser registada como um segmento separado, com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. A sua restante carteira, recursos e colaboradores serão reportados no segmento Corporate & Other. De acordo com esta alteração, o Core Bank, que representa o Grupo, excluindo a Capital Release Unit, deixará também de ser reportado e, a partir do primeiro trimestre de 2023, o Grupo será composto pelos segmentos Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank, Asset Management e Corporate & Other.

O Grupo implementará afetações adicionais de gestão de custos baseados em fatores de produção a partir do primeiro trimestre de 2023. A nova metodologia tem por objetivo proporcionar uma maior transparência sobre os fatores que determinam os custos da infraestrutura e associa mais estreitamente os custos ao consumo de serviços. Embora o rácio custo/rendimento e a rentabilidade dos capitais próprios tangíveis do Grupo não sejam afetados pela alteração das afetações internas, as respetivas métricas divisionais serão alteradas no futuro.

# Órgãos de gestão

## Conselho de Administração

No ano de 2022, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Administração:

Christian Sewing  
Diretor-geral (CEO) da

James von Moltke  
Presidente (desde 25 de março de 2022)

Karl von Rohr  
Presidente

Fabrizio Campelli

Bernd Leukert

Stuart Lewis  
(até 19 de maio de 2022)

Alexander von zur Mühlen

Christiana Riley

Rebecca Short

Prof. Dr. Stefan Simon

Olivier Vigneron  
(desde 20 de maio de 2022)

## Conselho de Fiscalização

No ano de 2022, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Fiscalização.  
Além disso, está especificada a morada de residência dos membros do Conselho de Fiscalização.

Alexander Wynaendts – Presidente (desde 19 de maio de 2022) Ommen Países Baixos	Gabriele Platscher* Braunschweig Alemanha
Dr. Paul Achleitner – Presidente (até 19 de maio de 2022) Munique Alemanha	Bernd Rose* Menden Alemanha
Detlef Polaschek* – Vice-presidente Essen Alemanha	Yngve Slyngstad (desde 19 de maio de 2022) Oslo Noruega
Professor Dr. Norbert Winkeljohann – Vice-presidente (desde 20 de julho de 2022) Osnabrück Alemanha	John Alexander Thain Rye EUA
Ludwig Blomeyer-Bartenstein* Bremen Alemanha	Michele Trogni Riverside EUA
Mayree Clark Nova Canaan EUA	Dr. Dagmar Valcárcel Madrid Espanha
Jan Duscheck* Berlim Alemanha	Stefan Viertel* Kelkheim im Taunus Alemanha
Manja Eifert (desde 7 de abril de 2022) Berlim Alemanha	Dr. Theodor Weimer Wiesbaden Alemanha
Dr. Gerhard Eschelbeck (até 19 de maio de 2022) Cupertino EUA	Frank Werneke* Berlim Alemanha
Sigmar Gabriel Goslar Alemanha	Frank Witter Braunschweig Alemanha
Timo Heider* Emmerthal Alemanha	Henriette Mark* até 31 de março de 2022 Munique Alemanha
Martina Klee* Frankfurt am Main Alemanha	

\*Representantes dos colaboradores

## Comités

### Comité do Presidente

Alexander Wynaendts, Presidente (desde 19 de maio de 2022), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 19 de maio de 2022)  
Detlef Polaschek\*, Frank Werneke\*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

### Comité de Nomeações

Alexander Wynaendts, Presidente (desde 28 de julho de 2022), membro (desde 19 de maio de 2022 até 28 de julho de 2022), Mayree Clark, Presidente (até 28 de julho de 2022), membro (desde 28 de julho de 2022)  
Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Detlef Polaschek\*, Frank Werneke\*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann,

### Comité de Auditoria

Frank Witter, Presidente (desde 28 de julho de 2022), membro (até 28 de julho de 2022), Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente (até 28 de julho de 2022), membro (desde 28 de julho de 2022)  
Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Manja Eifert (desde 28 de julho de 2022), Henriette Mark\* (até 31 de março de 2022), Gabriele Platscher\*, Detlef Polaschek\*, Bernd Rose\*, Dr. Dagmar Valcárcel, Stefan Viertel, Dr. Theodor Weimer, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

### Comité de Risco

Mayree Clark, Presidente

Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*, Jan Duscheck\*, Michele Trogni, Stefan Viertel\*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

### Comité de Supervisão Regulamentar (desde 28 de julho de 2022) (anteriormente Comité de Integridade)

Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente

Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*, Sigmar Gabriel, Timo Heider\*, Gabriele Platscher\*, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

### Comité de Controlo de Remunerações

Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente (desde 28 de julho de 2022), Alexander Wynaendts, Presidente (desde 19 de maio de 2022 até 28 de julho de 2022), membro (desde 28 de julho de 2022), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 19 de maio de 2022)

Dr. Gerhard Eschelbeck (até 19 de maio de 2022), Detlef Polaschek\*, Bernd Rose\*, Dr. Dagmar Valcárcel, Frank Werneke\*,

### Comité de Estratégia e Sustentabilidade (desde 15 de dezembro de 2022) (anteriormente Comité de Estratégia)

John Alexander Thain, Presidente

Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Mayree Clark, Timo Heider\*, Henriette Mark\* (até 31 de março de 2022), Detlef Polaschek\*, Michele Trogni, Stefan Viertel\* (desde 28 de julho de 2022), Frank Werneke\*, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

### Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni, Presidente

Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Jan Duscheck\*, Dr. Gerhard Eschelbeck (até 19 de maio de 2022), Timo Heider\* (até 28 de julho de 2022), Martina Klee\*, Bernd Rose\*, Yngve Slyngstad (desde 28 de julho de 2022), Frank Witter (até 28 de julho de 2022), Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

### Comité de Mediação

Alexander Wynaendts, Presidente (desde 19 de maio de 2022), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 19 de maio de 2022)  
Detlef Polaschek\*, Frank Werneke\*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

\*Representantes dos colaboradores

## Lista de mandatos

### Conselho de Fiscalização

Mandatos de acordo com o artigo 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o artigo 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

Em: Fevereiro de 2023

Para os membros do Conselho de Fiscalização que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Fiscalização, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

#### Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Dr. Paul Achleitner	Presidente do Conselho de Fiscalização,	<b>Mandatos externos</b>	
(até 19 de maio de 2022)	Deutsche Bank AG	Bayer AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Alexander Wynaendts	Presidente do Conselho de Fiscalização,	<b>Mandatos externos</b>	
(desde 19 de maio de 2022)	Deutsche Bank AG	Air France-KLM Group S.A.	Membro do Conselho de Administração
		Puissance Holding B.V.	Diretor não executivo, Presidente
		Uber Technologies, Inc.	Membro do Conselho de Administração
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	Porta-voz da Direção de Bremen, Deutsche Bank AG	<b>Mandatos externos</b>	
		Bürgschaftsbank Bremen GmbH	Membro do Conselho de Administração (até dezembro de 2022)
		Frowein & Co. Beteiligungs AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Mayree Clark	Membro do Conselho de Fiscalização	<b>Mandatos externos</b>	
		Ally Financial, Inc.	Membro do Conselho de Administração
		Allvue Systems Holdings, Inc.	Membro do Conselho de Administração
Jan Duscheck	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional Banca, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Manja Eifert	Membro da Comissão de Trabalhadores	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Dr. Gerhard Eschelbeck	Diretor de Segurança da Informação, Aurora Innovation, Inc.	<b>Mandatos externos</b>	
(até 19 de maio de 2022)		Onapsis Inc.	Membro do Conselho de Administração
		WootCloud Inc.	Membro do Conselho de Administração
Sigmar Gabriel	Ex-Ministro do Governo Federal alemão	<b>Mandatos externos</b>	
		GP Günter Papenburg AG	Membro do Conselho de Fiscalização (até abril de 2022)
		Siemens Energy AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		ThyssenKrupp Steel Europe AG	Presidente do Conselho de Fiscalização (desde abril de 2022)
Timo Heider	Membro da Comissão de Trabalhadores	<b>Mandatos no Grupo</b>	
		BHW Bausparkasse AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Martina Klee	Membro da Comissão de Trabalhadores	<b>Mandatos externos</b>	
		Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG	Membro do Conselho de Fiscalização

Membros do Conselho de Fiscalizaçã

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Henriette Mark	Membro da Comissão de Trabalhadores	Sem cargos de direção	
(até 31 de março de 2022)		sujeitos a divulgação	
Gabriele Platscher	Colaborador do banco	<b>Mandatos externos</b>	
		BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG	
		BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização (até julho de 2022)
		BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	

Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Detlef Polaschek	Vice-Presidente do Conselho	Sem cargos de direção	
	Conselho de Administração; membro da Comissão de Trabalhadores	sujeitos a divulgação	
Bernd Rose	Membro da Comissão de Trabalhadores	<b>Mandatos externos</b>	
		ver.di Vermögensverwaltungs-gesellschaft m.b.H.	Vice-Presidente do Conselho Conselho
Yngve Slyngstad (desde 19 de maio de 2022)	Diretor Geral, Aker Asset Management AS	<b>Mandatos no Grupo</b>	
		Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
John Alexander Thain	Membro do Conselho de Fiscalização	Sem cargos de direção	
		sujeitos a divulgação	
Michele Trogni	Parceiro Operacional, Eldridge	<b>Mandatos externos</b>	
		Aperture Investors LLC	Membro do Conselho de Administração
Dr. Dagmar Valcárcel	Membro do Conselho de Fiscalização	Pine Island Acquisition Corp.	Presidente do Conselho de Administração (até outubro de 2022)
		Pine Island Capital Partners LLC	Presidente
Stefan Viertel	Membro da Comissão de Trabalhadores	Uber Technologies, Inc.	Membro do Conselho de Administração
		<b>Mandatos externos</b>	
Dr. Theodor Weimer	Diretor Geral, Deutsche Börse AG	Zinnia Corporate Holdings LLC (anteriormente SE2 LLC)	Diretor Geral (desde maio de 2022) e Presidente do Conselho de Administração
		<b>Mandatos externos</b>	
Frank Werneke	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	amedes Holding GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
		Antin Infrastructure Partners S.A.	Membro do Conselho de Administração
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	Vice-Presidente do Conselho Direção do Deutsche Bank AG (desde julho de 2022); consultor corporativo com empresa própria Norbert Winkeljohann Consultoria e investimentos	Sem cargos de direção	
		sujeitos a divulgação	
Frank Witter	Membro do Conselho de Fiscalização	<b>Mandatos externos</b>	
		Knorr Bremse AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Witter	Membro do Conselho de Fiscalização	<b>Mandatos externos</b>	
		Conselho de Televisão da Zweites Deutsches Fernsehen (ZDF)	Membro
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	Vice-Presidente do Conselho Direção do Deutsche Bank AG (desde julho de 2022); consultor corporativo com empresa própria Norbert Winkeljohann Consultoria e investimentos	ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft m.b.H.	Membro do Conselho de Fiscalização
		ZDF Studios GmbH (anteriormente ZDF Enterprises GmbH)	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Witter	Membro do Conselho de Fiscalização	<b>Mandatos externos</b>	
		Bayer AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
Frank Witter	Membro do Conselho de Fiscalização	Bohnenkamp AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Georgsmarienhütte Holding GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Witter	Membro do Conselho de Fiscalização	Sievert SE	Presidente do Conselho de Fiscalização
		<b>Mandatos externos</b>	
Frank Witter	Membro do Conselho de Fiscalização	CGI Inc.	Membro do Conselho de Administração
		Traton SE	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Witter	Membro do Conselho de Fiscalização	VfL Wolfsburg-Fußball GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização

## Conselho de Administração

### Mandatos de acordo com o artigo 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o artigo 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

As participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB) estão assinaladas com \*.

Em: Fevereiro de 2023

Para os membros do Conselho de Administração que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Administração, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membro do Conselho de Administraç

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Christian Sewing	Presidente do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
James von Moltke	Presidente (desde março de 2022)	sujeitos a divulgação Sem cargos de direção	
Karl von Rohr	Presidente	sujeitos a divulgação <b>Mandatos no Grupo</b>	
Fabrizio Campelli	Membro do Conselho de Administração	DWS Group GmbH & Co. KGaA*	Presidente do Conselho de Fiscalização
		<b>Mandatos externos</b>	
		BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.*	Membro do Conselho de Fiscalização
		BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Membro do Conselho de Fiscalização
Bernd Leukert	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos externos</b>	
		Bertelsmann SE & Co.KGaA*	Membro do Conselho de Fiscalização
		<b>Mandatos no Grupo</b>	
		DWS Group GmbH & Co. KGaA*	Membro do Conselho de Fiscalização
Stuart Lewis	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
(até 19 de maio de 2022)		sujeitos a divulgação	
Alexander von zur Mühlen	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
		sujeitos a divulgação	
Christiana Riley	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos externos</b>	
		The Clearing House Payments Company LLC	Membro do Conselho de Fiscalização
		<b>Mandatos no Grupo</b>	
		DB USA Corporation	Diretor-geral (CEO) da
Rebecca Short	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Professor Dr. Stefan Simon	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos externos</b>	
		Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG	Presidente do Conselho Consultivo
Olivier Vigneron	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
(desde 20 de maio de 2022)			



## Colaboradores do Deutsche Bank AG

### Mandatos de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB)

Participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras.

Em: 31 de dezembro de 2022

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Martin Ball	<b>Mandatos no Grupo</b> norisbank GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Ina Bandemer	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Jörg Bongartz	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna OOO "Deutsche Bank"	Presidente do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Sigrid Bowenkamp	<b>Mandatos no Grupo</b> BHW Bausparkasse AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Rüdiger Bronn	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Anita Dierickx	<b>Mandatos externos</b> FRB – Fonds Minie-Laura-Chipie	Membro do Conselho de Fiscalização
Boudewijn Dornseiffen	<b>Mandatos no Grupo</b> OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Sameen Farooqui	<b>Mandatos no Grupo</b> OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
David Feldmann	<b>Mandatos externos</b> Eurex Clearing AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Eva Frank	<b>Mandatos no Grupo</b> PB Factoring GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
David Gary	<b>Mandatos externos</b> CLS Group Holdings AG	Diretor não executivo
Jan-Philipp Gillmann	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Philipp Gossow	<b>Mandatos no Grupo</b> norisbank GmbH Postbank Filialvertrieb AG Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Carola Günther	<b>Mandatos externos</b> BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Britta Hercher	<b>Mandatos externos</b> Bankpower GmbH Personaldienstleistungen	Membro do Conselho de Fiscalização
Jutta Herzog	<b>Mandatos no Grupo</b> Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Jennifer Hörl	<b>Mandatos no Grupo</b> Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Marissa Horvatin	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Alexander Ilgen	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Luxembourg S.A. DWS Investment GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Angelika Kaefer-Schroeder	<b>Mandatos no Grupo</b> norisbank GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Anke Kirn	<b>Mandatos no Grupo</b> Betriebs-Center für Banken AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Stefan Knoll	<b>Mandatos no Grupo</b> DWS Grundbesitz GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização

Frank Krings	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank (Suisse) SA Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Fiscalização
Achim Kuhn	<b>Mandatos no Grupo</b> BHW Bausparkasse AG Postbank Filialvertrieb AG Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Manuel Loos	<b>Mandatos no Grupo</b> Betriebs-Center für Banken AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Presidente do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Anna Lucarelli	<b>Mandatos externos</b> MTS Spa Mercato Telematico dei Titoli di Stato	Diretor não executivo
Chandra Mallika	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche CIB Centre Private Limited Deutsche India Private Limited	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Bas Martejn	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Ole Matthiessen	<b>Mandatos externos</b> S.W.I.F.T. SC	Membro do Conselho de Administração
Leonhard Felix Müller	<b>Mandatos no Grupo</b> norisbank GmbH Postbank Direkt GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Christinan Nolting	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Diretor não executivo
Henning Oldenburg	<b>Mandatos externos</b> Beutin AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Kirsten Oppenländer	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Diretor não executivo
Beaux Pontak	<b>Mandatos externos</b> Latitude Group Holdings Limited (anteriormente KVD Australia Holdco Pty Ltd)	Membro do Conselho de Administração
Reiner Ramacher	<b>Mandatos no Grupo</b> Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Oliver Resovac	<b>Mandatos no Grupo</b> PB Factoring GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Barbara Roerig	<b>Mandatos externos</b> AGR Abfallentsorgung-Gesellschaft Ruhrgebiet mbH Theater + Philharmonie Essen GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Roland Sahr	<b>Mandatos externos</b> Investitionsbank Sachsen-Anhalt – Anstalt der Norddeutschen Landesbank Girozentrale	Membro do Conselho de Administração
Alexandre Sallavaud	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Membro do Conselho de Administração
Torsten Sauer	<b>Mandatos no Grupo</b> PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Nicole Scheidt	<b>Mandatos no Grupo</b> Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Tatjana Schierack	<b>Mandatos no Grupo</b> BHW Bausparkasse AG Postbank Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Daniel Schmand	<b>Mandatos no Grupo</b> PB Factoring GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Werner Schmidt	<b>Mandatos externos</b> AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH	Vice-Presidente do Conselho Conselho
Frank Schütz	<b>Mandatos externos</b> AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Kaushik Shaparía	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche CIB Centre Private Limited Deutsche India Private Limited	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Eric-M Smith	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Trust Company Americas	Membro do Conselho de Administração
Dr. Anke Steenbock	<b>Mandatos no Grupo</b> Betriebs-Center für Banken AG norisbank GmbH PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização

Fabian Steinhoff	<b>Mandatos no Grupo</b> PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
	Postbank Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Lars Stoy	<b>Mandatos no Grupo</b> BHW Bausparkasse AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
Jana Symmossek	<b>Mandatos no Grupo</b> Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Jürgen Tögel	<b>Mandatos no Grupo</b> BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.	Membro do Conselho de Fiscalização
Meike Webler	<b>Mandatos no Grupo</b> Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Daniela Weeth	<b>Mandatos no Grupo</b> BHW Bausparkasse AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Sandra Wirfs	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
Kay Wolf	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização

Frankfurt am Main, 9 de março de 2023

Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Administração



Christian Sewing



James von Moltke



Karl von Rohr



Fabrizio Campelli



Bernd Leukert



Alexander von zur Mühlen



Christiana Riley



Rebecca Short



Stefan Simon



Olivier Vigneron

## Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e os resultados do Deutsche Bank AG e o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, que foi combinado com o relatório de gestão do Grupo, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Deutsche Bank AG, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Deutsche Bank AG.

Frankfurt am Main, 9 de março de 2023



Christian Sewing



James von Moltke



Karl von Rohr



Fabrizio Campelli



Bernd Leukert



Alexander von zur Mühlen



Christiana Riley



Rebecca Short



Stefan Simon



Olivier Vigneron

# Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

## Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas anuais e do relatório de gestão

### Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022, e a demonstração de resultados para o exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo as políticas de reconhecimento e medição aí apresentadas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que é combinado com o relatório de gestão do Grupo, para o exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. De acordo com os requisitos legais alemães, não auditámos o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno, o relatório sobre a igualdade de tratamento e de remuneração contido no relatório de gestão e o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do HGB, publicada no site indicado no relatório de gestão e que faz parte do relatório de gestão.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras anuais cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã aplicável às instituições e conferem uma imagem verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2022 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, e
- o relatório de gestão, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição da Instituição. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão está em consonância com as demonstrações financeiras anuais e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. Não expressámos uma opinião sobre o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno referido acima, o relatório sobre a igualdade de tratamento e de remuneração referido acima e o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade referido acima.

### Fundamentação dos pareceres

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas alemãs geralmente aceites para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos, princípios e normas são descritas em pormenor na secção "Responsabilidades dos revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão" do nosso relatório do auditor. Somos independentes da instituição em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

### Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras anuais

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras anuais para o exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

## 1. Avaliação de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos

### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração utiliza técnicas de avaliação para estabelecer o justo valor de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos. O Banco detinha ativos para negociação e passivos para negociação no valor de 234.670 milhões de euros e 178.394 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Ambas as contas incluem também instrumentos financeiros cuja avaliação se baseia em dados não observáveis.

Os instrumentos financeiros e dados relacionados que não são cotados em mercados ativos incluem derivados estruturados avaliados utilizando modelos complexos; derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento; obrigações extremamente estruturadas; empréstimos ilíquidos; spreads de crédito utilizados para determinar ajustamentos de avaliação (Ajustamento da avaliação de crédito); e outros dados significativos que não podem ser observados para instrumentos com prazos de vencimento mais longos.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos se baseia em pressupostos e juízos de gestão devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados e à não observabilidade dos dados relevantes utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

### Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos sobre os processos de gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e a determinação de dados significativos não observáveis para os mesmos. Isto inclui controlos relacionados com a verificação independente dos preços; validação independente dos modelos de avaliação, incluindo avaliação das limitações dos modelos; monitorização da utilização do modelo de avaliação; e cálculo dos ajustamentos de valor justo.

Avaliámos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e testámos os dados significativos utilizados nesses modelos. Realizámos uma reavaliação independente de uma amostra de derivados e instrumentos financeiros pelo justo valor que não se encontram cotados em mercados ativos utilizando modelos e dados independentes. Também avaliámos independentemente a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizada por comparação com fontes de dados do mercado.

Além disso, avaliámos a metodologia e os dados utilizados pela administração na determinação dos ajustamentos de valor justo em relação aos requisitos do artigo 340e do HGB e realizámos recálculos para uma amostra de ajustamentos de avaliação utilizando os nossos próprios dados e metodologias independentes.

Envolvemos especialistas em avaliação de instrumentos financeiros internos nos procedimentos relacionados com modelos de avaliação, reavaliação independente e ajustamentos de justo valor.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos.

### Referência a divulgação relacionada

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e "Notas ao balanço, Ativos e passivos detidos para negociação" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

## 2. Inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração adotou os requisitos do IDW AcP BFA 7 e reconhece uma provisão para perdas de crédito em conformidade com a IFRS 9 para ativos financeiros que são considerados como tendo sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

As probabilidades de incumprimento (PD) estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros não em incumprimento (IFRS 9 fase 1 e fase 2) baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospetivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). São utilizadas técnicas estatísticas para transformar o cenário de base para futuros desenvolvimentos macroeconómicos em múltiplos cenários. Estes cenários são a base para obter curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, que são utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas.

Dadas as incertezas económicas decorrentes da guerra na Ucrânia, a potencial escassez de energia na Europa, o aumento das pressões inflacionistas e os riscos relacionados para a economia global, a estimativa de informações prospetivas exige um julgamento significativo. Para refletir estas incertezas, a administração tem de avaliar se deve fazer ajustamentos ao seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas no modelo de perdas de créditos esperadas e métodos de previsão, quer através do ajustamento das variáveis macroeconómicas, quer através da inclusão de sobreposições de gestão.

Tendo em conta a detenção significativa de instrumentos financeiros não em incumprimento, a incerteza económica e o uso significativo de juízos de valor, consideramos a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado em modelos das perdas de crédito esperadas e, de quaisquer ajustamentos aos mesmos, uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento dos processos implementados pela administração, avaliámos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospetivas no que diz respeito aos requisitos da IFRS 9 e testámos a sua eficácia operacional.

Avaliámos a revisão da administração do seu modelo de perdas de crédito esperadas e os métodos de previsão conduzidos através do processo de validação do modelo. Além disso, avaliámos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e a derivação dos vários cenários.

Avaliámos as previsões macroeconómicas de base comparando-as com as previsões macroeconómicas publicadas por fontes externas.

Também avaliámos a metodologia aplicada pela administração para determinar se deve ajustar o seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas ou ajustar os resultados do modelo através de sobreposições de gestão. Ao fazê-lo, avaliámos os resultados da análise de sensibilidade da administração e comparámos as variáveis macroeconómicas utilizadas com a nossa própria análise de referência. Também avaliámos se os ajustamentos foram incluídos no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia da gestão.

Para avaliar a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos em modelação de risco de crédito para nos ajudar.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas são fornecidas na secção "Informações gerais, Base de apresentação" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

### 3. Avaliação dos investimentos em empresas afiliadas

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco comunicou investimentos em sociedades afiliadas no valor de 30,774 milhões de euros.

Os investimentos em empresas afiliadas são escriturados ao custo de aquisição ou, no caso de uma imparidade permanente, ao justo valor mais baixo. O justo valor é determinado utilizando um modelo de fluxo de caixa descontado para a sociedade afiliada correspondente. Neste contexto, são feitos pressupostos significativos relativamente às projeções de ganhos, à taxa de desconto e ao crescimento a longo prazo. A taxa de desconto é apurada utilizando o Modelo de preços de ativos de capital.

Uma vez que a medição dos investimentos em sociedades afiliadas envolve um elevado grau de juízo devido às projeções de ganhos, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo contidas no modelo de fluxo de caixa descontado, esta é uma questão chave de auditoria.

#### Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão do processo de preparação das projeções de ganhos e de cálculo do justo valor dos investimentos em afiliadas. A este respeito, também obtivemos um entendimento dos controlos da administração relativamente às projeções de lucros, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo, avaliámos a conceção desses controlos e testámos a sua eficácia operacional.

Analisámos os pressupostos significativos acima descritos, com destaque para alterações significativas em comparação com o ano anterior. A este respeito, avaliámos a coerência e a razoabilidade dos pressupostos significativos utilizados no modelo de fluxo de caixa descontado, comparando-os com as expectativas do mercado externo.



Ao analisar os fluxos de caixa futuros esperados dos investimentos em afiliadas, comparámos as projeções de ganhos com as projeções do exercício anterior e com os resultados efetivos alcançados e avaliámos quaisquer desvios significativos. Além disso, avaliámos os parâmetros de avaliação significativos utilizados para a estimativa do Justo Valor, tais como a taxa de desconto e a taxa de crescimento a longo prazo, na medida em que se encontrem dentro de uma gama de previsões disponíveis externamente.

Para avaliar os pressupostos acima referidos feitos na capacidade de recuperação dos investimentos em sociedades afiliadas, envolvemos especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de investimentos em empresas afiliadas.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a avaliação dos investimentos em empresas afiliadas são fornecidas nas notas às demonstrações financeiras anuais, nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e nas "Notas ao balanço, Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas".

## 4. Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco comunicou impostos diferidos no valor de 5.366 milhões de euros.

O reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos baseia-se na estimativa da capacidade de utilizar as perdas fiscais não utilizadas e as diferenças temporárias dedutíveis contra potenciais rendimentos tributáveis futuros. Esta estimativa baseia-se, entre outros, em pressupostos relativos aos resultados operacionais previstos com base no plano de negócios aprovado.

À luz do recurso a juízos na estimativa do rendimento futuro sujeito a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais, o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas fiscais não utilizadas são identificadas em diferentes jurisdições e medidas de acordo com as disposições da legislação fiscal e as regras de contabilidade dos impostos diferidos ao abrigo do artigo 274.º do HGB, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados.

Testámos os pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das empresas controladas relevantes e grupos de impostos.

Além disso, avaliámos o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Avaliámos as estimativas feitas nos resultados operacionais previstos, comparando os pressupostos-chave subjacentes com os dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Comparámos as previsões históricas com os resultados reais. Além disso, avaliámos os ajustamentos fiscais estimados e realizámos análises de sensibilidade sobre os períodos de utilização dos respetivos ativos por impostos diferidos.

Para avaliar os pressupostos utilizados na capacidade de recuperação dos ativos por impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição dos impostos diferidos são fornecidas nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e "Notas ao balanço, Impostos diferidos" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

## 5. Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do Banco depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do Banco como uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Avaliámos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro do Banco. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano no atual ambiente de controlo de TI.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI de prevenção e deteção relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram a o provisionamento e à remoção de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores.

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações no ambiente de produção foram testadas e aprovadas antes da implementação e se a capacidade de implementar alterações estava limitada aos utilizadores autorizados.

Para avaliar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro do Banco, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos relativamente ao acesso de TI e à gestão das alterações não deram origem a quaisquer reservas no relato financeiro do Banco.

#### Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro".

## Outras informações

Os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno,
- o relatório sobre a igualdade de tratamento e de remuneração incluído no relatório de gestão,
- a Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do HGB, publicada no site referido no relatório de gestão,

e as seguintes outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor:

- o Relatório Não Financeiro,
- a Declaração de Responsabilidade nos termos do artigo 264.º, n.º 2, terceira frase do HGB em conjugação com o artigo 289.º, n.º 1, quinta frase do HGB,

mas não as demonstrações financeiras anuais, não as divulgações do relatório de gestão cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras anuais, com o relatório de gestão, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

## Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras anuais e pelo relatório de gestão

Os administradores executivos são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã aplicável às instituições e que as demonstrações financeiras anuais apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e o desempenho financeiro da Instituição, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, tenham determinado como necessários para a preparação de demonstrações financeiras anuais isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes (ou seja, relatos financeiros fraudulentos e apropriação indevida de ativos) ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras anuais, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade da Instituição para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, desde que não haja conflito de circunstâncias efetivas ou jurídicas entre os mesmos.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição da Instituição e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras anuais, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro da Instituição para a elaboração das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

## Responsabilidades do revisor oficial de contas pela auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras anuais na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição da Instituição e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras anuais e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como para criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras anuais e neste relatório de gestão.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de não detetar uma distorção material resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilistas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.
- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de manter a continuidade. Se

concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar o nosso respetivo parecer. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que a Instituição deixe de conseguir manter a continuidade.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras anuais, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras anuais apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras anuais facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro da Instituição em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos.
- Avaliamos a coerência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras anuais, a respetiva conformidade com a legislação alemã e com a perspetiva que proporciona da posição da Instituição.
- Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos administradores executivos como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras anuais do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

## Outros requisitos jurídicos e regulamentares

**Relatório de garantia sobre a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão elaborado para efeitos de publicação, em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB**

### Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB para obter uma confiança razoável sobre se a apresentação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão (a seguir "Documentos ESEF") constantes do ficheiro Deutsche\_Bank\_AG\_JA+LB\_ESEF-2021-12-31 e elaborado para efeitos de publicação cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, este trabalho de confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nestas apresentações nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro identificado acima.

Na nossa opinião, a apresentação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão constantes do ficheiro identificado acima e elaborados para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Além deste parecer de garantia e dos nossos pareceres de auditoria sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão relativo ao exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 contidos no "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão" acima referido, não emitimos qualquer parecer de garantia sobre as informações contidas nestes documentos ou sobre as outras informações contidas no ficheiro acima identificado.

### Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a apresentação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão contidos no ficheiro acima identificado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB e a Norma de Garantia IDW: Garantia sobre a Apresentação Eletrónica de Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão Elaborados para Efeitos de Publicação em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB (IDW AsS 410) (06.2022) e a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia 3000 (Revista). A nossa responsabilidade em conformidade com os mesmos é descrita

em maior detalhe na secção "Responsabilidades do auditor pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF". A nossa empresa de auditoria aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos de Gestão de Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QS 1).

## Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 1 do HGB.

Além disso, os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico.

O conselho de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

## Responsabilidades do auditor pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o trabalho de garantia. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, realizamos procedimentos de garantia adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, sobre a especificação técnica deste ficheiro.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma apresentação em XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras anuais auditadas e do relatório de gestão auditado.

## Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores pela Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2022. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 26 de setembro de 2022. Somos auditores do Deutsche Bank Aktiengesellschaft ininterruptamente desde o exercício de 2020.

Declaramos que os pareceres expressos no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

## Outro assunto - utilização do relatório do auditor

O nosso relatório de auditoria deve ser sempre lido conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais auditadas e o relatório de gestão auditado, bem como os documentos ESEF garantidos. As demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão convertidos para o formato ESEF – incluindo as versões a serem publicadas no Unternehmensregister [Registo comercial alemão] – são meramente apresentações eletrónicas das demonstrações financeiras anuais auditadas e do relatório de gestão auditado e não tomam o seu lugar. Em particular, o relatório ESEF e o nosso parecer de garantia nele contido devem ser utilizados exclusivamente em conjunto com os documentos ESEF garantidos disponibilizados em formato eletrónico.

## Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Holger Lösken.

Eschborn/Frankfurt am Main, 13 de março de 2023

Ernst & Young GmbH

Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken  
Wirtschaftsprüfer  
[Revisor de contas público alemão]

Mai  
Wirtschaftsprüfer  
[Revisor de contas público alemão]

Deutsche Bank Aktiengesellschaft  
Taunusanlage 12  
60262 Frankfurt am Main  
Alemanha  
Telefone: +49 69 9 10 00  
deutsche.bank@db.com

Deutsche Bank



# Relatório Anual de 2022



# Deutsche Bank

## Resumo financeiro

	2022	2021
<b>Objetivos financeiros do Grupo</b>		
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>1</sup>	9,4%	3,8%
Rácio de capital Common Equity Tier 1	13,4%	13,2%
Taxa de alavancagem <sup>2</sup>	4,6%	4,9%
<b>Demonstração de resultados</b>		
Receitas líquidas totais, em mil milhões de euros.	27,2	25,4
Provisão para perdas de crédito, em mil milhões de euros.	1,2	0,5
Despesas totais (excluindo juros), em mil milhões de euros.	20,4	21,5
Custos ajustados, p. ex. custos de transformação, em mil milhões de euros. <sup>3</sup>	19,8	19,6
Lucros (prejuízos) antes dos impostos, em mil milhões de euros.	5,6	3,4
Lucros (prejuízos), em mil milhões de euros.	5,7	2,5
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank, em mil milhões de euros.	5,0	1,9
<b>Balço</b>		
	31 dez 2022	31 dez 2021
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1.337	1.324
Ativos líquidos (ajustados), em mil milhões de euros. <sup>4</sup>	1.019	1.002
Ativos remunerados médios, em mil milhões de euros	983	938
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros.	489	476
Média de empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros.	489	446
Depósitos, em mil milhões de euros.	621	604
Provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.	4,8	4,8
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	62	58
<b>Recursos</b>		
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	360	352
Dos quais: RWA para risco operacional, em mil milhões de euros.	58	62
Exposição de alavancagem, em mil milhões de euros.	1.240	1.125
Capital próprio tangível dos acionistas (valor contabilístico tangível), em mil milhões de euros. <sup>4</sup>	56	52
Ativos líquidos de alta qualidade (HQLA), em mil milhões de euros.	219	207
Reservas de liquidez, em mil milhões de euros.	256	241
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	84.930	82.969
Agências	1.536	1.709
<b>Rácios</b>		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>1</sup>	8,4%	3,4%
Rácio custo/rendimento <sup>5</sup>	74,9%	84,6%
Provisão para perdas de crédito como pontos base da média de empréstimos	25,1	11,5
Rácio empréstimos/depósito	78,6%	78,9%
Rácio de alavancagem (relatado/introdução progressiva)	4,6%	4,9%
Rácio de cobertura de liquidez	142%	133%
<b>Informação por Ação</b>		
Resultados por ação básicos	2,42 €	0,96 €
Resultados por ação diluídos	2,37 €	0,93 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação <sup>4</sup>	29,74 €	27,62 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível <sup>4</sup>	26,70 €	24,73 €

<sup>1</sup> Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

<sup>2</sup> A partir do primeiro trimestre de 2022, os números relativos à alavancagem são apresentados tal como reportados, uma vez que a definição de "fully loaded" foi eliminada por resultar apenas numa diferença imaterial; a informação comparativa para períodos anteriores continua a basear-se na anterior definição de "fully loaded" do Deutsche Bank

<sup>3</sup> A reconciliação dos custos ajustados é fornecida na secção "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP/Custos ajustados deste documento

<sup>4</sup> Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

<sup>5</sup> Despesas totais (excluindo juros) como uma percentagem do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

# Índice

## 1 – Relatório da Gestão Combinado

2	Análise Operacional e Financeira
41	Perspetivas
49	Riscos e oportunidades
66	Relatório de Risco
198	Sustentabilidade
200	Colaboradores
204	Controlo interno sobre o relato financeiro
207	Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
210	Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
211	Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)
218	Relatório sobre igualdade de tratamento e remuneração

## 2 – Demonstrações financeiras consolidadas

223	Demonstração consolidada dos resultados
224	Demonstração consolidada do rendimento integral
225	Balanço consolidado
226	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
227	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
229	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
268	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
277	Notas ao balanço consolidado
337	Notas adicionais
400	Confirmações

## 3 – Relatório de Remunerações

413	Remuneração do Conselho de Administração
451	Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
454	Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos
458	Remuneração dos colaboradores (não auditada)

## 4 – Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade

474	Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
490	Relato e Transparência
491	Operações com partes relacionadas

491	Auditoria e controlo
495	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

5 – Informações adicionais (não-auditadas)

501	Medidas financeiras não-GAAP
511	Declaração de aval
512	Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
513	Impressão/Publicações

## Carta do Diretor-Geral

Caros Acionistas,

2022 será recordado como um ano triste por muitos de nós, o ano que trouxe grande sofrimento a muitas pessoas, em particular na Ucrânia, e em que a ilusão de uma ordem de paz europeia se desfez. Foi também um ano em que os desafios se acumularam de uma forma que não víamos há décadas. Os preços do gás e de outras fontes de energia subiram consideravelmente, os mercados de capitais tornaram-se, por vezes, extremamente voláteis, e a inflação aumentou em muitas partes do mundo. E estes são apenas alguns dos maiores desafios; a lista é bastante mais longa.

Neste tipo de ambiente, os nossos clientes procuram-nos como banco para os ajudar a cobrir os seus riscos, manter a sua liquidez e preservar os seus ativos. Ao mesmo tempo, os nossos clientes procuram a nossa parceria e os nossos conselhos para poderem continuar a investir em projetos estratégicos para o futuro, apesar da incerteza.

Os nossos resultados do ano passado provam que fomos bem-sucedidos nesta tarefa. Os nossos clientes procuraram os nossos conhecimentos e fizeram muito mais negócios connosco. As receitas do nosso banco para o ano inteiro aumentaram em 7%, para 27,2 mil milhões de euros, um nível que não atingíamos desde 2016. As nossas despesas não relacionadas com juros voltaram a diminuir em 5%, para 20,4 mil milhões de euros, apesar da pressão dos custos relacionada com a inflação em muitos domínios.

Consequentemente, aumentámos o nosso lucro antes de impostos em 65%, em termos anuais, para 5,6 mil milhões de euros. Este é o melhor resultado do Deutsche Bank em 15 anos, e é a prova da nossa capacidade de resistência em tempos difíceis. Outros indicadores financeiros sublinham igualmente esta resiliência; por exemplo, conseguimos limitar as provisões para perdas com empréstimos a 1,2 mil milhões de euros, o que equivale a 25 pontos base do volume médio de empréstimos e se situa exatamente no intervalo que tínhamos previsto imediatamente após a invasão da Ucrânia pela Rússia. Num ano volátil como 2022, em especial, esta gestão de risco de primeira classe foi crucial. Além disso, mantivemos o nosso rácio Common Equity Tier 1 quase sempre acima dos 13%. Os resultados deste ano dão-nos uma importante margem para propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de 30 cêntimos por ação. Isto representaria um aumento de 50% em relação a 2021.

### Objetivos de transformação alcançados até ao final de 2022

Com os resultados de 2022, demonstrámos que o nosso banco é sólido e sustentavelmente rentável. E era precisamente isso que pretendíamos fazer quando anunciámos a nossa transformação, em julho de 2019. Só nos podemos concentrar totalmente nos nossos clientes se o nosso banco for forte e bem-sucedido.

Para o conseguir, realizámos um programa ambicioso ao longo dos últimos três anos e meio. Alinhámos as nossas quatro divisões de negócio de acordo com os seus pontos fortes e abandonámos de forma consistente as áreas de negócio não-estratégicas. Ao mesmo tempo, tornámo-nos muito mais eficientes: reduzimos os custos de funcionamento em mais de 3 mil milhões de euros desde 2018.

No entanto, a nossa redução de custos não se fez à custa de investimentos na nossa atividade futura. Durante a nossa transformação, gastámos um total de 15 mil milhões de euros em tecnologia, a fim de acelerar os progressos neste domínio essencial. Investimos mais 4 mil milhões de euros nas nossas funções de controlo, reforçando-as e eliminando pontos fracos anteriores. Fizemos progressos importantes em resultado disso, embora saibamos que ainda há trabalho a fazer.

Financiámos todos os investimentos em tecnologia e controlos com os nossos próprios recursos, bem como os custos de reestruturação do nosso banco. No entanto, dispusemos de reservas de capital suficientes em todos os momentos da transformação. O nosso rácio de capital Common Equity Tier 1 excedeu o nosso objetivo de pelo menos 12,5% durante os três anos e meio da nossa transformação. No final de 2022, era de 13,4%, o que significa que cumprimos o objetivo que nos propusemos alcançar em 2019.

O mesmo se aplica aos nossos outros objetivos-chave:

- Com 9,4%, a nossa rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis no final de 2022 excedeu significativamente o nosso objetivo de 8,0%, que inclui um efeito de valorização positivo dos ativos por impostos diferidos.
- Com 75%, o nosso rácio custo/rendimento foi 18 pontos percentuais inferior ao de 2018, e dentro do intervalo que anunciámos durante o ano de 2022.
- O nosso rácio de alavancagem foi de 4,6%, comparativamente a um objetivo de 4,5%.

## A nossa atividade assenta em quatro pilares sólidos

Além do cumprimento dos nossos objetivos financeiros, uma outra ambição esteve no centro do nosso realinhamento estratégico: tornar o nosso banco mais diferenciado e equilibrado, de modo a que cada uma das nossas quatro áreas de negócio possa dar um contributo significativo para o sucesso empresarial do grupo. Também aqui fizemos grandes progressos. Quase dois terços das nossas receitas do ano passado provêm das áreas que classificamos como estáveis, por estarem menos sujeitas a flutuações cíclicas: o Corporate Bank, o Private Bank e Asset Management.

O maior surto de crescimento em 2022 foi registado pelo **Corporate Bank**, que aumentou as suas receitas em 23%, para 6,3 mil milhões de euros, o valor mais elevado desde a criação da divisão. O Corporate Bank beneficiou do aumento global das taxas de juro, mas ao mesmo tempo aumentou o volume de negócios. Foi particularmente agradável verificar que todas as áreas de negócio do Corporate Bank registaram um crescimento significativo.

O **Private Bank** também teve um ano muito bem-sucedido. As receitas aumentaram em 11%, para 9,2 mil milhões de euros, impulsionadas por entradas líquidas significativas de ativos sob gestão e novos empréstimos líquidos na atividade dos clientes. Mesmo excluindo efeitos pontuais, como o lucro da venda da nossa rede de consultores financeiros em Itália e o impacto da decisão do Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH) sobre os acordos de preços em 2021, as receitas continuam a crescer 6%. O Private Bank na Alemanha e o nosso International Private Bank contribuíram em igual medida para este sucesso.

No nosso negócio de **Asset Management**, as receitas caíram 4%, para 2,6 mil milhões de euros. No entanto, tendo em conta as condições de mercado extremamente difíceis, trata-se de um resultado notável. A diminuição dos lucros deve-se principalmente a uma diminuição das comissões relacionadas com o desempenho, em resultado da queda dos preços em muitos mercados. Em contrapartida, o rendimento das comissões de gestão aumentou ligeiramente. Isto mostra que os nossos clientes continuaram a optar por investir em produtos DWS apesar do ambiente negativo do mercado.

Os resultados do **Investment Bank** também foram afetados pela incerteza do mercado. Na atividade de Geração e Consultoria, os clientes em todo o mundo mostraram-se muito restritivos. Esta situação afetou todo o setor financeiro e fez com que os nossos resultados neste segmento caíssem drasticamente. No entanto, conseguimos mais do que compensar este facto com receitas significativamente mais elevadas na nossa atividade de vendas e negociação de Fixed Income & Currencies (FIC). Globalmente, o Investment Bank conseguiu aumentar as suas receitas em 4%, para 10 mil milhões de euros.

Além destas quatro atividades, a nossa **Capital Release Unit (CRU)** também fez bons progressos ao longo do ano passado, tendo continuado a reduzir o risco e a exposição ao efeito de alavancagem. Desde a sua criação, em meados de 2019, reduziu a sua exposição ao efeito de alavancagem em mais de 90%, e os ativos ponderados pelo risco (RWA) em mais de 80%, excluindo os RWA relativos ao risco operacional. A unidade cumpriu assim o seu mandato ao longo da transformação. A partir de 2023, deixaremos de reportar a CRU como um segmento separado, uma vez que continua a reduzir as restantes posições, mais um passo que melhorará a posição do nosso banco entre os seus pares.

## Perspetivas

Em 2023, pretendemos continuar a melhorar e, por isso, estamos a planear novos passos neste sentido. Pretendemos aumentar as receitas em 2023 para um valor entre 28 mil milhões e 29 mil milhões de euros, e as provisões para perdas com empréstimos e os custos deverão manter-se essencialmente estáveis, o que nos permitirá continuar a investir em tecnologia e controlos. Também este ano teremos de lidar com outro ambiente económico e geopolítico volátil e exigente. Embora a resposta determinada à crise por parte do governo e a resiliência das nossas empresas signifiquem que parece agora muito menos provável que uma recessão atinja a Alemanha ou o resto da Europa, os riscos estão longe de ter terminado.

O nosso banco provou que tem a resiliência e a estabilidade necessárias para sobreviver em tempos difíceis e apresentar o melhor desempenho possível aos nossos clientes. Voltámos a ser sustentavelmente rentáveis, significativamente mais eficientes e com um modelo de negócio bem diferenciado.

A nossa ambição mantém-se inalterada: esforçamo-nos por ser o Hausbank Global dos nossos clientes. Como seu parceiro financeiro, gestor de risco e consultor, queremos apoiá-los em tudo o que precisarem, onde quer que estejam no mundo. Queremos fornecer-lhes as soluções de que necessitam para se protegerem contra a volatilidade e as incertezas. Queremos trabalhar com eles para desenvolver o projeto para a economia digital e sustentável do futuro.

Os objetivos a médio prazo que estabelecemos em março de 2022 também se mantêm inalterados: até ao final de 2025, pretendemos um crescimento anual composto das receitas de 3,5 a 4,5 por cento, o que nos deverá levar a receitas superiores a 30 mil milhões de euros. Pretendemos também reduzir o nosso rácio custo-rendimento para menos de 62,5% e aumentar o nosso retorno sobre o capital próprio tangível para mais de 10%.

Uma rentabilidade mais elevada e sustentável deverá permitir-nos aumentar gradualmente os nossos pagamentos aos nossos acionistas. No ano passado, prometemos que distribuiríamos um total de 8 mil milhões de euros de capital entre 2021 e 2025 através de dividendos e recompra de ações, uma promessa que tencionamos cumprir.

Não consideramos que o nosso progresso rumo a estes objetivos seja um fim em si mesmo; esta estratégia é o que nos permite ser parte da solução para os nossos clientes. É o que nos permite ter um impacto económico e social positivo. Será a razão pela qual poderemos recompensar os nossos acionistas que nos têm sido inabalavelmente fiéis.

É por isso trabalhamos todos os dias, para conduzir o nosso Deutsche Bank rumo um futuro de sucesso. Obrigado por ter depositado a sua confiança em nós.

Com os melhores cumprimentos,



Christian Sewing

Diretor-geral (CEO) da  
Deutsche Bank AG  
Frankfurt am Main, março de 2023

## Conselho de Administração

Christian Sewing, \*1970  
desde 1 de janeiro de 2015  
Diretor-geral (CEO) da

James von Moltke \* 1969  
desde 1 de julho de 2017  
Presidente (desde 25 de março de 2022)  
Diretor financeiro

Karl von Rohr, \*1965  
desde 1 de novembro de 2015  
Presidente e Diretor do Private Bank  
e Asset Management

Fabrizio Campelli, \*1973  
desde 1 de novembro de 2019  
Diretor do Corporate e Investment Bank

Bernd Leukert, \*1967  
desde 1 de janeiro de 2019  
Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação

Alexander von zur Mühlen, \* 1975  
desde 1 de agosto de 2020  
Diretor-geral regional para a Ásia

Christiana Riley, \*1978  
desde 1 de janeiro de 2019  
Diretor-Geral da América

Rebecca Short, \*1974  
desde 1 de maio de 2021  
Diretor de Transformação

Stefan Simon, \* 1969  
desde 1 de agosto de 2020  
Diretor administrativo

Olivier Vigneron, \*1971  
desde 20 de maio de 2022  
Diretor de Risco

## Conselho de Administração no ano em análise:

Christian Sewing  
Diretor-geral (CEO) da

James von Moltke  
Presidente (desde 25 de março de 2022)

Karl von Rohr  
Presidente

Fabrizio Campelli

Bernd Leukert

Stuart Lewis  
(até 19 de maio de 2022)

Alexander von zur Mühlen

Christiana Riley

Rebecca Short

Stefan Simon

Olivier Vigneron  
(desde 20 de maio de 2022)

## Mensagem do presidente do Conselho de Fiscalização

Caros Acionistas,

É com grande prazer que apresento, pela primeira vez, o Relatório Anual do vosso Conselho de Fiscalização. 2022 foi um ano intenso para mim. Depois de assumir o cargo de Presidente, em maio, tive muitas discussões com investidores, clientes, colaboradores, supervisores e políticos, e fiquei convencido do forte apoio ao nosso banco e à sua estratégia. Mas, acima de tudo, foi um ano muito bem-sucedido para o Deutsche Bank: o resultado antes de impostos mais elevado dos últimos 15 anos e o aumento substancial das receitas mostram que a transformação consistente do banco e um maior enfoque nos clientes estão a dar frutos. Congratulamo-nos com o facto de o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração poderem propor-vos um aumento de dividendos de 50%, para 0,30 euros por ação, na Assembleia Geral Anual deste ano. Trata-se de mais um passo no sentido das distribuições substanciais que o Conselho de Administração está a planear para os próximos anos.

O ambiente económico em 2022 foi marcado por grandes incertezas, especialmente devido à guerra da Rússia contra a Ucrânia, que também contribuiu para deslocações económicas significativas – desde a escassez de energia e de produtos de base até à elevada inflação. O Conselho de Fiscalização considerou prioritário convencer-nos da capacidade de resistência e da gestão prudente dos riscos do nosso banco. O facto de os custos e provisões relacionados com o risco em 2022 permanecerem muito limitados, apesar de todos os desafios, é uma prova da estabilidade do Deutsche Bank, da elevada qualidade da sua carteira de crédito e da gestão sólida dos riscos de mercado.

Acompanhámos também de perto o desenvolvimento da estratégia apresentada pelo Conselho de Administração em março de 2022, juntamente com os objetivos financeiros para os anos até 2025. O Conselho de Fiscalização apoia vivamente a maior atenção dada ao papel do Global Hausbank, uma vez que este se centra numa parceria holística com os nossos clientes. Trata-se de uma parceria baseada numa rede global que muito poucos bancos europeus podem oferecer e que é de importância estratégica para a competitividade económica da Europa.

Outro elemento-chave da orientação para o futuro é o contributo do banco para a transformação sustentável da economia. As questões ambientais e sociais, bem como as questões de boa governação empresarial, resumidas pela abreviatura ESG, continuarão a moldar o setor financeiro. É por isso que decidimos discutir os temas da sustentabilidade juntamente com os temas estratégicos no futuro e alargar o mandato do antigo Comité de Estratégia do Conselho de Supervisão em conformidade.

Ao fazê-lo, reorientámos o atual Comité de Integridade como Comité de Supervisão Regulamentar. Supervisiona as ações do Conselho de Administração no que diz respeito ao cumprimento da legislação, dos regulamentos administrativos e das políticas internas. O Deutsche Bank realizou progressos significativos nos últimos anos, mas ainda não satisfaz todas as suas próprias expectativas e as dos seus reguladores em determinadas áreas. Para mais pormenores sobre estas questões importantes, sugerimos que consulte o Relatório Não Financeiro do Deutsche Bank, publicado em paralelo com este Relatório Anual.

No ano passado, o Conselho de Fiscalização ocupou-se também de decisões relativas ao pessoal. Na Assembleia Geral Anual de 2022, Stuart Lewis, membro de longa data do Conselho de Administração, deixou o cargo e foi sucedido por Olivier Vigneron, um gestor de risco de alto nível com muitos anos de experiência no banco norte-americano JP Morgan e no Conselho de Administração da instituição francesa Natixis. Em março do ano passado, o Conselho de Fiscalização decidiu igualmente nomear um segundo Vice-Presidente do Conselho de Administração: o diretor financeiro James von Moltke, juntamente com Karl von Rohr. Este facto reflete o seu papel crucial na transformação do banco. Ocorreram duas mudanças no Conselho de Fiscalização: a Assembleia Geral Anual elegeu-me a mim e a Yngve Slyngstad para o Conselho de Fiscalização, e o Conselho de Fiscalização nomeou-me então seu Presidente.

Na Assembleia Geral Anual de 2023, serão votados quatro lugares destinados a representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Dada a composição competente e diversificada do Conselho de Administração, tenho o prazer de vos informar que há sinais de continuidade: os quatro membros cujo mandato termina este ano serão reeleitos. São eles Mayree Clark, John Thain, Michele Trogni e Norbert Winkeljohann. Todos os quatro têm merecido um grande crédito no nosso Conselho de Fiscalização ao longo dos últimos anos e cada um deles preside atualmente a uma das nossas comissões, cruciais para tratar todas as questões com a profundidade necessária. Terei todo o prazer em continuar a trabalhar com estes estimados colegas no interesse do nosso banco, e peço-vos que apoiem a nossa proposta de eleição na Assembleia Geral Anual.

Esta AGA realizar-se-á novamente em formato digital. Dado que, até aos últimos meses, era incerto se iríamos enfrentar outra vaga da pandemia de Covid, esta pareceu-nos a forma mais fiável de proporcionar segurança de planeamento a todas



as partes. Ao mesmo tempo, a experiência dos últimos três anos demonstrou que a AGA virtual tem vantagens. Em particular, facilita a participação dos acionistas, que de outra forma teriam de fazer uma viagem dispendiosa, e é mais sustentável.

Ao organizar a Assembleia Geral Anual digital, é evidente que salvuardamos todos os direitos dos acionistas e permitimos um diálogo alargado. Por exemplo, voltaremos a publicar antecipadamente os discursos e, pela primeira vez, também as respostas escritas da direção às perguntas apresentadas antecipadamente. Isto proporcionará aos acionistas uma transparência adicional mesmo antes do evento, constituindo assim a base para um debate aprofundado na AGA. E, no futuro, queremos manter a possibilidade de tirar partido de mais eventos virtuais para si. Por conseguinte, solicitaremos a vossa aprovação na AGA para permitir esta opção nos próximos dois anos. Todas as informações relevantes serão dadas nos documentos de convite para a AGA.

Caros acionistas, nos últimos anos, o Deutsche Bank criou as bases certas para orientar os seus clientes através das mudanças geopolíticas e para apoiar a transformação para uma economia sustentável e digitalizada. Agora, temos de continuar a implementar de forma consistente a estratégia do banco e a melhorar ainda mais os sistemas de controlo – mas, acima de tudo, a prestar um apoio abrangente e holístico aos nossos clientes. O Conselho de Fiscalização continuará a apoiar e a incentivar o Conselho de Administração nesta via.

Como é habitual, o seguinte Relatório do Conselho de Fiscalização contém informações sobre a forma ativa como o Conselho de Fiscalização tem apoiado o banco, bem como sobre as questões-chave em que trabalhamos em 2022.

## Relatório do Conselho de Fiscalização

No exercício financeiro de 2022, o Conselho de Fiscalização desempenhou todas as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação, requisitos regulamentares, estatutos e termos de referência.

O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre todos os assuntos relevantes para o nosso banco e, em particular, sobre as políticas comerciais e estratégia, juntamente com outros temas fundamentais relativos à administração e cultura da empresa, ao planeamento corporativo e ao controlo, conformidade e sistemas de remuneração. Prestou-nos contas sobre o desenvolvimento financeiro, a situação dos ganhos e de risco, a liquidez, capital e gestão do risco do banco, os recursos organizacionais e técnicos, bem como as atividades e os eventos que foram de importância significativa para o banco. Participámos em decisões de suma importância. Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração forneceu-nos, de acordo com os nossos pedidos, informação detalhada sobre várias áreas temáticas. Neste contexto, o Conselho de Administração comunicou-nos regularmente sobre a prevenção do branqueamento de capitais e os controlos conexos. Deliberámos intensa e regularmente sobre estes assuntos, juntamente com o Conselho de Administração e também com peritos externos. Além disso, o Conselho de Fiscalização recebeu relatórios sobre os progressos realizados na estratégia de sustentabilidade do banco e a sua contribuição para a realização dos objetivos climáticos globais. O Presidente do Conselho de Fiscalização e os outros presidentes de comissões mantiveram contactos regulares com o Conselho de Administração entre as reuniões. Foram também consultados sobre as agendas das reuniões dos comités a que presidem e discutiram temas de importância fundamental para o Conselho de Fiscalização. Além disso, as próximas decisões foram deliberadas e preparadas em discussões realizadas regularmente entre o Conselho de Administração e o Presidente do Conselho de Fiscalização, bem como os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização.

Tiveram lugar 59 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Sempre que necessário, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito de votação entre as reuniões. Quando as reuniões foram convocadas por videoconferência, foi também disponibilizada uma sala para todos os membros participarem nas instalações do banco em Frankfurt.

### Reuniões do Conselho de Fiscalização em plenário

O Conselho de Fiscalização realizou oito reuniões. Sete foram realizadas em horário normal e uma foi realizada em sessão extraordinária. Três reuniões foram realizadas no local e cinco foram efetuadas por videoconferência.

No ano passado, por razões geopolíticas, concentrámo-nos em particular na evolução da guerra na Ucrânia e nos seus efeitos no banco e na economia. Além disso, discutimos a inflação, bem como as decisões de política de taxas de juro e os seus potenciais impactos no banco e no estado geral da economia. Além disso, em 2022, voltámos a atribuir especial importância à implementação eficaz e ao desenvolvimento da estratégia do banco e, juntamente com o Conselho de Administração, deliberámos em numerosas reuniões sobre estes relatórios e sobre os relatórios de progresso regulares que recebemos sobre as diferentes divisões de negócio, áreas de infraestruturas e regiões. Além disso, debatemos regularmente temas e procedimentos regulamentares que afetam o nosso banco em todo o mundo, casos de litígio significativos e os progressos realizados ao nível da remediação das conclusões. Além disso, abordámos a nomeação de membros para as comissões, bem como as tarefas das comissões, e aprovámos as resoluções relevantes neste contexto.

Na nossa primeira reunião do ano, convocada para os dias 26 de janeiro e 2 de fevereiro, analisámos os valores reais apresentados e comparámo-los com os valores previstos, bem como com as estimativas de consenso dos analistas. Os desvios foram discutidos em pormenor. Discutimos as reações do mercado de capitais e dos analistas à publicação dos nossos resultados preliminares para 2021, bem como os progressos do banco na sua transformação e sustentabilidade, e concordámos com a proposta preliminar do Conselho de Administração para os dividendos, tendo também em conta os requisitos regulamentares para o financiamento de capital. Tomámos conhecimento da declaração sobre o governo da sociedade, nos termos da Secção 289f do Código Comercial Alemão (HGB), com aprovação. Além disso, acordámos a emissão de instrumentos de capital adicional de Tier 1 com base na autorização concedida pela Assembleia Geral em 24 de maio de 2018. Abordámos tópicos do próximo evento do dia do investidor e recebemos um relatório sobre os desenvolvimentos atuais nas divisões de negócios, nas funções de infraestrutura e nas regiões da América do Norte e Ásia-Pacífico. Tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações, bem como as consultas subsequentes com o responsável de remunerações do banco e consultores em remunerações externos e independentes, determinámos o nível da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2021. Neste contexto, também discutimos os níveis de desempenho dos respetivos membros do Conselho de Administração para 2021 e definimos objetivos a longo prazo para o Conselho de Administração, juntamente com critérios para medir a remuneração variável para 2022. Também discutimos os possíveis tópicos para as medidas de formação do Conselho de Fiscalização para o ano financeiro em curso.

Na nossa segunda reunião, convocada para 10 e 25 de março, abordámos o planeamento estratégico financeiro e de capital ao nível do Grupo para os anos 2022 a 2026. Após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comité de Auditoria, aprovámos as Demonstrações financeiras consolidadas e as Demonstrações financeiras anuais para 2021 e concordámos com a proposta do Conselho de Administração de apropriação de lucros distribuíveis. Analisámos o sistema de contabilidade financeira, o sistema de controlos internos e o sistema de gestão do risco e discutimos as avaliações do Conselho de Administração e do auditor sobre a respetiva adequação e eficácia. O Conselho de Administração concordou em informar regularmente o Comité de Fiscalização sobre as medidas planeadas para melhorar a situação. Com base na recomendação do Comité de Auditoria, determinámos que não há objeções a levantar relativamente ao Relatório Não Financeiro separado do Grupo, em conformidade com a Secção 315b do Código Comercial Alemão (HGB) e a Demonstração Não Financeira, em conformidade com a Secção 289b do HGB, também com base nos resultados finais das inspeções do próprio Conselho de Fiscalização. O Conselho de Administração apresentou-nos um relatório sobre a estrutura dos sistemas de remuneração e o Relatório de Recursos Humanos para 2021, e discutimos e aprovámos o Relatório do Conselho de Supervisão e recebemos um relatório de seguimento sobre as operações do banco na Rússia, incluindo uma avaliação das atividades e dos riscos. Adicionalmente, abordámos os temas para a Assembleia-Geral, aprovámos as propostas na agenda e a acomodação dos direitos dos acionistas, e aprovámos o conceito da Assembleia-Geral virtual. Recebemos um relatório sobre os progressos realizados na execução da estratégia do banco, uma panorâmica das prioridades para 2022 e uma síntese do evento do dia do investidor, incluindo as reações das partes interessadas, dos analistas e do mercado. Além disso, o Conselho de Administração informou sobre os progressos realizados na região Ásia-Pacífico. Analisámos a evolução dos riscos de criminalidade financeira e revimos a adequação das nossas atividades de acompanhamento neste contexto, em especial no que se refere à remediação de conclusões no domínio da prevenção da criminalidade financeira. Os nossos consultores externos declararam que o Tribunal procedeu a um tratamento devidamente intensivo desta questão e estabeleceu medidas estruturais adequadas para supervisionar a remediação de conclusões relativas aos riscos de criminalidade financeira e branqueamento de capitais. Com base na recomendação dos representantes dos acionistas do Comité de Nomeação, decidimos nomear o Sr. Alexander Wynaendts e o Sr. Yngve Slyngstad para serem eleitos para o Conselho de Fiscalização na Assembleia-Geral, em cada caso para o período até ao final da Assembleia-Geral que delibera sobre a ratificação dos atos de gestão para o exercício financeiro de 2025. Além disso, abordámos a remuneração do Conselho de Administração e os objetivos de cada um dos membros do Conselho de Administração para 2022.

Na nossa reunião de 18 de maio, representantes da Equipa Comum de Supervisão responsável pelo banco informaram-nos sobre o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) 2021, juntamente com as principais observações deste processo para o nosso banco. Debatesmos as prioridades regulamentares para o período de 2022-2024, bem como os progressos do banco na sua transformação e os desafios existentes. Além disso, abordámos a próxima Assembleia-Geral, incluindo a futura eleição do Sr. Alexander Wynaendts como Presidente do Conselho de Fiscalização. Tomámos nota do relatório do Conselho de Administração sobre as mudanças nos conselhos consultivos regionais na Alemanha, de acordo com a Secção 8 dos Estatutos da Associação.

Na nossa reunião de 19 de maio, imediatamente após a Assembleia-Geral, elegemos o Sr. Alexander Wynaendts como Presidente do Conselho de Fiscalização. De acordo com o mandato, enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização, tornou-se também Presidente do Comité do Presidente, do Comité de Controlo das Remunerações e do Comité de Mediação. Além disso, tornou-se membro do Comité de Auditoria, do Comité de Risco, do Comité de Nomeação, do Comité de Integridade, do Comité de Tecnologia, Dados e Inovação, bem como do Comité de Estratégia. Além disso, elegemos o Professor Dr. Norbert Winkeljohann, com efeitos a partir da entrada em vigor da alteração dos Estatutos aprovada por deliberação da Assembleia-Geral de 2022, como segundo Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização. Além disso, decidimos emitir o mandato de auditoria à Ernst & Young (EY), que tinha sido eleita pela Assembleia Geral como auditor das demonstrações financeiras anuais e consolidadas. Além disso, decidimos alterar o Plano de Afetação de Atividades do Conselho de Administração com base na sua composição alterada.

Numa reunião extraordinária realizada a 27 de junho, recebemos uma apresentação resumida dos recentes desenvolvimentos na DWS, das medidas tomadas e das circunstâncias especiais da estrutura da entidade jurídica. Discutimos intensamente a situação na altura e tomámos providências para deliberar novamente sobre os factos em pormenor numa data posterior.

Na nossa reunião de 28 de julho, analisámos as reações do mercado, dos analistas e das partes interessadas sobre a publicação do relatório intercalar relativo ao primeiro semestre do ano. Abordámos intensamente a estratégia e os progressos na transformação do banco. Além disso, o Conselho de Administração apresentou os resultados do inquérito aos trabalhadores de 2022, vários temas regulamentares e jurídicos, bem como as observações do novo Diretor de Risco após os seus primeiros 100 dias de funções. Discutimos a evolução atual da DWS, o desenvolvimento da sua atividade, a sua governação e as medidas tomadas pela sua administração relativamente às investigações em curso. Além disso, deliberámos sobre a estratégia de sustentabilidade e sobre o evento previsto para o dia da sustentabilidade do banco. Além disso, os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização adotaram as resoluções necessárias em conformidade com a Secção 32 da Lei da Codeterminação (MitbestG). Registámos o ajustamento do seguro de Diretores e Responsáveis (D&O) através da eliminação da franquia para os membros do Conselho de Fiscalização, no contexto da alteração dos Estatutos do

banco, e aprovámos alterações ao Plano de Atribuição de Negócios e ajustamentos aos temas sobre os quais as comissões se debruçam, bem como aos seus termos de referência. Neste contexto, aprovámos a alteração da designação do Comité de Integridade para "Comité de Supervisão Regulamentar", também para melhor focalizar as suas tarefas. Aprovámos também a inclusão de critérios ambientais, sociais e de governação (ESG) entre as funções do Comité de Estratégia no aconselhamento e acompanhamento do Conselho de Administração na definição das estratégias de negócio do banco. Além disso, transferimos a revisão regular da utilidade e eficácia das medidas disponíveis no sistema de compensação em relação a violações de normas legais, bem como de regras e políticas internas e externas, do Comité de Integridade, agora Comité de Supervisão Regulamentar, para o Comité de Controlo de Remunerações. Além disso, adicionámos a promoção do desenvolvimento de talentos e da diversidade aos Termos de Referência do Comité de Nomeações, com especial incidência, neste contexto, no planeamento da sucessão do Conselho de Administração e no desenvolvimento de propostas de nomeação para os comités do Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização elegeu o Sr. Frank Witter como Presidente do Comité de Auditoria, o Professor Dr. Norbert Winkeljohann como Presidente do Comité de Controlo de Remunerações e o Sr. Alexander Wynaendts como Presidente do Comité de Nomeações. Além disso, elegemos a Sra. Manja Eifert como membro do Comité de Auditoria e o Sr. Stefan Viertel como membro do Comité de Estratégia. Elegemos Yngve Slyngstad como membro do Comité de Tecnologia, Dados e Inovação, enquanto Frank Witter e Timo Heider deixaram este mesmo Comité. Além disso, abordámos a questão da remuneração do Conselho de Administração.

A 26 e 27 de outubro, abordámos intensivamente a estratégia do banco e o estado da transformação na perspetiva das divisões empresariais individuais. Discutimos a atual situação económica mundial, as perspetivas a médio prazo e os efeitos sobre o banco e deliberámos sobre as prioridades estratégicas até 2025, bem como sobre o projeto de planeamento estratégico para os anos 2023-2027. Além disso, recebemos um relatório sobre as reações do mercado, das partes interessadas e dos analistas à publicação dos números da nossa atividade e debatemos as pessoas-chave e o planeamento da sucessão do Conselho de Administração. Abordámos a evolução das atividades da DWS, bem como a situação atual dos inquéritos e dos processos. Além disso, registámos com aprovação a abordagem estruturada apresentada para a interação e as comunicações entre o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização e os reguladores, e aprovámos a comunicação com os reguladores de acordo com a abordagem estruturada apresentada para as comunicações. Adicionalmente, aprovámos a Declaração de Conformidade nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG).

Na nossa reunião de 15 de dezembro, voltámos a abordar intensamente as pessoas-chave e o planeamento da sucessão do Conselho de Administração. Além disso, recebemos um relatório sobre o desenvolvimento atual das atividades do banco e tomámos nota com aprovação do plano estratégico financeiro e de capital atualizado para o período de 2023-2027. Recebemos um relatório do Conselho de Administração sobre o desenvolvimento dos indicadores-chave de desempenho das ações do Deutsche Bank, as interações com os participantes no mercado de capitais e as reações recebidas. Também concordámos com a proposta de uma Assembleia-Geral virtual em 2023 e abordámos os progressos da Capital Release Unit (CRU) do banco. Abordámos a independência dos membros do Comité de Auditoria e indicámos quem são os peritos financeiros do Comité de Auditoria e quem são os peritos em matéria de remuneração do Comité de Controlo de Remunerações. Procedemos a uma revisão exaustiva das nossas políticas e procedimentos internos, bem como das descrições dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, e ajustámos os Termos de Referência do Comité de Auditoria e do Comité do Presidente. Além disso, alterámos o nome do Comité de Estratégia para "Comité de Estratégia e Sustentabilidade", a fim de tornar mais claro para o exterior o enfoque adicional na sustentabilidade como uma das suas tarefas.

## Comités do Conselho de Fiscalização

Os membros dos comités individuais e as alterações durante o exercício são especificados no Relatório Anual na Declaração de Governo da Sociedade.

O Comité do Presidente realizou 13 reuniões em 2022. Três reuniões foram realizadas no local e dez foram efetuadas por videoconferência. O Comité abordou em profundidade os assuntos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, adicionalmente à governação corporativa e dos temas em curso entre as reuniões do Conselho de Fiscalização, bem como os preparativos para as mesmas. Isto incluiu o tratamento exaustivo da extensão das nomeações para o Conselho de Administração, em consulta com o Comité de Nomeações, a preparação das versões revistas dos nossos termos de referência, bem como tópicos de preparação para a Assembleia-Geral. O Comité do Presidente também abordou o calendário de reuniões, as nossas medidas de formação, a introdução da nova sala de dados para o Conselho de Fiscalização, bem como uma série de questões especiais. Além disso, o Comité debruçou-se sobre os mandatos dos membros do Conselho de Administração, a assunção das despesas dos (antigos) membros do Conselho de Administração e a emissão de instrumentos de capital Tier 1 pelo banco.

Nas suas seis reuniões em 2022, três realizadas como reuniões presenciais e três em videoconferência, o Comité de Risco prosseguiu a sua análise regional da apetência pelo risco em alinhamento com a estratégia do banco e centrou-se, em particular, nas regiões da China e da América Latina. Outro ponto central foi a guerra em curso entre a Rússia e a Ucrânia, que começou no início de 2022. No que se refere aos riscos daí resultantes, o Comité analisou, em particular, os riscos de

crédito, de mercado, de tesouraria, cibernéticos, operacionais, tecnológicos e relacionados com a criminalidade financeira (AFC). A evolução macroeconómica e o aprovisionamento energético da Alemanha e das suas empresas estiveram também em foco neste contexto. Além disso, o Comité abordou as principais iniciativas de transformação mais importantes do banco relacionadas com a função de risco. No que respeita às prioridades dos reguladores, o Comité centrou-se na gestão do risco do banco em geral, na sua cultura de risco, na avaliação prudente, nos riscos não financeiros e no tema da sustentabilidade. Este último aspeto foi também amplamente abordado no contexto dos testes de resistência regulamentar dos riscos climáticos pela Autoridade Bancária Europeia (ABE). Além disso, o Comité debruçou-se sobre o quadro geral das políticas e procedimentos relacionados com o risco e sobre o planeamento do capital para cada uma das divisões de negócio. O Comité também recebeu relatórios sobre temas selecionados, incluindo a atividade de Leveraged Lending e a Capital Release Unit (CRU) do banco.

O Comité de Auditoria reuniu-se seis vezes em 2022. Duas reuniões foram realizadas no local e quatro foram efetuadas por videoconferência. Os pontos centrais do trabalho do Comité foram, em particular, a abordagem dos impactos da guerra na Ucrânia em questões contabilísticas e, em particular, neste contexto, o nível da provisão para perdas de crédito e a medição de instrumentos financeiros. Além disso, o Comité debruçou-se regularmente sobre o acompanhamento da eficácia das funções de controlo (em especial, a conformidade, a função de combate ao branqueamento de capitais e a auditoria do Grupo). O acompanhamento do Conselho de Administração na remediação de conclusões relacionadas com os processos Know-Your-Customer (KYC) foi outro ponto fulcral do trabalho do Comité, além do programa de gestão de conclusões para a redução acelerada das conclusões críticas. Além disso, o Comité abordou, no contexto da insolvência da Wirecard, as implicações para o auditor das nossas demonstrações financeiras, em particular no que diz respeito à independência do auditor.

O Comité de Nomeações reuniu seis vezes. Uma reunião foi realizada no local e cinco foram realizadas por videoconferência. Em 2022, o Comité de Nomeações abordou exclusivamente o planeamento da sucessão relativas ao pessoal para o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, tendo em consideração os requisitos legais e regulamentares. Neste contexto, preparou, em consulta com o Comité do Presidente, a renovação das nomeações do Conselho de Administração pendentes em 2022. Além disso, o Comité decidiu recomendar, com base nas recomendações dos representantes dos acionistas, que o Conselho de Supervisão proponha a eleição do Sr. Yngve Slyngstad para o Conselho de Fiscalização na Assembleia-Geral. Além disso, o Comité debruçou-se sobre a composição dos comités do Conselho de Fiscalização, a admissão de novos membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, o desenvolvimento das medidas de formação do Conselho de Administração, a revisão regular das nossas políticas e procedimentos internos, bem como temas relacionados com a adequação ("competente e idónea") dos membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração. Outros tópicos incluíram a avaliação anual do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, as alterações estatutárias relacionadas com o valor-alvo para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração e a promoção da diversidade entre os quadros superiores do banco.

O Comité de Controlo de Remunerações reuniu-se seis vezes em 2022. Duas reuniões foram realizadas no local e quatro foram efetuadas por videoconferência. Nas suas reuniões, o Comité concentrou-se, em particular, no acompanhamento da estrutura dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e dos trabalhadores. O Comité apresentou propostas relativas aos objetivos para o ano de 2022 e à determinação da remuneração variável do Conselho de Administração para o ano de 2021. O Comité também tratou de uma alteração relacionada com o pessoal do Conselho de Administração, com o correspondente ajustamento dos objetivos individuais. Além disso, abordou desenvolvimentos regulamentares e conclusões regulamentares sobre tópicos relativos à remuneração e abordou a examinação da existência das condições prévias para a suspensão, perda de direitos ou claw-back de elementos da remuneração variável de (antigos) membros do Conselho de Administração. Na medida do necessário, adotou resoluções e elaborou recomendações sobre propostas de resolução para o plenário do Conselho de Fiscalização. Através do ajustamento do mandato em julho de 2022, o Comité também abordou o tema da gestão de consequências. Um outro ponto central foi abordar o Relatório de Remuneração sobre a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Com base na alteração dos requisitos legais, nos termos da Lei de Implementação da Diretiva relativa aos Direitos dos Acionistas II (ARUG II) e da Secção 162 da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs (AktG), este documento deveria ser submetido – pela primeira vez – à aprovação da Assembleia-Geral de 2022 e, posteriormente, publicado juntamente com o parecer do auditor. Além disso, o Comité acompanhou a identificação dos Responsáveis pelos Riscos Materiais e a determinação do montante total da remuneração variável para o exercício de 2021, bem como as decisões sobre a remuneração dos responsáveis pelas funções de Conformidade e Risco.

O Comité de Integridade reuniu-se quatro vezes no período de 1 de janeiro de 2022 a 27 de julho de 2022. Todas estas reuniões tiveram lugar no local. Os trabalhos do Comité focaram-se nos temas da cultura empresarial sociais e de governação (ESG), controlo preventivo da conformidade, procedimentos legais e regulamentares, bem como práticas de Recursos Humanos e Gestão de Consequências.

Em 28 de julho de 2022, decidimos alterar o nome do Comité de Integridade para Comité de Supervisão Regulamentar e rever algumas das tarefas definidas no seu mandato. O Comité reuniu-se duas vezes em 2022 com as suas tarefas recentemente definidas. Uma reunião teve lugar no local e a outra por videoconferência. As tarefas abordadas pelo Comité de Supervisão Regulamentar já não incluem os temas da cultura empresarial, das questões ambientais, sociais e de

governança (ESG), das práticas de recursos humanos e da gestão de consequências. De acordo com a nova designação do Comitê, o Comitê de Supervisão Regulamentar foi informado pelo Conselho de Administração, numa base contínua, sobre os contactos com as entidades reguladoras com uma relevância significativa para as atividades do banco e, especialmente, sobre auditorias especiais, queixas substanciais e outras medidas excepcionais por parte das autoridades reguladoras bancárias alemãs e estrangeiras, na medida em que não estejam relacionadas com relatórios financeiros ou questões de auditoria. Além disso, o Comitê foi informado, nas suas reuniões, sobre os inquéritos internos importantes e a sua evolução. Paralelamente, o Comitê de Supervisão Regulamentar continua a ocupar-se dos controlos preventivos de conformidade e dos casos de litígio com maior risco do ponto de vista do banco.

O Comitê de Estratégia e Sustentabilidade (até 15 de dezembro de 2022: o Comitê de Estratégia) reuniu-se três vezes. Duas reuniões foram realizadas no local e uma reunião foi efetuada por videoconferência. Nas suas reuniões, o Comitê debruçou-se intensamente sobre a transformação estratégica e o desenvolvimento futuro do banco. Neste contexto, acompanhou os progressos realizados em relação aos objetivos estratégicos fixados para o final de 2022, bem como os planos estratégicos e financeiros até 2025, que foram apresentados no evento do dia do investidor, em março de 2022. O Comitê recebeu relatórios sobre o alinhamento estratégico do Grupo e o ambiente competitivo, a carteira das principais unidades de negócio, bem como os progressos realizados nas principais iniciativas de transformação mais importantes. Outros temas em destaque foram a estratégia digital do banco e a sua estratégia em relação às empresas de tecnologia financeira ("fintechs"), as estratégias para as regiões da América do Norte e Ásia-Pacífico, bem como a visão estratégica do DWS.

O Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação reuniu-se cinco vezes. Três reuniões foram realizadas no local e duas reuniões foram realizadas por videoconferência. Devido à guerra na Ucrânia, o Comitê abordou regularmente, em 2022, os centros tecnológicos na Rússia, os potenciais impactos na cibersegurança e na segurança da informação, a transferência de funcionários para o centro tecnológico em Berlim, bem como o impacto destes desenvolvimentos na carteira de mudança de banco relacionada com a tecnologia do banco. Além disso, a comissão recebeu relatórios, além dos relativos a estes desenvolvimentos políticos, sobre os progressos na execução da estratégia e o conceito de teste no domínio da cibersegurança. Outras áreas de destaque em 2022 foram os temas da gestão de dados, a transformação da nuvem e a plataforma bancária de retalho. Em março, realizou-se um seminário alargado sobre dados, no qual foi discutida uma nova estratégia para alcançar os objetivos do banco em matéria de dados. Com base nisto, o Comitê recebeu regularmente relatórios sobre os progressos realizados e os novos desafios identificados. No que diz respeito ao programa de transformação da nuvem, o Comitê recebeu regularmente relatórios sobre as aplicações transferidas e as novas capacidades geradas na nuvem. Além disso, o plano de atividades ajustado foi apresentado ao Comitê no final do ano. No que diz respeito à plataforma da banca de retalho, o Comitê discutiu amplamente os progressos da migração e os desafios relacionados com o calendário. Além disso, o Comitê discutiu a tecnologia nas áreas de Anti-Crime Financeiro (AFC), Risco, Finanças e Tesouraria, bem como a tecnologia de vendas e distribuição em todos os segmentos de clientes. Outros temas abordados foram os desenvolvimentos na área dos pagamentos, incluindo alterações estratégicas e a correção dos resultados das auditorias, as iniciativas front-to-back do banco, com especial incidência nos empréstimos, bem como a modernização da plataforma de TI e os benefícios associados. Além disso, o Comitê abordou o roteiro de tecnologia e dados das entidades jurídicas nos EUA e a sua integração na estratégia de TI de todo o Grupo.

As reuniões do Comitê de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias.

## Participação em reuniões

Os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comitês dos quais eram membros, conforme se segue: A participação foi presencial ou por videoconferência. Não se registou nenhum caso de participação por telefone.

N.º de reuniões/participação em %	Plenário		Comité do Presidente		Comité de Risco		Comité de Auditoria		Comité de Nomeações	
	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %
Dr. Paul Achleitner <i>Presidente (até 19 de maio de 2022)</i>	3/3	100%	6/7	86%	3/3	100%	3/3	100%	3/3	100%
Alexander Wynaendts <i>Presidente (a partir de 19 de maio de 2022)</i>	5/5	100%	6/6	100%	3/3	100%	3/3	100%	3/3	100%
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	8/8	100%			6/6	100%				
Mayree Clark	8/8	100%			6/6	100%			6/6	100%
Jan Duscheck	8/8	100%			6/6	100%				
Manja Eifert <i>(a partir de 7 de abril de 2022)</i>	6/6	100%					2/2	100%		
Dr. Gerhard Eschelbeck <i>(até 19 de maio de 2022)</i>	3/3	100%								
Sigmar Gabriel	8/8	100%								
Timo Heider	8/8	100%								
Martina Klee	8/8	100%								
Henriette Mark <i>(até 31 de março de 2022)</i>	2/2	100%					2/2	100%		
Gabriele Platscher	7/8	88%					6/6	100%		
Detlef Polaschek <i>Vice-Presidente</i>	6/8	75%	11/13	85%			6/6	100%	6/6	100%
Bernd Rose	7/8	88%					5/6	83%		
Yngve Slyngstad <i>(a partir de 19 de maio de 2022)</i>	5/5	100%								
John Thain	8/8	100%								
Michele Trogni	8/8	100%			6/6	100%				
Dr. Dagmar Valcárcel	8/8	100%					6/6	100%		
Stefan Viertel	7/8	88%			5/6	83%	5/6	83%		
Dr. Theodor Weimer	8/8	100%					6/6	100%		
Frank Werneke	8/8	100%	12/13	92%					6/6	100%
Professor Dr. Norbert Winkeljohann <i>Vice-Presidente</i>	8/8	100%	11/13	85%	6/6	100%	6/6	100%	6/6	100%
Frank Witter	8/8	100%					5/6	83%		
Total		97%		88%		98%		95%		100%

N.º de reuniões/participação em %	Comité de Controlo de Remunerações		Comité de Supervisão Regulamentar		Comité de Estratégia e Sustentabilidade		Comité de Tecnologia, Dados e Inovação		Total	
	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %	Número/em %
Dr. Paul Achleitner <i>Presidente (até 19 de maio de 2022)</i>	4/4	100%	3/3	100%	1/1	100%	2/2	100%	28/29	97%
Alexander Wynaendts <i>Presidente (a partir de 19 de maio de 2022)</i>	2/2	100%	3/3	100%	2/2	100%	3/3	100%	30/30	100%
Ludwig Blomeyer-Bartenstein			6/6	100%					20/20	100%
Mayree Clark					3/3	100%			23/23	100%
Jan Duscheck							5/5	100%	19/19	100%
Manja Eifert <i>(a partir de 7 de abril de 2022)</i>									8/8	100%
Dr. Gerhard Eschelbeck <i>(até 19 de maio de 2022)</i>							2/2	100%	5/5	100%
Sigmar Gabriel			6/6	100%					14/14	100%
Timo Heider			6/6	100%	3/3	100%			17/17	100%
Martina Klee							5/5	100%	13/13	100%
Henriette Mark <i>(até 31 de março de 2022)</i>					1/1	100%			5/5	100%
Gabriele Platscher			6/6	100%					19/20	95%
Detlef Polaschek <i>Vice-Presidente</i>	6/6	100%			3/3	100%			38/42	90%
Bernd Rose	5/6	83%					4/5	80%	21/25	84%
Yngve Slyngstad <i>(a partir de 19 de maio de 2022)</i>							2/2	100%	7/7	100%
John Thain					3/3	100%			11/11	100%
Michele Trogni					3/3	100%	5/5	100%	22/22	100%
Dr. Dagmar Valcárcel	6/6	100%	6/6	100%					26/26	100%
Stefan Viertel					1/1	100%			18/21	86%
Dr. Theodor Weimer									14/14	100%
Frank Werneke	6/6	100%			3/3	100%			35/36	97%
Professor Dr. Norbert Winkeljohann <i>Vice-Presidente</i>	2/2	100%							39/41	95%
Frank Witter									13/14	93%
Total		97%		100%		100%		97%		96%



## Governo da Sociedade

A composição do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités está em conformidade com os requisitos da legislação, assim como com as normas de governação regulamentares. O Banco Central Europeu analisou e confirmou as qualificações profissionais e a fiabilidade pessoal dos nossos membros no âmbito da sua avaliação "competente e idónea". A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual. Adicionalmente, houve uma avaliação do conhecimento, competências e experiência de todo o Conselho de Fiscalização que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva). A Equipa Comum de Supervisão (JST) do Banco Central Europeu e o Comité de Nomeações controlam continuamente a idoneidade dos membros do Conselho de Fiscalização.

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e – como exigido – numa base ad hoc, entre as reuniões, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todas as questões e riscos relevantes para o desempenho das suas funções. A cooperação nos comités foi marcada por uma atmosfera aberta e de confiança.

Os presidentes dos comités reportaram regularmente nas reuniões do Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités individuais. De forma regular, antes das reuniões do Conselho de Fiscalização, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado. No início ou no fim das reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités houve debates regulares nas "Sessões Executivas" sem a participação do Conselho de Administração.

O Presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités participaram regularmente em debates com representantes de vários reguladores e informaram-nos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivos comités e sobre a cooperação com o Conselho de Administração.

Em conjunto com o Departamento de Relações com Investidores do Banco, o Presidente do Conselho de Fiscalização manteve conversações com investidores, consultores e associações de acionistas. Os temas das discussões foram tópicos de governação e estratégia na perspetiva do Conselho de Fiscalização, questões de nomeações e planeamento da sucessão, processos de controlo do banco, remuneração do Conselho de Administração e a visão do Conselho de Fiscalização sobre a estratégia ambiental, social e de governação (ESG) do banco.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho Fiscal em plenário, abordámos a avaliação prevista na lei do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização para o exercício financeiro de 2022, que também inclui a autoavaliação de acordo com o Código de governo das sociedades alemão. O debate final dos resultados teve lugar numa reunião plenária do Conselho de Fiscalização a 1 de fevereiro de 2023, e os resultados foram apresentados num relatório final.

Para mais informações, por exemplo, sobre os peritos financeiros do Comité de Auditoria, os peritos em matéria de remuneração e a independência de cada um dos membros, consultar a secção "Conselho de Fiscalização" da Declaração sobre o Governo da Sociedade.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), emitida pela última vez pelo Conselho de Administração em outubro de 2021, foi reemitida em outubro de 2022. O texto da declaração de conformidade, juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado no Relatório Anual e no nosso sítio Web em <https://www.db.com/ir/en/documents.htm>. As nossas declarações de conformidade e declarações sobre o governo da sociedade dos últimos cinco anos estão também disponíveis aí, juntamente com as versões atualmente em vigor dos termos de referência do Conselho de Fiscalização e respetivos comités do Conselho de Administração.

## Formação e medidas de formação contínua

Realizámos várias sessões de formação em 2022, tal como nos anos anteriores. Foram conduzidas, na maioria dos casos, por especialistas externos nas matérias, mas também por especialistas internos. De acordo com o nosso Perfil ajustado de Requisitos para os membros do Conselho de Fiscalização, os tópicos de formação em que nos concentrámos em 2022 foram a cibersegurança, combate ao branqueamento de capitais, a introdução do euro digital e a gestão de sustentabilidade em bancos globais. Além disso, recebemos informações atualizadas sobre a evolução macroeconómica mundial, bem como sobre os requisitos regulamentares.

Para os novos membros que ingressaram no Conselho de Fiscalização, foram realizados cursos de iniciação extensivos adaptados e implementados individualmente para facilitar a sua adaptação ao cargo.

## Conflitos de interesse e o seu tratamento

Para evitar um potencial conflito de interesses com a sua função como Diretor Executivo da Deutsche Börse AG, o Dr. Theodor Weimer não participou nos debates relativos ao tema da compensação de euros.

O Sr. Frank Witter tinha-nos informado em 2021 que estava envolvido numa ação coletiva contra a Ernst & Young (EY) para apresentar queixas de compensação por danos devidos a perdas incorridas de uma obrigação Wirecard. Através de conversas aprofundadas com o Sr. Frank Witter, o Conselho de Fiscalização pôde assegurar-se de que o potencial conflito de interesses resultante não impede uma participação ilimitada no Conselho de Fiscalização e no Comité de Auditoria. No decurso de 2022, o Sr. Frank Witter retirou-se da ação judicial, pelo que o potencial conflito de interesses deixou de existir.

## Demonstrações Financeiras Anuais, Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o Relatório Não Financeiro e o Relatório de Compensação combinados separados

A EY auditou as demonstrações financeiras anuais, incluindo o relatório de contabilidade e o relatório de gestão combinado das demonstrações financeiras anuais, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do exercício financeiro de 2022 e emitiu, em cada caso, um parecer de auditoria sem reservas em 13 de março de 2023. Os relatórios de auditoria foram assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Mai e Sr. Lösken.

Além disso, a EY realizou uma análise de garantia limitada no contexto do relatório não financeiro combinado separado, bem como a demonstração não financeira (relato não financeiro) e em cada caso emitiu uma opinião não qualificada. A EY emitiu um parecer separado sem reservas para o Relatório de Remuneração.

O Comité de Auditoria examinou os documentos para as demonstrações financeiras anuais para 2022 e demonstrações financeiras consolidadas para 2022, bem como o relato não financeiro para 2022 na respetiva reunião em 14 de março de 2023. Representantes da EY apresentaram o relatório final sobre os resultados de auditoria. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação do Comité de Auditoria e após apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas, assim como dos documentos do relato não financeiro, e na sequência de uma extensa discussão sobre o Conselho de Fiscalização, bem como com os representantes do auditor, tomámos nota dos resultados das auditorias com aprovação. Determinámos que, também com base nos resultados finais das nossas apreciações, não há qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração. Deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de afetação de lucros distribuíveis.

## Questões pessoais

A partir de 7 de abril de 2022, Manja Eifert foi nomeada pelo tribunal como representante dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização. Substituiu Henriette Mark, que renunciou ao seu mandato no Conselho de Fiscalização a partir de 31 de março de 2022. Com efeitos a partir do final da Assembleia-Geral de 19 de maio de 2022, os períodos de nomeação do Dr. Paul Achleitner e do Dr. Gerhard Eschelbeck terminaram como previsto. De acordo com a nossa proposta, a Assembleia-Geral elegeu como seus sucessores o Sr. Alexander Wynaendts e o Sr. Yngve Slyngstad como membros do Conselho de Fiscalização para um mandato de cerca de quatro anos.

Em 2 de fevereiro de 2022, decidimos prorrogar as nomeações para o Conselho de Administração de Christiana Riley e Bernd Leukert por três anos em cada caso, até 31 de dezembro de 2025. Para assegurar uma transição ordenada no cargo de Diretor de Risco, o Sr. Olivier Vigneron já entrou para o banco como Diretor-Geral (Generalbevollmächtigter), com efeitos a partir de 1 de março de 2022, e tornou-se membro do Conselho de Administração a partir de 20 de maio de 2022. Stuart Lewis demitiu-se do Conselho de Administração com efeito a partir de 19 de maio de 2022 e deixou o banco com efeito a partir de 31 de maio de 2022. Em 25 de março de 2022, decidimos nomear o Sr. James von Moltke como Vice-Presidente do Conselho de Administração. Em 15 de dezembro de 2022, decidimos prolongar a nomeação do Sr. James von Moltke por três anos, até 30 de junho de 2026, e prolongar as nomeações do Professor Dr. Stefan Simon e do Sr. Alexander von zur Mühlen por três anos, até 31 de julho de 2026.

Todas as resoluções foram baseadas nas recomendações do Comité de Nomeações e do Comité do Presidente.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como aos membros que abandonaram os seus cargos no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio construtivo que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Adicionalmente, também gostaríamos de expressar o nosso enorme agradecimento aos colaboradores do banco pela sua grande dedicação pessoal.

Frankfurt am Main, 16 de março de 2023

O Conselho de Fiscalização



Alexander Wynaendts

Presidente

## Conselho de Fiscalização

Alexander Wynaendts  
- Presidente  
desde 19 de maio de 2022  
Ommen  
Países Baixos

Dr. Paul Achleitner  
- Presidente  
até 19 de maio de 2022  
Munique  
Alemanha

Detlef Polaschek\*  
- Vice-Presidente  
Essen  
Alemanha

Professor Dr. Norbert Winkeljohann  
- Vice-Presidente  
desde 20 de julho de 2022  
Osnabrück  
Alemanha

Ludwig Blomeyer Bartenstein\*  
Bremen  
Alemanha

Mayree Clark  
New Canaan  
EUA

Jan Duscheck\*  
Berlim  
Alemanha

Manja Eifert\*  
desde 7 de abril de 2022  
Berlim  
Alemanha

Dr. Gerhard Eschelbeck  
até 19 de maio de 2022  
Cupertino  
EUA

Sigmar Gabriel  
Goslar  
Alemanha

Timo Heider\*  
Emmerthal  
Alemanha

Martina Klee\*  
Frankfurt am Main  
Alemanha

Henriette Mark\*  
até 31 de março de 2022  
Munique  
Alemanha

Gabriele Platscher\*  
Braunschweig  
Alemanha

Bernd Rose\*  
Menden  
Alemanha

Yngve Slyngstad  
desde 19 de maio de 2022  
Oslo  
Noruega

John Alexander Thain  
Rye  
EUA

Michele Trogni  
Riverside  
EUA

Dr. Dagmar Valcárcel  
Madrid  
Espanha

Stefan Viertel\*  
Kelkheim im Taunus  
Alemanha

Dr. Theodor Weimer  
Wiesbaden  
Alemanha

Frank Werneke\*  
Berlim  
Alemanha

Frank Witter  
Braunschweig  
Alemanha

\*Representantes dos colaboradores

## Comités

### Comité do Presidente

Alexander Wynaendts, Presidente (desde 19 de maio de 2022), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 19 de maio de 2022)  
Detlef Polaschek\*, Frank Werneke\*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

### Comité de Nomeações

Alexander Wynaendts, Presidente (desde 28 de julho de 2022), Membro (desde 19 de maio de 2022 até 28 de julho de 2022), Mayree Clark, Presidente (até 28 de julho de 2022), Membro (desde 28 de julho de 2022)  
Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Detlef Polaschek\*, Frank Werneke\*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

### Comité de Auditoria

Frank Witter, Presidente (desde 28 de julho de 2022), Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente (até 28 de julho de 2022), Membro (desde 28 de julho de 2022)  
Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Manja Eifert\* (desde 28 de julho de 2022), Henriette Mark\* (até 31 de março de 2022), Gabriele Platscher\*, Detlef Polaschek\*, Bernd Rose\*, Dr. Dagmar Valcárcel, Stefan Viertel\*, Dr. Theodor Weimer, Frank Witter (até 28 de julho de 2022), Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

### Comité de Risco

Mayree Clark, Presidente

Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*, Jan Duscheck\*, Michele Trogni, Stefan Viertel\*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

### Comité de Supervisão Regulamentar (desde 28 de julho de 2022) (antigo Comité de Integridade)

Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente

Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*, Sigmar Gabriel, Timo Heider\*, Gabriele Platscher\*, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

### Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente (desde 28 de julho de 2022), Alexander Wynaendts, Presidente (desde 19 de maio de 2022 até 28 de julho de 2022), Membro (desde 28 de julho de 2022), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 19 de maio de 2022)

Dr. Gerhard Eschelbeck (até 19 de maio de 2022), Detlef Polaschek\*, Bernd Rose\*, Dr. Dagmar Valcárcel, Frank Werneke\*,

Comité de Estratégia e Sustentabilidade (desde 15 de dezembro de 2022) (antigo Comité de Estratégia)

John Alexander Thain, Presidente

Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Mayree Clark, Timo Heider\* Henriette Mark\* (até 31 de março de 2022), Detlef Polaschek\*, Michele Trogni, Stefan Viertel\* (desde 28 de julho de 2022), Frank Werneke\*, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni, Presidente

Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Jan Duscheck\*, Dr. Gerhard Eschelbeck (até 19 de maio de 2022), Timo Heider\* (até 28 de julho de 2022), Martina Klee\*, Bernd Rose\*, Yngve Slyngstad (desde 28 de julho de 2022), Frank Witter (até 28 de julho de 2022), Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

Comité de Mediação

Alexander Wynaendts, Presidente (desde 19 de maio de 2022), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 19 de maio de 2022) Detlef Polaschek\*, Frank Werneke\*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

\*Representantes dos colaboradores

# Estratégia

## A estratégia do Deutsche Bank em resumo

### Competir para Vencer

Cinco ações decisivas executadas desde julho de 2019 transformaram o Deutsche Bank:

- 
- Criar quatro divisões centradas no cliente
  - Sair das atividades não essenciais
  - Reduzir os custos
  - Investir na tecnologia e no crescimento
  - Gerir e libertar capital

Os resultados de 2022 provam que o banco está posicionado para uma rentabilidade sustentável, crescimento e maior resiliência:

- 
- 9% Rentabilidade dos capitais próprios tangíveis dos acionistas
    - 75% Rácio custo/rendimento
  - 13,4% Rácio de capitais próprios CET1

Os progressos alcançados na transformação do Deutsche Bank deixam-no bem posicionado para garantir um crescimento sustentável até 2025.

## A nível mundial

### Hausbank

O Grupo reafirmou os seus objetivos financeiros e de capital para 2025:

- 
- Rendimento do capital próprio tangível após impostos superior a 10%
  - Crescimento anual composto das receitas entre 3,5% e 4,5% a partir de 2021
  - Rácio custo/rendimento inferior a 62,5%
  - Rácio CET1 de cerca de 13% em 2025
  - Rácio de reembolso de 50% a partir de 2025 e objetivo de 8 mil milhões de euros em distribuições de capital aos acionistas relativamente aos exercícios de 2021 a 2025

O Deutsche Bank anunciou vários pilares fundamentais de medidas de eficiência que contribuem para os objetivos do banco para 2025, incluindo

- 
- Otimização da plataforma na Alemanha
  - Rearquitetura e simplificação do panorama de aplicações do Grupo
  - Reestruturação de processos "front-to-back"
  - Eficiência das infraestruturas

## "Competir para Vencer"

Em julho de 2019, o Grupo anunciou os seus planos para uma transformação fundamental do Deutsche Bank e estabeleceu objetivos financeiros fundamentais a atingir até ao final de 2022. Apesar de ter enfrentado desafios imprevistos e significativos decorrentes da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia, o banco passou por uma transformação fundamental e alcançou os principais objetivos financeiros.

O Deutsche Bank considera que as cinco ações decisivas que contribuem para o êxito da transformação do banco são:

- O Grupo criou quatro divisões centradas no cliente que registam um crescimento estável. Estas divisões complementam-se mutuamente e proporcionam fluxos de receitas bem diversificados
- O Deutsche Bank abandonou empresas e atividades que não eram essenciais para a sua estratégia. O Grupo abandonou a negociação de ações, transferiu a sua atividade de Global Prime Finance, reorientou a atividade de Rates e reduziu ou alienou outros ativos não estratégicos. A Capital Release Unit reduziu a exposição ao efeito de alavancagem das atividades não estratégicas em 91% e os ativos ponderados pelo risco em 83%, excluindo os ativos ponderados pelo risco do risco operacional, permitindo ao Grupo reafetar capital às suas atividades principais
- Em 2018, o Deutsche Bank reduziu os custos em comparação com o nível anterior à transformação. O Grupo reduziu o seu rácio custos/rendimentos em 18 pontos percentuais, algo que foi alcançado absorvendo 8,5 mil milhões de euros de efeitos relacionados com a transformação, incluindo mil milhões de euros de imparidades de goodwill, 1,9 mil milhões de euros de reestruturações e indemnizações, 0,6 mil milhões de euros de encargos com imóveis, 1,4 mil milhões de euros de imparidades e amortizações aceleradas de software, 2,8 mil milhões de euros de ajustamentos de avaliação de ativos por impostos diferidos, bem como 0,8 mil milhões de euros de outros efeitos relacionados com a transformação
- O Deutsche Bank comprometeu-se com e investiu em controlos e tecnologia para apoiar o crescimento. O Grupo assinou acordos de vanguarda com a Google Cloud e outros parceiros, incluindo uma parceria de inovação plurianual com a NVIDIA, a fim de acelerar a utilização da inteligência artificial e da aprendizagem automática. A aposta do banco na tecnologia permitiu-lhe aumentar as receitas através de uma interface mais próxima com os clientes, reduzir os custos eliminando a complexidade da sua tecnologia e melhorar o ambiente de controlo
- O Deutsche Bank geriu e libertou capital. O Grupo manteve o seu rácio CET1 acima do seu objetivo mínimo de 12,5% ao longo dos catorze trimestres da sua transformação, apesar de um impacto de cerca de 170 pontos de base decorrente de alterações regulamentares e de 100 pontos de base decorrentes de impactos relacionados com a transformação.

A transformação fundamental conduziu a uma base sólida para o Grupo continuar o seu percurso e concluir com êxito a estratégia do banco "Competir para Vencer".

## Indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank para 2022

### Metas Financeiras para 2022

- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos de 8% para o Grupo
- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 9% para o Core Bank
- Rácio de capital Common Equity Tier 1 acima de 12,5%
- Rácio de alavancagem de 4,5%

## Resultados financeiros do Deutsche Bank em 2022

### Sustentabilidade no crescimento das receitas do Core Bank

A transformação estratégica do Deutsche Bank foi concebida para reposicionar as suas principais áreas de negócio em torno de negócios líderes de mercado, que operam em mercados em crescimento com um potencial de retorno atrativo. O Core Bank do Grupo é composto pelas suas quatro divisões operacionais principais, nomeadamente o Corporate Bank, o Investment Bank, o Private Bank e o Asset Management, juntamente com o segmento Corporate & Other.

As receitas, tanto a nível do Grupo como do Core Bank, ascenderam a 27,2 mil milhões de euros em 2022, um aumento de 7,1% e 7,0%, respetivamente, em comparação com 2021.



## Continuar a cumprir as medidas eficiência

As despesas não relacionadas com juros foram de 20,4 mil milhões de euros em 2022, uma diminuição de 5,2% em relação a 2021, impulsionada por menores custos de reestruturação e indemnização e menores encargos de transformação. Os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, aumentaram 1,1% para 19,8 mil milhões de euros em comparação com 2021. Os aumentos nas remunerações e benefícios foram, na sua maioria, compensados por reduções nos custos não relacionados com remunerações. Estas reduções nas despesas não salariais refletem os esforços contínuos de gestão de custos, nomeadamente a redução dos custos das operações subcontratadas e a diminuição das despesas relacionadas com a ocupação. Se ajustados pelos impactos cambiais, os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, diminuiriam 1,6% em relação a 2021.

## Realização com êxito dos objetivos da Capital Release Unit

Em 2022, tendo superado os objetivos da Capital Release Unit no que diz respeito à exposição ao efeito de alavancagem e RWA, a Capital Release Unit também cumpriu com êxito o seu objetivo de menos de 800 milhões de euros para os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação. Os custos não relacionados com juros foram de 922 milhões de euros.

A Capital Release Unit reduziu o seu prejuízo antes de impostos em um terço, registando um prejuízo antes de impostos de 932 milhões de euros para todo o ano de 2022, uma melhoria de 431 milhões de euros em relação ao período do ano anterior.

No final de 2022, os ativos ponderados pelo risco (RWA) foram reduzidos para 24 mil milhões de euros, acima do objetivo do Deutsche Bank para o final de 2022, de 32 mil milhões de euros, e abaixo dos 28 mil milhões de euros no final de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, os RWA da unidade incluíam RWA de risco operacional de 19 mil milhões de euros.

A exposição de alavancagem foi de 22 mil milhões de euros no final de 2022, abaixo do seu objetivo de 21 mil milhões de euros para 2022, uma redução de 39 mil milhões de euros registados no final de 2021.

Desde a sua criação, no segundo trimestre de 2019, a Capital Release Unit reduziu os ativos ponderados pelo risco em 63%, ou 83%, excluindo o risco operacional RWA, e a exposição à alavancagem em 91%.

Tendo cumprido o seu mandato de redução de riscos e de custos de 2019 até ao final de 2022, a Capital Release Unit deixará de ser registada como um segmento separado, com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. A sua restante carteira, recursos e colaboradores serão reportados no segmento Corporate & Other.

## Gestão conservadora do balanço

O Grupo continua empenhado em gerir o seu balanço de forma conservadora, uma vez que o banco continua a enfrentar os desafios colocados pela guerra na Ucrânia, a inflação e o ambiente dinâmico das taxas de juro. No final do quarto trimestre de 2022, o rácio CET 1 do Grupo era de 13,4%, 10 pontos base mais elevado do que no final de 2021. O Deutsche Bank pretende atingir um rácio de capital Common Equity Tier 1 de cerca de 13% e terminar 2023 com um rácio CET 1 de 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível do banco.

O rácio de alavancagem foi de 4,6% em 2022, menos 30 pontos de base do que no final de 2021.

A média a um dia para o valor em risco (VaR) ascendia a 47 milhões de euros no final de 2022, confirmando os níveis conservadores de risco do Deutsche Bank.

As provisões para perdas de crédito foram de 1,2 mil milhões de euros para o ano inteiro de 2022, significativamente superiores em comparação com 2021. Para todo o ano de 2023, o Grupo espera que as provisões para perdas de crédito se mantenham essencialmente estáveis em comparação com 2022, num intervalo de 25 a 30 pontos de base dos empréstimos médios, refletindo as persistentes incertezas macroeconómicas e geopolíticas. Como tal, e dada a recente melhoria das perspetivas macroeconómicas, o banco prevê agora que a provisão para perdas de crédito em 2023 se situe no limite inferior deste intervalo. O banco espera que a provisão para perdas de crédito em 2023, ao contrário de 2022, seja impulsionada por perdas de nome único e não por uma deterioração dos indicadores macroeconómicos prospetivos. O Deutsche Bank permanece empenhado nas suas rigorosas normas de subscrição e no seu rigoroso quadro de gestão do risco. Estão disponíveis detalhes mais pormenorizados sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas na secção "Relatório de Gestão: Relatório de Risco".

## “Global Hausbank”

O Grupo acredita que os progressos alcançados na transformação do Deutsche Bank deixam o banco bem posicionado para garantir um crescimento sustentável até 2025. Em março de 2022, o Grupo delineou o seu roteiro estratégico e financeiro até 2025, que visa posicionar o Deutsche Bank como um "Global Hausbank", e comunicou as metas financeiras e os objetivos de capital do Deutsche Bank para 2025.

A estratégia do "Global Hausbank" é sustentada por temas-chave que se tornaram ainda mais importantes à luz das convulsões geopolíticas e macroeconómicas de 2022. Neste contexto, o Deutsche Bank pretende tirar partido de um ambiente mais favorável em termos de taxas de juro, utilizar a sua experiência em matéria de gestão do risco para apoiar os clientes e afetar capital a oportunidades de crescimento de elevado retorno. À medida que a sustentabilidade se torna cada vez mais importante, o banco pretende aprofundar o seu diálogo e apoio aos clientes e alargar a agenda no que respeita às suas próprias operações. À medida que a tecnologia continua a evoluir, o banco pretende obter mais poupanças de custos, acelerar a transição para um banco digital e expandir as parcerias estratégicas que já estão a criar um valor substancial.

Além disso, o Grupo também anunciou vários pilares fundamentais de medidas de eficiência que contribuem para os objetivos do Deutsche Bank para 2025, que deverão permitir poupanças de custos estruturais superiores a 2 mil milhões de euros entre 2022 e 2025. Entre estas incluem-se:

- Otimização da plataforma na Alemanha: Redução das sucursais e integração tecnológica da plataforma informática, com o objetivo de criar eficiências através da simplificação das infraestruturas do Grupo. O banco concluiu recentemente a conversão de cerca de 8 milhões de contratos adicionais do Postbank para a plataforma de TI do Deutsche Bank
- Rearquitetura e simplificação do panorama de aplicações do Grupo: Em 2022, 9% das aplicações informáticas do banco foram desativadas, e prevê-se que mais de 400 aplicações adicionais sejam desativadas até 2025. Com o apoio da infraestrutura baseada na nuvem do Grupo, o banco também migrou as suas principais aplicações para a nuvem e continuará a desenvolver os seus progressos
- Reestruturação de processos "front-to-back": Os processos mais automatizados já produziram resultados tangíveis apoiados por controlos melhorados. O banco planeia continuar a automatizar controlos e processos, incluindo os processos de processamento de empréstimos "front-to-back", de gestão do risco e de elaboração de relatórios
- O banco identificou economias de custos adicionais na eficiência das infraestruturas, incluindo a otimização da sua carteira de imóveis, a gestão da sua força de trabalho em infraestruturas, bem como outras medidas. Em conformidade com os planos anunciados em março de 2022, o banco otimizou o espaço de escritórios, o que resultou numa redução significativa de 170 000 metros quadrados em 2022, representando cerca de 6% da área total global. No futuro, o Deutsche Bank pretende continuar a concentrar-se na otimização da gestão da força de trabalho do banco

## Indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank para 2025

### Metas financeiras e objetivos de capital para 2025

Objetivos financeiros:

- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 10% para o Grupo
- Taxa de crescimento anual composta de receitas de 3,5 a 4,5%
- Rácio custo/rendimento inferior a 62,5%

Objetivos de capital:

- Rácio de capital Common Equity Tier 1 de aproximadamente 13%
- Rácio de reembolso total de 50% a partir de 2025

O Deutsche Bank reafirma os seus objetivos financeiros a atingir até 2025: uma rendibilidade dos capitais próprios tangíveis após impostos superior a 10%, um crescimento anual composto das receitas entre 3,5% e 4,5% e um rácio custo/rendimento inferior a 62,5%. O banco confirma igualmente os seus objetivos de capital de um rácio de fundos próprios CET1 de cerca de 13% e de um rácio de reembolso de 50% a partir de 2025.

Os custos ajustados, os custos ajustados excluindo os encargos de transformação, bem como a rendibilidade após impostos do capital próprio tangível médio são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

## Distribuição de capital

O Deutsche Bank está empenhado em entregar dividendos em numerário de crescimento sustentável e, ao longo do tempo, devolver o excesso de capital aos acionistas através da recompra de ações que ultrapasse o necessário para apoiar o crescimento rentável e as próximas mudanças regulamentares através da recompra de ações, sujeito à aprovação regulamentar e à autorização dos acionistas e ao cumprimento dos requisitos da lei empresarial alemã. Para o efeito, sob reserva do cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo, o Conselho de Administração tenciona aumentar o dividendo em numerário por ação em 50% por ano nos próximos 3 anos, a partir dos 0,20 euros por ação pagos no exercício de 2021. Tal traduzir-se-ia em cerca de 3,3 mil milhões de euros de pagamentos de dividendos cumulativos até 2025 relativamente aos exercícios de 2021-2024. Em relação ao exercício financeiro de 2024, o banco pretende alcançar um rácio de pagamento total de 50% a partir de uma combinação de dividendos pagos e recompra de ações executada em 2025; e pretende manter um rácio de pagamento total de 50% nos anos subsequentes. Além da recompra de ações de 0,3 mil milhões de euros, já concluída em 2022, a execução bem-sucedida dos planos estratégicos do Grupo até 2025 apoiaria, portanto, as distribuições cumulativas anteriormente anunciadas aos acionistas sob a forma de dividendos pagos ou de recompra de ações no montante aproximado de 8 mil milhões de euros em relação aos exercícios financeiros de 2021-2025. A ambição do Deutsche Bank em devolver o capital aos acionistas é ainda sustentada pelo objetivo do banco de manter um sólido rácio de Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) de aproximadamente 13%, ou seja, de operar com uma margem de 200 pontos base acima do nosso limiar do Montante Máximo Distribuível (MDA), que o Grupo assumiu atualmente prevalecer ao longo do tempo.

## Sustentabilidade

Há muitos anos que o Deutsche Bank vê a sustentabilidade como uma oportunidade. Consequentemente, a sustentabilidade, que engloba aspetos ambientais, sociais e de governação (ESG), é uma componente central da estratégia do "Global Hausbank". Dando continuidade a esta estratégia, o banco reforçou a sua governação em matéria de sustentabilidade através da criação do cargo de Diretor de Sustentabilidade em setembro de 2022. O Diretor de Sustentabilidade tem o mandato de desenvolver a estratégia de sustentabilidade do banco e avançar com a sua implementação.

O banco fez progressos significativos na implementação da sua estratégia de sustentabilidade e continuou a incorporar a sustentabilidade nos seus produtos, políticas e processos, centrando-se nos quatro pilares seguintes: Financiamento sustentável, Políticas e Compromissos, Pessoas e Operações Próprias, bem como Liderança Pensada e Envolvimento das Partes Interessadas.

- Financiamento Sustentável: O objetivo do banco é ser um parceiro financeiro fiável para os seus clientes e apoiá-los na sua transição.
- Políticas e Compromissos: Assegurar que as atividades de negócio do banco estão em conformidade com os aspetos ESG e evitar impactos negativos.
- Pessoas e Operações: Para ser o parceiro de eleição, o banco tem também de dar o exemplo. Tal significa assegurar que o banco opera de forma sustentável e que fomenta uma cultura de diversidade e inclusão.
- Liderança Pensada e Envolvimento das Partes Interessadas: O banco tem de se envolver com legisladores, reguladores, investidores, e a sociedade como um todo, a fim de chegar a acordo sobre as normas e quadros adequados para maximizar o seu impacto positivo.

Através da implementação da estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank, o objetivo do banco passa por maximizar o seu contributo para o Acordo Climático de Paris e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O banco apoia formalmente os quadros e iniciativas universais de sustentabilidade, tais como a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, o Pacto Global das Nações Unidas e os Princípios para uma Banca Responsável.

Para implementar a estratégia de sustentabilidade do Grupo, o Deutsche Bank estabeleceu os seguintes objetivos de sustentabilidade:

- Atingir volumes cumulativos de financiamento e investimento sustentáveis desde janeiro de 2020 superiores a 200 mil milhões de euros até ao final de 2022, e de 500 mil milhões de euros até ao final de 2025 (excluindo o DWS)
- Cumprir os compromissos "Net-Zero" do Deutsche Bank para os principais setores com utilização intensiva de carbono, acompanhando os clientes na sua transformação (Diálogo para a Transição)
- Reforçar as políticas e os controlos para orientar as ações do banco e garantir a conformidade
- Obter dados de ESG externos, bem como a respetiva automatização e a normalização dos relatórios
- Capacitar os colaboradores e estabelecer a sustentabilidade como um valor fundamental da cultura do banco

Em 2022, o banco continuou a cumprir estes objetivos e outros pilares da sua estratégia de sustentabilidade. Por exemplo, o banco:

- Publicou a pegada de carbono da sua carteira de empréstimos a empresas e os objetivos líquidos nulos para 2030 e 2050. Estes objetivos abrangem os setores intensivos em carbono do Petróleo e Gás (Upstream), Produção de Energia, Indústria Automóvel (veículos ligeiros) e Aço, e reduzirão significativamente as quantidades de emissões financiadas (Âmbito 3) até 2030, refletindo os compromissos do banco enquanto membro fundador da Net-Zero Banking Alliance
- Lançou "How we live", um novo programa de Responsabilidade Social Empresarial para o impacto ambiental, com o objetivo de mobilizar as comunidades para a proteção e recuperação do ambiente
- Tornou-se um parceiro oficial da rede do Comité Alemão da Década dos Oceanos, após a assinatura de um memorando de entendimento para apoiar ativamente a Década das Nações Unidas para a Ciência dos Oceanos e o Desenvolvimento Sustentável
- Anunciou a nova cátedra para Finanças Sustentáveis, em conjunto com a Escola Europeia de Gestão e Tecnologia em Berlim, Alemanha

Para reforçar a ambição do banco em matéria de sustentabilidade, a remuneração variável do Conselho de Administração e de outros executivos de topo está associada a objetivos de sustentabilidade, incluindo o volume de financiamentos e investimentos sustentáveis e um índice de classificação de sustentabilidade.

## Atividades do Deutsche Bank

### Corporate Bank

O Corporate banking é uma parte integrante do negócio do Deutsche Bank. Em primeiro lugar, as capacidades do Corporate Bank em Cash Management, Trade Finance e Lending, bem como Foreign Exchange, em estreita colaboração com o Investment Bank, permitem que a divisão sirva as principais necessidades dos clientes empresariais. Enquanto banco líder ao serviço das empresas multinacionais e alemãs no mercado interno e no estrangeiro, o Corporate Bank ajuda os clientes a otimizar o seu capital de operacional e liquidez, a garantir cadeias de abastecimento e canais de distribuição globais e a gerir os seus riscos. Em segundo lugar, o Corporate Bank atua como prestadores de serviços especializados a instituições financeiras, oferecendo serviços de Correspondent Banking e de serviços fiduciários e de agente, e Serviços de Valores Mobiliários. Por último, a divisão presta serviços bancários a pequenas empresas e empresários na Alemanha, através de um conjunto de produtos amplamente normalizado.

O Corporate Bank definiu uma série de iniciativas específicas para capitalizar as suas competências centrais nestas diferentes áreas e aumentar as suas receitas, a fim de alcançar os seus objetivos. Em particular, os investimentos da divisão em novas iniciativas e a experiência na gestão de situações complexas, como os impactos da pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia ou o aumento dos custos da energia, para os clientes, permitiram ao Corporate Bank demonstrar as suas capacidades de aconselhamento e soluções.

Em 2022, o Corporate Bank obteve o seu melhor resultado antes de impostos de sempre, superior a 2 mil milhões de euros, com um rácio custo/rendimento de 62% e uma rentabilidade de capitais próprios tangíveis de 12%, em conformidade com o compromisso assumido pela divisão para 2022. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) foi de 11,6%. O Corporate Bank continuou a progredir nos seus objetivos estratégicos definidos em 2019. A divisão compensou as taxas de juro negativas com a cobrança de depósitos, implementada até meados de 2022, seguida de uma gestão cuidadosa da transição para um ambiente de taxas de juro positivas. O Corporate Bank expandiu a sua proposta de concessão de empréstimos a clientes empresariais em todas as regiões, em comparação com os níveis anteriores à COVID-19, com empréstimos no valor de 122 mil milhões de euros no final de 2022, aumentando simultaneamente a seletividade da utilização do seu balanço. A divisão lançou as bases para o crescimento futuro no sector dos pagamentos, lançando produtos Merchant Solutions e aumentando a sua atividade com plataformas, FinTechs e fornecedores de pagamentos de comércio eletrónico. Finalmente, a divisão concentrou-se em elevar continuamente o diálogo com os seus clientes sobre a transição relacionada com ESG e os seus compromissos com os intervenientes externos de ESG em várias iniciativas do setor. O Corporate Bank alargou o seu conjunto de produtos e serviços ESG aos clientes MidCorps e Business Banking, e estabeleceu um programa de financiamento sustentável da cadeia de abastecimento para apoiar os seus clientes na promoção de uma maior responsabilidade e transparência ESG em toda a sua cadeia de abastecimento.

Em termos prospetivos, espera-se que o Corporate Bank atue como parte integrante da estratégia do Global Hausbank e contribua para os objetivos do Deutsche Bank para 2025. A divisão vê oportunidades de crescimento em todos os principais grupos de clientes (Corporate, Institucional, Business Banking), a partir dos pontos fortes do Corporate Bank existentes e de novos produtos. A rede global do Corporate Bank em 151 países, combinada com um profundo conhecimento local, um conjunto abrangente de produtos e uma oferta personalizada aos clientes, deverá continuar a ser um fator de diferenciação em relação aos concorrentes das empresas multinacionais globais. O Corporate Bank continua a trabalhar na prossecução das suas ambições estratégicas, tirando partido da sua marca forte e das relações profundas com os seus clientes, com o objetivo de oferecer uma gama completa de soluções de aconselhamento e de financiamento aos tesoureiros das empresas. A divisão

pretende continuar a ser o parceiro de confiança da economia alemã e reforçar a sua posição de líder do Corporate Bank no seu mercado nacional. A divisão está também empenhada em interligar instituições financeiras em todo o mundo, uma atividade em que é um dos líderes de mercado.

As iniciativas do Corporate Bank visarão o crescimento de receitas com clientes empresariais através da gestão e pagamentos de caixa, incluindo o crescimento dos seus negócios baseados em honorários com clientes institucionais e a expansão do crédito. À medida que a divisão continua a fazer crescer os seus negócios com clientes a nível global, compromete-se a aplicar princípios sólidos de gestão do risco, de modo a manter a elevada qualidade da sua carteira de crédito e padrões rigorosos de crédito. Do mesmo modo, a divisão vê um potencial adicional para reduzir a sua base de custos a partir da tecnologia e da otimização do processo em toda a linha, bem como da automação e da estratégia de localização.

A ambição do Corporate Bank é também tornar-se líder em ESG e impulsionar a transição para uma economia sustentável, apoiando globalmente os seus clientes empresariais. O desenvolvimento das ofertas ESG será parte integrante da abordagem do Corporate Bank, com base na sua tradição de inovação para clientes empresariais. Adicionalmente, a divisão espera que os seus investimentos em novos produtos que potenciam novos modelos de negócio da economia real contribuam para um crescimento sustentável futuro.

## Investment Bank

O Investment Bank continua a ser um elemento central da atividade do Deutsche Bank. Nas áreas de Fixed Income, Currency, Sales & Trading, e Geração e Consultoria, os clientes empresariais e institucionais têm acesso a uma gama abrangente de serviços, incluindo financiamento, criação de mercado/fornecimento de liquidez, soluções de gestão do risco, consultoria, emissão de dívida e de ações. A divisão regional engloba a EMEA, Américas e APAC, com uma estratégia que se concentra em operar em áreas de força competitiva.

Em 2022, o Investment Bank continuou a executar as suas prioridades estratégicas definidas em 2019. A estratégia do Investment Bank tem-se centrado no crescimento controlado das receitas, na eficiência do capital e dos custos e na intensidade dos clientes. Durante este período, foram realizados progressos significativos no estabelecimento de uma carteira de negócios equilibrada e bem controlada, o que resultou na solidez dos resultados financeiros obtidos.

A transformação do negócio de Fixed Income e Currency do Investment Bank foi pronunciada, com o crescimento das receitas e da quota de mercado a refletir o êxito da concretização dos objetivos estratégicos. Foi constituída uma equipa de gestão altamente competente e experiente, que, aliada ao desenvolvimento de recursos internos e a contratações estratégicas, criou uma plataforma e uma cultura fortes e orientadas para a conduta no Investment Bank. O investimento em tecnologia tem permitido múltiplos benefícios. A redução de plataformas e aplicações duplicadas diminuiu a complexidade e, numa parte significativa da atividade, o Investment Bank otimizou várias fontes de dados para um único sistema, melhorando a dinâmica de preços e reforçando simultaneamente o seu ambiente de controlo. A tecnologia também tem sido fundamental para garantir que o Investment Bank possa rentabilizar as atividades pré e pós-negociação, e permitiu o desenvolvimento de soluções valiosas para o fluxo de trabalho dos clientes. Paralelamente, foi desenvolvida uma estratégia clara e direcionada para os clientes, com melhorias no modelo de cobertura do Investment Bank nas suas bases de clientes institucionais e empresariais. O enfoque na gestão disciplinada do risco também beneficiou substancialmente os clientes. Durante os períodos de extrema volatilidade do mercado registados nos últimos três anos, o Investment Bank foi capaz de abrir mercados de forma consistente, fornecer liquidez e atuar como um parceiro fundamental na navegação em mercados cada vez mais incertos. Em resultado das recentes subidas de notação do Deutsche Bank e da solidez geral do banco, o Investment Bank registou uma retoma significativa de clientes e um crescimento das suas receitas associadas.

No âmbito de Geração e Consultoria, a empresa procedeu a contratações específicas para apoiar a atividade em setores e regiões-chave e manteve uma oferta de serviços completos. O enfoque tem sido a sua base de clientes principais, desenvolvendo com sucesso relações estratégicas mais profundas, o que resultou num aumento da quota de mercado da divisão com os seus clientes prioritários em Fusões e Aquisições, e Mercados de Capitais de Dívida. É importante notar que o Investment Bank também melhorou a sua combinação de atividades com estes clientes, tendo a percentagem de receitas de consultoria aumentado. Embora 2022 tenha sido um ano difícil devido ao declínio da *pool* de honorários em todo o setor, a divisão conseguiu demonstrar ganhos anuais na quota de mercado de Fusões e Aquisições e também regressou ao primeiro lugar no seu mercado doméstico de acordo com a Dealogic.

Uma vez que o Investment Bank se baseia na execução bem-sucedida da sua estratégia desde 2019, os seus objetivos estratégicos permanecem coerentes, centrando-se em áreas de crescimento específicas. Esta medida prosseguirá o reforço e a diversificação da carteira de produtos e será alinhada com a evolução da cobertura de clientes, em que o Investment Bank visa uma maior eficiência dos recursos. No domínio de Fixed Income e Currencies, a melhoria dos seus produtos de fluxos está em curso, com investimentos no desenvolvimento de tecnologias de produtos e em atividades adjacentes. O desenvolvimento de soluções inovadoras de fluxo de trabalho continuará a melhorar a oferta de gestão do risco para os clientes. No âmbito de Geração e Consultoria, o investimento será orientado para setores específicos e para o desenvolvimento contínuo da área de Fusões e Aquisições, enquanto a divisão continuará a oferecer uma oferta completa de mercados de capitais, tanto na Geração

de Dívida, como de Ações. As prioridades estratégicas de otimização dos custos e dos recursos de capital são apoiadas por um enfoque no ambiente de controlo.

Por último, a vertente ESG continua a ser uma prioridade em todo o Investment Bank. Embora os volumes de dívida ESG de 2022 tenham sido afetados negativamente pela volatilidade do mercado, o Investment Bank continuou a apoiar os clientes da divisão a nível mundial. O Investment Bank prestou apoio holístico à aquisição pela RWE da Con Edison Clean Energy Businesses por um preço base de compra de 6,8 mil milhões de dólares americanos. Esta foi a maior transação de fusões e aquisições realizada por uma empresa alemã nos EUA desde 2019 (MergerMarket) e a maior transação associada a ações em 2022 (Dealogic). O Investment Bank também apoiou entidades públicas nas emissões inaugurais de obrigações verdes. Por exemplo, o Deutsche Bank foi joint bookrunner da primeira emissão de obrigações verdes da República de Singapura, no valor de 2,4 mil milhões SGD, e joint lead manager e joint structuring advisor da primeira emissão de obrigações verdes da Nova Zelândia, no valor de 3,0 mil milhões NZD.

## Private Bank

O Private Bank está organizado em duas atividades: Private Bank Alemanha e International Private Bank. O Private Bank serve clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. Os negócios internacionais também se concentram em clientes comerciais. Desde 2019, o Private Bank contribuiu com importantes realizações para a conclusão da estratégia "Competir para vencer" no Deutsche Bank. A divisão reorientou a sua atividade para o crescimento, o que conduziu a volumes de novos negócios em 2022 que foram quase três vezes superiores aos de 2019. O Private Bank conseguiu reestruturar o seu *franchise* através de duas fusões de entidades jurídicas e de uma rede de agências significativamente reduzida. Além disso, o Private Bank revigorou a sua cultura, melhorando o feedback dos colaboradores e reforçando simultaneamente os sistemas de controlo. Ao concluir estas etapas, o Private Bank atingiu os seus objetivos financeiros, uma vez que a divisão apresenta um rácio custo/rendimento significativamente melhorado de 72%, e uma rentabilidade dos capitais próprios tangíveis superior a 10% em 2022. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) foi de 9,6%. Estas realizações foram alcançadas em conjunto através da execução da agenda estratégica da divisão em ambas as unidades de negócio.

O Private Bank Alemanha é o banco de retalho privado líder na Alemanha com duas marcas complementares, Deutsche Bank e Postbank. A unidade de negócio aborda clientes que buscam soluções de consultoria com as ofertas da marca Deutsche Bank, bem como aqueles que procuram conveniência através das propostas do Postbank. O Private Bank Alemanha serve os seus clientes através de um modelo de distribuição omnicanal, incluindo uma rede de agências a nível nacional, vendas diretas, vendas móveis e uma carteira de parceiros de distribuição.

No Private Bank Alemanha, o principal objetivo da iniciativa "Competir para vencer" era aumentar a eficiência do seu modelo de negócio. A unidade de negócio prosseguiu a otimização da sua rede de distribuição com a consolidação de mais de 100 agências do Postbank em 2022. Além disso, consolidou as funções da sede entre marcas e entidades jurídicas. Em termos de operações, foram realizadas mais sinergias através da automatização e harmonização de processos. Além disso, o Private Bank Alemanha avançou na consolidação da infraestrutura de TI do Deutsche Bank e do Postbank através da conclusão de duas etapas significativas e da migração de aproximadamente 8 milhões de contratos em 2022. A rentabilidade do Private Bank Alemanha foi igualmente impulsionada pelo crescimento das atividades dos clientes num contexto de alteração das taxas de juro. Nos depósitos, o Private Bank Alemanha regista margens mais elevadas e uma procura crescente de ofertas relacionadas. No setor do crédito hipotecário, a unidade de negócio prevê um abrandamento dos mercados imobiliários, ao passo que a procura de financiamento para a modernização, em conformidade com as normas ESG, deverá aumentar.

A visão do International Private Bank é ser a instituição de eleição para os empresários familiares a nível mundial. Para concretizar esta visão, foram estabelecidas três propostas estratégicas no âmbito da iniciativa "Competir para vencer": ser o banco dos empresários, o parceiro das famílias com um património líquido muito elevado a nível mundial, e ser o principal banco de primeira linha para os clientes afluentes em toda a Europa, com um modelo digital.

Em 2022, o International Private Bank continuou a cumprir os seus objetivos estratégicos, apesar das condições de mercado sem precedentes. O International Private Bank tem uma forte dinâmica na captação de fluxos de clientes, com doze trimestres consecutivos de fluxos líquidos positivos de ativos sob gestão. Em particular, as suas soluções emblemáticas de alocação estratégica de ativos e de alocação estratégica de rendimentos contribuíram significativamente para o crescimento dos novos ativos líquidos do International Private Bank. O International Private Bank aumentou a eficiência dos custos através de uma maior concentração no modelo de negócio. Tal inclui a venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália, em 2022, para financiar o crescimento da sua atividade principal. Além disso, a transformação da sua presença nas sucursais, a consolidação do espaço de escritórios, a otimização da sede e as melhorias nas TI através de melhorias da plataforma e da automatização também contribuíram para a redução dos custos. O International Private Bank continuou a aumentar a sua cobertura WM e as suas equipas de produtos nos principais mercados, com o apoio de contratações estratégicas centradas no empreendedorismo. Além disso, o International Private Bank prosseguiu com êxito a transformação da sua Banca Premium com a personalização da consultoria de investimento à escala, evoluindo a sua atividade para uma maior procura de acesso digital aos serviços.

O Private Bank também reforçou a sua proposta de valor ESG para os próximos anos, melhorando a sua carteira de produtos e sublinhando o seu apoio contínuo aos clientes no sentido da sua transição sustentável. Consequentemente, o Private Bank criou um Gabinete de Investimento ESG específico para implementar uma perspectiva e um posicionamento holísticos em toda a sua divisão. No âmbito das suas unidades de negócio, o Private Bank Alemanha finalizou a implementação do seu conceito de consultoria ESG em todas as 400 agências do Deutsche Bank e em sete centros de consultoria regionais. Em 2023, centrar-se-á na renovação eficiente das questões energéticas, a fim de permitir que os clientes alinhem as suas propriedades com a economia de baixas emissões do futuro. No International Private Bank, o realinhamento dos produtos e os novos lançamentos de soluções específicas ESG foram temas fundamentais ao longo do ano, com a transição ESG da sua emblemática "Alocação Estratégica de Ativos" como um passo importante para uma oferta de produtos mais sustentável. Em 2023, o International Private Bank concentrar-se-á em expandir ainda mais a sua gama de produtos ESG com soluções de impacto, temáticas e de classe de ativos que satisfaçam as necessidades dos clientes.

As realizações do Private Bank ao longo de 2022 e o percurso da iniciativa "Competir para Vencer" permitiram que a divisão reforçasse ainda mais a sua posição em relação à sua ambição para 2025 de alcançar um rácio custo/rendimento de 60-65% e um crescimento anual das receitas, excluindo rubricas específicas, de 4-5%.

## Asset Management

A divisão de Asset Management é principalmente composta pela DWS Group GmbH & Co. KGaA. A DWS tem como objetivo ser um dos maiores gestores de ativos do mundo, com 821 mil milhões de euros em ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2022.

Com cerca de 3800 colaboradores a operar a nível mundial, a DWS fornece uma série de capacidades de investimento ativas e passivas aos clientes em todo o mundo. As ofertas de investimento abrangem todas as principais classes de ativos, incluindo ações ativas, rendimento fixo, numerário e multiativos, e investimentos sistemáticos e quantitativos, bem como investimentos alternativos e passivos, incluindo a gama Xtrackers. As ofertas de produtos são distribuídas na EMEA, nas Américas e na APAC através de uma rede de distribuição global, aproveitando também os canais de distribuição de terceiros. A DWS atende uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais globais, com uma forte presença no seu mercado doméstico na Alemanha. Os clientes incluem grandes instituições governamentais, corporações e fundações, assim como investidores individuais.

Com o ambiente de mercado a tornar-se cada vez mais incerto e as expectativas dos clientes a evoluírem, a DWS aperfeiçoou a sua estratégia com o objetivo de aumentar o valor dos acionistas a longo prazo. O seu objetivo é manter a sua posição de liderança na Alemanha e continuar a captar vantagens na Europa através da criação de parcerias adicionais, do crescimento das suas atividades passivas e do aproveitamento das suas capacidades alternativas para participar na transformação europeia. Nas Américas, a DWS pretende expandir as suas atividades passivas e alternativas e, na Ásia-Pacífico, concentrar-se nas suas parcerias estratégicas. No âmbito da sua estratégia, a DWS continua empenhada na sustentabilidade, com enfoque no clima e no envolvimento das partes interessadas.

A DWS reavaliou as suas oportunidades e dividiu as suas linhas de negócio em quatro grupos estratégicos chave categorizados pela diferenciação das suas capacidades e pelo potencial de crescimento do mercado: Crescimento (expansão das principais áreas em Passivos, construída em torno da marca Xtrackers, e Alternativos); Valor (construir e aumentar as capacidades em Ações, Multiativos e Rendimento Fixo); Criação (alavancar tendências digitais e traduzir em novos produtos e soluções digitais); e Redução (reafetar recursos financeiros para financiar investimentos em áreas de Crescimento).

A DWS identificou cinco fatores-chave para apoiar a execução dos seus objetivos estratégicos. São elas: expandir as parcerias de distribuição, continuar a alavancar a colaboração com o DB Group, facilitar o negócio através da migração para a nuvem e da racionalização da gestão de dados, criar uma cultura diversificada para impulsionar um forte desempenho para os clientes, e desenvolver uma equipa de gestão diversificada, centrada na execução.

Em dezembro de 2022, e como parte da estratégia aperfeiçoada, a DWS anunciou novos objetivos financeiros de médio prazo a serem cumpridos nos próximos três anos: A DWS está empenhada em criar valor para os acionistas, o que se reflete na introdução de um objetivo de ganhos por ação de 4,50 euros. A DWS continua a ser disciplinada em relação aos custos, a serem medidos e controlados pelo objetivo do rácio custo/rendimento ajustado abaixo dos 59% até 2025. Refletindo a sua estratégia de crescimento dos AUM, a DWS estabeleceu para os ativos sob gestão um objetivo de taxa de crescimento anual composta superior a 12% para os Passivos, incluindo o Xtrackers, e superior a 10% para os Alternativos.

A DWS está a aperfeiçoar ainda mais a sua abordagem em relação à sustentabilidade para melhor satisfazer as necessidades em evolução das suas partes interessadas – sobretudo dos seus clientes. Neste contexto, a DWS continua empenhada na sustentabilidade, com um enfoque no clima e no envolvimento das partes interessadas. Como parte integrante da sua estratégia global, a sua estratégia de sustentabilidade está ancorada em quatro prioridades estratégicas: 1) Transformação empresarial: continuar a procurar aumentar o nível de sustentabilidade associado às suas atividades em toda a organização; 2) ESG no processo de investimento: procurar incorporar ainda mais as considerações ESG no seu processo de investimento, concebidas para melhorar a avaliação do risco e do retorno futuros esperados de um investimento; 3) Soluções de investimento inovadoras

e sustentáveis: procurar lançar produtos e soluções ESG novos e inovadores em todas as classes de ativos, para satisfazer as necessidades dos seus clientes; e 4) Envolvimento das partes interessadas: procurar adotar uma abordagem holística e sistemática do envolvimento das principais partes interessadas em toda a cadeia de valor do investimento.



# 1-

## Relatório da Gestão Combinado

2	<b>Análise Operacional e Financeira</b>
2	<b>Sumário Executivo</b>
7	<b>Grupo Deutsche Bank</b>
13	<b>Resultado operacional</b>
35	<b>Posição Financeira</b>
38	<b>Liquidez e Recursos de Capital</b>
41	<b>Perspetivas</b>
49	<b>Riscos e oportunidades</b>
66	<b>Relatório de Risco</b>
68	<b>Visão geral do risco e do capital</b>
73	<b>Quadro de risco e de capital</b>
84	<b>Gestão do risco e de capital</b>
142	<b>Desempenho de capital e risco</b>
198	<b>Sustentabilidade</b>
200	<b>Colaboradores</b>
204	<b>Controlo interno sobre o relato</b> financeiro
207	<b>Informações de acordo com o artigo</b> 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
210	<b>Declaração de Governo da Sociedade,</b> nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
211	<b>Informação autónoma da empresa-mãe</b> (HGB)
218	<b>Relatório sobre igualdade de</b> <b>tratamento e remuneração</b>

# Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussões e análises devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas. A análise operacional e financeira do Deutsche Bank inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas. São divulgadas declarações relativas ao futuro na secção do Outlook.

## Sumário Executivo

### Economia global

Crescimento económico (em %) <sup>1</sup>	2022 <sup>2</sup>	2021 <sup>3</sup>	Principal fator responsável
<b>Economia global</b>	<b>3,3</b>	6,2	A economia mundial revelou-se robusta no segundo semestre de 2022. A produção industrial e o comércio expandiram-se, embora com uma perda de dinamismo no final do ano. O impacto económico da guerra na Ucrânia continuou a ser um obstáculo, ao passo que a melhoria da situação pandémica constituiu um apoio. Os preços ao consumidor aumentaram fortemente, atingindo, em algumas regiões, níveis históricos. No entanto, o pico poderá ter passado no final de 2022.
Dos quais: Países industrializados	2,7	5,3	Os países industrializados mostraram-se resistentes, mas com uma dinâmica de abrandamento no final do ano. Embora a subida acentuada dos preços no consumidor tenha atenuado o consumo privado, a redução dos estrangulamentos da oferta e a descida dos custos de transporte apoiaram o crescimento do PIB. Na Europa, em particular, as repercussões da guerra na Ucrânia contribuíram para a pressão sobre os preços. Para combater a inflação, os bancos centrais reforçaram significativamente a sua política monetária.
Mercados emergentes	3,7	6,9	As economias dos mercados emergentes registaram uma forte expansão no segundo semestre de 2022, em especial na Ásia, mas também na América Latina. A descida dos preços da energia foi um fator determinante, tal como a forte procura dos países industrializados. Os bancos centrais continuaram a reforçar a política monetária
<b>Economia da área do euro</b>	<b>3,5</b>	5,3	As economias da zona euro tiveram um início robusto no segundo semestre de 2022, mas a dinâmica abrandou no final do ano. Os preços da energia fizeram subir a taxa de inflação para um nível recorde no quarto trimestre. A perda de poder de compra fez abrandar o consumo privado e os elevados custos da energia travaram a produção industrial. A política orçamental expansionista deu algum apoio. O BCE aumentou as taxas de juro diretas para quebrar a dinâmica da inflação.
Dos quais: Economia alemã	1,8	2,6	A economia alemã adaptou-se às mudanças geopolíticas no fornecimento de combustíveis fósseis. Não houve racionamento de gás e os níveis de armazenamento evoluíram favoravelmente. A inflação dos preços no consumidor aumentou acentuadamente e atingiu um máximo histórico durante o segundo semestre de 2022. No entanto, as medidas orçamentais impediram uma quebra mais grave do crescimento, embora a dinâmica tenha abrandado no final de 2022. O mercado de trabalho foi um fator de estabilidade.
<b>Economia dos Estados Unidos</b>	<b>2,1</b>	5,9	A economia dos EUA registou uma forte expansão no segundo semestre do ano. O mercado de trabalho manteve-se muito restritivo e, juntamente com os preços da energia, contribuiu para um aumento acentuado da inflação. A Reserva Federal dos EUA aumentou repetidamente a taxa de juro diretora de forma considerável, a fim de quebrar a dinâmica da inflação. O crescimento do PIB abrandou até ao final de 2022, devido às contrariedades decorrentes dos preços, à diminuição do apoio orçamental e a condições monetárias e financeiras mais restritivas
<b>Economia do Japão</b>	<b>1,1</b>	2,2	Depois de o governo ter atenuado as medidas rigorosas contra a pandemia, a procura interna ganhou ímpeto. Com a flexibilização das regras de entrada no país, o turismo também voltou a crescer. O Banco do Japão apoiou a recuperação com a sua política monetária expansionista. A inflação aumentou, mas não tão fortemente como noutros países industrializados.
<b>Economia asiática<sup>4</sup></b>	<b>4,2</b>	7,3	As economias asiáticas continuaram a expandir-se, beneficiando em particular da recuperação da economia chinesa. A evolução bastante favorável dos parceiros comerciais estrangeiros também teve um impacto positivo. Os preços ao consumidor aumentaram acentuadamente, mas deverão ter atingido o seu máximo no final de 2022. Os bancos centrais continuaram a reforçar a política monetária
Dos quais: Economia chinesa	3,0	8,4	A economia chinesa recuperou lentamente no decurso do segundo semestre de 2022. O abrandamento significativo das restrições relacionadas com a COVID-19 proporcionou uma dinâmica positiva no final do ano. No entanto, o mercado imobiliário continuou a ser um obstáculo adicional. As medidas de política orçamental e monetária apoiaram o crescimento do PIB.

<sup>1</sup> Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário.

<sup>2</sup> Fontes: Deutsche Bank Research.

<sup>3</sup> Alguns dados económicos para 2021 foram revistos pelas autoridades estatísticas públicas devido aos efeitos económicos da pandemia. Como resultado, estes dados podem diferir dos anteriormente publicados.

<sup>4</sup> Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Vietname; exclui o Japão.

## Setor bancário

31 dez 2022

Crescimento em relação ao ano anterior (em %)	Empréstimos a empresas	Empréstimos a retalho	Depósitos de empresas	Depósitos a retalho	Principal fator responsável
<b>Zona Euro</b>	5,5	4,0	4,6	3,3	O crescimento dos empréstimos às empresas acelerou fortemente em 2022, antes de moderar no final do ano. Os empréstimos às famílias atingiram um pico no Verão, antes de a subida das taxas de juro ter feito cair o principal motor, o crescimento do crédito hipotecário. A expansão dos depósitos de clientes, tanto de empresas como de retalho, abrandou ao longo do ano.
Dos quais: Alemanha	10,4	4,4	8,4	2,5	Os volumes de empréstimos às empresas cresceram à taxa mais elevada de que há registo em 2022, impulsionados pelas necessidades de fundo de maneio devido ao aumento da inflação e à procura de liquidez em resultado da guerra na Ucrânia e do aumento dos preços da energia. O crédito a retalho abrandou moderadamente, uma vez que o aumento das taxas de juro travou o financiamento hipotecário. O crescimento dos depósitos manteve-se elevado para as empresas, mas para as famílias caiu para o nível mais baixo de que há registo em 2022.
<b>EUA</b>	13,3	9,7	(1,0) <sup>1</sup>	(1,0) <sup>1</sup>	O crédito ao setor privado registou uma forte recuperação em 2022, em todos os setores. O saldo dos empréstimos às empresas duplicou, em termos gerais, ao longo da última década. Após dois anos de crescimento maioritariamente a dois dígitos durante a pandemia, a expansão dos depósitos totais parou em 2022, com os depósitos em circulação a estagnarem essencialmente, embora tenham quase duplicado desde 2012.
<b>China</b>	13,1	5,4	6,7	17,3	Os empréstimos a retalho abrandaram fortemente em 2022, atingindo o ritmo mais baixo de que há registo, enquanto os empréstimos às empresas voltaram a aumentar. A atividade de depósito com as famílias ganhou um impulso significativo, enquanto que com as empresas se manteve praticamente estável.

<sup>1</sup> O total de depósitos nos EUA discriminado por segmentos não está disponível.

Em 2022, o conjunto de comissões globais do sector de Geração e Consultoria foi 36% inferior ao recorde de 2021, que marcou o fim de um ciclo de crescimento de uma década. Além disso, esta queda foi parcialmente compensada pelo conjunto de comissões de fusões e aquisições, que beneficiou do encerramento de volumes recorde anunciados a partir de 2021. O declínio da geração de títulos de dívida e de capital voltou a ser substancialmente inferior. O principal fator foi a incerteza e a volatilidade do mercado causadas pelo aumento acentuado da inflação devido à crise energética mundial, à escassez de mão-de-obra, à rutura da cadeia de abastecimento e à guerra na Ucrânia. Estes fatores combinaram-se para empurrar as emissões primárias e secundárias dos mercados de capitais de ações para mínimos históricos, enquanto os mercados de empréstimos alavancados e de alto rendimento também foram afetados, registando o conjunto de comissões mais baixo desde 2010. O conjunto de taxas do setor das Fusões e Aquisições manteve-se robusto em 2022, mas os volumes anunciados diminuíram ao longo do ano, o que terá impacto nas taxas registadas no primeiro semestre de 2023. Os principais fatores do mercado dos EUA, por exemplo, as grandes operações de fusões e aquisições, as participações privadas e a tecnologia/cuidados de saúde (entre outros) foram os mais afetados, tendo a contribuição dos EUA para o conjunto global de honorários baixado de 54% para 46%. Em contrapartida, os conjuntos de receitas de rendimento fixo e divisas aumentaram substancialmente em 2022, com os níveis acrescidos de volatilidade e incerteza que afetaram negativamente a geração primária, impulsionando a atividade no mercado secundário. A atividade aumentou em dez das moedas mais transacionadas a nível mundial, nas taxas, nos mercados emergentes e nas matérias-primas. Em contrapartida, o fluxo de crédito foi mais difícil, com uma tendência geral de aumento do *spread* ao longo do ano, embora no quarto trimestre de 2022 se tenha registado uma ligeira inversão desta tendência. Os produtos de financiamento mantiveram, em grande medida, a dinâmica de um forte segundo semestre de 2021 a 2022. A procura dos clientes manteve-se forte, embora o quarto trimestre de 2022 tenha começado a registar um abrandamento da atividade no mercado de capitais.

# Desempenho do Deutsche Bank

## O desempenho do Deutsche Bank em resumo

2022

### Resultados antes de impostos

<sup>1</sup>  
5,6 mil milhões de euros

Aumento de 65% em relação a 2021; as receitas líquidas cresceram 7% em termos homólogos para 27,2 mil milhões de euros; as despesas não relacionadas com juros reduziram-se em 5% para 20,4 mil milhões de euros; rácio custo/rendimento de 75%, em comparação com 85% em 2021; provisão para perdas de crédito de 1,2 mil milhões de euros, 25 pontos de base dos empréstimos médios.

### Lucro líquido

5,7 mil milhões de euros

Mais do que duplica em relação ao ano anterior; inclui um benefício fiscal de 1,4 mil milhões de euros de um ajustamento da avaliação de ativos por impostos diferidos, impulsionado pelo forte desempenho dos EUA; dividendo proposto de 0,30 euros por ação, um aumento de 50% em relação a 2021.

### Cumprimento dos principais objetivos financeiros

RoTE <sup>1</sup>

9,4%

Rácio CET1

13,4%

Rácio de alavancagem

4,6%

A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas após impostos (ROE) foi de 8,4%.

RoTE do Core Bank após impostos<sup>1</sup> de 11,3%, com ROE de 10,0%.

### Core Bank

Resultados antes de impostos

6,5 mil milhões de euros

Aumento de 37% em relação ao ano anterior; as receitas líquidas aumentaram 7% para 27,2 mil milhões de euros; as despesas não relacionadas com juros diminuíram 3% para 19,5 mil milhões de euros.

### Capital Release Unit

Exposição à alavancagem  
22 mil milhões de euros

Continuou a redução dos riscos e dos custos em 2022; a exposição à alavancagem foi reduzida em 43% em termos anuais; as despesas não relacionadas com juros diminuíram 36%

O Deutsche Bank apresentou um lucro líquido de 5,7 mil milhões de euros para o ano completo de 2022. O lucro líquido foi mais do dobro do ano anterior e o mais elevado desde 2007. O resultado líquido em 2022 inclui um ajustamento positivo da avaliação dos impostos diferidos no final do exercício de 1,4 mil milhões de euros, em comparação com 274 milhões de euros no ano anterior, o que reflete a continuação do forte desempenho das operações do banco nos EUA. O banco acredita que os resultados demonstram os benefícios da transformação do Deutsche Bank e que o banco se tornou significativamente mais rentável, mais equilibrado e mais eficiente em termos de custos, reorientando a atividade em torno dos seus principais pontos fortes. O banco registou um crescimento dos proveitos nas suas atividades principais e continuou a reduzir os custos. As provisões para perdas de crédito estiveram em conformidade com as orientações fornecidas, apesar das condições difíceis registadas durante o ano. O enfoque na redução do risco do balanço contribuiu para um rácio de capital sólido, e a Capital Release Unit, cumprindo o seu mandato de redução do risco e dos custos de 2019 até ao final de 2022, assinala-o como um marco importante na execução da transformação do banco. Por conseguinte, a Capital Release Unit deixará de ser registada como um segmento separado com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. A administração do Deutsche Bank tenciona recomendar à Assembleia-Geral Anual um dividendo em numerário de 0,30 euros por ação para o exercício de 2022, contra 0,20 euros por ação para o exercício de 2021.

O lucro antes de impostos do Grupo foi de 5,6 mil milhões de euros em 2022, um aumento de 65% em relação a 2021. Isto refletiu um crescimento de 7% nas receitas líquidas, com uma redução anual de 5% nas despesas não relacionadas com juros, resultando num rácio custo/rendimento de 75%, em linha com a orientação atualizada de um rácio custo/rendimento de 70% para 2022, face a 85% em 2021. O Core Bank, que exclui a Capital Release Unit, registou um lucro antes de impostos de 6,5 mil milhões de euros em 2022, contra 4,8 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 37% em termos anuais e o mais elevado desde a constituição do Core Bank em 2019. O crescimento do lucro no Core Bank foi impulsionado pelo crescimento de 7% das receitas líquidas para 27,2 mil milhões de euros e por uma redução de 3% das despesas não relacionadas com juros, apesar de um aumento das taxas bancárias de 210 milhões de euros em comparação com 2021. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios do Core Bank foi de 11,3% em 2022, face a 6,4% em 2021, em linha com o objetivo de ser superior a 9%. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios médios do Core Bank foi de 10,0% em 2022, face a 5,7% em 2021. O rácio custo/rendimento do Core Bank melhorou para 71%, face a 79% em 2021.

#### Indicadores-chave de desempenho do Grupo

	Objetivos 2022	Situação no final de 2022	Situação no final de 2021
Rentabilidade do grupo do capital próprio tangível médio dos acionistas após impostos <sup>1</sup>	8,0%	9,4%	3,8%
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias após impostos do Core Bank <sup>2</sup>	acima de 9,0%	11,3%	6,4%
Rácio de capital Common Equity Tier 1 <sup>4</sup>	acima de 12,5%	13,4%	13,2%
Taxa de alavancagem <sup>3,4,5</sup>	~ 4,5%	4,6%	4,9%

<sup>1</sup> Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

<sup>2</sup> Com base no lucro líquido do Core Bank atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

<sup>3</sup> Desde 1 de abril de 2022, o Deutsche Bank deixou de excluir determinadas posições em risco de bancos centrais (no montante de 99 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), com base no artigo 429.º-A, n.º 1, alínea n), do CRR, e na Decisão 2021/1074 do BCE, uma vez que esta isenção temporária durante a pandemia de COVID-19 terminou em 31 de março de 2022; não aplicando a exclusão temporária de determinadas posições em risco de bancos centrais, a exposição de alavancagem era de 1223 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que corresponde a um rácio de alavancagem de 4,5%

<sup>4</sup> O Relatório de Risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio

<sup>5</sup> A partir do primeiro trimestre de 2022, os números relativos à alavancagem são apresentados tal como reportados, uma vez que a definição de "fully loaded" foi eliminada por resultar apenas numa diferença imaterial; a informação comparativa para períodos anteriores continua a basear-se na anterior definição de "fully loaded" do Deutsche Bank

As receitas líquidas ascenderam a 27,2 mil milhões de euros em 2022, um aumento de 1,8 mil milhões de euros, ou seja, 7%, em comparação com 2021, o valor mais elevado desde 2016, apesar das reduções do perímetro de atividade no âmbito da transformação do banco lançada em 2019. As receitas líquidas do Core Bank aumentaram 7% para 27,2 mil milhões de euros, refletindo aumentos das receitas no Corporate Bank, no Investment Bank e no Private Bank, parcialmente compensados por menores receitas de Asset Management e no segmento Corporate & Other. As receitas líquidas da Capital Release Unit foram negativas em 28 milhões de euros, em comparação com 26 milhões de euros positivos no ano anterior.

As provisões para perdas de crédito foram de 1,2 mil milhões de euros em 2022, contra 515 milhões de euros em 2021. A evolução homóloga refletiu condições macroeconómicas mais difíceis durante a maior parte de 2022, no contexto da guerra na Ucrânia, enquanto 2021 beneficiou da recuperação económica na sequência do abrandamento das restrições da COVID-19. A provisão para perdas de crédito foi de 25 pontos base de empréstimos médios, face a 12 pontos base em 2021.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 20,4 mil milhões de euros, menos 5% face ao ano anterior. A evolução refletiu, em parte, uma diminuição significativa dos encargos de transformação, uma vez que o Deutsche Bank concluiu as iniciativas de transformação anunciadas em 2019. Esta descida mais do que compensou um aumento homólogo das comissões bancárias de 38%, ou seja, 210 milhões de euros, e uma imparidade de um ativo intangível de 68 milhões de euros relacionada com um acordo de gestão de investimentos de retalho em Asset Management. As provisões para litígios

aumentaram ligeiramente em relação ao ano anterior, em resultado de acordos e outros desenvolvimentos em determinados litígios e questões de aplicação da regulamentação. Os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação e as taxas bancárias, ascenderam a 19,0 mil milhões de euros, mantendo-se essencialmente estáveis em comparação com o ano anterior. Um aumento de 3% nas despesas com remunerações e benefícios foi compensado por menos despesas não relacionadas com remunerações, incluindo menos despesas com informação e tecnologia e serviços profissionais.

O benefício com impostos sobre o rendimento foi de 64 milhões de euros em 2022, em comparação com a despesa de imposto sobre o rendimento de 880 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva de (1)% em 2022 beneficiou do ajustamento positivo da avaliação dos ativos por impostos diferidos de 1,4 mil milhões de euros, suprarreferido, refletindo a continuação do forte desempenho das operações do Deutsche Bank nos Estados Unidos.

O rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) foi de 13,4% no final de 2022, um aumento de 13 bps em relação a 2021. O rácio de alavancagem foi de 4,6% no final de 2022, em comparação com 4,9% no final de 2021

As receitas excluindo rubricas específicas, Custos ajustados, Custos ajustados excluindo encargos de transformação, Custos ajustados excluindo os custos de transformação e taxas bancárias, Resultados ajustados (perdas) antes de impostos e rentabilidade do capital próprio tangível médio de acionistas após impostos e Ativos líquidos (ajustados) são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório deste relatório anual para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

## Resultados do Core Bank em resumo

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020
<b>Receitas líquidas:</b>			
Corporate Bank (CB)	6.335	5.151	5.146
Investment Bank (IB)	10.016	9.631	9.286
Private Bank (PB)	9.155	8.234	8.126
Asset Management (AM)	2.608	2.708	2.229
Corporate & Other (C&O)	(877)	(340)	(534)
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>27.238</b>	<b>25.384</b>	<b>24.253</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>1.243</b>	<b>557</b>	<b>1.763</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros):</b>			
Remunerações e benefícios	10.652	10.290	10.303
Despesas gerais e administrativas	8.864	9.515	8.485
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	68	5	0
Atividades de reestruturação	(116)	263	480
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>19.468</b>	<b>20.073</b>	<b>19.269</b>
Participações minoritárias	0	0	0
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>6.527</b>	<b>4.754</b>	<b>3.221</b>
<b>Total dos ativos (em mil milhões de euros)</b>	<b>1.275</b>	<b>1.192</b>	<b>1.128</b>
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	487	474	429
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	84.736	82.702	84.187

Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual

## Grupo Deutsche Bank

### Organização do Deutsche Bank

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, o Deutsche Bank é o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras do mundo em total de ativos: 1,337 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Nessa data, o banco empregava 84.930 empregados internos equivalentes a tempo inteiro e operava em 58 países com 1.536 agências, das quais 66 % estavam localizadas na Alemanha. O banco oferece uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2022, o banco estava organizado nos seguintes segmentos:

- Corporate Bank
- Investment Bank
- Private Bank
- Asset Management
- Capital Release Unit
- Corporate & Other

O Grupo designa por Core Bank o Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank, Asset Management e Corporate & Other.

Tendo cumprido o seu mandato de redução de riscos e de custos de 2019 até ao final de 2022, a Capital Release Unit deixará de ser registada como um segmento separado, com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. O impacto financeiro da Capital Release Unit será reportado no segmento Corporate & Other. Esta alteração não implica a transferência de ativos de ou para as atividades do segmento Core. A maior parte dos restantes ativos da Capital Release Unit serão amortizados ao longo do tempo. Trata-se, na sua maioria, de derivativos de taxa de juro, mas também incluem a carteira hipotecária da Polónia e alguns outros ativos FIC Sales & Trading e Equities. De acordo com esta alteração, o Core Bank, que representa o Grupo, excluindo a Capital Release Unit, deixará também de ser reportado e, a partir do primeiro trimestre de 2023, o Grupo será composto pelos segmentos Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank, Asset Management e Corporate & Other.

Adicionalmente, o Deutsche Bank possui um nível organizacional regional e nacional para facilitar uma implementação consistente de estratégias globais.

O banco tem operações ou transações com clientes reais e potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

- Filiais e agências
- Escritórios de representação
- Um ou mais representantes designados para servir os clientes

As alienações ou despesas de capital relativas às divisões estão incluídas na visão geral da divisão corporativa.

## Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui divisões corporativas e funções de infraestrutura que operam em entidades jurídicas e agências e em localizações geográficas.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controle global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controle e gestão do risco, bem como controle empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco.

A atribuição de responsabilidades funcionais aos membros individuais do Conselho de Administração está descrita no plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração, que estabelece o quadro para a delegação de responsabilidades à direção abaixo do Conselho de Administração. O Conselho de Administração aprova a responsabilidade individual dos titulares de cargos seniores em oposição à tomada de decisões conjuntas nos comitês. Simultaneamente, o Conselho de Administração reconhece a importância de ter informações abrangentes e sólidas em todos os negócios, a fim de tomar decisões bem informadas e estabelecidas, o "Comité de Gestão do Grupo", que visa melhorar o fluxo de informação entre as divisões corporativas e entre as divisões corporativas e o Conselho de Administração, juntamente com os Comitês de Infraestrutura, os Comitês Executivos de Negócio e os Comitês Regionais. O Comité de Gestão do Grupo é uma plataforma sénior, o que não é exigido pela lei alemã relativa às sociedades por ações, e é composto por todos os membros do Conselho de Administração e a maioria dos representantes comerciais seniores, para trocar informações e discutir negócios, crescimento e rentabilidade.

## Corporate Bank

### Visão geral da divisão corporativa

O Corporate Bank está focado principalmente em atender clientes corporativos, incluindo o "Mittelstand" alemão, clientes comerciais e de banca empresarial de maior e menor porte na Alemanha, e empresas multinacionais. É também um parceiro das instituições financeiras no que diz respeito a determinados serviços de Transaction Banking.

A partir do primeiro trimestre de 2021, o Corporate Bank comunica as receitas com base em três categorias de clientes: Serviços de Clientes Institucionais, Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial. Os Serviços de Clientes Institucionais incluem a Gestão de Caixa para Clientes Institucionais, Serviços Fiduciários e de Agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários. Os Serviços de Tesouraria Empresarial compreendem o conjunto completo de Trade Finance e Lending, bem como Corporate Cash Management para clientes empresariais multinacionais e alemães de grande e média escala. A Banca Empresarial cobre pequenas empresas e clientes empresariais na Alemanha e oferece um conjunto de produtos holístico em grande parte normalizado.

Não houve gastos de capital significativos ou alienações desde 1 de janeiro de 2020.

### Produtos e serviços

O Corporate Bank é um fornecedor global de soluções de gestão de risco, gestão de tesouraria, crédito, financiamento de transações, serviços fiduciários e de agente, bem como serviços de valores mobiliários. Os serviços de gestão de tesouraria incluem pagamentos integrados e soluções de câmbio. A oferta de financiamento e de concessão de empréstimos comerciais abrange desde a atividade documental e de garantia até ao financiamento e concessão de empréstimos comerciais estruturados. Os serviços fiduciários e de agência abrangem os certificados de depósito, Corporate Trust e a custódia de documentos. Com foco nos departamentos financeiros de clientes corporativos e comerciais e instituições financeiras na Alemanha e em todo o mundo, os seus conhecimentos especializados holísticos e a nossa rede global permitem oferecer soluções integradas.

Além da gama de produtos Corporate Bank, as nossas equipas de cobertura proporcionam aos clientes o acesso aos conhecimentos especializados do Investment Bank.



### Canais de Distribuição e Marketing

A função de cobertura global do Corporate Bank concentra-se em grandes clientes empresariais internacionais e está organizada em duas unidades: Soluções de Cobertura e Soluções de Gestão do Risco. A Cobertura inclui os generalistas multiprodutos que cobrem o nível de sede e filiais através de equipas de cobertura global, regional e local. As Soluções de Gestão do Risco incluem especialistas em produtos de divisas, mercados emergentes e taxas. Esta unidade é gerida regionalmente na APAC, Américas e EMEA, para assegurar uma maior proximidade com os clientes.

Os clientes empresariais na Alemanha são servidos a partir de duas unidades: Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial. Os Serviços de Tesouraria Empresarial abrangem clientes corporativos médios e grandes em duas marcas, o Deutsche Bank e o Postbank, e oferecem toda a gama de soluções em numerário, financiamento comercial, empréstimos e gestão do risco para tesoureiros empresariais. A Banca Empresarial abrange pequenas empresas e clientes empresariais e oferece um conjunto de produtos em grande parte normalizado, além de ofertas de parceiros bancários contextuais selecionados (por exemplo, soluções de contabilidade).

## Investment Bank

### Visão geral da divisão corporativa

O Investment Bank combina as áreas de Fixed Income & Currencies (FIC), Sales & Trading e Geração e Consultoria do Deutsche Bank, bem como a área de Research do Deutsche Bank. O seu foco está nos seus tradicionais pontos fortes nestes mercados, reunindo os seus conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco, vendas e negociação, banca de investimento e infraestrutura. Isto permite ao Investment Bank alinhar os recursos e capital ao longo do seu perímetro de clientes e produtos para apoiar eficazmente as metas estratégicas do banco.

Não houve gastos de capital significativos ou alienações desde 1 de janeiro de 2020.

### Produtos e serviços

A área de FIC Sales & Trading reúne vendas, comércio e especialização em estruturação institucional em Divisas, Taxas de câmbio, Mercados emergentes, Comércio de crédito e Financiamento. O negócio de FIC Sales & Trading opera a nível global e fornece tanto a clientes empresariais como institucionais liquidez e serviços de criação de mercado e uma gama de soluções especializadas de gestão de risco através de uma vasta gama de produtos FIC, complementada por uma oferta de financiamento abrangente. A aplicação da tecnologia e a inovação contínua dos processos do ciclo de vida das transações está a permitir ao Deutsche Bank aumentar a automatização/suporte eletrónico para responder a todos os requisitos dos clientes e aos requisitos regulamentares.

A área de Geração e Consultoria é responsável pelo negócio de geração de dívida, fusões e aquisições da divisão, e por uma plataforma focada na criação e consultoria de capital próprio. É composta por equipas de cobertura regionais e centradas na indústria, colideradas a partir dos centros do banco na Europa, nos EUA e na Ásia-Pacífico. Isto facilita o fornecimento de um conjunto de produtos e serviços financeiros aos clientes empresariais do banco.

### Canais de Distribuição e Marketing

A cobertura dos clientes do Investment Bank é fornecida principalmente por três grupos que trabalham em conjunto entre si: O Grupo de Clientes Institucionais, que aloja a equipa de Debt Sales. Soluções de Gestão do Risco no Corporate Bank, que cobre mercados de capitais e soluções de tesouraria e Investment Banking Coverage no âmbito da Geração e Consultoria. A estreita cooperação entre estes grupos ajuda a criar sinergias reforçadas, levando a um aumento das vendas cruzadas de produtos/soluções aos clientes.

## Private Bank

### Visão geral da divisão corporativa

O Private Bank serve clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. Os negócios internacionais também se concentram em clientes comerciais. O Private Bank está organizado segundo as atividades Private Bank Alemanha e International Private Bank.

O Private Bank esteve envolvido nas seguintes alienações significativas de capital desde 1 de janeiro de 2020:

Em novembro de 2020, o Deutsche Bank assinou um acordo para vender as suas ações no Postbank Systems AG à Tata Consultancy Services. A transação foi fechada após aprovações regulamentares e governamentais em 31 de dezembro de 2020.

Em agosto de 2021, o Deutsche Bank SpA assinou um acordo para vender a sua unidade Deutsche Bank Financial Advisors em Itália ao Zurich Insurance Group (Zurich Itália). A transação foi fechada após a aprovação regulamentar em 17 de outubro de 2022.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2020.

### Produtos e serviços

A gama de produtos do Private Bank inclui serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e depósito, assim como consultoria para investimento. Estas ofertas de produtos incluem uma gama de produtos ESG, que permitem aos clientes aceder a produtos de empréstimo e investimento compatíveis com ESG, em conformidade com os valores e de acordo com estratégias, pontuações e critérios de exclusão ESG especificados.

O Private Bank Alemanha segue uma abordagem diferenciada e focada no cliente, com duas marcas principais fortes e complementares: Deutsche Bank e Postbank. Com a marca Deutsche Bank, a atividade concentra-se em fornecer aos seus clientes individuais produtos e serviços bancários e financeiros que incluam soluções de consultoria sofisticada e individual. O foco da marca Postbank reside no fornecimento de produtos convencionais e serviços diários da banca de retalho aos clientes de retalho, apoiados por capacidades bancárias diretas. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, o Private Bank Alemanha também oferece serviços postais e de encomendas nas agências da marca Postbank.

O International Private Bank tem também uma abordagem diferenciada, centrada no cliente, com dois segmentos de clientes, "Premium Banking" e "Wealth Management & Bank for Entrepreneurs". O International Private Bank presta aos seus clientes serviços bancários e outros serviços financeiros, incluindo apoio no planeamento, gestão e investimento do património, financiamento de interesses pessoais e empresariais e atendimento de necessidades institucionais e empresariais.

No final do ano de 2022, o International Private Bank concluiu materialmente a liquidação da maioria dos ativos e passivos herdados associados a Sal. Oppenheim. Não se espera que os restantes ativos ou passivos tenham impactos financeiros significativos no futuro e serão incluídos no curso normal do segmento de clientes Wealth Management & Bank for Entrepreneurs. A divulgação associada de "rubricas específicas de receitas" será descontinuada a partir do primeiro trimestre de 2023.

### Canais de Distribuição e Marketing

O Private Bank aposta numa abordagem omnicanal e os clientes podem escolher de forma flexível entre diferentes possibilidades de acesso a serviços e produtos.

Os canais de distribuição incluem redes de agências no Private Bank Alemanha e no International Private Bank, apoiadas por centros de aconselhamento e de atendimento ao cliente, terminais de autoatendimento, bem como ofertas digitais, incluindo serviços bancários online e móveis. O Private Bank também tem colaborações com consultores financeiros independentes e outros parceiros de vendas e cooperação, incluindo várias cooperações com parceiros Business-to-Business-to-Consumer na Alemanha. Para o segmento de clientes Wealth Management & Bank for Entrepreneurs, o International Private Bank tem uma abordagem de equipa de cobertura distinta de clientes, com diretores de relacionamento e investimento apoiados por executivos de serviços ao cliente que auxiliam os clientes com serviços de gestão de património e produtos de arquitetura aberta. Além disso, na Alemanha, a Deutsche Oppenheim Family Offices AG fornece serviços a escritórios familiares, fundos discricionários e soluções de consultoria.

A expansão das capacidades digitais continua a ser um forte foco em todas as empresas, à medida que é possível observar uma mudança significativa no comportamento do cliente em relação aos canais digitais. O Private Bank continuará a otimizar o seu mix omnicanal no futuro, a fim de proporcionar aos clientes o acesso mais conveniente aos produtos e serviços.

## Asset Management

### Visão geral da divisão corporativa

Com 821 mil milhões de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2022, a divisão de Asset Management, que opera sob a marca DWS, aspira ser uma das principais organizações de gestão de ativos do mundo. A DWS atende uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no mercado doméstico do banco, na Alemanha. Estes clientes incluem grandes instituições governamentais, corporações e fundações, assim como investidores individuais. Enquanto gestora de ativos regulamentados, a DWS atua como fiduciária dos clientes e está consciente do seu impacto na sociedade. O investimento responsável tem sido uma parte fundamental do património da DWS há mais de vinte anos.

O Deutsche Bank retém 79,49% de participação de capital na DWS e a gestão de ativos continua a ser um negócio essencial para o Grupo. As ações da DWS estão cotadas na bolsa de valores de Frankfurt.

Em 2022, a DWS concluiu a transferência da sua plataforma de investimento digital para uma joint venture com a Blackfin. A DWS detém uma participação de 30% na nova empresa MorgenFund GmbH.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2020.

### Produtos e serviços

A DWS oferece aos particulares e às instituições acesso às suas capacidades de investimento em todas as principais classes de ativos, incluindo ações ativas, rendimento fixo, numerário e multiativos e investimentos sistemáticos e quantitativos, bem como passivos, incluindo Xtrackers e investimentos alternativos. Os investimentos alternativos incluem imóveis, infraestrutura, ativos imobiliários líquidos e investimentos sustentáveis. Além disso, as estratégias de solução da DWS são direcionadas às necessidades dos clientes que não podem ser atendidas apenas pelas classes de ativos tradicionais. Tais serviços incluem soluções de seguros e pensões, gestão de ativos-passivos, soluções de gestão de carteiras e assessoria na alocação de ativos.

### Canais de Distribuição e Marketing

As ofertas de produtos da DWS estão distribuídas pela EMEA (Europa, Médio Oriente e África), Américas e Ásia e Pacífico, através de uma rede de distribuição global. A DWS também alavanca canais de distribuição de terceiros, incluindo outras divisões do Grupo Deutsche Bank.

## Capital Release Unit

A Capital Release Unit foi criada em julho de 2019. O seu principal objetivo é libertar capital consumido por ativos e negócios de baixo rendimento que recebem retornos insuficientes ou que já não sejam fundamentais para a estratégia do banco, reduzindo a sua expressão de uma forma economicamente racional. Além disso, a Capital Release Unit está focada na redução dos custos.

Tendo cumprido o seu mandato de redução de riscos e de custos de 2019 até ao final de 2022, a Capital Release Unit deixará de ser registada como um segmento separado, com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. O impacto financeiro da Capital Release Unit será reportado no segmento Corporate & Other. Esta alteração não implica a transferência de ativos de ou para as atividades do segmento Core. A maior parte dos restantes ativos da Capital Release Unit serão amortizados ao longo do tempo. Trata-se, na sua maioria, de derivativos de taxa de juro, mas também incluem a carteira hipotecária da Polónia e alguns outros ativos FIC Sales & Trading e Equities.

A Capital Release Unit esteve envolvida na seguinte alienação significativa de capital desde 1 de janeiro de 2020:

No quarto trimestre de 2021, a Capital Release Unit concluiu a transição da plataforma Prime Finance and Electronic Equities do Deutsche Bank para o BNP Paribas, resultando na transferência de tecnologia, clientes e pessoal. Este feito marcou o fim de um período de transição de dois anos, que teve formalmente início no quarto trimestre de 2019.

## Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam atividades de controle e serviço para empresas, incluindo as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planejamento de recursos inter-divisionais, direção e controle, bem como as tarefas relacionadas com a gestão do risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade associadas a um membro dedicado da Direção:

- Finanças
- Risco
- Diretor administrativo, que inclui os serviços Jurídicos, de Business Selection e Conflicts Office, de Compliance e Anti Financial Crime
- Tecnologia, Dados e Inovação
- Divisão de Transformação e Global Procurement

A área de Infraestrutura também inclui Comunicação, Divisão de Sustentabilidade, Gestão Regional, Recursos Humanos, Imobiliário Global e Auditoria de Grupo, que reportam ao Diretor Geral.

Os custos provenientes das funções de Infraestrutura são atualmente atribuídos às divisões corporativas com base nas dotações planejadas, com exceção dos custos de desenvolvimento tecnológico, que são cobrados às divisões com base nas despesas efetivas.

No âmbito do seu enfoque com a gestão de custos e com a melhoria da eficiência de todo o banco, o Deutsche Bank tem vindo a aplicar, nos últimos anos, metodologias de gestão de custos baseadas em fatores de produção para imputar os custos de infraestrutura às empresas. A recente aplicação da metodologia entrará em vigor a partir do primeiro trimestre de 2023 e tem por objetivo proporcionar uma maior transparência sobre os fatores que determinam os custos das infraestrutura e associa mais estreitamente os custos ao consumo de serviços. Embora o rácio custo/rendimento e a rendibilidade dos capitais próprios tangíveis do Grupo não sejam afetados pela alteração das afetações internas, as respetivas métricas divisionais serão alteradas no futuro.

## Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2020, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às ações do Grupo, e o banco efetuou ofertas públicas de aquisição da sua própria conta relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

## Resultado operacional

### Resultado operacional consolidado

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	13.650	11.155	11.526	2.495	22	(371)	(3)
Provisão para perdas de crédito	1.226	515	1.792	710	138	(1.276)	(71)
<b>Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito</b>	<b>12.425</b>	<b>10.640</b>	<b>9.734</b>	<b>1.785</b>	<b>17</b>	<b>906</b>	<b>9</b>
Rendimentos de serviços e comissões <sup>1</sup>	9.838	10.934	9.424	(1.096)	(10)	1.510	16
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>1</sup>	2.999	3.045	2.465	(45)	(1)	580	24
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(216)	237	323	(453)	N/S	(86)	(27)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	(2)	1	311	(3)	N/S	(311)	(100)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	152	98	120	54	56	(23)	(19)
Outro resultado	789	(58)	(141)	848	N/S	83	(59)
<b>Rendimento total excluindo juros</b>	<b>13.560</b>	<b>14.255</b>	<b>12.503</b>	<b>(695)</b>	<b>(5)</b>	<b>1.752</b>	<b>14</b>
<b>Total de receitas líquidas<sup>2</sup></b>	<b>25.985</b>	<b>24.895</b>	<b>22.237</b>	<b>1.090</b>	<b>4</b>	<b>2.658</b>	<b>12</b>
Remunerações e benefícios	10.712	10.418	10.471	294	3	(53)	(1)
Despesas gerais e administrativas	9.728	10.821	10.259	(1.093)	(10)	561	5
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	68	5	0	64	N/S	4	N/S
Atividades de reestruturação	(118)	261	485	(379)	N/S	(224)	(46)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>20.390</b>	<b>21.505</b>	<b>21.216</b>	<b>(1.115)</b>	<b>(5)</b>	<b>289</b>	<b>1</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>5.594</b>	<b>3.390</b>	<b>1.021</b>	<b>2.205</b>	<b>65</b>	<b>2.369</b>	<b>N/S</b>
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	(64)	880	397	(945)	N/S	483	122
<b>Lucros (prejuízos)</b>	<b>5.659</b>	<b>2.510</b>	<b>624</b>	<b>3.149</b>	<b>125</b>	<b>1.886</b>	<b>N/S</b>
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	134	144	129	(10)	(7)	15	12
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	5.525	2.365	495	3.159	134	1.870	N/S
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	500	426	382	74	17	44	12
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	5.025	1.940	113	3.085	159	1.826	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório anual

<sup>2</sup> Após provisão para perdas de crédito

#### Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de juros e rendimentos similares	24.299	16.599	17.806	7.700	46	(1.207)	(7)
Total de gasto de juros	10.649	5.444	6.280	5.205	96	(836)	(13)
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>13.650</b>	<b>11.155</b>	<b>11.526</b>	<b>2.495</b>	<b>22</b>	<b>(371)</b>	<b>(3)</b>
Ativos remunerados médios <sup>1</sup>	982.709	937.947	920.444	44.762	5	17.503	2
Passivos remunerados médios <sup>1</sup>	725.268	690.656	685.830	34.612	5	4.826	1
Rendimento de juros bruto <sup>2</sup>	2,33%	1,56%	1,82%	0,77 p.p.	50	(0,26) p.p.	(14)
Taxa de juros bruta paga <sup>3</sup>	1,27%	0,50%	0,76%	0,77 p.p.	155	(0,26) p.p.	(34)
Diferencial da taxa de juro líquida <sup>4</sup>	1,06%	1,06%	1,06%	(0,00) p.p.	(0)	(0,00) p.p.	(0)
Margem da taxa de juro líquida <sup>5</sup>	1,39%	1,19%	1,25%	0,20 p.p.	17	(0,06) p.p.	(5)

pp – pontos percentuais

<sup>1</sup> Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês

<sup>2</sup> O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos ativos remunerados médios

<sup>3</sup> A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos passivos remunerados médios

<sup>4</sup> O diferencial da taxa de juro líquida é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios

<sup>5</sup> A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios

## 2022

A margem financeira foi de 13,6 mil milhões de euros em 2022, em comparação com 11,2 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 2,5 mil milhões de euros, ou seja, 22%, impulsionado por taxas de juro mais elevadas e um forte desempenho comercial subjacente, parcialmente compensado por menores benefícios do programa Targeted Longer-Term Refinancing Operations III (TLTRO III). O rendimento de juros incluiu 211 milhões de euros relativos aos subsídios governamentais da União Europeia ao abrigo do programa TLTRO III em 2022, comparativamente aos 494 milhões de euros em 2021. Globalmente, a margem de juro líquida do banco foi de 1,39% em 2022, um aumento de 20 pontos base em comparação com o ano anterior.

## 2021

O rendimento líquido de juros foi de 11,2 mil milhões de euros em 2021 em comparação com 11,5 mil milhões de euros em 2020, uma diminuição de 371 milhões de euros, ou 3%, uma vez que os efeitos negativos dos ventos contrários às taxas de juro foram em parte compensados pelo aumento das receitas de juros provenientes do crescimento das empresas, bem como por maiores benefícios decorrentes da fixação de novos preços dos depósitos e do programa TLTRO III. As receitas de juros incluíram 494 milhões de euros relacionados com subsídios governamentais da UE ao abrigo do programa TLTRO III em 2021, enquanto que 2020 incluiu 86 milhões de euros ao abrigo deste programa e 43 milhões de euros relacionados com subsídios governamentais da UE ao abrigo do programa TLTRO II. Globalmente, a margem de juro líquida do banco foi de 1,19 % em 2021, um decréscimo de 6 pontos base em comparação com o ano anterior.

## Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de negociação	2.782	1.859	2.230	923	50	(370)	(17)
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	(61)	1.106	276	(1.167)	N/S	831	N/S
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	277	79	(40)	198	N/S	119	N/S
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.999	3.045	2.465	(45)	(1)	580	24

N/S – Não significativo

## 2022

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados mantiveram-se essencialmente estáveis, nos 3,0 mil milhões de euros em 2022 e 2021. A diminuição de 45 milhões de euros, ou seja, 1%, deveu-se ao impacto negativo das coberturas de taxa de juro no segmento Corporate & Other, bem como a uma variação desfavorável do justo valor das garantias no segmento Asset Management, que teve um efeito correspondente em outros proveitos. O decréscimo global foi parcialmente compensado pelo impacto positivo da avaliação a preços de mercado dos derivados no Investment Bank, em resultado da atividade acrescida do mercado e dos fortes fluxos de clientes, bem como ganhos de mercado das atividades de cobertura no Private Bank, que tiveram um efeito de compensação correspondente em outros proveitos.

## 2021

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram de 3,0 mil milhões de euros em 2021, em comparação com 2,5 mil milhões de euros em 2020. O aumento de 580 milhões de euros, ou 24%, foi impulsionado por um impacto positivo das coberturas da taxa de juro no segmento Corporate & Other, bem como uma mudança favorável no justo valor das garantias e um aumento na avaliação ao preço de mercado para produtos ilíquidos no segmento de Asset Management. O aumento global foi parcialmente compensado por impactos negativos no preço de mercado sobre os derivados no Investment Bank, refletindo condições de mercado mais desafiantes em comparação com um ambiente de negociação muito favorável em 2020.

## Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As atividades de negociação e gestão do risco do banco incluem instrumentos de taxas de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do banco podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	13.650	11.155	11.526	2.495	22	(371)	(3)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.999	3.045	2.465	(45)	(1)	580	24
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>16.649</b>	<b>14.200</b>	<b>13.991</b>	<b>2.450</b>	<b>17</b>	<b>209</b>	<b>1</b>
<b>Repartição por divisão corporativa:<sup>1</sup></b>							
Corporate Bank	3.720	2.666	2.939	1.055	40	(273)	(9)
Investment Bank	8.265	6.891	7.193	1.374	20	(302)	(4)
Private Bank	6.612	4.847	4.648	1.765	36	198	4
Asset Management	(250)	246	(98)	(496)	N/S	345	N/S
Capital Release Unit	(61)	(18)	(33)	(43)	N/S	15	(45)
Corporate & Other	(1.637)	(432)	(658)	(1.205)	N/S	226	(34)
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>16.649</b>	<b>14.200</b>	<b>13.991</b>	<b>2.450</b>	<b>17</b>	<b>209</b>	<b>1</b>

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Esta desagregação reflete apenas a margem financeira e os ganhos (perdas) líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados; para uma análise das receitas totais das divisões empresariais por produto; consultar a Nota 4 "Segmentos de negócio e informação associada"

### 2022

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 16,6 mil milhões de euros em 2022, face aos 14,2 mil milhões de euros em 2021, o que representa um aumento de 2,4 mil milhões de euros. Esta evolução deveu-se principalmente a um aumento das receitas líquidas de juros, devido a um ambiente de taxas de juro mais favorável e a um sólido desempenho das atividades subjacentes. O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados aumentou em 1,8 mil milhões de euros no Private Bank. Este impacto foi em grande parte atribuível a ganhos mais elevados de "mark-to-market" de atividades de cobertura que tiveram um efeito de compensação correspondente em outros rendimentos. A subida das taxas de juro e a continuação do crescimento da atividade tiveram também um impacto positivo no aumento homólogo; estes foram também os principais fatores que contribuíram para o aumento de 1,1 mil milhões de euros do Corporate Bank. O total da margem financeira e dos ganhos (perdas) líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados no Investment Bank aumentou 1,4 mil milhões de euros, devido a um maior impacto positivo da avaliação a preços de mercado dos derivados no segmento de FIC Sales & Trading, em resultado da atual atividade acrescida no mercado e dos fortes fluxos de clientes. Estes efeitos positivos globais foram parcialmente compensados por diferenças de avaliação e de calendário relativas a derivados no segmento Corporate & Other e por uma variação menos favorável do justo valor das garantias em Asset Management.

### 2021

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 14,2 mil milhões de euros em 2021, face aos 14,0 mil milhões de euros em 2020, o que representa um aumento de 209 milhões de euros. Isto deveu-se principalmente a uma mudança favorável no valor justo das garantias, a um aumento na avaliação a preços de mercado para produtos ilíquidos e a um impacto favorável da avaliação de fundos mútuos garantidos consolidados que tem uma compensação correspondente em Outros Rendimentos no segmento de Asset Management. O desenvolvimento beneficiou ainda de um impacto positivo das coberturas de taxas de juro no segmento Corporate & Other. No Private Bank, o rendimento líquido de juros aumentou, incluindo efeitos positivos do crescimento do negócio e maiores benefícios do TLTRO, parcialmente compensados pelos efeitos negativos das contrariedades das taxas de juro. Estes efeitos positivos globais foram parcialmente compensados pelo impacto negativo no preço de mercado dos

derivados no Investment Bank, refletindo condições de mercado mais desafiantes em comparação com um ambiente de negociação muito favorável em 2020. As receitas no Corporate Bank também diminuíram, principalmente à medida que os efeitos negativos das contrariedades das taxas de juro mais do que compensavam os benefícios das TLTRO, da nova fixação de preços dos depósitos e do crescimento do negócio.

## Provisão para perdas de crédito

### 2022

A provisão para perdas de crédito foi de 1,2 mil milhões de euros em 2022, contra 515 milhões de euros em 2021. A evolução homóloga refletiu condições macroeconómicas mais difíceis durante a maior parte de 2022, no contexto da guerra na Ucrânia, enquanto 2021 beneficiou da recuperação económica na sequência do abrandamento das restrições da COVID-19. As provisões foram de 25 pontos de base dos empréstimos médios. As provisões para empréstimos em incumprimento relacionadas com a Fase 3 foram de mil milhões de euros, distribuídas por regiões e segmentos. A provisão da Fase 1 e da Fase 2 para empréstimos produtivos foi de 204 milhões de euros, potenciada pela deterioração das previsões macroeconómicas durante a maior parte do ano.

### 2021

A provisão para perdas de crédito foi de 515 milhões de euros em 2021, um decréscimo de 1,3 mil milhões de euros, ou 71% em relação a 2020, refletindo um ambiente de crédito favorável e uma forte recuperação económica devido à flexibilização das restrições relacionadas com a COVID-19. A sobreposição da gestão para reduzir o peso das provisões a curto prazo no modelo padrão e informações prospetivas em médias a longo prazo durante a altura da crise da COVID-19 já não era aplicada em 2021. O nível inferior da provisão para perdas de crédito também incluiu um efeito positivo da libertação de uma sobreposição de gestão para responder a incertezas nas perspetivas macroeconómicas no final de 2020, uma vez que as incertezas esperadas não se materializaram. Isto foi parcialmente compensado por uma nova sobreposição de gestão para abordar variáveis macroeconómicas fora da gama calibrada do modelo IFRS 9. A provisão para perdas de crédito foi de 12 pontos base de empréstimos apoiados por um balanço sólido e uma gestão de risco disciplinada.

As secções "Resultados de Operações dos Segmentos" e "Relatório de Risco" disponibilizam mais detalhes sobre a provisão para perdas de crédito.

## Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de serviços e comissões <sup>1</sup>	9.838	10.934	9.424	(1.096)	(10)	1.510	16
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(216)	237	323	(453)	N/S	(86)	(27)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	(2)	1	311	(3)	N/S	(311)	(100)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	152	98	120	54	56	(23)	(19)
Outro resultado	789	(58)	(141)	848	N/S	83	(59)
<b>Rendimento total não decorrente de juros remanescente total</b>	<b>10.561</b>	<b>11.210</b>	<b>10.038</b>	<b>(649)</b>	<b>(6)</b>	<b>1.172</b>	<b>12</b>
<sup>1</sup> inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	300	357	347	(57)	(16)	10	3
Comissões de ativos geridos	3.792	3.734	3.208	58	2	526	16
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	490	398	341	91	23	57	17
<b>Total</b>	<b>4.582</b>	<b>4.489</b>	<b>3.896</b>	<b>92</b>	<b>2</b>	<b>594</b>	<b>15</b>
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	1.283	2.162	1.625	(879)	(41)	537	33
Comissões de corretagem	540	752	637	(212)	(28)	115	18
<b>Total</b>	<b>1.824</b>	<b>2.914</b>	<b>2.262</b>	<b>(1.091)</b>	<b>(37)</b>	<b>652</b>	<b>29</b>
Comissões por outros serviços ao cliente	3.432	3.530	3.266	(97)	(3)	264	8
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>9.838</b>	<b>10.934</b>	<b>9.424</b>	<b>(1.096)</b>	<b>(10)</b>	<b>1.510</b>	<b>16</b>

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.



## Rendimentos de serviços e comissões

### 2022

O rendimento de serviços e comissões foi de 9,8 mil milhões de euros em 2022, o que representa uma diminuição de 1,1 mil milhões de euros, ou 10%, em comparação com 2021. O decréscimo deveu-se a uma redução significativa das receitas de Geração e Consultoria no Investment Bank, refletindo a continuação do ambiente difícil do setor, a redução das receitas de Gestão de capital de dívida alavancada e uma redução significativa das comissões em relação ao ano anterior. Além disso, as receitas de comissões e taxas no Private Bank diminuíram, refletindo um ambiente macroeconómico mais difícil. Em Asset Management, as comissões de desempenho foram significativamente inferiores às do ano anterior, devido à ausência de uma grande comissão de desempenho multiativos comunicada nessa altura. Estes valores foram parcialmente compensados por um aumento das comissões e das receitas de honorários no Corporate Bank, devido ao sólido desempenho da atividade subjacente.

### 2021

O rendimento de serviços e comissões foi de 10,9 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 1,5 mil milhões de euros, ou 16 %, em comparação com 2020. O aumento foi impulsionado por 537 milhões de euros de comissões de subscrição e consultoria mais elevados devido a um forte crescimento nas receitas de geração de ações da atividade recorde da Special Purpose Acquisition Company, um crescimento significativo na atividade de fusões e aquisições e volumes mais elevados durante o ano. As comissões por ativos sob gestão aumentaram em 526 milhões de euros devido a comissões de gestão mais elevadas de mercados favoráveis e entradas líquidas combinadas com efeitos favoráveis de uma comissão de desempenho de multiativos, bem como ao aumento do desempenho imobiliário e das comissões de transação em Asset Management. As comissões para outros serviços ao cliente melhoraram em 264 milhões de euros impulsionadas por um forte desempenho nos Mercados de Capital de Dívida Alavancada, parcialmente compensado por um impacto negativo de 154 milhões de euros nas receitas no Private Bank após a decisão do BGH. As comissões de corretagem aumentaram em 115 milhões de euros, principalmente devido a um aumento significativo das receitas provenientes de produtos de investimento no Private Bank.

## Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

### 2022

Os ganhos líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de (216) milhões de euros em 2022 e de 237 milhões de euros em 2021, com o resultado em ambos os períodos a dever-se principalmente à venda de obrigações e títulos da reserva de liquidez estratégica.

### 2021

Os ganhos líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de 237 milhões de euros em 2021, um decréscimo de 86 milhões de euros, ou 27 % em comparação com 2020, devido a ganhos mais baixos com a venda de obrigações e títulos da reserva de liquidez estratégica.

## Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado

### 2022

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado ganhos foram de (2) milhões de euros em 2022, em comparação com 1 milhão de euros em 2021, impulsionados pela carteira Deter para recolher.

### 2021

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado ganhos foram de 1 milhão de euros em 2021, em comparação com 311 milhões de euros em 2020, impulsionados pela ausência de um ganho em 2020 com a venda de ativos da carteira Deter para recolher.

## Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

### 2022

O resultado líquido dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial foi de 152 milhões de euros em 2022, em comparação com 98 milhões de euros em 2021, um aumento de 54 milhões de euros, ou 56%, relacionado com uma redução das imparidades para a Huarong Rongde Asset Management Company Limited em 2022, em comparação com 2021.

### 2021

O resultado líquido dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial foi de 98 milhões de euros em 2021, em comparação com 120 milhões de euros em 2020, uma diminuição de 23 milhões de euros, ou 19%, relacionado com uma redução das imparidades para a Huarong Rongde Asset Management Company Limited em 2021, em comparação com a ausência de imparidades em 2020.

## Outro resultado

### 2022

Outro resultado foi de 789 milhões de euros em 2022 em comparação com (58) milhões de euros em 2021. A melhoria deveu-se ao impacto favorável dos ajustamentos de avaliação do justo valor das garantias em Asset Management, que teve um

efeito de compensação correspondente nos ganhos (perdas) líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, bem como dos ganhos com a alienação de ativos detidos para venda, incluindo os ganhos com a venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália. Isto foi parcialmente compensado pela diminuição nas receitas do Private Bank, impulsionada pelo contrafeito dos impactos positivos acima mencionados nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

## 2021

Outro resultado foi de (58) milhões de euros em 2021 em comparação com 141 milhões de euros em 2020. Esta melhoria foi impulsionada por impactos positivos associados a ajustamentos ao nível da contabilidade de cobertura de justo valor. Além disso, os movimentos face ao ano anterior favoráveis na Capital Release Unit foram motivados por menores impactos da diminuição do risco. Isto foi parcialmente compensado por um impacto negativo dos ajustes de avaliação nos passivos dos fundos de investimento garantidos em Asset Management, que compensa o impacto positivo acima mencionado nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

## Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Remunerações e benefícios	10.712	10.418	10.471	294	3	(53)	(1)
Despesas gerais e administrativas <sup>1</sup>	9.728	10.821	10.259	(1.093)	(10)	561	5
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	68	5	0	64	N/S	4	N/S
Atividades de reestruturação	(118)	261	485	(379)	N/S	(224)	(46)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>20.390</b>	<b>21.505</b>	<b>21.216</b>	<b>(1.115)</b>	<b>(5)</b>	<b>289</b>	<b>1</b>
N/S – Não significativo							
<sup>1</sup> inclui:							
Tecnologias de informação	3.680	4.321	3.862	(641)	(15)	459	12
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.429	1.727	1.724	(298)	(17)	3	0
Regulamentares, impostos e seguros <sup>2</sup>	1.285	1.395	1.407	(110)	(8)	(12)	(1)
Serviços profissionais <sup>3</sup>	858	924	977	(66)	(7)	(53)	(5)
Serviços bancários e operações subcontratados <sup>3</sup>	881	946	967	(64)	(7)	(21)	(2)
Serviços de Dados de Mercado e Investigação	378	347	376	31	9	(28)	(8)
Despesas de deslocação	110	46	76	64	140	(31)	(40)
Despesas de marketing	165	178	174	(13)	(7)	3	2
Outras despesas <sup>4</sup>	943	938	697	5	0	241	35
<b>Despesas totais gerais e administrativas</b>	<b>9.728</b>	<b>10.821</b>	<b>10.259</b>	<b>(1.093)</b>	<b>(10)</b>	<b>561</b>	<b>5</b>

<sup>2</sup> Inclui taxas bancárias de 762 milhões de euros em 2022, 553 milhões de euros em 2021 e 633 milhões de euros em 2020

<sup>3</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

<sup>4</sup> Inclui despesas relacionadas com litígios no valor de 413 milhões de euros em 2022, 466 milhões de euros em 2021 e 158 milhões de euros em 2020. Para mais informações sobre litígios ver Nota 27, "Provisões"

## Remunerações e benefícios

### 2022

As remunerações e benefícios registaram um aumento de 294 milhões de euros, ou 3%, para 10,7 mil milhões de euros em 2022, em comparação com os 10,4 mil milhões de euros em 2021. O aumento deveu-se principalmente a movimentos cambiais adversos, com custos salariais mais elevados.

### 2021

As remunerações e benefícios diminuíram em 53 milhões de euros, ou 1%, para 10,4 mil milhões de euros em 2021, em comparação com 10,5 mil milhões de euros em 2020. A diminuição deveu-se principalmente a uma redução das despesas de remuneração fixa resultantes de reduções da mão-de-obra, compensada por um aumento dos custos de compensação variáveis.

## Despesas gerais e administrativas

### 2022

As despesas gerais e administrativas diminuíram 1,1 mil milhões de euros, ou 10%, para 9,7 mil milhões de euros em 2022, face a 10,8 mil milhões de euros em 2021. A diminuição foi impulsionada por uma redução significativa dos encargos de transformação, uma vez que o banco concluiu as iniciativas de transformação anunciadas em 2019. Verificaram-se outras reduções nas principais categorias de custos, refletindo os esforços contínuos de redução de custos do Banco. As despesas de contencioso diminuíram em 53 milhões de euros, em parte relacionadas com o desembolso de provisões relacionados com a decisão do BGH sobre disposições de preços. Estas descidas foram parcialmente compensadas por um aumento homólogo das taxas bancárias de 210 milhões de euros.

## 2021

As despesas gerais e administrativas aumentaram 561 milhões de euros, ou 5%, para 10,8 mil milhões de euros em 2021, face aos 10,3 mil milhões de euros verificados em 2020. O aumento foi impulsionado por 513 milhões de euros de encargos de transformação mais elevados, que incluíram o aumento dos custos das tecnologias de informação, em parte relacionados com um acordo de contrato e deficiências de software, em parte desencadeados pela migração do banco para a tecnologia da nuvem. As despesas de contencioso aumentaram em 308 milhões de euros, em parte relacionadas com a decisão do BGH sobre disposições de preços. Para além destas, as despesas gerais e administrativas diminuíram em comparação com o ano anterior, com reduções nas principais categorias de custos, incluindo taxas de serviços profissionais, bem como dados de viagem e de mercado e despesas de investigação.

## Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

### 2022

A imparidade de goodwill e de outros ativos intangíveis foi de 68 milhões de euros, relacionada com uma aquisição histórica de um ativo intangível não amortizado associado a contratos de retalho de fundos de investimento dos Estados Unidos no segmento de Asset Management em 2022, em comparação com 5 milhões de euros no Corporate Bank em 2021.

### 2021

A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 5 milhões de euros no Corporate Bank em 2021. Não foram reportados encargos com imparidades em 2020.

## Reestruturação

### 2022

As atividades de reestruturação representaram uma libertação de (118) milhões de euros em 2022, em comparação com encargos de 261 milhões de euros em 2021. A evolução em ambos os períodos foi essencialmente impulsionada pelo Private Bank, no contexto da execução dos objetivos estratégicos.

### 2021

As despesas com atividades de reestruturação foram de 261 milhões de euros em 2021 face a 485 milhões de euros em 2020. A diminuição deveu-se principalmente a menores custos de reestruturação no Private Bank.

## Despesa de imposto sobre o rendimento

### 2022

Os benefícios de impostos sobre o rendimento em 2022 foi de 64 milhões de euros, em comparação com 880 milhões de euros em 2021. A taxa de imposto efetiva em 2022 de (1)% beneficiou de um ajustamento positivo da avaliação dos ativos por impostos diferidos de 1,4 mil milhões de euros, refletindo a continuação do forte desempenho das operações do Deutsche Bank nos EUA.

### 2021

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2021 foi de 880 milhões de euros em comparação com 397 milhões de euros em 2020. A taxa efetiva de imposto em 2021 de 26% beneficiou de um ajustamento positivo da avaliação dos ativos por impostos diferidos de 274 milhões de euros, relacionado com o nosso forte desempenho nos EUA em 2021.

## Resultados líquidos

### 2022

O lucro líquido em 2022 foi de 5,7 mil milhões de euros, em comparação com 2,5 mil milhões de euros no ano anterior. O aumento do lucro líquido deveu-se essencialmente ao bom desempenho das receitas nas principais atividades, à redução das despesas não relacionadas com juros e ao já referido benefício fiscal decorrente de um ajustamento da avaliação dos ativos por impostos diferidos. Em parte, a compensação foi um aumento da provisão para perdas de crédito.

### 2021

O lucro líquido em 2021 foi de 2,5 mil milhões de euros, em comparação com 624 milhões de euros no ano anterior. O aumento do lucro líquido foi motivado principalmente por receitas mais elevadas nas empresas principais e níveis reduzidos de provisões para perdas de crédito devido, em grande parte, a um ambiente de crédito favorável e a uma carteira de empréstimos de alta qualidade. Isto foi parcialmente compensado por um ligeiro aumento dos gastos operacionais (excl. juros).

# Resultados de operações dos segmentos

Lucros (perdas) antes de impostos 2022

**Corporate Bank** 2,1 mil milhões de euros

O lucro antes de impostos mais do que duplicou em relação a 2021, de mil milhões de euros, impulsionado por receitas mais elevadas e menores despesas não relacionadas com juros; <sup>RoTE1</sup> após impostos de 12,5% e rácio custo/rendimento de 62%.

**Investment Bank** 3,5 mil milhões de euros

Os lucros antes de impostos diminuíram 6%, incluindo uma provisão significativamente mais elevada para perdas de crédito e despesas não relacionadas com juros ligeiramente mais elevadas; <sup>RoTE1</sup> após impostos de 9,2% e rácio custo/rendimento de 62%.

**Private Bank** 2,0 mil milhões de euros

O lucro antes de impostos mais do que quintuplicou, passando de 355 milhões de euros em 2021, o que representa o lucro mais elevado desde a criação do Private Bank em 2019; <sup>RoTE1</sup> após impostos de 10,6% e rácio custo/rendimento de 72%.

**Asset Management** 598 milhões de euros

Os lucros antes de impostos diminuíram 27% em relação ao ano anterior, incluindo comissões de desempenho significativamente mais baixas; <sup>RoTE1</sup> após impostos de 17,1% e rácio custo/rendimento de 70%.

**Capital Release Unit** (932) milhões de euros

Prejuízo antes de impostos com uma redução de 32% em relação a um prejuízo antes de impostos de 1,4 mil milhões de euros em 2021, com a melhoria predominantemente impulsionada por uma redução anual de 36% nas despesas não relacionadas com juros.

**Corporate & Other** (1,6) mil milhões de euros

Em comparação com uma perda antes de impostos de 1,1 mil milhões de euros em 2021, a perda mais elevada em 2022 deve-se principalmente aos impactos das diferenças de avaliação e temporais.

<sup>1</sup> Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)

Segue-se uma discussão dos resultados dos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

- alterações no formato de divulgação por segmento do banco
- a estrutura dos sistemas de relatórios de gestão do banco

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio. O critério de segmentação em divisões constitui a estrutura organizacional do banco tal como existia em 31 de dezembro de 2022. Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

							2022
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>6.335</b>	<b>10.016</b>	<b>9.155</b>	<b>2.608</b>	<b>(28)</b>	<b>(877)</b>	<b>27.210</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>335</b>	<b>319</b>	<b>583</b>	<b>(2)</b>	<b>(17)</b>	<b>8</b>	<b>1.226</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.421	2.376	2.791	899	60	3.165	10.712
Despesas gerais e administrativas	2.547	3.805	3.915	869	864	(2.272)	9.728
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	0	68
Atividades de reestruturação	(19)	15	(113)	0	(2)	0	(118)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>3.949</b>	<b>6.196</b>	<b>6.593</b>	<b>1.836</b>	<b>922</b>	<b>893</b>	<b>20.390</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>174</b>	<b>0</b>	<b>(190)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>2.051</b>	<b>3.487</b>	<b>1.979</b>	<b>598</b>	<b>(932)</b>	<b>(1.589)</b>	<b>5.594</b>
Rácio custo/rendimento	62%	62%	72%	70%	N/S	N/S	75%
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>257.900</b>	<b>676.714</b>	<b>332.524</b>	<b>10.150</b>	<b>61.823</b>	<b>(2.322)</b>	<b>1.336.788</b>
Adições a ativos não correntes	3	4	177	41	0	2.269	2.494
Ativos ponderados pelo risco	74.303	139.442	87.602	12.864	24.284	21.508	360.003
Exposição ao efeito de alavancagem <sup>3</sup>	320.767	529.506	344.396	9.462	22.028	14.325	1.240.483
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.901	26.032	13.584	5.459	3.018	0	59.994
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	12%	9%	10%	7%	(23)%	N/S	8%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	12%	9%	11%	17%	(24)%	N/S	9%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	3.628	3.467	5.223	(65)	(227)	1.625	13.650
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	4	50	27	66	6	0	152
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	90	501	99	415	16	4	1.124

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> A exposição ao rácio de alavancagem é calculada de acordo com o CRR, tal como aplicável à data do relatório; a partir de 30 de setembro de 2020, o Grupo foi autorizado a excluir certas exposições baseadas em euros face a bancos centrais da zona Euro da exposição ao rácio de alavancagem, com base nas Decisões do BCE (UE) 2020/1306 e UE 2021/1074; esta exclusão aplicou-se até 31 de março de 2022; as exposições à alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa exclusão

<sup>4</sup> A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de (1)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para mais informações, consulte “Informações adicionais (não-audítadas): Medidas financeiras não-GAAP” deste Relatório Anual.

	2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.151</b>	<b>9.631</b>	<b>8.234</b>	<b>2.708</b>	<b>26</b>	<b>(340)</b>	<b>25.410</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>(3)</b>	<b>104</b>	<b>446</b>	<b>5</b>	<b>(42)</b>	<b>5</b>	<b>515</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.447	2.197	2.813	822	128	3.012	10.418
Despesas gerais e administrativas	2.649	3.587	4.447	840	1.306	(2.009)	10.821
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	0	5
Atividades de reestruturação	42	47	173	2	(2)	(0)	261
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.143</b>	<b>5.831</b>	<b>7.433</b>	<b>1.664</b>	<b>1.432</b>	<b>1.002</b>	<b>21.505</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>(17)</b>	<b>0</b>	<b>223</b>	<b>0</b>	<b>(206)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>1.011</b>	<b>3.714</b>	<b>355</b>	<b>816</b>	<b>(1.364)</b>	<b>(1.142)</b>	<b>3.390</b>
Rácio custo/rendimento	80%	61%	90%	61%	N/S	N/S	85%
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>245.716</b>	<b>615.906</b>	<b>310.496</b>	<b>10.387</b>	<b>131.775</b>	<b>9.713</b>	<b>1.323.993</b>
Adições a ativos não correntes	17	6	149	32	1	1.734	1.939
Ativos ponderados pelo risco	65.406	140.600	85.366	14.415	28.059	17.783	351.629
Exposição da alavancagem (fully-loaded) <sup>3</sup>	299.892	530.361	320.692	10.678	38.830	22.761	1.124.667
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.301	24.181	12.663	4.815	4.473	0	56.434
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	6%	10%	1%	12%	(23)%	N/S	3%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	7%	11%	1%	30%	(23)%	N/S	4%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.605	3.332	4.601	(5)	58	564	11.155
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	(34)	40	81	7	1	98
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	72	462	180	349	25	4	1.091

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

<sup>3</sup> A exposição ao rácio de alavancagem é calculada de acordo com o CRR, tal como aplicável à data do relatório; a partir de 30 de setembro de 2020, o Grupo foi autorizado a excluir certas exposições baseadas em euros face a bancos centrais da zona Euro da exposição ao rácio de alavancagem, com base nas Decisões do BCE (UE) 2020/1306 e UE 2021/1074; esta exclusão aplicou-se até 31 de março de 2022; as exposições à alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa exclusão

<sup>4</sup> A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 26% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; para a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste Relatório Anual.

	2020						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.146</b>	<b>9.286</b>	<b>8.126</b>	<b>2.229</b>	<b>(225)</b>	<b>(534)</b>	<b>24.028</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>364</b>	<b>690</b>	<b>711</b>	<b>2</b>	<b>29</b>	<b>(4)</b>	<b>1.792</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.402	2.079	2.867	740	168	3.215	10.471
Despesas gerais e administrativas	2.805	3.325	4.242	763	1.774	(2.651)	10.259
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	28	14	413	22	5	3	485
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.235</b>	<b>5.418</b>	<b>7.522</b>	<b>1.526</b>	<b>1.947</b>	<b>568</b>	<b>21.216</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>157</b>	<b>(0)</b>	<b>(169)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>547</b>	<b>3.166</b>	<b>(108)</b>	<b>544</b>	<b>(2.200)</b>	<b>(929)</b>	<b>1.021</b>
Rácio custo/rendimento	82%	58%	93%	68%	N/S	N/S	88%
Ativos <sup>2</sup>	237.675	573.536	296.596	9.453	197.667	10.333	1.325.259
Adições a ativos não correntes	10	4	202	32	0	3.174	3.423
Ativos ponderados pelo risco	57.483	128.292	77.074	9.997	34.415	21.690	328.951
Exposição da alavancagem (fully-loaded) <sup>3</sup>	273.959	476.097	307.746	4.695	71.726	29.243	1.078.268
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.945	22.911	11.553	4.757	6.166	0	55.332
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3%	9%	(1)%	8%	(26)%	N/S	0%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3%	10%	(2)%	21%	(27)%	N/S	0%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.883	3.325	4.499	1	61	756	11.526
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	22	23	63	9	1	120
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	69	399	60	304	67	4	901

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>3</sup> A exposição ao rácio de alavancagem é calculada de acordo com o CRR, tal como aplicável à data do relatório; a partir de 30 de setembro de 2020, o Grupo foi autorizado a excluir certas exposições baseadas em euros face a bancos centrais da zona Euro da exposição ao rácio de alavancagem, com base nas Decisões do BCE (UE) 2020/1306 e UE 2021/1074; esta exclusão aplicou-se até 31 de março de 2022; as exposições à alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa exclusão

<sup>4</sup> A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 39% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020; para a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste Relatório Anual.

## Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Serviços de Tesouraria Empresarial	3.886	3.125	3.119	761	24	6	0
Serviços de Clientes Institucionais	1.586	1.299	1.280	287	22	19	1
Banca para empresas	863	726	747	136	19	(21)	(3)
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>6.335</b>	<b>5.151</b>	<b>5.146</b>	<b>1.185</b>	<b>23</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	3.628	2.605	2.883	1.022	39	(278)	(10)
Rendimentos de serviços e comissões	2.354	2.203	2.078	151	7	125	6
Rendimentos restantes	354	343	185	11	3	158	86
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>335</b>	<b>(3)</b>	<b>364</b>	<b>338</b>	<b>N/S</b>	<b>(367)</b>	<b>N/S</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.421	1.447	1.402	(25)	(2)	45	3
Despesas gerais e administrativas	2.547	2.649	2.805	(103)	(4)	(156)	(6)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	5	0	(5)	N/S	5	N/S
Atividades de reestruturação	(19)	42	28	(61)	N/S	13	47
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>3.949</b>	<b>4.143</b>	<b>4.235</b>	<b>(193)</b>	<b>(5)</b>	<b>(92)</b>	<b>(2)</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>2.051</b>	<b>1.011</b>	<b>547</b>	<b>1.040</b>	<b>103</b>	<b>464</b>	<b>85</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	258	246	238	12	5	8	3
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	122	122	115	(1)	(1)	8	7
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	13.980	13.292	13.393	688	5	(102)	(1)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

### 2022

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de 2,1 mil milhões de euros para todo o ano 2022, um aumento face a mil milhões de euros em 2021, motivado por um aumento das receitas e uma diminuição das despesas não relacionadas com juros, parcialmente compensado pelo aumento das provisões para perdas de crédito. Ajustado para encargos de transformação, despesas de reestruturação e de indemnizações, a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis e rubricas de receitas específicas, o lucro antes de impostos foi de 2,1 mil milhões de euros, 74% acima do ano anterior. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 12,5%, face a 6,8% no ano anterior. A rentabilidade das participações de capital dos acionistas médias (após impostos) foi de 11,6%, um aumento face ao valor de 6,3% registado no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 62%, uma descida face aos 80% registados em 2021.

As receitas líquidas do ano foram de 6,3 mil milhões de euros, 23% mais elevadas do que no ano anterior. O crescimento das receitas foi impulsionado pelo aumento das taxas de juro e pela continuação da disciplina de fixação de preços, pelo aumento das comissões e das receitas de taxas, bem como pelo crescimento dos depósitos e por movimentos favoráveis das taxas de câmbio. Os depósitos aumentaram 18 mil milhões de euros, ou seja, 7%, durante o ano, enquanto o volume de empréstimos diminuiu mil milhões de euros, ou seja, 1%. Todas as atividades do Corporate Bank contribuíram para o crescimento das receitas.

As receitas líquidas dos Serviços de Tesouraria Empresarial ascenderam a 3,9 mil milhões de euros, um aumento de 24% em termos homólogos, impulsionado pelo aumento das taxas de juro em todos os mercados, pelo crescimento das receitas de comissões e taxas e pelo aumento dos depósitos. As receitas líquidas dos Serviços de Clientes Institucionais foram de 1,6 mil milhões de euros, 22% mais elevadas em termos homólogos, beneficiando de taxas de juro mais elevadas e de movimentos cambiais favoráveis. As receitas líquidas da banca empresarial foram de 863 milhões de euros, ou seja, 19% mais elevadas em termos homólogos, refletindo a transição para um ambiente de taxas de juro positivas na Alemanha no segundo semestre de 2022, e o aumento das receitas de comissões e taxas decorrentes da reavaliação de contas.

As provisões para perdas de crédito aumentaram para 335 milhões de euros no ano, ou seja, 27 pontos base dos empréstimos médios, face a um valor essencialmente nulo no ano anterior, refletindo o enfraquecimento da conjuntura macroeconómica.

Os custos não relacionados com juros foram de 3,9 mil milhões de euros, uma descida de 5% em termos homólogos, dado que o contributo positivo das iniciativas de não compensação e a redução dos custos não operacionais foram parcialmente compensados por variações cambiais. Os custos ajustados, excluindo os custos de transformação, foram de 3,9 mil milhões de euros, ou seja, menos 1%, refletindo as iniciativas não compensatórias acima referidas e os movimentos cambiais.



## 2021

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de mil milhões de euros para todo o ano 2021, face a 547 milhões de euros em 2020, motivado por uma diminuição das provisões para perdas de crédito, bem como por uma diminuição dos gastos operacionais (excl. juros). Ajustado para encargos de transformação, despesas de reestruturação e de indemnizações, a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis e rubricas de receitas específicas, o lucro antes de impostos foi de 1,2 mil milhões de euros, 69% acima do ano anterior. Este aumento foi impulsionado principalmente por menores provisões para perdas de crédito, menores encargos com litígios, bem como menores custos ajustados, parcialmente compensados por maiores indemnizações e reestruturação.

As receitas líquidas do ano inteiro foram de 5,2 mil milhões de euros, inalteradas em relação a 2020, uma vez que o crescimento do volume de negócios e a fixação de novos preços em depósitos compensaram as contrariedades das taxas de juro.

As receitas dos Serviços de Tesouraria Empresarial de 3,1 mil milhões de euros mantiveram-se essencialmente inalteradas em comparação com o ano anterior, uma vez que os benefícios da fixação de novos preços em depósitos, o programa TLTRO III do BCE e outras iniciativas empresariais compensaram as contrariedades das taxas de juro. As receitas líquidas dos Serviços de Clientes Institucionais de 1,3 mil milhões de euros foram 19 milhões de euros, ou 1%, superiores às do ano anterior, impulsionadas pelo desempenho empresarial subjacente. As receitas líquidas dos serviços bancários para empresas de 0,7 mil milhões de euros diminuíram 3%, à medida que as contrariedades das taxas de juro se aproximavam mais do que compensavam o crescimento das empresas e os progressos nos acordos de novos preços.

A provisão para perdas de crédito foi um desembolso líquido de 3 milhões de euros, em comparação com as provisões de 364 milhões de euros em 2020, refletindo baixos níveis de imparidade e desembolsos de provisões das Fase 1 e 2 em comparação com o ano anterior.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 4,1 mil milhões de euros, menos 2% face ao ano anterior, refletindo em parte uma não recorrência de despesas de litígios no ano anterior. Os custos ajustados, ex. encargos de transformação foram de 4,0 mil milhões de euros, menos 1%, impulsionados pela redução do número de colaboradores e outras iniciativas. As despesas de indemnizações e reestruturação aumentaram 42% de ano para ano, refletindo reduções de colaboradores no apoio ao programa de transformação do banco.

## Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	8.935	7.063	7.074	1.871	26	(11)	(0)
Geração de dívida	412	1.573	1.500	(1.161)	(74)	73	5
Geração de ações	101	544	369	(443)	(81)	174	47
Consultoria	485	491	244	(6)	(1)	247	101
Geração e consultoria	998	2.608	2.114	(1.610)	(62)	494	23
Outros	84	(40)	99	124	N/S	(139)	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>10.016</b>	<b>9.631</b>	<b>9.286</b>	<b>385</b>	<b>4</b>	<b>345</b>	<b>4</b>
Provisão para perdas de crédito	319	104	690	215	N/S	(587)	(85)
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	2.376	2.197	2.079	179	8	118	6
Despesas gerais e administrativas	3.805	3.587	3.325	218	6	262	8
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	15	47	14	(32)	(68)	33	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>6.196</b>	<b>5.831</b>	<b>5.418</b>	<b>365</b>	<b>6</b>	<b>413</b>	<b>8</b>
Participações minoritárias	15	(17)	11	32	N/S	(29)	N/S
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>3.487</b>	<b>3.714</b>	<b>3.166</b>	<b>(227)</b>	<b>(6)</b>	<b>547</b>	<b>17</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	677	616	574	61	10	42	7
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	103	93	69	10	11	24	34
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	7.657	7.152	7.492	505	7	(341)	(5)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

### 2022

O lucro antes de impostos foi de 3,5 mil milhões de euros em 2022, um decréscimo de 227 milhões de euros, em comparação com um exercício anterior especialmente forte. O desempenho das receitas ligeiramente mais alto foi amplamente compensado por uma provisão para perdas de crédito e por gastos operacionais (excluindo juros) bastante mais elevados.

As receitas líquidas foram de 10 mil milhões de euros em 2022, um decréscimo de 385 milhões de euros ou, 4%, em relação a 2021.

As receitas de FIC Sales & Trading ascenderam a 8,9 mil milhões de euros, um aumento de 1,9 mil milhões de euros, ou 26%, em relação ao ano anterior, com um forte crescimento homólogo na maior parte do *franchise*. As receitas de Rates, Foreign Exchange e Emerging Markets foram todas significativamente mais elevadas, refletindo níveis elevados de atividade no mercado, maiores fluxos de clientes e uma gestão do risco disciplinada. As receitas de financiamento foram mais elevadas, principalmente devido ao aumento do rendimento líquido de juros, em resultado do aumento da atividade de concessão de empréstimos. As receitas da atividade de negociação de créditos foram significativamente inferiores, devido ao facto de não se ter verificado a contribuição de uma posição de crédito desafiante concentrada no ano anterior e a um ambiente de mercado difícil.

As receitas líquidas de Geração e Consultoria foram de mil milhões de euros, uma diminuição de 1,6 mil milhões de euros, ou 62%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de Geração de Dívida ascenderam a 412 milhões de euros, significativamente abaixo do ano anterior, devido principalmente aos mercados de capitais de dívida alavancada, onde as receitas foram afetadas por uma descida significativa das comissões do setor e das reduções de valor dos empréstimos, que se verificaram em todo o setor. As receitas da dívida de Grau de Investimento também diminuíram, mas menos do que a média do setor (fonte: Dealogic). As receitas da Geração de Ações, no valor de 101 milhões de euros, foram significativamente inferiores, refletindo uma redução significativa da emissão primária de ações durante o ano. As receitas de Consultoria, de 485 milhões de euros, mantiveram-se essencialmente estáveis em relação a 2021, num conjunto de honorários que diminuiu cerca de 15% (fonte: Dealogic).

As receitas provenientes do segmento Outros foram positivas em 84 milhões de euros, em comparação com os 40 milhões de euros negativos em 2021. O aumento anual foi materialmente motivado por um ganho de 49 milhões de euros relacionado com o impacto de ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) em determinados passivos derivados face a uma perda de 28 milhões de euros em 2021. Além disso, 2021 foi negativamente afetado pela reversão de ganhos de cobertura de Obrigações de Empréstimo Colateralizadas anteriormente registados, que resultaram da libertação de provisões para perdas de crédito subjacentes. Estas não se repetiram em 2022.

A provisão para perdas de crédito foi de 319 milhões de euros, ou seja, 32 pontos base dos empréstimos médios, um aumento de 215 milhões de euros devido principalmente a um ambiente macroeconómico mais fraco, enquanto no ano anterior beneficiou de uma recuperação após a COVID-19.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2022 foram de 6,2 mil milhões de euros, um aumento de 365 milhões de euros, ou 6%, em comparação com o ano anterior, refletindo o impacto da conversão cambial e taxas bancárias mais altas.

## 2021

O lucro antes de impostos foi de 3,7 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 547 milhões de euros em comparação com o ano anterior. O aumento foi principalmente impulsionado por receitas ligeiramente mais elevadas, bem como por provisões significativamente mais baixas para perdas de crédito, parcialmente compensadas por gastos operacionais (excl. juros) mais elevados.

As receitas líquidas foram de 9,6 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 345 milhões de euros, ou 4%, em relação a 2020.

As receitas da área de FIC Sales & Trading foram de 7,1 mil milhões de euros, essencialmente estáveis em relação ao ano anterior. As receitas de financiamento foram significativamente mais elevadas, impulsionadas pelo aumento do rendimento de juros líquido como resultado de uma maior atividade de crédito, com um desempenho sólido em todas as empresas. As receitas na negociação de crédito foram significativamente mais elevadas devido à força dos negócios em dificuldades. As receitas de taxas e divisas foram significativamente mais baixas, refletindo condições de mercado mais desafiantes em comparação com um ambiente comercial mais favorável em 2020. As receitas nos Mercados Emergentes foram inferiores devido a um decréscimo na Ásia, que não beneficiou do aumento dos níveis de atividade verificado em 2020. Isto foi parcialmente compensado pelo crescimento na região da Europa Central e Oriental, Médio Oriente e África, com a América Latina a manter-se, em geral, inalterada.

As receitas líquidas da área de Geração e Consultoria foram de 2,6 mil milhões de euros, um aumento de 494 milhões de euros, ou 23%, em comparação com o ano anterior. As receitas de Geração de dívida foram de 1,6 mil milhões de euros, ligeiramente mais elevadas do que no ano anterior, impulsionadas principalmente pelo forte desempenho nos Mercados de capital de dívida alavancada, que mais do que compensaram as emissões de dívida de Grau de Investimento normalizado em comparação com o ano anterior. As receitas de Geração de ações de 544 milhões de euros foram significativamente superiores, refletindo a atividade recorde da Special Purpose Acquisition Company (SPAC) no primeiro trimestre e as subsequentes receitas da fusão da SPAC (de-SPAC) ao longo do ano. As receitas de consultoria de 491 milhões de euros foram significativamente superiores, refletindo o crescimento da atividade de fusões e aquisições e volumes recorde anunciados durante o ano.

As outras receitas foram de 40 milhões de euros negativos, em comparação com 99 milhões de euros positivos em 2020. A diminuição homóloga foi materialmente impulsionada por uma inversão dos ganhos de Obrigações garantidas por empréstimos anteriormente registados, resultantes da libertação de provisões subjacentes para perdas de crédito, com um impacto líquido global neutro nos lucros antes de impostos.

A provisão para perdas de crédito foi de 104 milhões de euros, ou 14 pontos base de empréstimos médios, um decréscimo de 587 milhões de euros, comparativamente a 2020, impulsionado principalmente pela não recorrência de imparidades relacionadas com a COVID-19.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2021 foram de 5,8 mil milhões de euros, um aumento de 413 milhões de euros, ou 8%, em comparação com o ano anterior, refletindo custos de compensação mais elevados, o aumento da taxa bancária e a afetação de custos de serviços de infraestruturas.

## Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas:</b>							
Private Bank Alemanha	5.327	5.008	4.989	319	6	19	0
International Private Bank	3.828	3.226	3.136	601	19	90	3
Premium Banking	953	945	905	8	1	41	4
Wealth Management & Bank for Entrepreneurs	2.874	2.281	2.232	594	26	49	2
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>9.155</b>	<b>8.234</b>	<b>8.126</b>	<b>921</b>	<b>11</b>	<b>109</b>	<b>1</b>
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	5.223	4.601	4.499	622	14	102	2
Rendimentos de serviços e comissões	3.157	3.207	3.052	(50)	(2)	155	5
Rendimentos restantes	775	426	574	349	82	(148)	(26)
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>583</b>	<b>446</b>	<b>711</b>	<b>137</b>	<b>31</b>	<b>(265)</b>	<b>(37)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros):</b>							
Remunerações e benefícios	2.791	2.813	2.867	(22)	(1)	(54)	(2)
Despesas gerais e administrativas	3.915	4.447	4.242	(533)	(12)	205	5
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(113)	173	413	(285)	N/S	(240)	(58)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>6.593</b>	<b>7.433</b>	<b>7.522</b>	<b>(840)</b>	<b>(11)</b>	<b>(89)</b>	<b>(1)</b>
Participações minoritárias	0	0	0	0	N/S	(0)	(87)
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>1.979</b>	<b>355</b>	<b>(108)</b>	<b>1.624</b>	<b>N/S</b>	<b>463</b>	<b>N/S</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	333	310	297	22	7	14	5
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	265	254	237	10	4	17	7
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros) <sup>2</sup>	518	554	495	(36)	(6)	59	12
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	30	30	16	(0)	(1)	14	85
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	26.951	28.084	29.748	(1.132)	(4)	(1.665)	(6)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

<sup>2</sup> O Grupo define os ativos sob gestão como (a) os ativos detidos em nome dos clientes para fins de investimento e/ou (b) os ativos dos clientes que são geridos pelo banco; os ativos sob gestão são geridos numa base discricionária ou de aconselhamento, ou estes ativos são depositados no banco; os depósitos são considerados ativos sob gestão se servirem para fins de investimento; no Private Bank Alemanha e no Premium Banking, isto inclui os depósitos a prazo e os depósitos de poupança; no Wealth Management & Bank for Entrepreneurs, parte-se do princípio de que todos os depósitos dos clientes são detidos no banco principalmente para fins de investimento

### 2022

O Private Bank registou um lucro antes de impostos de 2,0 mil milhões de euros em 2022, mais do que quintuplicando em comparação com 355 milhões de euros no ano anterior. Este é o lucro antes de impostos mais elevado desde a criação do Private Bank, em 2019. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios aumentou para 10,6%, face a 1,4% no ano anterior, com uma rentabilidade após impostos dos capitais próprios médios de 9,6%, face a 1,3%. O rácio custo/rendimento melhorou para 72%, face a 90% no ano anterior, refletindo um crescimento de 11% das receitas, combinado com uma redução de 11% das despesas não relacionadas com juros.

As receitas líquidas ascenderam a 9,2 mil milhões de euros, um aumento de 11% em relação ao ano anterior. O aumento refletiu, em parte, rubricas de receitas específicas mais elevadas, sobretudo um ganho de cerca de 310 milhões de euros com a venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália, bem como o impacto positivo da redução das receitas não realizadas relacionadas com o acórdão do Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH) de 2021 sobre acordos de fixação de preços. Ajustadas a estes impactos, as receitas líquidas cresceram 6% em relação ao ano anterior, impulsionadas por uma margem financeira mais elevada, por movimentos da taxa de câmbio e pelo crescimento contínuo do negócio. O crescimento do negócio foi de 41 mil milhões de euros em 2022 e refletiu entradas líquidas em ativos sob gestão de 30 mil milhões de euros, incluindo entradas líquidas em produtos de investimento de 25 mil milhões de euros e depósitos de 5 mil milhões de euros, bem como novos empréstimos líquidos a clientes de 11 mil milhões de euros.

O Private Bank Alemanha gerou receitas líquidas no valor de 5,3 mil milhões de euros, um aumento de 6% em relação ao ano anterior, refletindo em parte a redução das receitas perdidas devido ao acórdão do BGH. Excluindo este impacto, as receitas aumentaram 4%, uma vez que o aumento da margem financeira dos produtos de depósito mais do que compensou o impacto da redução das receitas de empréstimos e das comissões num ambiente macroeconómico mais difícil.

No International Private Bank, as receitas líquidas ascenderam a 3,8 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 19% em relação ao ano anterior, e de 9%, se ajustadas em função da mais-valia de venda acima referida e das atividades de negociação de Sal. Oppenheim. O crescimento das receitas deveu-se principalmente a receitas de depósitos mais elevadas, devido ao aumento das taxas de juro, à expansão contínua da carteira de empréstimos e a movimentos positivos das taxas de câmbio. As receitas dos produtos de investimento beneficiaram de entradas líquidas, mas também foram

afetadas por um ambiente de mercado mais difícil. O International Private Bank atraiu novos volumes líquidos de 29 mil milhões de euros em empréstimos e ativos sob gestão durante todo o ano, o valor mais elevado desde a sua criação.

Os ativos sob gestão no Private Bank diminuíram 36 mil milhões de euros para 518 mil milhões de euros no final do ano. Esta evolução refletiu um impacto negativo de 56 mil milhões de euros decorrente da evolução do mercado e um efeito líquido de alienação de 15 mil milhões de euros após a venda da atividade da Financial Advisors em Itália, parcialmente compensado por entradas líquidas de 30 mil milhões de euros e um impacto positivo de 6 mil milhões de euros decorrente de variações cambiais.

A provisão para perdas de crédito foi de 583 milhões de euros, ou seja, 22 pontos base dos empréstimos médios, em parte devido a certas exposições individuais no setor internacional. Excluindo estes últimos, a evolução da carteira global continuou a refletir a elevada qualidade da carteira de empréstimos e a disciplina de risco rigorosa que se mantém. Este valor é comparável aos 446 milhões de euros de provisões para perdas de crédito no ano anterior, que beneficiaram de um ambiente macroeconómico mais estável.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 6,6 mil milhões de euros, menos 11% face ao ano anterior. Esta evolução reflete o impacto positivo da libertação de provisões para litígios registadas no ano anterior relacionadas com a decisão do BGH, menores despesas de reestruturação no contexto da execução de objetivos estratégicos e uma redução anual de 5% nos custos ajustados. Esta última foi impulsionada por poupanças incrementais resultantes de iniciativas de transformação, incluindo reduções de efetivos e o encerramento de mais de 170 sucursais. A gestão contínua dos custos e a menor afetação dos custos dos serviços internos também contribuíram para a redução dos custos ajustados. Estes valores foram parcialmente compensados por um impacto negativo resultante de movimentos cambiais.

## 2021

Em 2021, o Private Bank fez progressos significativos na execução da sua estratégia de transformação e na sua prioridade de aumentar o volume de negócios. O volume líquido de novos negócios foi de 46 mil milhões de euros em ativos sob gestão e empréstimos. Os resultados antes de impostos de 355 milhões de euros em 2021 foram afetados por efeitos relacionados com a transformação de 458 milhões de euros, incluindo 237 milhões de euros de despesas de reestruturação e de indemnizações, bem como 221 milhões de euros de encargos de transformação. Isto é comparável a uma perda antes de impostos de 108 milhões de euros em 2020, que incluiu um impacto negativo de 88 milhões de euros com a venda da Postbank Systems AG e efeitos relacionados com a transformação de 642 milhões de euros. Ajustado para ter em conta efeitos relacionados com a transformação e para rubricas de receitas específicas relacionadas com as atividades de investimento de Sal. Oppenheim no International Private Bank, o lucro antes de impostos foi de 711 milhões de euros em 2021, apesar dos impactos negativos de 284 milhões de euros da decisão do BGH. Isto é comparável a um lucro ajustado antes de impostos de 509 milhões de euros em 2020. A melhoria de ano para ano refletiu principalmente uma menor provisão para perdas de crédito e crescimento de receitas.

As receitas líquidas de 8,2 mil milhões de euros em 2021 aumentaram em 109 milhões de euros, ou 1%, em comparação com 2020. As receitas aumentaram 2% em relação ao ano anterior, se ajustadas pela referida perda de 88 milhões de euros no ano anterior, resultante da venda da Postbank Systems AG, e um impacto negativo nas receitas de 154 milhões de euros em 2021 relacionado com a decisão do BGH. O crescimento das empresas em produtos de investimento e empréstimos num ambiente de mercado normalizado mais do que compensa os obstáculos significativos das taxas de juro. As receitas também beneficiaram do programa TLTRO III do BCE.

No Private Bank Alemanha, as receitas líquidas foram de 5,0 mil milhões de euros e mantiveram-se estáveis em relação ao ano anterior. Excluindo o impacto da sentença do BGH e o impacto negativo acima mencionado da venda da Postbank Systems AG no ano anterior, as receitas aumentaram 2%. O forte crescimento contínuo dos negócios em produtos de investimento e hipotecários mitigou os impactos significativos da compressão da margem de depósito. O crescimento das receitas também beneficiou do programa TLTRO III do BCE.

As receitas líquidas no International Private Bank de 3,2 mil milhões de euros aumentaram em 90 milhões de euros, ou 3%, em comparação com o exercício anterior. Os efeitos negativos das taxas de juro mais baixas e os impactos negativos da conversão cambial foram mais do que compensados pelo crescimento sustentado do negócio em produtos de investimento e empréstimos, apoiados pela contínua contratação de gestores de clientes. O crescimento das receitas também beneficiou do programa TLTRO III do BCE.

Os ativos sob gestão no valor de 554 mil milhões de euros aumentaram 59 mil milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2020. O aumento foi principalmente atribuível a 30 mil milhões de euros de entradas líquidas, bem como a 23 mil milhões de euros de valorização do mercado e 8 mil milhões de euros de impacto positivo de variações cambiais. As entradas líquidas de 30 mil milhões de euros durante 2021 foram principalmente em produtos de investimento.

A provisão para perdas de crédito ascendeu a 446 milhões de euros em 2021 face a 711 milhões de euros em 2020. A diminuição anual de 37 % refletiu um ambiente macroeconómico mais benigno, uma disciplina de risco apertada e uma carteira de empréstimos de alta qualidade.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 7,4 mil milhões de euros, menos 89 milhões de euros, ou 1% face ao ano anterior, refletindo menores efeitos relacionados com a transformação, parcialmente compensados por encargos com litígios mais elevados, que incluíram um impacto negativo de 128 milhões de euros relacionado com a decisão do BGH. Os custos ajustados excluindo encargos de transformação de 6,8 mil milhões de euros aumentaram 43 milhões de euros, ou 1% face ao ano anterior. As poupanças adicionais resultantes de iniciativas de transformação foram compensadas por maiores gastos em tecnologia e serviços internos, maiores custos de sistemas de proteção de depósitos e maior compensação variável impulsionada por um melhor desempenho do negócio. O aumento também refletiu a não recorrência de uma prestação única no ano anterior associada a obrigações de pensão.

## Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Comissões de gestão	2.458	2.370	2.136	88	4	233	11
Comissões de desempenho e transação	125	212	90	(86)	(41)	122	135
Outros	24	126	3	(102)	(81)	123	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>2.608</b>	<b>2.708</b>	<b>2.229</b>	<b>(100)</b>	<b>(4)</b>	<b>478</b>	<b>21</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>(2)</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>(6)</b>	<b>N/S</b>	<b>3</b>	<b>148</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	899	822	740	77	9	82	11
Despesas gerais e administrativas	869	840	763	29	3	77	10
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	68	0	0	68	N/S	(0)	N/S
Atividades de reestruturação	0	2	22	(2)	(95)	(20)	(92)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>1.836</b>	<b>1.664</b>	<b>1.526</b>	<b>173</b>	<b>10</b>	<b>138</b>	<b>9</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>174</b>	<b>223</b>	<b>157</b>	<b>(49)</b>	<b>(22)</b>	<b>66</b>	<b>42</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>598</b>	<b>816</b>	<b>544</b>	<b>(217)</b>	<b>(27)</b>	<b>272</b>	<b>50</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	10	10	9	(0)	(2)	1	10
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)	821	928	793	(106)	(11)	135	17
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	(20)	48	30	(68)	N/S	17	N/S
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	4.283	4.072	3.926	211	5	146	4

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

### 2022

O lucro antes de impostos foi de 598 milhões de euros, o que representa uma descida de 27%, devido principalmente a uma redução significativa das comissões de desempenho e de outros rendimentos, bem como a uma imparidade de ativos intangíveis. Ajustado para despesas de reestruturação e indemnizações e depreciações de goodwill, e outros ativos intangíveis, o lucro antes de impostos foi de 703 milhões de euros, uma descida de 16%.

As receitas líquidas para 2022 ascenderam a 2,6 mil milhões de euros, uma descida de 4%, uma vez que as comissões de gestão mais elevadas foram mais do que compensadas por comissões de desempenho significativamente mais baixas, refletindo a não recorrência de uma comissão de desempenho de 89 milhões de euros de um fundo Active Asset reconhecida em 2021, e outras receitas significativamente mais baixas.

As despesas não relacionadas com juros foram de 1,8 mil milhões de euros em 2022, um aumento de 10%. Os custos ajustados aumentaram 4%, principalmente devido a um aumento das remunerações e benefícios, em virtude do aumento do número de efetivos para apoiar a transformação e o crescimento. Os custos não operacionais incluem uma imparidade de 68 milhões de euros de um ativo intangível não amortizado relacionado com contratos de retalho de fundos de investimento nos Estados Unidos. O rácio custo/rendimento foi de 70%, mais 9 pontos percentuais do que no ano anterior.

Os fluxos líquidos foram negativos em 20 mil milhões de euros, principalmente nos produtos de margem mais baixa, Fixed Income, Cash e Passive, afetados pela pressão sobre os fluxos exercida por todo o setor. Esta situação foi parcialmente compensada por entradas líquidas nos produtos de maior margem Multiativos e Alternativos. Os produtos ESG atraíram entradas líquidas de mil milhões de euros em 2022, apesar da conjuntura adversa.

Os ativos sob gestão diminuíram 106 mil milhões de euros, ou seja, 11%, para 821 mil milhões de euros em 2022, principalmente devido à evolução negativa do mercado e às saídas líquidas, enquanto as variações cambiais tiveram um impacto positivo.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2022, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>116</b>	<b>227</b>	<b>70</b>	<b>77</b>	<b>84</b>	<b>238</b>	<b>115</b>	<b>928</b>
Fluxos de entrada	16	39	16	10	562	81	17	741
Fluxos de saída	(17)	(51)	(10)	(11)	(568)	(88)	(16)	(761)
Fluxos líquidos	(1)	(12)	6	(0)	(6)	(7)	1	(20)
Impacto cambial	2	7	0	0	2	7	4	22
Desempenho	(18)	(28)	(8)	(13)	0	(38)	(2)	(108)
Outros	(0)	1	0	(0)	(0)	(1)	0	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>99</b>	<b>194</b>	<b>68</b>	<b>64</b>	<b>80</b>	<b>199</b>	<b>118</b>	<b>821</b>
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	71	12	31	29	3	18	50	28

## 2021

O lucro antes de impostos foi de 816 milhões de euros, um aumento de 50%, enquanto o lucro ajustado antes de impostos foi de 840 milhões de euros, um aumento de 43%. O forte aumento foi impulsionado por receitas significativamente mais elevadas.

As receitas líquidas para 2021 foram de 2,7 mil milhões de euros, um aumento de 21%, principalmente devido ao aumento das comissões de gestão e apoiado por comissões de desempenho mais elevadas e outras receitas, refletindo parcialmente sete trimestres consecutivos de entradas líquidas e o crescimento dos ativos sob gestão.

As despesas não relacionadas com juros foram de 1,7 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 9%. Os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, aumentaram 10%, refletindo o aumento dos custos com remunerações e benefícios e o aumento dos custos com serviços relacionados com o aumento dos ativos sob gestão e dos volumes. O rácio custo/rendimento foi de 61%, o que representa uma melhoria de 7 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

As entradas líquidas foram de 48 mil milhões de euros, impulsionadas principalmente pelos produtos Passivos e Ativos (excluindo numerário) e apoiadas pelos produtos Alternativos e de numerário. Os fundos dedicados a ESG representaram 40% do total de entradas líquidas anuais.

Os ativos sob gestão aumentaram 135 mil milhões de euros, ou 17%, para 928 mil milhões de euros em 2021, impulsionados por uma combinação de entradas líquidas recorde, uma evolução favorável do mercado e movimentos cambiais positivos.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2021, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>97</b>	<b>220</b>	<b>59</b>	<b>69</b>	<b>75</b>	<b>179</b>	<b>93</b>	<b>793</b>
Fluxos de entrada	16	47	13	14	510	95	14	708
Fluxos de saída	(16)	(43)	(9)	(11)	(504)	(69)	(9)	(660)
Fluxos líquidos	(1)	5	4	2	6	26	6	48
Impacto cambial	2	8	0	0	4	8	3	26
Desempenho	18	(4)	6	5	(0)	25	11	60
Outros	(0)	(0)	1	0	(0)	(1)	1	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>116</b>	<b>227</b>	<b>70</b>	<b>77</b>	<b>84</b>	<b>238</b>	<b>115</b>	<b>928</b>
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	72	13	33	28	3	18	49	28

## Capital Release Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	(28)	26	(225)	(54)	N/S	251	N/S
Provisão para perdas de crédito	(17)	(42)	29	25	(59)	(70)	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	60	128	168	(68)	(53)	(40)	(24)
Despesas gerais e administrativas	864	1.306	1.774	(442)	(34)	(468)	(26)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(2)	(2)	5	0	(21)	(7)	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>922</b>	<b>1.432</b>	<b>1.947</b>	<b>(510)</b>	<b>(36)</b>	<b>(515)</b>	<b>(26)</b>
Participações minoritárias	-	0	(0)	0	N/S	0	N/S
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>(932)</b>	<b>(1.364)</b>	<b>(2.200)</b>	<b>431</b>	<b>(32)</b>	<b>836</b>	<b>(38)</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	62	132	198	(70)	(53)	(66)	(33)
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	194	267	472	(73)	(27)	(205)	(43)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

### 2022

A Capital Release Unit relatou perdas antes de impostos de 932 milhões de euros em 2022, uma redução de 32% face a um prejuízo de 1,4 mil milhões de euros em 2021, refletindo principalmente reduções de custos ano após ano.

As receitas líquidas foram negativas em 28 milhões de euros em 2022, em comparação com 26 milhões de euros positivos no ano anterior, com receitas mais baixas devido à não recorrência da recuperação de custos do Prime Finance, que mais do que compensou os menores impactos de redução do risco e de financiamento.

As despesas não relacionadas com juros diminuíram 36% em comparação com o ano anterior, principalmente devido a uma redução de 35% nos custos ajustados, refletindo menores encargos com serviços internos e uma diminuição dos custos diretos de compensação e não compensação.

A provisão para perdas de crédito resultou num desembolso líquido de 17 milhões de euros em 2022, face a uma libertação líquida de 42 milhões de euros em 2021. A libertação líquida em ambos os anos foi impulsionada por recuperações em carteiras de transporte marítimo e outras carteiras antigas.

No final de 2022, a exposição à alavancagem foi reduzida para 22 mil milhões de euros, menos 43% do que no final de 2021 e menos 91% desde a criação da Unidade de Libertação de Capital, em meados de 2019.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) ascendiam a 24 mil milhões de euros no final de 2022, o que representa uma redução de 13% em termos anuais, e de 63%, ou 83%, excluindo os RWA de risco operacional, desde a criação da Unidade de Libertação de Capital. No final de 2022, os ativos ponderados pelo risco de 24 mil milhões de euros incluíam 19 mil milhões de euros de RWA de risco operacional.

Tendo cumprido o seu mandato de redução de riscos e de custos de 2019 até ao final de 2022, a Capital Release Unit deixará de ser registada como um segmento separado, com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. O impacto financeiro da Capital Release Unit será reportado no segmento Corporate & Other. Esta alteração não implica a transferência de ativos de ou para as atividades do segmento Core. A maior parte dos restantes ativos da Capital Release Unit serão amortizados ao longo do tempo. Trata-se, na sua maioria, de derivativos de taxa de juro, mas também incluem a carteira hipotecária da Polónia e alguns outros ativos FIC Sales & Trading e Equities.

### 2021

A Capital Release Unit relatou perdas antes de impostos de 1,4 mil milhões de euros em 2021, uma redução de 38% face a um prejuízo de 2,2 mil milhões de euros em 2020, refletindo principalmente reduções de custos ano após ano.

As receitas líquidas foram de 26 milhões de euros em 2021, face a 225 milhões de euros negativos no ano anterior, uma vez que as receitas provenientes da recuperação dos custos do Prime Finance e da carteira de empréstimos só foram parcialmente compensadas pelo impacto financiamento, da gestão de riscos e da redução do risco.

A provisão para perdas de crédito foi um desembolso líquido de 42 milhões de euros, em comparação com uma provisão de 29 milhões de euros em 2020. O lançamento líquido foi impulsionado pelo legado de carteiras imobiliárias e de transporte marítimo.



Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,4 mil milhões de euros, menos 26% face ao ano anterior. Este desenvolvimento foi impulsionado principalmente por uma redução de 37% nos custos ajustados, refletindo encargos de serviços internos mais baixos e a atribuição de taxas bancárias, bem como despesas diretas mais baixas.

A exposição à alavancagem era de 39 mil milhões de euros no final do ano de 2021, face a 72 mil milhões de euros no final de 2020, e à frente do objetivo de 51 mil milhões para o final de 2022, estabelecido no Investor Deep Dive de 2020. Este progresso refletiu, em parte, a transferência das empresas do Deutsche Bank Global Prime Finance e Electronic Equities, que foi concluída com sucesso no final de 2021, de acordo com o calendário previsto.

Os ativos ponderados pelo risco eram de 28 mil milhões de euros no final de 2021, face a 34 mil milhões de euros no final de 2020 e antes do objetivo do banco de 32 mil milhões de euros no final do ano de 2022.

## Corporate & Other

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)			Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020		
	2022	2021	2020	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>	<b>(877)</b>	<b>(340)</b>	<b>(534)</b>	<b>(537)</b>	<b>158</b>	<b>194</b>	<b>(36)</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>(4)</b>	<b>3</b>	<b>53</b>	<b>9</b>	<b>N/S</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	3.165	3.012	3.215	153	5	(204)	(6)
Despesas gerais e administrativas	(2.272)	(2.009)	(2.651)	(263)	13	641	(24)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	0	(0)	3	0	N/S	(3)	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>893</b>	<b>1.002</b>	<b>568</b>	<b>(109)</b>	<b>(11)</b>	<b>435</b>	<b>77</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>(190)</b>	<b>(206)</b>	<b>(169)</b>	<b>16</b>	<b>(8)</b>	<b>(37)</b>	<b>22</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>(1.589)</b>	<b>(1.142)</b>	<b>(929)</b>	<b>(447)</b>	<b>39</b>	<b>(213)</b>	<b>23</b>
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	31.865	30.103	29.627	1.762	6	476	2

N/S – não significativo  
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

### 2022

O segmento Corporate & Other relatou perdas antes de impostos de 1,6 mil milhões de euros em 2022 em comparação com perdas antes de impostos de 1,1 mil milhões de euros em 2021, refletindo principalmente uma diminuição nas receitas líquidas.

As receitas líquidas foram de 877 milhões de euros negativos em 2022, em comparação com 340 milhões de euros negativos em 2021. As receitas relatadas provenientes das diferenças de avaliação e calendarização foram de 119 milhões de euros negativos em 2022, em comparação com 158 milhões de euros em 2021. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram negativas em 311 milhões de euros em 2022, contra 242 milhões de euros negativos em 2021.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 893 milhões de euros em 2022, uma redução de 109 milhões de euros, ou 11%, em comparação com 2021. A redução foi principal impulsionada por 603 milhões de euros de despesas relacionadas com transformação contabilizadas em 2021, em parte relacionadas com um acordo de contrato e imparidades de software, principalmente desencadeadas pela migração do banco para a tecnologia da Nuvem. A diminuição das despesas relacionadas com a transformação mais do que compensou o aumento de determinadas despesas de infraestruturas superiores às planeadas em 2022, que foram retidas a nível central no segmento Corporate & Other. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, foram de 506 milhões de euros em 2022 face a 460 milhões de euros em 2021.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos no segmento Corporate & Other. Estes foram de 190 milhões de euros em 2022, em comparação com 206 milhões de euros em 2021, principalmente relacionados com a DWS.

### 2021

O segmento Corporate & Other relatou perdas antes de impostos de 1,1 mil milhões de euros em 2021 em comparação com perdas antes de impostos de 929 milhões de euros em 2020, refletindo principalmente gastos operacionais (excl. juros).

As receitas líquidas foram de 340 milhões de euros negativos em 2021, em comparação com 534 milhões de euros negativos em 2020. As receitas relatadas provenientes das diferenças de avaliação e calendarização foram de 158 milhões de euros em 2021, em comparação com 85 milhões de euros negativos em 2020. Esta melhoria foi impulsionada pelo impacto positivo no preço de mercado das atividades de cobertura de taxas de juro relacionadas com os acordos de financiamento do banco, onde a contabilidade de cobertura não pode ser aplicada. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram de 242 milhões de euros negativos em 2021, face a 235 milhões de euros negativos em 2020.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,0 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 435 milhões de euros, ou 77%, em comparação com 2020. Os gastos operacionais (excl. juros) de 2021 incluíram 603 milhões de euros de despesas relacionadas com transformação, em parte relacionadas com um acordo de contrato e imparidades de software, em parte desencadeadas pela migração do banco para a tecnologia da Nuvem. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, foram de 460 milhões de euros em 2021 face a 403 milhões de euros em 2020.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos no segmento Corporate & Other. Estes foram de 206 milhões de euros em 2021, em comparação com 169 milhões de euros em 2020, principalmente relacionados com a DWS.

## Posição Financeira

### Ativos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022	31 dez 2021	Variação absoluta	Variação em %
Caixa, banco central e saldos interbancários	186.091	199.363	(13.272)	(7)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	11.478	8.432	3.047	36
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	482.376	491.233	(8.857)	(2)
Dos quais: Ativos detidos para negociação	92.867	102.396	(9.529)	(9)
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.686	299.732	(45)	(0)
Dos quais: Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	89.654	88.965	689	1
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	31.675	28.979	2.696	9
Empréstimos pelo custo amortizado	483.700	471.319	12.381	3
Restantes ativos	141.468	124.668	16.800	13
Dos quais: Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	71.250	71.495	(245)	(0)
<b>Total do ativo</b>	<b>1.336.788</b>	<b>1.323.993</b>	<b>12.796</b>	<b>1</b>

### Passivo e capital próprio

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022	31 dez 2021	Variação absoluta	Variação em %
Depósitos	621.456	603.750	17.706	3
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	585	772	(187)	(24)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	388.072	400.857	(12.784)	(3)
Dos quais: Passivos detidos para negociação	50.616	54.718	(4.102)	(7)
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	282.353	287.108	(4.756)	(2)
Dos quais: Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	54.634	58.468	(3.834)	(7)
Outros empréstimos a curto prazo	5.122	4.034	1.089	27
Dívida a longo prazo	131.525	144.485	(12.959)	(9)
Restantes passivos	117.700	102.066	15.634	15
Dos quais: Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	82.711	70.165	12.546	18
<b>Total do passivo</b>	<b>1.264.460</b>	<b>1.255.962</b>	<b>8.498</b>	<b>1</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>72.328</b>	<b>68.030</b>	<b>4.298</b>	<b>6</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>1.336.788</b>	<b>1.323.993</b>	<b>12.796</b>	<b>1</b>

## Movimentos nos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço total de 1,3 bilhões de euros manteve-se essencialmente inalterado em comparação com o final do ano de 2021.

No quarto trimestre de 2022, o Deutsche Bank procedeu ao pré-pagamento parcial do financiamento do programa TLTRO, relativamente à tranche com vencimento em junho de 2023, em conformidade com a estratégia comunicada pelo banco de gerir ativamente o perfil de vencimento da sua participação no programa TLTRO. Este pagamento antecipado foi o principal fator que contribuiu para a diminuição dos saldos de caixa, banco central e interbancário em 13,3 mil milhões de euros e da dívida de longo prazo em 13 mil milhões de euros, respetivamente.

Os ativos e passivos de negociação diminuíram 9,5 mil milhões de euros e 4,1 mil milhões de euros, respetivamente, principalmente devido aos títulos de dívida, sobretudo devido a reduções geridas e à diminuição das posições obrigacionistas na Europa e nas taxas de juro dos Estados Unidos, devido à volatilidade das condições de mercado.

Os valores de mercado positivos e negativos dos instrumentos financeiros derivados mantêm-se praticamente inalterados em relação ao ano anterior. O aumento dos valores de mercado positivos e negativos durante os três primeiros trimestres foi compensado por um decréscimo correspondente no quarto trimestre, devido sobretudo a movimentos nos produtos cambiais do Investment Bank, em consequência de um enfraquecimento do dólar americano face ao euro e de movimentos nas curvas de taxas de juro.

Os empréstimos ao custo amortizado aumentaram 12,4 mil milhões de euros, principalmente devido a uma maior geração nas atividades de financiamento do Investment Bank, bem como ao crescimento contínuo dos empréstimos garantidos e hipotecários no Private Bank.

Os depósitos aumentaram 17,7 mil milhões de euros. Dado o atual ambiente macroeconómico, os clientes empresariais estão a manter maiores reservas de tesouraria no Banco de Empresas, juntamente com maiores entradas no Private Bank e nos Mercados Emergentes Globais no Investment Bank.

Os restantes ativos aumentaram 16,8 mil milhões de euros, devido sobretudo ao crescimento dos títulos de dívida classificados como "hold to collect", em conformidade com a iniciativa estratégica do Banco de otimizar o rendimento do excesso de liquidez. Os restantes passivos aumentaram 15,6 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento das contas a pagar relativas à margem de tesouraria, em resultado do aumento do volume de clientes e da atividade de negociação.

O movimento global do balanço incluiu um aumento de 20,8 mil milhões de euros devido a variações cambiais, motivadas principalmente por um fortalecimento do dólar norte-americano em relação ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

## Liquidez

Os ativos líquidos totais de alta qualidade (HQLA), tal como definidos pelo Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e alterados pelo Regulamento (UE) 2018/1620, eram de 219 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 12 mil milhões de euros em relação aos 207 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. O Grupo mantém ativos adicionais elegíveis do banco central com elevada liquidez, não qualificados como HQLA ou sujeitos a restrições de transferência ao abrigo da definição de HQLA. Estes ativos líquidos adicionais eram de 37 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2022, de tal forma que as Reservas de Liquidez totais do Grupo eram de 256 mil milhões de euros. O aumento deve-se sobretudo a depósitos mais elevados e a novas emissões no mercado de capitais, parcialmente compensados pelo aumento da atividade de concessão de crédito e pelo reembolso parcial do programa TLTRO do BCE. O rácio de cobertura de liquidez era de 142% no final do quarto trimestre de 2022, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 64 mil milhões de euros em comparação com 133% no final do quarto trimestre de 2021, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 52 mil milhões de euros.

## Ações

O total do capital próprio em 31 de dezembro de 2022 aumentou 4,3 mil milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2021. Esta alteração foi impulsionada por uma série de fatores, incluindo os lucros reportados para o período de 5,5 mil milhões de euros e uma emissão de componentes de capital próprio adicionais (títulos adicionais Tier 1, tratados como capital próprio de acordo com as IFRS) de 2 mil milhões de euros (750 milhões de euros emitidos em 4 de abril de 2022 e 1,3 mil milhões em 14 de novembro de 2022). Contribuíram ainda para o aumento um impacto positivo decorrente dos ganhos de reavaliação relacionados com planos de benefícios definidos de 553 milhões de euros, após impostos, um impacto positivo da conversão cambial de 452 milhões de euros, após impostos, resultante principalmente do fortalecimento do dólar americano em relação ao euro, bem como uma variação em participações minoritárias de 94 milhões de euros, líquidos de impostos. Tal foi parcialmente compensado por um reembolso de componentes de capital adicionais (títulos Tier 1 adicionais, tratados como capital próprio de acordo com as IFRS) de 1,8 mil milhões de euros em 2 de maio de 2022, perdas líquidas não realizadas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral de 867 milhões de euros, líquidos de impostos, e perdas líquidas não realizadas de derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de 537 milhões de euros, líquidos de impostos. Outros fatores foram os cupões pagos sobre componentes adicionais de capital no valor de 479 milhões de euros, os dividendos pagos aos acionistas do Deutsche Bank, no valor de 406 milhões de euros, bem como as aquisições líquidas de ações próprias no valor de 325 milhões de euros.

## Fundos Próprios

O capital CRR/CRD Common Equity Tier 1 do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2022 aumentou 1,6 mil milhões de euros para 48,1 mil milhões de euros, em comparação com 46,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Os ativos ponderados pelo risco (RWA) aumentaram 8,4 mil milhões de euros para 360,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 351,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. O rácio de capital CET 1 aumentou para 13,4% em 31 de dezembro de 2022, face a 13,2% em 31 de dezembro de 2021, em resultado de um aumento do capital CET 1 de 0,5%, que foi parcialmente compensado por um aumento dos RWA de 0,3%.

A 31 de dezembro de 2022, o capital Tier 1 do Banco totalizava 56,6 mil milhões de euros, sendo composto por um capital CET 1 de 48,1 mil milhões de euros e num capital Tier 1 adicional de 8,5 mil milhões de euros. O capital Tier 1 foi 1,2 mil milhões de euros mais elevado do que no final de 31 de dezembro de 2021, motivado por um aumento no capital CET 1 de 1,6 mil milhões de euros e por uma diminuição no capital AT1 de 0,4 mil milhões de euros desde o final do ano de 2021. O rácio de capital Tier 1 em 31 de dezembro de 2022 mantém-se inalterado em 15,7%, em comparação com 31 de dezembro de 2021.

O capital regulamentar total em 31 de dezembro de 2022 totalizava 66,1 mil milhões de euros, em comparação com 62,7 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2021. O aumento de capital total foi motivado por um aumento no capital Tier 1 de 1,2 mil milhões de euros e por um aumento no capital Tier 2 de 2,2 mil milhões de euros desde o final do ano de 2021. O rácio de capital total em 31 de dezembro de 2022 aumentou para 18,4% em comparação com 17,8% em 31 de dezembro de 2021.

## Liquidez e Recursos de Capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

### Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's France SAS ("Moody's"), S&P Global Ratings UK Limited ("S&P"), Fitch Ratings - uma filial da Fitch Ratings Ireland Limited ("Fitch"), e DBRS Ratings GmbH ("DBRS Morningstar", juntamente com a Moody's, S&P e Fitch, as "agências de notação").

A Moody's, a Fitch e a DBRS Morningstar estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC"). Relativamente à S&P, as notações de crédito são aprovadas pela sede da na Irlanda (S&P Global Ratings Europe Limited), em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC.

### Desenvolvimento nas notações de crédito

As agências de notação reconheceram os progressos contínuos que o banco fez em relação aos seus objetivos ao longo de 2022, nomeadamente novas melhorias na rentabilidade. Este facto refletiu-se numa melhoria da classificação pela Moody's, numa revisão da perspetiva pela DBRS Morningstar e na afirmação das classificações e perspetivas pela Fitch ao longo do ano.

A 1 de julho de 2022, a DBRS Morningstar reviu as suas perspetivas sobre as notações a longo prazo do Deutsche Bank para positivas, a partir de estáveis. A DBRS Morningstar refletiu os progressos significativos realizados pelo Deutsche Bank no seu programa de transformação, que, na sua opinião, reforçou o *franchise* do banco e começou a conduzir a uma rentabilidade mais elevada e mais sustentável, mantendo simultaneamente rácios de capital sólidos e um perfil de risco bem gerido. Além disso, a alteração das perspetivas sublinha a expectativa de que o Deutsche Bank continuará a melhorar a sua rentabilidade.

Em 13 de setembro de 2022, a Fitch confirmou as notações do Deutsche Bank, bem como a perspetiva positiva. A afirmação reflete o bom progresso da reestruturação do banco e a estabilização do seu modelo de negócio, com a melhoria mais significativa das receitas e a estabilização do *franchise* no Investment Bank. Além disso, as notações refletem também a sólida qualidade dos ativos, o financiamento e a liquidez do Deutsche Bank, bem como uma capitalização adequada.

Em 12 de outubro de 2022, a Moody's melhorou as notações de longo prazo do Deutsche Bank em um nível. As notações dos depósitos a longo prazo e da dívida sénior não garantida a longo prazo (preferencial sénior) do banco, bem como a notação do emitente, foram melhoradas de A2 para A1. As perspetivas de evolução destas notações foram alteradas de positivas para estáveis. Além disso, as notações de dívida sénior júnior não garantida (senior non-preferred) do banco foram aumentadas para Baa1, de Baa2, bem como a sua Avaliação de Crédito de Base (BCA) para baa2, de baa3. A Moody's destacou o progresso contínuo do Deutsche Bank no sentido de cumprir os seus objetivos a médio prazo, em particular através da melhoria da rentabilidade. A Moody's espera que a redução significativa da base de despesas do Deutsche Bank permita ao banco salvaguardar a alavancagem operacional em tempos de inflação temporariamente mais elevada e, assim, manter a sua força de ganhos recuperada.

Todas as agências de notação acompanharão de perto os progressos feitos no sentido dos objetivos do banco para 2022, com destaque para outras melhorias na rentabilidade. Além disso, as agências de notação procuram uma rentabilidade sustentável para além de 2022, mantendo simultaneamente uma gestão prudente do risco e uma forte qualidade de ativos.

## Os impactos potenciais das reduções de notações

O Deutsche Bank calcula o impacto potencial contratual e hipotético de uma redução de um nível e de dois níveis pelas agências de notação (Moody's, S&P e Fitch) sobre a sua posição de liquidez, e inclui este impacto no respetivo teste de esforço de liquidez diário e nos cálculos de rácio de cobertura de liquidez. Os resultados do LCR e dos testes de esforço de liquidez por cenário são divulgados em separado.

Em termos de obrigações contratuais, o impacto hipotético em saídas de esforço de liquidez de derivados de uma redução de notação de crédito em 1 nível nas três agências de notação Moody's, S&P e Fitch totaliza aproximadamente 0,4 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais. O impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 2 níveis totaliza aproximadamente 0,4 mil milhões de euros, principalmente motivada pelo aumento de derivados contratuais e/ou requisitos de margem.

A análise acima assume uma redução simultânea pelas três agências de notação Moody's, S&P e Fitch que iria reduzir consequentemente a capacidade de financiamento do Deutsche Bank nos montantes referidos. Esta análise contratual específica é integrada no cenário de testes de esforço de liquidez idiossincrático do banco.

O impacto efetivo de uma redução de nível do Deutsche Bank é imprevisível e pode variar dos potenciais impactos de financiamento e liquidez descritos acima.

### Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Sénior preferencial/Dep ósitos <sup>1</sup>	Sénior não preferencial <sup>2</sup>	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque	A1 (cr)	A1	Baa1	P-1
Standard & Poor's, Nova Iorque	-	A-	BBB-	A-2
Fitch Ratings, Nova Iorque	A- (notação de contraparte de derivados)	A-	BBB+	F2
DBRS, Toronto	A (elevada)	A (baixa)	BBB (elevado)	R-1 (baixa)

<sup>1</sup> Definida como notação bancária sénior não garantida na Moody's, como dívida não garantida sénior na Standard & Poor's, como dívida sénior preferencial na Fitch e como dívida sénior na DBRS. Todas as agências fornecem notações separadas para depósitos e dívida "sénior preferencial", mas no mesmo nível de notação.

<sup>2</sup> Definida como notação de dívida sénior júnior na Moody's, como dívida subordinada sénior na Standard & Poor's e como dívida sénior não preferencial na Fitch e na DBRS.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente e as agências de notação devem ser consultadas para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os títulos do Deutsche Bank.

## Divulgação tabelar de obrigações contratuais

### Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2022.

Obrigações contratuais	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Pagamento devido por período Superior a 5 anos
em milhões de euros					
Obrigações de dívida de longo prazo <sup>1</sup>	145.695	50.053	36.581	32.747	26.314
Títulos fiduciários preferenciais <sup>1,2</sup>	514	514	0	0	0
Passivos financeiros de longo prazo designados ao justo valor através de resultados <sup>3</sup>	5.351	2.208	1.545	742	855
Futuras saídas de caixa não refletidas na mensuração de passivos de locações <sup>4</sup>	5.889	14	207	406	5.263
Passivos por locação <sup>1</sup>	5.460	632	807	807	3.214
Obrigações de aquisição	4.221	781	1.622	897	921
Depósitos de longo prazo <sup>1</sup>	26.126	0	12.314	4.077	9.735
Outros passivos de longo prazo	787	513	62	30	181
<b>Total</b>	<b>194.042</b>	<b>54.716</b>	<b>53.138</b>	<b>39.706</b>	<b>46.482</b>

<sup>1</sup> Inclui pagamentos de juros.

<sup>2</sup> Data de pagamento contratual ou primeira data de compra.

<sup>3</sup> Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

<sup>4</sup> Para mais detalhes, consulte a Nota 22 "Locações".

As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais

cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 22, "Locações", Nota 26, "Depósitos" e Nota 30, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".



## Perspetivas

A secção seguinte fornece uma visão geral das perspetivas do Deutsche Bank para o Grupo e as divisões para o exercício financeiro de 2023. As perspetivas para a economia global e o setor bancário no capítulo seguinte refletem as expectativas gerais do Grupo relativamente à evolução futura da economia e da indústria. Os pressupostos económicos utilizados nos modelos do banco são definidos separadamente nas respetivas secções.

## Economia global

### Perspetivas da economia global

Crescimento económico (em %) <sup>1</sup>	2023 <sup>2</sup>	2022	Principal fator responsável
<b>Economia global</b>			
PIB	<b>2,7</b>	3,3	No início de 2023, alguns parâmetros económicos mostram sinais de melhoria. Espera-se que o abrandamento do choque energético na Europa e a retirada da política da China relacionada com a COVID-19 zero proporcionem ventos favoráveis, ao passo que a esperada recessão nos EUA deverá ser um entrave. Vários bancos centrais continuarão a combater a inflação com novas medidas restritivas em 2023. A descida dos preços da energia, combinada com efeitos de base, deverá atenuar a dinâmica da inflação.
Inflação	<b>6,5</b>	8,7	
Dos quais:			
Países desenvolvidos			
PIB	<b>0,7</b>	2,7	Nos países desenvolvidos, prevê-se que a dinâmica de crescimento abrande no início de 2023. Uma recuperação no decurso do ano poderá ser atenuada pelo surgimento de uma recessão nos EUA na segunda metade do ano. Espera-se que a normalização dos preços da energia apoie o crescimento e que os estrangulamentos da oferta continuem a diminuir. É provável que a inflação se mantenha acima das taxas-objetivo dos bancos centrais.
Inflação	<b>4,4</b>	7,4	
Mercados emergentes			
PIB	<b>3,9</b>	3,7	Prevê-se que as economias dos mercados emergentes se expandam em 2023, embora a um ritmo ligeiramente mais lento. As regiões europeias, em particular, são afetadas pelas repercussões económicas da guerra na Ucrânia. Na Ásia, por outro lado, a reabertura da China será provavelmente o fator determinante. A descida dos preços da energia é suscetível de provocar um novo abrandamento da dinâmica inflacionista. Prevê-se que os bancos centrais tenham ultrapassado o pico da sua contração monetária.
Inflação	<b>7,9</b>	9,5	
<b>Economia da área do euro</b>			
PIB	<b>0,5</b>	3,5	Prevê-se que o crescimento do PIB na zona euro abrande em 2023. Em particular, o desvanecimento do choque energético e os níveis favoráveis de armazenamento de gás deverão ajudar a evitar uma recessão mais profunda. O apoio orçamental e a flexibilização dos estrangulamentos da oferta estão a amortecer o choque do rendimento real. No entanto, é provável que a inflação se situe muito acima do objetivo do BCE. Prevê-se a continuação da contração monetária no primeiro semestre do ano. As contrariedades de uma recessão nos EUA seriam um obstáculo adicional.
Inflação	<b>5,8</b>	8,4	
Dos quais: Economia alemã			
PIB	<b>0,0</b>	1,8	O PIB alemão deverá estagnar em 2023. Devido aos níveis favoráveis de armazenamento de gás e ao amplo apoio orçamental, prevê-se que o abrandamento no início do ano seja relativamente moderado. O enfraquecimento do comércio mundial e a esperada recessão nos EUA são suscetíveis de se tornarem contrariedades à recuperação. Prevê-se que a inflação diminua, nomeadamente devido à descida dos preços da energia e a fortes efeitos de base, mas que se mantenha, em média, a um nível elevado até 2023.
Inflação	<b>6,5</b>	7,9	
<b>Economia dos Estados Unidos</b>			
PIB	<b>1,0</b>	2,1	Em resultado da contração monetária da Fed, prevê-se que a dinâmica de crescimento da economia dos EUA abrande significativamente em 2023. Não se pode excluir, pelo menos, uma ligeira recessão no segundo semestre do ano. É provável que a inflação tenha atingido um pico, mas ainda estará acima do objetivo da Fed em 2023. Um mercado de trabalho mais fraco deverá desempenhar um papel fundamental na moderação das pressões inflacionistas.
Inflação	<b>3,6</b>	8,0	
<b>Economia do Japão</b>			
PIB	<b>1,0</b>	1,1	O crescimento do PIB deverá abrandar ligeiramente em 2023, devido ao abrandamento registado no estrangeiro, mas deverá manter-se relativamente firme. A procura interna tem potencial para recuperar, uma vez que as restrições pandémicas só foram atenuadas no final de 2022. O ciclo de negociação salarial intersetorial poderá resultar em fortes ganhos salariais. O BoJ ajustou o seu quadro político, mas deverá manter uma orientação política acomodatória.
Inflação	<b>2,1</b>	2,5	
<b>Economia asiática<sup>3</sup></b>			
PIB	<b>5,3</b>	4,2	As economias asiáticas deverão beneficiar significativamente da recuperação esperada na China. No entanto, preveem-se contrariedades decorrentes do abrandamento económico nos países industrializados. Consequentemente, as exportações – o principal motor de crescimento da Ásia – poderão enfraquecer. É provável que a inflação tenha atingido o seu ponto máximo. No entanto, as medidas governamentais, que variam de região para região, são suscetíveis de conduzir a um declínio volátil.
Inflação	<b>3,4</b>	3,8	
Dos quais: Economia chinesa			
PIB	<b>6,0</b>	3,0	Em 2023, espera-se que a economia da China recupere visivelmente, uma vez que finalmente se libertou do peso da política rigorosa em matéria de COVID-19. É provável que a reabertura também ajude a aumentar a procura de habitação. As políticas imobiliárias já foram substancialmente atenuadas e já não estão a condicionar a recuperação. É provável que tanto a política orçamental como a política monetária continuem a abrandar em 2023.
Inflação	<b>2,5</b>	2,0	

<sup>1</sup> Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário

<sup>2</sup> Fontes: Deutsche Bank Research

<sup>3</sup> Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Vietname; exclui o Japão

Há uma série de riscos para as perspetivas económicas globais do banco. Os riscos geopolíticos permanecem elevados na Ucrânia, e a concorrência estratégica entre os EUA e a China poderá continuar a intensificar-se. Embora haja indícios de um

pico, a inflação continua a situar-se a níveis indesejavelmente elevados e é pouco provável que tanto a Fed como o BCE tolerem uma inflação mais elevada. Se a inflação não baixar, poderá levar os bancos centrais a adotar uma postura mais agressiva de aperto, causando potencialmente uma reação fortemente negativa nos mercados financeiros e muito provavelmente uma recessão económica. Prevê-se uma recessão nos EUA no segundo semestre de 2023, mas existe o risco de esta ocorrer mais cedo.

## Setor bancário

O setor bancário mundial poderá continuar a beneficiar da normalização e do aumento das taxas de juro em 2023. Esta situação deverá continuar a reforçar as margens de juro líquidas, apesar de os custos de financiamento também estarem a aumentar. Do mesmo modo, a dinâmica da inflação terá um impacto no crescimento das despesas operacionais. Após um aumento dos empréstimos no ano passado, a procura de crédito, tanto para hipotecas como para empréstimos a empresas, poderá diminuir devido a taxas mais elevadas e a um crescimento económico moderado na maioria das principais economias. A qualidade dos ativos poderá enfraquecer ligeiramente, mas deverá manter-se globalmente muito sólida. As provisões para perdas com empréstimos continuam a aumentar, a partir de níveis baixos. Na ausência de novos choques, a volatilidade dos mercados de capitais e a atividade de negociação poderão diminuir, enquanto a dinâmica do financiamento das empresas poderá recuperar após as contrariedades registadas no ano passado. De um modo geral, a rentabilidade do setor bancário e os rendimentos para os acionistas deverão manter-se fortes.

Prevê-se que os bancos na Europa beneficiem mais do que os seus pares noutras regiões da abolição das taxas negativas e do facto de as taxas de juro continuarem a subir mais e durante mais tempo do que noutras regiões, pelo que não se espera que desçam em 2023. Por outro lado, os riscos decorrentes da guerra na Ucrânia e da crise energética são também mais acentuados. A posição de financiamento dos bancos deverá continuar a normalizar-se, com o termo, em junho de 2023, de uma grande parcela do programa TLTRO III do BCE e a maior dependência dos bancos do financiamento do mercado e dos clientes. É provável que os níveis de capitalização se mantenham fortes, apesar de os requisitos regulamentares completos poderem aumentar quando os decisores políticos da UE chegarem a acordo sobre a aplicação das regras finais de Basileia III.

Nos EUA, os benefícios das taxas de juro mais elevadas poderão diminuir mais cedo do que na Europa, mas deverão continuar a ser significativos em 2023. A retoma das emissões no mercado de capitais e da atividade de fusões e aquisições poderá apoiar especialmente os bancos de investimento.

Os bancos da China e do Japão não terão, provavelmente, a vantagem que os bancos ocidentais têm com a subida das taxas de juro. A aceleração da recuperação da economia chinesa após a pandemia do coronavírus pode ajudar o desempenho dos bancos chineses.

Depois de o Reino Unido (RU) deixar a União Europeia, o futuro imediato das suas relações económicas é regido por um acordo comercial, que não abrange os serviços financeiros transfronteiriços. Esses serviços serão regidos por requisitos regulamentares locais ou por acordos ad hoc entre entidades reguladoras das duas jurisdições. O Banco de Inglaterra e a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) assinaram um Memorando de Entendimento com a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) relativo à supervisão das entidades de infraestrutura de mercado. Em princípio, foi acordado um Memorando de Entendimento que estabelece um quadro estruturado para a cooperação regulamentar e o processo de adoção, suspensão e retirada da decisão de equivalência entre o Reino Unido e a UE, mas que ainda não foi ratificado pelo Parlamento Europeu. Até à data, está ativa uma decisão de equivalência limitada no tempo. A Comissão Europeia prorrogou até junho de 2025 a isenção que prevê a continuação do acesso das empresas europeias às contrapartes centrais do Reino Unido. A Comissão Europeia também publicou revisões para um debate mais aprofundado sobre o Regulamento relativo às Infraestruturas do Mercado Europeu. Este facto terá igualmente um impacto na futura organização da compensação na Europa.

2023 será o último ano completo de legislação na Europa antes das eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2024. Isto significa que, se as negociações sobre os dossiers legislativos pendentes, como a implementação do pacote final de Basileia III, as obrigações verdes da UE, os pagamentos imediatos e a Diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros, não forem encerradas, estes dossiers só poderão ser retomados após as eleições para o Parlamento Europeu. O Reino Unido vai avançar com a reforma do seu próprio quadro de serviços financeiros através das reformas de Edimburgo. Durante o ano de 2023, serão publicadas propostas mais pormenorizadas sobre domínios específicos. Esta situação conduzirá a uma divergência entre o Reino Unido e o quadro europeu dos serviços financeiros.

## Grupo Deutsche Bank

O Grupo acredita que a transformação fundamental anunciada em 2019 e concluída no final de 2022 conduziu a uma base sólida para o Grupo e posicionou-o para construir e manter uma trajetória de crescimento sustentável. Em março de 2022, o Deutsche Bank delineou o seu roteiro estratégico e financeiro até 2025, designado por "Global Hausbank", e comunicou as suas metas financeiras e objetivos de capital para 2025.

Os indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank são apresentados na tabela que se segue.

### Indicadores-chave de desempenho

Objetivos financeiros	31 dez 2022	Metas financeiras e objetivos de capital para 2025
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) <sup>1</sup>	9,4%	acima de 10,0%
Taxa de crescimento anual composta de receitas <sup>2</sup>	N/S	3,5 a 4,5 %
Rácio custo/rendimento <sup>3</sup>	74,9%	Inferior a 62,5%
<b>Objetivos de capital</b>		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 <sup>4</sup>	13,4%	~ 13,0 %
Rácio de reembolso capital <sup>5</sup>	36%	50%

<sup>1</sup> Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.

<sup>2</sup> Com base nas receitas líquidas.

<sup>3</sup> Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

<sup>4</sup> O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

<sup>5</sup> Distribuições de 2022 sob a forma de dividendos de ações ordinárias pagos e recompras de ações para cancelamento executadas em 2022 em relação ao resultado líquido de 2021 atribuível aos acionistas.

O Deutsche Bank reafirma os seus objetivos financeiros a atingir até 2025: uma rentabilidade dos capitais próprios tangíveis médios após impostos superior a 10%, um crescimento anual composto das receitas entre 3,5% e 4,5% para o período entre 2021 e 2025, e um rácio custo/rendimento inferior a 62,5%. O banco confirma igualmente os seus objetivos de capital de um rácio de fundos próprios CET1 de cerca de 13% e de um rácio de reembolso de 50% a partir de 2025. Todas as projeções prospetivas abaixo são baseadas nas taxas de câmbio estrangeiras de 31 de janeiro de 2023.

Em 2023, as receitas do Grupo deverão ser ligeiramente mais elevadas em comparação com o ano anterior. O Deutsche Bank prevê que as receitas se situem a meio do intervalo de 28 mil milhões a 29 mil milhões de euros a nível do Grupo, apoiado pela resiliência e pelo potencial de crescimento das suas atividades e pela continuação da dinâmica empresarial. Prevê-se que as receitas do Corporate Bank sejam mais elevadas em 2023, devido às suas iniciativas de crescimento e a novas melhorias no ambiente das taxas de juro. Prevê-se que as receitas do Investment Bank se mantenham essencialmente estáveis em 2023, devido a receitas mais baixas em FIC Sales & Trading, compensadas por receitas significativamente mais elevadas em Geração e Consultoria, principalmente devido a uma recuperação esperada na atividade de Geração de Dívida. As receitas líquidas do Private Bank deverão manter-se essencialmente estáveis. A divisão deverá beneficiar da conjuntura de subida das taxas de juro e da continuação do crescimento da atividade, embora não se preveja que os impactos benéficos de rubricas específicas das receitas e a libertação de certas provisões se repitam em 2023. Na área de Asset Management, espera-se que as receitas sejam ligeiramente inferiores, assumindo a estabilização do mercado.

O Deutsche Bank está a gerir a base de custos do Grupo no sentido do nosso objetivo de relação custo/rendimento para 2025. O Grupo continua altamente concentrado na disciplina de custos e na concretização das iniciativas em curso. O banco espera que os gastos operacionais (excl. juros), bem como os custos ajustados em 2023 se mantenham essencialmente inalterados em comparação com 2022. Prevê-se que os custos em 2023 beneficiem das medidas de eficiência estrutural do banco. Estas medidas incluem a otimização da sua plataforma na Alemanha, a atualização da sua arquitetura tecnológica, a reformulação dos processos "front-to-back" e medidas para aumentar a eficiência das infraestruturas. Espera-se que estes efeitos contrabalancem as contrariedades da inflação e ajudem a financiar investimentos selecionados no crescimento das empresas e no ambiente de controlo.

No âmbito do seu enfoque com a gestão de custos e com a melhoria da eficiência de todo o banco, o Deutsche Bank tem vindo a aplicar, nos últimos anos, metodologias de gestão de custos baseadas em fatores de produção (DBCM) para imputar os custos de infraestrutura às empresas. A recente aplicação da metodologia entrará em vigor a partir do primeiro trimestre de 2023 e tem por objetivo proporcionar uma maior transparência sobre os fatores que determinam os custos das infraestruturas e associa mais estreitamente os custos ao consumo de serviços. Embora o rácio custo/rendimento e a rentabilidade dos capitais próprios tangíveis médios do Grupo não sejam afetados pela alteração das afetações internas, as respetivas métricas divisionais serão alteradas no futuro. Os períodos anteriores serão reexpressos em conformidade. As

secções das Perspetivas por divisão relativas às declarações sobre as despesas não relacionadas com juros e custos ajustados apresentadas abaixo incluem, por conseguinte, as tendências antes e depois da alteração da metodologia.

Para todo o ano de 2023, o Grupo espera que as provisões para perdas de crédito se mantenham essencialmente estáveis em comparação com 2022, num intervalo de 25 a 30 pontos de base dos empréstimos médios, refletindo as persistentes incertezas macroeconómicas e geopolíticas. Como tal, e dada a recente melhoria das perspetivas macroeconómicas, o banco prevê agora que a provisão para perdas de crédito em 2023 se situe no limite inferior deste intervalo. O banco espera que a provisão para perdas de crédito em 2023, ao contrário de 2022, seja impulsionada por perdas de nome único e não por uma deterioração dos indicadores macroeconómicos prospetivos. O Deutsche Bank permanece empenhado nas suas rigorosas normas de subscrição e no seu rigoroso quadro de gestão do risco. Estão disponíveis detalhes mais pormenorizados sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas na secção "Relatório de Gestão: Relatório de Risco".

Espera-se que o rácio Common Equity Tier 1 (rácio CET 1) até ao final do ano 2023 permaneça essencialmente inalterado em comparação com 2022. O Grupo prevê várias decisões regulamentares sobre modelos internos de risco de crédito e de mercado em 2023. Numa base líquida, espera-se que os ativos ponderados pelo risco se mantenham essencialmente estáveis, tendo em conta os impactos dos modelos, as respetivas iniciativas de atenuação e o crescimento do negócio. O Deutsche Bank pretende atingir um rácio de capital Common Equity Tier 1 de cerca de 13% e terminar 2023 com um rácio CET 1 de 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA). O momento em que são tomadas as decisões relativas aos modelos pode determinar a variabilidade do rácio CET1 durante o ano.

O Deutsche Bank está empenhado em entregar dividendos em numerário de crescimento sustentável e, ao longo do tempo, devolver o excesso de capital através da recompra de ações que ultrapasse o necessário para apoiar o crescimento rentável e as próximas mudanças regulamentares através da recompra de ações, sujeito à aprovação regulamentar e à autorização dos acionistas e ao cumprimento dos requisitos da lei empresarial alemã. Para o efeito, sob reserva do cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo, o Conselho de Administração tenciona aumentar o dividendo em numerário por ação em 50% por ano nos próximos 3 anos, a partir dos 0,20 euros por ação pagos no exercício de 2021. Tal traduzir-se-ia em cerca de 3,3 mil milhões de euros de pagamentos de dividendos cumulativos até 2025 relativamente aos exercícios de 2021-2024. Em relação ao exercício financeiro de 2024, o banco pretende alcançar um rácio de pagamento total de 50% a partir de uma combinação de dividendos pagos e recompra de ações executada em 2025; e pretende manter um rácio de pagamento total de 50% nos anos subsequentes. Além da recompra de ações de 0,3 mil milhões de euros, já concluída em 2022, a execução bem-sucedida dos planos estratégicos do Grupo até 2025 apoiaria, portanto, as distribuições cumulativas anteriormente anunciadas aos acionistas sob a forma de dividendos pagos ou de recompra de ações no montante aproximado de 8 mil milhões de euros em relação aos exercícios financeiros de 2021-2025.

Devido à natureza da sua atividade, o Deutsche Bank está envolvido em processos litigiosos, de arbitragem e regulamentares e em investigações na Alemanha e em algumas outras jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Estas questões estão sujeitas a muitas incertezas. Apesar de o Grupo ter resolvido um conjunto de questões legais importantes e de ter alcançado progressos relativamente a outras, prevê a continuação de dificuldades neste contexto de contencioso e execução. Para 2023, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígio está sujeita a muitas incertezas, o Deutsche Bank espera despesas de litígio líquidas inferiores aos níveis observados no ano anterior.

Os riscos para as perspetivas do Grupo incluem potenciais impactos no modelo de negócio decorrentes de incertezas macroeconómicas e geopolíticas, incluindo incertezas associadas à guerra na Ucrânia, possível intensificação da concorrência estratégica entre os EUA e a China, pressões inflacionistas globais devido ao aumento dos preços da energia e das matérias-primas, bem como perturbações contínuas na cadeia de abastecimento, crescimento económico mais lento nos principais países em funcionamento, incluindo o risco de uma recessão mais profunda e mais longa, impacto das alterações nas taxas de câmbio e menor atividade dos clientes. Além disso, a incerteza em torno das políticas dos bancos centrais, por exemplo, o contexto das taxas de juro, a evolução regulamentar em curso, por exemplo, a finalização do quadro de Basileia III, bem como outros riscos de eventos geopolíticos, podem também ter um impacto adverso.

Os custos ajustados, bem como a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio, são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

## Segmentos da atividade do Deutsche Bank

### Corporate Bank

O Corporate Bank espera que a conjuntura das taxas de juro e os progressos realizados nas suas iniciativas apoiem o desempenho em 2023, apesar das incertezas macroeconómicas. Prevê-se que as receitas sejam mais elevadas em comparação com o ano anterior, impulsionadas pelas iniciativas de crescimento e por novas melhorias nas taxas de juro.

Prevê-se que as receitas dos Serviços de Tesouraria para Empresas sejam mais elevadas devido ao forte dinamismo da atividade de Corporate Cash Management e ao crescimento das soluções estruturadas e de fluxo de financiamento do comércio e dos empréstimos. As receitas dos Serviços a Clientes Institucionais deverão manter-se essencialmente estáveis, apoiadas pelo crescimento da atividade e por volumes de depósitos mais elevados. Espera-se que as receitas do Business Banking sejam significativamente mais elevadas em comparação com o ano anterior, principalmente devido ao aumento das taxas de juro na Alemanha.

Prevê-se que a provisão para perdas de crédito se mantenha essencialmente estável em 2023, num intervalo de 25 a 30 pontos de base dos empréstimos médios.

Prevê-se que as despesas não relacionadas com juros e os custos ajustados sejam mais elevados em 2023, em comparação com 2022, refletindo sobretudo maiores afetações de custos de serviços internos. A conformidade regulamentar, a melhoria dos processos Conheça o seu cliente (KYC) e de integração de clientes, a estabilidade do sistema e o controlo e a conduta continuam a ser uma área de forte enfoque. Ajustando o ano anterior à alteração da metodologia DBCM acima referida, o Corporate Bank espera que as despesas não relacionadas com juros e os custos ajustados se mantenham essencialmente estáveis em relação a 2022.

Prevê-se que os RWA no Corporate Bank se mantenham essencialmente estáveis em 2023, uma vez que se espera que os aumentos das atividades de empréstimo sejam compensados por mudanças favoráveis do modelo.

Os riscos para as perspetivas da divisão incluem potenciais impactos no seu modelo de negócio decorrentes de incertezas macroeconómicas e geopolíticas globais, incluindo incertezas associadas à guerra na Ucrânia, menor crescimento económico nos principais países em funcionamento devido às perturbações em curso na cadeia de abastecimento, preços mais elevados da energia e das matérias-primas, bem como incerteza em torno das políticas dos bancos centrais (por exemplo, o ambiente das taxas de juro). Além disso, os desenvolvimentos regulamentares em curso (por exemplo, a finalização do quadro de Basileia III) e os níveis mais baixos de atividade dos clientes podem também ter um impacto adverso.

### Investment Bank

As receitas do Investment Bank deverão permanecer essencialmente estáveis em 2023, em comparação com o exercício anterior. 2022 foi mais um ano forte para o Investment Bank, impulsionado pelo facto de a FIC Sales & Trading ter registado o seu melhor desempenho em termos de receitas numa década. Este facto conseguiu compensar o declínio significativo das receitas de Geração e Consultoria, que registaram uma descida anual de 36% no conjunto das comissões do setor, combinada com a redução dos empréstimos em todo o mercado. Embora a divisão preveja uma recuperação parcial em Geração e Consultoria em 2023, é provável que tal seja largamente compensado por uma normalização em FIC Sales & Trading.

Espera-se que as receitas de FIC Sales & Trading sejam inferiores, face a 2022. A divisão de Rates planeia visar e desenvolver certas áreas do negócio onde vê oportunidades, mas espera uma normalização no mercado, o que significa que é improvável que o negócio repita o desempenho das receitas registado em 2022. A atividade cambial deverá manter a dinâmica do ano anterior, em que regressou à primeira posição no inquérito Euromoney FX. O negócio dos Mercados Emergentes Globais continuará a desenvolver a sua presença *onshore* e as soluções de fluxo de trabalho dos clientes, embora não se espere uma repetição da volatilidade dos ativos em RUB e das receitas associadas observadas em 2022. O Credit Trading tenciona investir em áreas específicas da atividade onde existam oportunidades de crescimento e espera assistir a uma certa melhoria do ambiente geral do setor, que foi difícil durante o ano anterior. A atividade de Financiamento continuará a adotar uma abordagem disciplinada e seletiva na aplicação dos recursos e procurará beneficiar do aumento das taxas de juro observado em 2022.

Prevê-se que as receitas de Geração e Consultoria sejam significativamente mais elevadas em 2023, em comparação com 2022, principalmente devido a uma recuperação prevista na atividade de Geração de Dívida. Os mercados de dívida alavancada e de alto rendimento estiveram em grande parte inativos no segundo semestre de 2022, e a divisão espera assistir a uma recuperação parcial este ano, à medida que o ambiente macroeconómico começa a normalizar. Além disso, a divisão não espera uma repetição das reduções de valor dos empréstimos que ocorreram em todo o setor em 2022. O negócio da dívida com grau de investimento deverá manter o desempenho sólido do ano anterior e continuar a desenvolver as suas

capacidades ESG para os clientes. O segmento de Geração de Ações continuará a oferecer uma oferta competitiva de produtos e espera que o mercado comece a abrir-se novamente ao longo do ano. A Consultoria planeia aproveitar a dinâmica de investimento e os ganhos de quota de mercado no ano anterior, embora a divisão espere que o conjunto de honorários seja afetado pelos níveis reduzidos de volumes anunciados observados no segundo semestre de 2022.

Prevê-se que as provisões para perdas de crédito se mantenham essencialmente estáveis em 2023, num intervalo de 30 a 35 pontos de base dos empréstimos médios.

Em 2023, as despesas não relacionadas com juros, bem como os custos ajustados, deverão ser ligeiramente mais elevados em comparação com o ano anterior, devido à inflação, ao aumento dos custos da contribuição bancária, às iniciativas de crescimento estratégico, incluindo investimentos em pessoas e tecnologia, juntamente com o aumento dos custos relacionados com a regulamentação no âmbito do apoio às infraestruturas e ao aumento das dotações de serviços internos. Ajustando o ano anterior à alteração da metodologia DBCM acima referida, o Investment Bank espera que as despesas não relacionadas com juros e os custos ajustados se mantenham essencialmente estáveis em relação a 2022.

Para 2023, prevê-se que os RWA do Investment Bank sejam ligeiramente mais elevados, devido aos RWA de risco de crédito decorrentes do crescimento das atividades visadas; a inflação regulamentar deverá ser largamente compensada por medidas de atenuação das atividades.

Existem vários riscos para as perspetivas do Investment Bank em 2023, nomeadamente os potenciais impactos no modelo de negócio decorrentes de alterações macroeconómicas, incluindo as incertezas associadas à guerra na Ucrânia, enquanto os efeitos de segunda ordem nos preços da energia e dos produtos alimentares continuarão a ter um impacto significativo nos mercados financeiros. As políticas dos bancos centrais, especificamente em torno das taxas de juro e da continuação da redução das compras de ativos, criam riscos, tal como o atual período de inflação elevada. Adicionalmente, o quadro regulamentar em evolução pode levar a custos de conformidade regulamentar imprevistos e a possíveis atrasos na implementação das medidas de eficiência da divisão, o que pode ter um impacto adverso na sua base de custos. Em termos mais gerais, outros riscos de eventos geopolíticos imprevistos também podem ter um impacto adverso.

## Private Bank

Em 2023, o Private Bank espera beneficiar da conjuntura de subida das taxas de juro e da continuação do crescimento das atividades. O Private Bank espera igualmente que os impactos benéficos de rubricas específicas de receitas e de libertações de certas provisões não se repitam na mesma magnitude que em 2022. Prevê-se que as despesas não relacionadas com juros em 2023 sejam sobrecarregadas pelos contínuos impactos inflacionistas e pelos investimentos, bem como por maiores afetações de custos de serviços internos, que serão em parte compensados por poupanças contínuas resultantes de iniciativas de transformação.

Espera-se que em 2023 as receitas líquidas permaneçam essencialmente estáveis em relação a 2022. A comparação homóloga será afetada pela não ocorrência de um ganho na venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália e por menores receitas provenientes das atividades de reestruturação na Sal. Oppenheim. Prevê-se que as receitas, excluindo estas rubricas específicas, sejam ligeiramente superiores em comparação com 2022, impulsionadas pelos efeitos positivos líquidos do ambiente de subida das taxas de juro e pelo crescimento contínuo das atividades, apesar de um abrandamento previsto do crescimento da carteira hipotecária alemã.

No Private Bank Alemanha, espera-se que as receitas sejam ligeiramente mais elevadas do que em 2022. Espera-se que a margem financeira cresça devido ao aumento das receitas de depósitos, que será largamente compensado pela redução dos benefícios de financiamento, nomeadamente do programa TLTRO do BCE. Prevê-se que as receitas de comissões se mantenham essencialmente estáveis, com aumentos nas receitas de produtos de investimento parcialmente compensados pelos impactos de alterações nas condições contratuais e regulamentares.

Prevê-se que as receitas líquidas do International Private Bank sejam ligeiramente inferiores em comparação com 2022, devido à não recorrência do ganho supramencionado em Itália de aproximadamente 310 milhões de EUR e das receitas das atividades de reestruturação na Sal. Oppenheim, de cerca de 130 milhões de euros. Excluindo estas rubricas específicas, prevê-se que as receitas sejam ligeiramente superiores em termos anuais, refletindo o crescimento contínuo do negócio, apoiado pela contratação prévia de gestores de relações. Espera-se que os impactos positivos do aumento das taxas de juro mais do que compensem o impacto da redução dos benefícios do programa TLTRO do BCE.

O Private Bank pressupõe a continuação do crescimento da atividade em 2023 em termos de empréstimos e ativos sob gestão, prevendo-se que os volumes correspondentes em ativos sob gestão sejam mais elevados em comparação com o final de 2022. Como habitualmente, a evolução global dos volumes dependerá em grande medida dos parâmetros do mercado, incluindo os índices de ações e as taxas de câmbio.

Prevê-se que a provisão para perdas de crédito seja ligeiramente superior em 2023, num intervalo de 20 a 25 pontos de base dos empréstimos médios.

Prevê-se que os RWA se mantenham essencialmente estáveis em 2023, com o crescimento selecionado da carteira de empréstimos a ser parcialmente compensado por otimizações da carteira e atualizações na aplicação dos requisitos regulamentares.

Prevê-se que as despesas não relacionadas com juros sejam mais elevadas em 2023, em comparação com 2022, devido a maiores dotações de custos de serviços internos, à não recorrência de libertações de provisões registadas em 2022 e a maiores despesas de reestruturação para iniciativas de transformação contínuas em 2023. Prevê-se que os custos ajustados sejam ligeiramente superiores em relação ao ano anterior, uma vez que as poupanças contínuas resultantes das iniciativas de transformação não compensarão totalmente os impactos da inflação e das afetações mais elevadas dos custos dos serviços internos. Ajustando o ano anterior para a mudança de metodologia DBCM acima mencionada, o Private Bank espera que as despesas não relacionadas a juros sejam ligeiramente mais altas e que os custos ajustados permaneçam essencialmente estáveis em relação a 2022.

Os riscos para as perspetivas do Private Bank incluem os potenciais impactos no modelo de negócio decorrentes de alterações macroeconómicas, incluindo as incertezas associadas à guerra na Ucrânia, as pressões inflacionistas globais devidas ao aumento dos preços da energia e das matérias-primas, bem como as perturbações em curso na cadeia de abastecimento, a incerteza quanto às taxas de juro, o abrandamento do crescimento económico nos principais países em que opera e a diminuição da atividade dos clientes. A atividade dos clientes pode ser afetada por incertezas do mercado, incluindo volatilidade superior à esperada nos mercados acionista e de crédito. A implementação de requisitos regulamentares, incluindo medidas de proteção e atrasos na implementação de projetos estratégicos ou alterações resultantes de renegociações de contratos podem também ter um impacto negativo nos nossos proveitos, consumo de capital e custos.

## Asset Management

O segmento de Asset Management é constituído principalmente pelos resultados financeiros consolidados da DWS Group GmbH & Co. KGaA, da qual o Deutsche Bank AG detém uma participação maioritária.

Dadas as atuais perspetivas macroeconómicas e os desafios da indústria de gestão de ativos, a DWS pretende concentrar-se em produtos e serviços inovadores onde se possa diferenciar e servir melhor os clientes, mantendo ao mesmo tempo uma abordagem de custos disciplinada à medida que investe no crescimento e na transformação. A DWS espera que a sua base de ativos diversificada continue a proporcionar alguma proteção contra os atuais desafios do mercado. A DWS comprometeu-se com um novo conjunto de objetivos financeiros a médio prazo em dezembro de 2022, como parte da sua estratégia aperfeiçoada.

A divisão de Asset Management espera que os ativos sob gestão sejam mais elevados no final de 2023, em comparação com o final de 2022, com entradas líquidas previstas em áreas de crescimento como Passivos e Alternativos. Este objetivo deve ser reforçado por parcerias estratégicas e inovações de produtos, incluindo novas ofertas ESG. Espera-se que as receitas totais sejam ligeiramente superiores em 2023 em comparação com 2022. Prevê-se que as comissões de gestão sejam ligeiramente inferiores em 2023 em comparação com 2022, com taxas de desempenho e de transações significativamente mais elevadas para compensar outras receitas significativamente inferiores. Além disso, a divisão espera mais investimentos em crescimento e transformação de plataformas, que serão parcialmente compensados pela contínua disciplina de custos. Prevê-se que as despesas não relacionadas com juros se mantenham globalmente estáveis e que os custos ajustados sejam mais elevados em 2023, em comparação com 2022. A alteração da metodologia DBCM acima referida não teve qualquer impacto material no segmento de Asset Management.

Os riscos para as previsões de Asset Management incluem condições macroeconómicas e de mercado, perspetivas de crescimento e o impacto económico continuado da guerra na Ucrânia, que podem afetar negativamente o negócio, resultados de operações ou planos estratégicos. Os níveis elevados de incerteza económica e política a nível mundial, o protecionismo e as políticas anticomerciais, podem ter consequências imprevisíveis na economia, na volatilidade do mercado e na confiança dos investidores, o que pode levar a declínios nos negócios e pode afetar as receitas. Adicionalmente, o quadro regulamentar em evolução pode levar a custos de conformidade regulamentar imprevistos e a possíveis atrasos na implementação das medidas de eficiência, o que pode ter um impacto adverso na base de custos da divisão.

## Capital Release Unit

Tendo cumprido o seu mandato de redução de riscos e de custos de 2019 até ao final de 2022, a Capital Release Unit deixará de ser registada como um segmento separado, com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. A sua restante carteira, recursos e colaboradores serão reportados no segmento Corporate & Other. Os restantes ativos da Capital Release Unit

serão amortizados ao longo do tempo. Trata-se, na sua maioria, de derivados de taxa de juro, mas também incluem a carteira hipotecária da Polónia e alguns outros ativos FIC & Equities.

## Corporate & Other

Tal como acima referido, a rubrica "Corporate & Other" incluirá o impacto financeiro da Capital Release Unit a partir de 2023.

O segmento "Corporate & Other" continuará a reter certos custos transitórios relacionados com o quadro de preços de transferência do Grupo. Além disso, haverá encargos relacionados com as atividades herdadas da fusão do DB Privat- und Firmenkundenbank AG no Deutsche Bank AG. Em conjunto, prevê-se que ambas as rubricas tenham um impacto negativo em C&O de aproximadamente 0,3 mil milhões de euros em 2023. O segmento "Corporate & Other" continuará também a reter as despesas dos acionistas, que deverão rondar os 0,5 mil milhões de euros para todo o ano de 2023, e a registar a reversão dos juros de participações minoritárias, principalmente da DWS. Adicionalmente, os resultados na área de Corporate & Other continuarão a ser influenciada pelas diferenças de avaliação e de calendário em posições que estão economicamente cobertas mas que não estão em conformidade com os requisitos para a contabilidade de cobertura. No total, prevê-se que o segmento "Corporate & Other" gere um prejuízo antes de impostos em 2023.



## Riscos e oportunidades

A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que o Grupo antecipa nas suas "perspetivas".

As aspirações do Grupo estão sujeitas a vários fatores externos e internos, alguns dos quais não pode influenciar. A realização bem-sucedida das metas e aspirações estratégicas do Grupo pode ser negativamente afetada pela redução das capacidades geradoras de receitas de alguns dos nossos negócios essenciais, se se verificar uma cristalização dos riscos macroeconómicos e de mercado. Estes riscos incluem, entre outros, a persistência de tendências inflacionistas e de subida das taxas de juro diretas, a continuação da guerra na Ucrânia, a deterioração do ambiente macroeconómico, os riscos geopolíticos elevados, os ventos contrários contínuos colocados pelas reformas regulamentares e os efeitos nos processos judiciais e regulamentares do banco. Em 2022, o risco de uma recessão económica mais pronunciada na Europa em resultado da escassez de gás foi um dos principais pontos de atenção, embora as pressões tenham diminuído substancialmente nos últimos meses. No entanto, os impactos inflacionistas do aumento dos preços da energia colocaram a estrutura de custos das empresas, incluindo a do Grupo, sob uma pressão adicional e é provável que a procura de aumentos salariais se mantenha elevada por enquanto. Globalmente, estas tendências continuam a gerar elevados níveis de incerteza e podem provocar flutuações nos resultados das operações, nos planos estratégicos e nos objetivos financeiros do Grupo.

Podem surgir oportunidades se as condições macroeconómicas e o ambiente da inflação e das taxas de juro melhorarem para além dos níveis atualmente previstos, conduzindo a receitas mais elevadas e melhorando a capacidade do Grupo para atingir os seus objetivos financeiros. Simultaneamente, níveis mais elevados de inflação e de taxas de juro, bem como a volatilidade do mercado, poderão conduzir a um aumento das receitas provenientes dos fluxos de negociação e a um aumento do rendimento líquido de juros e das margens de crédito. Ao concentrar-se e investir nas áreas de pontos fortes do Deutsche Bank, a implementação da sua estratégia pode criar novas oportunidades se for implementada em maior medida ou em condições mais favoráveis do que as atualmente previstas.

## Riscos

### Condições macroeconómicas e de mercado

Vários riscos macroeconómicos e de mercado, incluindo uma atividade económica mais fraca, a conjuntura das taxas de juro e uma maior concorrência no setor dos serviços financeiros, podem afetar negativamente o ambiente empresarial e os resultados operacionais do Deutsche Bank.

A continuação da guerra na Ucrânia e o aumento das pressões inflacionistas a nível mundial devido ao aumento dos preços da energia, bem como as perturbações na cadeia de abastecimento, levaram a uma revisão significativa em baixa das previsões de crescimento mundial para 2023 e 2024. Os principais bancos centrais responderam com uma política monetária mais restritiva e as taxas de juro do mercado aumentaram significativamente em 2022, num período de volatilidade muito elevada do mercado. A probabilidade de uma desaceleração económica, pelo menos moderada, continua a ser elevada, uma vez que estes efeitos e as condições financeiras mais restritivas pesam sobre a atividade económica, incluindo na economia dos EUA, uma vez que a Reserva Federal lidera o ciclo global de aperto. Algumas das principais economias europeias entraram em contração económica no quarto trimestre de 2022, principalmente devido ao choque do custo de vida para o consumo privado decorrente do forte aumento dos preços da energia e dos alimentos. As taxas de rendibilidade das obrigações retomaram a trajetória ascendente no quarto trimestre, com os participantes no mercado a aumentarem as expectativas quanto às taxas de juro diretas finais da Reserva Federal e do BCE. Esta situação poderá conduzir a um aumento das perdas, incluindo provisões mais elevadas para perdas de crédito, e poderá afetar substancial e negativamente os resultados operacionais, os objetivos financeiros e os custos previstos do Deutsche Bank. Uma inflação mais persistente e taxas de juro terminais mais elevadas poderão também travar as despesas dos consumidores e os investimentos dos clientes privados e conduzir a uma redução dos novos empréstimos para financiamento do consumo e/ou empréstimos hipotecários privados.

A subida das taxas de juro pode também conduzir a riscos de refinanciamento e a potenciais descidas de notação em toda a carteira de clientes do banco, sendo provável que as taxas de incumprimento das empresas aumentem em 2023 e 2024, à medida que os lucros dos clientes diminuam. Este tipo de ambiente pode também conduzir a um maior número de incumprimentos idiossincráticos. Além disso, a inflação, as taxas de juro e a volatilidade do mercado (incluindo os efeitos secundários devidos a problemas na cadeia de abastecimento) podem conduzir a reduções do valor das garantias, com riscos relacionados com as recuperações em caso de liquidação e, por conseguinte, impactos mais elevados nas provisões para perdas de crédito. Isto é particularmente relevante nos casos em que o financiamento é baseado em ativos e sem recurso a terceiros. Por conseguinte, o banco poderá registar provisões para perdas de crédito superiores às previstas.

Graças ao clima relativamente ameno e a uma melhor preparação, o risco de um novo aumento dos preços da energia ou de escassez física diminuiu no quarto trimestre de 2022, mas continua a ser um risco negativo para as empresas e as famílias europeias em 2023 e 2024. Antes da guerra na Ucrânia, a Rússia era responsável por cerca de 40% do abastecimento de gás natural da UE, com uma dependência maior da Alemanha e de alguns outros países. No final de 2022, a dependência da UE em relação ao gás russo terá sido reduzida para cerca de 9% do abastecimento total. Apesar da queda acentuada das entregas de gás russo, os níveis de armazenamento de gás da Alemanha e da UE em geral continuaram a aumentar no quarto trimestre de 2022, devido à redução da utilização por parte das grandes empresas e dos agregados familiares. Os preços do gás natural na Europa voltaram aos níveis registados antes da guerra na Ucrânia. No contexto da recente melhoria das perspectivas, o banco também considera que o risco de uma potencial escassez de gás ou da necessidade de racionamento de energia no Inverno de 2023/2024 é mais baixo, mas os riscos negativos não podem ser totalmente descontados e podem ter um impacto significativo no banco devido aos impactos diretos nos incumprimentos dos clientes e aos efeitos de segunda ordem no crescimento económico.

As indústrias que podem ser afetadas pelo racionamento de energia, em combinação com as restrições existentes na cadeia de abastecimento e os elevados preços das matérias-primas, incluem, entre outras, a indústria transformadora, a indústria automóvel, a construção, a indústria química, a siderurgia, a metalurgia e a indústria mineira, bem como infraestruturas críticas como os serviços públicos, os transportes e a agricultura. Embora a maioria dos clientes do Deutsche Bank, especialmente os maiores, se considere adequadamente posicionada, alguns clientes estão a sofrer uma pressão mais aguda sobre as vendas e as margens. Além disso, os clientes privados e as famílias ainda não sentiram o impacto total dos aumentos dos preços da energia devido às medidas de apoio do governo e poderão enfrentar dificuldades crescentes de reembolso se os preços da energia e a inflação em geral se mantiverem elevados.

Outro domínio fundamental de incerteza diz respeito à China. O governo anunciou uma rápida flexibilização das restrições à COVID-19, o que levou a um aumento notável dos casos de COVID-19. Prevê-se que a atividade económica melhore significativamente após a COVID-19, mas subsistem algumas contrariedades. Os controlos de exportação de grande alcance recentemente anunciados pelos EUA sobre bens de alta tecnologia, incluindo semicondutores avançados para a China, poderão prejudicar o potencial de crescimento a longo prazo do país. Além disso, continuam a existir preocupações quanto à possibilidade de uma deterioração generalizada e persistente do setor imobiliário altamente alavancado da China, apesar das medidas de apoio governamentais recentemente anunciadas. Temos assistido a numerosas ações de notação por agências externas – sendo que alguns dos nomes que registaram uma deterioração significativa da notação foram até há pouco tempo classificados como de investimento – e uma escassez generalizada de liquidez para o setor. A estabilização da economia tornou-se uma prioridade fundamental para o governo chinês, mas os riscos de contínuas restrições de liquidez e incumprimentos selecionados, no setor imobiliário, continuam a ser elevados. Sendo uma grave desvantagem, isto pode levar a um contágio mais amplo através de empresas mais fracas, o que poderia conduzir a provisões de crédito mais elevadas.

Ao longo de 2022, a evolução do mercado e das taxas teve impacto na capacidade do Grupo para distribuir e reduzir o risco dos compromissos dos mercados de capitais, tornando a fixação de preços, a cobertura e a distribuição de transações mais difíceis. Embora o Grupo faça uma gestão ativa dos riscos sistémicos, registou atrasos na redução do risco de compromissos individuais e sofreu perdas relacionadas com a avaliação a preços de mercado em 2022, devido ao aumento dos spreads de crédito e das taxas de juro. O Grupo poderá registar perdas adicionais em 2023 se os mercados se deteriorarem, conduzindo a uma menor liquidez do mercado e à aversão ao risco por parte dos investidores. No entanto, o risco de queda das receitas e do capital é considerado gerível, e o Grupo continua a aplicar estratégias de cobertura para gerir o negócio dentro da sua apetência pelo risco.

Globalmente, quer isoladamente, quer em combinação com outros fatores de risco, como uma escalada das tensões entre a China e Taiwan, os riscos acima referidos podem conduzir a uma deterioração da qualidade da carteira do Grupo e a perdas de crédito e de mercado superiores às previstas. Esta situação poderá também conduzir a uma descida da notação dos clientes, o que levará a um aumento dos níveis de provisionamento, bem como a um aumento do número de clientes que recorrem a facilidades de crédito, o que conduzirá a maiores exigências de capital e de liquidez. Haveria também um risco mais elevado de incumprimentos idiossincráticos. Uma maior volatilidade nos mercados financeiros poderia conduzir a um aumento das margens de avaliação, a um aumento no risco do mercado de RWA e a reservas de avaliação elevadas.

Estes desenvolvimentos podem também afetar as capacidades de geração de receitas e os custos do Deutsche Bank, ao passo que as quedas e a volatilidade do mercado podem ter um impacto negativo no valor dos instrumentos financeiros, gerar volatilidade na avaliação do banco e diferenças temporais e resultar em imparidades de ativos não financeiros. Este aspeto é particularmente relevante, uma vez que uma diminuição da liquidez dos mercados financeiros exacerbaria a volatilidade dos preços e o risco de tensões mais amplas no mercado. A volatilidade do mercado, que também pode ser desencadeada por decisões políticas inesperadas ou erros políticos, e o ambiente macroeconómico difícil também podem levar a um aumento dos riscos inerentes a vários riscos não financeiros, incluindo o processamento de transações, a fraude interna e externa e os riscos de conduta, incluindo tentativas de ocultar perdas e maiores tentativas de litígio por parte dos clientes.

Outra área de incidência são os mercados de crédito privados, que incluem certas atividades de instituições financeiras não bancárias. O setor das instituições financeiras não bancárias é extremamente vasto, não existindo uma definição coerente, bem como diversos perfis de risco e vulnerabilidades. A falência de uma ou de várias instituições financeiras não bancárias de maior dimensão pode conduzir a perdas diretas para os bancos, incluindo o Deutsche Bank e outros credores/fornecedores de capital. A instabilidade generalizada do mercado, com o aumento das taxas, a aversão ao risco, a falta de liquidez do mercado e o abrandamento económico, aumentam a probabilidade de ocorrência de falências, à medida que os rendimentos diminuem e os investidores reafetam o capital. As abordagens internas de gestão do risco são proporcionais ao perfil de risco das exposições subjacentes ao risco de contraparte e ao risco de concentração e, embora o banco não tenha registado quaisquer perdas dignas de nota no passado, poderá vir a registá-las no futuro.

O ecossistema dos criptoativos registou uma volatilidade significativa em 2022 e continua a comportar riscos inerentes significativos. Os riscos para o setor financeiro incluem perdas potenciais decorrentes de crimes financeiros elevados, riscos regulamentares, jurídicos, de segurança da informação e tecnológicos, entre outros. Além disso, os criptoativos comportam um risco extremo de volatilidade dos preços, carecem frequentemente de transparência, têm uma liquidez pouco desenvolvida e podem ser suscetíveis de manipulação do mercado. As atividades do Deutsche Bank relacionadas com as criptomoedas e as exposições diretas ao risco são extremamente limitadas e o risco de contágio mais vasto para os mercados financeiros é ainda considerado limitado. Apesar dos riscos atualmente colocados pelos criptoativos, o banco está ciente da inovação que está a ocorrer neste espaço e está a considerar possíveis oportunidades para alavancar os benefícios da tecnologia subjacente e responder às necessidades dos clientes.

Uma parte substancial dos ativos e passivos no balanço do Grupo inclui instrumentos financeiros que são escriturados pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado destas alterações, o Grupo incorreu em perdas no passado e poderá incorrer em mais perdas no futuro. O Grupo está exposto a riscos relacionados com os movimentos das taxas de câmbio, sobretudo em relação ao USD e à GBP. O banco também contabiliza uma parte substancial dos ativos e passivos a custos amortizados. O justo valor destes ativos pode ser inferior ao seu valor contabilístico e pode resultar em perdas realizadas se o ativo for vendido antes do vencimento.

Do mesmo modo, o risco de liquidez pode decorrer de um valor e viabilidade comercial inferior das reservas de liquidez do Deutsche Bank, afetando o montante das receitas disponíveis para cobrir as saídas de caixa durante um evento de esforço. Podem ser incorridas margens de avaliação (haircuts) adicionais para além de valores de ativos já em imparidade. Além disso, os valores mobiliários podem perder a sua elegibilidade como garantia necessária para aceder às facilidades do Banco Central, bem como o seu valor no mercado de recompra/financiamento por grosso. Simultaneamente, a posição de liquidez do Grupo pode também ser prejudicada em situações em que a sua contraparte, por exemplo, num contrato de derivados, não cumpra a sua obrigação de prestar garantias, caso em que o banco tem de cobrir o défice através de outros meios.

O Grupo está exposto a riscos de pensões que podem afetar significativamente a mensuração das obrigações do Deutsche Bank com pensões, incluindo riscos de taxas de juro, inflação e longevidade que podem afetar significativamente os seus ganhos.

Se vários riscos descendentes se materializarem e/ou ocorrerem simultaneamente em combinação com uma desaceleração económica mais pronunciada, o impacto negativo no ambiente de negócios do Deutsche Bank poderá ser mais grave do que o atualmente esperado.

## Riscos políticos

Vários riscos e eventos políticos e geopolíticos podem afetar negativamente o ambiente de negócios do Deutsche Bank, incluindo uma atividade económica mais fraca, correções nos mercados financeiros, riscos de conformidade ou um nível de taxas de juro mais baixo.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma ação militar em larga escala contra a Ucrânia. Em resposta a esta ação, o Ocidente começou a impor sanções de base alargada (incluindo sanções de congelamento/bloqueio de ativos) contra a Rússia e a Bielorrússia. O quadro de sanções continua dependente da evolução da guerra na Ucrânia, sendo possível que sejam impostas a curto prazo novas sanções secundárias diretas ou indiretas. É igualmente provável que as atuais sanções significativas continuem em vigor e que possam ser introduzidas novas restrições, embora o banco considere que as que afetam mais diretamente as instituições financeiras já foram impostas. A escala sem precedentes das sanções anunciadas até à data, nem todas totalmente alinhadas entre jurisdições, aumentou significativamente a complexidade operacional, incluindo o risco de cometer erros na gestão das atividades quotidianas no âmbito do ambiente de sanções em rápida evolução. Novas sanções, bem como contramedidas por parte do governo russo, poderiam também resultar em diferenças entre a aplicação / implementação local de requisitos relevantes pelo Deutsche Bank Moscovo e pelo Grupo Deutsche Bank (o Deutsche Bank Moscovo teria de cumprir a lei local). Subsequentemente, isto criaria situações de conflito de leis e determinadas isenções teriam de ser aplicadas. As sanções e as contramedidas russas podem também dificultar a liquidação de transações e/ou relações que o banco pretenda ou necessite de abandonar em resultado da guerra na Ucrânia, dentro dos prazos previstos nas licenças ou autorizações. Em termos mais gerais, existe um risco crescente de que a Rússia recorra

à guerra assimétrica e de que a Rússia ou intervenientes terceiros tomem medidas de retaliação contra o Ocidente, o que poderia afetar direta ou indiretamente o banco e as suas operações.

O Deutsche Bank utiliza recursos tecnológicos internos na Rússia, que contribuem para o desenvolvimento de uma série de aplicações críticas do banco, enquanto o Deutsche Bank Moscovo também recorre a alguns recursos do Grupo. O Grupo está sujeito ao risco de que a sua capacidade de utilizar estes recursos tecnológicos possa ser prejudicada ou perdida, por exemplo, devido a sanções adicionais do Ocidente, ações iniciadas pelo Estado russo ou ações de gestão. Além disso, a prestação de serviços bancários às filiais locais de empresas internacionais pode ser afetada negativamente se a sua filial operacional na Rússia for afetada.

Em 2022, o Deutsche Bank utilizou estruturas de governação específicas, incluindo a Gestão Global e Regional de Crises, para gerir a crise. O impacto da situação atual, tanto do ponto de vista do risco financeiro como não financeiro, permanece incerto e, embora as suas exposições financeiras diretas à Rússia e à Ucrânia estejam contidas e tenham sido reduzidas ao longo de 2022, os efeitos de ordem superior podem materializar-se num cenário negativo, afetando a capacidade do Grupo para atingir os seus objetivos declarados. O contexto regulamentar ou outras restrições, incluindo sanções impostas, podem resultar na inviabilização das suas atividades comerciais relacionadas com a Rússia ou na perda de controlo sobre os seus ativos. Apesar das políticas de continuidade empresarial e de gestão de crises atualmente em vigor, o conflito também coloca desafios relacionados com o pessoal, bem como com a perda de continuidade empresarial, o que pode perturbar os seus negócios e conduzir a perdas significativas.

As implicações geopolíticas mais vastas da guerra na Ucrânia permanecem incertas. A médio e longo prazo, o Fundo Monetário Internacional, entre outros, salientou o impacto potencial da desglobalização no nível de vida e no crescimento. Face a este cenário, as tensões entre os EUA e a China continuam elevadas em muitas áreas, incluindo questões comerciais e tecnológicas, Hong Kong, Taiwan, direitos humanos e segurança cibernética. Os EUA impuseram sanções selecionadas, bem como restrições à exportação e ao investimento a empresas e funcionários chineses, e a China impôs sanções a determinadas empresas e funcionários americanos e introduziu um quadro para o bloqueio de regulamentos destinados à aplicação extraterritorial de sanções contra a China. Do mesmo modo, a UE impôs sanções à China em relação a questões de direitos humanos, as quais foram retribuídas pela China. Essas medidas levantam potenciais desafios de conformidade regulamentar e conflitos de leis, e os impactos podem ser materiais e adversos. Embora o Grupo não considere um conflito militar entre a China e Taiwan como cenário de base a curto prazo, os potenciais impactos negativos de uma escalada são significativos e podem afetar de forma substancial e adversa os resultados operacionais e os objetivos financeiros previstos pelo Deutsche Bank. Do mesmo modo, à semelhança do que se observou no contexto da Rússia, a intensificação das tensões poderá conduzir a uma maior polarização económica com a emergência de blocos distintos liderados pela China e pelos EUA, com impactos potenciais difíceis de prever.

Outros riscos geopolíticos, que podem ter um impacto negativo no ambiente de negócios do banco e nos seus objetivos financeiros, incluem uma escalada da guerra na Ucrânia e/ou o aumento das tensões políticas no Médio Oriente, que podem fazer subir ainda mais os preços da energia. O Irão acusou os países estrangeiros de fomentarem os protestos antigovernamentais em curso, enquanto a sua repressão violenta e o alinhamento mais estreito de Teerão com a Rússia diminuem a probabilidade de um relançamento bem sucedido do acordo nuclear com o Irão. Estes desenvolvimentos poderão aumentar o risco de conflito na região.

Em muitos países democráticos, os desafios políticos internos resultam da crescente polarização política, do aumento do descontentamento social e do aumento da inflação. Estes desafios podem dificultar os processos de decisão política, impedir a realização das reformas estruturais necessárias e conduzir a resultados económicos negativos que podem ter um impacto direto ou indireto no perfil de risco do banco. Nos Estados Unidos, o Congresso tem de aumentar o limite da dívida ainda este ano para evitar um incumprimento técnico soberano sem precedentes. Com um Congresso dividido, poderá estar iminente um novo confronto que poderá conduzir a uma maior volatilidade do mercado, mesmo que se consiga evitar um incumprimento técnico. Na Europa, o choque dos preços da energia poderá ameaçar a competitividade internacional das indústrias de elevada intensidade energética. Embora os mercados de trabalho se tenham mantido robustos até à data, a pressão sobre as finanças públicas poderá aumentar, uma vez que as crescentes necessidades de despesa com políticas de proteção do clima e equipamento militar para fazer face a ameaças externas se vêm juntar a medidas para financiar políticas de coesão social, enquanto os preços da energia se mantêm elevados e o crescimento económico permanece anémico.

A incerteza e os riscos económicos negativos associados diminuíram ao longo dos três anos desde que o Reino Unido deixou o mercado único e a união aduaneira da UE. O Deutsche Bank tem conseguido continuar a servir os clientes baseados no EEE (Espaço Económico Europeu) graças ao seu programa de transferência de reservas de clientes do EEE para o Deutsche Bank AG Frankfurt, que foi concluído antes do final de 2020. O pessoal de vendas e cobertura estão em funções nos estados-membros da UE para assegurar que toda a atividade regulada relacionada com clientes do EEE é executada no âmbito das novas leis de licenciamento pós-Brexit. No entanto, continua a existir alguma incerteza, uma vez que as negociações entre o Reino Unido e a UE continuaram no que diz respeito aos serviços financeiros não amplamente cobertos pelo acordo existente. Anúncios feitos na primeira metade de 2022 da comissão da UE, confirmando uma extensão aos atuais acordos de

equivalência temporária para a CCPs (Central Clearing Counterparties) do Reino Unido até junho de 2025, eliminaram o risco de o acesso à compensação do Reino Unido ser negado às empresas da UE a partir de junho de 2022 (quando a extensão anterior expirou). Sem equivalência entre os regimes da UE e do Reino Unido para Serviços Financeiros, o banco estará restringido na sua capacidade de fornecer serviços financeiros de e para o Reino Unido. As discussões sobre a natureza desta extensão e o resultado final em junho de 2025 continuarão em 2023. A Comissão informou que as empresas não devem esperar uma nova prorrogação da equivalência temporária em 2025 e devem planejar em conformidade. Com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2022, o Deutsche Bank é autorizado pela Autoridade de Regulação Prudencial e está sujeito à regulamentação da Autoridade de Conduta Financeira e à regulamentação limitada da Autoridade de Regulação Prudencial.

## Estratégia

A estratégia do Grupo, apresentada no Investor Deep Dive de 10 de março de 2022, forneceu metas e objetivos financeiros do Grupo e das divisões para o período até 2025. Embora o Grupo planeie e se adapte continuamente a situações em mudança, corre o risco de que uma deterioração significativa do ambiente operacional global possa levá-lo a não atingir os objetivos comunicados publicamente, a incorrer em perdas inesperadas, incluindo novas imparidades e provisões, a registrar uma rentabilidade inferior à planeada ou uma erosão da sua base de capital e da sua situação financeira geral, o que terá um efeito adverso significativo nos resultados operacionais e na cotação das ações do Deutsche Bank. Isto inclui também o risco de o Deutsche Bank não poder fazer as distribuições de lucros desejadas aos seus acionistas, que estão sujeitas à capacidade do Deutsche Bank AG ao abrigo das demonstrações financeiras autónomas, de acordo com as regras contabilísticas alemãs (HGB). Caso tais objetivos reflitam também os compromissos assumidos com os reguladores, a sua falta pode também desencadear a adoção de medidas por parte desses reguladores ou agências de notação. Nessas situações, o Grupo teria de tomar medidas para assegurar o cumprimento dos seus objetivos de capital mínimo. Essas ações ou medidas podem resultar em efeitos adversos nos negócios do Grupo, resultados de operações ou planos e metas estratégicas.

A guerra na Ucrânia e o seu impacto contínuo na economia global, bem como outros desenvolvimentos macroeconómicos, incluindo perturbações na cadeia de abastecimento global, a incerteza quanto às perspetivas de inflação e às taxas de juro, podem afetar a capacidade do Grupo para cumprir os seus objetivos financeiros e não financeiros. Embora a contenção monetária por parte dos bancos centrais possa apoiar a evolução das margens de juro, os volumes de clientes em segmentos de mercado selecionados poderão diminuir. Uma nova escalada das tensões geopolíticas poderá resultar numa maior volatilidade do mercado, afetar negativamente as perspetivas económicas dos principais mercados e aumentar a complexidade das empresas transfronteiriças. As medidas de apoio governamentais podem reduzir o impacto de uma potencial recessão económica nos principais mercados do Grupo.

O Deutsche Bank opera em mercados altamente competitivos em todos os setores de atividade. A capacidade de mobilizar capital e financiar investimentos é um importante fator de sucesso. O Grupo acompanha e reage continuamente à evolução da concorrência para proteger a sua posição no mercado e aproveitar as oportunidades de crescimento. Neste contexto, os concorrentes incluem grandes bancos internacionais, bancos nacionais de menor dimensão, bem como concorrentes emergentes não bancários.

As condições do mercado de trabalho tornaram-se significativamente mais restritivas e foram particularmente competitivas na Índia e nos EUA. As taxas de desgaste em 2022 foram superiores a 2021 em todas as regiões. Estes efeitos, juntamente com pedidos dos reguladores para demonstrar moderação nos níveis de remuneração que o Grupo pode oferecer, poderão colocar o Grupo em desvantagem no que respeita a atrair e reter colaboradores com talento. De um modo mais geral, o aumento da inflação mundial, que só deverá abrandar lentamente em 2023 e 2024, pode exercer pressão sobre as despesas não relacionadas com juros e sobre a capacidade do Grupo para cumprir os objetivos em matéria de custos.

O Grupo comunicou vários objetivos de capital na secção "Estratégia". Um deles diz respeito ao rácio CET 1, em que o Deutsche Bank tem como objetivo manter um rácio CET 1 não inferior a 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) do banco - com alguma variabilidade possível em 2023. A evolução do rácio de fundos próprios do Grupo reflete, entre outros aspetos: o desempenho operacional das atividades principais; a dimensão dos custos de reestruturação e a concretização dos benefícios associados às iniciativas de mudança, incluindo, por exemplo, os programas de otimização "front-to-back"; os custos relacionados com potenciais litígios e ações de aplicação da regulamentação; o crescimento da utilização do balanço das atividades principais; as alterações nas contas de impostos e pensões do banco; os impactos em Outro Rendimento Integral; e as alterações na regulamentação e nas normas técnicas regulamentares.

O Banco pode também ter dificuldades em vender negócios ou ativos a preços favoráveis, ou em vendê-los de todo, e podemos registar perdas significativas devido a estes ativos e outros investimentos, independentemente da evolução do mercado, ou podemos não conseguir fechar as transações ao abrigo de contrato.

O Grupo celebra contratos e cartas de intenção no contexto da sua transformação em curso, bem como no decurso normal dos negócios. Quando estes são de natureza preliminar ou condicional, o Grupo está exposto ao risco de não resultar na execução do acordo final ou na consumação do acordo proposto, colocando em risco os benefícios associados a tais acordos.

Tudo o que foi acima exposto poderia ter um impacto significativo no rácio CET 1 do Grupo, bem como noutros rácios visados. Por conseguinte, é possível que o banco fique aquém, por exemplo, do objetivo do rácio CET 1 de, pelo menos, 200 pontos de base acima do limiar de MDA do banco, do objetivo do rácio custos/rendimentos ou do objetivo de rentabilidade após impostos dos fundos próprios tangíveis médios, conforme salientado na secção "Estratégia" do presente relatório.

## Riscos de liquidez e financiamento

Em 12 de outubro de 2022, a Moody's melhorou todas as notações do Deutsche Bank em um nível, incluindo as notações dos depósitos a longo prazo para A1 (de A2) com perspectiva estável, o nível mais elevado desde 2012. Em setembro de 2022, a Fitch confirmou o rating de incumprimento do emitente a longo prazo do Deutsche Bank AG em 'BBB+' e o seu rating de viabilidade em 'bbb+', com uma perspectiva positiva para todos os ratings. As notações de crédito a longo prazo do DB para as outras duas agências de notação continuam a ser A+ (com perspectivas estáveis) na S&P e A elevado (com perspectivas positivas) na DBRS Morningstar.

Apesar de fortes notações de crédito, os riscos potenciais do Deutsche Bank permanecem que a sua liquidez, as atividades de negócio e a rentabilidade podem ser afetadas de forma adversa pela incapacidade de aceder ao mercado de capitais de dívida e fundos das suas subsidiárias ou de vender ativos durante períodos de restrições de liquidez em todo o mercado ou específicas de algumas empresas. Esta situação pode surgir devido a circunstâncias não relacionadas com as suas atividades, como as atuais condições geopolíticas ou macroeconómicas e, por conseguinte, fora do seu controlo. Por exemplo, o atual ambiente geopolítico e económico teve um impacto adverso nos níveis de spread de crédito do Deutsche Bank, com níveis mais elevados de taxas de juro que conduziram a custos elevados de empréstimos (especialmente para financiamento a curto prazo).

O aperto quantitativo dos bancos centrais, como forma de gerir a inflação, conduziu ao aumento das taxas de juro. Isto, por sua vez, está a reduzir a oferta de moeda, aumentando a pressão sobre os mercados de financiamento e pode ter impacto nas avaliações dos ativos líquidos. Se a inflação persistir, poderá ser necessário um aperto ainda maior por parte do Banco Central, o que poderá desencadear um abrandamento económico significativo na Europa e nos EUA e conduzir a um aumento dos incumprimentos nas empresas. Consequentemente, podem ocorrer perturbações nos mercados financeiros ou circunstâncias específicas do Grupo, como a relutância das contrapartes em financiar as operações do banco devido à perceção da solidez financeira do banco resultante de litígios, questões regulamentares, fragilidades reais ou sentidas nas atividades, no modelo de negócio ou na estratégia do banco, bem como na resiliência do banco para fazer face a condições económicas e de mercado negativas. O BCE pode também alterar os termos dos seus instrumentos de política monetária, o que poderá ter um impacto negativo na evolução das receitas do Deutsche Bank, alterar a sensibilidade do banco às taxas de juro e afetar a formação de preços no mercado em geral.

Além disso, a persistência de níveis elevados de inflação e de preços no consumidor pode levar a uma diminuição dos níveis de depósitos nos principais mercados de retalho do Deutsche Bank, uma vez que os consumidores utilizam as suas poupanças para compensar o aumento das despesas. Esta situação poderá fomentar a concorrência de preços entre os bancos no que se refere aos depósitos de retalho, aumentando os custos de financiamento do Deutsche Bank, bem como exercer uma maior pressão sobre o volume dos seus depósitos de retalho, que constituem uma das principais fontes de financiamento do banco.

O Deutsche Bank continua a acompanhar a situação na Ucrânia, bem como quaisquer impactos económicos secundários resultantes de vários fatores (incluindo o aprovisionamento energético e as sanções económicas), que poderão ter um impacto na posição financeira e de liquidez do Deutsche Bank. Atualmente, os indicadores de liquidez do Grupo permanecem robustos e, em grande medida, não foram afetados, proporcionando uma base sólida para gerir a crise atual.

A evolução macroeconómica incerta pode afetar negativamente a capacidade do Deutsche Bank para efetuar transações cambiais devido à volatilidade dos mercados cambiais ou se as contrapartes estiverem preocupadas com a sua capacidade para cumprir as condições de transação acordadas e, por conseguinte, procurarem limitar a sua exposição. Além disso, o aumento dos desfasamentos cambiais no balanço do banco pode levar a um aumento das saídas de garantias quando o euro (a sua moeda local) se desvaloriza substancialmente em relação a outras moedas importantes e pode levar a dificuldades em apoiar as necessidades de liquidez em diferentes moedas.

No âmbito dos riscos emergentes, os pagamentos digitais e as cadeias de blocos são avaliados como áreas que podem ter impacto na profundidade e na volatilidade da liquidez e do financiamento do mercado e podem ter um impacto temporário no custo do financiamento, afetando assim negativamente a rentabilidade.

O Rácio de Cobertura de Liquidez e o Rácio de Financiamento Estável Líquido do Deutsche Bank permanecem bastante acima do mínimo regulamentar, mas os fatores de risco, como a evolução geopolítica ou macroeconómica e os respetivos impactos económicos, podem exercer pressão sobre os indicadores de liquidez e conduzir a saídas de liquidez e de financiamento.

## Reformas, avaliações e processos de fiscalização regulamentar

As reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta às debilidades identificadas durante a última crise do setor financeiro, juntamente com um aumento do controlo regulamentar e discricionário, irão impor custos materiais ao banco, criar incertezas significativas e podem afetar adversamente os planos de negócios do Grupo, assim como a capacidade de executar os seus planos estratégicos. Essas alterações que requeiram que o banco mantenha um maior capital podem afetar significativamente o modelo de negócio do banco, a sua condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial mais em geral.

Várias alterações futuras terão impacto na atividade do Grupo. Uma delas é a implementação das reformas finais de Basileia III (através do CRR III). No entanto, a implementação destas mudanças ainda é fortemente debatida em todas as jurisdições principais pelos decisores políticos. O banco espera atualmente que os seus requisitos de capital aumentem em 2025 a partir da implementação do pacote final de Basileia III na UE, em especial a partir de ponderações de risco mais elevadas para a sua exposição na maior parte das áreas de risco. O Banco espera um novo aumento na ponderação do risco para as suas exposições a partir de 2028/2029, com a introdução do novo limite de produtos incluído no pacote final de Basileia III. As reformas regulamentares relativas à resolubilidade, às medidas de resolução e ao quadro macroprudencial podem também ter impacto nas operações comerciais. Além disso, as alterações regulamentares podem ter impacto na forma como as principais entidades são financiadas, o que pode afetar o modo de operação das empresas e ter um impacto negativo nos resultados. As ações regulamentares podem também exigir que o banco altere o seu modelo de negócio ou fazer com que algumas atividades de negócio se tornem inviáveis.

A Comissão Europeia anunciou também uma revisão do regime macroprudencial da UE e uma revisão do regime de titularização da UE, bem como de aspetos mais técnicos da titularização, para 2023. Estas alterações podem resultar num aumento do seu nível de requisitos de fundos próprios, incluindo amortecedores de fundos próprios, fundos próprios adicionais para titularizações ou aumento dos RWA.

Os supervisores podem também impor sobretaxas de capital ou ajustamentos regulamentares, por exemplo, em resultado do Processo regular de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP). Tais ajustamentos podem, por exemplo, refletir riscos adicionais decorrentes de deficiências no ambiente de controlo do Grupo, ou resultar de inspeções de supervisão relativas ao tratamento de produtos ou transações específicos. Uma destas áreas em foco do BCE no que respeita à assunção de riscos é a dos empréstimos alavancados, para a qual o BCE clarificou as suas expectativas numa carta de 28 de março de 2022 endereçada a todos os bancos, ao abrigo do Mecanismo Único de Supervisão, e anunciou a sua intenção de considerar medidas quantitativas em futuras decisões do SREP para instituições que o BCE considere não estarem em conformidade com estas expectativas. Na sequência do SREP de 2022, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos de fundos próprios prudenciais a manter a partir de 1 de janeiro de 2023, segundo a qual o requisito do Deutsche Bank no âmbito do Pilar 2 aumentará 20 pontos percentuais. Este aumento deve-se à nova avaliação separada dos riscos decorrentes das atividades de financiamento alavancado introduzida pelo BCE. Em termos mais gerais, esta decisão do SREP inclui também as conclusões que o BCE tira de testes de esforço regulamentares realizados pela EBA ou pelo BCE. O BCE avalia o desempenho de cada banco de um ponto de vista qualitativo para informar a decisão sobre o nível do Requisito de Pilar 2 e um resultado quantitativo que é um aspeto na avaliação do nível de orientação de Pilar 2. O BCE já utilizou estes poderes nas suas decisões do SREP no passado e pode continuar a fazê-lo para abordar as conclusões das inspeções no local. Em casos extremos, podem mesmo suspender determinadas atividades ou a autorização para operar nas suas jurisdições e impor multas monetárias por incumprimento das regras aplicáveis.

As autoridades de supervisão podem também impor outras sobretaxas de capital, como o aumento das reservas macroprudenciais de capital, incluindo a reserva contracíclica de conservação e a reserva de risco sistémico. A Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha (BaFin) já anunciou aumentos para fevereiro de 2023.

Os reguladores em todo o mundo também podem impor sobretaxas de capital para enfrentar os riscos macroeconómicos, através da utilização de instrumentos macroprudenciais. Estes incluem aumentos de reservas de CET1 que poderiam aplicar-se a todo o grupo ou apenas para atividades locais a nível nacional ou para tipos específicos de exposições (por exemplo, hipotecas). A utilização destes instrumentos é regida pelo quadro macroprudencial aplicável na UE ou qualquer outra jurisdição relevante, e é tipicamente decidida pelas autoridades macroprudenciais nacionais, como o BaFin, frequentemente com base na análise dos riscos macroeconómicos pelo Banco Central.



O risco potencial para a estabilidade financeira da UE devido aos acordos de compensação central fora da UE continuará a figurar ao longo de 2023. A 8 de fevereiro de 2022, a Comissão Europeia publicou uma prorrogação da decisão de equivalência temporária para as Contrapartes Centrais do Reino Unido até 30 de junho de 2025. Nestes três anos, até ao termo da decisão de equivalência temporária, a Comissão Europeia continuará a concentrar-se em medidas para canalizar os serviços de compensação em produtos denominados em euros para as contrapartes centrais da UE (CCP). Neste contexto, em 7 de novembro de 2022, a Comissão publicou uma proposta legislativa para uma reformulação do Regulamento Infraestruturas do Mercado Europeu. O pacote visa tornar as CCP da UE mais competitivas, canalizar a compensação de instrumentos denominados em euros para as CCP da UE e reforçar a supervisão a nível da UE das CCP de países terceiros. Além disso, a Comissão Europeia continua a trabalhar em decisões de equivalência pendentes para que as CCP de países terceiros continuem a prestar serviços a clientes da UE, e a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados, a autoridade reguladora europeia dos valores mobiliários, continua a trabalhar no reconhecimento de certas CCP de países terceiros em que já existem decisões de equivalência, para que estas CCP sejam classificadas ou continuem a ser classificadas como CCP qualificadas para efeitos de afetação de capitais. Além disso, as autoridades indianas e da UE devem assinar um Memorando de Entendimento que permita aos membros compensadores da UE continuar a compensar através das CCP indianas. As discussões sobre o memorando de entendimento estão em curso. A AEVMM estabeleceu o prazo de 30 de abril de 2023 para a assinatura deste memorando de entendimento. Se não for assinado, as CCP indianas serão desreconhecidas. Dependendo do resultado destas decisões de equivalência e reconhecimento, bem como das potenciais ações mitigadoras, estas decisões podem ter um impacto negativo no capital regulamentar do banco e aumentar os respetivos custos operacionais.

Em 2022, o banco assistiu ao surgimento de pressões políticas nos Estados-Membros europeus relativamente à possibilidade de introduzir taxas ou impostos adicionais como forma de financiar potenciais transferências para as famílias, a fim de atenuar o impacto do aumento dos preços. Alguns países introduziram essas taxas ou publicaram propostas iniciais. Se forem aplicados, esses impostos ou taxas poderão ter um impacto negativo na rentabilidade e na geração de capital orgânico do banco.

Embora o Deutsche Bank continue a desenvolver e implementar a sua abordagem de avaliação e gestão de riscos climáticos e promova a integração de fatores relacionados ao clima em toda a sua plataforma, tanto as exigências regulatórias como as das partes interessadas podem afetar substancialmente os seus negócios, resultados de operações ou planos estratégicos se o Grupo não adotar ou implementar as suas medidas de transição para uma economia de baixo carbono.

## Processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais

O Grupo está sujeito a uma série de processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais. O resultado destes processos é difícil de prever e pode afetar de forma substancial e adversa os resultados planeados de operações do Grupo, bem como a sua condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que aquilo que o Grupo espera, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios do Grupo, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspectivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, o Grupo poderá não conseguir alcançar os seus objetivos estratégicos ou poderá ter de os alterar.

## Riscos de conformidade e combate aos crimes financeiros

A luta contra a criminalidade financeira e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis são essenciais para garantir a estabilidade dos bancos, como o Deutsche Bank, e a integridade do sistema financeiro internacional.

Um contexto de controlo interno robusto e eficaz e infraestruturas adequadas (incluindo pessoas, políticas e procedimentos, testes de controlo e sistemas informáticos) são necessários para assegurar que o banco conduza os seus negócios em conformidade com as leis, regulamentos e expectativas de supervisão associadas.

Os processos de controlo de conformidade e de vigilância do banco, bem como outros processos de controlo interno que visaram garantir a boa conduta dos seus negócios e serviços, bem como prevenir abusos de mercado, abusos de informação interna e violações de conduta estão, de tempos a tempos, sujeitos a revisões regulamentares e/ou a inquéritos em determinadas jurisdições.

Além disso, os processos e controlos de Combate ao Branqueamento de Capitais (AML) e Conheça o seu Cliente (KYC) do banco, destinados a impedir a utilização indevida dos seus produtos e serviços para cometer crimes financeiros, continuam a ser objeto de revisões regulamentares, investigações e ações de execução em várias jurisdições. O banco procura constantemente aumentar a eficácia do seu ambiente de controlo interno e melhorar a sua infraestrutura para os requisitos regulamentares revistos e para colmatar as lacunas identificadas pelo banco e/ou pelos reguladores e monitores.

Em setembro de 2018, o BaFin ordenou ao Deutsche Bank que adotasse salvaguardas internas apropriadas e cumprisse as obrigações gerais de diligência devida para prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo; em fevereiro de 2019, que revisse os processos de gestão de risco do grupo no banco de correspondência e os ajustasse quando necessário; e em abril de 2021, que adotasse outras salvaguardas internas apropriadas e cumprisse as obrigações de diligência devida, no que diz respeito a revisões regulares dos ficheiros dos clientes. Esta expansão aplica-se também às relações de correspondência e ao controlo das transações. Em 28 de setembro de 2022, o BaFin ordenou ao Deutsche Bank AG que tomasse medidas específicas destinadas a prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, a fim de aplicar as ordens emitidas pelo BaFin em 21 de setembro de 2018 e 15 de fevereiro de 2019. O BaFin nomeou um representante especial para acompanhar a implementação das medidas ordenadas, bem como avaliar e informar o BaFin sobre o progresso da implementação.

Se o banco não for capaz de melhorar significativamente a sua infraestrutura e ambiente de controlo em tempo útil, poderá estar sujeito a multas ou sanções, bem como a intervenções regulamentares em aspetos da sua atividade. Em particular, o banco está envolvido em discussões regulamentares em curso para resolver questões relativas à adesão a ordens e acordos anteriores relacionados com sanções e embargos e cumprimento de AML, e acordos e obrigações de correção relacionados com questões de gestão de riscos.

Em julho de 2022, o banco aceitou uma coima de 7 milhões de euros pela infração administrativa de atraso na apresentação de dois relatórios de atividades suspeitas (SAR) numa questão histórica, pondo assim termo à investigação do Ministério Público de Frankfurt sobre esta questão, em relação à qual foi realizada uma busca na sede do DB em 29 de abril de 2022.

De modo mais geral, o banco opera num contexto litigioso, alta e continuamente regulamentado, que o expõe potencialmente a passivo e outros custos, cujos montantes podem ser consideráveis e difíceis de estimar, bem como a sanções regulamentares e legais e a prejuízos na reputação. O banco continua a manter um diálogo regular com as respetivas autoridades de supervisão que esperam que o banco introduza melhorias de controlo a um ritmo mais rápido e com maior qualidade. O Deutsche Bank compreende estas críticas e está empenhado em corresponder a estas expectativas.

Se algum dos procedimentos legais for resolvido contra o banco, ou quaisquer investigações resultarem na constatação de que o Banco não cumpriu a lei aplicável, o banco poderá ficar exposto a danos materiais, multas, limitações de negócios, organismos de reparação, ações judiciais, ou outros efeitos adversos significativos na sua condição financeira, bem como o risco para a sua reputação e potencial perda de negócios devido à atenção extensiva dos meios de comunicação social. As declarações de culpa ou condenações relativamente ao banco ou às respetivas filiais em processos criminais, ou ordens regulamentares ou de execução, liquidações ou acordos aos quais o banco ou as respetivas filiais estejam sujeitos, poderão ter consequências com efeitos adversos em alguns dos seus negócios.

Tal como discutido em maior pormenor noutro ponto do presente documento, a guerra na Ucrânia levou a um aumento significativo das sanções contra entidades estatais russas, empresas e indivíduos ligados à Rússia. O Deutsche Bank gere estas sanções com comunicações reforçadas, orientação e apoio operacional liderados pela equipa de Sanções e Embargos da AFC.

## Políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

O Grupo dedicou recursos significativos ao desenvolvimento das suas políticas, procedimentos e métodos de gestão de risco, incluindo em relação ao mercado, crédito, liquidez, risco operacional, bem como risco de reputação e risco de modelo. Contudo, tais recursos podem não ser totalmente eficazes na mitigação da exposição do banco ao risco em todos os contextos económicos ou de mercado ou contra todos os tipos de risco, incluindo os riscos que o banco não consegue identificar ou antecipar. Quando o Grupo utiliza estes modelos para calcular os ativos ponderados pelo risco para fins regulamentares, as potenciais deficiências podem também levar os reguladores a impor uma recalibração de parâmetros de entrada ou uma revisão completa do modelo.

O Deutsche Bank poderá enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no seu ambiente de controlo interno ou de erros no desempenho dos seus processos, como por exemplo no processamento de transações, bem como a perda de continuidade do negócio, o que poderá perturbar o negócio e levar a perdas materiais. Ao mesmo tempo, o banco poderá também enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se os serviços disponibilizados por terceiros não forem fornecidos conforme acordado ou conforme as normas internas.

Enquanto banco global, o Deutsche Bank é frequentemente notícia. O Deutsche Bank conduz o seu diálogo com os meios de comunicação social através de equipas oficiais. No entanto, por vezes os membros dos meios de comunicação social abordam os colaboradores do Deutsche Bank fora destes canais e a informação interna do Banco, incluindo assuntos confidenciais, foram já objeto de cobertura de meios de comunicação social externos. As fugas para os meios de comunicação social podem ter graves consequências para o Deutsche Bank, especialmente quando envolvem declarações imprecisas, rumores, especulações ou opiniões não penalizadas. Tal pode resultar em consequências financeiras, como a perda de confiança ou de negócio com clientes, e pode afetar o preço das ações do banco ou os seus instrumentos de capital, minando

a confiança dos investidores. Embora o banco tenha processos em aberto para gerir estes riscos, a sua capacidade de se proteger contra estes riscos é limitada.

Adicionalmente, o Grupo está também exposto a risco de conduta, que inclui riscos relativos a práticas comerciais impróprias, incluindo a venda de produtos que não sejam adequados a um determinado cliente, fraude, negociações não autorizadas e incapacidade de cumprir os regulamentos, as leis e as políticas internas aplicáveis. Por exemplo, a conduta imprópria de um colaborador que reflita intenções fraudulentas poderá levar não só a perdas materiais mas também a danos reputacionais.

O movimento contínuo das indústrias globais para realizar negócios a partir de casa e longe dos locais dos escritórios principais está a conduzir a uma evolução mais acelerada das práticas empresariais em comparação com as tendências históricas. A procura da infraestrutura tecnológica do banco e o risco de ciberataques pode levar a falhas tecnológicas, violações da segurança, acesso não autorizado, perda ou destruição de dados ou indisponibilidade de serviços, e aumentar a probabilidade de violações de conduta.

Qualquer destes eventos pode potencialmente resultar em litígios, numa perda financeira, na perturbação das atividades de negócio e responsabilidade para com os clientes do banco, escrutínio regulamentar, intervenção governamental ou danos à reputação. Ao mesmo tempo, a gestão destes riscos cibernéticos, de segurança da informação e outros exige uma adaptação contínua dos controlos do banco.

Os atrasos na aplicação dos requisitos regulamentares, incluindo medidas de proteção dos consumidores e dos projetos estratégicos, poderão também ter um impacto negativo nas receitas e nos custos, ao mesmo tempo que um retorno de maior volatilidade do mercado conduziu e poderia continuar a conduzir a um aumento da procura no acompanhamento e processamento da fiscalização dos mercados. Os fornecedores e prestadores de serviços do banco enfrentam desafios semelhantes, com o risco de estas contrapartes podendo ser incapazes de cumprir as suas obrigações contratuais, colocando em risco os benefícios que o banco procura obter com esses contratos.

A fim de gerir os impactos do risco financeiro e não financeiro de, por exemplo, eventos geopolíticos ou outros eventos de rápido desenvolvimento, o Deutsche Bank utiliza estruturas de governação dedicadas, incluindo a Gestão de Crise Global e Regional. Quando pertinente, foram e serão utilizados controlos e processos adicionais. Tal implicaria igualmente a apresentação de relatórios adicionais para garantir que os principais interessados, incluindo o Conselho de Administração, se mantenham atualizados. No contexto de um ambiente de risco em rápida deterioração em 2022, o Deutsche Bank continua a esperar que 2023 seja exigente do ponto de vista da gestão do risco.

## Risco de terceiros

Os terceiros são parte integrante do bom funcionamento diário de qualquer empresa de serviços financeiros, incluindo o Deutsche Bank. Para apoiar a atividade e as operações do Grupo, a utilização e a dependência de terceiros no setor tem aumentado ao longo dos anos, exigindo um aumento correspondente das capacidades para os gerir. Continua a haver um interesse regulamentar significativo no risco de concentração de terceiros e na governação e supervisão adequadas de terceiros críticos. Além disso, os riscos ambientais, sociais e de governação (ESG) estão a ser examinados para garantir que os riscos em toda a cadeia de valor são compreendidos e geridos.

A natureza da utilização que o banco faz de terceiros também evoluiu e agora inclui aspetos mais fundamentais dos serviços, incluindo a utilização da Nuvem e de outras tecnologias avançadas. Isto apresenta riscos diferentes e exige avaliações de risco sólidas, contratação adequada e supervisão contínua proporcionais a esses riscos. Também levou a um aumento constante da regulamentação e do escrutínio regulamentar, não só sobre a forma como o banco gere o dia-a-dia de terceiros, mas também avaliando os níveis de resiliência necessários que são proporcionais à importância dos serviços comerciais apoiados por terceiros.

O Deutsche Bank tem uma abordagem bem estabelecida em relação à Gestão de Risco de Terceiros; desde uma política e procedimento claros até ao processo centralizado de risco para as empresas utilizarem quando se envolvem com terceiros. No entanto, os serviços prestados por terceiros apresentam riscos para o banco comparáveis aos que o Grupo suporta quando efetua os serviços por si próprio e continua a ser o responsável final. O Deutsche Bank depende dos seus terceiros para realizar a sua prestação de serviços em conformidade com as leis e regulamentos e de acordo com as condições contratuais e os níveis de serviço que acordaram com o banco. Se os terceiros não realizarem as atividades em conformidade com estas normas, o Deutsche Bank poderá estar exposto a perdas materiais e ser alvo de ações regulamentares ou de litígio, bem como estar exposto a danos de reputação. De um modo mais geral, se uma relação de terceiros não cumprir as expectativas do Grupo, o banco poderá estar exposto a riscos financeiros, tais como os custos e despesas associados à migração dos serviços para outro terceiro e riscos comerciais e operacionais relacionados com a transição, e poderá não conseguir alcançar os benefícios que procura obter com a relação. Para melhorar o atual ambiente de controlo do banco, o banco implementou uma nova plataforma tecnológica para apoiar o quadro de gestão do risco de terceiros e também aproveitou a mudança para melhorar os seus processos e controlos no quarto trimestre de 2022. Estão previstas outras melhorias em 2023 e nos anos seguintes.

Devido aos acontecimentos geopolíticos de 2022, o banco implementou uma supervisão reforçada de terceiros potencialmente afetados pela guerra na Ucrânia e pelas consequentes sanções impostas à Rússia.

Nas situações em que o Deutsche Bank é o terceiro prestador de serviços, o banco pode estar exposto a riscos financeiros, como perda de receitas, custos e despesas associados ao cancelamento do contrato de prestação de serviços, caso o Deutsche Bank deixe de poder beneficiar da relação.

## Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

O Goodwill é revisto anualmente para efeitos de imparidade, ou com maior frequência se houver indícios de que possa ter ocorrido uma imparidade.

Outros ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Estes ativos são objeto de um teste de imparidade ou as respetivas vidas úteis são reconfirmadas pelo menos anualmente. Isto inclui os testes em relação às imparidades de software.

A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis tem tido e poderá continuar a ter um efeito material adverso na rentabilidade e nos resultados de operações do banco.

## Obrigações com pensões

O Deutsche Bank patrocina vários planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, incluindo planos de benefício definido. Na medida em que os fatores que impulsionam os seus passivos por pensões se movam de uma forma adversa, ou que os seus pressupostos relativos a variáveis-chave se revelem incorretos, ou que o seu financiamento dos passivos com pensões não cubra suficientemente esses passivos, o banco poderá ser obrigado a fazer contribuições adicionais ou a ficar exposto a perdas atuariais ou contabilísticas relativamente aos seus planos de pensões.

## Ativos por impostos diferidos

O banco reconhece os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficientes receitas tributáveis disponíveis para permitir a utilização da totalidade ou de parte dos ativos por impostos diferidos, o banco terá de reduzir os valores escriturados. Trimestralmente, o banco reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, que pode variar de período para período e requer um julgamento significativo por parte da gestão. As reduções no montante de ativos por impostos diferidos decorrentes de uma alteração na estimativa tiveram e poderá ter novamente no futuro efeitos adversos na rentabilidade do banco, no capital e na sua condição financeira.

## Tecnologia, Dados e Inovação

A inovação digital oferece oportunidades de entrada no mercado aos novos concorrentes, como por exemplo operadores da indústria, empresas globais de alta tecnologia ou empresas de tecnologia financeira. Como tal, o banco prevê que os seus negócios tenham uma necessidade aumentada de investimento nos recursos de processos e produtos digitais para atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado.

Para poder responder aos desenvolvimentos do mercado e reagir às necessidades dos clientes de forma mais rápida e flexível, bem como para aumentar a resiliência das TI, o banco decidiu migrar um grande número de aplicações para a Nuvem pública através de uma parceria estratégica com o Google Cloud. Esta parceria com o Google Cloud é um marco importante no percurso digital do banco e demonstra o compromisso de adoção de novas tecnologias, como a Nuvem. O objetivo é melhorar a experiência do cliente através de melhores produtos e serviços, uma resiliência e segurança do sistema, bem como reduzir as ineficiências de custos da gestão de plataformas antigas. Uma migração tecnológica tão importante exige uma governação e um planeamento robustos, incluindo a atribuição necessária de financiamento, para gerir o risco de questões de segurança e estabilidade. Além disso, há um interesse regulamentar significativo neste programa. Da mesma forma, tal como com quaisquer prestadores de serviços externos, o banco deve assegurar os mais elevados padrões de privacidade e controlos de segurança dos dados, a fim de salvaguardar a informação dos clientes e dos bancos. Não fazê-lo pode comprometer a confiança dos clientes, conduzir a perdas financeiras e, em casos graves, a sanções regulamentares, litígios e à obrigação de indemnizar clientes individuais por danos.

O Deutsche Bank opera num contexto com níveis de digitalização cada vez maiores e num panorama de ameaças em constante evolução relacionadas com a segurança da informação. A segurança da informação continua a ser uma área de grande importância para o banco. Os ciberataques com motivações financeiras e outros ciberataques sofisticados, incluindo o *ransomware*, podem ser observados como uma ameaça persistente em todos os setores e prevê-se que se tornem mais frequentes. Os ataques à cadeia de abastecimento, a frequência cada vez maior de explorações de dia zero de alto nível e uma superfície de ameaça em expansão introduzida, por exemplo, por formas remotas de trabalho ou pela utilização de serviços em nuvem, constituem ameaças adicionais.

O Deutsche Bank poderá enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no seu ambiente de controlo, incluindo erros no desempenho dos processos ou controlos de segurança, bem como a perda de dados, o que poderá perturbar o negócio e levar a perdas materiais. Ao mesmo tempo, o banco poderá também enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se os serviços não forem fornecidos conforme acordado ou conforme as normas internas.

A dependência de produtos e serviços de terceiros que apoiam operações críticas pode afetar a postura de risco do banco, uma vez que este pode ser alvo de ataques novos e evolutivos à segurança da informação. Este risco, juntamente com o aumento dos requisitos regulamentares, exigiu uma supervisão pormenorizada e uma monitorização contínua da segurança de terceiros, bem como o amadurecimento contínuo das capacidades de segurança de terceiros orientadas para a tecnologia. O Deutsche Bank gere o risco de segurança da informação de terceiros através do seu programa global de gestão do risco de terceiros, que inclui as obrigações necessárias de controlo da segurança da informação, conforme aplicável.

Os sistemas operacionais do Deutsche Bank estão sujeitos a um risco acrescido de ataques cibernéticos e outra cibercriminalidade, o que poderá resultar em perdas materiais de informações de clientes, danos de reputação e causar sanções regulatórias e perdas financeiras. Por conseguinte, o Deutsche Bank continua a investir na proteção dos seus sistemas informáticos contra essas violações e a garantir que os seus fornecedores utilizam salvaguardas adequadas em matéria de cibersegurança. No entanto, estas medidas podem não ser eficazes contra as muitas ameaças à segurança que o grupo Deutsche Bank enfrenta. O Deutsche Bank, bem como outras instituições financeiras, sofre ataques aos seus sistemas informáticos, incluindo ataques que tinham por objetivo obter acesso não autorizado a informações confidenciais da empresa ou de clientes, ou danificar ou interferir com os dados, recursos ou atividades comerciais da empresa, ou de outra forma explorar vulnerabilidades na infraestrutura. O grupo Deutsche Bank espera continuar a ser alvo de ataques deste tipo no futuro. Embora, até à data, o banco não tenha sofrido qualquer impacto material na sua atividade devido a estes ataques, o grupo pode não ser capaz de antecipar e evitar eficazmente a ocorrência de mais ataques materiais no futuro.

O Deutsche Bank ainda está a amadurecer a sua estratégia global de gestão de dados em relação aos seus principais processos e conjuntos de dados, tais como dados transacionais, de clientes e de referência. Isto inclui o desenvolvimento e a implementação dos princípios da arquitetura empresarial do banco em toda a infraestrutura tecnológica central. Este aspeto é fulcral para a estratégia mais vasta do Deutsche Bank em matéria de tecnologia e dados, permitindo o crescimento e a eficiência da atividade, ao mesmo tempo que melhora o ambiente de controlo. As entidades reguladoras do Deutsche Bank estão ativamente empenhadas em garantir que o banco avance com esta componente da sua estratégia. Além disso, o banco enfrenta também desafios no que diz respeito à adoção e integração de novas tecnologias disruptivas em conjunto com a arquitetura tecnológica existente, a fim de garantir as normas industriais de segurança da informação e de experiência dos clientes.

As grandes transformações tecnológicas nas áreas de negócio e de infraestruturas do banco são executadas através de iniciativas específicas. Os benefícios destas transformações incluem a redução dos custos de TI e do negócio, a melhoria do controlo, o crescimento das receitas através da oferta de novas características dos clientes ou o crescimento visado do cliente. Uma destas iniciativas, UNITY, que visa simplificar o ambiente informático através da migração dos sistemas informáticos do antigo Postbank para os do Deutsche Bank, enfrenta marcos importantes antes da sua conclusão, em 2023. Os riscos decorrentes da execução de programas, incluindo a escassez de recursos, dependências de outros programas e Key Deliverables (também referidos como KD), prazos de implementação prolongados ou o impacto da atividade relacionada com as alterações no ambiente de controlo ou nas questões de funcionalidade nas aplicações atualizadas ou na tecnologia subjacente, são cuidadosamente geridos para atenuar parcialmente o risco de não alcançar plenamente os benefícios esperados.

## Risco ambiental, social e de governação

Os impactos do aumento da temperatura global, e o maior foco nas alterações climáticas e a transição da sociedade, dos reguladores e do setor bancário para uma economia "net-zero" levaram a novas fontes de riscos financeiros e não financeiros. Por exemplo, estes incluem os riscos físicos decorrentes de eventos climáticos extremos, que estão a crescer em frequência e gravidade, bem como os riscos de transição, uma vez que os setores intensivos em carbono são confrontados com uma tributação mais elevada, procura reduzida e acesso potencialmente restrito ao financiamento ou ativos irrecuperáveis. Estes riscos podem ter impacto no Deutsche Bank numa vasta gama de tipos de riscos financeiros e não financeiros.

As instituições financeiras estão a enfrentar um maior escrutínio, bem como requisitos regulamentares de comunicação de informações sobre o clima e questões mais amplas relacionadas com ESG por parte de governos, reguladores, acionistas e outros organismos, o que conduz a riscos para a sua reputação se o banco não for visto a apoiar a transição para uma economia com menos emissões de carbono, a proteger a biodiversidade e a gerir outros riscos ambientais (por exemplo, riscos relacionados com as florestas e os recursos hídricos) e a evitar abusos dos direitos humanos nas cadeias de abastecimento. Poderá haver impactos materiais nos negócios do Grupo se este não adotar tais exigências ou não implementar adequadamente os seus planos estratégicos. Além disso, os dados e as metodologias para medir e avaliar esses riscos climáticos e outros riscos ambientais estão ainda a evoluir. A falta de divulgação exaustiva e coerente de informações sobre o clima e outros riscos ambientais por parte dos seus clientes significa que o banco, tal como o setor em geral, depende fortemente de estimativas aproximadas para as suas próprias informações sobre a gestão dos riscos relacionados com o clima.

O Deutsche Bank está empenhado em gerir as suas atividades e operações de negócios de uma forma sustentável, incluindo o alinhamento das suas carteiras com emissões líquidas zero até 2050. Em outubro de 2022, foram publicados objetivos alinhados com a meta "net zero" para quatro setores-chave com utilização intensiva de carbono, com objetivos plenamente integrados nos quadros e processos internos de gestão do risco. Embora o banco não espere ver uma redução linear nas emissões/intensidades de emissão da carteira, desvios significativos da trajetória de redução "net zero" alinhada podem expor o banco a riscos de reputação. Em 2023, o banco anunciará objetivos para um leque mais vasto de setores. O banco continua a desenvolver e a aplicar a sua abordagem à gestão dos riscos climáticos e ambientais, a fim de promover a integração dos fatores ambientais em todas as suas atividades, com o apoio do desenvolvimento de análises de cenários e de testes de esforço.

## Oportunidades

### Condições macroeconómicas e de mercado

Se as condições económicas, como o crescimento do PIB, os níveis de desemprego, a conjuntura das taxas de juro e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhorarem além dos níveis atualmente previstos, tal poderá resultar em receitas mais elevadas. Estes impactos podem ser apenas parcialmente compensados por custos adicionais, melhorando assim a capacidade do Grupo para atingir os seus objetivos financeiros. Simultaneamente, a subida da inflação e das taxas de juro, e o aumento da volatilidade do mercado, podem representar uma série de oportunidades, como o aumento das receitas provenientes de fluxos comerciais mais elevados no contexto do reposicionamento das carteiras de clientes privados, empresariais e institucionais, o aumento do rendimento líquido de juros, bem como o aumento das margens sobre os empréstimos concedidos em todo o balanço do Grupo. Em 2022, as margens de juro líquidas melhoraram em todo o Grupo, apoiadas por aumentos das taxas do euro e do dólar americano, enquanto as receitas comerciais beneficiaram de fluxos de clientes mais elevados em condições de mercado voláteis.

Uma parte substancial dos ativos e passivos no balanço do Grupo inclui instrumentos financeiros que são escriturados pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado dessas alterações, o Grupo pode realizar ganhos no futuro.

### Alteração regulamentar

As alterações regulamentares podem encorajar os bancos a fornecer melhores produtos ou serviços que podem oferecer oportunidades para diferenciação no mercado. Por exemplo, à medida que os padrões de informação continuam a desenvolver-se para o financiamento sustentável, o mercado pode evoluir para adotar iniciativas financeiras sustentáveis de forma mais ampla. Como os clientes e o mercado adotam iniciativas relacionadas a finanças sustentáveis, o Grupo pode ter a oportunidade de diferenciar ainda mais o banco através da melhoria dos serviços prestados aos seus clientes.

### Estratégia

A estratégia do Deutsche Bank foi apresentada no Investor Deep Dive de 10 de março de 2022, descrevendo a abordagem do Grupo para melhorar substancialmente os retornos para os acionistas ao longo do tempo e melhor implementar o balanço, bem como outros recursos, de uma forma que seja consistente com a franquia de clientes e a apetência pelo risco do banco. Como tal, a implementação da estratégia do Grupo poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Tal inclui benefícios potenciais decorrentes de condições macroeconómicas, de mercado e geopolíticas melhores do que o previsto ou de alterações vantajosas no ambiente concorrencial, como o recuo de concorrentes tradicionais e emergentes não bancários em mercados selecionados.

Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados do Deutsche Bank e as eficiências de custos puderem ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações. O progresso poderia ser ainda mais estimulado se os mercados reagissem favoravelmente aos esforços de transformação em curso do Deutsche Bank, às atualizações de notação e ao desempenho sustentado das receitas. Tal poderá, por sua vez, reduzir os custos de financiamento e amplificar ainda mais a rentabilidade do banco.

Ao investir nas áreas que são os pontos fortes, o banco espera alcançar a estratégia de crescimento direcionado do Grupo e tornar-se o ponto de partida para todos os clientes, abordando toda a gama das suas necessidades financeiras – como o seu "Global Hausbank". O Deutsche Bank espera que o seu legado de mais de 150 anos, a sua rede global, a sua experiência de mercado, a sua vasta gama de produtos e a sua excelente gestão do risco ajudem a preparar o Grupo para a próxima fase da sua evolução. O objetivo é tornar-se lucrativo de forma sustentável, através do crescimento das empresas, aumentando a eficiência e mantendo a disciplina de capital.

No âmbito do Corporate Bank, o Deutsche Bank vê oportunidades multifacetadas num franchise líder de mercado que tira partido da presença global e do modelo de cobertura do Corporate Bank. O Deutsche Bank espera aumentar as receitas combinando soluções de gestão do risco com novas capacidades de plataforma de tesouraria e estabelecendo o Corporate Bank como um parceiro-chave para apoiar a transformação energética dos seus clientes, com base na sua posição na Europa e expandindo ainda mais para a APAC.

O Investment Bank continua a ser um líder mundial em produtos de rendimento fixo e de financiamento, e o Deutsche Bank está concentrado em consolidar esta posição e manter a quota de mercado conquistada. Para alcançar este objetivo, combinado com a força da plataforma de Geração e Consultoria, o foco da divisão está orientado para o investimento específico em áreas de crescimento adjacentes às atividades atuais para melhorar e diversificar a oferta de produtos. Estas medidas serão complementadas pela otimização contínua dos custos e do capital em toda a carteira, bem como por melhorias adicionais no ambiente de controlo. Além disso, um maior enfoque na eficiência da cobertura de clientes da divisão e novos desenvolvimentos na oferta de serviços prestados pretendem aumentar a força e a profundidade das relações em toda a base global de clientes.

Para o Private Bank, o foco continua a ser o retalho alemão, o retalho internacional e os clientes empresariais, bem como a procura do crescimento, predominantemente nas áreas de consultoria. No que respeita às atividades de Wealth Management, o Grupo vê oportunidades de crescimento particularmente na EMEA e APAC.

No que diz respeito à gestão de ativos, que inclui as entidades jurídicas da DWS, foi delineada uma estratégia no Dia dos Mercados de Capitais da DWS, em 7 de dezembro de 2022, para manter a liderança em classes de ativos vencidos e desenvolver seletivamente outras regiões e produtos, a fim de cimentar o seu estatuto de gestor de ativos líder. As áreas de crescimento incluem oportunidades de receitas provenientes de novas transferências de ativos para investimentos passivos e produtos alternativos.

O Deutsche Bank continua a focar-se na sustentabilidade em todo o banco e tem visto oportunidades de crescimento neste espaço em todos os negócios fundamentais, à medida que a resposta dos clientes às alterações climáticas ganha mais força. Dada a forte apetência dos clientes, o Deutsche Bank continua a ver o financiamento sustentável como uma oportunidade fundamental e uma área de investimento. Como parte dos esforços mais amplos para desenvolver uma estratégia de apetência pelo risco para gerir o risco climático, o banco vê oportunidades de apoiar os seus clientes, por exemplo, no desenvolvimento de estratégias de descarbonização credíveis e apoio à sua transição.

Os investidores privados e institucionais, incluindo clientes e não clientes do banco, consideram cada vez mais os riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governação como significativos para os retornos a longo prazo, e o banco acredita que este se tornará um diferenciador fundamental. No que a isto diz respeito, a inclusão de fatores SAG nos processos de investimento ou no processo de tomada de decisões para a concessão de mandatos de negócio nos nossos negócios continua a crescer. Como tal, o Deutsche Bank pretende desenvolver e fornecer produtos financeiros ou possibilidades de investimento que possam ajudar o banco e os nossos clientes a alcançar os seus objetivos comuns de SAG e avançar a estratégia holística de SAG. De um modo mais geral, o banco acredita que o avanço das atividades de SAG pode conduzir a oportunidades de receitas adicionais, mas também a uma melhor marca e perceção das partes interessadas.

De um modo geral, o Deutsche Bank tem oportunidades para ganhar quota de mercado e aumentar a sua base de clientes, apoiando as suas necessidades de financiamento, consultoria e gestão do risco.

O ambiente operacional oferece oportunidades, à medida que clientes e concorrentes se adaptam ao "novo normal", com os níveis da pandemia de COVID-19 a recuar. A este respeito, o Deutsche Bank está agora a centrar-se numa maior otimização do seu modelo operacional, como o objetivo de reduzir de forma sustentável os custos, incluindo os custos imobiliários, através da execução do programa Future of Work.

## Ativos por impostos diferidos

O Deutsche Bank reconhece os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficientes receitas tributáveis disponíveis para permitir a utilização da totalidade ou de parte dos ativos por impostos diferidos, o Grupo terá de reduzir os valores escriturados e reconhecer ajustamentos de avaliação. Trimestralmente, o banco reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, que pode variar de período para período e requer um julgamento significativo por parte da gestão. Em 2019 o Grupo reconheceu ajustamentos de avaliação de 2,8 mil milhões de euros relacionados com ativos por impostos diferidos em jurisdições afetadas pela transformação, como o Reino Unido e os Estados Unidos. Desde 2019, o valor contabilístico dos ativos por impostos diferidos do banco foi parcialmente recuperado e o banco reconheceu ajustamentos positivos de avaliação de ativos por impostos diferidos no que respeita aos seus ativos por impostos diferidos nos Estados Unidos, no valor de 1,4 mil milhões de euros, no quarto trimestre de 2022, e de 274 milhões de euros, no quarto trimestre de 2021, uma vez que a rentabilidade melhorou significativamente desde 2019 devido à transformação bem-sucedida da atividade nos EUA. Dependendo do desempenho do Grupo nas jurisdições afetadas, o valor contabilístico dos ativos por impostos diferidos para os quais o banco reconheceu ajustamentos de avaliação relacionados com a transformação, ou anteriores a ela, pode continuar a recuperar ao longo do tempo. Isto pode resultar em ajustamentos de avaliação positivos no futuro, que reduziram a taxa efetiva de imposto.

## Tecnologia, Dados e Inovação

A inovação digital oferece várias oportunidades de proveitos para aumentar a monetização dos grupos de clientes existentes e a aquisição de novos grupos, através da expansão da carteira de produtos do Grupo e através da participação em parcerias de produtos com entidades terceiras, beneficiando assim de um tempo de comercialização potencialmente mais curto. As tendências de mercado, como a economia de plataformas, a correspondência de produtos internos e externos à procura dos clientes e a realização de transações através de uma plataforma central, bem como o open banking, representam uma clara oportunidade para o banco se posicionar como um interveniente dominante nestes ecossistemas. O objetivo passa por desenvolver um ecossistema de serviços abrangentes, com diferentes componentes desenvolvidos por diferentes firmas para áreas como o mercado de depósitos do segmento de retalho, os serviços de planeamento financeiro automatizados (consultoria automática) ou serviços de recomendação de seguros, alavancando a plataforma bancária do Deutsche Bank. Outras oportunidades incluem o potencial efeito de transformação do setor impulsionado pela economia simbólica. Existe uma potencial a longo prazo na tecnologia de registo distribuído (DLT) e nos casos de utilização associados. Por exemplo, a tokenização de ativos apresenta uma oportunidade para tornar transacionáveis ativos ilíquidos. Adicionalmente, o Grupo tem uma oportunidade para expandir as suas capacidades de dados, para melhorar os serviços personalizados e proporcionar uma melhor experiência ao cliente, e para adotar tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial, para expandir a oferta de serviços. O alcance global do Grupo permite escalar os produtos de forma rápida e eficiente em várias áreas geográficas.

Para impulsionar a mudança, acelerar a adoção de tecnologias no banco e rentabilizar as oportunidades de mercado acima mencionadas, o banco tem uma divisão de Tecnologia, Dados e Inovação (TDI), a qual inclui todas as unidades de tecnologia do banco, bem como as divisões de infraestrutura. Na TDI, todas as unidades, independentemente da área de negócio ou de infraestrutura que servem, trabalham de acordo com as mesmas normas e utilizam tecnologias partilhadas. Esta abordagem centralizada permite ao banco enfrentar os principais desafios estratégicos numa configuração focada, impulsionar uma cultura de engenharia e inovação e investir em serviços digitais e novos modelos de negócios de médio a longo prazo.

Em termos de custos, a digitalização oferece às divisões do banco uma oportunidade para ganhos de eficiência significativos. Ao investir nas aplicações digitais, tais como autointegração digital de clientes, os processos em toda a linha podem ser automatizados e a produtividade pode ser aumentada. O desenvolvimento de fortes capacidades de dados deverá melhorar a capacidade do banco de fazer previsões mais precisas acerca do comportamento de clientes e do mercado, reduzindo a fraude e definindo preços de produtos de uma forma mais eficiente, ao mesmo tempo que o banco cumpre as obrigações regulamentares tirando partido das tecnologias mais recentes. Mais uma vez, a organização TDI pretende servir como um ponto central para acelerar iniciativas estratégicas selecionadas e reduzir o custo total.

O Deutsche Bank e a Google Cloud formaram uma parceria estratégica em finais de 2020. A cooperação plurianual tem como objetivo acelerar a transição do banco para a Nuvem e inovar juntamente novos produtos e serviços. Através da parceria, o Deutsche Bank beneficia de um ambiente normalizado e tecnicamente sempre atualizado, no qual a capacidade pode ser aumentada e reduzida conforme necessário. Isto permite também ao banco aceder a tecnologias emergentes diretamente na nuvem e utilizá-las no desenvolvimento de novas aplicações. Os clientes do banco beneficiarão do facto de os produtos e serviços serem desenvolvidos e colocados no mercado mais rapidamente no futuro.

Em dezembro de 2022, o banco anunciou também uma parceria de inovação plurianual com a NVIDIA para acelerar a utilização da inteligência artificial (IA) e da aprendizagem automática (ML) no âmbito da sua transformação tecnológica em



curso. A parceria visa enriquecer a liderança do banco na gestão do risco, melhorar a eficiência e reforçar o serviço ao cliente, tirando partido de uma vasta gama de aplicações, incluindo avatares inteligentes, IA da fala e detecção de fraudes.

A colaboração seguiu-se a meses de trabalho exploratório em que as empresas testaram uma série de potenciais casos de utilização. Estes incluem a possibilidade de cálculos de risco mais rápidos à escala, a utilização de modelos linguísticos de grande dimensão para extrair informações-chave de dados não estruturados, a fim de obter resultados como sinais de alerta precoce sobre a contraparte de uma transação financeira, bem como o desenvolvimento de um conceito inicial de um avatar virtual 3D destinado a ajudar os colaboradores a navegar nos sistemas internos e a responder a questões relacionadas com os RH.

## Relatório de Risco

	Introdução – 67
68	Visão geral do risco e do capital
	Indicadores de risco fundamentais – 68
	Perfil de risco – 70
73	Quadro de risco e de capital
	Princípios de gestão do risco – 73
	Governança do risco – 74
	Apetência pelo risco e capacidade de risco – 77
	Plano de risco e de capital – 77
	Testes de esforço – 80
	Sistemas de medição e relatório do risco – 81
	Planeamento de recuperação e resolução – 82
84	Gestão do risco e de capital
	Gestão de capital – 84
	Definição de limites para recursos – 377
	Identificação e avaliação do risco – 85
	Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos – 85
	Gestão do risco de mercado – 120
	Gestão do risco operacional – 127
	Gestão do risco de liquidez – 133
	Gestão do risco empresarial – 138
	Gestão do risco do modelo – 140
	Gestão do risco de reputação – 140
142	Desempenho de capital e risco
	Capital, rácio de alavancagem e MREL – 142
	Exposição ao risco de crédito – 159
	Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação – 180
	Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação – 183
	Exposição ao risco operacional – 185
	Exposição ao risco de liquidez – 186

## Introdução

### Divulgações em conformidade com a IFRS 7

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações". Também considera a classificação subjacente e os requisitos de mensuração e imparidade na IFRS 9, podendo consultar-se mais detalhes na secção "Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos", na secção "Qualidade dos ativos", na secção "Redução do risco de crédito" e na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas. As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um sombreado azul claro ao longo deste Relatório de Risco.

O Regulamento Europeu (UE) 2019/876 e a Diretiva (UE) 2019/878 introduziram alterações à CRR/CRD, com várias alterações ao quadro regulamentar que se tornou aplicável a 30 de junho de 2021: Foi introduzido um novo método padrão para o risco de crédito da contraparte (SA-CCR) que substitui o método de valor de mercado para determinar o valor de exposição para derivados que não se situam no âmbito do método do modelo interno. Além disso, foi introduzido um novo quadro para determinar a ponderação do risco dos investimentos da carteira bancária em organismos de investimento coletivo e das contribuições do fundo de incumprimento para as contrapartes centrais. Além disso, um rácio mínimo de alavancagem regulamentar de 3% é determinado como o rácio de capital Tier 1 e a exposição à alavancagem regulamentar. Adicionalmente, foi introduzido um rácio mínimo de financiamento estável líquido (NSFR) de 100% que requer que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável em relação às suas exposições dentro e fora do balanço.

O Deutsche Bank aplica a definição de incumprimento baseada na norma técnica da EBA relativa ao limiar de materialidade das obrigações de crédito vencidas (aplicada com o regulamento do BCE (UE) 2018/1845) e a orientação acerca da aplicação desta definição de incumprimento. A aprovação do BCE foi recebida em agosto de 2021 e o Deutsche Bank introduziu os novos requisitos posteriormente em 2021. Os novos requisitos substituíram a definição de incumprimento ao abrigo do acordo de Basileia II e são aplicados a todas as principais métricas de risco em todo o Relatório Anual, incluindo como um impulsionador para a Fase 3 ao abrigo da IFRS 9.

Desde 30 de junho de 2020, o Grupo aplica os regimes transitórios em relação à IFRS 9 como previsto no atual CRR/CRD para todas as medidas CET1.

### Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios de Basileia III

As divulgações do Deutsche Bank, de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia através do Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR"), incluindo emendas recentes; e apoiadas pela Orientação da EBA "Projeto final de implementação de normas técnicas sobre a divulgação pública pelas instituições das informações referidas nos Títulos II e III da Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013" e diretrizes relacionadas, aplicáveis às divulgações de Pilar 3, são publicadas no relatório adicional do Pilar 3 do Grupo, que pode ser encontrado no site do Deutsche Bank.

### Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação"

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. O Deutsche Bank adere às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também no seu Relatório Pilar 3 adicional.

# Visão geral do risco e do capital

## Indicadores de risco fundamentais

Como mencionado na secção de Riscos e Oportunidades acima, o banco está exposto a uma variedade de fatores de risco financeiros e não financeiros. Ao longo de 2022, as perspectivas de crescimento económico deterioraram-se devido à inflação persistente e crescente, ao ambiente das taxas de juro e às perturbações na cadeia de abastecimento, uma vez que a economia mundial registou elevados níveis de incerteza devido à guerra em curso na Ucrânia. Os potenciais riscos de abrandamento da atividade económica e dos mercados financeiros continuam a ser elevados.

Os seguintes rácios de risco principais selecionados e as métricas correspondentes fazem parte da gestão holística do risco do Deutsche Bank em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1, rácio de adequação de capital económico, rácio de alavancagem, capacidade total de absorção de perdas, requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis, rácio de cobertura de liquidez, rácio de financiamento estável líquido e posição de liquidez líquida em esforço servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco e práticas de planeamento de recuperação e resolução, os quais são revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, pelo menos anualmente.

<b>Rácio Common Equity Tier 1</b>		<b>Ativos ponderados pelo risco</b>	
31/12/2022	13,4%	31/12/2022	360,0 mil milhões de euros
31/12/2021	13,2%		
<b>Rácio de Adequação de Capital Económico</b>		31/12/2021	351,6 mil milhões de euros
31/12/2022	239%		
31/12/2021	206%		
<b>Rácio de alavancagem</b>		<b>Capital económico</b>	
31.12.2022 <sup>1</sup>	4,6%	31/12/2022	20,9 mil milhões de euros
31.12.2021 (fully loaded) <sup>2 3</sup>	4,9%		
<b>Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)</b>		31/12/2021	23,5 mil milhões de euros
31/12/2022 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	32,2%		
31/12/2022 (baseado na exposição à alavancagem)	9,3%		
31/12/2021 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	31,0%	<b>Exposição à alavancagem</b>	
31/12/2021 (baseado na exposição à alavancagem)	9,7%	31/12/2022	1,240 mil milhões de euros
<b>Rácio de cobertura de liquidez</b>			
31/12/2022	142%	31.12.2021 <sup>3</sup>	1,125 mil milhões de euros
31/12/2021	133%		
		<b>Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)</b>	
		31/12/2022	34,4 %
		31/12/2021	32,7%
		<b>Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)</b>	
		31/12/2022	48,1 mil milhões de euros
		31.12.2021 <sup>4</sup>	43,3 mil milhões de euros
		<b>Rácio de financiamento estável líquido (NSFR)</b>	
		31/12/2022	120%
		31/12/2021	121 %

<sup>1</sup> A partir do primeiro trimestre de 2022, os valores de alavancagem são apresentados tal como comunicados, uma vez que a definição de "fully loaded" foi eliminada, resultando apenas numa diferença imaterial

<sup>2</sup> As informações comparativas relativas a períodos anteriores baseiam-se na definição anterior do Deutsche Bank de "fully loaded"

<sup>3</sup> Desde 1 de abril de 2022, o Deutsche Bank deixou de excluir determinadas posições em risco de bancos centrais (no montante de 99 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), com base no artigo 429.º-A, n.º 1, alínea n), do CRP, e na Decisão 2021/1074 do BCE, uma vez que esta isenção temporária durante a pandemia de COVID-19 terminou em 31 de março de 2022; não aplicando a exclusão temporária de determinadas posições em risco de bancos centrais, a exposição de alavancagem era de 1223 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que corresponde a um rácio de alavancagem de 4,5%

<sup>3</sup> Em dezembro de 2021 o sNLP foi atualizado de 47,6 mil milhões de euros para 43,3 mil milhões de euros devido a uma alteração de modelo para uma variante de produto na carteira do Investment Bank

Além disso, o Deutsche Bank avalia regularmente os impactos potenciais dos riscos no balanço e na rentabilidade através de revisões de carteira e testes de esforço. Os testes de esforço também são usados para testar a resiliência dos planos estratégicos do Deutsche Bank. Os resultados destes testes indicam que o capital e as reservas de liquidez atualmente disponíveis, em combinação com as medidas de mitigação disponíveis, são suficientes para resistir a períodos de esforço potencial.

O Grupo concluiu que os riscos, tal como descritos acima ou nas secções seguintes, aos quais o Deutsche Bank está exposto, incluindo potenciais impactos na estratégia empresarial, fornecem uma imagem verdadeira e justa do perfil de risco.

Para obter detalhes adicionais, consulte as secções "Perfil de risco", "Apetência pelo risco e capacidade de risco", "Plano de risco e de capital", "Testes de esforço", "Planeamento de recuperação e resolução", "Gestão do risco e de capital", "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL", "Rácio de cobertura de liquidez" e "Testes de esforço e análise de cenários".

## Perfil de risco

A tabela abaixo mostra a posição de risco global do Deutsche Bank, medida pela procura de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico nas datas especificadas. A posição de risco económico global do Deutsche Bank também considera normalmente os benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

### Posição de risco global, medida pela procura de capital económico por tipo de risco

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022	31 dez 2021	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021	
			em milhões de euros	em %
Risco de crédito	11.802	11.725	76	1
Risco de mercado	6.355	7.920	(1.565)	(20)
Risco de mercado relacionado com a negociação	1.387	2.292	(904)	(39)
Risco de mercado não relacionado com a negociação	4.968	5.628	(660)	(12)
Risco operacional	4.668	4.937	(270)	(5)
Risco estratégico	1.854	3.173	(1.319)	(42)
Vantagem de diversificação <sup>1</sup>	(3.778)	(4.213)	435	(10)
<b>Total de procura de capital económico</b>	<b>20.900</b>	<b>23.542</b>	<b>(2.642)</b>	<b>(11)</b>

<sup>1</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico

Em 31 de dezembro de 2022, a procura de capital económico do Deutsche Bank ascendia a 20,9 mil milhões de euros, ou seja, 2,6 mil milhões de euros ou 11% menos do que a procura de capital económico de 23,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, impulsionado por reduções na procura de capital económico, risco de mercado, risco estratégico e risco operacional parcialmente compensado pelo benefício da diversificação.

A procura de capital económico para risco de mercado totalizava 6,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, o que era de 1,6 mil milhões de euros, ou 20%, inferior em comparação com o final do ano de 2021. A diminuição deveu-se principalmente à redução do crédito e do inventário de empréstimos grossistas no Investment Bank e à redução da exposição ao crédito nos ativos do plano de pensões de benefícios definidos do Grupo, à diminuição do risco acionista decorrente dos planos de remuneração com base em ações e à diminuição da exposição às taxas das atividades de financiamento da Tesouraria.

A categoria de risco estratégico inclui o capital económico decorrente do risco de volatilidade dos resultados (que também inclui perdas potenciais de ativos de software), o risco de redeterminação fiscal e um requisito de capital para o risco relacionado com os ativos por impostos diferidos sobre diferenças temporárias. O capital económico para risco estratégico diminuiu para 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, 1,3 mil milhões de euros, ou 42%, inferior em comparação com o valor em 31 de dezembro de 2021. Esta redução reflete a implementação de uma melhoria do modelo para os ativos de software, a redução dos ativos por impostos diferidos sobre as diferenças temporárias e a diminuição do risco de redeterminação fiscal.

A utilização de capital económico para o risco operacional totalizou 4,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, sendo inferior em 0,3 mil milhões de euros (5%) relativamente à utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2021, no total de 4,9 mil milhões de euros. Em linha com o desenvolvimento dos RWA para risco operacional do Grupo, a diminuição foi em grande parte impulsionada por um perfil de perdas internas mais leve, em particular uma menor frequência de perdas que alimenta o modelo de capital do Grupo. Para obter uma descrição detalhada, consulte a secção “Gestão do risco operacional”.

O benefício da diversificação entre riscos da procura de capital económico entre riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico totalizava 3,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, o que era 0,4 mil milhões de euros, ou 10%, inferior em comparação com o final do ano de 2021. Esta diminuição reflete principalmente alterações no perfil do tipo de risco subjacente.

O mix de atividades de negócio do Deutsche Bank resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas divisões de negócio. O Grupo também mede os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios e tem em conta os efeitos de risco transversal ao nível do grupo.

## Perfil de risco das divisões do Deutsche Bank medido pelo capital económico

31 dez 2022

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	2.760	4.259	2.344	53	194	2.192	11.802	56
Risco de mercado	343	1.177	662	180	108	3.886	6.355	30
Risco operacional	424	1.852	611	273	1.507	0	4.668	22
Risco estratégico	0	0	0	0	0	1.854	1.854	9
Vantagem de diversificação <sup>1</sup>	(440)	(1.308)	(543)	(162)	(758)	(567)	(3.778)	(18)
<b>Total de CE</b>	<b>3.088</b>	<b>5.980</b>	<b>3.073</b>	<b>344</b>	<b>1.051</b>	<b>7.365</b>	<b>20.900</b>	<b>100</b>
Total de EC em %	15	29	15	2	5	35	100	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico

31 dez 2021

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	2.984	4.869	2.519	60	376	917	11.725	50
Risco de mercado	306	2.094	570	83	140	4.728	7.920	34
Risco operacional	446	2.002	602	269	1.619	0	4.937	21
Risco estratégico	242	10	32	0	1	2.888	3.173	13
Vantagem de diversificação <sup>1</sup>	(478)	(1.533)	(540)	(145)	(826)	(693)	(4.213)	(18)
<b>Total de CE</b>	<b>3.500</b>	<b>7.442</b>	<b>3.183</b>	<b>267</b>	<b>1.309</b>	<b>7.840</b>	<b>23.542</b>	<b>100</b>
Total de EC em %	15	32	14	1	6	33	100	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico

O perfil de risco do Corporate Bank é dominado pelos produtos e serviços oferecidos de Financiamento ao Comércio, Banca Comercial e Gestão de Tesouraria. A procura de capital económico deve-se, em grande parte, ao risco de crédito e é predominantemente impulsionada pelos negócios de Financiamento ao Comércio e Clientes Comerciais. A procura de capital económico para o Corporate Bank diminuiu 0,4 mil milhões de euros em comparação com o final de 2021, principalmente devido a risco estratégico decorrente de alterações no processo de afetação de negócio e devido a uma redução na exposição a riscos de crédito.

O perfil de risco do Investment Bank é dominado pelas suas atividades de financiamento e trading, as quais originam todos os principais tipos de risco. O risco de crédito no Investment Bank está amplamente distribuído pelas unidades de negócio, mas com maior destaque no Global Credit Trading, Rates e Leveraged Debt Capital Markets. O risco de mercado decorre principalmente das atividades de negociação e criação de mercado. A procura de capital económico para o Investment Bank aumentou 1,5 mil milhões de euros em comparação com o final de 2021, em resultado de riscos de mercado e de crédito mais baixos. A procura de capital económico para cobertura do risco de mercado diminuiu 0,9 mil milhões de euros, devido sobretudo a níveis mais baixos de existências de obrigações de empresas e a uma redução da carteira de empréstimos com alavancagem e de imóveis comerciais. A redução de 0,6 mil milhões de euros das exigências de capital económico para o risco de crédito deveu-se a um menor risco de contraparte em áreas como o imobiliário comercial e a carteira de empréstimos com alavancagem.

O perfil de risco do Private Bank inclui negócios com clientes alemães de retalho, de retalho internacional e de negócios, bem como clientes de gestão de património que geram riscos de crédito, bem como riscos de mercado não relacionados com a negociação decorrentes do risco de investimento, da modelação de depósitos de clientes e do risco de spread de crédito. A procura de capital económico para o Private Bank diminuiu 0,1 mil milhões de euros em comparação com o final de 2021, principalmente impulsionada por um menor risco de crédito, de 0,2 mil milhões de euros, devido a efeitos de diversificação e a uma melhoria da qualidade do balanço. Esta situação foi parcialmente compensada por um risco de mercado mais elevado, no valor de 0,1 mil milhões de euros, decorrente da alteração da conjuntura das taxas de juro que afetou os empréstimos e depósitos dos clientes privados.

A Asset Management, enquanto gestor de ativos fiduciário, investe dinheiro em nome dos clientes. Como tal, os principais fatores de risco são não financeiros. A procura de capital económico para o risco de mercado é impulsionada principalmente por riscos de mercado não relacionado com a negociação, que surgem em produtos de garantia e investimentos nos fundos. As necessidades de capital económico para a gestão de ativos aumentaram 0,1 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior, principalmente devido à redução do impacto da diversificação.

A Capital Release Unit continuou a sair e a reduzir os ativos não estratégicos ao longo de 2022. A redução do risco entre tipos de risco alcançada ao longo do ano levou a uma redução na procura de capital económico de 0,3 mil milhões de euros em comparação com o final do ano de 2021. Esta diminuição foi parcialmente compensada por um menor benefício de diversificação resultante da redução da carteira.

O perfil de risco do segmento Corporate & Other inclui principalmente o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco cambial estrutural, o risco de pensões, o risco de compensação de ações e o risco de taxa de juro de Tesouraria, o risco de crédito decorrente dos investimentos de Tesouraria, bem como o risco estratégico decorrente do risco de redeterminação fiscal, os riscos relacionados com os ativos de software e um encargo de capital relacionado com os ativos por impostos diferidos IFRS sobre diferenças temporárias. A procura de capital económico para o segmento Corporate & Other diminuiu 0,5 mil milhões de euros em comparação com o final do ano de 2021, em resultado da redução do risco de mercado e estratégico, parcialmente compensado por um aumento no risco de crédito. O capital económico exigido para o risco estratégico diminuiu mil milhões de euros devido à aplicação de um modelo melhorado para os ativos de software, à redução dos ativos por impostos diferidos sobre as diferenças temporárias e à diminuição do risco de redeterminação fiscal. A exigência de capital económico para o risco de mercado diminuiu 0,8 mil milhões de euros, devido à redução da exposição ao crédito nos ativos do plano de pensões de benefícios definidos do Grupo, a um menor risco de ações decorrente dos planos de remuneração com base em ações e a uma redução do risco de base cambial. Esta situação foi parcialmente compensada por um aumento do risco de crédito de 1,3 mil milhões de euros, devido sobretudo a exposições mais elevadas na carteira de obrigações do Estado do Deutsche Bank.



# Quadro de risco e de capital

## Princípios de gestão do risco

O modelo de negócio do Deutsche Bank implica, por inerência, a assunção de riscos. Os riscos podem ser financeiros e não financeiros e incluir riscos patrimoniais e extrapatrimoniais. O objetivo do Deutsche Bank é criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O quadro de gestão do risco contribui para isso, alinhando a gestão de risco planeada e efetiva com a apetência pelo risco, tal como expresso pelo Conselho de Administração, estando ao mesmo tempo em linha com o nosso capital e liquidez disponíveis.

O quadro de gestão do risco do Deutsche Bank é constituído por várias componentes, que incluem os mecanismos de controlo interno estabelecidos. São definidos princípios e normas para cada componente:

- As estruturas organizacionais devem seguir o modelo de três linhas de defesa ("3LoD") com uma definição clara de funções e responsabilidades para todos os tipos de risco.
- A 1.ª linha de defesa ("1st LoD") refere-se àquelas funções no banco cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros, e que detêm e são responsáveis por estes riscos. A 1.ª LoD gere estes riscos dentro da apetência pelo risco definida, estabelece uma governação de risco e uma cultura de risco adequadas e adere aos quadros de tipo de risco definidos pela 2.ª Linha de Defesa ("2nd LoD")
- A 2.ª LoD refere-se às funções do Banco que definem o quadro de gestão do risco para um tipo de risco específico. A 2.ª LoD avalia e questiona de forma independente a implementação do quadro do tipo de risco e a adesão à apetência pelo risco, e atua como consultor à 1.ª LoD sobre a forma de identificar, avaliar e gerir os riscos.
- A 3.ª Linha de Defesa ("3rd LoD") é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno
- Todos os colaboradores devem atuar como gestores de risco em coerência com a apetência pelo risco do banco, normas e valores de gestão do risco
- A apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração deve ser em cascata e cumprida em todas as dimensões do Grupo, com consequências adequadas em caso de violação
- Os riscos devem ser identificados e avaliados
- Os riscos devem ser geridos ativamente, incluindo a redução adequada dos riscos e sistemas de controlo interno eficazes
- Os riscos devem ser medidos e comunicados utilizando dados precisos, completos e em tempo real, através de modelos aprovados
- Devem ser realizados testes de esforço regulares contra cenários adversos e deve ser estabelecido um planeamento adequado de resposta a crises

O Grupo promove uma forte cultura de risco em que todos os colaboradores devem compreender plenamente e ter uma visão holística dos riscos que podem resultar das suas ações, compreender as consequências e geri-las adequadamente em relação à apetência pelo risco do banco. O banco prevê que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o Código de Conduta do banco. Para promover este objetivo, as políticas do Deutsche Bank exigem que os riscos assumidos (incluindo contra a apetência pelo risco) devem ser tidos em consideração durante a avaliação comportamental e nos processos de remuneração do banco. Esta expectativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e cursos de formação obrigatórios para todos os colaboradores do DB. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

O sistema de gestão de riscos e de controlo interno do Deutsche Bank é descrito com mais pormenor no relatório do Deutsche Bank sobre o Pilar 3 (especificamente na secção "Objetivos e políticas de gestão de riscos, Risco empresarial"). O sistema de gestão do risco e de controlo interno abrange igualmente os objetivos relacionados com a sustentabilidade (tal como descrito no Relatório Não Financeiro de 2022, especificamente nos capítulos "Estratégia e implementação da sustentabilidade" e "Risco climático").

O Conselho de Administração é da opinião de que foi estabelecido um quadro de gestão do risco e um sistema de controlo interno que são, na sua totalidade, adequados e eficazes para o modelo de negócio e o perfil de risco do banco.

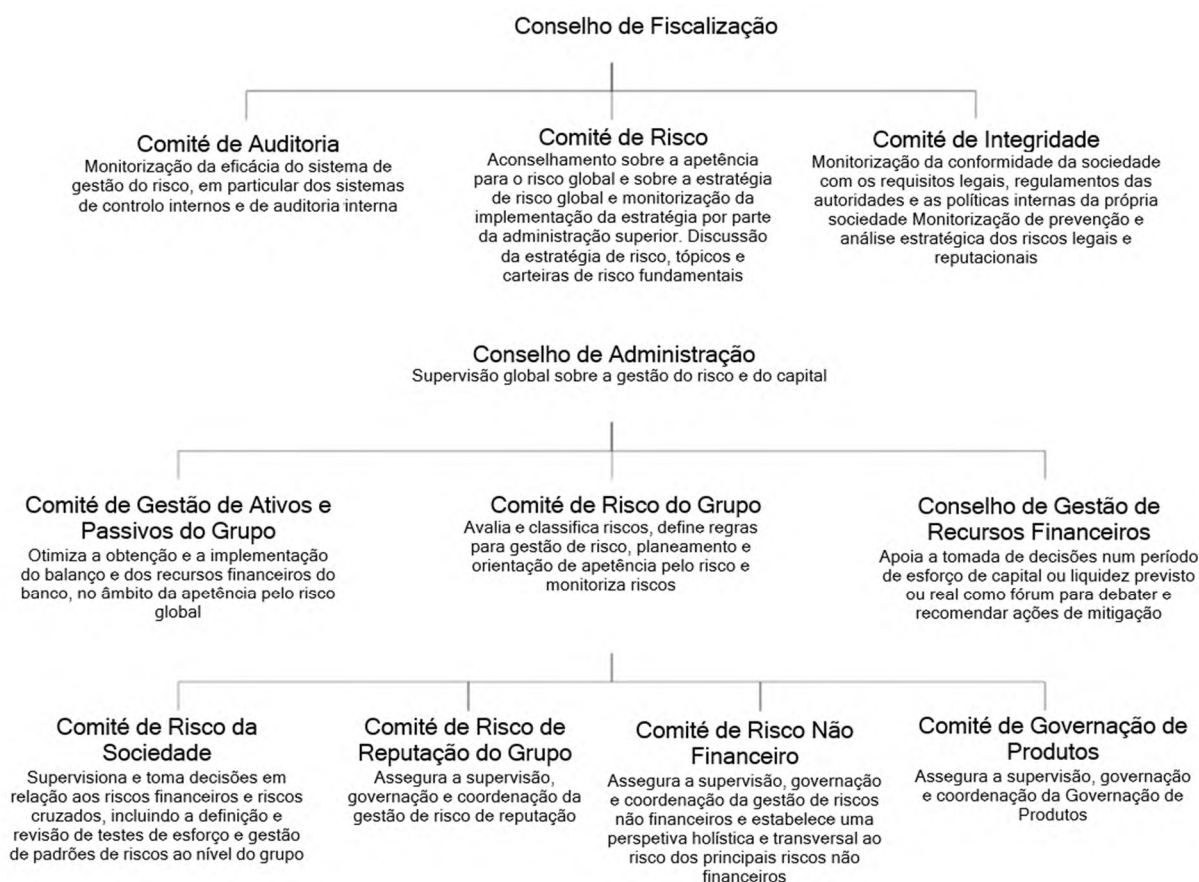
## Governança do risco

As operações do Deutsche Bank são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que o banco exerce a sua atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (BCE) e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as principais entidades de supervisão do Deutsche Bank, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diversos níveis de gestão garantem uma governança do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank é informado regularmente sobre a situação, a gestão e o controlo dos riscos, incluindo os riscos para a reputação e os casos de litígios importantes, tendo criado vários comités para tratar de assuntos específicos (para uma descrição pormenorizada destes comités, consultar o "Relatório sobre o Governo da Sociedade", na secção "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização", "Comités Permanentes")
  - Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração informa sobre as exposições ao risco atuais e futuras, as carteiras, a apetência e a estratégia de risco e as questões consideradas relevantes para a avaliação e supervisão da situação de risco do Deutsche Bank AG; informa também sobre os empréstimos que exigem uma resolução do Conselho de Fiscalização, nos termos da lei ou dos Estatutos; o Comité de Risco presta aconselhamento sobre questões relacionadas com a apetência global pelo risco, a posição de risco agregada e a estratégia de risco e mantém o Conselho de Fiscalização informado sobre as suas atividades
  - O Comité de Supervisão Regulamentar, entre outras responsabilidades, monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as políticas da própria empresa; analisa também os códigos de conduta e de ética do banco, bem como o seu quadro de políticas e, a pedido, apoia o Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do banco; o Conselho de Administração informa o comité sobre os contactos com os reguladores com uma relevância significativa para a atividade do negócio
  - O Comité de Auditoria, entre outras matérias, apoia o Conselho de Fiscalização no controlo da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, bem como na correção, por parte do Conselho de Administração, das deficiências identificadas
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Deutsche Bank Group, em conformidade com a lei, os Estatutos e o seu mandato, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas relacionadas com a empresa; o Conselho de Administração é responsável por assegurar uma organização empresarial adequada, incluindo uma gestão de riscos apropriada e eficaz, bem como o cumprimento dos requisitos legais e das orientações internas; o Conselho de Administração instituiu o Comité de Risco do Grupo como fórum central para a análise e decisão sobre riscos importantes e questões relacionadas com o capital; o Comité de Risco do Grupo reúne-se geralmente uma vez por semana; delegou algumas das suas funções a indivíduos e subcomités; o Comité de Risco do Grupo e os seus subcomités são descritos mais pormenorizadamente a seguir

Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O Comité de Risco do Grupo tem várias funções e competências específicas, incluindo a aprovação de modelos de risco e de capital novos ou alterados e a análise do inventário de riscos, das carteiras de risco de alto nível, da evolução da exposição ao risco e dos resultados dos testes de esforço internos e regulamentares a nível do Grupo; além disso, o Comité de Risco do Grupo analisa e recomenda elementos para aprovação do Conselho de Administração, como os princípios fundamentais de gestão do risco, a declaração de apetência pelo risco do Grupo, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, os parâmetros globais de apetência pelo risco e os indicadores de recuperação e de escalonamento; o Comité de Risco do Grupo também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento do risco e do capital a nível do Grupo
- O Comité de Risco Não Financeiro supervisiona, rege e coordena a gestão dos riscos não financeiros no Deutsche Bank Group e estabelece uma perspectiva transversal e holística dos principais riscos não financeiros do Grupo, incluindo o risco de conduta e de criminalidade financeira; está incumbido de definir o quadro de tolerância da apetência pelo risco não financeiro, de acompanhar e controlar a eficácia do modelo operacional do risco não financeiro (incluindo as interdependências entre as divisões empresariais e as funções de controlo) e de acompanhar a evolução dos riscos não financeiros emergentes relevantes para o Grupo
- O Comité de Risco de Reputação do Grupo é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e prevê um processo de análise e de ensinamentos colhidos; as questões são remetidas para o Comité de Risco de Reputação do Grupo em circunstâncias excecionais - pode ser o caso se uma questão for recusada pelo Comité de Risco de Reputação Regional e for objeto de recurso por parte do departamento ou se o Comité de Risco de Reputação Regional não conseguir chegar a uma decisão por maioria de dois terços; o Comité Regional do Risco de Reputação, que é um subcomité do Comité do Risco de Reputação do Grupo, é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões, em nome do Conselho de Administração

- O Comitê de Risco Empresarial foi criado com o mandato de se concentrar nas tendências de risco a nível da empresa, nos eventos e nas carteiras de risco cruzadas, reunindo peritos de risco de várias disciplinas de risco; no âmbito do seu mandato, o Comitê de Risco Empresarial aprova o inventário de risco do grupo, determinados aumentos dos limiares por país e por sector e as linhas gerais da conceção de cenários para testes de esforço mais severos a nível do grupo, bem como testes de esforço inversos; analisa os resultados dos testes de esforço a nível do grupo de acordo com a apetência pelo risco, analisa as perspectivas de risco, os riscos emergentes e os tópicos com implicações de risco a nível da empresa; supervisiona o quadro de risco climático e ambiental
- O Comitê de Governança de Produtos está incumbido de assegurar que haja supervisão, governação e coordenação adequadas da governação de produtos no Grupo, estabelecendo uma perspectiva transversal ao risco e holística dos principais riscos financeiros e não financeiros associados a produtos e transações ao longo do ciclo de vida
- O Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros é um órgão de governação ad-hoc, presidido pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor de Risco, com autoridade delegada pelo Conselho de Administração, para supervisionar a gestão de crises financeiras no banco; o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros constitui um fórum único para supervisionar a execução do plano de financiamento de emergência e do plano de recuperação do Grupo; o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros recomenda medidas de atenuação a tomar em caso de stress de capital ou de liquidez, previsto ou efetivo; especificamente, o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros está encarregado de analisar a posição de capital e de liquidez do banco, em antecipação de um cenário de stress, recomendando propostas para questões relacionadas com o capital e a liquidez e supervisionando a execução das decisões
- O Comitê de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo foi estabelecido pelo Conselho de Administração com o mandato de otimizar a origem e a implementação do balanço do banco e os recursos financeiros no âmbito da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração

O Diretor de Risco do Deutsche Bank, que é membro do Conselho de Administração, tem a responsabilidade a nível do Grupo e supradivisional, de estabelecer um quadro de gestão do risco com identificação, mensuração, monitorização, mitigação e relato adequados de riscos de liquidez, crédito, mercado, negócio, modelo e não financeiros (incluindo riscos operacionais e reputacionais). No entanto, os quadros para determinados riscos são estabelecidos por outras funções, de acordo com o plano de afetação de negócios.

O Diretor de Risco tem responsabilidade direta pela gestão da função do Departamento de Risco. Os deveres de controlo e gestão do risco na função do Departamento de Risco são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco estabelecida pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões e respetivas unidades de negócio
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão
- Estabelecer e aprovar limites de risco
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão

Os Diretores de Risco de cada divisão empresarial, bem como em cada região, tendo uma visão holística do respetivo negócio, desafiam e influenciam as estratégias das divisões e das regiões, a consciência e a propriedade do risco, bem como o cumprimento da apetência pelo risco.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões de negócio, as funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que o banco assume.

## Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado e dos tipos de risco que o Deutsche Bank está disposto a assumir para alcançar os seus objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que o Deutsche Bank pode assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos processos de planeamento de negócio através do plano e da estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, o contexto de negócios e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a capacidade e apetência pelo risco, são determinados diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e são definidos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. O Deutsche Bank atribui indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais o Deutsche Bank está exposto e que funcionam como indicadores da saúde financeira. Adicionalmente, o quadro de governação da gestão de risco e recuperação está associado ao quadro de apetência pelo risco.

Os relatórios relativos ao perfil de risco em comparação com a apetência pelo risco e estratégia de risco do Deutsche Bank, e a monitorização das mesmas, são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco pretendida for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos órgãos de governação apropriados.

## Plano de risco e de capital

### Plano estratégico e de capital

O Deutsche Bank realiza anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico enquanto Grupo e para as áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intra-anual do desempenho. Dessa forma, o Grupo procura identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os principais objetivos de resultados do Deutsche Bank (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão, compostos por um plano operacional discriminado mensalmente para o primeiro ano; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica do banco. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano Estratégico e de Capital foi concebido para reforçar a nossa visão de sermos um banco alemão líder, com fortes raízes europeias e uma rede global, e tem como objetivo assegurar:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco
- conformidade com os requisitos regulamentares
- uma posição sólida de capital e liquidez
- estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco
- avaliar a nossa adequação de capital no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar)
- aplicar análises de testes de esforço apropriadas para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com o objetivo de evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo (SREP) relacionados com o rácio de solvabilidade, tal como expressos pelo nosso supervisor interno.

Em fevereiro de 2022, o BCE informou o Deutsche Bank da sua decisão, com efeitos a partir de 1 de março de 2022, de que o requisito do Pilar 2 do banco permanece inalterado em comparação com 2021. Isto resulta no requisito do Pilar 2 do BCE para 2,50% dos ativos ponderados pelo risco. Em 31 de dezembro de 2022, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10,48%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 12,45% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 15,07%. Este requisito de capital de CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 1,41 %, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (sujeito a alterações ao longo do ano) de 0,07% e o mais alto do nosso amortecedor G-SII/O-SII de 2,00 %. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,47%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,63%. Além disso, o BCE comunicou ao Deutsche Bank que a sua expectativa individual de manter um complemento de capital de CET 1 de Pilar 2, geralmente referido como "orientação de Pilar 2" será vista apenas como orientação e – pelo menos até ao final de 2022 – uma violação desta orientação não irá desencadear a necessidade de fornecer um plano de restabelecimento do capital ou a necessidade de executar medidas para a reconstrução do capital de CET 1.

Em 22 de dezembro de 2022, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2023, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, na sequência dos resultados do SREP de 2022. A decisão fixou o requisito de Pilar 2 do BCE em 2,70% dos ativos ponderados pelo risco, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023, dos quais pelo menos 1,52% devem ser cobertos por capital de CET 1 e 2,03% por capital de Tier 1.

Em janeiro de 2022, o BaFin anunciou um amortecedor contracíclico de 0,75% para a Alemanha, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2023, o que se traduz em aproximadamente 30bps de requisitos de capital CET 1 necessário para o Grupo Deutsche Bank, dada a nossa atual quota-parte de exposição ao crédito alemão. Além disso, o BaFin anunciou uma reserva de risco sistémico sectorial de 2% para as exposições imobiliárias residenciais alemãs, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2023, o que se traduz em cerca de 20bps de requisitos de capital CET 1 para o Deutsche Bank Group, considerando a nossa atual exposição imobiliária residencial alemã.

## Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank consiste em várias componentes bem estabelecidas que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos aos quais o banco está continuamente exposto:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação dos riscos constitui a base do ICAAP e resulta num inventário dos riscos para o Grupo; todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade; para mais informações, consulte a secção "Identificação e avaliação do risco"
- Procura de capital/medição do risco: Os modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital regulatório e económico que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez; para mais informações, consulte as secções "Perfil de risco" e "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL"
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição dos recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas; para mais informações, consulte as secções "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL" e "Adequação de capital económico"
- Apetência pelo risco: O Deutsche Bank estabeleceu um conjunto de declarações qualitativas, indicadores quantitativos e limiares que exprimem o nível de risco que o Deutsche Bank está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos; a ultrapassagem dos limiares está sujeita a um quadro de governação específico que desencadeia medidas de gestão destinadas a salvaguardar a adequação dos fundos próprios; para mais informações, consulte as secções "Apetência e capacidade de risco" e "Principais indicadores de risco"
- Planeamento de capital: Os limiares de apetência pelo risco para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos no plano do capital para proteger a adequação de capital numa base prospetiva; para mais informações, consulte a secção "Plano estratégico e de capital".
- Testes de esforço: Os valores do plano de capital são também considerados em vários cenários de teste de esforço para comprovar a resiliência e a viabilidade global do banco; os indicadores de adequação dos fundos próprios regulamentares e económicos são também sujeitos a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários hipotéticos de esforço e para detetar vulnerabilidades em situações de esforço; para mais informações, consulte a secção "Testes de esforço"
- Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação dos fundos próprios seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma declaração anual específica sobre a adequação dos fundos próprios (CAS); a avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação dos fundos próprios do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e a medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação dos fundos próprios numa base prospetiva

Como parte do respetivo ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva interna normativa e uma perspetiva interna económica. A perspetiva interna normativa refere-se a uma avaliação plurianual da capacidade de cumprir todos os requisitos legais relacionados com o capital e as exigências de supervisão numa base contínua sob um cenário de base e um cenário adverso. A perspetiva económica interna refere-se a um processo interno utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas se centram na manutenção da continuidade do Deutsche Bank.

## Testes de esforço

O Deutsche Bank implementou um quadro de teste de esforço para satisfazer os requisitos de testes de esforço internos e externos. Os testes de esforço internos são baseados em métodos desenvolvidos internamente e envolvem vários casos de utilização de gestão do risco (tipo de risco específico, bem como risco transversal). Os testes de esforço internos são parte integrante do quadro de gestão do risco do Deutsche Bank, complementando as medidas de risco tradicionais. O quadro de teste de esforço do risco abrangente, o Group Wide Stress Test Framework (GWST), atende vários processos de gestão bancária, em particular o processo de planeamento estratégico, o ICAAP, o quadro de apetência pelo risco e a atribuição de capital. É realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do plano de capital do banco em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Os testes de esforço regulamentares, como por exemplo o teste de esforço da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o teste CCAR (Comprehensive Capital Analysis and Review) baseado nos EUA, seguem rigorosamente os processos e as metodologias previstas pelas autoridades reguladoras.

Os testes de esforço internos do Deutsche Bank são realizados regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave, bem como de eventos adversos específicos do banco, no perfil de risco e na posição financeira do banco. O quadro de testes de esforço do banco compreende abordagens regulares baseadas nas sensibilidades e em cenários que abordam diferentes gravidades e localizações regionais importantes. Todos os tipos de riscos importantes são incluídos nas atividades de teste de esforço. Estas atividades são complementadas por análises pessimistas específicas da carteira e do país, bem como por mais requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. As metodologias aplicadas são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Gestão do risco do modelo), para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço.

A fase inicial do teste de esforço do risco transversal do Deutsche Bank consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela ERM Risk Research, em colaboração com especialistas empresariais através de um Conselho de conceção de cenários formal de fórum de governação. A ERM Risk Research monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na atividade do banco. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos modelos internos de testes de esforço do banco, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como o rácio de CET 1, o rácio de ECA, o rácio de MREL e o rácio de alavancagem em esforço. Também são considerados os impactos do esforço no rácio de cobertura de liquidez (LCR) e nas reservas de liquidez. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é de um a cinco anos, dependendo do caso de utilização e dos pressupostos do cenário. O Comité de Risco da Sociedade (ERC) analisa os resultados finais do esforço. Após a comparação desses resultados com a apetência pelo risco definida do banco, o ERC debate ainda medidas específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco.

Os testes de esforço ao nível do grupo realizados em 2022 indicaram que a capitalização do banco, aliada às medidas de mitigação disponíveis, conforme definido no Plano de Recuperação do Grupo, permitem alcançar o nível de saída de esforço definido internamente.

O teste de esforço inverso de risco transversal alavanca o quadro GWST e é tipicamente realizado anualmente para desafiar o modelo de negócio do Deutsche Bank ao determinar cenários que pudessem fazer com que o banco se tornasse inviável. Este teste de esforço inverso baseia-se num cenário macroeconómico hipotético melhorado por eventos idiossincráticos com base nos principais riscos monitorizados para cada tipo de risco. Comparando o cenário de inviabilidade com o ambiente económico atual, considera-se que a probabilidade de ocorrência de um tal cenário hipotético de stress é extremamente baixa. Assim sendo, o banco considera que a continuidade das suas atividades não está em risco.

A partir do final de 2020, o Deutsche Bank reforçou ainda mais o seu quadro, aumentando a frequência do cenário de Apetência pelo Risco para mensal, permitindo assim um controlo mais rigoroso da apetência pelo risco.

Além do GWST, que inclui todos os tipos de risco importantes e os principais fluxos de receitas, o Deutsche Bank dispõe de programas de teste de esforço individuais para todos os indicadores de risco relevantes em linha com os requisitos regulamentares. Os programas de teste de esforço relevantes são descritos nas secções acerca dos métodos individuais de gestão do risco.



## Quadro GWST do Grupo Deutsche Bank



O Deutsche Bank também participou no teste de esforço CCAR baseado nos EUA, conforme implementado nos termos da Lei Dodd-Frank dos EUA. A Reserva Federal (FRB) divulgou publicamente o esgotamento do capital de stress para a DB USA Corporation e a DWS USA Corporation; isto demonstrou que cada entidade permanece muito bem capitalizada mesmo depois de suportar um ambiente hipotético de stress grave.

Em 2022, o banco participou no primeiro teste de esforço do BCE sobre o risco climático (CST22), com o objetivo de avaliar as capacidades de teste de esforço dos bancos europeus em matéria de risco climático e as suas vulnerabilidades aos riscos físicos e de transição, com base em determinados pressupostos e numa série de cenários climáticos. O resultado da CST22 não teve implicações diretas em termos de capital, mas contribuiu para a avaliação anual do SREP de uma forma qualitativa.

## Sistemas de medição e relatório do risco

Os sistemas de medição do risco do Deutsche Bank servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacionais, reputação, empresariais e de modelos. A infraestrutura de risco incorpora as entidades jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, limiares ou objetivos destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas no âmbito da função de Diretor Financeiro e Diretor de Risco assumem a responsabilidade pela medição, análise e comunicação dos riscos, promovendo simultaneamente a qualidade e integridade suficientes dos dados relacionados com o risco. Os sistemas de gestão do risco do Grupo são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

A comunicação do Deutsche Bank é uma parte integrante da abordagem de gestão do risco do Deutsche Bank e, como tal, está em consonância com a configuração organizacional que fornece informações consistentes ao nível do Grupo e para entidades jurídicas importantes, bem como discriminações por tipos de risco, divisão e unidades de negócio importantes.

Os princípios a seguir indicados orientam as práticas de "mensuração e comunicação dos riscos" do Deutsche Bank:

- O Deutsche Bank monitoriza os riscos assumidos em relação à apetência pelo risco e às contrapartidas de risco/retorno em vários níveis do Grupo, por exemplo, ao nível do Grupo, das divisões, das unidades de negócio importantes, das entidades jurídicas importantes, dos tipos de risco, das classes de ativos materiais, da carteira e das contrapartes.
- A comunicação dos riscos tem de ser precisa, clara, útil e completa, bem como transmitir dados de risco reconciliados e validados para comunicar informações de forma concisa, com vista a garantir que, para os riscos financeiros e não financeiros significativos, o perfil de risco do banco seja claramente compreendido.
- Os comités de risco sénior, tais como o Comité de Risco da Sociedade e o Comité de Risco do Grupo, e o Conselho de Administração, responsáveis pela gestão do risco e capital, recebem relatórios com regularidade (bem como relatórios ad-hoc conforme necessário).
- As equipas dedicadas no Deutsche Bank gerem de forma pró-ativa os riscos financeiros e não financeiros significativos e têm de garantir que as informações de gestão exigidas existem para permitir a identificação e a gestão pró-ativas dos riscos e evitar concentrações excessivas num tipo de risco específico e entre riscos (perspetiva de risco transversal).

Ao aplicar os princípios suprarreferidos, o Deutsche Bank mantém uma base comum para todos os relatórios de risco e visa reduzir os esforços segregados de relato, de modo a permitir ao Deutsche Bank o fornecimento de informações consistentes, apenas distintas devido à granularidade e ao foco no público-alvo.

O Banco identifica um grande número de indicadores nos seus sistemas de medição do risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de riscos e tipos de risco importantes. O Deutsche Bank designa um subconjunto desses indicadores como "Indicadores de risco fundamentais" que representam os indicadores mais críticos, para os quais o Banco aplica uma apetência, um limite, um limiar ou um objetivo ao nível do Grupo, e/ou são apresentados sistematicamente à direção para discussão ou tomada de decisões. Os Indicadores de risco fundamentais identificados incluem os indicadores de adequação de capital e liquidez; pode encontrar mais detalhes na secção "Indicadores de risco fundamentais".

Embora sejam utilizados vários relatórios no Banco, o Deutsche Bank designa um subconjunto desses relatórios como "Relatórios de risco fundamentais", os quais são essenciais para apoiar o quadro de gestão do risco do Deutsche Bank através do fornecimento de informações de risco à direção e, deste modo, permitir que os órgãos de governo relevantes monitorizem, realizem e controlem adequadamente as atividades de assunção de risco do Banco. Para assegurar que os Relatórios de riscos principais satisfazem os requisitos dos destinatários, as funções que produzem relatórios verificam regularmente se os Relatórios de riscos principais são claros e úteis.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação do Deutsche Bank informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O relatório mensal sobre o perfil de risco e de capital é um relatório transversal, que proporciona uma visão global do perfil de risco do Deutsche Bank e é utilizado para informar o CEI, o Comité de Risco do Grupo, bem como o Conselho de Administração e, subsequentemente, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização; o perfil de risco e de capital inclui sínteses específicas por tipo de risco e por atividade, bem como tópicos de risco a nível da empresa; inclui também atualizações sobre os principais indicadores de apetência pelo risco do Grupo e outros indicadores de controlo do tipo de risco da carteira, bem como atualizações sobre a evolução dos principais riscos, destacando áreas de particular interesse com atualizações sobre as correspondentes estratégias de gestão do risco
- O Relatório Semanal de Risco é um resumo semanal que abrange questões de alto nível sobre as principais áreas de risco e é apresentado todas as sextas-feiras aos membros do Comité de Risco Empresarial, do Comité de Risco do Grupo e do Conselho de Administração e, subsequentemente, aos membros do Comité de Risco do Conselho de Fiscalização; o Relatório Semanal de Risco caracteriza-se pela natureza ad-hoc dos seus comentários, bem como pela cobertura de temas, e centra-se em métricas de risco mais voláteis
- O Deutsche Bank realiza vários testes esforço macroeconómicos em todo o Grupo. Um cenário mensal de apetência pelo risco serve para definir e monitorizar regularmente a apetência do banco por perdas em situações de stress; além disso, existem cenários de atualidade que são comunicados e discutidos no Comité de Risco Empresarial e encaminhados para o Comité de Risco do Grupo, se tal for considerado necessário; os principais indicadores de desempenho em situação de stress são comparados com os limiares de apetência pelo risco do Grupo

Embora os relatórios suprarreferidos sejam utilizados ao nível do Grupo para monitorizar e analisar o perfil de risco do Deutsche Bank de forma holística, existem outros relatórios de gestão normalizados e pontuais complementares, incluindo para Tipos de Risco ou Carteiras de Foco, que são utilizados para monitorizar e controlar o perfil de risco.

## Planeamento de recuperação e resolução

Na UE, o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução (Regulação SRM) e a Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos (BRRD) visam reduzir a probabilidade de uma outra crise financeira, aumentar a resiliência das instituições em esforço e, por fim, apoiar a estabilidade de longo prazo dos sistemas financeiros sem expor o dinheiro dos contribuintes a perdas.

Em conformidade com as disposições do Regulamento SRM e do BRRD (que foram implementadas principalmente na Alemanha pela Lei Alemã de Recuperação e Resolução (Sanierungs- und Abwicklungsgesetz - SAG), o Deutsche Bank mantém um quadro de planeamento de recuperação e resolução concebido para identificar e gerir o impacto de eventos adversos de forma atempada e coordenada.

O banco estabeleceu e mantém um plano de recuperação do Grupo que é aprovado pelo Conselho de Administração. A última apresentação em 2022 inclui, entre outros:

- Capacidade geral de recuperação atualizada que foi avaliada em relação a quatro cenários de esforço grave e é considerada suficiente para suportar um esforço grave de capital e liquidez

- Todos os níveis de métricas de recuperação foram ajustados à nova apetência pelo risco do Grupo e foram acrescentadas novas métricas de aviso precoce

O plano de resolução do Grupo, por outro lado, é preparado pelas autoridades de resolução, e não pelo próprio banco. O Deutsche Bank trabalha em estreita colaboração com o Conselho Único de Resolução e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin), que estabelecem o plano de resolução do grupo para o Deutsche Bank, o qual se baseia, atualmente, numa recapitalização com um único ponto de entrada como a estratégia de resolução preferencial. No âmbito da estratégia de único ponto de entrada, a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG, seria recapitalizada através de uma depreciação e/ou conversação em capital de instrumentos de capital (Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional, Tier 2) e outros passivos elegíveis para estabilizar o grupo. No prazo de um mês a contar da aplicação da ferramenta de recapitalização para recapitalizar uma instituição, a BRRD (conforme transposta para a SAG) exige que a instituição em causa prepare um plano de reorganização do negócio que aborde as causas de incumprimento e vise recuperar a viabilidade de longo prazo da instituição. Para apoiar e melhorar ainda mais a continuidade operacional do banco para fins de planeamento da resolução, o DB completou em grande parte os preparativos adicionais, nomeadamente acrescentando cláusulas de suspensão de rescisão aos acordos financeiros dos clientes regidos por legislação não comunitária e incluindo disposições de continuidade nos principais acordos de serviço. Os contratos financeiros e acordos de serviços regidos pela legislação da UE já estão cobertos por leis estatutárias que impedem a rescisão apenas devido a qualquer medida de resolução.

A BRDD obriga os bancos nos Estados-Membros da UE a manter requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis para tornar a resolução credível ao estabelecer uma capacidade de absorção de perdas e de recapitalização suficiente. Além dos MREL, o Deutsche Bank, como banco de importância sistémica global, está sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais, que estabelece requisitos rigorosos para o montante e a elegibilidade dos instrumentos a serem mantidos para efeitos de recapitalização. Em particular, os instrumentos de TLAC têm de ser subordinados (incluindo a dívida sénior designada como não preferencial, mas também na forma de instrumentos de capital regulamentar) a outros passivos sénior. Isto garante que uma recapitalização seria aplicada, em primeiro lugar, aos instrumentos de TLAC e capital, que têm de ser esgotados antes de uma recapitalização poder afetar outros passivos sénior (preferenciais) tais como obrigações "plain vanilla" preferenciais sénior, instrumentos de dívida que são estruturados, depósitos e derivados.

Nos Estados Unidos, o Deutsche Bank AG é obrigado, ao abrigo do Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor de 2010 (Lei Dodd-Frank), conforme alterada, a preparar e enviar periodicamente ao Conselho da Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) um plano de resolução completo ou específico (o Plano de Resolução dos EUA) num calendário prescrito por essas agências. O Plano de Resolução dos EUA deve demonstrar que o Deutsche Bank AG tem a capacidade de executar e implementar uma estratégia para a resolução ordenada das suas entidades e operações relevantes nos EUA. Para as sociedades sedeadas no estrangeiro sujeitas a estes requisitos de plano de resolução, tais como o Deutsche Bank AG, o Plano de resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou cujas atividades são realizadas na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos. O Plano de Resolução dos EUA do Deutsche Bank descreve a estratégia de ponto de entrada único para as entidades e operações relevantes do Deutsche Bank nos EUA e prescreve que a DB USA Corporation, uma das holdings intermediárias do banco, forneceria um suporte de liquidez e de capital às suas subsidiárias de entidades importantes dos EUA e asseguraria a sua dissolução solvente fora dos procedimentos de resolução aplicáveis.

Em 17 de dezembro de 2021, o Deutsche Bank apresentou o seu primeiro plano de resolução "direcionado" para 2021 nos EUA, que descrevia os principais elementos da estratégia de resolução do Deutsche Bank nos EUA – como estratégias de capital, liquidez e recapitalização – bem como a forma como o Deutsche Bank integrou as lições aprendidas com a sua resposta à pandemia de COVID-19 no seu processo de planeamento da resolução. Em 16 de dezembro de 2022, o Federal Reserve Board e o FDIC anunciaram os resultados da sua análise do Plano de Resolução do Deutsche Bank para 2021 nos EUA, bem como de outros bancos, e não encontraram quaisquer lacunas ou deficiências no plano do Deutsche Bank. Na sua carta de resposta ao Deutsche Bank, as agências assinalaram áreas em que a realização de novos progressos ajudará a melhorar a resolubilidade, que o Deutsche Bank deve abordar na sua próxima apresentação de um plano de resolução completo, que deverá ser apresentado em 1 de julho de 2024.

# Gestão do risco e de capital

## Gestão de capital

A Tesouraria do Deutsche Bank gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a estratégia de capital do Deutsche Bank, desenvolvida pelo Comité de Risco do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. O banco está totalmente empenhado em manter a sólida capitalização do Deutsche Bank, tanto do ponto de vista económico como regulamentar, tendo em conta os fundos próprios contabilísticos baseados nas normas contabilísticas IFRS, o capital regulamentar e económico, bem como os requisitos específicos de capital das agências de notação. O banco controla e ajusta continuamente a procura e a oferta global de capital do Deutsche Bank, a fim de alcançar sempre um equilíbrio adequado.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as emissões do Deutsche Bank abaixo do par.

O Tesouro gere a sensibilidade do rácio CET 1 e do capital do Deutsche Bank em relação às oscilações das taxas de câmbio de divisas em relação ao euro. Para este efeito, a Tesouraria desenvolve e executa estratégias de cobertura adequadas dentro dos limites de uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração. O capital investido nas filiais e sucursais estrangeiras do Deutsche Bank não está coberto, está parcialmente coberto ou está totalmente coberto. Deste modo, a Tesouraria pretende equilibrar os efeitos das variações cambiais sobre o capital, as rubricas de dedução do capital e os ativos ponderados pelo risco em moeda estrangeira. Além disso, a Tesouraria contabiliza também os custos de cobertura associados e as implicações nos ativos ponderados pelo risco de mercado.

## Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no plano estratégico anual do Deutsche Bank com as ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem do banco. Como parte do processo trimestral do Deutsche Bank, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura capital (definido como a soma dos RWA e de determinados equivalentes de RWA de elementos de dedução de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem) do Deutsche Bank, consoante o que represente a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill, outros ativos intangíveis e rubricas de dedução de capital regulamentar relacionados com o negócio incluídos na procura total de capital são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das subsidiárias do Deutsche Bank, bem como algumas agências do banco, estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Ao elaborar, implementar e testar a posição de capital e de liquidez do Deutsche Bank, o banco tem em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das agências e subsidiárias do Deutsche Bank em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimento do Grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria é membro do Comitê de Pensões do Deutsche Bank e está representada nos Comitês de Investimento relevantes que supervisionam a gestão dos ativos dos maiores fundos de pensões do Deutsche Bank na Alemanha. Estes comitês de investimento definem a estratégia de investimento para estes fundos, em conformidade com o objetivo de investimento do banco de proteger a base de capital e a capacidade de distribuição do banco.

## Identificação e avaliação do risco

Os riscos para as atividades do Deutsche Bank e para as funções de infraestrutura, incluindo em condições de esforço, são regularmente identificados. Esta avaliação incorpora os dados da 1.ª e da 2.ª LoD, com os riscos identificados avaliados quanto à materialidade com base na respetiva gravidade e probabilidade de materialização. A avaliação dos riscos é complementada por uma visão dos riscos emergentes, através da aplicação de uma perspetiva prospetiva. Este processo de identificação e avaliação do risco resulta no inventário de risco que capta os riscos materiais para o Grupo, e nos casos relevantes, entre empresas, entidades e agências.

As atualizações regulares ao inventário de risco são comunicadas à direção para serem revistas e questionadas e, subsequentemente, informam sobre os principais processos de gestão de risco. Estes incluem o desenvolvimento de cenários de esforço adaptados ao perfil de risco do Deutsche Bank, e as informações sobre a definição e monitorização da apetência pelo risco. Os riscos no inventário são também mapeados para os riscos na taxonomia do tipo de risco.

## Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos

### Quadro do risco de crédito

O risco de crédito resulta de todas as transações em que existam créditos efetivos, contingentes ou potenciais sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (que o Deutsche Bank designa coletivamente por "contrapartes"), incluindo os créditos que o Deutsche Bank tenciona distribuir; estas transações fazem normalmente parte das atividades de concessão de empréstimos não comerciais do banco (como empréstimos e passivos contingentes), bem como da atividade comercial direta do banco com os clientes (tais como derivados OTC); incluem também obrigações e títulos de dívida transacionados; os valores contabilísticos dos investimentos em ações são também divulgados na secção de Risco de Crédito do banco. O Deutsche Bank gere as respetivas posições no âmbito dos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na Taxonomia do Tipo de Risco, o risco de crédito está agrupado em quatro categorias principais, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de transação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação e risco de concentração de crédito. Isto é complementado por uma avaliação regular da identificação e materialidade dos riscos.

- O risco de incumprimento/migração como principal elemento do risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento
- O risco de transação/liquidação (risco de exposição) é o risco que resulta de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial
- O risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado
- Risco de concentração é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou produto específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou produto

O Deutsche Bank gere o risco de crédito de acordo com a filosofia e princípios que se seguem:

- A Gestão do Risco de Crédito (CRM) faz parte da 2.ª LoD dentro do modelo das três Linhas de Defesa do Grupo DB. O negócio como principal indivíduo que assume o risco e proprietário forma a 1.ª LoD e a Auditoria de Grupo a 3.ª LoD
- A divisão de Compliance reporta a um membro do Conselho de Administração diferente e, portanto, a função de risco de crédito é independente da função de compliance até ao nível do Conselho de Administração
- Em cada uma das divisões do banco, os padrões, processos e princípios de decisão de crédito são aplicados de forma consistente
- Um dos princípios fundamentais da gestão do risco de crédito é a diligência devida em relação ao crédito do cliente; a seleção de clientes do Deutsche Bank é feita em colaboração com as contrapartes da divisão de negócios do banco, que constituem a primeira linha de defesa

- O Deutsche Bank pretende evitar concentrações indevidas e tail-risks (perdas avultadas e inesperadas), mantendo uma carteira de crédito diversificada; as concentrações específicas de clientes, setores, países e produtos são avaliadas e geridas em função da apetência pelo risco do banco
- O Deutsche Bank mantém normas de subscrição destinadas a evitar grandes riscos de crédito indevidos a nível da contraparte e da carteira; a este respeito, o Deutsche Bank alarga também as posições de tesouraria não garantidas e utiliza ativamente a cobertura de riscos para efeitos de redução do risco; além disso, o Deutsche Bank esforça-se por proteger a sua carteira de derivados através de acordos de garantia e pode ainda cobrir os riscos de concentração para reduzir ainda mais os riscos de crédito decorrentes de movimentos do mercado subjacente
- Qualquer nova facilidade de crédito e extensão (tal como o aumento do limite de exposição) a qualquer contraparte requer a aprovação de crédito ao nível da autoridade apropriada, de acordo com o cálculo mínimo exigido pela autoridade de crédito no âmbito da escala de uma autoridade de crédito estabelecida. O Deutsche Bank concede poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações e experiência, e revê periodicamente estas condições
- O Deutsche Bank gere todas as suas exposições de crédito a cada devedor em todo o Grupo consolidado do banco, com base no "princípio do devedor único" (conforme exigido ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, ponto 39, do CRR, e na orientação regulamentar associada), ao abrigo do qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidados sob um grupo
- O Deutsche Bank criou, no âmbito da gestão do risco de crédito, equipas especializadas, se for caso disso, para a atribuição de classificações internas aos clientes, para a análise e aprovação de operações, para o acompanhamento de carteiras específicas ou para a cobertura de clientes em situação de insolvência.
- Sempre que necessário, o Deutsche Bank estabelece processos para gerir as exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica
- Para cumprir os requisitos do artigo 190.º do CRR, o Grupo DB atribuiu os vários requisitos de controlo dos processos de crédito às unidades da 2.ª LoD que são mais adequadas para realizar tais controlos.

## Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e pelos componentes-chave de crédito mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do banco e estabelece – entre outras – as bases para a determinação do nível de uma contraparte ou carteira, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação da procura de capital regulatório de risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. A notação de crédito é uma condição prévia para o estabelecimento/aprovação de qualquer limite de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo tipos de produto específicos, governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das carteiras não homogéneas do banco é atribuída uma notação de crédito pela função de Gestão do risco de crédito independente do Deutsche Bank. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela ERM Risk Research.

A análise da notação de crédito do Deutsche Bank baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, o Deutsche Bank aplica metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a escala de avaliação de 21 níveis do banco, destinada a avaliar a qualidade creditícia das contrapartes do banco.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de Gestão do Risco de Crédito, antes de os modelos serem utilizados para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alterados. Separadamente, para todas as alterações de modelos importantes e para novos modelos, é necessária a aprovação da Gestão do Risco do Modelo. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo comité de Risco do grupo. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar adicional. A validação do modelo é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de gestão do risco do modelo. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas são comunicados ao RCRMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações.

O Deutsche Bank mede os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens “avançadas”, de “fundação” e “padrão”, das quais as duas primeiras são aprovadas pelo regulador do banco.

O método IRB avançado (método IRB) é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar as metodologias de notação de crédito internas do Deutsche Bank e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos do banco. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (probability of default – PD), a perda em caso de incumprimento (loss given default – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (exposure at default – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos (SFT), o Deutsche Bank recorre ao método de modelo interno (IMM), em conformidade com o regulamento CRR e o SolvV para calcular a EAD. O banco dispõe de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos seus sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As metodologias de notação interna do Deutsche Bank visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a estimativas internas incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar. O método IRB básico continua em vigor para algumas exposições decorrentes do ex-Postbank.

O Deutsche Bank aplica o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. O Deutsche Bank atribui determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Além da procura de capital regulamentar supramencionada, o Deutsche Bank determina a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

O Deutsche Bank calcula o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos do risco de crédito. Em consonância com os requisitos de fundos próprios económicos do banco, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O capital económico para risco de crédito do Deutsche Bank é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do próprio fator alfa do banco, ao derivar a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. O Deutsche Bank afeta as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, que é um componente importante aplicado na gestão da carteira de crédito do Deutsche Bank, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, o banco estabelece limites e exposições ao crédito. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que o Deutsche Bank está disposto a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, o Deutsche Bank considera a sua qualidade creditícia tendo por referência a sua notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, o Deutsche Bank analisa os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos acordos jurídicos do banco com a contraparte. O Deutsche Bank tem em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital.

## IFRS 9 Imparidade

No capítulo seguinte, o Grupo apresenta uma panorâmica do quadro de imparidade da IFRS 9 e da forma como este está integrado nas atividades de gestão do risco de crédito do Deutsche Bank. A primeira secção apresenta uma descrição do modelo e da metodologia IFRS 9 do Grupo, juntamente com os principais pressupostos do modelo. Tendo em conta o atual ambiente macroeconómico, a divulgação prossegue destacando as principais áreas de enfoque em 2022 e a forma como o Deutsche Bank avaliou os últimos desenvolvimentos no seu cálculo de ECL e, em particular, como o modelo teve devidamente em conta os impactos das incertezas observadas em 2022 e no final do ano, juntamente com o impacto de alterações razoáveis nos principais pressupostos do Grupo. Estas atividades de gestão do risco de crédito estão integradas no quadro global de controlo e de governação do banco em matéria de risco de crédito e de governação do seu modelo ECL. Estas atividades incluem, entre outras, análises regulares de riscos emergentes, bem como análises aprofundadas da carteira, gestão diária do risco ao nível de mutuários individuais, bem como validações regulares de modelos. Na secção "Sobreposições de gestão aplicadas ao modelo IFRS 9", o Grupo apresenta a forma como efetuou as revisões dos pressupostos e dados relevantes para o cálculo das perdas de crédito esperadas, incluindo os pressupostos fundamentais acima referidos, e como, no âmbito das revisões do modelo, avaliou a potencial imprecisão do modelo e se eram necessárias quaisquer medidas corretivas sob a forma de sobreposições. O Grupo apresenta igualmente uma panorâmica e os antecedentes de cada uma das sobreposições de gestão registadas ao longo de 2022 e no final do ano. A fim de proporcionar uma transparência adicional sobre o impacto de alterações razoáveis aos principais pressupostos, o Grupo apresenta as sensibilidades do modelo numa secção separada e conclui com os principais fatores dos resultados do modelo IFRS 9.

### Descrição do Modelo e Metodologia da IFRS 9

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da abordagem de imparidades do banco, o Grupo refere-se a estes instrumentos como ativos financeiros.

O Grupo determina a sua provisão para perdas de crédito em conformidade com a IFRS 9 tal como se segue:

- A Fase 1 reflete os ativos financeiros em que é assumido que o risco de crédito não aumentou de forma significativa após o seu reconhecimento inicial
- A Fase 2 contém todos os ativos financeiros que não se encontram em incumprimento, mas que sofreram um aumento significativo relativo ao risco de crédito desde o reconhecimento inicial
- A Fase 3 consiste em ativos financeiros considerados com em situação de incumprimento, de acordo com as políticas do Deutsche Bank, que se baseiam no Regulamento de Requisitos de Capital (CRR), artigo 178.º. O Grupo define estes ativos financeiros como em imparidade, não rentáveis e em incumprimento
- O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando informações quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação do risco de crédito e em informações prospetivas
- Os ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") são ativos para os quais, no momento do reconhecimento inicial, existem provas objetivas de imparidade

A abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9 é uma parte integral dos procedimentos de gestão do risco de crédito do Grupo. A estimativa de perdas de crédito esperadas (ECL) é realizada através do cálculo automático, baseado em parâmetros das ECL, usando o modelo ECL do Grupo ou determinada pelos colaboradores de crédito. Em ambos os casos, o cálculo é realizado para cada ativo financeiro de forma individual. Da mesma forma, a determinação da necessidade de transferência entre fases é realizada com base em cada ativo individual. O modelo ECL do Grupo é utilizado para calcular a provisão para perdas de crédito para todos os ativos financeiros na Fase 1 e na Fase 2, bem como para a Fase 3 na carteira homogénea (ou seja, empréstimos a retalho e a pequenas empresas com características de risco de crédito semelhantes). Para os ativos financeiros da carteira não homogénea do banco na Fase 3 e para os ativos POCI, a provisão para perdas de crédito é determinada individualmente por colaboradores de crédito.

O Grupo utiliza três grandes componentes para medir as ECL: as probabilidades de incumprimento (PD), as perdas em caso de incumprimento (LGD) e a exposição em caso de incumprimento (EAD). O Grupo alavanca os parâmetros existentes utilizados para determinação da procura de capital nos termos da abordagem baseada no método IRB de Basileia (IRBA) e das práticas de gestão do risco internas, tanto quanto possível, para calcular as ECL. Estes parâmetros são ajustados sempre que necessário para garantir o cumprimento dos requisitos da norma IFRS 9 (por exemplo, a utilização de notações em pontos específicos do tempo e a remoção de complementos de crise nos parâmetros regulamentares). Incorporar previsões de variáveis económicas futuras na medição das ECL também influencia a provisão para perdas de crédito nas Fases 1 e 2. Para calcular as ECL na duração, o cálculo do Grupo obtém as probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões económicas.



### Determinação da fase e aumento significativo no risco de crédito

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são refletidos na Fase 1, a menos que os ativos financeiros sejam POCI. Se existir um aumento significativo no risco de crédito, o ativo financeiro é transferido para a Fase 2. O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando indicadores relacionados com a notação e com os processos. A atribuição de ativos financeiros à Fase 3 baseia-se no facto de o mutuário estar em incumprimento. Se um mutuário estiver em incumprimento, todos os ativos financeiros do mutuário são transferidos para a Fase 3.

Indicadores da Fase 2 relacionados com a notação: O Grupo compara o histórico dos PD de um mutuário na data do relatório com as expectativas do histórico dos PD na data do reconhecimento inicial para determinar se houve uma alteração significativa nos PD do mutuário e, conseqüentemente, em qualquer uma das suas transações no âmbito da imparidade da IFRS 9. Com base no comportamento de migração historicamente observado e numa amostragem de diferentes cenários económicos, obtém-se uma distribuição do histórico dos PD. Um percentil desta distribuição, definido para cada classe de contraparte, é escolhido como o limiar do histórico dos PD. Se o histórico remanescente dos PD de uma transação, de acordo com as expectativas atuais, exceder este limiar, o ativo financeiro sofreu um aumento significativo do risco de crédito e é transferido para a Fase 2. Os percentis utilizados para definir os limiares da Fase 2 são determinados através de pareceres de especialistas, são validados anualmente e não foram alterados desde a implementação da IFRS 9. Os limiares aplicados variam em função da qualidade do crédito original do mutuário, do histórico decorrido, do histórico restante e da classe da contraparte. A administração acredita que a abordagem definida e os percentis representam um indicador significativo de que um ativo financeiro sofreu um aumento significativo no risco de crédito.

Os indicadores relacionados com os processos da Fase 2 são derivados através da utilização dos indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião do banco, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem a adição dos mutuários a uma lista de observação de crédito, a transferência para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência. Enquanto as condições para um ou mais indicadores relacionados com o processo ou com a notação estiverem preenchidas e o mutuário do ativo financeiro não cumprir a definição de incumprimento, o ativo permanecerá na Fase 2. Se os indicadores da Fase 2 deixarem de ser cumpridos e se o ativo financeiro não tiver entrado em situação de incumprimento, o ativo financeiro é transferido novamente para a Fase 1. No caso de ativos financeiros reestruturados, o período probatório é de 2 anos antes de o ativo financeiro ser reclassificado para a Fase 1, o que está em conformidade com as orientações regulamentares.

Em caso de incumprimento do mutuário, todas as transações do mutuário são atribuídas à Fase 3. Se numa data posterior o mutuário já não se encontrar em incumprimento, são aplicados os critérios de cura de acordo com as orientações regulamentares (incluindo períodos de carência), que são de pelo menos 3 meses ou 1 ano no caso de reestruturações em dificuldades. Uma vez cumprido o período ou critério de cura regulamentar, o mutuário deixará de ser classificado como em incumprimento e será transferido novamente para a Fase 2 ou para a Fase 1.

O cálculo das ECL para a Fase 3 distingue entre transações nas carteiras homogénea e não homogénea, e ativos financeiros POCI. Para as transações que se encontrem na Fase 3 e numa carteira homogénea, o Grupo utiliza uma abordagem automatizada baseada em parâmetros para determinar a provisão para perdas de crédito por transação. Para estas transações, os parâmetros LGD são parcialmente modelados para serem dependentes do tempo, ou seja, consideram a expectativa de recuperação decrescente como à medida que o tempo decorre após o incumprimento. A provisão para perdas de crédito para os ativos financeiros das carteiras não homogéneas do banco na Fase 3, bem como para os ativos POCI, é determinada pelos colaboradores de crédito e tem de ser aprovada ao longo de uma hierarquia de autoridades estabelecida até ao Conselho de Administração, inclusive. Isto permite aos colaboradores de crédito considerar a informação atualmente disponível e as expectativas de recuperação específicas para os mutuários e os ativos financeiros na data do relatório.

### Técnicas de estimação dos fatores-chave de cálculo

O primeiro fator-chave de cálculo da ECL do Grupo é a PD de um ano para mutuários que deriva dos sistemas internos de notação de crédito do banco. O Grupo atribui uma PD a cada exposição ao crédito do mutuário com base numa escala principal de notação de crédito de 21 níveis para a totalidade da exposição do Grupo.

As notações de crédito atribuídas ao mutuário são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes, incluindo o comportamento geral, dados financeiros e externos (por exemplo, entidade especializada em crédito). Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos baseados em especialista são geralmente aplicados a mutuários nas classes de exposição "Governos centrais e Bancos centrais", "Instituições" e "Corporativos", com exceção dos segmentos "Corporativos", para os quais estão disponíveis dados suficientes para modelos de pontuação estatísticos. Para estas e para o segmento de retalho são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação de crédito quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística.

As PD de um ano são expandidas para curvas de PD de vários anos utilizando matrizes cíclicas e previsões macroeconómicas. Com base em cenários económicos centrados em torno da previsão de base macroeconómica, as matrizes cíclicas são primeiro transformadas em matrizes de migração de notação de crédito referentes a pontos temporais, geralmente para um período de dois anos. O cálculo das matrizes de pontos temporais alavanca uma ligação entre as variáveis macroeconómicas e o comportamento por defeito e de notação de crédito dos mutuários, que deriva de variáveis macroeconómicas históricas (MEV) e séries temporais de notação de crédito através de técnicas de regressão. Numa etapa final, as curvas de PD plurianuais derivam de matrizes de pontos temporais de migração de notação de crédito para períodos em que estão disponíveis previsões razoáveis e suportáveis e extrapoladas com base em matrizes cíclicas de migração de notação de crédito para além desses períodos.

O segundo fator-chave de cálculo da ECL é o parâmetro LGD, que é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento por parte do mutuário. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento do mutuário. Os modelos de LGD aplicados nas Fases 1 e 2, que se baseiam em modelos de LGD regulamentares mas ajustados aos requisitos da IFRS 9 (ou seja, remoção de complementos de crise e remoção de custos indiretos de reestruturação), asseguram que os principais fatores de risco de perda (ou seja, diferentes níveis e qualidade de garantia e tipos de cliente ou produto ou antiguidade da instalação) sejam refletidos como fatores de risco nas estimativas de LGD. Nos modelos LGD do banco, o Grupo atribui parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (haircuts)). A definição de LGD para carteiras homogêneas em incumprimento depende parcialmente do tempo após o incumprimento e é calibrada com base na experiência de perda e recuperação de várias décadas do Grupo utilizando métodos estatísticos ou, para carteiras menos significativas, certos parâmetros de cálculo do modelo de LGD (por exemplo, taxas de cura) são determinados pelo parecer de peritos.

O terceiro fator-chave de cálculo é a exposição em caso de incumprimento ao longo da duração de um ativo financeiro, que é modelada tendo em conta os perfis de reembolso esperados (por exemplo, amortização linear, anuidades, estruturas de empréstimo de um só pagamento). As opções de pré-pagamento não são modeladas para todas as carteiras, uma vez que não são consideradas significativas. O banco aplica fatores de conversão de crédito (CCF) específicos para calcular um valor de EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de um mutuário, esperado no momento do seu incumprimento. Quando uma transação envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de um mutuário. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior ao saldo pendente atual. Caso uma operação envolva uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de incumprimento. As calibrações desses parâmetros baseiam-se em dados históricos internos e, ou se baseiam em análises empíricas, ou são apoiadas pelo parecer de peritos, e consideram as características específicas dos mutuários e dos tipos de produtos. Quando os valores CCF de fiscalização têm de ser aplicados para fins regulamentares, são utilizadas estimativas internas para a IFRS 9.

#### Duração esperada

A IFRS 9 requer a determinação das ECL na duração, para as quais a duração esperada de um ativo financeiro é um fator-chave de cálculo. As ECL na duração representam eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um ativo financeiro. O Grupo mede as ECL tendo em consideração o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de prorrogação do mutuário) durante o qual o Grupo está exposto a risco de crédito.

Descobertos a retalho, facilidade de cartão de crédito e determinados instrumentos renováveis corporativos normalmente incluem um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado. A duração esperada destas facilidades à vista excede a sua vida contratual à medida que são geralmente canceladas apenas quando o Grupo toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. A duração esperada é estimada tendo em consideração as informações históricas e as ações de gestão do risco de crédito do Grupo, como reduções ao limite de crédito e o cancelamento de facilidades. Sempre que estas facilidades forem sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, a duração para calcular as ECL é de 12 meses. Para as facilidades não sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, o banco aplica uma duração para calcular as ECL de 24 meses.

#### Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, em conformidade com a IFRS 9 o Grupo aplica uma aproximação da taxa de juro efetiva (EIR), que é normalmente a taxa de juro contratual. A taxa de juro contratual é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, reconhecimento de juros e para desconto da ECL e não difere significativamente da EIR.

#### Consideração das garantias colaterais no cálculo das perdas de crédito esperadas ao abrigo da norma IFRS 9

O modelo ECL projeta o nível de garantias colaterais para cada ponto no tempo na duração de um ativo financeiro. Na data do relatório, o modelo utiliza o processo de distribuição de garantias existente aplicado no modelo de capital económico do

Deutsche Bank. Neste modelo, o valor de liquidez de cada garantia colateral elegível é atribuído aos ativos financeiros relevantes para distinguir entre as partes colaterais e não colaterais de cada ativo financeiro. No cálculo da ECL, o Grupo aplica subsequentemente os LGD acima mencionados para as exposições garantidas e não garantidas, para obter a ECL para a parte garantida e não garantida da exposição separadamente.

Para garantias colaterais pessoais (por exemplo, garantias), o modelo ECL assume que o nível relativo de garantia permanece estável ao longo do tempo. No caso de um empréstimo de amortização, a exposição em risco e os valores de garantia diminuem em conjunto ao longo do tempo. Para garantias colaterais físicas (por exemplo, bens imobiliários), a ECL assume que o valor colateral absoluto permanece constante. No caso de um empréstimo de amortização, a parte de garantia da exposição aumenta ao longo do tempo e o valor do empréstimo diminui em conformidade.

Alguns contratos de garantias financeiras são integrais aos ativos financeiros com garantia. Nestes casos, as garantias financeiras são consideradas como garantia colateral para o ativo financeiro e o benefício da garantia é utilizado para mitigar o ECL do ativo financeiro com garantia.

### Informações prospetivas

Ao abrigo da norma IFRS 9, a provisão para perdas de crédito baseia-se em informações prospetivas razoáveis e passíveis de comprovação disponíveis sem custos ou esforços excessivos, as quais têm em consideração eventos no passado, as condições atuais e as previsões das condições económicas futuras.

Para incorporar as informações prospetivas na provisão para perdas de crédito do Grupo, o banco utiliza dois elementos essenciais:

- Como cenário base, o Grupo utiliza previsões macroeconómicas externas baseadas em inquéritos (por exemplo, visões consensuais sobre o PIB e as taxas de desemprego). Além disso, o modelo de expansão de cenários, que foi inicialmente desenvolvido para testes de esforço, é usado para prever variáveis macroeconómicas que não são cobertas por dados de consenso externo. Pressupõe-se que todas as previsões refletem a evolução mais provável das respetivas variáveis. O Grupo atualiza regularmente as suas previsões de fatores macroeconómicos durante cada trimestre e revê aspetos de potencial imprecisão do modelo (por exemplo, parâmetros MEV fora do intervalo histórico utilizado calibração do modelo, se não estiverem ainda incluídos no modelo) como parte de um quadro de monitorização MEV para avaliar a necessidade de sobreposições.
- As técnicas estatísticas são então aplicadas para transformar as projeções do cenário base numa distribuição probabilística das variáveis macroeconómicas. Estes cenários especificam desvios em comparação com as previsões de base. A distribuição de cenários é então utilizada para derivar curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, as quais são aplicadas no cálculo da ECL e na identificação de uma deterioração significativa na qualidade creditícia dos ativos financeiros, tal como descrito acima nos indicadores da Fase 2 relacionados com a notação

O Fórum de Risco e Provisão para Perdas de Crédito Financeiro do Grupo monitoriza mensalmente o impacto das informações prospetivas, incluindo as últimas variáveis macroeconómicas, e determina se são necessárias sobreposições adicionais. Embora as taxas de juro e a inflação não sejam incluídas separadamente nos MEV, o impacto económico destes riscos reflete-se nas taxas de crescimento do PIB, no desemprego, nas ações e nos spreads de crédito, à medida que as taxas e a inflação mais elevadas são filtradas por estas previsões. Em 31 de dezembro de 2022, considerou-se que os dados de consenso aplicados no modelo ECL refletiam os mais recentes desenvolvimentos macroeconómicos e incertezas nos MEV e não foram necessárias sobreposições adicionais.

Como descrito anteriormente, a abordagem padrão do Grupo para refletir variáveis macroeconómicas no cálculo das ECL é incorporar previsões para os próximos dois anos, utilizando oito observações trimestrais discretas. Após o período de oito trimestres, o Grupo cria previsões baseadas em variáveis macroeconómicas e respetivas tendências históricas.

Os quadros seguintes contêm as variáveis macroeconómicas incluídas na aplicação da informação prospetiva no modelo IFRS 9 em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

### Informações prospetivas aplicadas

	31 de dezembro de 2022 <sup>1 2</sup>	
	Ano 1 (média 4 trimestres)	Ano 2 (média 4 trimestres)
Matérias-primas - Ouro	1.745,84	1.797,74
Matérias-primas - WTI	90,19	88,79
Crédito - Mercados emergentes CDX	260,99	239,03
Crédito - Elevado rendimento CDX	489,77	476,53
Crédito - CDX IG	85,33	84,94
Crédito - Índice de Alto Rendimento	4,46	4,31
Crédito - ITX Europa 125	101,26	96,50
Ações - MSCI Ásia	1.178	1.176
Ações - Nikkei	28.427	29.287
Ações - S&P500	3.933	4.011
PIB - Ásia em desenvolvimento	3,95%	4,60%
PIB - Mercados emergentes	3,31%	3,94%
PIB - Zona Euro	0,87%	0,53%
GDP - Alemanha	(0,26)%	1,00%
PIB - Itália	0,32%	0,68%
PIB - EUA	0,62%	0,61%
Preços Imobiliários - Índice US CRE	352,41	343,97
Desemprego - Zona Euro	7,03%	7,15%
Desemprego - Alemanha	3,22%	3,33%
Desemprego - Itália	8,24%	8,53%
Desemprego - Japão	2,56%	2,42%
Desemprego - Espanha	13,06%	12,98%
Desemprego - EUA	4,05%	4,75%

<sup>1</sup> MEV a partir de 12 de dezembro de 2022, que praticamente não sofreu alterações até 30 de dezembro de 2022

<sup>2</sup> O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2022 até ao terceiro trimestre de 2023, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2023 até ao terceiro trimestre de 2024.

	31 de dezembro. 2021 <sup>1 2</sup>	
	Ano 1 (média 4 trimestres)	Ano 2 (média 4 trimestres)
Matérias-primas - Ouro	1.764,58	1.696,51
Matérias-primas - WTI	73,19	68,21
Crédito - Mercados emergentes CDX	231,80	268,64
Crédito - Elevado rendimento CDX	353,42	399,62
Crédito - CDX IG	59,53	63,98
Crédito - Índice de Alto Rendimento	3,95	4,46
Crédito - ITX Europa 125	61,37	69,93
Ações - MSCI Ásia	1.543	1.514
Ações - Nikkei	29.673	30.764
Ações - S&P500	4.777	5.033
PIB - Ásia em desenvolvimento	3,78%	6,26%
PIB - Mercados emergentes	3,72%	5,38%
PIB - Zona Euro	4,67%	2,91%
GDP - Alemanha	3,35%	2,86%
PIB - Itália	5,17%	2,33%
PIB - EUA	4,46%	2,79%
Preços Imobiliários - Índice US CRE	348,86	377,26
Desemprego - Zona Euro	7,41%	7,07%
Desemprego - Alemanha	3,13%	2,83%
Desemprego - Itália	9,18%	8,92%
Desemprego - Japão	2,73%	2,53%
Desemprego - Espanha	14,26%	13,66%
Desemprego - EUA	4,05%	3,68%

<sup>1</sup> MEV a 31 de dezembro de 2021; MEV fora da gama calibrada foram ajustados no modelo ou através de uma sobreposição de gestão, como discutido mais adiante.

<sup>2</sup> O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2021 até ao terceiro trimestre de 2022, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2022 até ao terceiro trimestre de 2023.

## Domínios de enfoque em 2022

O ambiente macroeconómico do Deutsche Bank em 2022 foi influenciado pela incerteza geopolítica e por um aumento substancial dos preços da energia, perturbações na cadeia de abastecimento, aumento das taxas de juro, inflação e deterioração das perspetivas económicas para as principais economias. No entanto, no final do quarto trimestre de 2022, as perspetivas económicas estabilizaram, uma vez que um inverno ameno reduziu as preocupações com a energia na Europa, os preços da energia recuaram e foram observadas expectativas de que a inflação poderia ter atingido o seu pico na Europa e nos EUA. Embora as perspetivas continuem a ser difíceis, o risco de uma nova deterioração grave diminuiu significativamente.

Para garantir que o modelo ECL do Deutsche Bank tinha em conta todas as incertezas do ambiente macroeconómico ao longo de 2022, o Grupo analisou os riscos emergentes para avaliar o seu potencial negativo e gerir a estratégia de crédito e a apetência pelo risco do banco. De um modo geral, as medidas tomadas em resultado destas análises garantiram que o banco estava adequadamente provisionado para as suas perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2022.

As áreas de incidência em 2022 incluíram várias análises aprofundadas dos riscos de primeira e segunda ordem resultantes da guerra na Ucrânia. Esta análise incluiu uma análise exaustiva da exposição do banco na Rússia e na Ucrânia, bem como o impacto do aumento dos preços da energia e da inflação em carteiras mais alargadas. No primeiro e segundo trimestres de 2022, a maioria das posições em risco sobre clientes russos foi transferida para a lista de observação e para a Fase 2. A exposição líquida do Grupo a empréstimos à Ucrânia é imaterial (64 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 42 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021).

Os riscos relacionados com o aumento dos preços da energia foram geridos através de um acompanhamento rigoroso das indústrias e geografias sensíveis aos preços da energia (por exemplo, serviços públicos), juntamente com um maior envolvimento com os clientes nos setores mais vulneráveis através de inquéritos e discussões pormenorizadas para avaliar o respetivo perfil de risco e o impacto global nesses setores. Em resultado destas ações, o Grupo foi capaz de identificar se alguma destas exposições vulneráveis sofreu um aumento significativo do risco de crédito de forma atempada e pró-ativa. Consequentemente, algumas relações com clientes foram transferidas para a lista de observação e para a Fase 2.

De um modo geral, o Deutsche Bank tem um perfil de risco conservador, baseado numa carteira de empréstimos diversificada por regiões geográficas, empresas e setores. A carteira de empréstimos do Deutsche Bank na Alemanha ascendia a 235 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e a confiança do banco na qualidade da carteira é impulsionada por padrões de empréstimo conservadores e exposições bem diversificadas. Cerca de 75% da carteira de empréstimos alemã pertence ao Private Bank e quase 90% diz respeito a créditos hipotecários alemães de baixo risco. No mercado hipotecário alemão, os clientes fixam normalmente taxas fixas para 10 ou mais anos, o que se reflete na carteira de hipotecas a longo prazo e a taxa fixa do banco, com um rácio empréstimo/valor de 66% baseado nos valores de mercado atuais. O banco também beneficia de elementos estruturais como, por exemplo, um perfil de vencimento baixo em 2023 reduz a pressão de refinanciamento nos empréstimos alavancados.

A carteira de empréstimos a empresas alemãs do Grupo ascendia a 63 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, consistindo principalmente em financiamento comercial e empréstimos comerciais e está diversificada por um grande número de clientes (ou seja, os 15 principais nomes representam apenas 6% da carteira). A qualidade de crédito da carteira de empresas alemãs é elevada, com 71% dos empréstimos classificados como "investment-grade" e com apenas 2% das exposições a empréstimos na Fase 3 em 31 de dezembro de 2022. O Grupo considera que o modelo ECL provisionou adequadamente as carteiras de empréstimos alemãs a particulares e empresas, uma vez que o modelo IFRS 9 captou as descidas de notação, os aumentos significativos do risco de crédito, por exemplo, transferindo os mutuários para a lista de observação (Fase 2) quando os critérios foram cumpridos ou identificou as contrapartes que cumprem a definição de incumprimento.

O Grupo também efetuou análises no Corporate Bank e no Investment Bank, centrando-se em carteiras vulneráveis e/ou contrapartes consideradas potencialmente vulneráveis à subida das taxas de juro devido a níveis de endividamento mais elevados e/ou a baixos rácios de cobertura de juros. As revisões foram concebidas para incorporar uma camada adicional de revisões de carteiras/contrapartes, apoiando a forte governação e os processos de crédito. Em particular, os responsáveis pelo crédito avaliaram a necessidade potencial de reforços estruturais ou garantias adicionais e a necessidade de acrescentar outras contrapartes à lista de observação de crédito, com base nas preocupações acima referidas. Estes exercícios incluíam, entre outros, mas não exclusivamente, as carteiras de Commercial Real Estate (CRE) e de Leveraged Lending. A carteira de empréstimos ao sector CRE do Deutsche Bank ascende a 33 mil milhões de euros, ou seja, 7% da carteira total de empréstimos do banco, e inclui empréstimos sem recurso no âmbito das unidades de negócio CRE do Investment Bank e do Corporate Bank. As atividades de crédito ao investimento do banco são principalmente garantidas por hipotecas e estruturadas com valores de empréstimo moderados. 51% das exposições CRE situam-se nos EUA, 36% na Europa e 13% na Ásia, e as origens de empréstimos centram-se principalmente em ativos em localizações regionais líquidas, como as principais cidades de entrada. A carteira é diversificada por tipo de propriedade, com a maior concentração de 34% em

escritórios, enquanto a hotelaria e o comércio representam apenas 12% e 11%, respetivamente. O LTV médio ponderado é de cerca de 61% no Investment Bank e de 53% no Corporate Bank.

A exposição do Grupo ao Leveraged Lending Leveraged Debt Capital Market na carteira de Geração e Consultoria do Investment Bank é de 4 mil milhões de euros, representando apenas 1% da carteira total de empréstimos do banco, e está bem diversificada por setores industriais, sem quaisquer riscos de concentração indevidos, com os 10 principais nomes a representarem 11% da carteira numa base nocional bruta. Cerca de 79% da exposição assume a forma de facilidades de crédito garantidas em primeira garantia, na sua maioria de natureza renovável, e os restantes 2,1% são empréstimos baseados em ativos, quase inteiramente baseados nos EUA e com um historial de perdas negligenciável. Sempre que relevante, os clientes CRE e Leverage Lending foram transferidos para a Fase 2 (por exemplo, cumprimento dos critérios da lista de observação) ou para a Fase 3, em caso de incumprimento, em conformidade com os nossos processos de crédito bem estabelecidos.

A exposição da carteira de empréstimos do Grupo à China em 31 de dezembro de 2022 era de 6,1 mil milhões de euros, ou 1% da carteira total de empréstimos, dos quais apenas 7% e 3% se encontram na Fase 2 e na Fase 3, respetivamente. O Grupo reviu com maior regularidade as posições em risco na China, devido aos elevados riscos geopolíticos, o que resultou numa maior exigência da apetência pelo risco por parte do Banco em relação aos clientes chineses nos setores mais vulneráveis, e numa monitorização reforçada sempre que necessário.

Os resultados das análises acima referidas foram discutidos em fóruns de governação relevantes, como o Comité de Risco Empresarial e o Fórum de Apetência e Gestão do Risco de Crédito, tendo sido tomadas ações e medidas relevantes para mitigar os riscos e garantir o provisionamento adequado das perdas de crédito esperadas. Por exemplo, sempre que necessário, as notações dos clientes foram atualizadas para refletir os últimos desenvolvimentos macroeconómicos, os clientes foram transferidos para a lista de observação (Fase 2), foram negociadas medidas de tolerância, os limites de crédito foram reduzidos e, sempre que possível, as garantias foram aumentadas. Em termos gerais, o Grupo acredita que, com base nas suas atividades diárias de gestão de risco e nas análises aprofundadas acima descritas, forneceu adequadamente a sua provisão de ECL em 31 de dezembro de 2022. No entanto, a secção seguinte analisa mais aprofundadamente se foram necessárias sobreposições adicionais no final do exercício de 2022.

## Sobreposições de gestão aplicadas ao resultado do modelo IFRS 9

O Grupo revê regularmente os principais contributos para o cálculo de ECL e discute a potencial imprecisão do modelo para avaliar a necessidade de medidas corretivas sob a forma de sobreposições. Devido ao ambiente geopolítico difícil em 2022, o Grupo também considerou se existiam quaisquer incertezas no ambiente macroeconómico não incluídas no modelo. Na secção seguinte, o Grupo fornece detalhes sobre as suas sobreposições de gestão registadas em 31 de dezembro de 2021 e desenvolvimentos até 31 de dezembro de 2022.

### Desenvolvimento de sobreposições de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Sobreposições em 31 de dezembro de 2021	Novas sobreposições	Sobreposições descontinuadas	Sobreposições em 31 de dezembro de 2022
Descrição da sobreposição	Impacto sobre				
Risco de construção na sequência do aumento dos preços dos materiais de construção	Carteiras hipotecárias no Private Bank nas Fases 1 e 2	15	0	(15)	0
Calibração do modelo (MEV fora da gama calibrada do modelo FLI)	Ativos financeiros nas Fases 1 e 2	56	0	(56)	0
Recalibrações necessárias devido à nova Definição de Incumprimento	Ativos financeiros principalmente no Private Bank na Fase 3	(57)	(35)	0	(92)
Incerteza relacionada com a Rússia/Ucrânia <sup>1</sup>	Todos os ativos financeiros nas Fases 1 e 2	0	127	(127)	0
Calibração do modelo (índice do preço do petróleo WTI desativado para uma carteira)	Ativos financeiros nas Fases 1 e 2 no Investment Bank	0	39	(39)	0
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>131</b>	<b>(237)</b>	<b>(92)</b>

<sup>1</sup> A sobreposição registada no que diz respeito à incerteza relacionada com a Rússia/Ucrânia no primeiro trimestre de 2022, no montante de 44 milhões de euros, foi libertada no segundo trimestre de 2022; a sobreposição registada no que diz respeito à incerteza relacionada com a Rússia/Ucrânia no segundo trimestre de 2022, no montante de 83 milhões de euros, foi libertada no terceiro trimestre de 2022

O Grupo aplicou as seguintes sobreposições ao resultado do modelo IFRS 9 em 31 de dezembro de 2021 até 31 de dezembro de 2022.

#### Risco de construção na sequência do aumento dos preços dos materiais de construção

Em 2021, o Grupo registou uma sobreposição de 15 milhões de euros para fazer face ao risco de derrapagens orçamentais devido a materiais de construção indisponíveis ou significativamente mais caros. A sobreposição foi eliminada no primeiro trimestre de 2022, uma vez que o risco já não existia e o risco de construção foi tido em conta nos critérios de empréstimo.

#### Calibração do modelo (MEV fora do intervalo calibrado)

O Grupo aplicou uma sobreposição de gestão para fazer face à incerteza do modelo associada às projeções anuais extremas de MEV ao longo da pandemia de COVID-19, em particular os PIB, que foram identificados como estando fora do intervalo calibrado do modelo FLI. Uma vez que o modelo não foi calibrado com base em tais movimentos extremos do MEV, o Grupo receava que o modelo subestimasse as perdas de crédito esperadas em tais situações. Em 31 de dezembro de 2021, a sobreposição era de 56 milhões de euros e, à medida que os VME passaram para a gama calibrada no primeiro semestre de 2022, a sobreposição foi totalmente libertada. As libertações resultaram numa diminuição da provisão do Grupo para perdas de crédito.

#### Recalibrações necessárias devido à nova definição de incumprimento

Em 2021, o Grupo implementou a nova definição de incumprimento, que constitui o fator de acionamento da Fase 3. A implementação da nova definição de incumprimento afetou principalmente o Banco Privado, onde a população de Fase 3 nas carteiras homogêneas aumentou. Uma vez que a alteração na definição não tem um impacto material na expectativa de perda total destas carteiras, esta alteração resultou numa sobreavaliação das provisões da Fase 3, uma vez que os parâmetros LGD relacionados não foram atualizados no modelo. A próxima recalibração da LGD foi adiada para o segundo semestre de 2023, uma vez que são necessários dados empíricos adicionais para a recalibração estatística. A sobreposição manter-se-á até que a recalibração esteja concluída. A estimativa do efeito de recalibração foi aperfeiçoada no primeiro trimestre de 2022 e foi aumentada para 92 milhões de euros, mantendo-se inalterada em 31 de dezembro de 2022. A sobreposição de 92 milhões de euros resulta numa diminuição da provisão para perdas de crédito do Grupo, mas é compensada pela sobreavaliação das provisões da fase 3 calculadas no modelo ECL.

#### Incerteza relacionada com a Rússia/Ucrânia

No primeiro trimestre de 2022, o Grupo introduziu uma sobreposição de gestão no montante de 44 milhões de euros, específica para a incerteza global associada às perspectivas económicas da guerra na Ucrânia, que foi libertada no segundo trimestre de 2022, uma vez que a incerteza foi incluída nos MEV. No entanto, no final de junho de 2022, as perspectivas macroeconómicas voltaram a enfraquecer. A principal razão foi a crescente preocupação com o fornecimento de gás da Rússia para a Europa (Alemanha em particular) e a expectativa do mercado de um aperto monetário significativamente mais agressivo nos EUA e noutros mercados para combater a inflação persistente. Ambos os desenvolvimentos aceleraram no final de junho e, devido ao calendário, não se refletiram nas previsões consensuais. Em resultado, o banco registou uma sobreposição para aumentar a provisão para perdas de crédito em 83 milhões de euros, que foi libertada no terceiro trimestre de 2022, uma vez refletida nas previsões do MEV.

Durante o terceiro trimestre de 2022, o Grupo acompanhou atentamente a suspensão do fornecimento de gás russo à Alemanha através do gasoduto Nord Stream 1, no início de setembro, e os ataques aos gasodutos Nord Stream 1 e Nord Stream 2, no final de setembro. Como a incerteza relacionada com o fornecimento de gás foi incluída nos dados de consenso a 30 de setembro de 2022, não foi registada qualquer sobreposição no terceiro trimestre.

Tal como mencionado na secção "Informações prospetivas" acima, não foram consideradas necessárias sobreposições em 31 de dezembro de 2022 para incertezas relacionadas com a guerra na Ucrânia, acontecimentos geopolíticos, aumento das taxas de juro ou inflação, uma vez que estas incertezas estavam refletidas nos MEV.

#### Calibração do modelo (índice do preço do petróleo WTI)

O Grupo introduziu uma sobreposição de gestão para abordar as implicações do modelo relacionadas com a incorporação de informações prospetivas sobre os preços do petróleo no cálculo da ECL. No passado, os aumentos dos preços do petróleo eram tipicamente impulsionados pela procura e refletem um ambiente económico positivo, razão pela qual o modelo IFRS 9 foi concebido para libertar provisões para perdas de crédito esperadas neste cenário. O aumento dos preços do petróleo no primeiro trimestre de 2022 foi impulsionado pelos riscos de abastecimento e pelos impactos da guerra na Ucrânia. Embora a subida dos preços do petróleo tenha um efeito positivo em setores como o dos produtores de petróleo e de gás, a subida dos preços do petróleo motivada por questões de abastecimento tem um impacto negativo noutros setores e carteiras. Por conseguinte, foi registada uma sobreposição de 42 milhões de euros em 31 de março de 2022 para reverter a libertação de provisões de determinados setores com base no aumento do índice de preços do petróleo WTI. A sobreposição foi reduzida para 39 milhões de euros no período findo em 30 de junho de 2022, para 27 milhões de euros no período findo em 30 de setembro de 2022, e foi totalmente libertada no final de 2022. A sobreposição aumentou a provisão do Grupo para perdas de crédito.

#### Avaliação global

Ao avaliar se o Grupo necessita de quaisquer sobreposições adicionais, analisa regularmente os riscos em evolução ou emergentes, especialmente no atual ambiente geopolítico. À semelhança das medidas incluídas acima nas áreas de incidência em 2022, estas medidas incluem inquéritos e entrevistas a clientes, juntamente com a análise de carteiras de negócios, regiões e setores. Além disso, o Grupo revê e valida regularmente os principais dados e pressupostos dos modelos (incluindo os dos modelos de Feeder) e garante que, nos casos em que é aplicada uma apreciação especializada, esta está em conformidade com o quadro de gestão de riscos do Grupo. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não identificou quaisquer riscos de perda adicionais não refletidos no modelo de ECL da IFRS 9 e não identificou quaisquer deficiências do

modelo que exigissem uma sobreposição adicional para além da sobreposição existente relacionada com a nova definição de incumprimento.

## Sensibilidade do modelo

O Grupo identificou três pressupostos-chave incluídos no modelo IFRS 9. Estes incluem variáveis macroeconómicas prospetivas, os critérios quantitativos para determinar se um mutuário incorreu num aumento significativo do risco de crédito e foi transferido para a Fase 2, e a fixação de LGD em carteiras homogéneas na Fase 3. A seguir, o banco apresenta uma análise de sensibilidade sobre o impacto potencial se estes pressupostos fundamentais aplicados no modelo ECL se desviassem das expetativas de base do banco.

### Variáveis macroeconómicas

A sensibilidade do modelo de ECL em relação a potenciais alterações nas projeções para MEV chave é apresentada nas tabelas abaixo, que fornecem impactos de ECL para as Fases 1 e 2 de desvios sigma ascendentes e descendentes aplicados separadamente a cada grupo de MEV em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Um desvio sigma é um desvio padrão utilizado em cálculos estatísticos e de probabilidade e é uma medida da dispersão dos valores de uma variável aleatória. Cada um destes grupos é composto por MEV da mesma categoria:

- Taxas de crescimento do PIB: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Ásia em Desenvolvimento, Mercados Emergentes
- Taxas de desemprego: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Japão, Espanha
- Ações: S&P500, Nikkei, MSCI Asia
- Spreads de crédito: ITX Europe 125, High Yield Index, CDX IG, CDX High Yield, CDX Emerging Markets
- Imobiliário: Índice de Preços de Imóveis Comerciais
- Matérias-primas: Preço do petróleo WTI, preço do ouro

Embora as taxas de juro e a inflação não sejam incluídas separadamente nos MEV acima referidos, o impacto económico destes riscos reflete-se adequadamente noutras variáveis macroeconómicas, como as taxas de crescimento do PIB, o desemprego, as ações e os spreads de crédito, uma vez que taxas e inflação mais elevadas seriam filtradas por estas previsões e incluídas no modelo de perdas de crédito esperadas e na análise de sensibilidade abaixo.

Adicionalmente, a análise de sensibilidade inclui apenas o impacto do grupo de MEV agregado (ou seja, a correlação potencial entre diferentes grupos de MEV ou o impacto das sobreposições de gestão não é levada em consideração). As ECL para a Fase 3 não são afetadas nem refletidas nas tabelas seguintes, uma vez que o seu cálculo é independente dos cenários macroeconómicos.

O impacto da sensibilidade é significativamente mais elevado em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 31 de dezembro de 2021, devido ao nível globalmente mais elevado de perdas de crédito esperadas, com base no qual a análise de sensibilidade foi realizada, tendo em conta a incerteza económica contínua dos efeitos da guerra na Ucrânia, o ambiente geopolítico, o aumento das taxas de juro e a inflação em 31 de dezembro de 2022.

### IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Nível do Grupo

	31 de dezembro de 2022			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(83,3)	(1) pp	101,4
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(40,8)	0,5 pp	58,0
Preços imobiliários	5%	(5,6)	(5)%	6,0
Ações	10%	(15,8)	(10)%	19,6
Spreads de crédito	(40)%	(37,9)	40%	42,6
Matérias-primas <sup>1</sup>	10%	(14,8)	(10)%	15,6

<sup>1</sup> Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto. 1 pp (ponto percentual), por exemplo, o PIB muda de 3% para 4% // 1% (variação percentual), por exemplo, o preço dos imóveis muda de 100 para 101.

	31 de dezembro de 2021			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(49,4)	(1) pp	55,5
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(23,8)	0,5 pp	25,4
Preços imobiliários	5%	(3,9)	(5)%	4,2
Ações	10%	(7,2)	(10)%	9,4
Spreads de crédito	(40)%	(20,9)	40%	23,5
Matérias-primas	10%	(15,0)	(10)%	16,2



No segundo e terceiro trimestres de 2022, o Grupo conduziu uma série de cenários para avaliar o impacto negativo, caso a cessação do fornecimento de gás russo à Europa conduza a um abrandamento económico mais acentuado do que o esperado e ao aparecimento de incumprimentos mais generalizados nas posições em risco das empresas e famílias europeias. Com base nestes fatores, o Grupo estimou que um evento deste tipo resultaria potencialmente numa provisão adicional para perdas de crédito de até aproximadamente 20 pontos de base durante um período de 18 meses. No final de 2022, o Grupo reconheceu que o cenário acima referido não se concretizou e deixou de ser considerado plausível. O armazenamento de gás na Alemanha foi suficiente para abastecer as empresas e as famílias durante o Inverno, os preços da energia baixaram significativamente e foram identificadas fontes de energia alternativas.

O Grupo ponderou se existiam outros cenários negativos específicos que devesse considerar na sua análise de sensibilidade, mas como a incerteza relacionada com as taxas de juro e a inflação já está incluída nos MEV e o banco não observou quaisquer concentrações específicas de risco de crédito vulnerável nas suas carteiras, o Grupo considera que a deslocação de um sigma padrão fornece a melhor informação sobre a sensibilidade das ECL do modelo.

Ao nível das divisões, a análise de sensibilidade abaixo foi realizada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente, e revelou que as taxas de crescimento do PIB, os spreads de crédito e os preços das mercadorias eram os fatores dominantes para o Investment Bank, enquanto a sensibilidade do modelo para o Corporate Bank e o Private Bank está principalmente associada a alterações nas taxas de crescimento do PIB e nas taxas de desemprego. A tabela de sensibilidade do modelo para o Private Bank mostra apenas taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego como as principais MEV relevantes para as carteiras subjacentes.

#### IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Corporate Bank

	31 de dezembro de 2022			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(21,7)	(1) pp	24,6
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(12,2)	0,5 pp	14,0
Preços imobiliários	5%	(1,1)	(5)%	1,1
Spreads de crédito	(40)%	(7,5)	40%	9,1
Matérias-primas <sup>1</sup>	10%	(4,3)	(10)%	4,6

<sup>1</sup> Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto.

	31 de dezembro de 2021			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(12,5)	(1) pp	13,7
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(8,9)	0,5 pp	9,6
Preços imobiliários	5%	(0,5)	(5)%	0,5
Spreads de crédito	(40)%	(4,3)	40%	4,9
Matérias-primas	10%	(4,5)	(10)%	5,0

#### IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Investment Bank

	31 de dezembro de 2022			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(35,3)	(1) pp	36,9
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(5,3)	0,5 pp	6,1
Preços imobiliários	5%	(4,5)	(5)%	4,8
Ações	10%	(5,8)	(10)%	7,3
Spreads de crédito	(40)%	(26,3)	40%	28,5
Matérias-primas <sup>1</sup>	10%	(9,8)	(10)%	10,3

<sup>1</sup> Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto.

	31 de dezembro de 2021			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(24,5)	(1) pp	27,7
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(3,7)	0,5 pp	4,2
Preços imobiliários	5%	(3,4)	(5)%	3,6
Ações	10%	(2,4)	(10)%	3,1
Spreads de crédito	(40)%	(14,4)	40%	15,8
Matérias-primas	10%	(10,1)	(10)%	10,8

#### IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospectivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Private Bank

	31 de dezembro de 2022			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(21,8)	(1) pp	34,5
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(20,7)	0,5 pp	34,9

	31 de dezembro de 2021			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(10,0)	(1) pp	10,7
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(9,7)	0,5 pp	9,8

#### Impacto das perdas de crédito esperadas na duração para os mutuários da Fase 1

Conforme descrito anteriormente, o Grupo utiliza uma combinação de critérios quantitativos e qualitativos para determinar o aumento significativo no risco de crédito que exige, para os mutuários afetados, uma mudança para ECL na duração (Fase 2). Se, para todos os mutuários da Fase 1, o Deutsche Bank registrar perdas de crédito esperadas na duração, a provisão do Grupo para perdas de crédito no valor de 5,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, e de 5,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, aumentaria aproximadamente 44% no final do ano de 2022 e no final do ano de 2021.

#### Definição de LGD da Fase 3

A provisão do Grupo para perdas de crédito na Fase 3 para as carteiras homogêneas ascende a 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. O fator-chave na determinação da provisão de ECL é a estimativa da perda em caso de incumprimento, que difere por carteiras individuais. A perda em caso de incumprimento é influenciada pelas taxas de recuperação, recebimentos da venda de garantias, bem como pelas taxas de sanção. Alguns dos fatores que determinam a existência de diferentes carteiras incluem elementos de apreciação por parte de peritos e, em particular, as taxas de cura previstas. Se a LGD para todas as carteiras homogêneas aumentasse 1%, a ECL da Fase 3 aumentaria, em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 19 milhões de euros (dos quais 11 milhões de euros na Alemanha, 5 milhões de euros em Itália e 2 milhões de euros em Espanha) e aproximadamente 22 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 (dos quais 11 milhões de euros na Alemanha, 7 milhões de euros em Itália e 2 milhões de euros em Espanha).

#### Resultados do modelo da IFRS 9

Em 2022, a provisão para perdas de crédito foi de 1,2 mil milhões de euros, o que é significativamente superior aos 515 milhões de euros registados no exercício encerrado em 2021. O aumento reflete a deterioração do ambiente macroeconómico na sequência da guerra na Ucrânia e o aumento do número de eventos de imparidade em comparação com um ambiente globalmente mais benigno em 2021. O total das provisões em 2022 inclui 114 milhões de euros relacionados com clientes na Rússia e na Ucrânia, em comparação com 10 milhões de euros em 2021.

Em 2022, 204 milhões de euros de provisões para perdas de crédito estavam relacionados com as Fases 1 e 2 e mil milhões de euros com a Fase 3, comparativamente a 218 milhões de euros de libertação de provisões das Fases 1 e 2 e 734 milhões de euros na Fase 3 em 2021. O aumento das provisões das Fases 1 e 2 deveu-se principalmente à deterioração dos parâmetros macroeconómicos, enquanto o aumento das provisões da Fase 3 afetou todas as regiões e setores.

No que diz respeito às Divisões, o Corporate Bank registou um aumento de provisões para perdas de crédito de 335 milhões de euros em 2022, em comparação com uma libertação de 3 milhões de euros em 2021. O aumento homólogo deveu-se principalmente às provisões das Fases 1 e 2, na sequência da deterioração das perspetivas macroeconómicas e do aumento do número de imparidades, em comparação com uma evolução muito benigna das provisões no ano anterior. O Investment

Bank registou um aumento das provisões para perdas de crédito de 319 milhões de euros face a 104 milhões de euros em 2021. O aumento deveu-se principalmente a um maior número de novas imparidades, enquanto o ano anterior beneficiou de um número reduzido de eventos de imparidade que foram ainda mais atenuados por maiores libertações da Fase 3. O Private Bank registou um aumento das provisões para perdas de crédito de 583 milhões de euros em 2022 face a 446 milhões de euros em 2021. O aumento deveu-se principalmente às provisões das Fases 1 e 2, na sequência da deterioração das perspetivas macroeconómicas, enquanto o período do ano anterior beneficiou de um ambiente macroeconómico globalmente benigno.

Os montantes reconhecidos na provisão para perdas de crédito em relação aos riscos relacionados com o clima são considerados imateriais no final de 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022.

Para obter detalhes sobre a política contabilista do Grupo relacionada com a norma IFRS 9 Imparidade, consulte a Nota 1 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas das demonstrações financeiras consolidadas.

## Exposição à Rússia

Uma das principais áreas de incidência da gestão em 2022 foi a identificação, avaliação e gestão dos impactos diretos e indiretos da guerra na Ucrânia. Desde 2014, o Grupo reduziu significativamente a sua presença na Rússia devido ao risco acrescido de sanções e de potenciais contramedidas. O banco continuou a reduzir as suas posições de risco até 2022, em resultado de uma gestão ativa da exposição, de reembolsos de clientes e de roll-offs de garantias.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do Grupo a empréstimos à Rússia ascendia a 806 milhões de euros numa base bruta (1,397 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), o que representa aproximadamente 0,2% da carteira total de empréstimos (0,3% em 31 de dezembro de 2021). Numa base líquida, após atenuantes de risco, como o seguro da agência de crédito à exportação e o seguro de risco privado, a exposição ao empréstimo ascendeu a 379 milhões de euros (594 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021). Os compromissos adicionais não utilizados ascenderam a 78 milhões de euros (961 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) e estão sujeitos a proteção contratual contra levantamentos e garantias parentais para empresas multinacionais ("EMN"). A maioria da exposição a empréstimos diz respeito a grandes empresas russas com operações significativas e fluxo de caixa fora da Rússia. Os empréstimos existentes podem ser concedidos onshore pelo DB Moscovo, ou offshore por outras entidades do Grupo fora da Rússia. A divisão de Wealth Management concedeu empréstimos offshore a contrapartes com ligações à Rússia, garantidos em conformidade com as políticas do Grupo. Em conformidade com a estratégia global do grupo, as exposições a clientes com nexos com a Rússia foram significativamente reduzidas no decurso de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tinha uma exposição contingente de 76 milhões de euros à Rússia através de garantias financeiras e comerciais escritas (541 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021). As exposições residuais a derivados em relação à Rússia são reduzidas, uma vez que todas as posições mais importantes foram desfeitas, sendo o Grupo um pagador líquido numa base de marcação a mercado.

A exposição líquida global do banco a empréstimos à Ucrânia é de 64 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 (42 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021).

Alguns dos fatores supramencionados resultaram em impactos imediatos na carteira em 2022, incluindo a migração da notação negativa de nomes russos, resultando em ativos ponderados pelo risco de crédito mais elevados, bem como aumentos moderados das provisões para perdas de crédito e impactos mais elevados da avaliação prudencial. De um modo mais geral, nos casos em que existe a preocupação de que a qualidade de crédito da contraparte se tenha deteriorado ou pareça suscetível de se deteriorar, a respetiva exposição foi colocada na "lista de observação" e incluída na Fase 2. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Em 31 de dezembro de 2022, além dos nomes russos que foram adicionados à lista de observação, o Grupo não observou qualquer deterioração estrutural significativa do crédito noutras carteiras ou setores relacionados com a Rússia.

O quadro seguinte apresenta uma panorâmica do total das posições em risco na Rússia, incluindo depósitos overnight junto do Banco Central da Rússia no montante de 0,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 (0,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) e outras contas a receber, que estão sujeitas a imparidade ao abrigo da IFRS 9, e a correspondente provisão para perdas de crédito por fases em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

## Discriminação do risco total e da provisão para perdas de crédito por fases

em milhões de euros	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Total da exposição	Provisão para perdas de crédito <sup>1</sup>	Total das garantias e garantias colaterais	Total da exposição	Provisão para perdas de crédito <sup>1</sup>	Total das garantias e garantias colaterais
Fase 1	209	0	59	3.198	1	648
Fase 2	1.182	10	375	332	2	263
Fase 3	336	68	152	3	0	2
<b>Total</b>	<b>1.726</b>	<b>79</b>	<b>586</b>	<b>3.534</b>	<b>3</b>	<b>913</b>

<sup>1</sup>A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 11 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

A exposição total de 1,7 mil milhões de euros consiste na exposição acima mencionada de 0,8 mil milhões de euros em empréstimos à Rússia, 78 milhões de euros de compromissos não utilizados e 0,8 mil milhões de euros de depósitos overnight não garantidos em rublos junto do Banco Central da Rússia (que continuam a ser refletidos na Fase 2 a partir de 31 de dezembro de 2022); a exposição residual não garantida, excluindo os depósitos overnight não garantidos em rublos junto do Banco Central da Rússia, é principalmente impulsionada por compromissos não utilizados que estão sujeitos à cobertura do TCE e à proteção contratual contra levantamentos.

## Risco de mercado

O Grupo tem gerido o seu risco de mercado para a Rússia através da realização de avaliações regulares do seu perfil de risco. Para mitigar um risco de contágio mais amplo, foram tomadas medidas no segundo trimestre de 2022 para reduzir a exposição direta antes e imediatamente após o desenrolar dos acontecimentos. Isto foi conseguido através da celebração de coberturas adicionais e da remoção seletiva de riscos. O Grupo continua a acompanhar de perto a situação, realizando novos testes de stress de contágio em diferentes cenários. Em 12 de setembro de 2022, o leilão de CDS da Rússia foi concluído e a taxa de recuperação foi fixada em 56%, tendo o processo de liquidação sido concluído em 23 de setembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o Deutsche Bank continua a manter níveis globalmente baixos de exposição direta ao risco de mercado para a Rússia.

## Operações russas

O Grupo tem uma filial na Rússia, a OOO "Deutsche Bank" (DB Moscovo), que presta serviços bancários às filiais locais de empresas internacionais. Em 31 de dezembro de 2022, a posição de capital total do Grupo na Rússia era de 0,3 mil milhões de euros (0,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) e cerca de 40% deste capital estava coberto contra o risco cambial (~ 80% em 31 de dezembro de 2021). Os ativos totais do DB Moscovo ascendiam a 1,1 mil milhões de euros (1,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), dos quais aproximadamente 0,8 mil milhões de euros (equivalente em rublos russos, 0,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) encontravam-se depositados junto do Banco Central na Rússia. As operações locais são totalmente autofinanciadas, não sendo necessário qualquer financiamento transfronteiriço do Grupo.

O Grupo também opera um centro de serviços tecnológicos na Rússia, o OOO Deutsche Bank TechCentre (DBTC), que é um dos vários centros tecnológicos em todo o mundo. O DBTC está centrado na realização de atividades "change-the-bank" para o Investment Bank e o Corporate Bank. O Grupo continua a reduzir o risco das suas operações no DBTC, reatribuindo tarefas a outros centros tecnológicos em todo o mundo. O Grupo testou a capacidade dos outros centros tecnológicos do banco em todo o mundo, incluindo na Ásia, para cobrir as capacidades de desenvolvimento do centro de serviços russo. Não há dados ou códigos mantidos no Centro Tecnológico Russo.

Em 2022, o Grupo criou o seu próximo Centro Tecnológico em Berlim, na Alemanha. O centro apoiará principalmente as ambições do Investment Bank e do Corporate Bank através do desenvolvimento de aplicações e da integração de novas tecnologias. Embora o Grupo continue a desenvolver o Centro Tecnológico de Berlim com contratações locais, houve também transferências de recursos do seu Centro Tecnológico na Rússia para Berlim, à medida que consolida o centro de conhecimentos especializados em Inteligência Artificial e Aprendizagem Automática, o que representa uma oportunidade fundamental para o Grupo criar um valor significativo para os seus clientes e melhorar ainda mais o funcionamento eficiente das suas operações.

O Grupo tem em conta os custos de deslocalização de certos recursos do DBTC.

## Riscos de conformidade e combate aos crimes financeiros

O Grupo continua a adaptar-se rapidamente ao cenário de sanções que evoluiu e continua a evoluir após a invasão da Ucrânia. Após a aplicação das sanções, o Banco reagiu com várias medidas, incluindo, entre outras, a atualização imediata das listas relevantes do Banco para o rastreio das listas de nomes e a filtragem das transações, a formulação e a divulgação de orientações para as empresas, o diálogo com os organismos governamentais sobre questões interpretativas e a obtenção

de licenças especiais para permitir a liquidação ordenada das posições em aberto. A função AFC, e especificamente o seu departamento de Sanções e Embargos, desempenha um papel crucial na situação atual, dada a rápida evolução do ambiente regulamentar, e fornece, sempre que necessário, orientações atualizadas às empresas.

## IFRS 9 – Aplicação das orientações da EBA relativas ao incumprimento, à carência e IFRS 9 à luz das medidas da COVID-19

A "Declaração sobre a aplicação do quadro prudencial em matéria de incumprimento, carência e IFRS 9 à luz das medidas da COVID-19" da EBA publicada em 25 de março de 2020 afirma que se espera que as instituições utilizem um certo grau de juízo e distingam entre mutuários cuja capacidade de crédito não seria significativamente afetada pela situação atual a longo prazo, e aqueles que seriam pouco provável que recuperassem a sua solvabilidade. O Banco realizou revisões da carteira e aplicou esta orientação regulamentar a um número de clientes principalmente no Investment Bank e Corporate Bank.

Além disso, a EBA é de opinião que a moratória pública e privada, em resposta à pandemia da COVID-19, não tem de ser automaticamente classificada como uma carência se a moratória não for específica do mutuário, com base na legislação nacional aplicável ou numa iniciativa privada do setor ou da indústria acordada e aplicada em geral pelas instituições de crédito relevantes. O Deutsche Bank introduziu esta orientação nos seus processos internos de gestão do risco.

## Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19

Em 2020, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) emitiu uma "Declaração sobre a aplicação do quadro prudencial em matéria de incumprimento, carência e IFRS 9 à luz das medidas COVID-19", juntamente com orientações sobre moratórias legislativas e não legislativas.

A tabela seguinte apresenta uma panorâmica dos empréstimos e adiantamentos expirados sujeitos a moratórias em conformidade com a EBA, empréstimos e adiantamentos sujeitos a medidas de carência relacionadas com a COVID-19 e empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a um regime de garantia pública em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Não houve novos empréstimos e adiantamentos originados sujeitos a medidas de tolerância relacionadas com a COVID-19 e ao regime de garantia pública desde 31 de dezembro de 2021.

### Discriminação das medidas relacionadas com a COVID-19 por fases

31 dez 2022						
em milhões de euros	Moratórias legislativas e não legislativas		Medidas de carência relacionadas com a COVID-19		Regimes de garantia pública	
	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas
Fase 1	4.377	(6)	1.835	(2)	2.159	(3)
Fase 2	1.060	(22)	1.027	(16)	816	(9)
Fase 3	541	(152)	337	(77)	190	(37)
<b>Total</b>	<b>5.978</b>	<b>(180)</b>	<b>3.199</b>	<b>(95)</b>	<b>3.165</b>	<b>(49)</b>

31 dez 2021						
em milhões de euros	Moratórias legislativas e não legislativas		Medidas de carência relacionadas com a COVID-19		Regimes de garantia pública	
	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas	Valor contabilístico bruto	Perdas de crédito esperadas
Fase 1	5.381	(10)	3.330	(6)	3.079	(2)
Fase 2	1.288	(30)	2.602	(31)	770	(9)
Fase 3	698	(162)	965	(122)	103	(14)
<b>Total</b>	<b>7.368</b>	<b>(202)</b>	<b>6.897</b>	<b>(158)</b>	<b>3.952</b>	<b>(25)</b>

Medidas de carência relacionadas com a COVID-19: Em 31 de dezembro de 2022, foram concedidas medidas de reestruturação em relação à COVID-19 a 3,2 mil milhões de euros de empréstimos e adiantamentos pendentes. Em 31 de dezembro de 2022, mais de 88% dos clientes continuavam a ter um bom desempenho e o Banco continua a manter-se a um nível estável de ECL. Todos os empréstimos e adiantamentos com período de carência devem ser classificados como empréstimos com período de carência até ser atingido um período de vigilância de 24 meses.

As moratórias em conformidade com a EBA podem ser divididas em moratórias legislativas, instituídas pelo Governo, e moratórias não legislativas concedidas por um grupo de instituições financeiras.

As moratórias foram concedidas principalmente na Alemanha, Itália e Espanha e expiraram no final de 2020 ou 2021. Mais de 95% destes clientes, que aproveitaram a moratória, retomaram os pagamentos. Em 31 de dezembro de 2021, menos de 30 milhões de euros ainda estavam ativos. Em 2022, o número de clientes e os volumes abrangidos por moratórias registaram uma nova redução significativa devido aos reembolsos. Em 31 de dezembro de 2022, quase todas as moratórias expiraram e as que ainda estão ativas totalizam 4,5 milhões de euros.

Empréstimos e adiantamentos de origem recente sujeitos a um regime de garantia pública: O Grupo concedeu aproximadamente 3,4 mil milhões de euros de empréstimos ao abrigo do regime de garantia pública em 31 de dezembro de 2022. Cerca de 1,7 mil milhões de euros de empréstimos foram concedidos na Alemanha através de programas patrocinados pela KfW, dos quais 0,2 mil milhões de euros foram desreconhecidos, uma vez que os termos do empréstimo e da garantia reuniam os critérios de desreconhecimento no âmbito da IFRS 9, e 1,7 mil milhões de euros eram originários de Espanha. Em 31 de dezembro de 2022, 94% dos empréstimos que foram concedidos a garantias públicas continuam a efetuar reembolsos regulares.

## Qualidade dos ativos

A secção “Qualidade dos ativos” ao abrigo da norma IFRS 9 descreve a qualidade dos instrumentos de dívida sujeitos a imparidades, os quais ao abrigo da norma IFRS 9 consistem em instrumentos de dívida medidos ao custo amortizado, instrumentos financeiros escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), bem como compromissos de crédito extrapatrimoniais, como compromissos de empréstimos e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente “Ativos financeiros”).

### Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante da exposição e da provisão para perdas de crédito por classe de ativo financeiro, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

#### Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

	31 dez 2022					31 dez 2021				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Custo amortizado<sup>1</sup></b>										
Valor contabilístico bruto	721.546	45.335	11.379	1.041	779.300	710.271	40.653	11.326	1.297	763.548
Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>	533	626	3.656	180	4.995	440	532	3.740	182	4.895
<b>dos quais empréstimos</b>										
Valor contabilístico bruto	433.081	43.711	10.686	1.027	488.504	425.342	38.809	10.653	1.272	476.077
Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>	507	619	3.491	174	4.790	421	530	3.627	177	4.754
<b>Justo valor através de OCI</b>										
Justo valor	31.123	482	70	0	31.675	28.609	326	44	0	28.979
Provisão para perdas de crédito	14	12	43	0	69	15	10	16	0	41
<b>Fora do balanço</b>										
Valor notional	296.062	18.478	2.625	8	317.173	276.157 <sup>4</sup>	14.498	2.582	11	293.248 <sup>4</sup>
Provisão para perdas de crédito <sup>3</sup>	144	97	310	0	551	108	111	225	0	443

<sup>1</sup> Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos por: empréstimos pelo custo amortizado, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (s/ bancos centrais), recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e determinadas subcategorias de outros ativos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

<sup>3</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

<sup>4</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

### Dedução de risco de país

O Grupo regista provisões para risco de país relativamente a riscos de transferência, quando os clientes não podem transferir fundos além-fronteiras para cumprir uma obrigação noutra jurisdição devido a uma intervenção soberana direta (por exemplo, uma moratória da dívida ou controlos de capitais). Para quantificar os riscos de transferência, o banco utiliza um cálculo de perdas esperadas, em que a PD reflete a classificação do risco de país fornecida pela Risk Research. No final de 2022, o Grupo registou uma provisão para risco de país no montante de 23 milhões de euros para elementos patrimoniais e extrapatrimoniais, o que representa um aumento de 13 milhões de euros em relação ao final de 2021, principalmente devido a exposições a clientes domiciliados na Rússia.

## Ativos financeiros ao custo amortizado

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do desenvolvimento dos ativos financeiros ao custo amortizado e da respetiva provisão para perdas de crédito em cada um dos períodos de relato relevantes, discriminados por fases de acordo com os requisitos da IFRS 9.

### Desenvolvimento das exposições no atual período de relato

	31 dez 2022				
	Valor contabilístico bruto				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>710.271</b>	<b>40.653</b>	<b>11.326</b>	<b>1.297</b>	<b>763.548</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	106.702	5.554	923	(1)	113.177
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(2.101)	666	1.435		0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	0	(0)	(6)	0	(6)
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(103.660)	(2.177)	(2.583)	(258)	(108.679)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	68	3	71
Taxas de câmbio e outras alterações	10.334	639	216	0	11.189
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>721.546</b>	<b>45.335</b>	<b>11.379</b>	<b>1.041</b>	<b>779.300</b>

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentaram 16 mil milhões de euros ou 2%, em 2022, motivados principalmente pela Fase 1:

As exposições da Fase 1 aumentaram 11 mil milhões de euros ou 2%, principalmente devido a aumentos de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado, e empréstimos, no Investment Bank e no Private Bank, os quais foram parcialmente compensados por uma redução dos saldos do banco central.

As exposições da Fase 2 aumentaram 5 mil milhões de euros ou 12%, devido principalmente a empréstimos pelo custo amortizado no Private Bank, devido à deterioração do ambiente macroeconómico.

As posições em risco da Fase 3 diminuíram ligeiramente em 203 milhões de euros, ou 2%, em 2022, devido a reduções no Private Bank e na carteira de empréstimos POCI. Este facto foi parcialmente compensado pelo aumento do Corporate Bank devido a novos incumprimentos.

### Desenvolvimento das exposições no período de relato anterior

	31 dez 2021				
	Valor contabilístico bruto				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>651.941</b>	<b>35.372</b>	<b>10.655</b>	<b>1.729</b>	<b>699.697</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	78.565	7.507	305	(102)	86.277
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(155)	(1.109)	1.264	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	(1)	(0)	(16)	0	(17)
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(34.157)	(1.891)	(1.271)	(372)	(37.691)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	55	23	78
Taxas de câmbio e outras alterações	14.078	774	333	19	15.204
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>710.271</b>	<b>40.653</b>	<b>11.326</b>	<b>1.297</b>	<b>763.548</b>

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentaram 64 mil milhões de euros, ou 9%, em 2021, motivados principalmente pela Fase 1:

As exposições da Fase 1 aumentaram 58 mil milhões de euros, ou 9%, principalmente devido ao aumento dos empréstimos ao custo amortizado no Investment Bank e no Private Bank, bem como ao aumento dos saldos do banco central.

As exposições da Fase 2 aumentaram 5 mil milhões de euros ou 15%, em grande parte impulsionadas pelo Investment Bank, devido a melhorias nos atidores da Fase 2 relacionados com o processo, debatidos na secção de imparidade da IFRS 9 do Relatório Anual de 2021.

As exposições da Fase 3 aumentaram ligeiramente em 240 milhões de euros, ou 2%, em 2021, o que foi impulsionado pelos novos incumprimentos no Private Bank, bem como no Investment Bank. Isto foi parcialmente compensado pelas reduções na nossa carteira de empréstimos POCI, bem como pelo Corporate Bank e a Capital Release Unit.

#### Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

	31 dez 2022				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 <sup>4</sup>	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>440</b>	<b>532</b>	<b>3.740</b>	<b>182</b>	<b>4.895</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(32)	204	887	22	1.081
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	122	(121)	(0)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período <sup>3</sup>	0	0	(1.014)	(28)	(1.043)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	68	3	71
Taxas de câmbio e outras alterações	2	12	(25)	1	(10)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>533</b>	<b>626</b>	<b>3.656</b>	<b>180</b>	<b>4.995</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	90	82	886	22	1.081

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

<sup>3</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>4</sup> O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 46 milhões de euros em 2022 e de 0 milhões de euros em 2021.

A provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentou 100 milhões de euros, ou 2%, em 2022, motivada principalmente pelas Fases 1 e 2:

As provisões da Fase 1 aumentaram 93 milhões de euros, ou 21%, devido à deterioração do ambiente macroeconómico, tal como explicado anteriormente.

As provisões da Fase 2 aumentaram 94 milhões de euros, ou 18%, devido à deterioração das perspectivas macroeconómicas, tal como explicado anteriormente.

As provisões da Fase 3 diminuíram 87 milhões de euros, ou 2%, devido sobretudo a reduções decorrentes das vendas de carteiras não produtivas no Private Bank, que foram parcialmente compensadas pelas novas reservas no Investment Bank e no Corporate Bank.

O índice de cobertura da Fase 3 do Grupo (definido como Provisão para perdas de crédito na Fase 3 (excluindo POCI) dividido por ativos financeiros a custo amortizado na Fase 3 (excluindo POCI)) foi de 32% no ano fiscal corrente, comparado com 33% no ano anterior.

Devido à deterioração das perspectivas macroeconómicas, as transferências líquidas da Fase 1 devido a alterações na qualidade creditícia diminuíram ligeiramente em 2022, em termos homólogos. As saídas líquidas da Fase 2 devido a alterações na solvabilidade também diminuíram no ano completo de 2022, o que se deveu principalmente a níveis mais baixos de provisões na Fase 2 no ano anterior, na sequência da recuperação da pandemia de COVID-19.

Em 2022, as transferências líquidas na Fase 3 (excluindo POCI) diminuíram em comparação com 2021. O montante imaterial das transferências líquidas devido à fiabilidade creditícia na Fase 3 em 2022 resultou da compensação das saídas da Fase 3 pelas entradas mais baixas. Este facto deveu-se a uma redução das dotações nas Fases 1 e 2 no período do ano anterior, tal como acima referido.



### Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 <sup>4</sup>	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>544</b>	<b>648</b>	<b>3.614</b>	<b>139</b>	<b>4.946</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(245)	85	615	26	480
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	138	(197)	58	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período <sup>3</sup>	0	0	(561)	(5)	(566)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	55	23	78
Taxas de câmbio e outras alterações	3	(4)	(41)	(0)	(43)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>440</b>	<b>532</b>	<b>3.740</b>	<b>182</b>	<b>4.895</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	(107)	(112)	673	26	480

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

<sup>3</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>4</sup> O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2021 e de 46 milhões de euros em 2020 (comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso).

A provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuíram ligeiramente em 51 milhões de euros ou 1%, em 2021, motivada sobretudo pelas Fases 1 e 2:

As provisões da Fase 1 diminuíram 104 milhões de euros, ou 19%, devido à atualização das perspectivas macroeconômicas, tal como explicado no Relatório Anual de 2021.

As provisões da Fase 2 diminuíram 117 milhões de euros, ou 18%, devido à atualização das perspectivas macroeconômicas, tal como explicado no Relatório Anual de 2021.

As provisões da Fase 3 aumentaram 169 milhões de euros, ou 5%, devido a novos incumprimentos no Private Bank e no Investment Bank, bem como ao aumento das provisões em relação à carteira de empréstimos POCI existente, que foram parcialmente compensados pelas reduções no Corporate Bank e na Capital Release Unit.

### Ativos financeiros ao custo amortizado por divisão

	31 dez 2022									
	Quantia escriturada bruta <sup>1</sup>					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	114.983	11.030	2.879	0	128.892	91	99	963	0	1.153
Investment Bank	164.443	10.288	2.375	1.041	178.147	145	89	491	180	904
Private Bank	243.896	22.609	5.870	0	272.375	283	433	2.167	0	2.883
Asset Management	1.861	49	0	0	1.910	0	0	0	0	0
Capital Release Unit	1.769	115	115	0	2.000	1	2	34	0	36
Corporate & Other	194.594	1.244	140	0	195.978	13	4	1	0	18
<b>Total</b>	<b>721.546</b>	<b>45.335</b>	<b>11.379</b>	<b>1.041</b>	<b>779.300</b>	<b>533</b>	<b>626</b>	<b>3.656</b>	<b>180</b>	<b>4.995</b>

<sup>1</sup> Os números do valor contábilístico bruto por divisão são relatados após uma realocação dos saldos das divisões para Corporate & Other.

	31 dez 2021									
	Quantia escriturada bruta <sup>1</sup>					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	116.332	10.165	2.113	0	128.611	56	83	901	0	1.040
Investment Bank	147.177	9.783	2.487	1.264	160.711	106	78	356	182	723
Private Bank	235.067	19.526	6.496	33	261.122	269	365	2.383	0	3.018
Asset Management	2.218	58	0	0	2.276	1	1	0	0	2
Capital Release Unit	2.743	210	212	0	3.165	2	1	99	0	103
Corporate & Other	206.734	910	18	0	207.663	6	3	1	0	10
<b>Total</b>	<b>710.271</b>	<b>40.653</b>	<b>11.326</b>	<b>1.297</b>	<b>763.548</b>	<b>440</b>	<b>532</b>	<b>3.740</b>	<b>182</b>	<b>4.895</b>

<sup>1</sup> Os números do valor contábilístico bruto por divisão são relatados após uma realocação dos saldos das divisões para Corporate & Other.

### Ativos financeiros ao custo amortizado por setor da indústria

A tabela abaixo fornece uma visão geral da qualidade dos ativos do Grupo por setor e tem por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

	31 dez 2022									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	425	76	23	0	525	1	1	8	0	10
Indústria mineira e de extração de minérios	2.227	137	70	0	2.434	4	5	23	0	32
Indústria	25.151	4.670	1.163	84	31.068	35	64	519	3	620
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	6.226	563	51	0	6.839	4	5	33	0	42
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	624	63	39	0	726	1	1	6	0	8
Construção	3.453	540	203	87	4.282	5	9	91	10	115
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	18.710	2.530	733	31	22.004	20	30	383	3	437
Transporte e armazenamento	5.233	642	225	28	6.127	9	8	65	(0)	83
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.385	466	112	6	1.969	2	5	59	1	67
Informação e comunicação	7.096	614	127	17	7.854	14	13	94	0	122
Atividades financeiras e de seguros	356.491	8.991	1.999	402	367.883	129	73	472	46	720
Atividades imobiliárias	41.450	6.345	896	238	48.929	30	22	116	71	239
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.147	721	218	1	7.087	6	9	104	0	119
Atividades de serviços administrativos e de apoio	8.429	1.003	383	18	9.833	9	13	94	6	121
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	30.984	418	923	0	32.325	15	0	17	0	33
Educação	205	41	4	0	251	0	1	2	0	3
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.188	351	83	0	4.622	8	12	12	0	32
Artes, entretenimento e atividades de lazer	922	185	28	1	1.137	1	5	2	0	9
Outras atividades de serviços	7.198	818	226	123	8.365	10	6	133	25	174
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	194.959	16.160	3.874	6	215.000	229	343	1.423	15	2.010
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	41	0	0	0	41	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>721.546</b>	<b>45.335</b>	<b>11.379</b>	<b>1.041</b>	<b>779.300</b>	<b>533</b>	<b>626</b>	<b>3.656</b>	<b>180</b>	<b>4.995</b>

	31 dez 2021									
	Valor contábilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	544	73	29	0	646	1	1	11	0	12
Indústria mineira e de extração de minérios	2.771	95	63	0	2.929	3	0	13	0	17
Indústria	31.776	3.466	957	97	36.296	24	36 <sup>1</sup>	481	3	543
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.414	174	117	0	4.705	2	2	41	0	45
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	580	51	50	0	680	1	2	8	0	11
Construção	3.672	375	271	128	4.446	8	5	178	(1)	190
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	19.582	1.355	747	32	21.717	18	19	397	3	436
Transporte e armazenamento	4.513	862	378	29	5.782	12	12	72	(0)	96
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.356	769	122	18	2.265	1	9	62	(2)	70
Informação e comunicação	6.431	257	157	16	6.860	10	4	98	0	112
Atividades financeiras e de seguros	359.874	6.711	1.756	491	368.832	94	48	245	54 <sup>1</sup>	442
Atividades imobiliárias	34.827	5.339	1.115	271	41.551	16	22	97	55	190
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.017	751	225	34	7.027	6	9	107	0	122
Atividades de serviços administrativos e de apoio	9.477	1.767	467	24	11.736	11	21	132	4	167
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	18.174	2.073	49	0	20.295	5	11	5	0	21
Educação	190	34	5	0	228	0	1	2	0	3
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.620	331	105	0	4.056	4	6	18	0	28
Artes, entretenimento e atividades de lazer	690	371	11	1	1.073	2	3	3	1	8
Outras atividades de serviços	8.564	920	225	140	9.850	6	12	116 <sup>1</sup>	49	183
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	193.159	14.880	4.477	16	212.532	218	309	1.653	16	2.196
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	40	0	1	0	41	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>710.271</b>	<b>40.653</b>	<b>11.326</b>	<b>1.297</b>	<b>763.548</b>	<b>440</b>	<b>532</b>	<b>3.740</b>	<b>182</b>	<b>4.895</b>

<sup>1</sup>Comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso.

#### Ativos financeiros ao custo amortizado por região

	31 dez 2022									
	Valor contábilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	317.241	19.904	3.689	0	340.835	201	333	1.619	13	2.166
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	141.935	9.828	3.171	712	155.646	178	194	1.224	162	1.758
Europa Oriental	8.050	1.174	386	0	9.609	3	7	97	0	107
América do Norte	173.084	10.504	1.628	149	185.366	81	55	289	5	431
América Central e América do Sul	4.525	253	82	5	4.865	6	2	5	0	12
Ásia e Pacífico	58.621	2.967	1.475	112	63.174	40	28	330	3	400
África	3.144	177	843	0	4.164	8	0	7	0	15
Outros	14.946	527	105	63	15.642	16	6	86	(4)	105
<b>Total</b>	<b>721.546</b>	<b>45.335</b>	<b>11.379</b>	<b>1.041</b>	<b>779.300</b>	<b>533</b>	<b>626</b>	<b>3.656</b>	<b>180</b>	<b>4.995</b>

em milhões de euros	31 dez 2021									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	316.467	17.941	3.581	33	338.023	191	298	1.653	14	2.156
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	134.187	9.224	3.652	937	148.000	134	156	1.533	150	1.973
Europa Oriental	6.818	494	99	0	7.412	2	4	53	0	59
América do Norte	174.574	8.853	2.131	145	185.703	53	55	180	16	304
América Central e América do Sul	3.908	206	197	7	4.318	3	0	13	2	18
Ásia e Pacífico	58.984	2.351	1.518	137	62.990	45	8	227	2	282
África	2.081	1.319	39	0	3.439	3	11	1	0	16
Outros	13.252	263	110	38	13.664	10	0	79 <sup>1</sup>	(2)	88
<b>Total</b>	<b>710.271</b>	<b>40.653</b>	<b>11.326</b>	<b>1.297</b>	<b>763.548</b>	<b>440</b>	<b>532</b>	<b>3.740</b>	<b>182</b>	<b>4.895</b>

<sup>1</sup>Comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso.

### Ativos financeiros ao custo amortizado por classe de notação

em milhões de euros	31 dez 2022									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA–iAA	251.598	228	0	0	251.826	3	0	0	0	3
iA	106.548	580	0	14	107.142	9	1	0	0	10
iBBB	172.643	6.246	0	0	178.889	63	21	0	0	84
iBB	152.063	14.891	0	0	166.954	212	91	0	0	302
iB	35.626	17.717	0	14	53.358	218	276	0	6	501
iCCC e inferior	3.068	5.672	11.379	1.013	21.132	28	237	3.656	174	4.095
<b>Total</b>	<b>721.546</b>	<b>45.335</b>	<b>11.379</b>	<b>1.041</b>	<b>779.300</b>	<b>533</b>	<b>626</b>	<b>3.656</b>	<b>180</b>	<b>4.995</b>

em milhões de euros	31 dez 2021									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA–iAA	257.805	471	0	0	258.276	2	0	0	0	2
iA	99.418	1.325	0	9	100.753	6	1	0	0	7
iBBB	163.434	3.938	0	0	167.371	39	12	0	0	51
iBB	151.290	11.898	0	0	163.188	150	71	0	0	221
iB	33.572	17.942	0	16	51.530	205	253	0	6	463
iCCC e inferior	4.752	5.079	11.326	1.272	22.430	39	195	3.740	177	4.151
<b>Total</b>	<b>710.271</b>	<b>40.653</b>	<b>11.326</b>	<b>1.297</b>	<b>763.548</b>	<b>440</b>	<b>532</b>	<b>3.740</b>	<b>182</b>	<b>4.895</b>

Os compromissos do Grupo para empréstimo de fundos adicionais a devedores com ativos financeiros de Fase 3 ao custo amortizado ascendiam a 621 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e a 384 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

### Garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na fase 3

em milhões de euros	31 dez 2022				31 dez 2021		
	Valor contabilístico bruto	Garantias		Valor contabilístico bruto	Garantias		
		Garantias	Garantias		Garantias	Garantias	
Ativos financeiros ao custo amortizado (Fase 3) <sup>1</sup>	11.379	3.431	1.439	11.326	4.140	496	

<sup>1</sup> A Fase 3 consiste aqui apenas em ativos não POCI

Em 2022, as garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 aumentaram 234 milhões de euros, ou 5%, sobretudo impulsionadas pelo Investment Bank e pelo Private Bank.

O Grupo não reconheceu uma provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 de 916 milhões de euros em 2022 e 1130 milhões de euros em 2021, devido à garantia total destes ativos.

## Ativos modificados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é considerado modificado quando os seus fluxos de caixa contratuais são renegociados ou de outra forma modificados. A renegociação ou a modificação poderá levar, ou não, ao desreconhecimento do instrumento financeiro antigo e ao reconhecimento do novo. Esta secção abrange ativos financeiros modificados que não foram desreconhecidos.

Nos termos da IFRS 9, quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original (EIR). Em ativos financeiros modificados, para determinar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, reflete-se a comparação de:

- Probabilidade de incumprimento (PD) do período restante à data de relato com base nos termos modificados; com
- A PD estimada do período restante com base nos dados aquando do reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais.

A tabela seguinte fornece a visão geral dos ativos financeiros modificados ao custo amortizado nos períodos de relato discriminados em fases da IFRS 9.

### Ativos modificados ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2022					31 dez 2021				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Valor contabilístico do custo amortizado antes da modificação	0	0	47	0	47	0	22	17	0	40
Resultados da modificação líquidos reconhecidos	0	(0)	(6)	0	(6)	(1)	0	(16)	0	(16)

Em 2022, o banco observou um aumento de 7 milhões de euros, ou 17%, nos ativos modificados ao custo amortizado devido a modificações relacionadas com o crédito. O Grupo não incluiu quaisquer alterações impulsionadas pela COVID-19 na tabela acima. Para mais informações sobre as alterações motivadas pela COVID-19, consultar a "Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19".

Em 2022, o Grupo não observou quaisquer valores de ativos modificados que tenham sido atualizados para a Fase 1. O banco não observou qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas Fases 2 e 3.

Em 2021, o Grupo observou valores imateriais de ativos modificados que foram atualizados para a Fase 1. O banco não observou qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas Fases 2 e 3.

## Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O justo valor dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) sujeito a imparidades foi de 32 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a 29 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. A provisão para perdas de crédito sobre estes ativos permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (69 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 41 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021). Por não ser materialmente relevante, não é fornecida qualquer discriminação adicional relativa aos ativos financeiros ao FVOCI.

## Compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante nominal e da provisão para perdas de crédito da classe de ativos financeiros extrapatrimoniais do Grupo, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

### Desenvolvimento do montante nominal no atual período de relato

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	276.157	14.498	2.582	11	293.248
Movimentos incluindo novos negócios	16.078	361	62	(3)	16.498
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(3.047)	3.166	(119)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	6.874	452	100	(0)	7.427
Saldo, fim do período de relato	296.062	18.478	2.625	8	317.173
dos quais: Garantias financeiras	61.083	5.283	971	0	67.337

### Desenvolvimento do montante nominal no período de relato anterior

	31 dez 2021				
	Montante nominal				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>251.795<sup>1</sup></b>	<b>8.723</b>	<b>2.587</b>	<b>1</b>	<b>263.106<sup>1</sup></b>
Movimentos incluindo novos negócios	18.247	3.236	(273)	10	21.220
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(2.177)	2.019	158	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	8.292	521	110	0	8.923
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>276.157<sup>1</sup></b>	<b>14.498</b>	<b>2.582</b>	<b>11</b>	<b>293.248<sup>1</sup></b>
dos quais: Garantias financeiras	55.477	2.975	1.036	0	59.488

<sup>1</sup> Comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso.

### Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

	31 dez 2022				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>108</b>	<b>111</b>	<b>225</b>	<b>0</b>	<b>443</b>
Movimentos incluindo novos negócios	21	(1)	78	0	99
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	12	(15)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	4	3	3	0	9
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>144</b>	<b>97</b>	<b>310</b>	<b>0</b>	<b>551</b>
dos quais: Garantias financeiras	95	56	226	0	378
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	33	(16)	82	0	99

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

### Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>144</b>	<b>74</b>	<b>200</b>	<b>0</b>	<b>419</b>
Movimentos incluindo novos negócios	(43)	38	18	0	13
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	3	(5)	2	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	3	6	0	12
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>108</b>	<b>111</b>	<b>225</b>	<b>0</b>	<b>443</b>
dos quais: Garantias financeiras	69	64	164	0	297
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	(40)	33	19	0	13

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

## Ações judiciais

Os ativos sujeitos a atividade de execução consistem em ativos que foram total ou parcialmente abatidos e o Grupo continua a tentar a recuperação do ativo. Esta atividade de execução inclui, por exemplo, casos em que o banco continua a dedicar recursos (por ex., o nosso Departamento Jurídico/unidade de reestruturação de CRM) no sentido da recuperação, quer pela via legal, quer por agentes de recuperação terceiros. A atividade de execução aplica-se igualmente a casos em que o banco mantém ações judiciais pendentes ou ainda a decorrer. Isto verifica-se independentemente de se prever recuperar os montantes e do prazo da recuperação. Poderá ser prática comum, em determinadas jurisdições, que os casos de recuperação se prolonguem por vários anos.

Os montantes pendentes relativos a ativos financeiros que foram abatidos durante o período de relato e ainda sujeitos a atividade de execução ascenderam a 175 milhões para o exercício de 2022, principalmente relacionados com o Corporate Bank, bem como o Private Bank. Em 2021, as ações judiciais ascenderam a 234 milhões de euros, principalmente no Corporate Bank, no Investment Bank e no Private Bank.

## Ativos renegociados e com período de carência pelo custo amortizado

Por razões económicas ou jurídicas, o banco pode celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e de cada transação e tomando em consideração as

circunstâncias e os factos específicos do cliente. Nos empréstimos ao consumo, o banco oferece carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das estratégias de gestão do risco do Grupo e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de ativos com período de carência pelo custo amortizado, o Grupo segue a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013). Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, o Grupo relata o empréstimo como tendo um período de carência; remove o ativo do relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de dois anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontre em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

Em 2020, as medidas de carência concedidas em consequência da pandemia da COVID-19 foram acrescentadas aos regulamentos acima mencionados e estão incluídas na tabela seguinte, mesmo se estas medidas, em conformidade com as orientações da EBA, não desencadearem, em geral, uma transição faseada. A moratória relacionada com a COVID-19, em contrapartida, não é relevante para a tabela abaixo. Para mais informações, consulte a secção "Moratória legislativa e não legislativa e regimes de garantia pública à luz da pandemia da COVID-19".

#### Ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2022						31 dez 2021					
	Em cumprimento		Em incumprimento			Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado	Em cumprimento		Em incumprimento			Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado
	Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2	Fase 3		Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2	Fase 3	
Alemães	729	1.563	0	21	1.066	3.379	690	1.903	0	17	1.056	3.665
Não alemães	1.254	3.139	60	13	3.299	7.764	2.478	3.489	135	25	3.949	10.076
<b>Total</b>	<b>1.983</b>	<b>4.702</b>	<b>60</b>	<b>34</b>	<b>4.365</b>	<b>11.143</b>	<b>3.168</b>	<b>5.391</b>	<b>135</b>	<b>42</b>	<b>5.004</b>	<b>13.741</b>

#### Evolução de ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Saldo no início do período</b>	<b>13.741</b>	<b>13.459</b>
Classificados como de carência durante o exercício	3.196	4.945
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(5.899)	(4.934)
Reconhecimento de perdas	(142)	(43)
Taxa de câmbio e outros movimentos	248	313
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>11.143</b>	<b>13.741</b>

Os ativos com período de carência a custo amortizado diminuíram em 2,6 mil milhões de euros, ou 19%, em 2022. Esta evolução deveu-se à redução das medidas de reestruturação relacionadas com a COVID-19, parcialmente compensadas pelo aumento do Investment Bank e do Corporate Bank.

Os ativos com período de carência ao custo amortizado diminuíram ligeiramente em 282 milhões de euros, ou 2%, em 2021.

#### Garantias colaterais obtidas

O Grupo obteve garantias colaterais no balanço apenas em determinados casos, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. De um modo geral, o banco não ocupa os imóveis obtidos para as suas atividades.

### Garantias colaterais obtidas durante o período de relato

em milhões de euros	2022	2021
Imóveis comerciais	2	0
Imóveis residenciais <sup>1</sup>	1	2
Outros	0	0
<b>Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

<sup>1</sup> O montante escriturado de imóveis residenciais excluídos ascendeu a 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 67 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2022, o Grupo não obteve nenhuma garantia colateral relacionada com estes fundos face a 46 milhões de euros em 2021.

### Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

O banco definiu um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivativos OTC com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

### Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivativos

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, o banco dispõe geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das suas transações de derivativos nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivativos relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivativos com pouca antecedência.

Os contrato-tipo e os acordos de garantia associados para transações de derivativos OTC executadas com os clientes do banco resultam normalmente em que a maior parte da exposição ao crédito é garantida por garantia. Também fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão padronizados ou específicos, o que permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento.

Os direitos de rescisão contratual do banco são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a liquidação e negociações. Nos casos em que a decisão de encerrar as transações de derivativos resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, o banco reestrutura a obrigação, transformando-a num crédito não derivado, e este é gerido através do processo de cálculo regular. Como tal, o banco normalmente não apresenta para fins contabilísticos quaisquer derivativos em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4, do CRR, o banco tem um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. O banco utilizou ainda o processo estabelecido para calibrar o seu próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos derivativos e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivativos do Private Bank Germany é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

### Gestão e mitigação de risco de crédito

#### Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito que são organizadas por tipo de contraparte (tais como instituições financeiras, empresas ou particulares), por área económica (mercados emergentes, por exemplo) ou por produto (crédito estruturado), e apoiadas por equipas de analistas de notação de crédito, sempre que considerado necessário. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas



transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados nestes processos de crédito altamente automatizados no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. No Deutsche Bank vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco/perdas.

Nos casos em que o Deutsche Bank identifica contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de incumprimento/perda, a respetiva contraparte é geralmente colocada na lista de vigilância. O objetivo do Deutsche Bank é identificar de forma precoce as contrapartes que, com base na aplicação dos instrumentos de gestão do risco do banco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e minimizar potenciais perdas. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce do risco é um princípio da cultura de crédito do Deutsche Bank e destina-se a sensibilizar a gestão para estas posições.

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do Risco de Crédito, tendo em consideração a apetência pelo risco e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e são arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com caráter pessoal, em função das habilitações e experiência profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevado ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

## Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e o alinhamento da exposição com a apetência pelo risco do banco, o Deutsche Bank também utiliza várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável
- Garantias, nas suas várias formas, para reduzir as perdas através do aumento da recuperação das obrigações; os princípios fundamentais da gestão das garantias incluem a eficácia e a aplicabilidade jurídicas, avaliações prudentes e realistas das garantias, redução do risco e dos fundos próprios regulamentares, bem como a eficiência dos custos
- Transferências de risco, que transferem o risco de incumprimento de um devedor para um terceiro, incluindo a cobertura executada pelo Strategic Corporate Lending (SCL) do banco; podem também ser utilizados outros instrumentos de redução do risco, como securitizações, etc
- Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados e de transações de financiamento de títulos (por exemplo, acordos de recompra)
- Cobertura do risco de contraparte dos derivados, incluindo CVA, utilizando principalmente contratos CDS através da sala de Gestão da carteira de contraparte do banco

### Garantias

O Deutsche Bank aceita regularmente a receção de garantias de clientes sujeitos a risco de crédito ou o seu fornecimento por terceiros acordados por contratos legalmente eficazes e executórios, documentados por um parecer jurídico escrito e fundamentado. A garantia é uma proteção de crédito sob a forma de ativos (financiados) cedidos ou penhorados ou obrigações (não financiadas) de terceiros que serve para mitigar o risco inerente de perda de crédito numa exposição, substituindo o risco de incumprimento da contraparte ou melhorando as recuperações em caso de incumprimento. Geralmente, o Deutsche Bank aceita todos os tipos de garantias de valor e elegíveis para os respetivos negócios, mas podemos limitar os tipos de garantias aceites para negócios ou regiões específicos, conforme habitual no respetivo mercado, ou motivados por objetivos de eficiência. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, esta não substitui a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e uma avaliação rigorosa da capacidade de pagamento da dívida por parte da contraparte, em conformidade com o artigo 194.º, n.º 9, do CRR.

O Deutsche Bank distingue dois tipos de garantias recebidas:

- Garantias financeiras e outras garantias colaterais, o que permite ao Deutsche Bank recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, títulos (ações, obrigações), penhores de garantias ou cessões de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, ativos móveis (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários. Todas as garantias colaterais financeiras são reavaliadas e medidas com regularidade, na sua maioria diariamente, em relação à respetiva exposição ao crédito. O valor de outras garantias colaterais, incluindo, imóveis, é monitorizado com base em processos estabelecidos que incluem revisões ou reavaliações regulares por peritos internos e/ou externos
- Garantias colaterais que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros não correlacionados. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco. As garantias e cartas de conforto fortes fornecidas por membros correlacionados do grupo de clientes (geralmente a empresa-mãe) são também aceites e utilizadas para transferência de risco em pontuações de classificação aprovadas. As garantias colaterais com uma notação non-investment grade do garante estão limitadas

Os processos do Deutsche Bank procuram assegurar que as garantias aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Isto inclui processos para assegurar, em geral, documentação juridicamente eficaz e aplicável para ativos de garantia realizáveis e mensuráveis que são avaliados dentro do processo de integração por avaliadores internos dedicados ou equipas com as devidas qualificações, competências e experiência ou avaliadores externos adequados mandatados em processos regulamentados. As avaliações aplicadas seguem métodos ou modelos de avaliação geralmente aceites. A correção contínua dos valores é monitorizada através de revisões frequentes e orientadas por eventos específicos do tipo de garantia, considerando parâmetros de risco relevantes. As reavaliações são aplicadas em casos de deterioração material provável identificada e o controlo futuro pode ser ajustado respetivamente. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (haircuts) aplicáveis. O Deutsche Bank tem margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, o Deutsche Bank procura evitar características de risco de “correlação desfavorável” (wrong-way), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes.

A avaliação de garantia é considerada no âmbito de um cenário de liquidação. O valor de liquidação é igual aos proveitos esperados da monetização/realização de garantias num cenário de base, em que é alcançado um justo valor através de uma preparação cuidadosa e da liquidação disciplinada da garantia. A garantia pode movimentar-se em valor ao longo do tempo (valor dinâmico) ou não (valor estático). O valor de liquidez dinâmico geralmente inclui uma margem de segurança ou de avaliação face ao valor realizável, de modo a contabilizar a liquidez e os aspetos de viabilidade comercial.

O Grupo atribui um valor de liquidez a garantias colaterais elegíveis com base em, entre outros:

- o valor de mercado e/ou o valor de financiamento, o valor notional ou valor nominal de uma garantia como ponto de partida;
- o tipo de garantia; a discrepância de divisas, caso exista, entre a exposição segurada e a garantia; e uma discrepância na maturidade, caso exista;
- o ambiente jurídico ou a jurisdição aplicável (garantias onshore ou offshore);
- a liquidez e a volatilidade do mercado em relação às cláusulas de rescisão acordadas;
- a correlação entre o desempenho do mutuário e o valor da garantia, por exemplo, no caso de penhora das ações ou dos títulos do mutuário (neste caso, geralmente uma correlação integral resulta na inexistência de qualquer valor de liquidez);
- a qualidade das garantias físicas e o potencial de litígio ou os riscos ambientais; e
- a avaliação específica de um determinado tipo de garantia (0 – 100%) que reflita os riscos de cobrança (ou seja, os riscos de preços ao longo do período de liquidação médio e o processamento/a utilização/os custos de vendas), conforme especificado nas políticas respetivas.

As definições da avaliação de garantias são geralmente baseadas nos dados de recuperação históricos internos e/ou externos disponíveis (também poderão ser usadas as opiniões de peritos, sempre que tal for apropriado). Também poderão incorporar um componente prospetivo, na forma do levantamento e na previsão de avaliação fornecida por peritos no âmbito da Gestão do risco. Considerando os recebimentos esperados da liquidação dos diferentes tipos de garantias, as respetivas flutuações de valor, os custos de liquidação específicos do mercado e os haircuts aplicados no tempo variam entre 0 e 100%. Sempre que os dados forem insuficientes ou inconclusivos, terão de ser aplicados métodos de avaliação mais conservadores do que o habitual. As definições de avaliação são revistas, pelo menos, anualmente.

#### Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do processo de gestão do risco global do banco, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em

carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo Strategic Corporate Lending em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O Strategic Corporate Lending gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, da carteira alavancada e da carteira de médias empresas alemãs nas divisões do Corporate Bank e Investment Bank do banco.

Atuando como uma referência de preços central, o Strategic Corporate Lending fornece aos negócios uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O Strategic Corporate Lending centra-se em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

- reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
- gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, subparticipações e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

#### Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável a derivados negociados em bolsa e derivados OTC. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos (por exemplo, transações de recompra, empréstimo de títulos e empréstimo com imposição de margens), quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente, de acordo com a lei aplicável e a Política e Procedimentos de Compensação de Contratos Financeiros e de Garantias do banco – Jurídico (coletivamente, "Políticas de Compensação"). Embora a compensação entre produtos derivados e operações de financiamento de títulos possa ser utilizada em certos casos, o banco não recorre à compensação entre produtos para efeitos regulamentares.

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (CCP), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se legalmente exigido ou se disponível, e na medida acordada com as contrapartes do banco, o Deutsche Bank utiliza também a compensação das CCP para as suas transações de derivados OTC.

A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission, CFTC) exigem uma compensação de CCP nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice, sujeito a exceções limitadas face a determinadas contrapartes. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (EMIR) e os Regulamentos Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na UE para determinadas transações de derivados OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início com alguns derivados de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e com determinados derivados de crédito com base no iTraxx e derivados de taxa de juro adicionais em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2, do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transações intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O banco pediu com sucesso a isenção de compensação para várias das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A.. A partir de 31 de dezembro de 2022, o banco está autorizado a utilizar as isenções intragrupo da obrigação de compensação do regulamento EMIR para 58 relações intragrupo bilaterais. O âmbito das isenções é diferente, uma vez que nem todas as entidades efetuam tipos de transações relevantes sujeitos à obrigação de compensação. Das 58 relações intragrupo, 14 são relações em que ambas as entidades estão estabelecidas na União (UE), para as quais foi concedida uma isenção total, e 44 são relações em que uma das entidades está estabelecida num país terceiro ("relação de país terceiro"). As relações com países terceiros requeriam pedidos repetidos para cada nova classe de ativos sujeita à obrigação de compensação; o processo teve lugar ao longo do exercício de 2017. Devido ao "Brexit", o estatuto de algumas entidades do grupo mudou, de uma entidade da UE para uma entidade de um país terceiro, mas não houve impacto para o banco no que respeita às isenções de compensação.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o risco de liquidação do banco. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os derivados do banco compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o risco de crédito do banco. Nos seus processos de

medição do risco e de avaliação do risco, o Deutsche Bank aplica uma compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que acredita que as provisões de compensação com vencimento antecipado da CCP relevantes são legalmente válidas e executórias e foram aprovadas em conformidade com as Políticas de Compensação do banco.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivativos OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, o Deutsche Bank procura regularmente celebrar com as contrapartes do banco contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivativos publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivativos (International Swaps and Derivatives Association, Inc. – ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivativos). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivativos que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. A compensação de pagamentos pode ser acordada periodicamente com as contrapartes do banco para várias transações com as mesmas datas de pagamento (por exemplo, transações cambiais) nos termos dos contratos-tipo, o que pode reduzir o risco de liquidação do banco. Nos seus processos de medição e avaliação do risco, o Deutsche Bank aplica a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que tenha concluído que o contrato-tipo é legalmente válido e aplicável em todas as jurisdições relevantes e o reconhecimento da compensação com vencimento antecipado tenha sido aprovado de acordo com as Políticas de Compensação do banco.

Além disso, o Deutsche Bank subscreve anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o risco de crédito do banco relacionado com derivativos. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivativos conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se o Deutsche Bank considerar que o anexo é executável, reflete essa consideração na sua medição da exposição.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. O Deutsche Bank também celebra contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas ao Deutsche Bank. O Deutsche Bank analisa e monitoriza as suas potenciais obrigações de pagamento contingentes resultantes de uma descida de notação no âmbito da sua abordagem de teste de esforço e rácio de cobertura de liquidez para o risco de liquidez de forma contínua. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da notação de crédito do banco.

A Lei Dodd-Frank e as normas CFTC nesse âmbito, incluindo a norma CFTC §23.504, bem como o regulamento EMIR e o Regulamento Delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivativos OTC não compensada. Alguma documentação é também exigida pelas regras relativas a margens dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos EUA. Ao abrigo das regras de margem dos reguladores prudenciais dos EUA, é exigido ao Deutsche Bank que declare e recolha a margem inicial das suas exposições a derivativos com outros corretores de derivativos, bem como com as contrapartes do banco que (a) sejam "utilizadores finais financeiros", na aceção das regras de margens dos Estados Unidos, e (b) tenham um valor notional agregado diário médio de swaps não compensados, swaps baseados em valores mobiliários não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais que excedam 8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que o Deutsche Bank declare e recolha a margem de variação para os seus derivativos com outros corretores de derivativos e determinadas contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial, mas sem um limiar para a margem de variação, com um montante de transferência combinado de 500 000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margens dos Estados Unidos estão em vigor para bancos de grandes dimensões desde setembro de 2016, com requisitos de margem variável adicionais a entrar em vigor em 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados progressivamente de setembro de 2017 a setembro de 2022.

Ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, o qual implementa os requisitos relativos a margem do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência mínimo não superior a 500 000 euros. No caso de elevadas exposições a derivativos que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial foram originalmente sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2021. No entanto, as alterações legislativas publicadas em 17 de fevereiro de 2021 prolongaram os prazos até 2022. Ao abrigo do Artigo 31 do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, uma entidade da UE pode decidir não realizar a troca de margem com contrapartes em algumas jurisdições de não compensação, desde que determinados requisitos sejam cumpridos. Nos termos do artigo 11.º, n.os 5 a 10, do

regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O banco irá recorrer a esta isenção. O banco pediu com sucesso a isenção de garantia para algumas das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2022, o banco tem autorização para utilizar isenções intragrupo da obrigação de garantia do regulamento EMIR para várias relações intragrupo bilaterais, as quais foram publicadas em [db.com/legal-resources/european-market-infrastructure-regulation/intra-group-exemptions-margining](https://www.db.com/legal-resources/european-market-infrastructure-regulation/intra-group-exemptions-margining). Para algumas relações intragrupo adicionais, a isenção relativa a margens do regulamento EMIR poderá ser utilizada com base no Artigo 11 (5) do EMIR, ou seja, sem a necessidade de qualquer pedido ou publicação, uma vez que ambas as entidades estão estabelecidas no mesmo Estado-Membro da UE. Para as filiais de países terceiros, a isenção intragrupo estava original limitada até 30 de junho de 2022, ou quatro meses após a publicação de uma decisão de equivalência pela Comissão da UE, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do EMIR, a menos que, no caso de ser aplicável uma decisão de equivalência, seja efetuado e concedido um pedido de isenção de acompanhamento. Em 13 de fevereiro de 2023, foi publicada no Jornal Oficial uma alteração ao Regulamento (UE) 2016/2251, que diz respeito à prorrogação da data de fim da isenção até 30 de junho de 2025. Embora o requisito de aplicação possa ser abolido com o "EMIR 3.0" (ver proposta da Comissão Europeia COM (2022) 697 final), o Deutsche Bank continua a dispor de processos que asseguram a preparação para a aplicação de margens intragrupo, caso seja necessário.

#### Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. O risco de concentração pode também ocorrer em carteiras de garantias (por exemplo, vários créditos e valores a receber contra terceiros) que são considerados de forma conservadora no âmbito do processo de avaliação e/ou inspeções no local, quando aplicável. O Deutsche Bank utiliza várias ferramentas e indicadores para monitorizar as suas atividades de redução do risco de crédito e concentrações potenciais.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

#### Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A Estrutura de Gestão da Carteira de Risco Empresarial e Risco de Crédito estabelece o quadro para a gestão dos riscos de concentração a nível de carteira. Isto inclui a definição estratégica, monitorização, revisão, reporte e controlo das apetências pelo risco de crédito através de várias dimensões, tais como grupo, divisão, unidade de negócio, entidade jurídica, agência, classe de ativos, país e indústria que têm de ser considerados no contexto das aprovações de crédito. Além disso, a Enterprise Risk & Credit Risk Portfolio Management também proporciona uma visão abrangente e holística do perfil de risco do banco em todos os tipos de risco.

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A estrutura de gestão da carteira do Deutsche Bank integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da sua carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

A evolução do risco e da carteira é regularmente discutida no Fórum de Apetência pelo Risco de Crédito e de Gestão da Carteira, que inclui representantes de toda a função de Gestão do Risco de Crédito, incluindo o Diretor da Gestão do Risco de Crédito.

#### Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, o Deutsche Bank agrupou as suas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. As carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar consoante a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. As revisões destacam a evolução do setor e os riscos para a carteira de crédito do banco, examinam os riscos de concentração transversais, avaliam o perfil de risco/retorno e incorporam os resultados de um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

No quadro de limite industrial do banco, os limiares são estabelecidos para limites de crédito para contrapartes na subcarteira de cada indústria. Para efeitos de gestão do risco, a agregação de limites entre setores industriais segue uma visão interna de risco que não tem de ser congruente com a visão baseada no código NACE (Nomenclature des Activités Economiques dans la Communauté Européenne) aplicada noutros pontos do presente relatório. São preparados resumos regulares da carteira industrial para que o Comité de Risco da Sociedade discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações quando necessário.

Além do risco de crédito, o quadro de risco setorial do banco inclui limites para posições de crédito negociadas, enquanto os principais riscos não financeiros relevantes para a indústria são monitorizados de perto.

#### Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional e nacional é uma parte integrante do quadro de gestão do risco de crédito do banco. Para tal, são aplicados limiares de risco de país a países da Ásia não japonesa, da Europa Central e Oriental, do Médio Oriente e África e da América Latina, bem como a países selecionados dos mercados desenvolvidos (com base em classificações internas de risco de país). Tal como acontece para o risco setorial, as carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar consoante a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. Estas revisões avaliam, entre outros fatores, a evolução e as perspetivas dos principais riscos macroeconómicos e políticos; a composição da carteira, a qualidade e as concentrações de riscos cruzados em condições normais e de stress; analisam o perfil de risco/remuneração da carteira. Com base nisto e tendo em conta a apetência e a estratégia de risco do Grupo, são definidas a apetência e as estratégias de risco por país.

No quadro de limites de risco do país do banco, os limites são definidos para exposições a risco de crédito da contraparte em cada país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limiares abrangem as exposições a entidades constituídas localmente e as filiais de sociedades multinacionais estrangeiras, bem como empresas com uma dependência económica ou operacional significativa de um país específico, embora sejam constituídas externamente. Além disso, os limites do risco de diferenças são definidos para controlar o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país. Como tal, para efeitos de gestão do risco, a agregação de exposições entre países segue uma visão de risco interna que pode diferir da visão da exposição geográfica aplicada noutro ponto do presente relatório. Além do risco de crédito, o quadro de risco de país do banco inclui limiares para posições de negociação que medem o valor de mercado agregado das posições de risco de crédito negociadas. Para mercados emergentes, são também definidos limiares para medir o impacto dos resultados em cenários de esforço específicos por país nas posições de negociação em toda a carteira do banco. São ainda definidos limites para capital e exposição de financiamento intragrupo de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças. Os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto. As notações de risco de país do Deutsche Bank representam um instrumento fundamental da sua gestão do risco de país. Estes incluem:

- Notação soberana (definida e gerido pela ERM): Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira
- Notação de risco de transferência (definida e gerida pela ERM): Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos, anualmente.

#### Gestão do risco específico de produtos/classe de ativos

Em complemento da abordagem do risco de contraparte, de setor e de país do banco, o Deutsche Bank está atento a determinadas concentrações de risco específico de produtos/classe de ativos e definimos limites ou limiares, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites de riscos específicos, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder resultar em perdas significativas em determinadas condições. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto ou classe de ativo é sensível, ou outros fatores de risco comuns para essa classe de ativo.

#### Subscrição de transações nos mercados de capitais

O banco centra-se especificamente nas transações com riscos de subscrição em que subscreve compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem o compromisso de fornecer empréstimos bancários para sindicado no mercado de capitais de dívida e empréstimos intercalares para a emissão de títulos. Os riscos inerentes de não ser bem-sucedido na distribuição das facilidades ou na colocação das notas incluem um atraso na distribuição, o financiamento de empréstimos subjacentes, bem como um risco na definição de preços, uma vez que alguns compromissos de subscrição estão adicionalmente expostos ao risco de mercado sob a forma de spreads de

crédito alargados. Sempre que aplicável, o Deutsche Bank cobre dinamicamente este risco de spread de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Um importante produto, no qual o Deutsche Bank está ativo em termos de subscrição, consiste nos empréstimos de alavancagem, os quais são principalmente executados através da divisão de Leveraged Debt Capital Markets. O modelo de negócio consiste numa abordagem focada em comissões à distribuição de compromissos de subscrição, principalmente sem financiamento, no mercados de capitais. Os riscos suprarreferidos relativos à distribuição e ao movimento de spreads de crédito aplicam-se a esta divisão. No entanto, são geridos com base num conjunto específico de limites nocionais e de risco de mercado. Estes últimos requerem que o negócio também garanta a cobertura das subscrições face a oscilações do mercado. O modelo baseado em comissões da divisão Leveraged Debt Capital Markets inclui uma abordagem restritiva às concentrações de risco de nome individual retidas no balanço do Deutsche Bank, o que resulta numa carteira global diversificada sem quaisquer concentração materiais. A carteira no balanço a longo prazo resultante é também sujeita a um limite de crédito completo e a um quadro de cobertura.

O Deutsche Bank também assume risco de subscrição no que diz respeito a empréstimos de imóveis comerciais, principalmente na divisão de Commercial Real Estate do Investment Bank, onde os empréstimos podem ter origem com a intenção de titularizar nos mercados de capitais ou de syndicar a outros credores. Os riscos de subscrição inerentes suprarreferidos, como o atraso na distribuição e o risco de definição de preços, são geridos através de limites nocionais, limites de risco de mercado e de cobertura contra o risco de deslocamentos do mercado.

Além do risco de subscrição, o Deutsche Bank centra-se também na concentração de transações com dinâmicas de risco específicas (incluindo risco para imóveis comerciais e risco de posições de titularização).

Adicionalmente, os negócios de Private Bank e alguns negócios de Corporate Bank do banco são geridos através de estratégias específicas de produtos que definem a apetência pelo risco relativamente a carteiras com características de risco de crédito semelhantes, como carteiras de retalho de créditos hipotecários e de consumo, bem como de produtos para clientes empresariais. Neste caso, as análises de risco são realizadas ao nível da carteira, incluindo uma maior discriminação por unidades de negócio, bem como por países/regiões. A análise para clientes individuais é de importância secundária. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

## Gestão do risco de mercado

### Quadro de risco de mercado

A grande maioria dos negócios do Deutsche Bank está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das posições de negociação e investimento do Grupo. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos spreads de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado. O risco de mercado pode afetar as opiniões contabilísticas, económicas e regulamentares da exposição.

A Gestão do Risco de Mercado faz parte da função de risco independente do Deutsche Bank e está localizada dentro do grupo da Gestão do Risco de Mercado e Avaliações. Um dos principais objetivos da Gestão do Risco de Mercado é garantir que a exposição ao risco das unidades de negócio se encontra dentro dos limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

O Grupo diferencia três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes das divisões do Investment Bank e do Corporate Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de movimentos do mercado, principalmente fora das atividades das unidades de negociação, na carteira bancária e em elementos extrapatrimoniais; inclui o risco de taxa de juro, o risco de spread de crédito, o risco de investimento e o risco cambial, bem como o risco de mercado decorrente dos regimes de pensões, dos fundos garantidos e da compensação por ações; o risco de mercado não relacionado com a negociação inclui também o risco decorrente da modelização dos depósitos dos clientes, bem como dos produtos de poupança e de empréstimo

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o risco de mercado do Grupo. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as unidades de negócio.

### Medição do risco de mercado

O Grupo tem o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Os riscos do mercado são medidos através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

### Risco de mercado relacionado com a negociação

O mecanismo principal de gestão do risco de mercado do Grupo relacionado com a negociação é a aplicação do quadro de apetência pelo risco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às divisões corporativas e às suas unidades de negócio individuais, com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. O Deutsche Bank dispõe igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites de áreas de negócio, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.



As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.

## Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

### Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não deverá ser excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O valor em risco do Grupo para as atividades comerciais baseia-se numa abordagem de modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o modelo interno do banco para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos riscos de mercado gerais e específicos, com base numa abordagem de Monte Carlo baseada na sensibilidade. Em outubro de 2020, o BCE aprovou uma alteração significativa ao modelo VaR, agora uma abordagem de simulação histórica utilizando predominantemente a reavaliação completa, embora algumas carteiras permaneçam numa abordagem baseada na sensibilidade. A nova abordagem é utilizada tanto para a gestão do risco como para os requisitos de capital.

A nova abordagem proporciona uma modelização mais precisa dos riscos, melhora as capacidades de análise do Grupo e proporciona uma ferramenta mais eficaz para a gestão do risco. Além de permitir uma visão mais precisa do risco de mercado, a implementação do VaR de simulação histórica levou a um alinhamento ainda mais próximo dos sistemas e modelos de risco de mercado com o preço de fim de dia.

O VaR de gestão do risco é calibrado a um nível de confiança de 99 % e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para efeitos de capital regulamentar, o modelo VaR é calibrado a um intervalo de confiança de 99% e um período de carência de dez dias.

O cálculo utiliza uma técnica de simulação histórica que utiliza um ano de dados históricos de mercado como dados de cálculo e correlações observadas entre os fatores de risco durante este período de um ano.

O modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de swap/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são também considerados no cálculo do VaR. A lista de fatores de risco incluída no modelo VaR é revista regularmente e melhorada como parte das avaliações de desempenho do modelo em curso.

O modelo incorpora tanto os impactos lineares como, especialmente para os derivados, os impactos não lineares predominantemente através de uma abordagem de reavaliação completa, mas também utiliza uma abordagem baseada na sensibilidade para determinadas carteiras. A abordagem de reavaliação completa utiliza as alterações históricas aos fatores de risco como dados para as funções de preços. Embora esta abordagem seja dispendiosa em termos de cálculo, dá uma visão mais precisa do risco de mercado para posições não lineares, especialmente em cenários de esforço. A abordagem baseada na sensibilidade utiliza sensibilidades para fatores de risco subjacentes, em combinação com alterações históricas desses fatores de risco.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O VaR permite ao Grupo aplicar uma medida consistente a todas as nossas exposições ao valor justo. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os resultados de negociação diários.

Ao utilizar resultados de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos do mercado pode não ser um bom indicador de potenciais acontecimentos futuros, em especial os de natureza extrema; esta limitação "retrospectiva" pode fazer com que o VaR subestime as perdas potenciais

futuras (como em 2008), mas também pode fazer com que seja sobrestimado imediatamente após um período de tensão significativa (como na pandemia de COVID-19)

- O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia
- Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que não sejam totalmente captados no modelo VaR (parcialmente captados ou não captados de todo)

O processo de captar e avaliar sistematicamente os riscos atualmente não captados no modelo do VaR do banco foi desenvolvido e melhorado. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no modelo interno do banco. Os riscos não incluídos no VaR são monitorizados e avaliados regularmente, através do quadro Risco não incluído no VaR (RNIV). Este quadro também foi submetido a uma revisão significativa em 2020. Tal inclui o alinhamento das metodologias com a abordagem de simulação histórica que, por sua vez, produz uma estimativa mais precisa da contribuição destes elementos em falta e da sua potencial capitalização.

O Deutsche Bank está empenhado no desenvolvimento contínuo dos modelos de risco internos e recursos substanciais são afetados à respetiva revisão, validação e melhoria.

## Valor em risco em situação de esforço

O valor em risco em situação de esforço (SVaR) calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. O Grupo calcula uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O VaR em esforço é calculado com um período de carência de dez dias. O cálculo do SVaR utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da simulação do histórico.

O processo de seleção do período de esforço para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na comparação do VaR calculado utilizando janelas de tempo históricas em comparação com o SVaR atual. Se uma janela histórica produzir um VaR superior ao SVaR atual, esta é investigado mais aprofundadamente e a janela de SVaR pode então ser subseqüentemente atualizada em conformidade. Este processo decorre numa base trimestral.

Durante 2022, o processo de seleção do período de esforço para o DB Group foi conduzido conforme descrito acima. Como resultado, a janela de SVaR utilizada em vários períodos em 2022 incluiu a crise de crédito financeiro de 2008/09 e o mais recente período de stress relacionado com a COVID-19 de 2020.

## Requisitos de capital para riscos adicionais

Os requisitos de capital para riscos adicionais captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. O Grupo utiliza uma simulação de Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira ao longo de um horizonte de capital de um ano sob uma abordagem de posição constante e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação, as maturidades, as notações com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

## Método padrão do risco de mercado

O Método Padrão do Risco de Mercado ("MRSa") é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade.

## Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos (testes de esforço da carteira, testes de esforço específicos individuais e cenários de risco de evento), contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo. Estes testes de esforço abrangem um vasto conjunto de gravidades concebidas para testar a estabilidade dos ganhos e a adequação de capital do banco.

## Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação

O modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação do Deutsche Bank – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio. As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro SVaR, enquanto os Testes de esforço específicos ao negócio estão concebidos para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum. A CE baseada no SVaR utiliza o quadro de SVaR Monte Carlo.

## Capital económico do risco de incumprimento negociado

O Capital económico do risco de incumprimento negociado capta as exposições a crédito relevantes nas nossas carteiras de negociação e bancárias ao justo valor. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através da gestão de risco de mercado, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação atual e o Valor de mercado equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

## Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Além disso, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a utilização de limites para cada proprietário do negócio.

## Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

Determinámos o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante do valor do ajuste adicional era de 2,02 mil milhões de euros. O montante em 31 de dezembro de 2021 era de 1,8 mil milhões de euros. O aumento deveu-se predominantemente ao facto de o fator da vantagem de diversificação ter voltado aos níveis normais após a alteração através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2020/866 que proporcionou um alívio temporário para responder à extrema volatilidade do mercado devido à pandemia da COVID-19.

Em 31 de dezembro de 2022, a redução da perda esperada decorrente da subtração do valor do ajuste adicional era de 123 milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

## Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades fora das unidades de negociação, na carteira bancária, incluindo regimes de pensões e garantias, e de considerações sobre o diferente tratamento contabilístico das transações. Os principais fatores de risco de mercado a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são o risco de taxa de juro (incluindo o risco de opcionalidade incorporada e alterações nos padrões comportamentais para determinados tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial (incluindo o risco cambial estrutural), o risco de ações (incluindo o risco relacionado com a compensação de ações e os investimentos em ações públicas e privadas, bem como em ativos imobiliários, infraestruturas e fundos).

Quanto aos riscos de mercado relacionados com a negociação, o quadro de apetência pelo risco e limite do Grupo também é aplicado para gerir a nossa exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação. A nível do grupo, as que são captadas pelo Conselho de Administração estabelecem limites para as exposições de captura de capital económico de risco de mercado a todos os riscos de mercado em todas as classes de ativos, bem como os limites baseados nos ganhos e no valor económico para o risco de taxa de juro nas carteiras bancárias. Esses limites são em cascata por gestão do risco de mercado até ao nível das divisões ou da carteira. O quadro-limite para a exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação é ainda complementado por um conjunto de testes de esforço específicos do negócio, limites de valor em risco e sensibilidade monitorizados diariamente ou mensalmente, dependendo da medida de risco utilizada.

## Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) é o risco atual ou potencial, quer para o capital quer para os ganhos do Grupo, resultante de várias variações nas taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Grupo. Este inclui risco de diferenças que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base que descreve o impacto de alterações relativas nas taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados em instrumentos financeiros.

O Grupo gere as respetivas exposições ao IRRBB utilizando o valor económico e medidas baseadas nos lucros. A função de Tesouraria do Grupo está mandatada para gerir centralmente o risco de taxa de juro, com a Gestão de Risco de Mercado a atuar como 2.ª Linha de Defesa (LoD), avaliando e desafiando de forma independente a implementação do quadro e o cumprimento da apetência pelo risco. A Auditoria do Grupo, a sua função de "3.ª LoD" é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno. O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo ("ALCo") supervisiona e orienta a posição de risco de juro estrutural do Grupo, com particular ênfase nos riscos da carteira bancária e na gestão da margem financeira. O ALCo monitoriza a sensibilidade dos recursos financeiros e as métricas associadas aos parâmetros-chave do mercado, tais como curvas de taxas de juro, e supervisiona o cumprimento dos limites de recursos financeiros das divisões/do negócio.

As medidas baseadas no valor económico analisam a alteração no valor económico da carteira bancária de ativos, passivos e exposições extrapatrimoniais resultante de variações nas taxas de juro, independentemente do tratamento contabilístico. Assim, o Grupo mede a alteração no valor económico de capital ( $\Delta$ EVE) como a diminuição máxima do valor económico da carteira bancária no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela EBA, além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco. Para a comunicação de cenários internos de esforço e apetência pelo risco, o Grupo aplica algumas hipóteses de modelização diferentes, tal como utilizadas nesta divulgação. Ao agregar o valor económico de capital  $\Delta$ EVE através de diferentes divisas, o DB adiciona alterações negativas e positivas sem aplicar fatores de ponderação para alterações positivas. Além disso, o Grupo está a utilizar pressupostos de modelos comportamentais quanto à duração da taxa de juro do capital próprio, bem como depósitos sem prazo de vencimento de instituições financeiras.

As medidas baseadas nos lucros analisam a alteração esperada no rendimento de juros líquido (NII) resultante dos movimentos das taxas de juro ao longo de um horizonte temporal definido, em comparação com um cenário de referência definido. Por conseguinte, o Grupo mede o rendimento de juros líquido  $\Delta$ NII como a redução máxima no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela EBA, além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco, em comparação com um cenário de curva de mercado implícito, ao longo de um período de 12 meses.

O Grupo emprega técnicas de mitigação para cobrir o risco de taxa de juro decorrente de posições não relacionadas com a negociação dentro de determinados limites. A taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação é gerida através dos mercados e investimentos de tesouraria. Por conseguinte, o Grupo utiliza derivados e aplica diferentes técnicas de contabilidade de cobertura, tais como contabilidade de cobertura do justo valor ou contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência.

Para coberturas no contexto da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juro de referência.

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto.

A função de gestão do risco do modelo realiza uma validação independente de modelos utilizados para a medição do IRRBB, consoante todos os modelos de risco de mercado, em consonância com o quadro de governação do risco ao nível do grupo do Deutsche Bank.

O cálculo do VaR e das sensibilidades do risco de taxa de juro é realizado diariamente, ao passo que a medição e o reporte da taxa de juro de valor económico e o risco dos ganhos são realizados mensalmente. O Grupo utiliza, geralmente, os mesmos indicadores nos sistemas de gestão internos aplicáveis às divulgações no presente relatório.

Os pressupostos-chave de modelação do Deutsche Bank aplicam-se às posições nas divisões do Private Bank e Corporate Bank. Essas posições estão sujeitas a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos respetivos depósitos, bem como a produtos de crédito. O Grupo testa regularmente os pressupostos e atualiza-os quando necessário, seguindo um processo de governação definido. Em particular, o Grupo alterou os seus pressupostos durante a fase inicial de subida das taxas de juro, em que se observou uma reavaliação mais lenta dos depósitos do que o previsto.

O Grupo gere a exposição ao risco de taxa de juro dos depósitos sem prazo de vencimento através de uma abordagem de carteira de replicação para determinar a maturidade média de fixação de novos preços da carteira. Para efeitos de criação da carteira de replicação, a carteira de depósitos sem prazo de vencimento é agregada por dimensões tais como a divisão, a divisa, o produto e a localização geográfica. As principais dimensões que influenciam a maturidade de fixação de novos preços são a elasticidade das taxas de depósito face a taxas de juro do mercado, a volatilidade dos saldos dos depósitos e o comportamento observável do cliente. Para o período de relato, a maturidade média de fixação de novos preços atribuída em todas essas carteiras de replicação é de 1,98 anos, utilizando o Deutsche Bank 15 anos como a maturidade de fixação de novos preços mais longa.

Nos produtos de crédito e em alguns dos produtos de depósito a prazo, o Deutsche Bank considera o comportamento de pré-pagamento/retirada antecipado dos seus clientes. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas.

Além disso, o Grupo geralmente calcula os indicadores relacionados com o IRRBB nas divisas contratuais e agrega os indicadores resultantes para efeitos de relato. Ao calcular os indicadores baseados no valor económico, a margem comercial é excluída para os componentes materiais do balanço.

## Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto a risco de spread de crédito de obrigações detidas na carteira bancária, principalmente como parte da carteira de reservas de liquidez da Tesouraria. O risco de spread de crédito na carteira bancária é gerido pelos negócios, com a Gestão do Risco de Mercado a agir como função de supervisão independente, assegurando que a exposição está dentro da apetência pelo risco aprovada. Esta categoria de risco está estreitamente associada ao risco de taxa de juro na carteira bancária, uma vez que as alterações na qualidade creditícia aparente de instrumentos individuais podem resultar em flutuações nos spreads relativos às taxas de juro subjacentes. O cálculo das sensibilidades do spread de crédito e do valor em risco para a exposição ao spread de crédito é, em geral, realizado diariamente, sendo a medição e a comunicação de capital económico e os testes de esforço realizados mensalmente.

## Risco cambial

O risco cambial decorre das posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, que são expressas em divisas distintas da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação do Investment Bank, sendo conseqüentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma divisa, para que apenas subsista um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e comunicação geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial aberto não relacionado com a negociação resulta da conversão cambial do capital local para a moeda de relato do DB Group e de posições de cobertura de capital relacionadas. Assim, são assumidas posições longas

abertas posições para um número selecionado de moedas relevantes por forma a imunizar a sensibilidade do rácio de capital do Grupo contra alterações nas taxas de câmbio.

## Risco de capital e de investimento

O risco de capital não relacionado com a negociação decorre predominantemente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária e dos nossos planos de remuneração em capital.

As participações de investimento de capital do Deutsche Bank não consolidadas na carteira bancária são categorizadas em ativos de investimento estratégicos e alternativos. Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a franquia de negócio do banco e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os principais investimentos são investimentos diretos em capital privado, imobiliário, capital de risco, fundos de cobertura ou fundos mutualistas, ao passo que os ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários são de natureza não estratégica.

As propostas de investimento para investimentos estratégicos, bem como a monitorização dos progressos e do desempenho em relação a objetivos assumidos são avaliadas pelo Comissão de Investimento do Grupo. Consoante a sua dimensão, os investimentos estratégicos podem exigir a aprovação da Comissão de investimentos do Grupo, do Conselho de Administração ou do Conselho de Fiscalização.

A Gestão de risco de crédito em investimentos de capital é responsável pela governação e monitorização relacionadas com o risco das atividades de ativos alternativos. A revisão dos compromissos de investimento em capital novos ou aumentados é tarefa do Grupo de Aprovação do Compromisso de Investimento em capital, criado pelo Comité de Risco Empresarial como fórum de gestão do risco para investimentos de ativos alternativos. O Grupo de Aprovação do Compromisso de Investimento em capital aprova os investimentos sob a sua autoridade ou recomenda decisões acima da sua autoridade ao Conselho de Administração para aprovação. O Conselho de Administração também fixa limites de investimento para divisões e várias carteiras de risco, mediante recomendação do Comité de Risco Empresarial.

As participações de investimentos de capital são incluídas em testes de esforço regulares a nível do grupo e nos cálculos mensais de capital económico de risco de mercado.

## Risco de pensões

O Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes de planos de pensões de benefícios prestação definida para colaboradores atuais e antigos. Os riscos de mercado nos planos de pensões materializam-se devido a um potencial declínio no valor de mercado dos ativos do plano ou a um aumento do valor atual das responsabilidades com pensões de cada um dos planos de pensões. A Gestão do Risco de Mercado é responsável por uma medição, monitorização, informação e controlo regulares dos riscos de mercado do lado do ativo e do passivo dos planos de pensões de prestação definida. Assim, os riscos de mercado nos planos de pensões incluem, mas não estão limitados ao risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de spread de crédito, risco de ações e risco de longevidade. Para mais detalhes sobre as obrigações com pensões de prestação definida do Grupo e a sua gestão, consulte a Nota 33 "Benefícios de colaboradores" na secção "Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas".

## Outros riscos na carteira bancária

Os riscos de mercado do negócio de Asset Management resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos fundos do banco.

## Capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão de capital económico do risco de mercado negociado ou através da utilização de modelos de risco de mercado não negociado específicos de cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

## Gestão do risco operacional

### Quadro de gestão do risco operacional

O Deutsche Bank aplica a definição de risco operacional do conjunto único de regras da Autoridade Bancária Europeia: Por risco operacional entende-se o risco de perdas decorrentes de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. O risco operacional inclui riscos jurídicos, mas exclui riscos de negócio e de reputação, e está incorporado em todos os produtos e atividades bancários." O risco operacional forma um subconjunto dos riscos não financeiros do banco.

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que o banco está disposto a aceitar em consequência da sua atividade. O banco assume riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de eventos de risco operacional (tais como violações de leis ou regulamentos e conduta imprópria), noutras casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora da apetência pelo risco, têm de ser tomadas medidas de redução do risco, incluindo a reparação dos riscos, o seguro dos riscos e a cessação da atividade.

O Quadro de Gestão do Risco Operacional é um conjunto de ferramentas e processos interrelacionados que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e mitigar os riscos operacionais do banco. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva com base no risco à gestão da maioria dos riscos operacionais materiais do banco. As componentes do Quadro de Gestão do Risco Operacional incluem a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, os padrões mínimos para processos de gestão do risco operacional, incluindo as respetivas ferramentas e o modelo de capital de risco operacional do banco.

### Estrutura organizativa e de governo

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das divisões e cargos da infraestrutura do banco, onde estes riscos são gerados, o Quadro de Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM) supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do Quadro de Gestão do Risco Operacional em todo o banco. O NFRM faz parte da função de risco do Grupo, o Diretor de Risco, dirigida pelo Diretor de Risco.

O Diretor de Risco nomeia o diretor do NFRM, responsável pela conceção, supervisão e manutenção de um Quadro de Gestão do Risco Operacional do Grupo eficaz, eficiente e conforme às regulamentações, incluindo o modelo de capital de risco operacional. O diretor da NFRM monitoriza e desafia a implementação do Quadro de Gestão do Risco Operacional ao nível do Grupo, além de monitorizar os níveis de risco globais face à apetência pelo risco operacional do banco.

O Comité de Risco Não Financeiro, presidido pelo Diretor de Risco, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento de uma perspetiva transversal ao risco dos riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacional que possam ter impacto no perfil de risco das divisões e cargos da infraestrutura. Vários subfóruns com participantes da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> LoD apoiam o Comité de Risco Não Financeiro para cumprir eficazmente o respetivo mandato. Adicionalmente ao Comité de Risco Não Financeiro ao nível do Grupo, as divisões estabeleceram fóruns de risco não financeiro da 1.<sup>a</sup> LoD para a supervisão e gestão dos riscos operacionais nos vários níveis da organização.

A governação dos riscos operacionais segue a abordagem 3LoD do banco para gerir todos os seus riscos, quer sejam financeiros ou não financeiros. O Quadro de Gestão do Risco Operacional estabelece os padrões de governação do risco operacional, incluindo as funções centrais da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> LoD e as respetivas responsabilidades, para assegurar uma gestão de risco eficaz e uma contestação independente apropriada:

Requisitos de risco operacional para a 1.<sup>a</sup> LoD: Os proprietários do risco, como a 1.<sup>a</sup> LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e efetuam a respetiva gestão face a uma apetência pelo risco definida.

Os proprietários do risco são as funções do banco cujas atividades geram – ou estão expostas a – riscos operacionais. Enquanto diretores de divisões e cargos da infraestrutura, eles determinam a estrutura organizacional adequada para identificar o perfil de risco operacional, gerir ativamente estes riscos na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais para garantir que estes se mantêm dentro da apetência pelo risco e estabelecer e manter os controlos da 1.<sup>a</sup> linha de defesa.

Requisitos de risco operacional para a 2.<sup>a</sup> LoD: Os Controladores do Tipo de Risco atuam como as funções de controlo da 2.<sup>a</sup> LoD para todos os tipos de subrisco sob o tipo de risco principal "risco operacional".

Os Controladores do Tipo de Risco estabelecem o quadro e definem as declarações de apetência pelo risco ao nível do Grupo para o tipo de risco operacional específico que supervisionam. Os Controladores do Tipo de Risco definem os padrões mínimos de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco nos seus processos diários, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os Controladores do Tipo de Risco oferecem supervisão do risco operacional e preparam relatórios de perfis de tipo de risco. Os Controladores do Tipo de Risco monitorizam o perfil do tipo de risco face à apetência pelo risco e têm direito de veto nas decisões de risco que levam a violações previsíveis da apetência pelo risco. Como especialistas em tipos de risco, os Controladores do Tipo de Risco definem o tipo de risco e a sua taxonomia e apoiam e facilitam a implementação do quadro do tipo de risco na 1.<sup>a</sup> LoD. Para manter a sua independência, as funções de Controlador do Tipo de Risco estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura.

Os requisitos do risco operacional para a NFRM como o Controlador do Tipo de Risco para o tipo de risco principal "risco operacional": Como função de Controlador do Tipo de Risco/controlo de risco para o risco operacional, a NFRM estabelece e mantém o Quadro de Gestão do Risco Operacional abrangente e determina o nível adequado de capital para sustentar o risco operacional do Grupo.

- Como função de controlo de risco da 2.<sup>a</sup> LoD, a NFRM define a abordagem do banco à apetência pelo risco operacional e monitoriza a sua adesão, violações e consequências; a NFRM é revisor independente e desafiador das avaliações de risco e controlo da 1.<sup>a</sup> LoD e das atividades de gestão de risco relacionadas com o perfil de risco operacional holístico de uma unidade (enquanto os Controladores de Tipo de Risco monitorizam e desafiam as atividades relacionadas com os seus tipos de risco específicos); a NFRM supervisiona os planos de mitigação de riscos e de controlo para que o risco operacional do banco atinja a sua apetência pelo risco, sempre que necessário; também estabelece e comunica regularmente o perfil de risco operacional do banco e os principais riscos operacionais, ou seja, os riscos operacionais materiais do banco e os riscos operacionais importantes do banco que estão fora da apetência pelo risco
- Como especialista na matéria para risco operacional, a NFRM fornece perspetivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco (1.<sup>a</sup> linha de defesa) e facilita a implementação de padrões de gestão e controlo do risco em todo o banco
- A NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar o nível adequado de capital necessário para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração; isto inclui o cálculo e a afetação da procura de capital para o risco operacional e a perda esperada ao abrigo do Método de Medição Avançada (AMA)

## Gestão do risco operacional

Para gerir o vasto leque de tipos de subriscos subjacentes ao risco operacional, o Quadro de Gestão do Risco Operacional fornece um conjunto de ferramentas e processos que se aplicam a todos os tipos de risco operacional em todo o banco. Estas ferramentas e processos permitem ao banco determinar o perfil de risco operacional em relação à sua apetência pelo risco para o risco operacional, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Em 2022, o banco continuou a desenvolver a gestão dos riscos operacionais através de uma maior integração e simplificação dos processos de gestão do risco, através do aumento do inventário central de controlos do banco, da atualização dos sistemas para captar e analisar eventos de perdas decorrentes de riscos operacionais, da melhoria da governação relacionada com a apetência pelo risco, e do reforço das atividades de controlo conduzidas pelas funções da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup> LoD a vários níveis em todo o banco.

Recolha de dados de perdas: Os dados relativos aos eventos de risco operacional externos (com um impacto na demonstração de resultados  $\geq 10.000$  €) são validados de forma independente e atempada. Os eventos materiais de risco operacional levam a ensinamentos retirados bem definidos e análises de comparação, os quais são realizados na 1.<sup>a</sup> LoD, em estreita colaboração entre parceiros de negócio, controlo do risco e outras funções de infraestrutura. As avaliações dos ensinamentos retirados analisam os motivos dos eventos importantes de risco operacional, identificam as respetivas causas principais e documentam as medidas de correção adequadas para reduzir a probabilidade da respetiva recorrência. As análises de comparação têm em conta as conclusões do processo de ensinamentos retirados e procuram analisar a existência noutras áreas do banco, mesmo que ainda não tenham resultado em problemas, de riscos semelhantes e deficiências no controlo identificados numa análise de ensinamentos retirados. Tal permite que sejam tomadas medidas de prevenção. Em 2022, o banco implementou um novo sistema (Aplicação de Gestão de Eventos "EMApp") para captar e gerir eventos de risco operacional para substituir o dbIRS. Os dados históricos sobre eventos de perdas foram migrados do dbIRS para o EMApp, tendo sido testados e documentados a sua exaustividade e os potenciais impactos no modelo de risco operacional.



**Análise de cenários:** O perfil de risco operacional é complementado pela incorporação da análise de cenários exploratórios nas atividades diárias de gestão do risco. A análise de cenários é utilizada como uma ferramenta de identificação e gestão do risco que permite aos proprietários do risco e aos controladores do tipo de risco explorar a exposição potencial ao risco como base para identificar potenciais lacunas no perfil de risco operacional existente nos bancos. As histórias dos cenários baseiam-se em perdas internas, análises de riscos emergentes, concentrações de riscos de topo e na análise de eventos externos de perda de risco operacional entre pares. As informações de eventos de perda atuais e potenciais futuros são utilizadas de forma sistêmica para identificar suscetibilidades temáticas e procuramos ativamente reduzir a probabilidade de incidentes semelhantes, por exemplo, através de análises profundas ou revisões do perfil de risco. Em 2022, o processo de análise de cenários foi reforçado através de um maior rigor nas funções e responsabilidades da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> LoD na execução dos cenários. Além disso, a análise de cenários continua a desempenhar um papel importante nos exercícios de resiliência operacional, em especial na avaliação dos impactos de temas de risco emergentes, como o conflito Ucrânia/Rússia, a escassez de energia, etc., para ajudar o banco a preparar-se para decisões de gestão de crises.

**Avaliação e controlo de risco:** O processo de avaliação e controlo do risco é composto por várias avaliações ascendentes dos riscos gerados pelas unidades de negócio e cargos da infraestrutura (1.<sup>a</sup> linha de defesa), pela eficiência dos controlos implementados para a respetiva gestão e pelas medidas de correção necessárias para colocar os riscos fora da apetência pelo risco de volta na apetência pelo risco. Tal permite que a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> LoD tenham uma visão clara dos riscos operacionais importantes do banco. Em 2022, o banco continuou a incorporar a abordagem dinâmica e baseada em acionadores para a avaliação do risco e do controlo, a fim de analisar o perfil de risco do banco em tempo real através de reuniões de governação do risco não financeiro. Além disso, o banco continuou a amadurecer o seu inventário de controlo central, bem como as atividades de garantia e de avaliação, a fim de proporcionar uma maior transparência aos proprietários de riscos quanto à eficácia dos ambientes de controlo que atenuam os seus riscos.

**Principais riscos:** O banco reporta e realiza regularmente análises sobre os principais riscos para verificar que são devidamente mitigados. Como todos os riscos, os principais riscos são classificados em termos de probabilidade de ocorrência e do respetivo impacto no banco, e através desta avaliação são identificados aqueles que são particularmente importantes para o banco. A comunicação fornece uma perspetiva do impacto de melhorias de controlo e correção planeadas. Além disso, inclui os riscos emergentes e os assuntos que podem evoluir como principais riscos no futuro. Os programas de redução do principal risco incluem as atividades de redução de risco mais importantes, que são fundamentais para restabelecer as questões do principal risco operacional na apetência pelo risco. Em 2022, a frequência dos relatórios sobre os principais riscos do Grupo foi alterada de mensal para trimestral, a fim de se alinhar com a cadência dos relatórios sobre os principais riscos das divisões, tendo em conta que quaisquer atualizações dos riscos e das medidas corretivas podem refletir-se dinamicamente através do processo de avaliação dos riscos e dos controlos.

**Avaliação de riscos de transformação:** Para identificar e gerir adequadamente os riscos das principais iniciativas de mudança dentro do banco, está em curso um processo de avaliação do risco de transformação para avaliar o impacto da transformação no perfil de risco e no ambiente de controlo do banco. Este processo considera impactos para tipos de risco financeiro e não financeiro e é aplicável a iniciativas, incluindo iniciativas regulamentares, migrações tecnológicas, projetos de remediação de riscos, alterações estratégicas, alterações organizacionais e movimentos imobiliários no banco. Em 2022, foi introduzida uma série de alterações para melhorar a solidez da avaliação. Para o efeito, o prazo para finalizar a avaliação foi alargado, o modelo foi melhorado e o papel das funções da 2.<sup>o</sup> LoD para contestar e contribuir para a avaliação foi reforçado.

**Apetência pelo risco:** A apetência pelo risco não financeiro é o montante do risco não financeiro que o banco está disposto a aceitar em consequência da atividade. A estrutura de apetência pelo risco não financeiro fornece uma abordagem comum para medir e monitorizar o nível de apetência pelo risco em toda a empresa. As métricas de apetência pelo risco de NFR são utilizadas para monitorizar o perfil de risco operacional em relação à apetência pelo risco definida do banco, e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Em 2022, a conceção de um quadro reforçado de apetência pelo risco foi desenvolvida e testada para um subconjunto de tipos de risco. Para 2023, a abordagem será aperfeiçoada e o plano de execução será mais completo.

**Conclusões e gestão de problemas:** Os resultados e o processo de gestão de emissões permitem ao banco mitigar os riscos associados a fragilidades e deficiências de controlo conhecidas, e permite à administração tomar decisões baseadas no risco sobre a necessidade de remediação adicional ou aceitação do risco. Os resultados do processo de gestão de resultados devem ser capazes de demonstrar às partes interessadas internas e externas que o banco está a identificar ativamente os seus pontos fracos de controlo e a tomar medidas para gerir os riscos associados dentro de níveis aceitáveis de apetência pelo risco.

## Quadros do tipo de risco operacional

O risco operacional é um tipo de risco na taxonomia de tipos de risco do Grupo. Juntamente com o risco de reputação, constitui o risco não financeiro. O Quadro de Gestão do Risco Operacional é um conjunto de ferramentas e processos interrelacionados que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e mitigar os riscos operacionais do Grupo Deutsche Bank, de acordo com uma definição regulamentar e industrial do conceito de risco operacional. Aplica-se aos

subtipos de risco operacional a um nível mais granular e permite ao banco agregar e monitorizar o seu perfil de risco operacional. Estes tipos de subriscos operacionais são controlados por várias funções de infraestrutura e incluem o seguinte:

- O departamento de Compliance desempenha uma função de controlo independente de segundo nível que protege a licença do banco para operar, promovendo e fazendo cumprir a lei e impulsionando uma cultura de conformidade e conduta ética no banco; o departamento de Compliance assiste e desafia as divisões de negócios e trabalha com outras funções de infraestrutura e reguladores para estabelecer e manter uma abordagem baseada no risco para a gestão dos riscos de conformidade do banco, de acordo com a apetência pelo risco do banco e para ajudar o banco a detetar, mitigar e prevenir violações de leis e regulamentos; o departamento de Compliance desempenha as seguintes atividades principais: identificação, avaliação, atenuação, monitorização e comunicação dos riscos de conformidade; realiza controlos de segundo nível; os resultados destas avaliações e controlos são regularmente comunicados ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização. O departamento de Compliance também assiste a equipa de Gestão da Regulamentação com o compromisso regulamentar
- Os riscos de criminalidade financeira são geridos pela função de Combate à Criminalidade Financeira (AFC) através da manutenção e desenvolvimento de um programa específico; o programa de AFC baseia-se em requisitos regulamentares e de supervisão; a divisão de AFC definiu papéis e responsabilidades e estabeleceu funções específicas para a identificação e gestão dos riscos de criminalidade financeira resultantes do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo, do cumprimento de sanções e embargos, da facilitação da evasão fiscal, bem como de outras atividades criminosas, incluindo a fraude, o suborno, a corrupção e outros crimes; a AFC atualiza a sua estratégia de prevenção da criminalidade financeira através do desenvolvimento regular de políticas, processos e controlos internos, da avaliação dos riscos específicos da instituição e da formação do pessoal
- O departamento Jurídico (incluindo a Governação do Grupo e Privacidade de Dados do Grupo) é uma função de infraestrutura independente mandatada para prestar aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração, ao Conselho de Fiscalização (na medida em que não dê origem a conflitos de interesses), divisões de negócios e funções de infraestrutura, e para apoiar o Conselho de Administração na definição e proteção do quadro de governação e controlo do Grupo no que respeita aos riscos jurídicos, de governação interna da sociedade e de privacidade dos dados do banco. Isto inclui em particular, sem limitação:
  - Aconselhar o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização sobre aspetos jurídicos relacionados com as respetivas atividades
  - Prestar assessoria jurídica a todas as unidades do Deutsche Bank para facilitar o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares relacionados com as respetivas atividades, incluindo o apoio às suas interações com as autoridades reguladoras
  - Contratar e gerir os advogados utilizados pelo Grupo Deutsche Bank
  - Gerir todas as questões regulamentares relacionadas com litígio e outras questões controversas do Grupo Deutsche Bank (incluindo questões controversas de RH) e gerir a resposta do Grupo Deutsche Bank a investigações de execução regulamentar externas
  - Fornecer aconselhamento relativamente aos aspetos legais das investigações internas
  - Definir o quadro de governação global para o Grupo Deutsche Bank, facilitar a sua aplicação nas diversas unidades e avaliar a respetiva implementação
  - Desenvolver e garantir as estruturas de governação corporativa eficientes adequadas para apoiar na tomada de decisões eficientes, para alinhar o risco e a responsabilidade com base em cargos e responsabilidades coerentes e bem definidos
  - Manter o quadro do Grupo Deutsche Bank para políticas, procedimentos e documentos do quadro e agir como guardião para as políticas e procedimentos do Grupo, bem como os documentos do quadro
  - Aconselhar sobre leis, regras e regulamentação em matéria de privacidade de dados e manter o quadro de risco e controlo de privacidade de dados do Grupo Deutsche Bank
  - Garantir a qualidade adequada em relação a todas as atividades supra referidas
- A Governação de Produtos de NFRM supervisiona o risco do ciclo de vida dos produtos e gere os processos de risco cruzado da Aprovação de Novos Produtos (NPA) e da Revisão Sistemática de Produtos (SPR). Estes processos são fundamentais para o quadro de controlo concebido para gerir os riscos associados à implementação de novos produtos e serviços, bem como às alterações nos produtos e serviços durante o seu ciclo de vida. Aplicáveis a todo o banco, os processos de risco cruzado abrangem diferentes fases do ciclo de vida dos produtos, centrando-se o processo de NPA na pré-implementação e o processo de revisão sistemática dos produtos na pós-implementação; na pré-implementação, o principal objetivo do processo de NPA consiste em assegurar uma avaliação adequada de todos os riscos, tanto financeiros como não financeiros, dos produtos e serviços relevantes para a NPA, bem como dos processos e infraestruturas conexos; na pós-implementação, o processo de revisão sistemática dos produtos centra-se na revisão periódica de todos os produtos para determinar se devem permanecer ativos ou se devem ser modificados ou retirados. Em 2022, a Governação de Produtos da NFRM continuou a desenvolver o seu modelo operacional Future State, um programa plurianual em curso para melhorar a gestão do risco de novos produtos. A governação dos produtos da NFRM também continua a monitorizar os riscos emergentes, como os aspetos de ESG, para garantir a sua consideração adequada.
- O seu mandato inclui a supervisão de segunda linha dos controlos sobre as atividades de processamento de transações, bem como os riscos de infraestrutura para evitar a interrupção da tecnologia ou dos processos, manter a confidencialidade,

integridade e disponibilidade dos dados, registos e segurança da informação, e garantir que as divisões de negócio e as funções de infraestrutura dispõem de planos sólidos para recuperar processos e funções de negócio críticos em caso de interrupção, incluindo falhas técnicas ou de edifícios, ou os efeitos de um ciberataque ou de uma catástrofe natural, bem como qualquer risco de segurança física; o controlador do tipo de risco da NFRM gere igualmente os riscos decorrentes dos compromissos assumidos com fornecedores internos e externos do banco, através da disponibilização de um quadro abrangente de gestão do risco de terceiros

## Medição dos riscos operacionais

O Deutsche Bank calcula e mede os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia AMA. O cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), complementados com dados de cenários, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O modelo de abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no perfil de perda histórico.

No seio do modelo de abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, tendo em consideração os ajustes qualitativos e após a dedução das perdas esperadas.

Os requisitos regulamentares e de capital económico para o risco operacional derivam do percentil de 99,9%; consulte a secção "Adequação de capital interno" para mais pormenores. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. O NFRM estabelece e mantém a abordagem de quantificação da procura de capital e garante que estão implementados os processos de desenvolvimento, validação e alteração adequados, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

## Fatores da evolução do capital de risco operacional

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas operacionais do Grupo ascendiam a 528 milhões de euros. As perdas com "Clientes, Produtos e Práticas Comerciais" e "Outros" contribuíram para 80% das exigências de capital económico e regulamentar relativas ao risco operacional.

Tendo em conta a relevância dos riscos jurídicos no perfil de risco operacional do banco, é dedicada especial atenção à gestão e medição dos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o banco, mas também a atividade bancária no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Conceitualmente, o banco avalia o risco operacional, incluindo o risco jurídico, determinando as perdas de riscos operacionais anuais que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas resulta de uma componente que, devido aos critérios IFRS, é refletida nas demonstrações financeiras do banco e de uma componente para além do montante refletido como provisões nas demonstrações financeiras do banco.

As perdas legais que o banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37.

As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas demonstrações financeiras do banco como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são consideradas como "procura de capital regulamentar ou económico".

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas

resultantes de questões jurídicas que não são consideradas prováveis, mas que são razoavelmente possíveis. As perdas razoavelmente possíveis podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

As previsões jurídicas são incluídas nos "Dados de perdas relevantes" utilizados no modelo AMA. O intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas.

## Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da potencial incapacidade do DB Group de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou sem incorrer em custos excessivos. O quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo assegura que a orientação e os controlos necessários são estabelecidos dentro do Grupo para cumprir as suas obrigações de pagamento a todo o momento (incluindo intradia) e para gerir os seus riscos de liquidez e de financiamento dentro da apetência pelo risco aprovada pelo MB, ao executar o plano estratégico. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

### Quadro de gestão do risco de liquidez

Os princípios de gestão do risco de liquidez do Grupo estão documentados na "Política Global de Gestão do Risco de Liquidez" (LRMP) e o enquadramento é descrito no documento "Enquadramento da gestão do risco de liquidez". Aderem às oito práticas fundamentais de gestão do risco, nomeadamente a governação do risco, a organização do risco (3 LoD), a cultura do risco, a apetência e a estratégia do risco, a identificação e avaliação do risco, a atenuação e os controlos do risco, a medição e a comunicação do risco, o planeamento e a execução do esforço. Todas as políticas e procedimentos adicionais (tanto globais como locais) emitidos pelas funções de gestão do risco de liquidez definem em maior detalhe os requisitos específicos para as práticas de risco de liquidez. Estão subordinadas a à LRMP e sujeitas às normas que esta estabelece. As funções de gestão de liquidez estão organizadas em alinhamento com as três linhas de estrutura de defesa, as quais são descritas na "Política de Gestão do Risco". As linhas de negócio e a Tesouraria constituem a 1LoD, responsável pela execução dos passos necessários para gerir a posição de liquidez do banco. O risco compreende a 2LoD, responsável pela supervisão independente do risco, desafio e validação das atividades conduzidas pela 1LoD, incluindo o estabelecimento das normas de controlo de apetência pelo risco e do Grupo. A Auditoria do Grupo compreende a 3LoD, responsável pela supervisão das atividades da 1LoD e 2LoD. As funções e responsabilidades individuais no âmbito do quadro de gestão do risco de liquidez são definidas e documentadas na matriz de responsabilidade global, que proporciona maior clareza e transparência a todos os intervenientes envolvidos.

Em conformidade com o SREP do BCE (e o requisito ILAAP emitido em novembro de 2018), o Grupo implementou um processo interno de avaliação à adequação da liquidez (ILAAP), que é analisado pelo menos anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração. A Gestão do risco de liquidez efetua uma supervisão contínua das atividades conduzidas no âmbito do mandato da Gestão de liquidez da Tesouraria para gerir mais eficazmente a liquidez do Grupo e dirigir as atividades comerciais, assegurando ao mesmo tempo que a apetência pelo risco do banco é respeitada. O Processo interno de avaliação à adequação da liquidez fornece documentação e avaliação abrangente sobre o quadro de gestão do risco de liquidez do banco, que inclui: a identificação dos principais riscos de liquidez e o financiamento aos quais o Grupo está exposto; a descrição de como estes riscos são identificados, monitorizados e medidos; e a descrição das técnicas e dos recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Grupo, bem como a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) e o Comité de Risco do Grupo. O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco pelo menos anualmente. A apetência pelo risco é aplicada ao Grupo e às principais entidades de liquidez, por exemplo, a DB AG, para monitorizar e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Grupo.

A apetência pelo risco de liquidez do Grupo, que é definida através de princípios qualitativos e de métricas de apoio quantitativas, está definida na "Declaração de apetência pelo risco" e está sujeita às normas estabelecidas na "Política de apetência pelo risco". Esta Declaração de apetência pelo risco é ainda sustentada pela estrutura de controlo de risco de liquidez que consiste em limites de apetência pelo risco, bem como um conjunto de limites de apetência não pelo risco, limiares e indicadores de aviso prévio, os quais são definidos na Política de controlo do risco de liquidez.

O Deutsche Bank implementou um quadro dedicado de testes de esforço e apetência pelo risco definido pela Gestão do risco de liquidez, que garante que a posição de liquidez é equilibrada em todo o Grupo e nas suas KLE em todas as moedas.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas, incluindo limites de nível empresarial, para assegurar a conformidade. Como tal, a Tesouraria trabalha em estreita colaboração com a Gestão do risco de liquidez e as divisões, para identificar, analisar e monitorizar as características de risco de liquidez subjacentes às carteiras de negócios. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares sobre as alterações na posição de liquidez do Grupo decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado.

Além disso, o Grupo garante, ao nível de cada entidade relevante em termos de liquidez, que todas as métricas de liquidez locais são geridas em conformidade com a apetência pelo risco definida. Os excedentes de liquidez locais são agrupados em hubs DB AG e as carências de liquidez locais podem ser satisfeitas através do apoio dos hubs DB AG. As transferências

de capacidade de liquidez entre entidades estão sujeitas ao quadro de aprovação descrito na "Política de financiamento entre empresas", que envolve a função de direção de liquidez do Grupo, bem como os gestores de liquidez locais, considerando a conformidade de métricas como LCR, NSFR (Pilar 1) e sNLP (Pilar 2). O excedente disponível que reside em entidades com restrições à transferência de liquidez para outras entidades do Grupo, por exemplo, devido a requisitos regulamentares de empréstimo, é tratado como retido e, como tal, não é considerado no cálculo do excedente de liquidez do grupo consolidado.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho do Grupo face às principais métricas de liquidez, incluindo a apetência pelo risco e indicadores internos e de mercado, através de um painel de liquidez semanal. A divisão de relatório e análise de tesouraria e liquidez (LTRA) tem a responsabilidade global pela produção precisa e atempada do relatório de liquidez regulamentar externa (Pilar 1) e do relatório de gestão interna (Pilar 2) do risco de liquidez do Grupo. Além disso, a LTRA é responsável pelo desenvolvimento de sistemas de informação de gestão e análise relacionada necessários para apoiar o quadro de risco de liquidez e a sua governação para a Tesouraria e a LRM.

Como parte do processo de planeamento estratégico anual, a Tesouraria projeta o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento, incluindo a exposição ao dólar americano, com base nas atividades de negócio antecipadas, de modo a assegurar que o plano estratégico pode ser executado em conformidade com a apetência pelo risco do Banco.

O Deutsche Bank possui uma vasta gama de fontes de financiamento, incluindo depósitos institucionais e de retalho, financiamento por grosso não garantido e garantido, bem como emissão de dívida nos mercados de capitais. O ALCO do Grupo é o órgão de governação decisivo do banco mandatado pelo Conselho de Administração para otimizar a aquisição e a implementação do balanço e dos recursos financeiros do Grupo em linha com a apetência pelo risco e estratégia de risco do Conselho de Administração. O ALCO do Grupo tem a principal responsabilidade de definir, aprovar e otimizar a estratégia de financiamento do Grupo.

O Plano de Financiamento de Contingência do Deutsche Bank Group descreve como o Grupo responderia a um evento de esforço de liquidez real ou previsto. Inclui um conjunto decisivo de ações que podem ser tomadas para angariar dinheiro e recuperar as principais métricas de liquidez do Grupo em tempos de esforço de liquidez. O Plano de Financiamento de Contingência inclui uma estrutura de governação clara e indicadores de risco de liquidez bem definidos para assegurar a escalação atempada e a tomada de decisões, comunicação e coordenação eficazes durante um evento de esforço de liquidez. O Deutsche Bank criou o Conselho de Gestão de Recursos Financeiros, que é responsável pela supervisão do capital e liquidez em cenários de contingência, recuperação e resolução de uma situação de crise definida.

## Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O Grupo controla, de forma diária, todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um período de doze meses. Para este efeito, o Grupo considera que o financiamento por grosso deverá incluir passivos não garantidos gerados principalmente pelo Montante dos Mercados de Tesouraria, bem como passivos garantidos, gerados principalmente pela divisão do Investment Bank. As contrapartes de financiamento por grosso incluem, tipicamente, empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas.

O Grupo implementou um conjunto de limites e limiares para restringir a sua exposição a contrapartes no setor grossista, que demonstraram historicamente mais suscetibilidade ao esforço de mercado. Os limites de financiamento por grosso são monitorizados diariamente e aplicam-se ao volume pendente do financiamento por grosso em todas as moedas, para financiamento garantido e não garantido com limites de maturidade específicos. As reservas de liquidez constituem os principais elementos atenuantes de potencial esforço a curto prazo.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" mostram a maturidade contratual do financiamento do Grupo por grosso a curto prazo e da emissão nos mercados de capitais.

## Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes internos de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são utilizados para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Estes complementam o processo de gestão de caixa operacional. A estratégia de liquidez a longo prazo baseada em informação de fluxo de caixa modelada contratual e comportamental é representada por uma métrica de longo prazo conhecida como matriz de financiamento (consulte a Gestão do risco de financiamento abaixo).

O processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados de testes de esforço. A Gestão do Risco de Liquidez é responsável pela definição dos cenários de esforço. De acordo com os princípios e requisitos de política estabelecidos pela Gestão do risco do modelo, a Gestão do risco de liquidez e a Gestão

do risco do modelo executam a validação independente de modelos de risco de liquidez e estimativas não de modelo. A LTRA é responsável pela implementação destas metodologias e pela realização do cálculo do teste de esforço em conjunto com a Tesouraria, a Gestão do risco do modelo e o IT.

Os testes de esforço e a análise de cenários são utilizados para descrever e avaliar o impacto de eventos de esforço súbitos e graves sobre a posição de liquidez do Grupo. O Deutsche Bank selecionou quatro cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP) do Grupo. Estes cenários são concebidos para captar potenciais resultados que podem ser encontrados pelo Grupo. O cenário mais grave avalia as potenciais consequências de um evento de esforço combinado extensivo a todo o mercado e idiossincrático, incluindo reduções na nossa notação de crédito. Em cada um dos cenários, é considerado o impacto de um evento de esforço de liquidez em diferentes horizontes temporais e em múltiplos fatores de risco de liquidez, cobrindo todas as linhas de negócio e áreas de produtos. O resultado da análise deste cenário alimenta o teste de esforço a nível do grupo, que considera o impacto dos cenários em todas as bandas de risco.

Além disso, são incluídos na análise os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo levantamentos de facilidades, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual. Subsequentemente, as contramedidas, que são as medidas que o Grupo tomaria para contrabalançar os fluxos de saída ocorridos durante um evento de esforço, são tomadas em consideração. Essas contramedidas incluem a utilização da Reserva de Liquidez do Grupo e a geração de liquidez a partir de outros ativos livres de encargos e comercializáveis sem causar qualquer impacto material no modelo de negócio do Grupo.

O teste de esforço é realizado a nível global e para entidades relevantes para a gestão do risco de liquidez. A análise de esforço abrange um horizonte de esforço de oito semanas, que é considerado o período de tempo mais crítico durante uma crise de liquidez, exigindo que a liquidez seja ativamente avaliada e orientada a nível do Grupo. Além do teste de esforço de divisas consolidado, são realizados testes de esforço adicionais para divisas importantes (EUR, USD e GBP). A nível mundial e nos testes de esforço de liquidez dos EUA, é abrangido um período de doze meses. Além disso, os resultados dos testes de esforço são monitorizados ao longo de um período de doze meses com limites de risco específicos, se exigido pelas entidades reguladoras locais. A análise ad-hoc pode ser conduzida para refletir o impacto de potenciais eventos negativos que possam afetar o Grupo, como eventos climáticos ou relacionados com aspetos de ESG. São aplicados pressupostos de esforço relevantes para refletir os fluxos de liquidez dos fatores de risco e dos produtos no balanço e fora do balanço. O conjunto de cenários e pressupostos para testes de esforço é revisto regularmente e atualizado quando são feitas melhorias nas metodologias de testes de esforço.

Complementando os testes diários de esforço de liquidez, o Grupo também realiza testes de esforço regulares ao nível do grupo realizados pela gestão do risco empresarial que analisam os riscos de liquidez em conjunto com os outros tipos de risco definidos e avaliam o seu impacto e a interação tanto nas posições de capital como de liquidez, conforme descrito no capítulo Quadro de risco e de capital em Testes de esforço.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: Testes de esforço e análise de cenários" mostram os resultados do teste de esforço interno de liquidez global nos vários cenários.

## Rácio de cobertura de liquidez

Além dos resultados do teste de esforço interno, o Grupo implementou uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração para o rácio de cobertura de liquidez (LCR). O LCR destina-se a promover a resiliência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA) que podem ser utilizados para aumentar a liquidez num cenário de esforço, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições contratuais e modeladas ao longo de um horizonte de 30 dias.

O LCR complementa o quadro de testes de esforço internos. Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez interno e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre as reservas de liquidez e o LCR HQLA, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de créditos). O teste de esforço de liquidez do Grupo também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, que não são explicitamente refletidos no LCR.

## Gestão do risco de financiamento e diversificação do financiamento

Em conformidade com as diretrizes regulamentares, o Deutsche Bank desenvolveu um conjunto de indicadores internos para medir os seus riscos de financiamento inerentes. Estes são considerados para efeitos de orientação, além do rácio de financiamento estável líquido (NSFR).

A principal ferramenta interna do Grupo para monitorizar e gerir o risco de financiamento estrutural é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil de financiamento estrutural do Grupo ao longo de um horizonte temporal superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) são excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a dez anos e descendo até ao agregado superior a um ano. A Matriz de financiamento também é efetuada para as moedas estrangeiras materiais (USD e GBP).

O Grupo depende de uma vasta gama de fontes de financiamento. Estas protegem duplamente a sua posição de liquidez. Em primeiro lugar, uma vez que os eventos de esforço podem ter um impacto diferente nos mercados de financiamento, a manutenção de uma carteira de financiamento bem diversificada reduzirá o impacto médio para o Grupo. Em segundo lugar, em caso de dificuldades de liquidez, o acesso a uma vasta gama de fontes de financiamento melhora significativamente a capacidade do Grupo para aceder a diferentes mercados de financiamento. A diversificação entre produtos é complementada por limiares explícitos para produtos selecionados e menos estáveis. Além disso, uma diversificação insuficiente das contrapartes pode ter um impacto negativo na estabilidade da liquidez e da posição de financiamento do Grupo, em especial quando esses fundos têm uma duração mais curta. Como tal, a Tesouraria acompanha a evolução das principais contrapartes de financiamento do Grupo.

A estabilidade da posição de financiamento do DB Group pode ser afetada negativamente por várias formas de riscos do setor. Trata-se tipicamente de tendências estruturais de médio a longo prazo com um impacto potencialmente significativo a longo prazo na economia e, conseqüentemente, nos balanços dos bancos. O DB está a realizar análises ad hoc sobre esses riscos emergentes para avaliar o impacto dessas tendências na sua posição de financiamento, a fim de garantir que sejam tomadas medidas de atenuação atempadamente, quando tal for considerado necessário. Além disso, a Tesouraria avalia regularmente as informações atuais sobre o acesso ao mercado nos seus principais mercados de financiamento. As informações sobre o acesso ao mercado são compiladas trimestralmente e apresentadas ao ALCO do Grupo.

Para diversificar as nossas atividades de refinanciamento, o Deutsche Bank detém uma licença para emitir obrigações hipotecárias Pfandbriefe e mantém um programa de emissão de obrigações hipotecárias estruturadas. Além disso, o Grupo continua a gerir um programa com o objetivo de emitir obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas). O Grupo também participou no programa TLTRO III do BCE. Além disso, o Grupo alargou a sua base de investidores potenciais através da introdução do seu quadro de Obrigações Verdes em 2020. Após as primeiras emissões verdes em 2020, o Grupo tem vindo a expandir continuamente a sua atividade de emissão de obrigações verdes. Além disso, foram executadas várias obrigações estruturadas verdes, primeiros depósitos verdes e primeiros acordos de recompra (repos) verdes. Várias equipas do DB continuam a trabalhar na expansão da pegada ecológica do Grupo, tanto a nível dos ativos como dos passivos.

O gráfico "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" apresenta a composição das fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

## Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido (NSFR) é uma métrica regulamentar para avaliar o perfil estrutural de financiamento de um Banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).



Foram estabelecidos limites de apetência pelo risco NFSR para o Grupo, bem como para a entidade DB AG, a fim de assegurar o cumprimento deste requisito regulamentar.

## Emissão nos mercados de capitais

A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas e títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Grupo e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos uma vez por ano, após a aprovação do ALCO, a Tesouraria envia um plano de financiamento a longo prazo anual para o GRC para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A carteira de emissão nos mercados de capitais do Grupo é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

## Preços de transferência de fundos

O quadro de preços de transferência de fundos aplica-se a todos os negócios e regiões e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de Reservas de Liquidez apropriadas.

No âmbito deste quadro, os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio do Grupo com base nas taxas que refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Grupo para o risco de liquidez. Embora o quadro promova uma afetação diligente no grupo dos custos de financiamento do Grupo aos utilizadores de liquidez, fornece também um quadro baseado em incentivos para negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com o esforço.

Ao longo de 2022, o Banco continuou a apresentar resultados face às melhorias das alterações ao quadro interno de FTP iniciadas em 2019 destinadas a aumentar a sua eficácia como ferramenta de gestão, bem como a apoiar melhor a otimização dos custos de financiamento. Detalhes adicionais estão incluídos na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas.

## Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e seus equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos desonerados (inclui obrigações governamentais e de agências e garantias governamentais), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais desonerados. Alguns requisitos intradiários e reservas mínimas obrigatórias são diretamente deduzidos no cálculo das reservas de liquidez, enquanto outras saídas de caixa intradiárias são representadas no modelo de liquidez interno do Grupo.

A grande maioria das reservas de liquidez do Grupo é detida centralmente nas principais moedas nas contas bancárias centrais da empresa-mãe e das sucursais estrangeiras nos locais-chave em que estamos ativos e numa reserva estratégica de liquidez (SLR) detida pela Tesouraria, estabelecida exclusivamente para servir de atenuante durante períodos de tensão. Para assegurar uma composição prudente das reservas de liquidez entre as classes de ativos, são mantidos limiares mínimos de caixa para as moedas principais. Em linha com a nossa comunicação ao mercado, o Banco pretende concentrar-se na sua quantidade de ativos líquidos de alta qualidade, substituindo a medida de reservas de liquidez, uma vez que proporciona uma maior comparabilidade em todo o setor.

## Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Geralmente, os empréstimos são onerados para apoiar a emissão garantida a longo prazo nos mercados de capitais, tais como obrigações cobertas ou outras estruturas de autotitularização, enquanto o financiamento da dívida e do inventário de ações numa base garantida é uma atividade regular para o negócio do Banco de Investimento. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos penhorados com sistemas de liquidação são considerados ativos desonerados, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Os ativos a receber de margens de derivados considerados como onerados de acordo com as diretrizes da EBA são também incluídos.

## Gestão do risco empresarial

A Gestão do risco empresarial (ERM) é uma função de risco transversal que impulsiona a gestão ativa de carteiras em todas as empresas e regiões geográficas, incluindo a gestão da apetência pelo risco para a indústria, o país e o risco de crédito. As principais responsabilidades incluem:

- Fornecer informações através de análises de riscos e tendências emergentes, testes de esforço prospetivos, concentração de carteiras, análises aprofundadas e relatórios de eventos ad hoc.
- Supervisionar o processo interno de adequação dos fundos próprios do Banco, incluindo a apetência pelo risco de capital.
- Coordenar e executar o plano de recuperação do grupo.
- Desenvolver e gerir o quadro de gestão dos riscos climáticos.
- Fornecer relatórios e análises de risco às principais partes interessadas, incluindo a direção e as entidades reguladoras.
- Atuar como função de controlo do risco de crédito.

### Risco estratégico

O risco estratégico é o risco de uma queda nos lucros (excluindo outros riscos materiais) devido a planos de negócios incorretos (por pressupostos errados), a execução ineficaz do plano ou a falta de capacidade de resposta a desvios significativos do plano. O risco estratégico advém da exposição do banco ao ambiente macroeconómico, às mudanças no cenário competitivo e aos desenvolvimentos regulatórios e tecnológicos. Além disso, pode ocorrer devido a erros no posicionamento estratégico, à incapacidade do banco em executar a sua estratégia planeada e/ou à incapacidade de abordar eficazmente o desempenho abaixo do esperado face às metas planeadas.

O plano estratégico é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização. O plano é desafiado num processo iterativo no que diz respeito aos seus pressupostos, credibilidade e integridade. Durante o ano, a execução de estratégias empresariais é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho em relação aos objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

O risco estratégico é medido através de um modelo de risco dedicado que quantifica as perdas potenciais causadas por quebras inesperadas de receitas antes de impostos que não podem ser compensadas por reduções de custos em condições de mercado extremas mas plausíveis ao longo de um período de 12 meses.

A 2.ª LoD para o risco estratégico é a função de Governança e Estratégia do Risco. O departamento financeiro, juntamente com as divisões, são a 1.ª LoD e atuam como gestores de risco chave do risco associado.

### Risco de capital

O risco de capital é definido como o risco de que o Deutsche Bank tenha um nível ou composição de oferta de capital insuficiente para apoiar as suas atividades comerciais atuais e planeadas e os riscos associados durante condições normais e de esforço.

O quadro de risco de capital do banco consiste em vários elementos que visam assegurar que o Deutsche Bank mantém, numa base contínua, uma capitalização adequada para cobrir os riscos a que está exposto. O quadro está fortemente integrado no processo de planeamento estratégico de todo o banco e estreitamente ligado ao processo interno de avaliação da adequação de capital do Deutsche Bank (ver secção "Processo de avaliação da adequação capital interno" para mais detalhes). A Tesouraria, juntamente com as divisões, são os principais gestores de risco dos riscos associados e representam a 1.ª LoD. A ERM atua como 2.ª LoD para o risco de capital.

A Tesouraria gere o risco de capital ao nível do grupo e localmente em cada região, conforme aplicável. Isto inclui a gestão de emissões e recompras de instrumentos de capital (ver secção sobre "Gestão de capital" para mais detalhes). Além disso, os limites por divisão dos principais recursos de capital são aprovados pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo para assegurar o alinhamento com a nossa apetência pelo risco de capital (ver secção sobre "Definição de limites para recursos" para mais detalhes).

A ERM estabelece o quadro de risco de capital, avalia o perfil de risco de capital e proporciona um desafio independente. Isto inclui a fixação de limiares de apetência pelo risco para rácios de capital chave. As violações dos limiares estão sujeitas a um quadro de governação específico que desencadeia ações de gestão até à execução do plano de recuperação do Deutsche Bank. Os limiares também estabelecem limites ao plano de capital e estão totalmente integrados na avaliação regular do risco de capital sob cenários de esforço.

## Risco de concentração da carteira

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, de mercado, operacionais e estratégicos), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações inter-riscos). Estes ocorrem no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos. A gestão e a monitorização de concentrações de risco é alcançada através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, da seguinte forma:

- As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas funções de risco individuais (gestão do risco da empresa, do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional, do risco de liquidez e do risco estratégico). A definição de limites em diferentes níveis e/ou a gestão, de acordo com cada tipo de risco, servem de base a essa atividade
- As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco. Os efeitos de diversificação entre crédito, risco de mercado, risco operacional e risco estratégico são medidos através de um modelo de risco dedicado que quantifica a vantagem de diversificação causada por correlações não perfeitas entre estes tipos de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2022 foi o Comité de Risco do Grupo (GRC).

## Risco ambiental, social e de governação

Os impactos do aumento da temperatura global, e o maior foco nas alterações climáticas e a transição da sociedade, dos reguladores e do setor bancário para uma economia net-zero levaram ao aparecimento de novas e crescentes fontes de riscos financeiros e não financeiros. Estes incluem os riscos físicos decorrentes de eventos climáticos extremos, que estão a crescer em frequência e gravidade, bem como os riscos de transição, uma vez que os setores intensivos em carbono são confrontados com uma tributação mais elevada, procura reduzida e acesso potencialmente restrito ao financiamento. Estes riscos podem ter impacto no Deutsche Bank numa vasta gama de tipos de riscos financeiros e não financeiros.

As instituições financeiras enfrentam um maior escrutínio sobre o clima e questões mais amplas relacionadas com ESG por parte dos governos, reguladores, acionistas e outros organismos, levando a riscos reputacionais se o Grupo não apoiar a transição para uma economia de carbono mais baixa, para proteger a biodiversidade e os direitos humanos. O Deutsche Bank está a rever e a melhorar os seus quadros de gestão do risco ESG em conformidade com as orientações regulamentares e para garantir que gerimos ativamente os riscos ESG e evitamos o greenwashing. Hoje em dia, há uma falta de dados e metodologias ASG consistentes e abrangentes disponíveis, o que significa que o banco está fortemente dependente de estimativas de representação e abordagens qualitativas ao avaliar estes riscos, o que introduz um elevado grau de incerteza nas divulgações relacionadas com o clima.

O Deutsche Bank está empenhado em gerir as suas atividades e operações de negócios de uma forma sustentável, incluindo o alinhamento das nossas carteiras com emissões líquidas zero até 2050. Em outubro de 2022, o Deutsche Bank anunciou objetivos intermédios (2030) e finais (2050) de emissões líquidas nulas para quatro setores-chave com utilização intensiva de carbono: Petróleo e gás (a montante), produção de eletricidade, automóveis (veículos ligeiros) e aço. Os objetivos estão plenamente integrados nos quadros e processos internos de gestão do risco.

O Comité de Sustentabilidade do Deutsche Bank Group, presidido pelo Diretor Executivo, decide sobre todas as iniciativas de sustentabilidade importantes. Em 2022, o banco nomeou o seu primeiro Diretor de Sustentabilidade e criou um Comité de Orientação de Sustentabilidade responsável pela gestão e supervisão da transformação ESG. O Comité de Risco do Grupo, presidido pelo Diretor de Risco, é estabelecido pelo Conselho de Administração para servir de fórum central de revisão e tomada de decisões em matérias relacionadas com o risco, capital e liquidez. Isto inclui a responsabilidade de desenvolver os quadros climáticos e os quadros de risco ASG mais amplos do banco. Um fórum dedicado ao risco ASG supervisiona a integração dos riscos ASG nos quadros de gestão de riscos financeiros e não financeiros existentes no banco.

As atividades comerciais do Deutsche Bank são regidas por uma Política de Risco Climático e Ambiental que define funções e responsabilidades, bem como princípios qualitativos de apetência pelo risco, bem como limiares e métricas quantitativas de apetência pelo risco. Além disso, a Política Ambiental e Social do banco delinea restrições específicas para certos setores. O Deutsche Bank utiliza uma série de ferramentas complementares para identificar e avaliar riscos, incluindo o processo de identificação de riscos do Grupo, uma taxonomia interna de riscos climáticos e relatórios internos regulares de emissões e intensidades financiadas por carteira, bem como o progresso relativo aos objetivos "net-zero".

## Gestão do risco do modelo

### Introdução

O risco do modelo é o potencial de consequências adversas de decisões baseadas em resultados de modelos incorretos ou mal utilizados (e estimativas não baseadas em modelos). O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a reputação. O Deutsche Bank reconhece que a utilização de modelos e estimativas não baseadas em modelos (coletivamente conhecidos como "abordagens de estimativa") pode afetar outros tipos de risco e que o risco do modelo é um risco distinto que pode aumentar ou diminuir o risco agregado através de outros tipos de risco.

O Deutsche Bank utiliza abordagens de estimativa para uma ampla gama de atividades de tomada de decisão, tais como: subscrição de créditos; avaliação de exposições, instrumentos e posições; mensuração do risco; gestão e salvaguarda dos ativos de clientes, e determinação da adequação de capital e reservas. O termo "abordagem de estimativa" refere-se a um "modelo" ou a uma "estimativa sem modelo" que corresponde a um sistema, abordagem ou método quantitativo ou qualitativo que aplica análise especializada, teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas. As abordagens de estimativa são representações simplificadas de relações do mundo real, e são baseados em suposições e no julgamento. Assim, o banco está exposto ao risco do modelo, que deve ser identificado, medido e controlado de forma adequada.

A supervisão da gestão do risco do modelo é fornecida por todos os níveis de gestão, incluindo o Conselho de Administração. A gestão do risco do modelo é sustentada por uma estrutura concebida e monitorizada pela 2.<sup>a</sup> Linha de Defesa.

### Quadro e governação da gestão do risco do modelo

O risco do modelo é um dos riscos de nível 1 do banco e é supervisionado pelo Diretor de Risco através da definição de uma declaração quantitativa e qualitativa da apetência pelo risco e gerido através de:

- A políticas e o procedimento de risco do modelo, e documentos de suporte alinhados com a apetência pelo risco, requisitos regulamentares e melhores práticas da indústria, com funções e responsabilidades claras para as partes interessadas
- Inventários de todas as origens de risco de modelo, apoiando componentes do quadro de risco do modelo em curso, incluindo avaliações do risco e certificações
- Controlos-chave para todas as origens de risco de modelo, desde o desenvolvimento até à desativação, incluindo validação, aprovação, implementação e monitorização
  - Validações independentes, e aprovações 2LoD subsequentes, verificam que os modelos e as estimativas não baseadas em modelos foram adequadamente concebidos e implementados para o âmbito e finalidade pretendidos, e que os respetivos controlos estão em vigor para assegurar que continuam a funcionar como esperado durante a sua utilização;
  - Os controlos identificam as limitações e fraquezas, resultando em conclusões e controlos compensatórios, que podem ser condições de utilização, tais como ajustamentos ou sobreposições; e
- Governação do risco do modelo, incluindo fóruns seniores para monitorização e comunicação de tópicos relacionados com o risco do modelo, bem como atualizações mensais ao Conselho de Administração sobre as métricas da apetência pelo risco do modelo e atualizações periódicas do risco do modelo ao Conselho de Fiscalização.

### Desenvolvimentos durante o período de relato:

Em 2022, o Deutsche Bank implementou uma nova política de gestão do risco do modelo que abrangia todos os aspetos do quadro do risco do modelo, levando a um alinhamento das práticas em todo o banco, incluindo a identificação, medição, monitorização, criação de relatórios, controlos e mitigação dos riscos do modelo.

Este novo quadro é apoiado pelo desenvolvimento de um Sistema de Inventário de Modelos melhorado, que será a única plataforma estratégica de risco de modelos a nível de todo o banco, substituindo todos os outros inventários atuais. O sistema continua a ser aperfeiçoado para garantir uma gestão eficaz e eficiente do risco de modelo em todo o banco.

## Gestão do risco de reputação

No processo de gestão do risco do Grupo, o risco de reputação é definido como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do Deutsche Bank e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação,

ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do Deutsche Bank.

O Deutsche Bank tem uma apetência limitada por transações ou relações que impliquem um risco significativo para a sua reputação ou em áreas que apresentem um risco inerentemente mais elevado para a sua reputação, como os setores da defesa, dos jogos de azar ou do entretenimento para adultos, ou em que existam certas preocupações ambientais. O risco de reputação não pode ser excluído, uma vez que pode ser impulsionado por alterações imprevisíveis na perceção das suas práticas pelas várias partes interessadas (por exemplo o público, clientes, acionistas e reguladores). O Deutsche Bank esforça-se por promover padrões sustentáveis que aumentem a rentabilidade e minimizem o risco de reputação.

O quadro de risco de reputação (o quadro) existe para gerir o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação, antes do evento e, assim, para evitar danos à reputação do Deutsche Bank sempre que possível. O Quadro fornece normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Os impactos de reputação que podem surgir como consequência de uma falha de outro tipo de risco, controlo ou processo são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado e não são, por isso, abordados nesta secção.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes, incluindo, entre outras, potenciais problemas com o perfil da contraparte, o objetivo comercial/substância económica da transação ou produto, indústrias de alto risco, considerações ambientais e sociais, e a natureza da transação ou produto ou a sua estrutura e termos.

A modelação quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no quadro de capital económico do banco, sobretudo no âmbito do risco estratégico.

## Governança e Estrutura Organizacional

O quadro é aplicável a todas as Divisões de Negócio e Regiões. As questões que dizem especificamente respeito à DWS são revistas por um comité de risco de reputação dedicado à DWS, e encaminhados para o Conselho Executivo da DWS, sempre que necessário.

Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a reputação do banco, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as Divisões de Negócio do Deutsche Bank como principais detentores do risco. Cada Divisão de Negócios tem um processo estabelecido através do qual são avaliadas as questões considerados como constituindo um risco de reputação moderado ou superior. Trata-se do processo de avaliação do risco de reputação da unidade.

A RRAP da unidade é obrigada a encaminhar quaisquer questões relativas a um risco de reputação significativo para o respetivo Comité Regional de Risco de Reputação. O Quadro também estabelece uma série de questões que são consideradas como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de risco de reputação e que são, portanto, referências obrigatórias para os Comités Regionais de Risco de Reputação. Os Comités Regionais de Risco de Reputação, que são os Comités da 2.ª LoD, são responsáveis por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação na respetiva região do Deutsche Bank. Os Comités Regionais de Risco de Reputação reúnem-se, no mínimo, trimestralmente, com reuniões ad hoc, conforme necessário. O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação no Deutsche Bank, em nome do Comité de Risco do Grupo e do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comité de Risco de Reputação do Grupo analisa casos com impacto em todo o Grupo e, em circunstâncias excecionais, os que não puderam ser resolvidos a nível regional.

# Desempenho de capital e risco

## Capital, rácio de alavancagem e MREL

### Fundos Próprios

O cálculo dos fundos próprios do Deutsche Bank inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito”, CRR e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito”, “CRD”, que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2022, abrange capital Tier 1 e Tier 2. O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 e capital Tier 1 adicional.

O capital CET 1 consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET 1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem (i) ativos intangíveis (que excedam o seu valor prudencial), (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, Tier 2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital Tier 2 consolidado. Para se qualificarem como capital Tier 2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

No período de comparação do presente relatório, o Deutsche Bank apresenta determinados valores com base na definição do CRR de instrumentos de fundos próprios aplicável aos instrumentos de fundos próprios Tier 1 e Tier 2 adicionais.

A partir do primeiro trimestre de 2022, o CET 1, os fundos próprios de Tier 1 e os fundos próprios totais são apresentados tal como comunicados. A definição de fully loaded foi descontinuada no primeiro trimestre de 2022 devido a diferenças imateriais.

## Instrumentos de capital

O Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2021 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2026. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2021 e a Assembleia-Geral Anual de 2022 (19 de maio de 2022), foram adquiridas 59,8 milhões de ações. Um montante total de 33,3 milhões de ações foi adquirido para efeitos de compensação em ações no mesmo período ou em períodos futuros. O montante remanescente de 26,5 milhões de ações foi recomprado para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. Além disso, foram adquiridas 48,8 milhões de opções de compra para efeitos de compensação de ações em períodos futuros. O número de ações detidas em tesouraria provenientes de recompras ascendia a 34,8 milhões à data da Assembleia Geral Anual de 2022, das quais 26,5 milhões de ações para cancelamento e 8,3 milhões de ações para efeitos de compensação em ações.

A Assembleia-Geral Anual de 2022 autorizou o Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2027. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2022 e 31 de dezembro de 2022, não foram adquiridas quaisquer ações ou opções de compra. O número de ações detidas em Tesouraria resultantes de recompras era de 28,9 milhões a 31 de dezembro de 2022. Destes, 26,5 milhões dizem respeito a ações recompradas para cancelamento. O montante remanescente de 2,4 milhões refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovado na Assembleia-Geral Anual de 2021, e a 31 de dezembro de 2022, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 30 de abril de 2022, o capital condicional face a contribuições de 512 milhões de euros (200 milhões de ações) e para compensação de capital próprio de 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações) expirou sem ser utilizado.

Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2022 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 9,0 mil milhões de euros em ou antes de 30 de abril de 2027.

Os acordos de transição para os instrumentos AT1 e Tier 2 eram aplicáveis até 1 de janeiro de 2022. Os instrumentos de capital emitidos em 31 de dezembro de 2011 ou anteriores que já não se qualificam como capital AT1 ou Tier 2 nos termos do CRR/CRD fully loaded, como atualmente aplicável, estavam sujeitos a regras de anterioridade durante o período de transição e foram eliminados gradualmente entre 2013 e 2022, com o seu reconhecimento limitado a 20% em 2020 e 10% em 2021 (em relação à carteira elegível para a anterioridade que ainda estava pendente em 31 de dezembro de 2012). A proteção dos direitos adquiridos deixa de se aplicar a partir de 1 de janeiro de 2022.

O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e Tier 2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Os instrumentos AT1 e Tier 2 emitidos através de entidades com fins especiais são de anterioridade até 31 de dezembro de 2021. Em 2022, só existem regimes transitórios para instrumentos AT1 e Tier 2 que continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025, mesmo que não satisfaçam certos novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019. O Deutsche Bank tinha um montante imaterial de instrumentos que se qualificaram durante 2022, o que resultou no facto de não haver diferença material entre os montantes "fully loaded" e "transitórios".

Com base no atual CRR, o Grupo tem instrumentos AT1 elegíveis no valor de 8,6 mil milhões de euros por liquidar em dezembro de 2022. Em 2022, o banco emitiu notas AT1 no valor de 2,0 mil milhões de euros e resgatou instrumentos AT1 com um valor nocional de 1,75 mil milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos de capital Tier 2 ascendiam a 9,5 mil milhões de euros (valor nominal de 11,7 mil milhões de euros). Em 2022, o banco emitiu instrumentos de capital Tier 2 com um valor nominal de 1,5 mil milhões de euros e 1,25 mil milhões de dólares dos Estados Unidos (montante equivalente a 1,2 mil milhões de euros) e um valor nocional de 15 milhões de euros em capital Tier 2 venceram.

## Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de RWA. O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00%, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50% de capital Tier 1 adicional e até 2,00% de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. O Deutsche Bank cumpre os requisitos mínimos de adequação de capital regulamentares em 2022.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital ficaram totalmente em vigor a partir de 2022. Estes requisitos de reservas têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2022 e em diante.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA. Em casos excepcionais, pode também ser superior a 2,50%. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2022, o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,07 %.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2022, não houve amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela BaFin de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de reservas para G-SII de 1,50% de capital CET 1 de RWA em 2022 com base nos indicadores publicados em 2019. Esta avaliação foi confirmada pelo FSB em 2022. Além disso, a BaFin anunciou que o requisito de reserva G-SII para o Deutsche Bank permanecerá inalterado para os anos de 2023 e 2024. O Deutsche Bank continua a publicar os indicadores no site do banco.

Além disso, o Deutsche Bank foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, de acordo com o Deutsche Bundesbank, como "outra instituição de importância sistémica global" (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% em 2022 que não foi cumprido a nível consolidado. Assim, para o Deutsche Bank, as reservas O-SII ascendem a 2,00% em 2022. A BaFin anunciou que o requisito de reserva de fundos próprios para o Deutsche Bank permanece inalterado para o ano de 2023, devendo ser aplicada a reserva mais elevada para as instituições de importância sistémica (reserva G-SII ou reserva O-SII).

Adicionalmente, de acordo com o SREP do Pilar 2, o BCE pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2).

Em fevereiro de 2022, o BCE informou o Deutsche Bank da sua decisão, com efeitos a partir de 1 de março de 2022, de que o requisito do Pilar 2 do banco permanece inalterado em comparação com 2021. Isto resulta no requisito do Pilar 2 do BCE para 2,50% dos ativos ponderados pelo risco. Em 31 de dezembro de 2022, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10,48%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 12,45% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 15,07%. Este requisito de capital de CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 1,41 %, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (sujeito a alterações ao longo do ano) de 0,07% e o mais alto do nosso amortecedor G-SII/O-SII de 2,00 %. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,47%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,63%. Além disso, o BCE comunicou ao Deutsche Bank que a sua expectativa individual de manter um complemento de capital de CET 1 de Pilar 2, geralmente referido como "orientação de Pilar 2" será vista apenas como orientação e – pelo menos até ao final de 2022 – uma violação desta orientação não irá desencadear a necessidade de fornecer um plano de restabelecimento do capital ou a necessidade de executar medidas para a reconstrução do capital de CET 1.

Em 22 de dezembro de 2022, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2023, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, na sequência dos resultados do SREP de 2022. A decisão fixou o requisito de Pilar 2 do BCE em 2,70% dos ativos ponderados pelo risco, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023, dos quais pelo menos 1,52% devem ser cobertos por capital de CET 1 e 2,03% por capital de Tier 1.

Em janeiro de 2022, o BaFin anunciou um amortecedor contracíclico de 0,75% para a Alemanha, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2023, o que se traduz em aproximadamente 30bps de requisitos de capital CET 1 necessário para o Grupo Deutsche Bank, dada a nossa atual quota-parte de exposição ao crédito alemão. Além disso, o BaFin anunciou uma reserva de risco sistémico sectorial de 2% para as exposições imobiliárias residenciais alemãs, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2023, o que se traduz em cerca de 20bps de requisitos de capital CET 1 para o Deutsche Bank Group, considerando a nossa atual exposição imobiliária residencial alemã.



A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação de Pilar 2), bem como os requisitos de amortecedor de capital aplicáveis ao Deutsche Bank para os anos 2022 e 2023:

#### Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2022	2023
<b>Pilar 1</b>		
Requisito mínimo de CET 1	4,50%	4,50%
Requisito de amortecedor combinado	4,57%	5,07%
Amortecedor de conservação de capital	2,50%	2,50%
Reserva contracíclica <sup>1</sup>	0,07%	0,37%
Reserva de risco sistémico <sup>2</sup>	0,00%	0,20%
Máximo de:	2,00%	2,00%
Amortecedor G-SII	1,50%	1,50%
Amortecedor O-SII	2,00%	2,00%
<b>Pilar 2</b>		
Complemento SREP de capital CET 1 de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,50%	2,70%
dos quais cobertos por capital CET 1	1,41%	1,52%
dos quais cobertos por capital Tier 1	1,88%	2,03%
dos quais cobertos por capital Tier 2	0,63%	0,68%
<b>Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2<sup>3</sup></b>	<b>10,48%</b>	<b>11,09%</b>
<b>Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2</b>	<b>12,45%</b>	<b>13,10%</b>
<b>Requisito de capital total do Pilar 1 e 2</b>	<b>15,07%</b>	<b>15,77%</b>

<sup>1</sup> O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato; a taxa do amortecedor contracíclico para 2023 foi calculada como 0,37% com base em alterações conhecidas ao amortecedor contracíclico em 2023. O amortecedor contracíclico está sujeito a alterações ao longo do ano, dependendo dos seus constituintes

<sup>2</sup> O amortecedor de risco sistémico foi calculado como 0,20% para o exercício projetado de 2023, sujeito a alterações com base em novas diretivas

<sup>3</sup> O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP, do requisito de reservas de risco sistémico, do requisito de reservas de conservação de capital e do requisito de reservas contracíclicas, bem como do mais elevado entre o G-SII e o O-SII

## Desenvolvimento de fundos próprios

O capital regulamentar total do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2022 totalizava 66,1 mil milhões de euros, em comparação com 62,7 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2021. A 31 de dezembro de 2022, o capital Tier 1 totalizava 56,6 mil milhões de euros, sendo composto por capital CET 1 de 48,1 mil milhões de euros e capital AT1 de 8,5 mil milhões de euros. O capital Tier 1 foi 1,2 mil milhões de euros mais elevado do que no final de 31 de dezembro de 2021, motivado por um aumento no capital CET 1 de 1,6 mil milhões de euros e por uma diminuição no capital AT1 de 0,4 mil milhões de euros desde o final do ano de 2021. O capital Tier 2 em 31 de dezembro de 2022 totalizava 9,5 mil milhões de euros, em comparação com 7,4 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2021.

O aumento de capital CET 1 de 1,6 mil milhões de euros resultou, em grande medida, do resultado líquido positivo de 5,5 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que inclui um ajustamento positivo da avaliação dos impostos diferidos no final do exercício de 1,4 mil milhões de euros. Isto foi parcialmente compensado por deduções regulamentares para futuros dividendos de ações ordinárias e pagamentos do cupão AT1 de 1,3 mil milhões de euros, o que está alinhado com a decisão do BCE (UE) (2015/656) sobre o reconhecimento de lucros intercalares ou no fim do exercício em capital CET 1, em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4). Além disso, os fundos próprios CET 1 aumentaram em resultado dos efeitos positivos dos ajustamentos de conversão cambial no valor de 0,8 mil milhões de euros, líquidos dos contra-efeitos cambiais das rubricas de dedução de capital no valor de 0,2 mil milhões de euros e dos ganhos atuariais no valor de 0,6 mil milhões de euros, devido a movimentos de marcação a mercado.

Estes impactos positivos foram parcialmente compensados por deduções de ativos por impostos diferidos no valor de 1,8 mil milhões de euros, que incluem um ajustamento positivo da avaliação de ativos por impostos diferidos no valor de 1,4 mil milhões de euros nos Estados Unidos, bem como por perdas não realizadas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no valor de 1,3 mil milhões de euros (0,8 mil milhões de euros devido sobretudo à subida das taxas de juro do euro e do dólar americano e 0,5 mil milhões de euros devido à perda de justo valor das coberturas de fluxos de caixa devido à subida das taxas do dólar americano), a recompra de ações no valor de 0,3 mil milhões de euros, o aumento dos ajustamentos regulamentares dos filtros prudenciais no valor de 0,2 mil milhões de euros (ajustamentos de valor adicionais), predominantemente devido a dispersões dos preços de mercado e a alterações do perfil de risco e dos planos de pensões no valor de 0,2 mil milhões de euros, principalmente devido à subida das taxas de desconto.

A diminuição do capital AT1 de 0,4 mil milhões de euros deveu-se principalmente ao resgate de um instrumento de capital AT1 com um montante nocional de 1,75 mil milhões de euros durante o primeiro trimestre de 2022 e de 0,6 mil milhões de euros de instrumentos AT1 com direitos adquiridos não elegíveis a partir de 1 de janeiro de 2022, parcialmente compensados por um instrumento de capital AT1 recentemente emitido com um montante nocional de 0,75 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2022 e outro instrumento de capital AT1 com um montante nocional de 1,25 mil milhões de euros no quarto trimestre.

O aumento do capital Tier 2 de 2,2 mil milhões de euros deveu-se principalmente à emissão de novos instrumentos de capital Tier 2 com um montante nocional de 2,7 mil milhões de euros no primeiro trimestre de 2022 e 0,3 mil milhões de euros devido a efeitos cambiais parcialmente compensados pela amortização de 0,8 mil milhões de euros de instrumentos de capital Tier 2.

#### Modelo de fundos próprios (incluindo RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021	
	CRR/CRD	CRR/CRD fully loaded	CRR/CRD
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas</b>			
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	45.458	45.864	45.864
Lucros não distribuídos	12.305	10.506	10.506
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(1.314)	(444)	(444)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis <sup>1</sup>	4.183	1.379	1.379
Outros	1.002	910	910
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>61.634</b>	<b>58.215</b>	<b>58.215</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares</b>			
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(2.026)	(1.812)	(1.812)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	600	(14)	(14)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.024)	(4.897)	(4.897)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(3.244)	(1.466)	(1.466)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(466)	(573)	(573)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.149)	(991)	(991)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(0)	0	0
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	0	(151)	(151)
Outros ajustamentos regulamentares <sup>2</sup>	(2.225)	(1.805)	(1.805)
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>(13.536)</b>	<b>(11.709)</b>	<b>(11.709)</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>48.097</b>	<b>46.506</b>	<b>46.506</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos</b>			
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	8.578	8.328	8.328
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	0	N/S	600
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>8.578</b>	<b>8.328</b>	<b>8.928</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares</b>			
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(60)	(60)	(60)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	0	0	0
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>(60)</b>	<b>(60)</b>	<b>(60)</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>8.518</b>	<b>8.268</b>	<b>8.868</b>
<b>Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)</b>	<b>56.616</b>	<b>54.775</b>	<b>55.375</b>
<b>Capital Tier 2 (T2)</b>	<b>9.531</b>	<b>7.328</b>	<b>7.358</b>
<b>Total do capital (TC = T1 + T2)</b>	<b>66.146</b>	<b>62.102</b>	<b>62.732</b>
<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	<b>360.003</b>	<b>351.629</b>	<b>351.629</b>
<b>Rácios de capital</b>			
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,4	13,2	13,2
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,7	15,6	15,7
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	18,4	17,7	17,8

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

<sup>2</sup> Inclui deduções de capital de 1,2 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 1,1 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 1,0 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 0,7 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 7,4 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 17 milhões de euros) resultante de compromissos de valor mínimo nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea n), do CRR e diminuição do CET 1 de 14,7 milhões de euros (dezembro de 2021: 39 milhões de euros) da provisão transitória da IFRS 9, de acordo com o artigo 473.º-A do CRR.

<sup>3</sup> A partir do primeiro trimestre de 2022, a informação é apresentada como reportada, uma vez que a definição fully loaded foi eliminada por resultar apenas numa diferença material; a informação comparativa para períodos anteriores mantém-se inalterada e baseia-se na anterior definição fully loaded do Deutsche Bank

<sup>4</sup> Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

## Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Total do capital acionista por balanço contabilístico</b>	<b>61.959</b>	<b>58.027</b>
Desconsolidação/Consolidação de entidades	29	265
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	0
Lucros não distribuídos	29	265
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	0
<b>Total do capital acionista por balanço regulamentar</b>	<b>61.988</b>	<b>58.292</b>
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	1.002	910
Dedução de cupões AT1 e dos dividendos dos acionistas <sup>1</sup>	(1.342)	(987)
Instrumentos de capital não elegíveis para CET 1 nos termos do CRR 28(1)	(14)	0
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>61.634</b>	<b>58.215</b>
Ajustamentos de valor adicionais	(2.026)	(1.812)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	600	(14)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.024)	(4.897)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(3.244)	(1.617)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.149)	(991)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares <sup>2</sup>	(2.691)	(2.378)
<b>Capital Common Equity Tier 1<sup>3</sup></b>	<b>48.097</b>	<b>46.506</b>

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

<sup>2</sup> Inclui deduções de capital de 1,2 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 1,1 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 1,0 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 0,7 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 7,4 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 17 milhões de euros) resultante de compromissos de valor mínimo nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea n), do CRR e diminuição do CET 1 de 14,7 milhões de euros (dezembro de 2021: 39 milhões de euros) da provisão transitória da IFRS 9, de acordo com o artigo 473.º-A do CRR.

<sup>3</sup> Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

## Desenvolvimento de fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	doze meses terminados em 31/12/2022	doze meses terminados em 31/12/2021
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura</b>	<b>46.506</b>	<b>44.885</b>
Ações ordinárias, efeito líquido	(2)	0
Capital realizado adicional	(79)	(26)
Lucros não distribuídos	5.945	2.834
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	(325)	1
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	(870)	675
Dedução de cupões AT1 e dos dividendos dos acionistas <sup>1</sup>	(1.342)	(987)
Ajustamentos de valor adicionais	(215)	(381)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(127)	(262)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	(1.779)	(113)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	107	(474)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(158)	(219)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	151	(77)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	285	650
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho</b>	<b>48.097</b>	<b>46.506</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura</b>	<b>8.868</b>	<b>6.848</b>
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	1.967	2.487
Instrumentos vencidos e adquiridos	(2.350)	(500)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	33	33
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho</b>	<b>8.518</b>	<b>8.868</b>
<b>Capital Tier 1</b>	<b>56.616</b>	<b>55.375</b>
<b>Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho</b>	<b>9.531</b>	<b>7.358</b>
<b>Capital regulamentar total<sup>2</sup></b>	<b>66.146</b>	<b>62.732</b>

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

<sup>2</sup> Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

## Cobertura mínima das perdas para a exposição em incumprimento (Non Performing Exposure - NPE)

Em abril de 2019, a UE publicou o Regulamento (UE) 2019/630 que altera o CRR (Regulamento (UE) n.º 575/2013) para uma reserva prudencial de proteção para riscos de incumprimento (NPE). Este regulamento resulta numa dedução do Pilar 1 do capital CET 1 quando não é cumprido um requisito mínimo de cobertura de perdas. É aplicado às exposições originadas e em incumprimento após 25 de abril de 2019.

Além disso, em março de 2018, o BCE publicou a sua "Adenda às Orientações do BCE aos bancos sobre empréstimos em incumprimento: expectativas de supervisão para o provisionamento prudencial de exposições em incumprimento" e, em agosto de 2019, a sua "Comunicação sobre as expectativas de cobertura de supervisão para as NPE".

As orientações do BCE emitidas são aplicáveis a todos os novos empréstimos em situação de incumprimento após 1 de abril de 2018 (ECB - novo NPE após 1 de abril de 2018) e, à semelhança das regras da UE, exige que os bancos tomem medidas caso não seja cumprido um requisito mínimo de cobertura por imparidade. No âmbito das discussões anuais do SREP, o BCE pode impor medidas de Pilar 2 aos bancos, caso o BCE não esteja confiante com as medidas tomadas pelo banco individual.

Para o final do ano de 2020, introduzimos um quadro para determinar o provisionamento prudencial de exposição em incumprimento como medida de Pilar 2, como solicitado nas orientações do BCE anteriormente mencionadas e na recomendação SREP.

Para a expectativa de cobertura mínima de perdas para NPE decorrentes de clientes em incumprimento antes de 1 de abril de 2018 (BCE – Stock NPE), foi prevista uma trajetória de integração progressiva para uma expectativa de cobertura de 100% com um aumento anual de 10%. Numa primeira fase, os bancos foram atribuídos a três grupos comparáveis com base nos rácios líquidos de NPL do banco no final de 2017 e, numa segunda fase, foi efetuada uma avaliação da capacidade relativamente ao impacto potencial para cada banco individual com um horizonte de final de 2026. O Deutsche Bank foi atribuído ao Grupo 1 que requer uma aplicabilidade total de cobertura mínima de perdas de 100% até ao final do ano de 2024 para empréstimos garantidos e até ao final do ano de 2023 para empréstimos não garantidos, respetivamente.

O desencontro entre os requisitos mínimos de cobertura de perdas para a exposição em incumprimento e as reservas de risco registadas em conformidade com a IFRS 9 para ativos em incumprimento (Fase 3) elevava-se a 1048 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e foi deduzido do CET 1. Este CET 1 adicional pode ser considerado como reserva de perdas adicionais e conduz a uma redução de 933 milhões de euros em RWA.

### Cobertura das perdas de exposição em incumprimento

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022			
	Valor de exposição <sup>1</sup>	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	4.378	795	1.176	316
Investment Bank	14.665	8.182	10.117	383
Private Bank	6.101	1.250	2.202	315
Asset Management	0	0	0	0
Capital Release Unit	142	64	41	32
Corporate & Other	140	2	0	2
<b>Total</b>	<b>25.426</b>	<b>10.294</b>	<b>13.535</b>	<b>1.048</b>

<sup>1</sup> Valor de exposição em conformidade com o artigo 47.º-C do CRR

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021			
	Valor de exposição <sup>1</sup>	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	3.746	626	1.109	119
Investment Bank	14.671	7.823	10.155	273
Private Bank	7.119	1.263	2.449	311
Asset Management	0	0	0	0
Capital Release Unit	253	120	102	42
Corporate & Other	22	3	0	3
<b>Total</b>	<b>25.811</b>	<b>9.835</b>	<b>13.816</b>	<b>748</b>

<sup>1</sup> Valor de exposição em conformidade com o artigo 47.º-C do CRR

## Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos por tipo de risco e por divisão. Inclui os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos.

### Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e divisão

							31 dez 2022
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	68.022	93.184	79.865	9.417	3.141	15.585	269.214
Risco de liquidação	0	63	0	0	0	61	124
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	130	5.144	29	4	812	65	6.184
Risco de mercado	847	17.895	72	28	1.493	5.796	26.131
Risco operacional	5.304	23.155	7.637	3.414	18.839	0	58.349
<b>Total</b>	<b>74.303</b>	<b>139.442</b>	<b>87.602</b>	<b>12.864</b>	<b>24.284</b>	<b>21.508</b>	<b>360.003</b>

							31 dez 2021
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	59.588	93.125	77.632	11.017	5.426	16.964	263.752
Risco de liquidação	0	1	0	0	10	49	60
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	120	4.879	167	9	1.098	55	6.327
Risco de mercado	128	17.565	40	33	1.293	715	19.773
Risco operacional	5.571	25.031	7.527	3.357	20.232	0	61.718
<b>Total</b>	<b>65.406</b>	<b>140.600</b>	<b>85.366</b>	<b>14.415</b>	<b>28.059</b>	<b>17.783</b>	<b>351.629</b>

Os RWA do Deutsche Bank foram de 360 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, face a 351,6 mil milhões de euros no final do exercício de 2021. O aumento de 8,4 mil milhões de euros deveu-se aos ativos ponderados pelo risco de mercado e aos ativos ponderados pelo risco de crédito, tendo sido parcialmente compensado pelos ativos ponderados pelo risco operacional. O aumento dos ativos ponderados pelo risco de mercado em 6,4 mil milhões de euros deveu-se principalmente a aumentos nas componentes VaR e SVaR, devido a uma combinação de um multiplicador de fundos próprios mais elevado, na sequência de valores aberrantes nos testes retrospectivos e de um VaR mais elevado devido a dados mais voláteis no último ano. O aumento de 5,5 mil milhões de euros dos ativos ponderados pelo risco de crédito deveu-se principalmente a movimentos cambiais, a ajustamentos dos modelos impostos pelo BCE e a outras atualizações metodológicas, a impactos decorrentes das incertezas do mercado e ao crescimento do negócio nas atividades principais. Esta situação foi parcialmente compensada por reduções dos ativos ponderados pelo risco na unidade de libertação de capital e na gestão de ativos, bem como por um tratamento atualizado das exposições cobertas e dos investimentos de capital. A redução do RWA de risco operacional de 3,4 mil milhões de euros foi principalmente impulsionada por um desenvolvimento mais favorável do perfil de perdas internas do Deutsche Bank que alimentou o modelo de capital.

As tabelas que se seguem apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos ativos ponderados pelo risco observadas para o risco de crédito e para os ajustamentos da avaliação do crédito, bem como para o risco de mercado e risco operacional no período de relato. Além disso, as tabelas também mostram os movimentos correspondentes em requisitos de capital, derivados de RWA com um rácio de capital de 8%.

### Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2022		31 dez 2021	
	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital
<b>Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano</b>	<b>263.752</b>	<b>21.100</b>	<b>222.708</b>	<b>17.817</b>
Dimensão da carteira	(6.254)	(500)	4.719	378
Qualidade da carteira	(478)	(38)	(899)	(72)
Atualizações do modelo	(179)	(14)	(97)	(8)
Metodologia e política	8.244	659	30.172	2.414
Aquisições e alienações	0	0	131	10
Variações cambiais	5.320	426	6.431	514
Outros	(1.191)	(95)	587	47
<b>Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano</b>	<b>269.214</b>	<b>21.537</b>	<b>263.752</b>	<b>21.100</b>

Dos quais: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2022		31 dez 2021	
	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital
<b>Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano</b>	<b>24.780</b>	<b>1.982</b>	<b>23.814</b>	<b>1.905</b>
Dimensão da carteira	(1.734)	(139)	(4.527)	(362)
Qualidade da carteira	(41)	(3)	(422)	(34)
Atualizações do modelo	0	0	125	10
Metodologia e política	0	0	4.805	384
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	584	47	986	79
Outros	0	0	0	0
<b>Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano</b>	<b>23.589</b>	<b>1.887</b>	<b>24.780</b>	<b>1.982</b>

As classificações dos principais fatores para a tabela de evolução de risco de crédito de RWA estão em sintonia com as recomendações do grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force [EDTF]). As alterações orgânicas na dimensão e composição da carteira do Grupo são tidas em conta na categoria "Dimensão da carteira". A categoria "Qualidade da carteira" representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura e compensação de garantias colaterais. As "atualizações do modelo" incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, por exemplo a aplicação de regulamentos novos, são considerados na secção "Metodologia e política". "Aquisições e alienações" está reservada para apresentar movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

A aumento em RWA para risco de crédito de 2,1% ou 5,5 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2021 foi predominantemente motivado pelas categorias "metodologia e política", bem como movimentos cambiais. Isto é parcialmente compensado por alterações apresentadas nas categorias "dimensão da carteira", "outros", "qualidade da carteira" e "atualizações do modelo". A categoria "metodologia e política" reflete principalmente os impactos decorrentes da introdução das orientações da ABE, parcialmente compensados por um tratamento atualizado dos investimentos em ações. Estes aumentos foram parcialmente compensados por uma diminuição da categoria "dimensão da carteira", que reflete uma alteração na composição da carteira do Deutsche Bank, como efeito da gestão do balanço. A diminuição da categoria "qualidade da carteira" reflete um tratamento atualizado das posições em risco cobertas e os impactos das alterações de notação, parcialmente compensados por impactos decorrentes das incertezas do mercado e de um tratamento atualizado de certas garantias. Além disso, a diminuição da categoria "outros" reflete uma redução de RWA para ativos por impostos diferidos. Além disso, a redução na categoria "atualizações de modelos" deve-se a aperfeiçoamentos no modelo IRBA do Deutsche Bank.

A diminuição dos RWA relativos ao risco de crédito de contraparte em 4,8 %, ou 1,2 mil milhões de euros, desde 31 de dezembro de 2021, deve-se principalmente à diminuição da categoria "dimensão da carteira", devido a uma redução das atividades de negociação no âmbito da gestão do balanço, bem como a uma diminuição da categoria "qualidade da carteira", decorrente, em especial, dos impactos da alteração da notação. Este facto foi parcialmente compensado pelos movimentos cambiais ao longo do ano.

Com base no quadro regulamentar CRR/CRD, somos obrigados a calcular os RWA utilizando o CVA que tem em consideração a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivativos OTC. Calculamos a maioria do CVA com base no nosso próprio modelo interno, conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

em milhões de euros	31 dez 2022		31 dez 2021	
	RWA de CVA	Requisitos de capital	RWA de CVA	Requisitos de capital
<b>Saldo de RWA para CVA, início do exercício</b>	<b>6.327</b>	<b>506</b>	<b>8.392</b>	<b>671</b>
Variações dos níveis de risco	1.217	97	(450) <sup>1</sup>	(36)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(200)	(16)	(1.581)	(126)
Atualizações do modelo	(1.160)	(93)	0	0
Metodologia e política	0	0	0	0
Aquisições e alienações	0	0	(33)	(3) <sup>1</sup>
Variações cambiais	0	0	0	0
<b>Saldo de RWA para CVA, fim do exercício</b>	<b>6.184</b>	<b>495</b>	<b>6.327<sup>1</sup></b>	<b>506</b>

<sup>1</sup> Comparativos do ano (ou anos) anterior alinhados com a apresentação no ano em curso.

A evolução dos RWA para CVA é repartida por várias categorias: "Variações dos níveis de risco", que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; "Calibrações e alterações em dados de mercado", que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; "Atualizações do modelo", que se refere a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para os RWA para CVA; "Metodologia e política", que está relacionado com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam apresentadas na categoria com essa designação.

Em 31 de dezembro de 2022, os RWA para CVA ascendiam a 6,2 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 0,1 mil milhões de euros (-2%) em comparação com 31 de dezembro de 2021. A pequena diminuição é principalmente um efeito líquido de aperfeiçoamentos metodológicos que resultam numa diminuição no segundo trimestre, compensada por um aumento das atividades comerciais ao longo do ano.

#### Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

em milhões de euros						31 dez 2022	
	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total de RWA	Total de requisitos de capital	
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano</b>	<b>3.538</b>	<b>9.360</b>	<b>3.657</b>	<b>3.219</b>	<b>19.773</b>	<b>1.582</b>	
Variações dos níveis de risco	(175)	1.986	(17)	266	2.061	165	
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	2.651	(617)	0	(593)	1.441	115	
Atualizações/alterações do modelo	100	(650)	0	0	(550)	(44)	
Metodologia e política	1.299	2.142	0	0	3.441	275	
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0	
Variações cambiais	0	0	0	113	113	9	
Outros	0	0	0	0	0	0	
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano</b>	<b>7.413</b>	<b>12.221</b>	<b>3.639</b>	<b>2.857</b>	<b>26.131</b>	<b>2.091</b>	

em milhões de euros						31 dez 2021	
	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total de RWA	Total de requisitos de capital	
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano</b>	<b>12.109</b>	<b>6.983</b>	<b>7.005</b>	<b>2.799</b>	<b>28.897</b>	<b>2.312</b>	
Variações dos níveis de risco	(1.067)	537	(3.349)	28	(3.850)	(308)	
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(4.943)	0	0	334	(4.609)	(369)	
Atualizações/alterações do modelo	(2.196)	2.675	0	0	479	38	
Metodologia e política	(366)	(835)	0	0	(1.201)	(96)	
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0	
Variações cambiais	0	0	0	57	57	5	
Outros	0	0	0	0	0	0	
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano</b>	<b>3.538</b>	<b>9.360</b>	<b>3.657</b>	<b>3.219</b>	<b>19.773</b>	<b>1.582</b>	

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos modelos internos do banco para o valor em risco (VaR), valor em risco em situação de esforço (SVaR), requisitos de capital para riscos adicionais (IRC), bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão (MRSA), que está incluído na tabela sob a categoria "Outros". O MRSA é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado". As alterações dos nossos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria "Atualizações do modelo". Na categoria "Metodologia e política" refletimos alterações aos nossos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica "Aquisições e alienações". Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2022, os RWA para o risco de mercado eram de 26,1 mil milhões de euros, os quais diminuíram 6,4 mil milhões de euros (+32%) desde 31 de dezembro de 2021. O crescimento foi impulsionado pela categoria "Metodologia e política", na sequência de um aumento do multiplicador de capital devido a um aumento dos valores anómalos nos testes retrospectivos durante o ano; e pela categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado", com impacto no valor em risco devido à inclusão de uma maior volatilidade do mercado no período de um ano. Adicionalmente, o valor em risco em situação de esforço aumentou devido a uma alteração na janela de um ano utilizada no cálculo após a revisão regular da seleção do período de esforço.

### Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

em milhões de euros	31 dez 2022		31 dez 2021	
	RWA para risco operacional	Requisitos de capital	RWA para risco operacional	Requisitos de capital
<b>Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício</b>	<b>61.718</b>	<b>4.937</b>	<b>68.899</b>	<b>5.512</b>
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	(3.405)	(272)	(8.000)	(640)
Evolução da perda esperada	(166)	(13)	(113)	(9)
Componente prospetiva de risco	794	63	(278)	(22)
Atualizações do modelo	(669)	(54)	1.210	97
Metodologia e política	78	6	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
<b>Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício</b>	<b>58.349</b>	<b>4.668</b>	<b>61.718</b>	<b>4.937</b>

As alterações nos eventos de perda internos e externos estão refletidas na categoria "Alterações no perfil de perda". A categoria "Evolução da perda esperada" baseia-se nos planos de negócio das divisões e nas perdas históricas, bem como é deduzida do valor do capital AMA dentro de certos limites. A categoria "Componente prospetiva de risco" reflete o ajustamento qualitativo e, como tal, a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional através das métricas de apetência de NFR e da classificação de RCA, focando-se na conjuntura de negócios e fatores de controlo interno. A categoria "Atualizações do modelo" abrange aperfeiçoamentos do modelo, tais como a implementação de alterações de modelo. A categoria "Metodologia e política" representa alterações originadas por fatores externos, como, por exemplo, complementos regulamentares. A categoria "Aquisições e alienações" representa variações significativas de exposição que poderão facilmente ser atribuídas a negócios novos ou alienados.

A diminuição global de 3,4 mil milhões de euros dos RWA para o risco operacional deveu-se principalmente à menor frequência de perdas que alimenta o nosso modelo de capital.

Um pequeno aumento dedutível de perdas levou a uma diminuição dos RWA de 0,2 mil milhões de euros, enquanto a componente prospetiva foi afetada por pequenas alterações às pontuações de RCA ligeiramente mais fortes, resultando num aumento dos RWA de 0,8 mil milhões de euros.

A diminuição dos RWA de 0,7 mil milhões de euros resultante de atualizações de modelos foi impulsionada por duas alterações nos processos. A primeira incluía uma reflexão aperfeiçoada dos dados introduzidos na componente de risco prospetivo. A segunda alteração foi uma consequência do reforço da componente de análise de cenários no âmbito do processo de gestão de riscos do banco.

## Capital económico

### Adequação de capital económico

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank visa manter a viabilidade do banco continuamente. A adequação de capital interno é avaliada de uma perspetiva económica como o rácio da nossa oferta de capital económico dividido pela procura de capital económico conforme indicado na tabela abaixo.



## Total de oferta e procura de capital económico

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)

	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Componentes da oferta de capital económico</b>		
Capital próprio dos acionistas	61.959	58.027
Participações minoritárias <sup>1</sup>	897	858
Dedução de cupões AT1	(319)	(298)
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	790	42
Resultados pelo justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio	(190)	(56)
Ajustamentos de avaliação adicionais	(2.026)	(1.812)
Ativos intangíveis	(3.677)	(3.583)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias	(3.937)	(1.653)
Défice para perda esperada	(466)	(573)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(1.176)	(991)
Outros ajustamentos	(1.864)	(1.492)
<b>Oferta de capital económico</b>	<b>49.989</b>	<b>48.470</b>
<b>Componentes da procura de capital económico</b>		
Risco de crédito	11.802	11.725
Risco de mercado	6.355	7.920
Risco operacional	4.668	4.937
Risco estratégico	1.854	3.173
Vantagem de diversificação	(3.778)	(4.213)
<b>Total de procura de capital económico</b>	<b>20.900</b>	<b>23.542</b>
<b>Rácio de adequação de capital económico</b>	<b>239%</b>	<b>206%</b>

<sup>1</sup> Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária

O rácio de adequação de capital económico era de 239% em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 206% em 31 de dezembro de 2021. A melhoria no rácio deveu-se a uma diminuição na procura de capital económico, parcialmente compensada por um aumento na oferta de capital económico. A oferta de capital económico aumentou 1,5 mil milhões de euros em comparação com o final de 2021, principalmente devido ao aumento dos capitais próprios de 3,9 mil milhões de euros. O aumento dos capitais próprios deveu-se a um resultado líquido de 5,5 mil milhões de euros, que foi parcialmente compensado por perdas não realizadas mais elevadas, no valor de 1,3 mil milhões de euros, e por recompras de ações no valor de 0,3 mil milhões de euros. Este impacto positivo foi parcialmente compensado por uma dedução de capital mais elevada, no valor de 2,3 mil milhões de euros, relacionada com um ajustamento da avaliação dos ativos por impostos diferidos de acordo com as IFRS, excluindo diferenças temporárias. A diminuição na procura de capital económico é explicada na secção "Perfil de risco".

## Rácio de alavancagem

O Deutsche Bank administra o seu balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros, o Grupo favorece as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. O Grupo monitoriza e analisa a evolução do balanço e acompanha no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, o Grupo aciona o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo.

## Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD

O rácio de alavancagem não baseado no risco atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de "proteção" não baseada no risco.

Foi introduzido um requisito mínimo de rácio de alavancagem de 3%, a partir de 28 de junho de 2021. A partir de 1 de janeiro de 2023, será aplicado um requisito adicional de rácio de alavancagem de 50% da taxa de amortecedor G-SII aplicável. Este requisito adicional será de 0,75% para o Deutsche Bank.

O Deutsche Bank calcula a sua exposição de rácio de alavancagem em conformidade com os artigos 429.º a 429.º-G do CRR.

A exposição total ao rácio de alavancagem do Grupo inclui os derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando a versão modificada do método padrão para o risco de crédito da contraparte (SA-CCR), que compreende o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. O valor nominal efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nominal reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nominal efetivo de uma proteção de derivado de crédito comprada no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

O componente de SFT inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O componente de exposições no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados, SFT e compras e vendas regulares à espera de liquidação), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1. O valor da exposição das compras e vendas regulares que aguardam liquidação é determinado como compensação entre esses valores a receber e a pagar, em que as vendas e compras regulares relacionadas são ambas liquidadas numa base de entrega mediante pagamento.

As tabelas que se seguem apresentam a exposição de rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem. A tabela comum de divulgação do Rácio de alavancagem fornece o rácio de alavancagem numa base fully loaded e de fase com o Capital Tier 1 fully loaded e de fase, respetivamente, no numerador. Para mais informações sobre o capital Tier 1, consulte também a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

#### Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31 dez 2022	31 de dezembro de 2021 <sup>1</sup>
<b>Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas</b>	<b>1.337</b>	<b>1.324</b>
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	2	1
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(171)	(163)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	1	2
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	128	115
Outros ajustamentos	(57)	(154)
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem</b>	<b>1.240</b>	<b>1.125</b>

<sup>1</sup> Desde 1 de abril de 2022, o Deutsche Bank deixou de excluir determinadas posições em risco de bancos centrais (no montante de 99 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), com base no artigo 429.º-A, n.º 1, alínea n), do CRR e na Decisão 2021/1074 do BCE, uma vez que esta isenção temporária durante a pandemia de COVID-19 terminou em 31 de março de 2021; não aplicando a exclusão temporária de determinadas posições em risco de bancos centrais, a exposição de alavancagem era de 1223 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

#### Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022	31 de dezembro de 2021 <sup>1</sup>
Total de exposições a derivados	130	138
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	96	91
Total de exposições extrapatrimoniais	128	115
Outros ativos	897	791
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1	(11)	(9)
Rácio de capital Tier 1 (fully loaded) <sup>2</sup>	N/S	54,8
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem <sup>2</sup>	N/S	1.125
Rácio de alavancagem (fully loaded, em %) <sup>2</sup>	N/S	4,9
Capital Tier 1 (inicial)	56,6	55,4
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.240	1.125
Rácio de alavancagem (inicial, em %)	4,6	4,9

<sup>1</sup> Desde 1 de abril de 2022, o Deutsche Bank deixou de excluir determinadas posições em risco de bancos centrais (no montante de 99 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), com base no artigo 429.º-A, n.º 1, alínea n), do CRR, e na decisão 2021/1074 do BCE, uma vez que esta isenção temporária durante a pandemia de COVID-19 terminou em 31 de março de 2021; não aplicando a exclusão temporária de determinadas posições em risco de bancos centrais, a exposição de alavancagem era de 1223 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que corresponde a um rácio de alavancagem de 4,5%.

<sup>2</sup> A partir do primeiro trimestre de 2022, os números relativos à alavancagem são apresentados tal como reportados, uma vez que a definição de "fully loaded" foi eliminada por resultar apenas numa diferença imaterial; a informação comparativa para períodos anteriores baseia-se na anterior definição de "fully loaded" do Deutsche Bank

## Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2022

Desde 1 de abril de 2022, o Deutsche Bank já não exclui determinadas exposições do banco central da sua exposição ao risco de alavancagem. Esta isenção temporária durante a pandemia de COVID-19, que se baseou no artigo 429.º-A, n.º 1, alínea n), do CRR e na Decisão 2021/1074 do BCE, terminou em 31 de março de 2022. Consequentemente, também o rácio de alavancagem mínimo aplicável já não tem de ser aumentado, situando-se assim em 3,0%.

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso rácio de alavancagem era de 4,6% em comparação com 4,9% em 31 de dezembro de 2021. Isto tem em conta um capital Tier 1 de 56,6 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1240 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 (55,4 mil milhões de euros e 1,125 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, respetivamente). Não aplicando a exclusão temporária de certas exposições a bancos centrais, no montante total de 99 mil milhões de euros, a exposição a alavancagem era de 1223 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, o que corresponde a um rácio de alavancagem de 4,5%.

Sem considerar a exclusão temporária de determinados saldos de bancos centrais em 31 de dezembro de 2021, ao longo do ano de 2022, a exposição à alavancagem aumentou 17 mil milhões de euros, para 1240 mil milhões de euros, em grande parte devido às exposições à alavancagem fora do balanço, que aumentaram 13 mil milhões de euros, correspondendo a montantes nocionais mais elevados para compromissos de empréstimos irrevogáveis. A exposição ao efeito de alavanca das rubricas de ativos não relacionadas com derivados e SFT aumentou 8 mil milhões de euros. Tal reflete a evolução do balanço (para mais informações, consultar a secção "Movimentos nos ativos e passivos" do presente relatório): os empréstimos aumentaram 14 mil milhões de euros, a caixa e os saldos em bancos centrais/interbancos diminuíram 13 mil milhões de euros e os ativos de negociação não derivados diminuíram 7 mil milhões de euros. As liquidações pendentes diminuíram mil milhões de euros numa base líquida, alinhadas com a diminuição de mil milhões de euros numa base bruta. Os restantes ativos aumentaram 15 mil milhões de euros, em grande parte relacionados com títulos de dívida detidos para cobrança. Além disso, as rubricas relacionadas com SFT (títulos comprados com acordos de revenda, títulos emprestados e valores a receber de corretagem prime) aumentaram 6 mil milhões de euros, em linha com a evolução do balanço. Além disso, a exposição a alavancagem relacionada com derivados diminuiu 8 mil milhões de euros. A redução de 2 mil milhões de euros nos montantes de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1 reflete principalmente deduções de capital mais elevadas para ativos por impostos diferidos.

O aumento da exposição a alavancagem em 2022 incluiu um impacto cambial positivo de 22 mil milhões de euros, principalmente devido ao fortalecimento do dólar americano em relação ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento dos itens de exposição à alavancagem discutidos nesta secção.

Para os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

## Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis e Capacidade total de absorção de perdas

### Requisitos MREL

O requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) foi introduzido através do Regulamento da União Europeia, o qual estabeleceu regras homogêneas e um procedimento homogêneo para a resolução de instituições de crédito (Regulamento do mecanismo único de resolução, ou Regulamento MUR) e da diretiva da União Europeia que estabeleceu um quadro para a recuperação e resolução de instituições de crédito (Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias, ou BRRD), conforme implementadas na lei alemã pela Lei alemã de recuperação e resolução.

O nível de MREL atualmente requerido é determinado pelas autoridades de resolução competentes para cada banco supervisionado caso a caso, dependendo da respetiva estratégia de resolução preferencial. No caso do Deutsche Bank AG, o MREL é determinado pelo Conselho Único de Resolução. Embora não exista um nível mínimo estatutário de MREL, o MUR, o BRRD e um regulamento delegado definem os critérios que a autoridade de resolução tem de ter em consideração ao determinar o nível requerido de MREL. São fornecidas orientações através de uma política MREL publicada anualmente pelo CUR. Qualquer rácio MREL vinculativo determinado pelo CUR é comunicado ao Deutsche Bank através da Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha (BaFin).

O CUR reviu o requisito obrigatório do rácio de MREL do Deutsche Bank AG no último trimestre de 2021, aplicável imediatamente. Estes novos requisitos refletem pela primeira vez as alterações legais do pacote de reformas bancárias através de alterações ao MUR e ao BRRD apresentadas em junho de 2019 com a publicação do Regulamento (UE) 2019/877 e da Diretiva (UE) 2019/879. Como resultado, o requisito MREL e o requisito de MREL subordinado deixarão de ser expressos em percentagem de TLOF, mas como uma percentagem de RWA e LRE. O requisito do rácio de MREL numa base consolidada foi definido em 24,05% do RWA e 6,88% do LRE, dos quais 20,27% do RWA e 6,88% do LRE devem ser satisfeitos com fundos próprios e instrumentos subordinados.

Em resultado da sua revisão anual regular e com base numa avaliação extraordinária do impacto nos requisitos de MREL decorrentes do facto de o Banco Central Europeu ter terminado a sua medida de alívio temporário para excluir determinadas exposições a bancos centrais de LRE, o CUR atualizou os requisitos vinculativos do rácio de MREL do Deutsche Bank AG no segundo trimestre de 2022, com aplicação imediata. O requisito do rácio de MREL numa base consolidada é agora de 24,89% do RWA e 7,01% do LRE, dos quais 20,28% do RWA e 7,01% do LRE têm de ser satisfeitos com fundos próprios e instrumentos subordinados.

Os requisitos combinados de reservas de 4,57% em 31 de dezembro de 2022 devem ser cumpridos para além dos requisitos de MREL com base no RWA e do MREL subordinado.

### Requisitos TLAC

Desde 27 de junho de 2019, o Deutsche Bank, enquanto banco de importância sistémica global, também esteve sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC). O requisito de TLAC foi implementado através de alterações ao Regulamento de Requisitos de Capital e à Diretiva de Requisitos de Capital, fornecidos em junho de 2019 com a publicação do Regulamento (UE) 2019/876 e da Diretiva (UE) 2019/878.

Este requisito de TLAC baseia-se em denominadores baseados no risco e não baseados no risco e fixados no maior dos 16% dos RWA, mais os requisitos de reservas combinados e 6,00% do LRE para um período de transição até 31 de dezembro de 2021. Desde 1 de janeiro de 2022, o requisito é fixado no maior de 18% do RWA mais os requisitos de reservas combinadas e 6,75% do LRE.

### Desenvolvimento do rácio de MREL

Em 31 de dezembro de 2022, o MREL disponível era de 123,7 mil milhões de euros, o que corresponde a uma proporção de 34,35% do RWA. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de MREL de 17,6 mil milhões de euros acima dos requisitos MREL do Deutsche Bank de 106,1 mil milhões de euros (ou seja, 29,46% do RWA, incluindo o requisito de reservas combinadas). 115,9 mil milhões de euros do MREL do Deutsche Bank disponível eram fundos próprios e passivos subordinados, correspondendo a um rácio de subordinação de MREL de 32,20% do RWA, uma reserva de 26,4 mil milhões de euros acima do requisito de subordinação do Deutsche Bank de 89,5 mil milhões de euros (ou seja, 24,85% do RWA, incluindo requisitos de reservas combinadas). Em comparação com 31 de dezembro de 2021, os excedentes acima do requisito de MREL do Deutsche Bank e do requisito de MREL subordinado do Deutsche Bank aumentaram, principalmente devido ao aumento dos fundos próprios e dos passivos elegíveis. Este facto foi parcialmente compensado por aumentos nos requisitos de MREL do Deutsche Bank. Estes desenvolvimentos também tiveram impacto no rácio de TLAC do Deutsche

Bank. Tanto o excedente de MREL como o excedente de subordinação de MREL do Deutsche Bank em relação aos requisitos continuam a ser limitados pelos RWA.

## Desenvolvimento do rácio de TLAC

Em 31 de dezembro de 2022, o TLAC era de 115,9 mil milhões de euros e os rácios TLAC correspondentes eram de 32,20% do RWA e 9,34% do LRE. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de TLAC de 32,2 mil milhões de euros acima dos requisitos TLAC de 83,7 mil milhões de euros (ou seja, 6,75% do LRE).

### Divulgação do MREL e TLAC

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Elementos de capital regulamentar do TLAC/ MREL</b>		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	48.097	46.506
Instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	8.518	8.868
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL		
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos ao TLAC/MREL	9.531	7.358
Ajustamentos aos instrumentos de capital Tier 2 (T2) para TLAC/MREL	1.898	1.208
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	11.429	8.566
<b>Elementos do total do capital regulamentar do TLAC/MREL</b>	<b>68.045</b>	<b>63.941</b>
<b>Outros elementos do TLAC/MREL</b>		
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	47.862	45.153
Participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
<b>Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)</b>	<b>115.907</b>	<b>109.094</b>
Inclusão de participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
<b>Fundos próprios disponíveis e passivos elegíveis subordinados (MREL subordinado)</b>	<b>115.907</b>	<b>109.094</b>
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	4.552	5.759
Produtos estruturados preferenciais sénior	3.215	0
<b>Mínimo disponível de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)</b>	<b>123.674</b>	<b>114.853</b>
Ativos ponderados pelo risco ("Risk-weighted assets" - RWA)	360.003	351.629
Exposição a rácio de alavancagem (LRE)	1.240.483	1.124.667
<b>Rácio de TLAC</b>		
Rácio de TLAC (como percentagem do RWA)	32,20	31,03
Requisitos TLAC (como percentagem dos RWA)	22,57	20,53
Rácio de TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	9,34	9,70
Requisitos TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	6,75	6,00
Excedente do TLAC acima da exigência dos RWA	34.638	36.919
Excedente do TLAC acima da exigência dos LRE	32.174	41.614
<b>Subordinação de MREL</b>		
Rácio de subordinação de MREL (como percentagem do RWA)	32,20	31,03
Requisito de subordinação de MREL (como percentagem do RWA)	24,85	24,79
Excedente acima do requisito de subordinação de MREL	26.430	21.909
<b>Rácio de MREL</b>		
Rácio de MREL (como percentagem do RWA)	34,35	32,66
Requisitos MREL (como percentagem dos RWA)	29,46	28,58
Excedente de MREL acima do requisito	17.600	14.372

## Fundos próprios e passivo elegível

Para efeitos do cumprimento dos requisitos MREL e TLAC, o Deutsche Bank tem de garantir a manutenção de instrumentos de passivo elegíveis suficientes. Os instrumentos elegíveis para MREL e TLAC são os instrumentos de capital regulamentares (fundos próprios) e um passivo que cumpra determinados critérios, o qual é designado passivo elegível.

Os fundos próprios utilizados para MREL e TLAC incluem o montante total de instrumentos de capital Tier 2 com um prazo residual superior a 1 ano e inferior a 5 anos, os quais são refletidos no capital regulamentar apenas numa base pro-rata.

Os passivos elegíveis são passivos emitidos com base na entidade de resolução Deutsche Bank AG que cumprem os critérios de elegibilidade, os quais devem garantir que são estruturalmente adequados como capital de absorção de perdas. Como resultado, os passivos elegíveis excluem depósitos que se encontrem abrangidos por um sistema de proteção de depósitos de seguros ou que sejam preferenciais ao abrigo da legislação alemã de insolvência (por exemplo, depósitos de privados bem como de pequenas e médias empresas). Entre outros, os passivos garantidos e os passivos de derivados são também geralmente excluídos. Os instrumentos de dívida com características de derivados incorporadas podem ser incluídos em determinadas condições (por exemplo, um capital conhecido e fixo ou crescente). Além disso, os passivos elegíveis têm de ter um período de tempo restante até atingirem a maturidade de pelo menos um ano e têm de ser emitidos ao abrigo da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou têm de incluir uma cláusula de recapitalização nos respetivos termos contratuais, de modo a tornar a conversão efetiva. O CUR concedeu um período de transição para passivos emitidos ao abrigo da lei britânica em ou antes de 15 de novembro de 2018, que não incluem uma cláusula de recapitalização executória e efetiva, mas que ainda podem ser incluídos nos passivos elegíveis após o Brexit até 28 de junho de 2025.

Além disso, os passivos elegíveis têm de ser subordinados para serem contabilizados em relação ao TLAC e aos requisitos de subordinação de MREL. Com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, a Lei Bancária Alemã introduziu uma nova classe de títulos de dívida subordinada classificados como não preferenciais sénior abaixo dos restantes passivos sénior do banco (mas com primazia sobre os passivos subordinados contratualmente do banco, como os classificados como instrumentos Tier 2). No seguimento de um esforço de harmonização por parte da União Europeia, que resultou na implementação na Alemanha a 21 de julho de 2018, os bancos passaram a ser autorizados a decidir agora se a emissão específica de uma dívida sénior elegível é enquadrada na categoria não preferencial ou preferencial. Quaisquer instrumentos de dívida sénior não preferencial emitidos pelo Deutsche Bank AG ao abrigo das regras têm a mesma prioridade com os seus restantes instrumentos de dívidas em circulação que foram classificados como sénior não preferencial ao abrigo das regras anteriores. Todas estas emissões sénior não preferencial cumprem os critérios de subordinação TLAC e MREL.

## Exposição ao risco de crédito

O Deutsche Bank define a sua exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, tal como definido no "Quadro do risco de crédito".

### Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de crédito (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. O Grupo aplica margens de avaliação (haircuts) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelece limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

#### Exposição máxima ao risco de crédito

	31 dez 2022					
	Aumentos de crédito					
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito <sup>1</sup>	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito <sup>2</sup>	Total de aumentos de crédito
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>						
Caixa e saldos do banco central	178.897	178.897	-	0	-	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.199	7.199	-	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	11.479	11.479	700	10.771	-	11.471
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	-	0	-	0
Empréstimos	488.504	488.504	-	269.428	38.899	308.327
Outros ativos sujeitos a risco de crédito <sup>4,5</sup>	98.505	93.221	29.232	888	317	30.437
<b>Total de ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>	<b>784.584</b>	<b>779.300</b>	<b>29.933</b>	<b>281.087</b>	<b>39.216</b>	<b>350.236</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados<sup>6</sup></b>						
Ativos detidos para negociação	90.180	-	-	1.573	1.264	2.837
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.686	-	227.299	53.273	6	280.579
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	88.799	-	2.480	78.920	69	81.469
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	63.855	-	2.480	61.376	0	63.855
Títulos obtidos por empréstimo	17.414	-	-	17.300	0	17.300
Empréstimos	1.037	-	-	78	46	124
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	168	-	-	0	94	94
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>478.833</b>	<b>-</b>	<b>229.779</b>	<b>133.767</b>	<b>1.433</b>	<b>364.978</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI</b>						
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	2.156	2.156	-	1.732	0	1.732
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	-	0	0	0
Empréstimos	4.069	4.069	-	11	879	890
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI</b>	<b>31.675</b>	<b>31.675</b>	<b>-</b>	<b>2.622</b>	<b>879</b>	<b>3.500</b>
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito <sup>7</sup>	67.214	67.214	-	4.738	7.482	12.220
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito <sup>7</sup>	251.021	249.959	-	24.769	5.694	30.463
<b>Total de extrapatrimoniais</b>	<b>318.234</b>	<b>317.173</b>	<b>-</b>	<b>29.507</b>	<b>13.176</b>	<b>42.683</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>1.613.327</b>	<b>1.128.148</b>	<b>259.712</b>	<b>446.982</b>	<b>54.704</b>	<b>761.398</b>

<sup>1</sup> Não inclui crédito derivado nocional vendido (738.733 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido

<sup>2</sup> A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente  
<sup>3</sup> Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito  
<sup>4</sup> Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados  
<sup>5</sup> Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade  
<sup>6</sup> Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas  
<sup>7</sup> Os números são refletidos nos valores nominais

	31 dez 2021					
	Aumentos de crédito					
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito <sup>1</sup>	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito <sup>2</sup>	Total de aumentos de crédito
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>						
Caixa e saldos do banco central	192.025	192.025	-	0	-	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.345	7.345	-	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.370	8.370	-	8.070	-	8.070
Títulos obtidos por empréstimo	63	63	-	63	-	63
Empréstimos	476.077	476.077	-	247.109	33.353	280.462
Outros ativos sujeitos a risco de crédito <sup>4,5</sup>	83.314	79.361	30.639	709	206	31.555
<b>Total de ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>	<b>767.193</b>	<b>763.240</b>	<b>30.639</b>	<b>255.951</b>	<b>33.559</b>	<b>320.150</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados<sup>6</sup></b>						
Ativos detidos para negociação	97.080	-	-	2.217	1.091	3.308
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.732	-	238.411	41.692	37	280.140
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	87.873	-	2.176	75.960	187	78.324
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	59.931	-	2.176	57.755	0	59.931
Títulos obtidos por empréstimo	18.355	-	-	17.978	0	17.978
Empréstimos	895	-	-	190	187	378
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	140	-	-	0	82	82
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>484.825</b>	<b>-</b>	<b>240.587</b>	<b>119.869</b>	<b>1.398</b>	<b>361.854</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI</b>	<b>28.979</b>	<b>28.979</b>	<b>0</b>	<b>2.097<sup>8</sup></b>	<b>891</b>	<b>2.988</b>
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.231	1.231	-	1.186 <sup>8</sup>	0	1.186
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	-	0	0	0
Empréstimos	4.370	4.370	-	20 <sup>8</sup>	891	911
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI</b>	<b>28.979</b>	<b>28.979</b>	<b>-</b>	<b>2.097</b>	<b>891</b>	<b>2.988</b>
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito <sup>7</sup>	59.394	59.394	-	3.077	6.857	9.934
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito <sup>7</sup>	234.432 <sup>8</sup>	233.754 <sup>8</sup>	-	18.545	5.888	24.433
<b>Total de extrapatrimoniais</b>	<b>293.825</b>	<b>293.148</b>	<b>-</b>	<b>21.622</b>	<b>12.746</b>	<b>34.368</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>1.574.822</b>	<b>1.085.367</b>	<b>271.227</b>	<b>399.539</b>	<b>48.593</b>	<b>719.359</b>

<sup>1</sup> Não inclui crédito derivado nominal vendido (491.407 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nominal adquirido.

<sup>2</sup> A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente

<sup>3</sup> Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito

<sup>4</sup> Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados

<sup>5</sup> Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade

<sup>6</sup> Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas

<sup>7</sup> Os números são refletidos nos valores nominais

<sup>8</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

O aumento global da exposição máxima ao risco de crédito para 31 de dezembro de 2022 foi de 38,5 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento de 12,4 mil milhões de euros em empréstimos ao custo amortizado, 15,2 mil milhões de euros em outros ativos sujeitos a risco de crédito, 7,0 mil milhões de euros em recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos tomados a título de empréstimo em todas as categorias de medição aplicáveis e 24,4 mil milhões de euros em compromissos irrevogáveis e garantias financeiras. Estes aumentos foram parcialmente compensados por reduções de 13,3 mil milhões de euros na caixa e nos saldos de bancos centrais e interbancários e de 6,9 mil milhões de euros nos ativos de negociação.



Os ativos detidos para negociação incluíam, em 31 de dezembro de 2022, obrigações negociadas no valor de 80,2 mil milhões de euros (85,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), mais de 83% das quais com notação investment-grade (mais de 83% em 31 de dezembro de 2021).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos Estados Unidos. Adicionalmente, o Banco tem agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

## Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das principais categorias de exposição ao crédito do Deutsche Bank, designadamente, Empréstimos, Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis, Passivos contingentes, produtos do mercado de balcão (OTC), Títulos de dívida e Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- "Empréstimos" são créditos brutos conforme reportados no nosso balanço patrimonial ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de resultados e empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito. Isto inclui os "empréstimos negociados" comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos revogáveis e irrevogáveis.
- Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os "derivados OTC" são as exposições de crédito do banco decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que o Grupo tenha assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No balanço do banco são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em ambos os casos apenas aplicando garantias em numerário recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS.
- Os "títulos de dívida" incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, tal como reportado no nosso balanço no âmbito das categorias de contabilidade pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, e inclui também a categoria pelo justo valor através dos resultados. Isto inclui as "obrigações negociadas", que consistem em obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de revenda, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas, aplicando apenas as garantias recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a principal exposição ao crédito do Grupo: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber e posições de titularização tradicionais.

Salvo indicação em contrário, as tabelas abaixo refletem a exposição ao crédito antes da consideração das garantias e da atenuação do risco ou das melhorias estruturais, exceto no que se refere aos derivados OTC, em que são pós-reforços de crédito

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

								31 dez 2022		
								Empréstimos	Fora do balanço	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados <sup>4</sup>			
Corporate Bank	121.543	497	312	3.797	155.299	61.134	72			
Investment Bank	103.072	7.198	883	272	51.299	3.515	24.353			
Private Bank	264.893	7	7	0	43.737	2.503	388			
Asset Management	23	0	0	0	92	9	0			
Capital Release Unit	1.753	253	3	0	39	25	3.767			
Corporate & Other	(2.781) <sup>8</sup>	0	0	0	555	27	387			
<b>Total</b>	<b>488.504</b>	<b>7.955</b>	<b>1.205</b>	<b>4.069</b>	<b>251.021</b>	<b>67.214</b>	<b>28.967</b>			

								31 dez 2022		
								Títulos de dívida	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>	Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado <sup>5</sup>	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	Total			
Corporate Bank	617	12	0	1.042	0	0	344.326			
Investment Bank	4.800	82.947	1.606	10.437	74.662	0	365.044			
Private Bank	804	3	2	0	0	0	312.345			
Asset Management	0	3.728	80	0	0	0	3.932			
Capital Release Unit	0	141	0	0	103	0	6.083			
Corporate & Other	19.375	1.193	23.763	0	6.504	2.156	51.180			
<b>Total</b>	<b>25.596</b>	<b>88.025</b>	<b>25.450</b>	<b>11.479</b>	<b>81.270</b>	<b>2.156</b>	<b>1.082.910</b>			

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 12,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 54,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 327,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

<sup>8</sup> O saldo negativo dos empréstimos a empresas e outros negócios ao custo amortizado deve-se ao programa de contabilidade de cobertura da carteira, principalmente relacionado com a atividade hipotecária do Private Bank

								31 dez 2021		
								Empréstimos	Fora do balanço	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados <sup>4</sup>			
Corporate Bank	122.310	255	311	4.169	143.244 <sup>8</sup>	55.560	190			
Investment Bank	92.966	8.590	702	202	50.768	1.764	17.415			
Private Bank	254.439	0	7	0	39.660	1.883	524			
Asset Management	23	0	1	0	110	9	0			
Capital Release Unit	2.222	344	15	0	41	31	5.813			
Corporate & Other	4.117	0	0	0	608	146	203			
<b>Total</b>	<b>476.077</b>	<b>9.189</b>	<b>1.035</b>	<b>4.370</b>	<b>234.432</b>	<b>59.394</b>	<b>24.146</b>			

								31 dez 2021		
								Títulos de dívida	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>	Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado <sup>5</sup>	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	Total			
Corporate Bank	839	15	0	862	0	0	327.754			
Investment Bank	3.332	88.692	1.045	6.692	74.441	0	346.608			
Private Bank	525	1	2	0	0	0	297.041			
Asset Management	0	3.582	154	0	0	0	3.879			
Capital Release Unit	0	625	0	0	3.397	0	12.489			
Corporate & Other	10.154	2.452	22.177	879	448	1.231	42.415			
<b>Total</b>	<b>14.849</b>	<b>95.367</b>	<b>23.377</b>	<b>8.433</b>	<b>78.286</b>	<b>1.231</b>	<b>1.030.186</b>			

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 12,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 28,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 368,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

<sup>8</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

A principal exposição total ao crédito do Deutsche Bank aumentou 52,7 mil milhões de euros face ao ano anterior.

- Em termos de divisões de negócio, o total das principais posições em risco de crédito aumentou 18,4 mil milhões de euros no Investment Bank, 16,6 mil milhões de euros no Corporate Bank, 15,3 mil milhões de euros no Private Bank e 8,8 mil milhões de euros no segmento Corporate & Other, parcialmente compensado pela diminuição de 6,4 mil milhões de euros na Capital Release Unit. A divisão de negócio Corporate & Other inclui principalmente exposições em Tesouraria.
- Do ponto de vista dos produtos, foram observados aumentos das posições em risco para todos os produtos incluídos nas principais posições em risco de crédito por setores de atividade.

### Principais categorias de exposição ao crédito por setor

Os quadros abaixo fornecem uma visão geral da exposição ao crédito do banco por setor, com base no código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores e não tem de ser congruente com uma visão interna baseada no risco aplicada noutros pontos do presente relatório.

em milhões de euros	31 dez 2022						
	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
	pelo custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados <sup>4</sup>
Agricultura, exploração florestal e pesca	524	2	0	0	275	17	2
Indústria mineira e de extração de minérios	2.392	248	40	0	5.636	2.644	41
Indústria	30.534	380	7	1.431	58.584	13.053	1.863
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.893	107	75	28	6.479	3.779	145
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	725	0	0	0	457	158	245
Construção	4.239	233	0	21	3.198	2.927	75
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	21.535	224	39	806	16.947	6.795	570
Transporte e armazenamento	5.547	409	22	90	6.254	1.061	170
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.965	7	0	0	1.137	110	14
Informação e comunicação	7.002	489	62	231	14.567	3.317	960
Atividades financeiras e de seguros <sup>8</sup>	116.558	3.186	620	969	74.787	28.173	22.881
Atividades imobiliárias <sup>9</sup>	47.973	1.556	101	41	7.251	192	452
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.013	124	0	0	5.070	2.309	108
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.470	199	192	62	5.101	1.062	413
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	5.287	552	10	128	6.767	60	398
Educação	249	0	0	0	125	53	169
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.523	31	0	0	1.898	146	36
Artes, entretenimento e atividades de lazer	1.128	1	0	50	1.507	106	83
Outras atividades de serviços	4.152	206	39	210	4.037	793	68
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	214.795	0	0	1	30.943	455	189
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	0	0	0	0	2	85
<b>Total</b>	<b>488.504</b>	<b>7.955</b>	<b>1.205</b>	<b>4.069</b>	<b>251.021</b>	<b>67.214</b>	<b>28.967</b>

							31 dez 2022
	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>			Total
	em milhões de euros	pelos custos amortizados <sup>5</sup>	pelos justos valores através de resultados	pelos justos valores através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelos justos valores através de resultados	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	8	0	0	0	0	828
Indústria mineira e de extração de minérios	34	362	2	0	0	0	11.398
Indústria	64	983	41	0	0	0	106.939
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	78	732	35	1.515	0	0	17.867
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	0	23	0	0	0	0	1.609
Construção	29	621	1	0	0	0	11.344
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	0	357	2	0	0	0	47.275
Transporte e armazenamento	117	537	14	0	0	0	14.220
Atividades de serviços de alojamento e restauração	0	26	0	0	0	0	3.259
Informação e comunicação	108	579	2	0	0	0	27.317
Atividades financeiras e de seguros <sup>8</sup>	4.669	18.440	4.421	9.965	75.497	2.156	362.322
Atividades imobiliárias <sup>9</sup>	405	1.703	548	0	0	0	60.222
Atividades profissionais, científicas e técnicas	27	206	115	0	0	0	14.973
Atividades de serviços administrativos e de apoio	39	268	5	0	0	0	14.811
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	19.782	59.291	19.991	0	5.768	0	118.034
Educação	0	113	17	0	0	0	727
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	88	49	12	0	0	0	6.783
Artes, entretenimento e atividades de lazer	0	125	0	0	0	0	3.001
Outras atividades de serviços	115	2.636	18	0	4	0	12.277
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	246.383
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	40	964	229	0	0	0	1.322
<b>Total</b>	<b>25.596</b>	<b>88.025</b>	<b>25.450</b>	<b>11.479</b>	<b>81.270</b>	<b>2.156</b>	<b>1.082.910</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 12,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 54,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 327,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

<sup>8</sup> Inclui a exposição a empresas, incluindo holdings, no valor de 85 mil milhões de euros, títulos garantidos por ativos no valor de 43 mil milhões de euros, bancos no valor de 54 mil milhões de euros, seguros no valor de 15 mil milhões de euros, intermediários financeiros no valor de 22 mil milhões de euros e setor público no valor de 13 mil milhões de euros, todos com base na classificação interna dos clientes

<sup>9</sup> A carteira de imóveis comerciais sem recurso é de 33 mil milhões de euros

								31 dez 2021		
								Empréstimos	Fora do balanço	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados <sup>4</sup>			
Agricultura, exploração florestal e pesca	645	2	0	0	593	36	3			
Indústria mineira e de extração de minérios	2.783	190	0	33	5.220	1.893	32			
Indústria	35.404	348	26	1.042	51.706	11.612	5.034			
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.548	226	46	0	5.068	2.807	360			
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	681	0	0	0	484	175	67			
Construção	4.374	234	2	40	2.939	2.714	256			
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	21.285	196	34	930	16.368	7.135	298			
Transporte e armazenamento	5.330	334	87	316	5.729	947	515			
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.259	5	0	8	1.308	136	7			
Informação e comunicação	6.363	286	80	658	13.837	2.896	924			
Atividades financeiras e de seguros <sup>9</sup>	106.343	3.219	578	1.099	68.414 <sup>10</sup>	24.361	13.369			
Atividades imobiliárias <sup>9</sup>	40.629	2.478	30	83	6.486	208	822			
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.959	63	0	0	5.245	2.147	85			
Atividades de serviços administrativos e de apoio	9.759	472	71	22	5.114	816	496			
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	6.183	757	12	124	6.519 <sup>10</sup>	105	1.037			
Educação	225	0	0	0	132	56	255			
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.869	111	25	0	1.646	141	157			
Artes, entretenimento e atividades de lazer	1.062	6	0	0	1.899	88	56			
Outras atividades de serviços	4.941	262	44	14	4.790	810	91			
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	212.434	0	0	1	30.934	311	253			
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	0	0	0	0	2	31			
<b>Total</b>	<b>476.077</b>	<b>9.189</b>	<b>1.035</b>	<b>4.370</b>	<b>234.432</b>	<b>59.394</b>	<b>24.146</b>			

							31 dez 2021
	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>			Total
	em milhões de euros	pelos custos amortizados <sup>5</sup>	pelos justos valores através de resultados	pelos justos valores através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelos justos valores através de resultados	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	12	0	0	0	0	1.291
Indústria mineira e de extração de minérios	4	371	2	0	0	0	10.529
Indústria	4	1.746	37	0	0	0	106.960
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	15	601	1	0	0	0	13.669
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	0	22	0	0	0	0	1.429
Construção	60	456	10	0	0	0	11.086
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	6	335	2	0	0	0	46.589
Transporte e armazenamento	306	888	1	0	0	0	14.452
Atividades de serviços de alojamento e restauração	0	91	0	0	0	0	3.814
Informação e comunicação	78	1.007	9	0	0	0	26.137
Atividades financeiras e de seguros <sup>8</sup>	3.542	18.588	4.511	8.428	76.317	1.231	330.001
Atividades imobiliárias <sup>9</sup>	381	2.405	129	0	0	0	53.650
Atividades profissionais, científicas e técnicas	28	176	157	0	0	0	14.860
Atividades de serviços administrativos e de apoio	27	323	3	0	0	0	17.103
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	10.185	63.108	18.216	0	1.957	0	108.203
Educação	0	275	0	0	0	0	942
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	0	468	0	0	0	0	6.417
Artes, entretenimento e atividades de lazer	0	131	0	0	0	0	3.241
Outras atividades de serviços	174	2.693	14	5	12	0	13.849
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	243.933
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	40	1.671	287	0	0	0	2.032
<b>Total</b>	<b>14.849</b>	<b>95.367</b>	<b>23.377</b>	<b>8.433</b>	<b>78.286</b>	<b>1.231</b>	<b>1.030.186</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 12,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 28,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 368,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

<sup>8</sup> Inclui a exposição a empresas, incluindo holdings, no valor de 79 mil milhões de euros, títulos garantidos por ativos no valor de 37 mil milhões de euros, bancos no valor de 49 mil milhões de euros, seguros no valor de 11 mil milhões de euros, intermediários financeiros no valor de 23 mil milhões de euros e setor público no valor de 11 mil milhões de euros, todos com base na classificação interna dos clientes

<sup>9</sup> A carteira "principal" de imóveis comerciais sem recurso é de 31 mil milhões de euros

<sup>10</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos "Princípios de gestão do risco de crédito" do banco, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos/classe de ativos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de vender ou distribuir parte do risco a terceiros, estão sujeitas a revisão e aprovação por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (dependendo da dimensão) por um comité de subscrição e/ou pelo Conselho de Administração. Coloca-se grande ênfase na estruturação e na definição de preços dessas transações, de modo a que a redução do risco possa ser alcançada em tempo real e – nos casos em que o Deutsche Bank assume o risco de preço de mercado – para atenuar esse risco de mercado.

A exposição a empréstimos de custo amortizado do Grupo dentro das categorias acima é principalmente para mutuários de boa qualidade. Além disso, com o foco no Corporate Bank e no Investment Bank, a exposição a empréstimos está sujeita a uma maior redução do risco do banco, por exemplo através da unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas.

A exposição do Deutsche Bank a empréstimos familiares está principalmente associada às carteiras do Private Bank.

A exposição a empréstimos de custo amortizado do banco de 48,0 mil milhões de euros para atividades imobiliárias acima baseia-se na classificação do código NACE. A carteira de empréstimos para imóveis comerciais ("CRE"), no valor de 33 mil milhões de euros, incluída na carteira de empréstimos do banco, é composta por empréstimos CRE sem recurso nas principais unidades de negócio CRE do Investment Bank e do Corporate Bank.

Os créditos imobiliários comerciais do Grupo, sobretudo com origem nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. O Deutsche Bank origina empréstimos a taxa fixa e variável e adquire seletivamente (geralmente com desconto substancial) empréstimos sub/não rentáveis vendidos por instituições financeiras. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. Orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que os rácios LTV geralmente inferiores a 75% se mantenham alinhados com a origem do empréstimo. Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos por uma equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados. O Deutsche Bank origina empréstimos para distribuição no mercado bancário ou através de titularização. Neste contexto, o Deutsche Bank retém frequentemente uma parte dos empréstimos em consórcio, enquanto as posições titularizadas podem ser inteiramente vendidas (exceto quando a regulamentação exige a retenção do risco económico). As exposições intermédias (mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior só são retidas em casos excecionais. O banco também participa em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de operações imobiliárias.

As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e eventos idiossincráticos que afetem as propriedades subjacentes. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A exposição ao crédito do Grupo relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 11% da exposição total de crédito agregado do banco nestas categorias em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 8% em 31 de dezembro de 2021. As dez principais exposições a contraparte eram contrapartes com boa notação ou transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A exposição do Deutsche Bank a atividades financeiras e de seguros é de 362,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, o que também inclui exposições a títulos garantidos por ativos, bancos, seguros, intermediários financeiros, setor público, bem como a empresas, incluindo sociedades gestoras de participações sociais. As exposições são geridas através de quadros de gestão de risco personalizados, de aprovações de transações comerciais e de métricas relevantes de apetência pelo risco. Os empréstimos totais em todas as categorias de medição aplicáveis ascendeu a 121,3 mil milhões de euros, o total de operações de recompra e tipo recompra em todas as categorias de medição aplicáveis ascendeu a 87,6 mil milhões de euros e as atividades extrapatrimoniais ascenderam a 103,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, e estavam principalmente associados a carteiras do Investment Bank e do Corporate Bank, que eram maioritariamente detidas na América do Norte e na Europa.



Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

								31 dez 2022		
								Empréstimos	Fora do balanço	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados <sup>4</sup>			
<b>Europa</b>	338.920	2.647	724	1.708	142.035	41.773	19.293			
Dos quais:										
Alemanha	234.705	444	42	462	80.857	16.364	4.872			
Reino Unido	7.937	184	229	329	9.759	4.067	6.673			
França	3.696	99	75	70	7.264	2.095	1.364			
Luxemburgo	15.472	400	67	124	7.525	747	855			
Itália	24.578	145	8	25	3.709	5.354	291			
Países Baixos	9.009	165	45	200	8.279	2.519	1.404			
Espanha	17.429	326	8	107	3.460	4.037	503			
Irlanda	5.234	125	234	129	3.234	266	565			
Suíça	6.772	32	0	117	7.277	2.897	294			
Polónia	2.324	0	0	26	758	190	7			
Bélgica	1.532	12	0	77	1.730	571	193			
Federação Russa <sup>8</sup>	537	18	0	41	75	64	0			
Ucrânia <sup>8</sup>	44	270 <sup>9</sup>	0	0	3	5	0			
Outros Europa <sup>8</sup>	9.650	428	16	0	8.105	2.598	2.274			
<b>América do Norte</b>	101.736	2.998	350	1.687	98.137	11.766	5.542			
Dos quais:										
EUA	87.794	2.713	290	1.520	92.551	10.585	4.485			
Ilhas Caimão	5.202	103	4	23	2.026	445	419			
Canadá	1.919	78	2	118	1.884	463	372			
Outros países da América do Norte	6.821	104	54	25	1.676	274	266			
<b>Ásia e Pacífico</b>	39.502	1.517	109	602	9.268	12.507	3.910			
Dos quais:										
Japão	1.349	120	46	22	589	487	374			
Austrália	2.964	196	0	0	2.478	769	259			
Índia	7.861	27	3	23	1.154	3.408	179			
China	4.189	3	12	3	407	1.583	591			
Singapura	5.402	390	22	164	1.408	1.258	277			
Hong Kong	2.525	84	0	40	695	846	357			
Outros países da Ásia e Pacífico	15.213	698	25	351	2.537	4.154	1.873			
<b>Outras áreas geográficas</b>	8.346	793	22	72	1.580	1.168	222			
<b>Total</b>	<b>488.504</b>	<b>7.955</b>	<b>1.205</b>	<b>4.069</b>	<b>251.021</b>	<b>67.214</b>	<b>28.967</b>			

							31 dez 2022	
			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>					
		Títulos de dívida						Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado <sup>5</sup>	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI		
<b>Europa</b>	10.218	40.948	7.321	4.912	26.494	418	637.411	
Dos quais:								
Alemanha	701	7.968	672	1.795	3.035	12	351.927	
Reino Unido	1.212	8.399	708	585	8.519	0	48.598	
França	0	6.161	870	6	7.337	0	29.038	
Luxemburgo	0	1.816	702	0	549	0	28.257	
Itália	4.868	3.570	953	200	480	0	44.180	
Países Baixos	0	2.057	24	177	212	0	24.091	
Espanha	1.486	3.390	1	1.485	24	0	32.256	
Irlanda	1.270	1.543	4	0	1.346	0	13.948	
Suíça	0	491	2	0	215	0	18.096	
Polónia	0	113	2.944	0	149	0	6.511	
Bélgica	40	2.271	342	0	1	0	6.769	
Federação Russa <sup>8</sup>	0	15	0	0	0	0	750	
Ucrânia <sup>9</sup>	0	17	0	0	0	0	339	
Outros Europa <sup>8</sup>	643	3.139	99	664	4.628	406	32.651	
<b>América do Norte</b>	12.359	24.416	14.616	4.365	43.893	0	321.863	
Dos quais:								
EUA	12.340	23.644	14.359	976	21.484	0	272.741	
Ilhas Caimão	0	276	0	3.389	17.904	0	29.790	
Canadá	0	350	180	0	4.494	0	9.859	
Outros países da América do Norte	19	146	77	0	11	0	9.473	
<b>Ásia e Pacífico</b>	2.878	19.347	3.344	2.126	10.652	1.301	107.063	
Dos quais:								
Japão	25	2.759	481	284	6.374	0	12.909	
Austrália	1.989	1.328	315	0	946	0	11.243	
Índia	481	4.856	49	0	6	1.012	19.058	
China	0	1.384	209	0	292	0	8.675	
Singapura	0	847	159	0	210	0	10.136	
Hong Kong	186	559	254	0	64	0	5.611	
Outros países da Ásia e Pacífico	196	7.613	1.877	1.842	2.761	290	39.430	
<b>Outras áreas geográficas</b>	141	3.314	170	77	232	437	16.573	
<b>Total</b>	<b>25.596</b>	<b>88.025</b>	<b>25.450</b>	<b>11.479</b>	<b>81.270</b>	<b>2.156</b>	<b>1.082.910</b>	

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 12,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 54,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 327,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

<sup>8</sup> Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia

<sup>9</sup> Exposição a empréstimos de negociação na Ucrânia motivados por financiamento, materialmente garantidos por um banco de desenvolvimento supranacional. A exposição líquida considerando uma estrutura mais ampla de mitigação do risco é demónima

31 dez 2021							
	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
em milhões de euros	pelos custos amortizados <sup>1</sup>	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelos justos valores através do OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados <sup>4</sup>
<b>Europa</b>	341.429	3.411	702	1.365	136.446	35.814	13.525
Dos quais:							
Alemanha	235.389	407	20	173	79.787 <sup>10</sup>	14.388	1.535
Reino Unido	6.331	529	243	297	8.851	2.796	4.480
França	3.581	59	2	55	6.840	2.179	925
Luxemburgo	14.195	517	82	53	7.743 <sup>10</sup>	713	646
Itália	24.316	227	9	0	3.484	4.510	398
Países Baixos	9.383	137	102	384	8.391	2.237	1.226
Espanha	16.283	246	0	43	3.215	3.464	668
Irlanda	4.652	262	234	72	2.687	210	549
Suíça	13.083	34	0	110	6.156	2.710	145
Polónia	2.293	0	0	16	401	116	14
Bélgica	1.426	5	0	76	1.724	578	212
Federação Russa <sup>8</sup>	806	54	0	51	629	209	27
Ucrânia <sup>8</sup>	109	441 <sup>9</sup>	0	0	3	22	0
Outros Europa <sup>8 11</sup>	9.583	492	10	37	6.535	1.683	2.700
<b>América do Norte</b>	87.628	3.904	132	2.060	87.422	9.411	7.853
Dos quais:							
EUA	73.007	3.156	91	1.836	83.050 <sup>10</sup>	8.685	6.839
Ilhas Caimão	5.709	157	3	0	1.555	80	396
Canadá	935	291	0	200	1.977	419	218
Outros países da América do Norte	7.976	301	37	24	839	227	401
<b>Ásia e Pacífico</b>	40.093	944	185	874	9.151	12.786	2.605
Dos quais:							
Japão	1.921	62	108	48	608	519	656
Austrália	2.112	264	25	0	2.248	532	257
Índia	7.948	4	6	18	920	3.440	95
China	5.606	9	0	42	480	1.913	554
Singapura	5.750	127	23	135	1.157	1.566	157
Hong Kong	3.146	89	0	51	1.258	752	181
Outros países da Ásia e Pacífico	13.610	390	23	581	2.480	4.064	706
<b>Outras áreas geográficas</b>	6.926	931	16	71	1.414	1.383	163
<b>Total</b>	<b>476.077</b>	<b>9.189</b>	<b>1.035</b>	<b>4.370</b>	<b>234.432</b>	<b>59.394</b>	<b>24.146</b>

							31 dez 2021
			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>				Total
		Títulos de dívida					
em milhões de euros	ao custo amortizado <sup>5</sup>	pelos justos valores através de resultados	pelos justos valores através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado	pelos justos valores através de resultados	pelos justos valores através de OCI	
<b>Europa</b>	<b>3.464</b>	<b>45.063</b>	<b>7.578</b>	<b>2.745</b>	<b>32.525</b>	<b>484</b>	<b>624.550</b>
Dos quais:							
Alemanha	548	7.152	932	274	3.301	32	343.936
Reino Unido	951	8.604	1.151	571	8.824	0	43.628
França	0	6.482	1.411	5	12.910	0	34.448
Luxemburgo	57	2.471	497	0	971	0	27.944
Itália	314	3.655	315	85	729	0	38.042
Países Baixos	212	2.157	51	29	38	0	24.347
Espanha	74	7.193	199	1.126	500	0	33.012
Irlanda	1.143	1.264	3	2	3.158	0	14.237
Suíça	3	583	4	0	140	0	22.968
Polónia	0	73	1.870	0	76	0	4.859
Bélgica	33	1.932	805	0	7	0	6.798
Federação Russa <sup>8</sup>	0	14	36	0	0	0	1.826
Ucrânia <sup>9</sup>	0	2	29	0	0	0	606
Outros Europa <sup>8 11</sup>	130	3.481	274	653	1.870	452	27.900
<b>América do Norte</b>	<b>8.618</b>	<b>26.899</b>	<b>10.363</b>	<b>2.551</b>	<b>38.688</b>	<b>0</b>	<b>285.528</b>
Dos quais:							
EUA	8.600	25.959	10.059	517	26.173	0	247.972
Ilhas Caimão	0	238	0	2.034	11.679	0	21.851
Canadá	0	476	235	0	834	0	5.586
Outros países da América do Norte	18	225	69	0	3	0	10.119
<b>Ásia e Pacífico</b>	<b>2.718</b>	<b>21.369</b>	<b>5.053</b>	<b>2.868</b>	<b>7.000</b>	<b>508</b>	<b>106.154</b>
Dos quais:							
Japão	25	2.951	556	0	3.672	0	11.127
Austrália	1.597	1.726	510	0	515	0	9.787
Índia	617	5.067	944	0	253	360	19.670
China	16	1.576	560	0	594	0	11.349
Singapura	9	860	246	0	107	0	10.136
Hong Kong	213	742	246	0	184	0	6.861
Outros países da Ásia e Pacífico	242	8.447	1.990	2.868	1.675	147	37.224
<b>Outras áreas geográficas</b>	<b>49</b>	<b>2.037</b>	<b>384</b>	<b>268</b>	<b>72</b>	<b>240</b>	<b>13.954</b>
<b>Total</b>	<b>14.849</b>	<b>95.367</b>	<b>23.377</b>	<b>8.433</b>	<b>78.286</b>	<b>1.231</b>	<b>1.030.186</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 12,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

<sup>2</sup> Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 28,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 368,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 15,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

<sup>8</sup> Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia

<sup>9</sup> Exposição a empréstimos de negociação na Ucrânia motivados por financiamento, materialmente garantidos por um banco de desenvolvimento supranacional. A exposição líquida considerando uma estrutura mais ampla de mitigação do risco é demónima

<sup>10</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

<sup>11</sup> Outros Europa inclui a Bielorrússia, com uma exposição total de menos de 2 milhões de euros

As tabelas acima apresentam uma visão geral da exposição de crédito do Deutsche Bank por região geográfica, alocada com base no país de domicílio da contraparte. O ponto de vista do domicílio acima mencionado não tem de ser congruente com uma visão interna baseada no risco aplicada noutro ponto do presente relatório

Em termos regionais, as maiores concentrações de risco de crédito do Grupo no âmbito dos empréstimos situam-se no seu mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do negócio de financiamento hipotecário e crédito à habitação.

No âmbito dos derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte.

## Classificação da exposição ao crédito

O Deutsche Bank também classifica a sua exposição ao crédito ao longo das divisões de negócio, o que está em linha com os mandatos do Diretor de Risco alinhados em termos de divisão. A secção abaixo apresenta a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank em conjunto. A secção seguinte fornece a exposição ao crédito para o Private Bank.

## Exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank

As tabelas seguintes apresentam a principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Consulte a secção "Medição do risco de crédito" para mais informações sobre as notações internas do banco.

### Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores brutos

		31 dez 2022						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>1</sup>	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	ao justo valor através dos resultados <sup>2</sup>
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	22.753	179	128	137	32.252	6.145	8.138
iA	> 0,04 ≤ 0,11	43.603	344	282	1.481	56.873	28.877	9.535
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	58.909	974	249	1.476	64.674	17.103	4.040
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	59.719	2.446	143	744	30.618	7.168	2.179
iB	> 2,27 ≤ 10,22	30.926	2.196	101	141	19.330	3.589	478
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	8.706	1.555	291	89	2.851	1.767	55
<b>Total</b>		<b>224.616</b>	<b>7.694</b>	<b>1.195</b>	<b>4.069</b>	<b>206.598</b>	<b>64.649</b>	<b>24.425</b>

		31 dez 2022						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>1</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.565	45.619	150	1.110	33.990	–	152.166
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.850	10.753	217	3.366	14.134	–	171.315
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	661	11.597	75	2.884	9.435	–	172.078
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	664	12.999	727	2.714	16.825	–	136.946
iB	> 2,27 ≤ 10,22	347	1.502	421	1.404	279	–	60.714
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	331	489	15	0	0	–	16.150
<b>Total</b>		<b>5.417</b>	<b>82.960</b>	<b>1.606</b>	<b>11.479</b>	<b>74.662</b>	<b>–</b>	<b>709.370</b>

<sup>1</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

<sup>2</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis

### Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores líquidos

		31 de dezembro de 2022 <sup>1</sup>						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>2</sup>	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através de resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	12.790	179	100	24	31.486	4.128	3.414
iA	> 0,04 ≤ 0,11	32.026	87	282	1.354	55.080	26.877	7.069
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	29.648	592	134	1.020	60.166	13.600	2.779
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	24.889	1.479	101	538	27.922	5.724	1.831
iB	> 2,27 ≤ 10,22	9.078	1.553	51	132	17.751	2.262	424
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.025	1.047	123	89	2.765	984	49
<b>Total</b>		<b>112.456</b>	<b>4.936</b>	<b>791</b>	<b>3.157</b>	<b>195.169</b>	<b>53.576</b>	<b>15.565</b>

31 de dezembro de 2022<sup>1</sup>

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
		Probabilidade de incumprimento em % <sup>2</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	
Banda de notação total								
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.565	45.619	150	11	0	–	99.465
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.850	10.753	217	180	47	–	135.823
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	661	11.263	75	0	174	–	120.113
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	391	12.687	202	171	1.909	–	77.845
iB	> 2,27 ≤ 10,22	143	922	368	0	0	–	32.682
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	120	394	15	0	0	–	9.611
<b>Total</b>		<b>4.730</b>	<b>81.638</b>	<b>1.028</b>	<b>362</b>	<b>2.130</b>	<b>–</b>	<b>475.538</b>

<sup>1</sup> Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS

<sup>2</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

As tabelas seguintes apresentam a principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank para 2021 por tipos de produtos e por bandas de notação interna.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores brutos

31 dez 2021

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
		Probabilidade de incumprimento em % <sup>1</sup>	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes
Banda de notação total								
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	23.066	130	13	159	26.753 <sup>3</sup>	3.545	4.008
iA	> 0,04 ≤ 0,11	41.041	138	202	1.151	57.557 <sup>3</sup>	27.267	4.502
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	61.562	789	192	1.967	57.300 <sup>3</sup>	14.362	2.710
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	51.617	4.058	296	857	26.794	6.799	5.923
iB	> 2,27 ≤ 10,22	29.606	2.333	111	207	22.360	3.479	373
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	8.385	1.397	198	29	3.247	1.872	90
<b>Total</b>		<b>215.276</b>	<b>8.845</b>	<b>1.013</b>	<b>4.370</b>	<b>194.011</b>	<b>57.324</b>	<b>17.606</b>

31 dez 2021

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
		Probabilidade de incumprimento em % <sup>1</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	
Banda de notação total								
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.253	49.214	0	473	35.615	–	144.229
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.433	11.698	108	1.127	17.831	–	164.055
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	439	11.786	90	2.035	9.144	–	162.378
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	265	13.621	225	1.844	11.363	–	123.659
iB	> 2,27 ≤ 10,22	357	1.745	590	1.475	361	–	62.995
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	423	643	32	600	128	–	17.045
<b>Total</b>		<b>4.171</b>	<b>88.707</b>	<b>1.045</b>	<b>7.554</b>	<b>74.441</b>	<b>–</b>	<b>674.362</b>

<sup>1</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

<sup>2</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis

<sup>3</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores líquidos

		31 de dezembro de 2021 <sup>1</sup>						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>2</sup>	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através de resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	16.959	130	13	45	25.562 <sup>3</sup>	2.664	2.518
iA	> 0,04 ≤ 0,11	31.570	53	202	998	55.421 <sup>3</sup>	24.751	3.087
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	32.646	633	89	1.752	54.126 <sup>3</sup>	12.207	2.287
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	26.315	2.451	208	435	24.316	5.343	5.843
iB	> 2,27 ≤ 10,22	10.221	1.551	45	167	21.138	2.236	370
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.336	961	67	29	3.079	1.095	90
<b>Total</b>		<b>122.047</b>	<b>5.779</b>	<b>624</b>	<b>3.427</b>	<b>183.642</b>	<b>48.295</b>	<b>14.195</b>

		31 de dezembro de 2021 <sup>1</sup>						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>2</sup>	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.253	49.214	0	16	0	-	98.375
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.433	11.698	108	0	22	-	129.344
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	439	11.773	90	67	22	-	116.130
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	260	13.583	225	14	259	-	79.252
iB	> 2,27 ≤ 10,22	334	1.745	590	0	0	-	38.397
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	361	621	32	0	0	-	10.672
<b>Total</b>		<b>4.080</b>	<b>88.635</b>	<b>1.045</b>	<b>97</b>	<b>304</b>	<b>-</b>	<b>472.169</b>

<sup>1</sup> Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS

<sup>2</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

<sup>3</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

As tabelas acima mostram um aumento global na exposição bruta do Corporate Bank e do Investment Bank em 2022 de 35,0 mil milhões de euros, ou 5%. Os empréstimos ao custo amortizado aumentaram 9,3 mil milhões de euros, principalmente devido ao crescimento em todas as atividades. As posições extrapatrimoniais aumentaram 19,9 mil milhões de euros, principalmente devido a novos compromissos e garantias emitidas durante o período. Os derivados OTC aumentaram 6,8 mil milhões de euros, principalmente nos produtos de taxa de juro, e os acordos de recompra e as operações do tipo "repo" aumentaram 4,1 mil milhões de euros no Investment Bank. Numa perspetiva regional, o aumento é principalmente atribuível às contrapartes domiciliadas nos Estados Unidos, na Alemanha e no Reino Unido. Estes aumentos foram parcialmente compensados por uma diminuição dos títulos de dívida de 3,9 mil milhões de euros, devido à redução da posição de inventário de obrigações longas.

O Grupo utiliza as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas de exposição "líquida" apresentam a evolução das exposições do banco ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank líquidas de garantias colaterais, garantias e coberturas.

## Redução do risco relativamente à exposição ao crédito

A unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas ("SCL") contribui para reduzir o risco das exposições de crédito empresarial do banco. O montante nocional das atividades de redução de risco da SCL aumentou de 31,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 para 33,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, principalmente devido à atividade de novas emissões no negócio de Geração e Consultoria.

No fim do exercício de 2022, o SCL reduziu o risco de crédito de 27,5 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 27,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

O SCL detinha também derivados de crédito com um valor nocional subjacente de 6,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. A posição totalizava 4,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Os derivados de crédito utilizados nas atividades de gestão de carteira do banco são contabilizados pelo justo valor.

O banco também recorre à cobertura de riscos noutras atividades para reduzir os riscos de concentração numa única entidade e utiliza seguros

de risco privados e cobertura de agências de crédito à exportação para gerir exposições não garantidas.

## Exposição ao crédito do Private Bank

### Exposição ao crédito do Private Bank, exposição ao crédito na Fase 3 e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros		dos quais empréstimos da carteira em milhões de euros.		Exposição ao crédito de Fase 3 em milhões de euros.		Custos de crédito líquidos em % da exposição total <sup>1</sup>	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
PB Germany	198.102	194.486	174.611	169.639	2.632	2.668	0,11%	0,12%
Financiamento ao consumo	29.529	29.638	15.594	15.360	1.373	1.446	0,80%	0,77%
Hipotecas	163.611	159.825	155.249	150.082	1.163	1.187	(0,01 %)	0,00%
Finanças empresariais	1.292	1.310	898	905	6	7	0,04%	0,07%
Outros	3.670	3.713	2.870	3.291	90	27	0%	0,01%
International Private Bank	114.243	102.556	90.283	84.800	3.401	4.037	0,32%	0,21%
Financiamento ao consumo	10.972	11.007	8.894	8.940	378	435	1,11%	0,71%
Hipotecas	12.133	12.950	12.033	12.889	431	701	(0,05 %)	0,21%
Finanças empresariais	15.130	13.226	12.898	11.320	1.048	968	0,76%	0,83%
Wealth Management	75.214	64.553	56.425	51.570	1.543	1.933	0,17%	0,00%
Outros	794	819	33	81	0	0	0,02%	(0,01 %)
<b>Total</b>	<b>312.345</b>	<b>297.041</b>	<b>264.893</b>	<b>254.439</b>	<b>6.033</b>	<b>6.705</b>	<b>0,19%</b>	<b>0,15%</b>

<sup>1</sup> Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição total nessa data de balanço.

O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. A área de negócio de financiamento ao consumo não tem garantias; o risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) a classificação do cliente, montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumo, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido do cliente). Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste no financiamento de propriedades residenciais (principalmente ocupadas pelo próprio) vendidas através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha e Itália. O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. Com base nos critérios e processos de subscrição e na carteira diversificada do banco (clientes/propriedades) com as respetivas garantias, a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco, enquanto a de financiamento ao consumo é categorizada como sendo de alto risco.

O financiamento às empresas representa produtos de crédito para pequenas empresas, SME até grandes empresas. Os produtos incluem contas correntes e linhas de crédito para empréstimos de investimento ou relacionados com instalações, factoring, leasing e derivados. Os clientes encontram-se principalmente em Itália e Espanha, mas o crédito pode também ser alargado a subsidiárias no estrangeiro, principalmente na Europa.

A divisão Wealth Management oferece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de banca privada, incluindo gestão de carteira discricionária e soluções de investimento alternativas e tradicionais, complementadas por gestão do risco estruturada, planeamento de património, empréstimos e serviços a escritórios familiares para indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). A exposição total da divisão Wealth Management é dividida em Lombard Lending (em relação a garantias/títulos líquidos imediatamente disponíveis no mercado) e Structured Lending (em relação a garantias menos líquidas). Embora o nível de risco de crédito para a carteira Lombard seja determinado pela avaliação da qualidade das garantias subjacentes, o nível do risco de crédito para a carteira Structured é determinado pela avaliação da qualidade do cliente e das garantias. Os produtos variam desde empréstimos Lombard segurados e empréstimos hipotecários até contas correntes (apenas na Europa), linhas de crédito e outros empréstimos e, de forma menos significativa, derivados e contingências. Os clientes estão localizados um pouco por todo o mundo.



#### Rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo do Private Bank <sup>1</sup>

	31 dez 2022	31 dez 2021
≤ 50%	63%	64%
> 50 ≤ 70%	17%	17%
> 70 ≤ 90%	11%	10%
> 90 ≤ 100%	3%	3%
> 100 ≤ 110%	2%	2%
> 110 ≤ 130%	2%	2%
> 130%	2%	2%

<sup>1</sup> Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor subjacente do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor determinado dos respetivos imóveis. Estes valores são monitorizados e atualizados, se necessário, numa base regular. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV.

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições, por exemplo em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2022, 63% da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, ligeiramente inferior em comparação com o exercício anterior.

### Exposição a crédito decorrente de derivados

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais ("CCP"), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, o banco também recorre a serviços CCP para transações de derivados OTC ("compensação de produtos do mercado de balcão") e beneficia, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivados OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivados OTC, bem como regras relativas ao registo, capital, margem, normas de conduta empresarial, manutenção de registos e outros requisitos para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da CFTC requerem uma compensação de OTC nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. Os requisitos de margem para transações de derivados não compensados nos EUA começaram em setembro de 2016. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivados OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivados negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações de derivados OTC uniformizados teve início em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados na UE tiveram início em fevereiro de 2017. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação na UE a partir de fevereiro de 2017 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas à margem EMIR para requisitos de derivados não compensados.

A CFTC adotou regras que implementam as disposições mais significativas da Lei Dodd-Frank. Mas recentemente, em setembro de 2020, a CFTC emitiu uma regra final sobre a aplicação transfronteiriça das regras de swap dos EUA, que se baseia em e, em alguns casos, substitui a orientação transfronteiriça da CFTC a partir de 2013 e nas respetivas cartas de não interferência. Em outubro de 2020, também de acordo com a Lei Dodd-Frank, a CFTC finalizou regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes.

A SEC também finalizou regras relativas a registo, reporte de negociação, capital, margem, técnicas de mitigação de risco, normas de conduta empresarial, reconhecimento e verificação do mercado, manutenção de registos e relato financeiro e requisitos transfronteiriços para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. O cumprimento destes requisitos foi geralmente exigido a partir de novembro de 2021.

Finalmente, os reguladores prudenciais dos EUA (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de Divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) adotaram regras finais que estabelecem requisitos de margem para swaps não compensados e swaps baseados em valores mobiliários que são aplicáveis aos corretores de swaps e aos corretores de swaps baseados em valores mobiliários que estão sujeitos aos regulamentos prudenciais dos EUA (como o Deutsche Bank) em vez das regras de margem da CFTC e da SEC. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação para derivativos não compensados nos Estados Unidos a partir de setembro de 2016 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas aos requisitos de margem dos reguladores prudenciais dos Estados Unidos. Os requisitos de margem inicial adicionais para contrapartes menores foram implementados de forma faseada, de setembro de 2017 a setembro de 2022, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas.

A tabela seguinte mostra uma discriminação dos montantes nominais e valores de mercado brutos para os ativos e passivos de transações cambiais e de derivativos OTC tendo por base o canal de aprovação

Valores nominais de derivativos tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31 dez 2022

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
<b>Relacionadas com taxas de juro:</b>							
Produtos do mercado de balcão	14.487.820	10.421.941	7.332.258	32.242.019	144.155	132.350	11.805
Bilateral (Amt)	1.422.223	2.200.127	1.501.758	5.124.107	118.768	107.854	10.914
CCP (Amt)	13.065.597	8.221.814	5.830.501	27.117.911	25.387	24.496	891
Produtos negociados em bolsa	515.543	117.763	45	633.351	663	624	39
<b>Total relacionadas com taxas de juro</b>	<b>15.003.362</b>	<b>10.539.704</b>	<b>7.332.304</b>	<b>32.875.370</b>	<b>144.818</b>	<b>132.974</b>	<b>11.844</b>
<b>Relacionadas com câmbios:</b>							
Produtos do mercado de balcão	6.368.113	1.007.862	403.215	7.779.190	141.531	135.670	5.861
Bilateral (Amt)	6.246.281	998.771	403.037	7.648.090	140.039	134.420	5.619
CCP (Amt)	121.831	9.090	178	131.100	1.492	1.250	242
Produtos negociados em bolsa	19.869	0	0	19.869	17	20	(3)
<b>Total relacionadas com câmbios</b>	<b>6.387.981</b>	<b>1.007.862</b>	<b>403.215</b>	<b>7.799.058</b>	<b>141.548</b>	<b>135.690</b>	<b>5.858</b>
<b>Relacionadas com ações/índices:</b>							
Produtos do mercado de balcão	14.769	8.447	1.021	24.236	598	2.012	(1.414)
Bilateral (Amt)	14.769	8.447	1.021	24.236	598	2.012	(1.414)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	156.839	44.868	1.078	202.784	3.213	2.978	234
<b>Total relacionadas com ações/índices</b>	<b>171.607</b>	<b>53.315</b>	<b>2.099</b>	<b>227.021</b>	<b>3.811</b>	<b>4.991</b>	<b>(1.179)</b>
<b>Derivados de crédito relacionados</b>							
Produtos do mercado de balcão	193.047	1.238.463	91.903	1.523.414	9.899	8.311	1.589
Bilateral (Amt)	101.699	87.969	30.933	220.600	3.611	2.078	1.533
CCP (Amt)	91.348	1.150.495	60.970	1.302.813	6.288	6.233	55
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
<b>Derivados de crédito totais relacionados</b>	<b>193.047</b>	<b>1.238.463</b>	<b>91.903</b>	<b>1.523.414</b>	<b>9.899</b>	<b>8.311</b>	<b>1.589</b>
<b>Relacionadas com matérias-primas:</b>							
Produtos do mercado de balcão	1.827	16.546	1.492	19.865	86	231	(144)
Bilateral (Amt)	1.827	16.546	1.492	19.865	86	230	(145)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	21.943	1.860	0	23.803	177	186	(9)
<b>Total relacionadas com matérias-primas</b>	<b>23.770</b>	<b>18.405</b>	<b>1.492</b>	<b>43.668</b>	<b>263</b>	<b>416</b>	<b>(154)</b>
<b>Outros:</b>							
Produtos do mercado de balcão	48.427	4.877	106	53.410	752	747	5
Bilateral (Amt)	48.427	4.877	106	53.410	752	747	5
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	5.250	0	0	5.250	12	11	1
<b>Total Outras</b>	<b>53.676</b>	<b>4.877</b>	<b>106</b>	<b>58.660</b>	<b>764</b>	<b>758</b>	<b>6</b>
<b>Negócio OTC total</b>	<b>21.114.002</b>	<b>12.698.136</b>	<b>7.829.996</b>	<b>41.642.134</b>	<b>297.022</b>	<b>279.320</b>	<b>17.702</b>
Negócio bilateral total	7.835.226	3.316.737	1.938.347	13.090.309	263.854	247.341	16.513
Negócio CCP total	13.278.776	9.381.399	5.891.650	28.551.825	33.168	31.979	1.189
<b>Total negócio em bolsa</b>	<b>719.442</b>	<b>164.491</b>	<b>1.123</b>	<b>885.056</b>	<b>4.081</b>	<b>3.819</b>	<b>262</b>
<b>Total</b>	<b>21.833.444</b>	<b>12.862.626</b>	<b>7.831.119</b>	<b>42.527.190</b>	<b>301.103</b>	<b>283.139</b>	<b>17.964</b>
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	-	-	-	-	29.744	-	-

31 dez 2021

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
<b>Relacionadas com taxas de juro:</b>							
Produtos do mercado de balcão	13.625.153	10.672.998	6.717.198	31.015.349	167.037	154.392	12.645
Bilateral (Amt)	1.541.797	1.976.392	1.542.479	5.060.668	156.247	143.526	12.721
CCP (Amt)	12.083.356	8.696.606	5.174.718	25.954.681	10.790	10.865	(76)
Produtos negociados em bolsa	730.798	286.032	514	1.017.344	174	131	43
<b>Total relacionadas com taxas de juro</b>	<b>14.355.951</b>	<b>10.959.030</b>	<b>6.717.712</b>	<b>32.032.693</b>	<b>167.211</b>	<b>154.523</b>	<b>12.688</b>
<b>Relacionadas com câmbios:</b>							
Produtos do mercado de balcão	5.323.845	847.188	420.701	6.591.734	108.030	108.282	(252)
Bilateral (Amt)	5.220.578	843.099	420.511	6.484.189	107.244	107.347	(103)
CCP (Amt)	103.267	4.088	190	107.545	786	934	(148)
Produtos negociados em bolsa	20.765	0	0	20.765	2	8	(6)
<b>Total relacionadas com câmbios</b>	<b>5.344.610</b>	<b>847.188</b>	<b>420.701</b>	<b>6.612.499</b>	<b>108.032</b>	<b>108.289</b>	<b>(258)</b>
<b>Relacionadas com ações/índices:</b>							
Produtos do mercado de balcão	25.341	9.272	2.881	37.493	5.595	3.666	1.929
Bilateral (Amt)	25.341	9.272	2.881	37.493	5.595	3.666	1.929
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	184.194	44.141	2.286	230.621	3.455	4.723	(1.267)
<b>Total relacionadas com ações/índices</b>	<b>209.535</b>	<b>53.413</b>	<b>5.167</b>	<b>268.115</b>	<b>9.050</b>	<b>8.388</b>	<b>661</b>
<b>Derivados de crédito relacionados</b>							
Produtos do mercado de balcão	129.185	823.005	85.102	1.037.292	15.611	16.359	(748)
Bilateral (Amt)	78.553	71.414	34.561	184.529	2.102	2.466	(364)
CCP (Amt)	50.632	751.591	50.540	852.763	13.509	13.892	(384)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
<b>Derivados de crédito totais relacionados</b>	<b>129.185</b>	<b>823.005</b>	<b>85.102</b>	<b>1.037.292</b>	<b>15.611</b>	<b>16.359</b>	<b>(748)</b>
<b>Relacionadas com matérias-primas:</b>							
Produtos do mercado de balcão	2.764	3.419	1.421	7.605	105	107	(2)
Bilateral (Amt)	2.764	3.419	1.421	7.605	105	107	(2)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	27.241	1.356	0	28.598	218	225	(6)
<b>Total relacionadas com matérias-primas</b>	<b>30.006</b>	<b>4.776</b>	<b>1.421</b>	<b>36.203</b>	<b>323</b>	<b>332</b>	<b>(8)</b>
<b>Outros:</b>							
Produtos do mercado de balcão	40.047	3.565	157	43.769	606	675	(69)
Bilateral (Amt)	40.047	3.565	157	43.769	606	675	(69)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	8.786	186	0	8.971	5	9	(5)
<b>Total Outras</b>	<b>48.832</b>	<b>3.751</b>	<b>157</b>	<b>52.741</b>	<b>610</b>	<b>684</b>	<b>(74)</b>
<b>Total negócio mercado de balcão</b>	<b>19.146.335</b>	<b>12.359.447</b>	<b>7.227.460</b>	<b>38.733.243</b>	<b>296.983</b>	<b>283.480</b>	<b>13.503</b>
Negócio bilateral total	6.909.080	2.907.161	2.002.011	11.818.253	271.899	257.787	14.111
Negócio CCP total	12.237.255	9.452.286	5.225.448	26.914.990	25.084	25.692	(608)
<b>Total negócio em bolsa</b>	<b>971.784</b>	<b>331.716</b>	<b>2.800</b>	<b>1.306.300</b>	<b>3.854</b>	<b>5.095</b>	<b>(1.241)</b>
<b>Total</b>	<b>20.118.119</b>	<b>12.691.163</b>	<b>7.230.260</b>	<b>40.039.542</b>	<b>300.837</b>	<b>288.575</b>	<b>12.262</b>
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	-	-	-	-	25.518	-	-

## Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos investimentos em participações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. O Deutsche Bank gere as suas posições respetivas dentro do risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

### Composição da exposição de capital

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Ações de negociação	2.374	5.094
Ações não negociáveis <sup>1</sup>	2.077	2.644
<b>Exposição total do capital próprio</b>	<b>4.451</b>	<b>7.739</b>

<sup>1</sup> Inclui fundos de investimentos em ações no montante de 101 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e de 87 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, 2,1 mil milhões de euros da exposição do Grupo a ações de negociação eram detidos pelo Investment Bank. Em termos globais, as ações transacionadas diminuíram 2,7 mil milhões de euros em termos homólogos, devido sobretudo à volatilidade do mercado, ao vencimento de opções e ao aumento das titularizações.

## Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

### Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco de Simulação Histórica calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as unidades de negociação do Grupo.

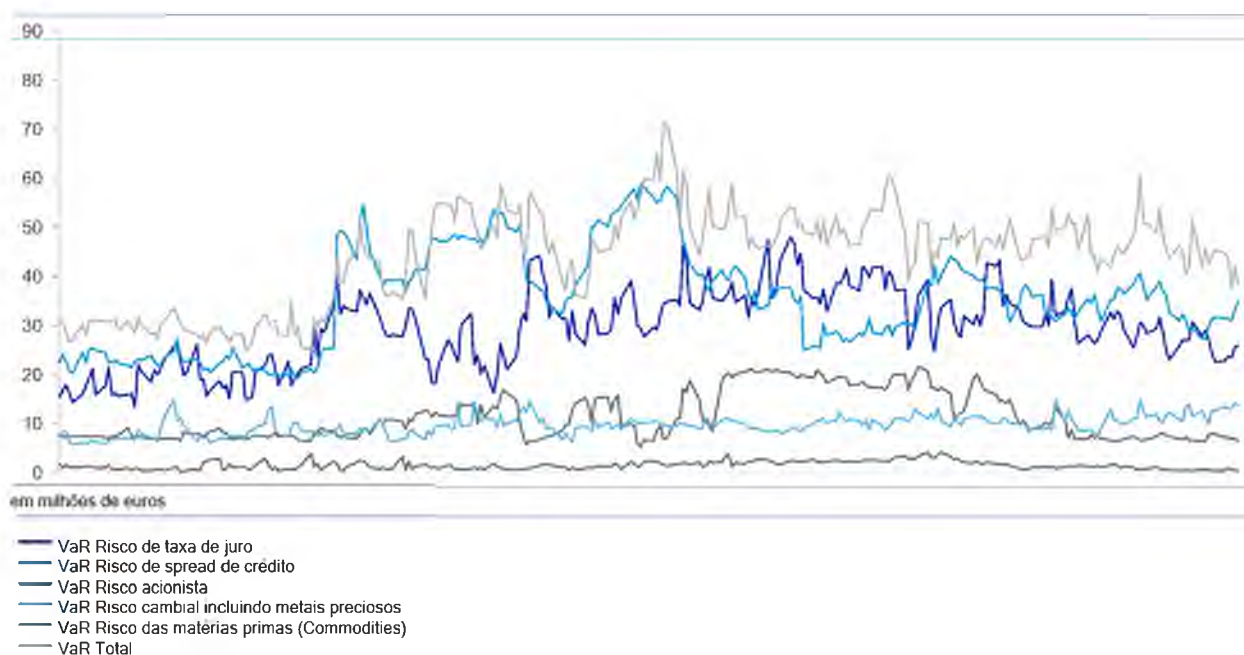
#### Valor em risco das unidades de negociação, por tipo de risco<sup>1</sup>

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial <sup>2</sup>		Risco de preço das matérias-primas	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Médio	44,0	37,5	(43,3)	(37,2)	29,4	23,1	35,4	27,9	11,4	13,0	9,7	9,5	1,5	1,1
Máximo	71,4	69,0	(21,7)	(21,0)	48,1	38,5	58,7	60,3	21,7	20,1	15,0	25,2	4,3	7,9
Mínimo	24,9	27,7	(67,1)	(76,9)	13,4	11,3	19,3	17,5	5,4	6,8	5,8	4,4	0,3	0,3
Final do período	38,3	31,1	(43,3)	(27,0)	26,0	16,6	35,0	24,1	6,4	8,3	13,6	8,1	0,5	1,0

<sup>1</sup> Valores para 2022 em 31 de dezembro de 2022. Valores para 2021 em 31 de dezembro de 2021.

<sup>2</sup> Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

#### Evolução do valor em risco de simulação histórica por tipos de risco em 2022



O valor médio em risco em 2022 foi de 44 milhões de euros, um aumento de 6,5 milhões de euros (+17%) em comparação com a média de 2021; tal deveu-se principalmente à inclusão de uma maior volatilidade do mercado no período de um ano, com impacto principalmente nas exposições às taxas de juro.

Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (spot value) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

Valor dos Requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)<sup>1,2,3</sup>

em milhões de euros	Total		Negociação de crédito		Core Rates		Mercados emergentes		Outros <sup>4</sup>	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Médio	319,0	436,6	54,5	118,1	137,0	211,4	110,2	188,3	17,4	(81,2)
Máximo	414,0	604,1	130,6	154,6	305,0	574,5	332,4	267,9	51,2	59,1
Mínimo	272,4	292,5	(33,2)	62,5	53,2	60,1	39,3	84,4	(31,7)	(224,9)
Final do período	291,2	292,5	11,6	85,4	161,9	78,0	100,2	133,1	17,4	(4,0)

<sup>1</sup> Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, respetivamente.

<sup>2</sup> As discriminações de linhas de negócio foram atualizadas em 2022, no sentido de melhorar a reflexão da estrutura de negócios atual no relatório.

<sup>3</sup> Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

<sup>4</sup> Outros incluem a Capital Release Unit.

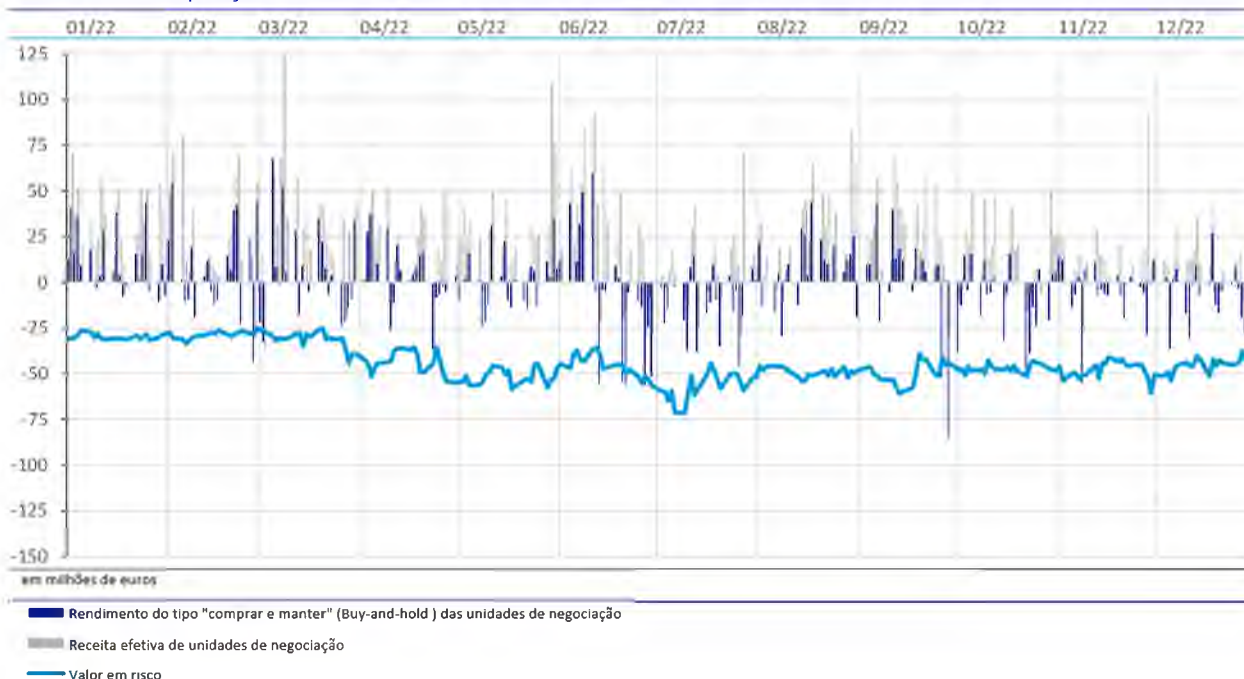
Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2022 eram de 291 milhões de euros, em linha com o exercício de 2021. A média dos requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2022 era de 319 milhões de euros e, por conseguinte, mais 118 milhões de euros (-27%) comparativamente à média para o período findo a 31 de dezembro de 2021. A diminuição do encargo médio incremental com o risco para 2022 deveu-se a alterações nas posições relativas a obrigações do Estado europeias e à redução da exposição longa a índices de crédito no âmbito da atividade de negociação de títulos de rendimento fixo e divisas.

## Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2022, o Grupo observou um certo número de valores atípicos em que a perda do Grupo numa base de compra e manutenção excedia o valor em risco das carteiras de negociação. Esta situação deveu-se a um aumento acentuado da volatilidade das taxas de juro e dos spreads de crédito no mercado, que conduziu a movimentos de mercado superiores aos do período anterior de um ano utilizado no cálculo do valor em risco.

Com base nos resultados dos testes *a posteriori*, na análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na metodologia de valor em risco, o Grupo continua a considerar o modelo de valor em risco como uma medida adequada para o risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado. O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo "comprar e manter" das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das posições de negociação com as receitas "comprar e manter". Os números são apresentados em milhões de euros. O gráfico mostra que as unidades de negociação alcançaram receitas do tipo "comprar e manter" positivas para 84% dos dias de negociação em 2022, apresentando também os valores discrepantes globais registados em 2022.

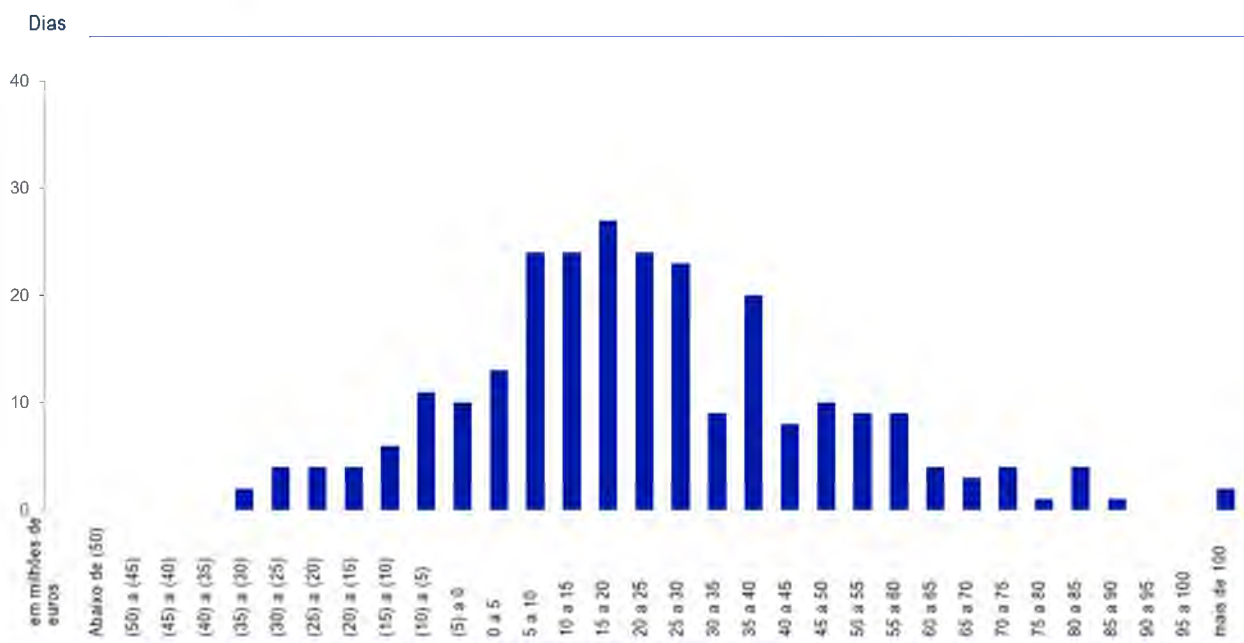
### MR4 na UE – Comparação das estimativas de VaR com os resultados



### Receitas diárias das unidades de negociação do Deutsche Bank

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das unidades de negociação do Grupo. A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo “comprar e manter”, reservas, carry e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que o Grupo alcançou cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

#### Distribuição de receitas diárias das unidades de negociação do Grupo em 2022



As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita positiva para 84% dos dias de negociação em 2022, em alinhamento com o exercício completo de 2021.

## Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

### Utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação

A tabela seguinte apresenta a utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação por tipo de risco:

#### Utilização de capital económico por tipo de risco.

em milhões de euros	Utilização de capital económico	
	31 dez 2022	31 dez 2021
Risco de taxa de juro	1.752	1.853
Risco de spread de crédito	29	21
Risco de capital e de investimento	841	1.031
Risco cambial	1.460	1.509
Risco de pensões	803	1.128
Risco de fundos garantidos	82	85
<b>Total das carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação</b>	<b>4.968</b>	<b>5.628</b>

Os valores de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação totalizava 5,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, 0,6 mil milhões de euros inferior à nossa utilização de capital económico no final do exercício de 2021.

- Risco de taxa de juro. O encargo do capital económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária, incluindo o risco de diferenças, o risco de base e o risco de opção, tal como o risco de alteração no comportamento do cliente incluído em depósitos sem prazo de vencimento modelados ou no risco de pré-pagamento. No total, a utilização de capital económico a 31 de dezembro de 2022 foi de 1752 milhões de euros, face a 1853 milhões de euros a 31 de dezembro de 2021.
- Risco de spread de crédito. É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco de spread de crédito. A utilização de capital económico era de 29 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, face aos 21 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.
- Risco de capital e de investimento. Encargo de capital económico relativo ao risco acionista decorrente de uma posição curta estrutural no preço das ações do próprio banco, resultante dos planos de compensação em ações do Grupo, e das participações de investimento não consolidadas, como investimentos estratégicos e ativos alternativos. A utilização de capital económico era de 841 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, face aos 1031 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. O decréscimo da contribuição do capital económico deveu-se predominantemente a uma redução da posição curta em compensação de ações, causada pelo aumento dos volumes de cobertura.
- Risco cambial. O risco cambial surge predominantemente da posição estrutural do Grupo assumida para imunizar a sensibilidade do rácio de capital do banco contra alterações nas taxas de câmbio. A utilização de capital económico era de 1460 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, face aos 1509 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.
- Risco de pensões. Este risco decorre das obrigações de benefícios definidos do Grupo, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de spread de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico era de 803 milhões de euros e de 1128 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, respetivamente. A diminuição da utilização do capital económico deveu-se principalmente à redução da exposição ao crédito causada pelo aumento das taxas de juro.
- Risco de fundos garantidos. A utilização de capital económico era de 82 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e de 85 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

## Risco de taxa de juro na carteira bancária

A tabela seguinte apresenta o impacto na margem financeira do Grupo na carteira bancária, bem como a alteração do valor económico para as posições da carteira bancária decorrente de alterações nas taxas de juros no âmbito de seis cenários padrão definidos pela EBA:

### Risco de taxa de juro ao valor económico e margem financeira na carteira bancária por cenário da EBA

em mil milhões de euros	Delta de EVE		Delta NII <sup>1</sup>	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Curva paralela ascendente	(4,6)	(3,5)	1,9	1,4
Curva paralela descendente	1,3	0,1	(1,1)	(0,9)
Critério para acentuação da curva	(0,1)	(0,0)	(0,4)	(0,7)
Critério para nivelamento da curva	(1,4)	(1,3)	1,5	1,1
Curva das taxas de curto prazo ascendentes	(2,4)	(1,7)	2,3	1,7
Curva das taxas de curto prazo descendentes	1,2	0,4	(1,2)	(0,9)
<b>Máximo</b>	<b>(4,6)</b>	<b>(3,5)</b>	<b>(1,2)</b>	<b>(0,9)</b>

em mil milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Capital Tier 1</b>	<b>56,6</b>	<b>55,4</b>

<sup>1</sup> O delta do rendimento de juros líquido (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas implícitas do mercado. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a DWS. Os valores não incluem os efeitos de Mark-to-Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura

A perda máxima do valor económico de capital foi de (4,6) mil milhões de euros em dezembro de 2022, em comparação com (3,5) mil milhões de euros em dezembro de 2021. Em dezembro de 2022, a perda máxima do EVE representa 8,1% do capital Tier 1.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) devido a uma mudança paralela de +200 pontos base da curva de rendimentos em todas as moedas, conforme definido pelo BaFin, foi de (4,6) mil milhões de euros em dezembro de 2022, representando 6,9% do Capital Total.

O aumento da perda máxima de valor económico de capital para o cenário de taxas de juro de "curva paralela ascendente" foi principalmente impulsionado por alterações em posições de risco na Tesouraria do Deutsche Bank. Esses riscos fazem parte do quadro do IRRBB e são geridos através de estratégias de gestão de risco definidas.

A perda máxima de um ano na margem financeira (NII) era de (1,2) mil milhões de euros em dezembro de 2022, em comparação com (0,9) mil milhões de euros em dezembro de 2021.

A perda máxima para os 12 meses de sensibilidade da margem financeira para o cenário de descida da taxa de juro aumentou em cerca de (0,3) mil milhões de euros.

O aumento da perda máxima da margem financeira no cenário de curva das taxas de curto prazo descendentes deveu-se sobretudo ao aumento das taxas de juro do euro observado em 2022. O aumento conduz a choques descendentes de taxas de juro mais elevados, que são aplicados em cenários de normas regulamentares com limite inferior, com as correspondentes perdas de margem financeira mais elevadas.

Além disso, o ambiente de taxas de juro mais elevadas resultou numa margem de juro líquida (NIM - Net Interest Margin) mais normalizada no cenário de base, em comparação com uma margem comprimida no cenário de choque descendente.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as posições da carteira bancária do Deutsche Bank resultante de choques de descida e subida de taxas de juro por divisa:

### Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

em mil milhões de euros	31 dez 2022	
	Curva paralela ascendente	Curva paralela descendente
EUR	(3,5)	1,2
USD	(1,2)	0,6
Outros	0,1	(0,5)
<b>Total</b>	<b>(4,6)</b>	<b>1,3</b>



## Exposição ao risco operacional

### Risco operacional – perfil de risco

#### Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

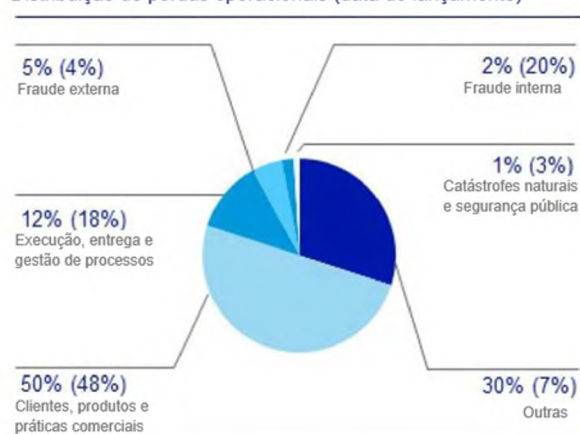
em milhões de euros	2022	2021 <sup>1</sup>
Clientes, produtos e práticas comerciais	263	347
Outras	158	78
Execução, entrega e gestão de processos	65	38
Fraude externa	28	12
Fraude interna	7	72
Catástrofes naturais e segurança pública	7	6
<b>Grupo</b>	<b>528</b>	<b>553</b>

<sup>1</sup> Números de 2021 relativos à perda, revistos em relação à apresentação do ano anterior devido à posterior captação de perdas e reclassificação. As perdas são registadas após a compensação dos seguros.

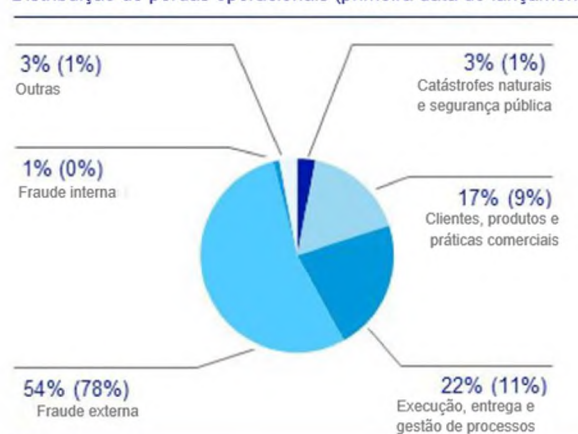
Em 31 de dezembro de 2022, as perdas operacionais diminuíram 25 milhões de euros, para 528 milhões de euros. A redução global das perdas foi impulsionada pelo tipo de evento "Fraude interna", parcialmente compensada por aumentos em "Execução, entrega e gestão de processos" e "Fraude externa". As perdas com processos judiciais mantiveram-se globalmente estáveis quando se agregam os assuntos resolvidos e as alterações nas provisões para litígios relativos a assuntos não resolvidos em "Clientes, produtos e práticas comerciais" e "Outros".

#### Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2022 (2017-2021)<sup>1</sup>

Distribuição de perdas operacionais (data de lançamento)



Distribuição de perdas operacionais (primeira data de lançamento)



<sup>1</sup> As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2017-2021. Subsequentemente, a frequência e os valores podem sofrer alterações.

A tabela "Distribuição de Perdas Operacionais" (acima à esquerda) resume a proporção de lançamentos de perdas de risco operacional por tipo de evento utilizando o valor dos resultados em 2022, face à média do período comparativo de cinco anos de 2017 a 2021 (entre parênteses). O tipo de evento "Clientes, Produtos e Práticas Comerciais" representa 50% das perdas operacionais e é constituído, em grande parte, por assuntos resolvidos e por alterações nas reservas para litígios relativos a assuntos não resolvidos.

A tabela "Frequência de perdas operacionais" (acima à direita) resume a proporção de eventos de risco operacional por tipo de evento (com base numa contagem de eventos em que as perdas foram reconhecidas pela primeira vez em 2022), face à média do período comparativo de cinco anos de 2017 a 2021 (entre parênteses). A maior frequência de tipo de evento, "Fraude externa", representou 54% de todos os eventos de perda observados. Embora este tipo de evento tenha contribuído em grande medida para a distribuição de frequências das perdas por eventos em 2022, a dimensão das perdas registadas foi menor em comparação com outros tipos de eventos.

Embora o banco procure garantir a captação abrangente dos eventos de perda de risco operacional com um impacto na demonstração de resultados de 10.000 euros ou mais, os totais apresentados nesta secção poderão estar subestimados devido à deteção e inscrição tardias dos eventos de perda.

## Exposição ao risco de liquidez

### Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

O ambiente macroeconómico continuou a ser difícil em 2022, com a guerra na Ucrânia e as preocupações com a inflação mundial a pesarem nos mercados e a terem um impacto negativo nos diferenciais de crédito. Não obstante este cenário, o Banco navegou bem nos mercados e executou com êxito o Plano de Emissão para 2022 de 15-20 mil milhões de euros até ao final do ano.

No que se refere ao desempenho do crédito do Banco no mercado, as obrigações sénior não preferenciais do Banco aumentaram em relação aos seus pares até 22 de outubro, mas depois começaram a ter um desempenho superior ao do grupo de pares em EUR e em USD. Este desempenho superior foi apoiado por uma melhoria da notação de crédito do Deutsche Bank pela Moody's em outubro.

Este financiamento foi repartido entre as fontes de financiamento da seguinte forma: Emissão AT1 (2 mil milhões de euros), emissão Tier 2 (2,6 mil milhões de euros), emissão não preferencial sénior (8,8 mil milhões de euros), emissão preferencial sénior (não estruturada) (2,8 mil milhões de euros) e outras emissões estruturadas preferenciais sénior (3,5 mil milhões de euros). Além disso, o Grupo emitiu 4,3 mil milhões de euros de títulos estruturados, não previstos no plano de emissão de 15-20 mil milhões de euros para 2022. Excluindo estes títulos estruturados, a emissão total do Grupo ascendeu a 19,7 mil milhões de euros. O total de emissões de 2022, 24 mil milhões de euros, está dividido em EUR (13,5 mil milhões de euros), USD (8,9 mil milhões de euros), GBP (0,8 mil milhões de euros) e outras divisas agregadas (0,5 mil milhões de euros).

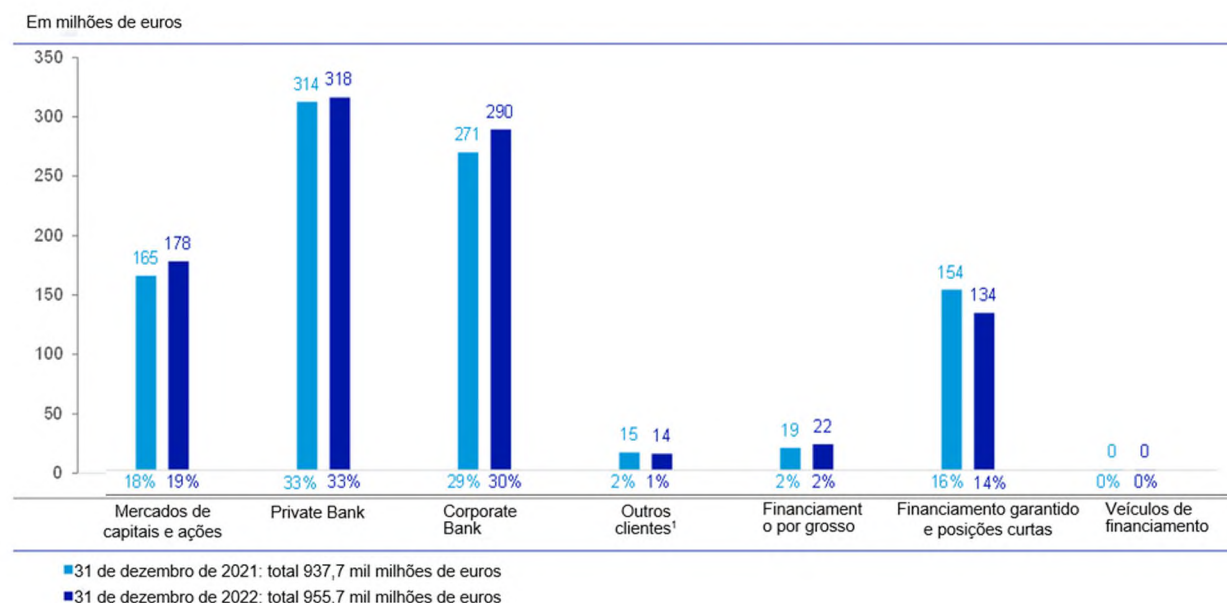
A base de investidores do Grupo para emissões em 2022 foi composta por gestores de ativos e fundos de pensões (40%), clientes de retalho (7%), bancos (18%), governos e agências (1%), companhias de seguros (9%) e outros investidores institucionais (25%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (24%), resto da Europa (41%), EUA (19%), Ásia e Pacífico (14%) e Outros (2%). O spread médio da emissão a 3 meses das Taxas Euribor/Sem Risco foi de 194 pontos base para o ano inteiro. O prazo médio foi de 5,7 anos. Em termos de volume, a atividade de emissão do banco foi repartida equitativamente entre o primeiro semestre de 2022 e o segundo semestre de 2022. O Grupo emitiu os seguintes volumes em cada trimestre de 2022; primeiro trimestre: 7,3 mil milhões de euros; segundo trimestre: 4,8 mil milhões de euros; terceiro trimestre: 7,1 mil milhões de euros; e quarto trimestre: 4,8 mil milhões de euros.

O plano de emissão do Deutsche Bank para 2023 é inferior ao de 2022, situando-se entre 13 e 18 mil milhões de euros, e inclui instrumentos de capital, obrigações não preferenciais sénior, preferenciais sénior e obrigações cobertas. O Grupo também planeia angariar parte deste financiamento em dólares americanos e poderá celebrar swaps cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. O banco tem maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 12 mil milhões de euros em 2023.

### Diversificação de financiamento

Em 2022, o valor total de financiamento externo aumentou 18,0 mil milhões de euros, de 937,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 para 955,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. O aumento foi sobretudo impulsionado pelos influxos no Corporate Bank, onde os depósitos aumentaram 19,8 mil milhões de euros. Os depósitos mais estáveis do DB no Private Bank aumentaram 3,9 mil milhões de euros, predominantemente no International Private Bank. A carteira de financiamento por grosso sem garantia aumentou 3,0 mil milhões de euros, devido à entrada de depósitos. Além disso, os mercados de capitais e de ações aumentaram 12,3 mil milhões de euros, devido a um aumento de 4,3 mil milhões de euros em ações e de 7,8 mil milhões de euros em emissões de dívida de longo prazo. A diminuição de 19,9 mil milhões de euros do financiamento garantido e das posições curtas está relacionada com o pré-pagamento de 11,0 mil milhões de euros das ORPA direcionadas do DB, bem como com uma diminuição de 4,1 mil milhões de euros das responsabilidades de negociação e de 4,8 mil milhões de euros das operações de recompra.

## Composição das fontes de financiamento externas



<sup>1</sup> Outros Clientes incluem depósitos fiduciários, notas de X-markets e margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida). Referência: Reconciliação para o balanço total de 1336,8 mil milhões de euros (1324,0 mil milhões de euros); Derivados e saldos de liquidação de 296,5 mil milhões de euros (306,8 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) de 50,4 mil milhões de euros (49,0 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento de 34,2 mil milhões de euros (30,5 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente.

## Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais<sup>1</sup>

31 dez 2022

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	549	156	528	1.200	2.432	0	526	2.958
Depósitos de outros clientes grossistas	4.477	4.448	3.502	1.690	14.118	869	927	15.915
CD e PC	88	801	1.438	782	3.109	0	9	3.118
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	2.271	285	1.920	823	5.299	13.284	33.478	52.061
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	19	0	125	1.077	1.221	3.610	3.897	8.727
Estruturados sénior	143	542	1.392	940	3.017	1.958	11.064	16.040
Obrigações/ABS cobertos	518	0	599	389	1.506	3.084	11.799	16.389
Passivos subordinados	0	10	2.581	307	2.899	1.723	16.151	20.773
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>8.066</b>	<b>6.242</b>	<b>12.086</b>	<b>7.208</b>	<b>33.601</b>	<b>24.528</b>	<b>77.851</b>	<b>135.980</b>
Dos quais:								
Garantidos	518	0	599	389	1.506	3.084	11.799	16.389
Sem garantia	7.548	6.242	11.487	6.818	32.095	21.444	66.051	119.591

<sup>1</sup> Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas. Volume de financiamento garantido reportado após a eliminação da dívida própria.

O volume total de passivos por grosso não garantidos, de ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo de um ano totalizava 32 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, devendo ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 256 mil milhões de euros.

31 dez 2021

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	1.556	572	447	490	3.065	63	52	3.180
Depósitos de outros clientes grossistas	4.577	3.944	1.178	2.276	11.975	617	957	13.549
CD e PC	242	288	1.009	1.014	2.553	0	0	2.553
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	1.375	2.932	1.836	2.590	8.733	6.259	37.858	52.850
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	3	39	38	9	89	3.394	2.520	6.003
Estruturados sénior	105	487	546	1.471	2.610	2.325	10.162	15.096
Obrigações/ABS cobertos	110	151	723	361	1.345	1.509	11.356	14.210
Passivos subordinados	0	0	2.016	280	2.296	1.336	13.949	17.581
Outros	213	0	0	0	213	0	0	213
<b>Total</b>	<b>8.180</b>	<b>8.413</b>	<b>7.794</b>	<b>8.491</b>	<b>32.878</b>	<b>15.503</b>	<b>76.854</b>	<b>125.234</b>
Dos quais:								
Garantidos	110	151	723	361	1.345	1.509	11.356	14.210
Sem garantia	8.070	8.262	7.070	8.130	31.533	13.994	65.497	111.024

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

#### Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

em milhões de euros	31 de dezembro de 2022					31 de dezembro de 2021				
	em EUR	em USD	em GBP	em outras moedas	Total	em EUR	em USD	em GBP	em outras moedas	Total
Depósitos de bancos	1.216	963	47	732	2.958	986	797	414	984	3.180
Depósitos de outros clientes grossistas	4.437	9.047	278	2.152	15.915	3.346	7.946	201	2.055	13.549
CD e PC	1.035	1.423	133	527	3.118	1.370	837	0	345	2.553
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	24.052	21.826	2.735	3.448	52.061	25.583	21.244	2.297	3.726	52.850
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	3.125	5.415	0	186	8.727	1.989	3.838	0	176	6.003
Estruturados sénior	6.712	7.517	24	1.785	16.040	6.720	6.395	12	1.970	15.096
Obrigações cobertas / ABS	16.387	2	0	0	16.389	14.210	0	0	0	14.210
Passivos subordinados	10.070	9.597	917	189	20.773	8.396	8.216	774	195	17.581
Outros	0	0	0	0	0	213	0	0	0	213
<b>Total</b>	<b>67.035</b>	<b>55.792</b>	<b>4.134</b>	<b>9.019</b>	<b>135.980</b>	<b>62.813</b>	<b>49.272</b>	<b>3.698</b>	<b>9.451</b>	<b>125.234</b>
Dos quais:										
Garantidos	16.387	2	0	0	16.389	14.210	0	0	0	14.210
Sem garantia	50.648	55.790	4.134	9.019	119.591	48.603	49.272	3.698	9.451	111.024

## Reservas de liquidez

### Composição das reservas de liquidez do Grupo livremente transferíveis por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

em mil milhões de euros	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	166	166	181	181
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	138	138	144	144
Subsidiárias	28	28	37	37
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	56	56	40	40
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	35	35	20	20
Subsidiárias	21	21	20	20
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais				
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	34	31	20	18
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	29	26	15	13
Subsidiárias	5	5	5	5
<b>Total de reservas de liquidez</b>	<b>256</b>	<b>253</b>	<b>241</b>	<b>239</b>
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	202	199	179	177
Subsidiárias	54	54	62	62

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas de liquidez do Grupo totalizavam 256 mil milhões de euros, por oposição a 241 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. O aumento de 15 mil milhões de euros incluía um aumento de aproximadamente 16 mil milhões de euros em títulos com elevada liquidez e um aumento de 14 mil milhões noutros títulos desonerados, compensado por uma diminuição de 15 mil milhões de euros em caixa e seus equivalentes. A evolução foi impulsionada principalmente por depósitos mais elevados, novas emissões no mercado de capitais, parcialmente compensadas pelo reembolso das ORPA direcionadas do BCE e pelo aumento da atividade de concessão de crédito. A média do trimestre das reservas de liquidez do Grupo para este exercício foi de 252 mil milhões de euros, por oposição a 247 mil milhões de euros durante 2021. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o pressuposto do banco do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

## Rácio de cobertura de liquidez

O LCR no final do exercício em 31 de dezembro de 2022 mantém-se em 141,6% face a 133,1% em 31 de dezembro de 2021.

O LCR médio ponderado a doze meses do Grupo foi de 135%. Este foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 435.º do CRR.

### Componentes do LCR

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022	31 dez 2021
	Total do valor ponderado ajustado (média)	Total do valor ponderado ajustado (média)
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	12	12
<b>Ativos líquidos de alta qualidade</b>	<b>218</b>	<b>220</b>
<b>Total de saídas de caixa líquidas</b>	<b>161</b>	<b>155</b>
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em %	135%	142%

## Gestão do risco de financiamento

### Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (matriz de financiamento de moedas agregadas, em USD e em GBP) estavam em linha com a respetiva apetência pelo risco no final do exercício de 2022 e 2021.

## Testes de esforço e análise de cenários

No final de 2022, a posição de liquidez líquida do Grupo em situação de esforço era de 48 mil milhões de euros em comparação com os 43 mil milhões de euros no final de 2021. O fator predominante do aumento foram as atividades comerciais, parcialmente compensadas por alterações de metodologia.

### Resultados diários globais dos testes de esforço em todas as moedas

em mil milhões de euros	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez
Risco de mercado sistémico	120	234	114	100	215	115
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	90	234	145	78	215	137
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	154	251	97	152	235	84
<b>Combinado<sup>3 4</sup></b>	<b>205</b>	<b>254</b>	<b>48</b>	<b>195</b>	<b>239</b>	<b>43</b>

<sup>1</sup> Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

<sup>4</sup> Em dezembro de 2021 o sNLP foi atualizado de 47,6 mil milhões de euros para 43,3 mil milhões de euros devido a uma alteração de modelo para uma variante de produto na carteira do Investment Bank; isto tem um impacto principalmente no sNLP em euros, que foi reexpresso de 21 mil milhões de euros para 18 mil milhões de euros

### Resultados diários globais dos testes de esforço em EUR

em mil milhões de euros	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez
<b>Combinado<sup>3</sup></b>	<b>95</b>	<b>109</b>	<b>14</b>	<b>91</b>	<b>109</b>	<b>18</b>

<sup>1</sup> Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

### Resultados diários globais dos testes de esforço em USD

em mil milhões de euros	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez
<b>Combinado<sup>3</sup></b>	<b>81</b>	<b>103</b>	<b>22</b>	<b>78</b>	<b>88</b>	<b>10</b>

<sup>1</sup> Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

### Resultados diários globais dos testes de esforço em GBP

em mil milhões de euros	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento	Compensação do défice	Posição líquida de liquidez
<b>Combinado<sup>3</sup></b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>4</b>

<sup>1</sup> Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

A tabela seguinte apresenta o montante necessário para satisfazer os requisitos de garantias colaterais de obrigações contratuais em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

### Obrigações contratuais

em milhões de euros	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivados contratuais	389	434	205	294
Outros requisitos de financiamento ou de margem	0	0	0	0

## Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido era de 120% no final do quarto trimestre de 2022, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 99 mil milhões de euros em comparação com 121% no final do quarto trimestre de 2021, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 105 mil milhões de euros. A diminuição deveu-se principalmente ao reembolso das ORPA direcionadas do BCE e ao aumento da atividade de concessão de empréstimos, parcialmente compensada por depósitos mais elevados e novas emissões no mercado de capitais.

	31 dez 2022	31 dez 2021
	Total do valor ponderado ajustado	Total do valor ponderado ajustado (média)
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		
<b>Financiamento estável disponível (ASF)</b>	<b>606</b>	<b>602</b>
<b>Financiamento estável requerido (RSF)</b>	<b>507</b>	<b>498</b>
Rácio de financiamento estável líquido (NSFR) em %	120%	121%

## Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Por este motivo, são excluídas as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 20, "Ativos penhorados e recebidos como garantia" das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 37, "Informações sobre subsidiárias" das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados onerados. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados pelo justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico de patrimoniais e extrapatrimoniais pelo justo valor e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte "Reservas de liquidez" para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em "Outros ativos" pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

## Ativos onerados e desonerados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022			
	Valor contabilístico			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	136	59	77	0
Instrumentos de capital	3	1	2	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	186	14	172	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	11	0	0	11
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>2</sup>				
Ativos detidos para negociação	8	0	8	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	300	0	0	300
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	82	0	0	82
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1	0	1	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral <sup>2</sup>	6	0	4	2
Empréstimos	525	74	14	438
Outros ativos	80	47	0	33
<b>Total</b>	<b>1.339</b>	<b>194</b>	<b>279</b>	<b>866</b>

<sup>1</sup> Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

<sup>2</sup> Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	310	254	48	6
Títulos de dívida	299	250	48	0
Instrumentos de capital	2	1	0	0
Outras garantias recebidas	9	3	0	6

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021			
	Valor contabilístico			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	131	66	65	0
Instrumentos de capital	7	2	5	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	199	14	186	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	8	0	0	8
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>2</sup>				
Ativos detidos para negociação	10	0	10	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	300	0	0	300
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	78	0	0	78
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1	0	1	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral <sup>2</sup>	6	0	4	1
Empréstimos	513	86	6	420
Outros ativos	73	45	0	28
<b>Total</b>	<b>1.325</b>	<b>212</b>	<b>277</b>	<b>836</b>

<sup>1</sup> Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

<sup>2</sup> Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2021			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	260	223	35	2
Títulos de dívida	254	219	35	0
Instrumentos de capital	4	4	0	0
Outras garantias recebidas	2	0	0	2



## Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo  $\leq 1$  ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo  $> 1$  ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31 dez 2022

em milhões de euros	À vista (incl. Notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central <sup>1</sup>	164.090	13.138	1.639	0	0	29	0	0	0	178.897
Saldos interbancários (sem bancos centrais) <sup>1</sup>	6.315	265	181	83	166	181	0	0	6	7.195
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	9	2.646	3.990	356	519	895	1.721	1.342	0	11.478
Com bancos	3	305	869	22	5	600	1.626	1.322	0	4.750
Com clientes	6	2.342	3.121	334	514	295	95	21	0	6.728
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	410.982	47.537	6.495	3.577	3.381	3.973	2.130	655	3.646	482.376
Ativos detidos para negociação	91.150	0	0	0	0	1.437	0	0	280	92.867
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	88.153	0	0	0	0	0	0	0	4	88.156
Ações e outros títulos de rendimento variável	2.098	0	0	0	0	1.437	0	0	276	3.811
Outros ativos detidos para negociação	900	0	0	0	0	0	0	0	0	900
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.686	0	0	0	0	0	0	0	0	299.686
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	20.145	47.537	6.495	3.577	3.381	2.443	2.130	582	3.365	89.654
Títulos comprados com acordos de revenda	7.623	42.880	4.868	2.274	3.142	1.647	1.207	215	0	63.855
Títulos obtidos por empréstimo	12.445	3.594	1.167	202	0	0	7	0	0	17.414
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	77	390	460	1.096	239	153	810	328	2.842	6.396
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	673	0	4	0	643	106	39	523	1.989
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	94	0	74	1	168
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	260	441	225	88	49	15	65	275	1.417
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3	3.857	1.557	803	696	380	1.606	11.093	11.681	31.675
Títulos comprados com acordos de revenda	0	2.156	0	0	0	0	0	0	0	2.156
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	1.305	883	426	413	184	1.088	9.570	11.581	25.450
Empréstimos	3	396	673	377	283	195	518	1.523	100	4.069
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	18.559	29.007	28.590	19.767	10.310	12.875	39.165	99.180	226.246	483.700
A bancos	199	530	415	490	154	178	2.157	2.119	906	7.148
A clientes	18.360	28.477	28.175	19.277	10.156	12.697	37.008	97.061	225.340	476.552
Retalho	3.040	1.475	5.077	1.760	1.344	1.389	5.222	16.190	176.847	212.344
Grandes empresas e outros clientes	15.320	27.001	23.098	17.517	8.813	11.308	31.786	80.871	48.493	264.208
Outros ativos financeiros	66.077	9.465	2.339	3.385	1.155	3.549	3.488	4.134	16.595	110.187
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>666.034</b>	<b>106.175</b>	<b>45.231</b>	<b>28.196</b>	<b>16.316</b>	<b>21.931</b>	<b>48.124</b>	<b>116.469</b>	<b>258.448</b>	<b>1.306.924</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>9.158</b>	<b>754</b>	<b>2</b>	<b>3.592</b>	<b>5</b>	<b>3.442</b>	<b>231</b>	<b>1.270</b>	<b>11.410</b>	<b>29.865</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>675.193</b>	<b>106.929</b>	<b>45.232</b>	<b>31.788</b>	<b>16.321</b>	<b>25.373</b>	<b>48.355</b>	<b>117.740</b>	<b>269.858</b>	<b>1.336.788</b>

<sup>1</sup> As posições "Caixa e saldos do banco central" e "Saldos interbancários (sem bancos centrais)" incluem 761 milhões de euros em numerário detidos nos bancos russos, predominantemente no Banco Central da Rússia.

31 dez 2021

em milhões de euros	À vista (incl. Notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central <sup>1</sup>	186.020	5.513	488	0	0	0	0	0	0	192.021
Saldos interbancários (sem bancos centrais) <sup>1</sup>	6.153	641	191	120	119	114	0	0	4	7.342
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	178	1.979	2.042	569	992	144	831	1.633	0	8.368
Com bancos	168	1.375	740	303	277	8	629	1.611	0	5.111
Com clientes	10	604	1.302	266	715	136	202	23	0	3.257
Títulos obtidos por empréstimo	0	63	0	0	0	0	0	0	0	63
Com bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com clientes	0	63	0	0	0	0	0	0	0	63
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	420.971	47.776	7.155	2.514	1.190	3.577	747	1.966	5.336	491.233
Ativos detidos para negociação	100.079	0	76	0	0	1.815	0	4	423	102.396
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	94.607	0	0	0	0	0	0	0	130	94.737
Ações e outros títulos de rendimento variável	4.801	0	76	0	0	1.815	0	4	293	6.989
Outros ativos detidos para negociação	671	0	0	0	0	0	0	0	0	671
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.732	0	0	0	0	0	0	0	0	299.732
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	21.155	47.776	7.079	2.514	1.142	1.762	663	1.962	4.912	88.965
Títulos comprados com acordos de revenda	6.373	44.027	5.850	1.934	895	202	56	594	0	59.931
Títulos obtidos por empréstimo	14.777	2.829	663	86	0	0	0	0	0	18.355
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	5	198	374	415	242	726	437	1.228	4.125	7.750
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	722	193	79	4	834	170	140	787	2.929
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	6	0	0	0	48	0	84	1	1	140
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	124	57	103	11	92	25	223	469	1.106
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	2.188	1.897	1.281	890	738	2.236	5.970	13.778	28.979
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.231	0	0	0	0	0	0	0	1.231
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	502	950	689	532	626	1.772	4.560	13.746	23.377
Empréstimos	0	455	947	593	358	112	464	1.410	32	4.370
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	16.962	39.291	27.993	23.939	11.882	12.449	29.518	89.735	219.550	471.319
A bancos	282	885	899	503	274	183	441	3.387	753	7.607
A clientes	16.680	38.406	27.095	23.436	11.609	12.265	29.077	86.348	218.796	463.712
Retalho	2.782	5.143	4.262	2.092	1.071	2.209	4.337	16.256	171.602	209.754
Grandes empresas e outros clientes	13.898	33.263	22.833	21.343	10.537	10.056	24.740	70.093	47.195	253.958
Outros ativos financeiros	65.378	7.742	1.223	1.206	1.322	3.306	4.879	3.968	8.022	97.046
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>695.661</b>	<b>105.317</b>	<b>41.047</b>	<b>29.732</b>	<b>16.406</b>	<b>20.420</b>	<b>38.237</b>	<b>103.496</b>	<b>247.160</b>	<b>1.297.477</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>8.445</b>	<b>1.258</b>	<b>1</b>	<b>2.118</b>	<b>31</b>	<b>2.576</b>	<b>130</b>	<b>1.372</b>	<b>10.585</b>	<b>26.516</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>704.106</b>	<b>106.575</b>	<b>41.048</b>	<b>31.851</b>	<b>16.437</b>	<b>22.996</b>	<b>38.367</b>	<b>104.868</b>	<b>257.744</b>	<b>1.323.993</b>

<sup>1</sup> As posições "Caixa e saldos do banco central" e "Saldos interbancários (sem bancos centrais)" incluem 526 milhões de euros em numerário detidos nos bancos russos, predominantemente no Banco Central da Rússia

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos passivos com base no valor contábilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31 dez 2022										
em milhões de euros	À vista (incl. Notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	378.174	34.971	97.284	55.043	16.398	14.629	7.638	7.975	9.344	621.456
A pagar a bancos	41.570	1.052	9.089	8.984	6.248	1.592	2.965	5.699	7.853	85.053
A pagar a clientes	336.605	33.919	88.196	46.059	10.150	13.038	4.673	2.276	1.491	536.404
Retalho	155.180	5.491	58.382	28.637	1.334	1.273	943	579	84	251.903
Grandes empresas e outros clientes	181.425	28.428	29.813	17.422	8.816	11.764	3.730	1.697	1.407	284.500
Passivos detidos para negociação	332.969	0	0	0	0	0	0	0	0	332.969
Títulos para negociação	49.860	0	0	0	0	0	0	0	0	49.860
Outros passivos detidos para negociação	756	0	0	0	0	0	0	0	0	756
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	282.353	0	0	0	0	0	0	0	0	282.353
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	9.686	27.208	10.285	2.175	774	388	852	2.355	911	54.634
Títulos vendidos com acordos de recompra	7.484	27.026	10.131	2.028	658	228	554	351	55	48.517
Dívida a longo prazo	1.740	60	64	116	113	115	292	1.895	854	5.250
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	462	122	90	31	2	45	6	109	2	868
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	469	0	0	0	469
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	144	182	94	78	16	46	47	181	787
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	170	182	144	20	0	0	25	16	15	573
A pagar a bancos	59	101	122	3	0	0	0	0	9	293
A pagar a clientes	111	81	23	17	0	0	25	16	6	279
Títulos cedidos por empréstimo	12	0	0	0	0	0	0	0	0	13
A pagar a bancos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
A pagar a clientes	12	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Outros empréstimos a curto prazo	3.002	1.878	135	34	9	61	0	0	0	5.118
Dívida a longo prazo	0	3.085	27.434	6.756	4.994	4.355	17.537	43.826	23.539	131.525
Títulos de dívida – sénior	0	3.050	2.068	2.510	3.206	3.791	13.091	35.427	15.413	78.556
Títulos de dívida - subordinados	0	0	25	1.309	0	0	36	7.095	2.670	11.135
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	34	25.340	2.882	1.770	501	4.385	1.242	5.433	41.588
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	55	18	63	25	62	23	245
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	500	0	0	0	0	0	500
Outros passivos financeiros	90.316	776	996	470	160	1.779	723	1.136	2.517	98.873
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>814.329</b>	<b>68.243</b>	<b>136.461</b>	<b>65.092</b>	<b>22.411</b>	<b>21.697</b>	<b>26.821</b>	<b>55.355</b>	<b>36.507</b>	<b>1.246.916</b>
Outros passivos	17.544	0	0	0	0	0	0	0	0	17.544
<b>Total do capital próprio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>72.328</b>	<b>72.328</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>831.874</b>	<b>68.243</b>	<b>136.461</b>	<b>65.092</b>	<b>22.411</b>	<b>21.697</b>	<b>26.821</b>	<b>55.355</b>	<b>108.835</b>	<b>1.336.788</b>
Compromissos assumidos fora do balanço	45.318	11.115	15.621	22.407	12.160	24.447	43.057	105.306	38.803	318.234
Bancos	1.150	1.021	1.561	1.886	1.894	2.366	2.748	2.634	4.955	20.214
Retalho	15.916	820	1.005	335	608	2.212	875	727	8.900	31.398
Grandes empresas e outros clientes	28.253	9.274	13.055	20.186	9.659	19.869	39.434	101.945	24.948	266.622

31 dez 2021

em milhões de euros	À vista (incl. Notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Depósitos</b>	393.371	23.033	95.474	49.687	10.775	9.937	4.726	7.095	9.652	603.750
A pagar a bancos	42.195	2.312	8.091	9.328	5.619	1.637	2.374	5.105	7.652	84.315
A pagar a clientes	351.176	20.721	87.383	40.359	5.156	8.299	2.352	1.989	1.999	519.435
Retalho	158.038	3.040	59.964	28.293	889	745	416	495	127	252.006
Grandes empresas e outros clientes	193.138	17.681	27.419	12.066	4.267	7.555	1.936	1.494	1.873	267.429
<b>Passivos detidos para negociação</b>	341.827	0	0	0	0	0	0	0	0	341.827
Títulos para negociação	54.235	0	0	0	0	0	0	0	0	54.235
Outros passivos detidos para negociação	483	0	0	0	0	0	0	0	0	483
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	287.108	0	0	0	0	0	0	0	0	287.108
<b>Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados</b>	12.038	22.809	4.219	648	13.987	2.114	376	1.497	780	58.468
Títulos vendidos com acordos de recompra	10.802	22.069	4.077	548	13.855	1.950	1	3	58	53.364
Dívida a longo prazo	1.008	0	35	36	87	59	368	1.439	667	3.699
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	228	740	106	64	44	105	7	54	56	1.404
<b>Passivos por contratos de investimento</b>	0	0	0	0	0	562	0	0	0	562
<b>Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura</b>	0	317	362	187	188	48	34	252	79	1.467
<b>Recursos de bancos centrais adquiridos</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Títulos vendidos com acordos de recompra</b>	226	2	30	39	1	0	440	2	8	747
A pagar a bancos	218	1	28	37	1	0	440	0	3	727
A pagar a clientes	8	2	2	2	0	0	0	2	5	21
<b>Títulos cedidos por empréstimo</b>	24	0	0	0	0	0	0	0	0	24
A pagar a bancos	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
A pagar a clientes	18	0	0	0	0	0	0	0	0	18
<b>Outros empréstimos a curto prazo</b>	2.676	639	114	536	2	67	0	0	0	4.034
<b>Dívida a longo prazo</b>	0	1.838	31.616	10.889	1.452	3.637	17.832	48.166	29.054	144.485
Títulos de dívida – sénior	0	1.772	3.287	2.934	1.345	2.849	12.901	34.760	21.780	81.629
Títulos de dívida - subordinados	0	0	14	0	0	0	1.231	4.879	2.479	8.603
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	66	28.315	7.955	93	788	3.597	8.397	4.749	53.960
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	0	15	0	103	130	46	293
<b>Títulos fiduciários preferenciais</b>	0	0	0	264	0	264	0	0	0	528
<b>Outros passivos financeiros</b>	78.320	1.358	1.988	329	171	284	762	1.235	1.828	86.274
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>828.483</b>	<b>49.996</b>	<b>133.803</b>	<b>62.580</b>	<b>26.576</b>	<b>16.912</b>	<b>24.169</b>	<b>58.245</b>	<b>41.401</b>	<b>1.242.165</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>13.797</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>13.797</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>68.030</b>	<b>68.030</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>842.280</b>	<b>49.996</b>	<b>133.803</b>	<b>62.580</b>	<b>26.576</b>	<b>16.912</b>	<b>24.169</b>	<b>58.245</b>	<b>109.432</b>	<b>1.323.993</b>
<b>Compromissos assumidos fora do balanço<sup>1</sup></b>	<b>42.737</b>	<b>11.379</b>	<b>15.969</b>	<b>18.800</b>	<b>8.712</b>	<b>24.010</b>	<b>34.770</b>	<b>99.808</b>	<b>37.641</b>	<b>293.825</b>
Bancos	1.243	1.538	2.018	2.115	1.502	2.555	2.180	3.167	4.592	20.910
Retalho	16.057	783	683	163	165	2.058	257	822	10.258	31.244
Grandes empresas e outros clientes	25.437	9.058	13.267	16.523	7.045	19.397	32.334	95.819	22.790	241.670

<sup>1</sup>Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

## Sustentabilidade

A sustentabilidade é uma componente central da estratégia "Global Hausbank" do Deutsche Bank. Em 2022, o banco continuou a implementar a sua estratégia de sustentabilidade, concentrando-nos em quatro dimensões: Financiamento sustentável, Políticas e Compromissos, Pessoas e Operações Próprias, bem como Liderança Pensada e Envolvimento das Partes Interessadas. A realização de progressos ao longo destes quatro pilares permitirá ao banco maximizar o seu contributo para a consecução dos objetivos do Acordo de Paris sobre o Clima e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O banco subscreveu formalmente os quadros e iniciativas universais em matéria de sustentabilidade, por exemplo, é membro da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, e signatário dos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, dos Princípios para uma Banca Responsável e aderiu à Net-Zero Banking Alliance. Este capítulo não abrange a DWS, que define a sua própria estratégia de sustentabilidade

Em 2022, o Deutsche Bank reforçou ainda mais a sua governação em matéria de sustentabilidade, nomeando um Diretor de Sustentabilidade, que responde perante o Diretor Executivo, e criou um Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade responsável pela gestão e supervisão da transformação da sustentabilidade. Isto ajudará o banco a gerir, medir e controlar melhor as suas atividades de sustentabilidade em todas as suas divisões de negócio, funções de infraestrutura e regiões e permitirá o cumprimento da regulamentação ambiental e social. A governação do Banco em matéria de sustentabilidade inclui atualmente três fóruns inteiramente dedicados à sustentabilidade. O fórum mais antigo é o Comité de Sustentabilidade do Grupo. Presidido pelo Presidente do Conselho de Administração do Banco, o comité atua como órgão de decisão de topo para as questões relacionadas com a sustentabilidade a nível do grupo. Além do Comité de Sustentabilidade do Grupo e do Comité de Orientação da Estratégia de Sustentabilidade, um terceiro fórum, o Conselho de Sustentabilidade, está mandatado para promover o intercâmbio de conhecimentos no banco, a fim de estimular a mudança em todo o banco e identificar novos tópicos. Além disso, o banco complementou a sua atual equipa de Sustentabilidade do Grupo com uma equipa dedicada à Estratégia e Governação Regional, responsável pelo desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade do banco, e uma equipa de Execução, Dados e Regulamentação, responsável pela gestão da transformação numa base diária, bem como pela identificação e avaliação da regulamentação relevante. As três equipas formam o novo Gabinete de Sustentabilidade do banco. O departamento de Sustentabilidade do Grupo continua a ser responsável pelo desenvolvimento do quadro de sustentabilidade do banco, supervisionando a adesão às políticas e compromissos de sustentabilidade de todo o grupo e proporcionando transparência às partes interessadas do banco. Para além do Diretor de Sustentabilidade, as divisões de negócio e as funções de infraestruturas do Banco têm cada uma os seus próprios especialistas em ESG para garantir uma resposta rápida às oportunidades e aos riscos de negócio. O grau de cumprimento dos objetivos ESG está entre os critérios utilizados para calcular a remuneração baseada no desempenho dos nossos executivos de topo.

### Financiamento sustentável

O Deutsche Bank estabeleceu o objetivo de atingir volumes cumulativos de financiamento e investimento sustentáveis desde janeiro de 2020 de mais de 200 mil milhões de euros até ao final de 2022 e de 500 mil milhões de euros até ao final de 2025. Os ativos ESG geridos pela nossa DWS não estão incluídos neste número.

### Políticas e compromissos

Em 2022, o Deutsche Bank continuou a implementar um quadro de risco climático abrangente, em conformidade com as recomendações da Task Force para divulgações financeiras relacionadas com o clima. O Deutsche Bank publicou a pegada de carbono da exposição dos seus empréstimos a empresas e as emissões financiadas das principais indústrias com utilização intensiva de carbono, bem como os objetivos net-zero para 2030 e 2050. Estes objetivos abrangem os setores intensivos em carbono do Petróleo e Gás (Upstream), Produção de Energia, Indústria Automóvel (veículos ligeiros) e Aço, e reduzirão significativamente as quantidades de emissões financiadas (Âmbito 3) até 2030, refletindo os compromissos do banco enquanto membro fundador da Net-Zero Banking Alliance

### Pessoas e operações

Adicionalmente, o Deutsche Bank implementou o seu compromisso de fornecer 100% de eletricidade renovável até 2025. Em 2022, o banco recebeu 95,7% do seu próprio consumo global de energia a partir de fontes renováveis e reduziu o seu consumo total de energia em 13,3%. Além disso, o banco tornou obrigatórias as classificações de sustentabilidade dos fornecedores. Para novos contratos de valor superior a 500.000 euros por ano, o banco só trabalhará com fornecedores com uma classificação ESG fornecida por uma agência de classificação de sustentabilidade de renome. O banco lançou também o "How we live", o novo programa de Responsabilidade Social Empresarial do Grupo para o impacto ambiental, com o objetivo de abordar a conservação da natureza e a proteção ambiental, bem como questões sociais relacionadas, em colaboração com organizações ambientais e sem fins lucrativos.

## Liderança pensada e envolvimento das partes interessadas

No âmbito da sua cooperação, o Deutsche Bank e a Escola Europeia de Gestão e Tecnologia de Berlim anunciaram a criação de uma nova cátedra de Finanças Sustentáveis. Além disso, o Deutsche Bank esteve representado na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP 27), em colaboração com o Centro de Resiliência, e acolheu a segunda Conferência Anual dbAccess Global ESG, que pretendia ser um fórum de participação para as empresas abordarem considerações ambientais, sociais e de governação relevantes para as partes interessadas.

Mais informações sobre sustentabilidade são publicadas no Relatório Não Financeiro de 2022 do banco. Inclui a demonstração não financeira do Deutsche Bank em conformidade com o n.º 3 do artigo 315.º do Código Comercial alemão. Um PDF do relatório não financeiro é publicado no nosso sítio web de Relações com os Investidores [/\(db.com/annual-report\)](https://db.com/annual-report)

## Colaboradores

### Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2022, o banco tinha um total de 84.930 colaboradores, em comparação com 82.969 em 31 de dezembro de 2021. O banco calcula o número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que inclui valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro do banco em 31 de dezembro de 2022, de 2021 e de 2020.

Colaboradores <sup>1</sup>	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2020
Alemanha	35.594	35.741	37.315
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	18.379	19.311	19.617
Ásia e Pacífico	23.236	20.215	19.430
América do Norte <sup>2</sup>	7.534	7.556	8.149
América Latina	187	145	148
<b>Total de colaboradores</b>	<b>84.930</b>	<b>82.969</b>	<b>84.659</b>

<sup>1</sup> Colaboradores equivalentes a tempo inteiro, os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

<sup>2</sup> Principalmente Estados Unidos

Em 2022, o número de colaboradores do banco aumentou em 1961, ou seja, 2,4%, principalmente devido ao crescimento das atividades, ao reforço da função informática e às internalizações.

- Alemanha (-147; -0,4%) devido à implementação de medidas de reestruturação, sobretudo no segmento Private Bank, parcialmente compensado por transferências da força de trabalho da Rússia
- América do Norte (-23; -0,3%), principalmente devido a reduções no Corporate Bank
- América Latina (+42; +29,0%), principalmente devido aos aumentos registados no Brasil
- EMEA ex-Alemanha (-933; -4,8%), principalmente devido à redução da presença do banco na Rússia
- Ásia e Pacífico (+3.021; +14,9%), principalmente devido aos aumentos na Índia e no respetivo Centro de Operações

A tabela a seguir apresenta a distribuição de colaboradores equivalentes a tempo inteiro por divisão em 31 de dezembro de 2022, de 2021 e de 2020.

Colaboradores	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2020
Corporate Bank (CB)	16,5%	16,0%	15,8%
Investment Bank (IB)	9,0%	8,6%	8,9%
Private Bank (PB)	31,7%	33,8%	35,1%
Asset Management (AM)	5,0%	4,9%	4,6%
Capital Release Unit (CRU)	0,2%	0,3%	0,6%
Infraestrutura	37,5%	36,3%	35,0%

<sup>1</sup> Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

- Corporate Bank (+688; +5,2%), principalmente como resultado de aumentos nas funções de Operações e Controlo
- Investment Bank (+505; +7,1%), principalmente devido a aumentos nas funções de Operações e Controlo, bem como Rendimento Fixo
- Private Bank (-1.132; -4,0%), principalmente devido a reduções na Alemanha
- Asset Management (+211; +5,2%), principalmente como resultado de aumentos no Reino Unido, na Alemanha, e na Ásia-Pacífico
- Capital Release Unit (-73; -27,2%) principalmente devido a reduções no Reino Unido
- Funções de infraestrutura (+1.762; +5,9%) principalmente devido a aumentos em Dados Tecnológicos e Inovação (+1168) sobretudo impulsionados pela internalização de funções externas críticas



## Planos de benefícios pós-emprego

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos.

No processo de contabilidade globalmente coordenada do Grupo, que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as análises globais atuariais reveem as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos princípios globais do Grupo para determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, o Grupo conseguiu garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os planos de benefícios dos colaboradores do Grupo, consulte a Nota 33, "Benefícios dos colaboradores" nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

## Aquisição de talentos

As taxas de rotação voluntária de pessoal diminuíram em 2020, principalmente devido à pandemia da COVID-19. Em 2021, as taxas de rotação voluntária do pessoal voltaram quase ao nível anterior à COVID-19. Em 2022, as condições do mercado de trabalho tornaram-se significativamente mais restritivas e as taxas de abandono voluntário foram superiores aos níveis anteriores à COVID. A nível mundial, o Deutsche Bank observa mercados extremamente competitivos, em particular nos EUA e na Índia. A nível do grupo, a taxa de rotação voluntária do pessoal foi de 10,1% (2021): 7,9%, 2020: 5,9 %). O aumento de 2,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior foi principalmente impulsionado por uma maior taxa de rotação de pessoal na Ásia/Pacífico (2022: 18,4%. 2021: 14,6%) e Américas (2022: 18,2%, 2021: 17,0 %).

O recrutamento de talentos permanece uma prioridade fundamental para o banco. Em 2022, o foco principal foi o preenchimento das funções de front office em áreas de crescimento (tais como International Private Bank e Asset Management). Além disso, esteve também no reforço de colaboradores dos centros de operações, principalmente na Índia, e na contratação de talentos para fazer frente à procura crescente em funções regulamentares (como a gestão do ciclo de vida do cliente e o combate aos crimes financeiros).

O banco permanece empenhado na sua prioridade estratégica de contratação de diplomados universitários, pois eles ajudam a impulsionar a agenda de mudança. Em 2022, o banco contratou 793 licenciados (2021: 890). O banco também internalizou 1.806 funções externas (2021: 1.697), em especial na área de TI.

## Promoção da mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital no desenvolvimento e na manutenção de colaboradores qualificados e talentos e na garantia de que o banco continua a beneficiar dos seus conhecimentos e experiência. O banco promovemos a mobilidade entre divisões, o que permite aos colaboradores alargar as suas competências e experiência. Além disso, a mobilidade interna ajuda a reduzir os custos de despedimentos e de recrutamento do banco.

Em 2022, o Deutsche Bank continuou a implementar a sua estratégia de mobilidade interna e a manter o seu compromisso de preencher um terço de todas as posições vagas com candidatos adequados de dentro da organização. As posições vagas são normalmente anunciadas pela primeira vez dentro do Grupo durante, pelo menos, duas semanas. A priorização de candidatos internos ajuda colaboradores afetados pela reestruturação a encontrar novos postos de trabalho no banco.

Em 2022, 27,3% (2021: 31,0%) de todas as vagas foram preenchidas internamente (excluindo o Postbank). Em média, foram necessários 86 dias para preencher as vagas (2021: 81 dias).

## Diversidade e inclusão

A diversidade e a inclusão são os alicerces em que assentam os valores do banco e são pré-requisitos para as ambições do Global Hausbank. O banco procura atrair, desenvolver e reter os colaboradores com talento de todas as culturas, países, raças, etnias, géneros, orientações sexuais, incapacidades, crenças, proveniências e experiências. O banco pretende que

todos os seus colaboradores tenham um sentimento de pertença, criando um ambiente de trabalho inclusivo onde todos se sintam bem-vindos, respeitados, ouvidos, tratados de forma justa e possam contribuir e crescer.

Ao longo de 2022, o banco continua a incorporar a diversidade, a igualdade e a inclusão na sua cultura e práticas de colaboradores, apoiando o avanço das mulheres e dos membros de outros grupos subrepresentados. As medidas que o banco adota incluem a captação e contratação de pessoal, melhor planeamento de carreiras, desenvolvimento de liderança, oportunidades de exposição e patrocínio de líderes seniores. O banco continua a dotar o seu pessoal de recursos para praticar a inclusão e compreender como tomar decisões equitativas relacionadas com as pessoas.

No final de 2022, seis, ou 30%, dos membros do Conselho de Fiscalização eram mulheres (2021: 30 %). Este número cumpria o requisito estatutário de 30% para as empresas alemãs co-determinadas e cotadas em bolsa, nos termos da legislação de quotas de género que entrou em vigor em 2015.

A meta do Conselho de Fiscalização, estabelecida em 2017, é ter pelo menos 20% de mulheres no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022. Seria necessário haver duas mulheres para atingir este meta, num Conselho de Administração que tem entre oito e doze membros. Com Christiana Riley e Rebecca Short no Conselho de Administração, este objetivo foi atingido em 30 de junho de 2022. A atual lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FÜPoG II) exige a nomeação de, pelo menos, uma mulher e um homem para um conselho de administração com mais de três membros, não sendo necessário estabelecer objetivos adicionais. O banco excedeu este requisito em 31 de dezembro de 2022.

No âmbito do seu compromisso "35 by 25", o banco pretende que, até 2025, as mulheres representem pelo menos 35% da sua população de diretores-gerais, diretores e vice-presidentes (excluindo Asset Management e Capital Release Unit). O banco também planeia ter pelo menos 30% de mulheres nos cargos um e dois níveis abaixo do Conselho de Administração (excluindo Asset Management e Capital Release Unit).

O banco está empenhado em aumentar a proporção de mulheres em posições de liderança sénior em toda a organização, mas são as empresas individuais do banco que honram este compromisso. Uma vez que as culturas e os desafios sociais variam consoante o país e o tipo de negócio, cada uma das regiões e empresas do banco tem os seus próprios esforços de diversidade, igualdade e inclusão. O Conselho de Administração continua empenhado nestes objetivos, e o banco lançou iniciativas específicas para acelerar a mudança. Estas iniciativas têm sido implementadas ao longo de todo o ciclo de vida dos colaboradores, desde atrair e contratar talentos até ao seu desenvolvimento, retenção e promoção.

## Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informação sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consulte o Relatório de recursos humanos de 2022 do Banco.

	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2020
<b>Colaboradoras (em %, número de colaboradores)<sup>1</sup></b>			
Diretoras Executivas	20,9%	19,3%	18,4%
Diretoras	26,7%	25,7%	25,1%
Vice-Presidentes do sexo feminino	33,5%	32,8%	32,4%
Vice-Presidente Adjuntas e Associadas	41,8%	41,3%	40,6%
Não Diretoras	59,7%	60,4%	59,9%
<b>Total de colaboradoras</b>	<b>46,4%</b>	<b>46,6%</b>	<b>46,4%</b>
<b>Idade (em %, total)<sup>2</sup></b>			
15–29 anos	15,4%	14,7%	14,9%
30–39 anos	28,1%	28,1%	28,4%
40–49 anos	26,7%	27,1%	27,1%
50–59 anos	25,0%	25,7%	25,2%
mais de 59 anos	4,8%	4,5%	4,4%
<b>Trabalho a tempo parcial (em % do total de colaboradores)</b>			
Alemanha	26,0%	26,8%	27,2%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	5,4%	5,6%	5,8%
Américas	0,3%	0,3%	0,2%
Ásia e Pacífico	0,1%	0,2%	0,1%
<b>Total de trabalho a tempo parcial</b>	<b>12,9%</b>	<b>13,8%</b>	<b>14,3%</b>
Taxa de aprendizes na Alemanha	3,5%	4,1%	4,2%
	2022	2021	2020
Índice de compromisso	69%	71%	69%
Índice de envolvimento	73%	73%	76%
<b>Taxa de rotação de voluntários</b>			
Alemanha	3,7%	2,2%	2,6%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	9,7%	7,9%	5,6%
Américas	18,2%	17,0%	10,1%
Ásia e Pacífico	18,4%	14,6%	11,3%
<b>Total da taxa de rotação de voluntários</b>	<b>10,1%</b>	<b>7,9%</b>	<b>5,9%</b>
Taxa de saúde (em %) <sup>3</sup>	91,8%	93,1%	92,7%

<sup>1</sup> Os cargos corporativos declarados do Postbank (incluindo subsidiárias) são apenas alternativos, tecnicamente derivados e não contratualmente definidos nem acordados

<sup>2</sup> Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

<sup>3</sup> Taxa de saúde:  $100 - ((\text{total de dias de doença} \times 100) / \text{total de dias de trabalho regular})$ , Alemanha

# Controlo interno sobre o relato financeiro

## Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre o relato financeiro é um processo concebido sob a supervisão do nosso Presidente do Conselho de Fiscalização e do nosso Diretor Financeiro para proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade do relato financeiro. Para além da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da empresa para efeitos de relato externo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). O nosso controlo interno sobre relato financeiro inclui os nossos controlos de divulgação e procedimentos concebidos para evitar declarações inexatas.

## Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As declarações inexatas poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam devido às demonstrações financeiras.

Para conter esses riscos associados ao relato financeiro, a administração do Grupo estabeleceu o controlo interno sobre relato financeiro com o objetivo de proporcionar uma garantia razoável, mas não absoluta, contra erros significativos. Além disso, foi realizada uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre o relato financeiro. Tal baseou-se na Estrutura Integrada de Controlo Interno (2013) emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o controlo interno sobre o relato financeiro, a Direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram;
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras;
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nas demonstrações financeiras pelos montantes adequados;
- Direitos, Obrigações e Propriedade – os direitos, obrigações e propriedade são devidamente contabilizados como ativos e passivos;
- Apresentação e Divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas;
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o controlo interno sobre o relato financeiro, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos de divulgação e os procedimentos ou sistemas de controlo interno do relato financeiro não são capazes de impedir todos os erros; erros involuntários ou intencionais (fraudes). Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar ao longo do tempo. Ademais, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

## Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro inclui as políticas e os procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registos que, de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e alienações dos ativos da empresa;

- Fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que os recebimentos e gastos da empresa estão a ser feitos de acordo com as autorizações da gestão da empresa e;
- Fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos da empresa que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

## Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos, a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de controlo interno sobre o relato financeiro, e considera:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento da demonstração financeira; e
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores determinam na sua totalidade o tipo e o âmbito das evidências exigidas pelo artigo 315.º do HGB, que a Direção tem de avaliar para determinar se o controlo interno sobre o relato financeiro estabelecido é eficaz ou não. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação do controlo interno sobre o relato financeiro. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Essas fontes de informação podem incluir:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do controlo interno sobre o relato financeiro realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e ad-hoc. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da Direção no que diz respeito à eficácia operacional global do controlo interno sobre o relato financeiro.

Em resultado da avaliação, a Direção concluiu em 31 de dezembro de 2022 que o controlo interno sobre o relato financeiro está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

## Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

### Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 32, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

### Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco ou as suas subsidiárias detinham ações próprias durante o exercício de 2022 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. O banco não tem conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

### Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique o banco e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) deste facto. O limiar mínimo é de 3%. O banco não tem conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

### Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confirmem direitos de controlo especiais.

### Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

## Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (Hauptversammlung, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

## Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).



## Podere do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 27 de maio de 2021 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2026, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% os preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2022 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2027, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. A consideração da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser definida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência às ações na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do § 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2022 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (forward). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2027.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

## Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

## Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração líquida num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

## Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, está disponível no sítio Web do Grupo, através da hiperligação <https://www.db.com/ir/en/reports.htm>, bem como no capítulo "4 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade".

# Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

## Introdução

O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e é o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se nos resultados das IFRS das nossas divisões corporativas. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Além disso, o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, de forma a que os rácios de capital regulamentar sejam aplicáveis apenas ao nível do Grupo.

Por conseguinte, as informações, que foram fornecidas sobre o Grupo Deutsche Bank no presente relatório de gestão combinado, são, em geral, também relevantes e aplicáveis ao Deutsche Bank AG. Esta secção contém informações adicionais, que facilitam a compreensão do Deutsche Bank AG. As informações financeiras da presente secção foram elaboradas de acordo com o Código Comercial alemão ("Handelsgesetzbuch", HGB), salvo indicação em contrário. Podem ser encontrados mais detalhes sobre informações financeiras elaboradas em conformidade com o HGB nas notas às demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG, num relatório separado.

## Desempenho do Deutsche Bank AG

Um parâmetro para avaliar o desempenho do Grupo é a capacidade de fazer distribuições aos acionistas. Esta capacidade depende da disponibilidade de lucros distribuíveis do Deutsche Bank AG determinados em conformidade com o HGB. Além disso, a informação financeira do Deutsche Bank AG preparada em conformidade com o HGB é geralmente menos relevante para avaliar ou orientar o desempenho financeiro do Grupo devido às circunstâncias estabelecidas na introdução acima.

Em 2022, o Deutsche Bank AG registou um lucro líquido de 5,5 mil milhões de euros em comparação com um lucro líquido de 1,9 mil milhões de euros em 2021. O resultado operacional de 217 milhões de euros negativos foi inferior em 338 milhões de euros, em consequência de vários efeitos positivos e negativos causados por níveis mais elevados das taxas de juro e pela guerra na Ucrânia. A subida das taxas de juro conduz a um aumento das receitas líquidas de juros e a uma melhoria dos resultados comerciais, mas também a uma diminuição das avaliações dos ativos dos planos de pensões e dos títulos da reserva de liquidez. O aumento da incerteza provocado pela guerra na Ucrânia levou a uma redução da procura de determinados serviços por parte dos clientes e a um aumento das provisões para riscos de crédito. As despesas administrativas mantiveram-se praticamente inalteradas.

O resultado fora do âmbito do lucro de exploração deveu-se sobretudo a ajustamentos de avaliação líquidos positivos dos investimentos em empresas associadas no valor de 4,2 mil milhões de euros, em grande parte atribuíveis a uma reversão parcial de imparidades de anos anteriores. Além disso, um benefício fiscal de 1,8 mil milhões de euros contribuiu para o resultado líquido de 5,5 mil milhões de euros.

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor à Assembleia-Geral Anual que pague um dividendo de 0,30 euros por ação, 2,5 mil milhões de euros adicionais apropriados para reservas de proventos e que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados.

## Demonstração de resultados

### Demonstração de resultados condensada

em milhões de euros			Alterar	
	2022	2021	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros <sup>1</sup>	23.911	12.959	10.952	85
Rendimento corrente <sup>2</sup>	1.840	1.443	398	28
<b>Rendimento de juros total</b>	<b>25.751</b>	<b>14.402</b>	<b>11.350</b>	<b>79</b>
Gastos de juros	15.550	5.369	10.181	190
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>10.201</b>	<b>9.033</b>	<b>1.169</b>	<b>13</b>
Rendimento de comissões	8.767	9.052	(285)	(3)
Gastos com comissões	2.672	2.240	431	19
<b>Rendimento de comissões líquido</b>	<b>6.095</b>	<b>6.811</b>	<b>(716)</b>	<b>(11)</b>
<b>Resultado de negociação líquido</b>	<b>2.898</b>	<b>1.266</b>	<b>1.633</b>	<b>129</b>
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E do HGB	0	0	0	N/S
<b>Total de receitas</b>	<b>19.195</b>	<b>17.110</b>	<b>2.085</b>	<b>12</b>
Salários e vencimentos	4.687	4.758	(71)	(1)
Contribuições obrigatórias para a segurança social <sup>3</sup>	2.032	1.246	786	63
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>6.720</b>	<b>6.005</b>	<b>715</b>	<b>12</b>
Outras despesas administrativas <sup>4</sup>	9.788	10.419	(631)	(6)
<b>Gastos administrativos</b>	<b>16.508</b>	<b>16.424</b>	<b>83</b>	<b>1</b>
<b>Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais</b>	<b>1.308</b>	<b>(560)</b>	<b>(748)</b>	<b>134</b>
Provisionamento de risco	1.596	4	1.591	N/S
<b>Lucros operacionais</b>	<b>(217)</b>	<b>121</b>	<b>(338)</b>	<b>N/S</b>
<b>Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários</b>	<b>3.816</b>	<b>(658)</b>	<b>4.474</b>	<b>N/S</b>
<b>Resultado extraordinário</b>	<b>95</b>	<b>(145)</b>	<b>240</b>	<b>N/S</b>
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	0	2.200	(2.200)	N/S
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>3.694</b>	<b>1.518</b>	<b>2.176</b>	<b>143</b>
Impostos	(1.813)	(400)	(1.412)	N/S
<b>Resultado líquido</b>	<b>5.506</b>	<b>1.919</b>	<b>3.588</b>	<b>187</b>
Lucros transitados do ano anterior	562	0	562	N/S
<b>Retirada de reservas de capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>
<b>Alocações a reservas de receitas</b>	<b>2.500</b>	<b>950</b>	<b>1.550</b>	<b>163</b>
– a outras reservas de receitas	2.500	950	1.550	163
<b>Lucros distribuíveis</b>	<b>3.569</b>	<b>969</b>	<b>2.600</b>	<b>N/S</b>

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo e créditos inscritos no registo da dívida pública

<sup>2</sup> De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros)

<sup>3</sup> Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores

<sup>4</sup> Incluindo depreciação de ativos tangíveis e intangíveis

O rendimento de juros líquido aumento 1,2 mil milhões de euros para 10,2 mil milhões de euros em 2022. O rendimento corrente, até 398 milhões de euros, beneficiou das contribuições das empresas afiliadas. O resultado líquido de juros de empréstimos e títulos menos juros aumentou 769 milhões de euros, devido sobretudo ao impacto favorável da conjuntura das taxas de juro.

As receitas líquidas de comissões, no montante de 6,1 mil milhões de euros, diminuíram 716 milhões de euros em comparação com o ano anterior, devido sobretudo a uma redução de 378 milhões de euros das receitas líquidas de comissões da atividade de títulos, refletindo uma atividade mais fraca no mercado primário.

O resultado líquido de negociação em 2022 foi de 2,9 mil milhões de euros, um aumento de 1,6 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior. Este aumento deveu-se principalmente à elevada atividade do mercado e aos fortes fluxos de clientes.

As despesas com pessoal foram de 6,7 mil milhões de euros, um aumento de 715 milhões de euros em comparação com 2021, principalmente devido a despesas mais elevadas com planos de benefícios definidos.

### Discriminação geográfica dos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) <sup>1</sup>	31 dez 2022	31 dez 2021	Alterar
Alemanha	22.201	21.589	+612
Europa (excl. Alemanha)	7.522	7.703	(181)
Américas	447	454	(7)
África/Ásia/Austrália	5.115	5.113	+2
<b>Total</b>	<b>35.285</b>	<b>34.859</b>	<b>+426</b>

<sup>1</sup> Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes

O número de colaboradores na Alemanha aumentou principalmente devido a transferências de efetivos da Rússia, parcialmente compensadas pela implementação de medidas de reestruturação, principalmente no Private Bank. Na Europa, excluindo a Alemanha, o número de colaboradores diminuiu principalmente no Reino Unido.

Outros custos administrativos foram de 9,8 mil milhões de euros em 2022, um decréscimo de 631 milhões de euros, face a 10,4 mil milhões de euros em 2021. Outros gastos administrativos (excluindo depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis) diminuíram 541 milhões de euros para 8,6 mil milhões de euros. Esta evolução deveu-se principalmente à redução dos custos com equipamento informático, que diminuíram 351 milhões de euros, e das despesas com instalações, que diminuíram 132 milhões de euros, parcialmente compensada por taxas bancárias mais elevadas, que aumentaram 179 milhões de euros. A depreciação e amortização planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascendeu a 1,1 mil milhões de euros em 2022, um aumento de 90 milhões de euros.

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais totalizou 1,3 mil milhões de euros negativos em 2022, face a 560 milhões de euros negativos em 2021. Esta evolução deveu-se principalmente ao aumento das despesas líquidas com ativos dos planos de pensões e provisões relacionadas com o pessoal, que aumentaram mil milhões de euros, parcialmente compensadas pelas despesas com indemnizações, sanções e multas, que diminuíram 156 milhões de euros.

Em 2022, o total de provisionamento de risco líquido, composto por alterações no provisionamento de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, totalizou 1,6 mil milhões de euros, uma subida de 1,6 mil milhões de euros em comparação com 2021. Este desenvolvimento deveu-se a um provisionamento de risco superior no negócio de empréstimos, com uma subida de 710 milhões de euros, e a perdas mais avultadas decorrentes de títulos detidos na reserva de liquidez, com uma subida de 881 milhões de euros. A evolução das provisões para riscos na atividade de concessão de empréstimos refletiu condições macroeconómicas mais difíceis no contexto da guerra na Ucrânia, enquanto 2021 beneficiou da recuperação económica na sequência do abrandamento das restrições impostas pela COVID-19. O resultado líquido negativo dos títulos detidos na reserva de liquidez foi causado pelo aumento significativo dos níveis das taxas de juro durante 2022, o que levou a avaliações mais baixas. Esta diminuição da valorização incluiu uma atenuação parcial do ganho de encerramento de 1,1 mil milhões de euros com swaps de taxa de juro utilizados para cobrir economicamente títulos detidos na reserva de liquidez.

O saldo de outros resultados e gastos ordinários foi de 3,8 mil milhões de euros positivos (2021: 658 milhões de euros negativos), consistindo em ajustamentos de avaliação de investimentos em empresas afiliadas, amortizações e depreciações não programadas de ativos tangíveis e intangíveis e despesas decorrentes da assunção de perdas.

Os ajustamentos de avaliação líquidos dos investimentos em empresas associadas ascenderam a 4,2 mil milhões de euros positivos (2021: 298 milhões de euros negativos), em grande parte relacionados com um investimento nos Estados Unidos. Para este investimento, as imparidades registadas em períodos anteriores foram parcialmente revertidas, com base em perspetivas futuras de rentabilidade sustentadamente melhoradas, que refletem a continuação do forte desempenho das operações do banco nos EUA.

Além disso, os abatimentos e a depreciação não planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 92 milhões de euros em 2022, principalmente relacionados com mobiliário e equipamento (2021: 216 milhões de euros). Imparidades do ano anterior relacionadas principalmente com software autodesenvolvido.

As despesas decorrentes da assunção de prejuízos ascenderam a 281 milhões de euros em 2022 (2021: 145 milhões de euros).

Os resultados e gastos líquidos extraordinários foram de 95 milhões de euros positivos (2021: 145 milhões de euros negativos).

No ano em curso, o fundo para riscos bancários gerais, de acordo com a secção 340g do HGB, manteve-se inalterado após uma libertação parcial de 2,2 mil milhões de euros no ano anterior.

Em 2022, o banco registou um benefício fiscal de 1,8 mil milhões de euros, em comparação com um benefício de 400 milhões de euros no ano anterior. O benefício fiscal do ano em curso deveu-se principalmente a alterações no reconhecimento e na mensuração dos ativos por impostos diferidos, bem como ao rendimento isento de impostos.

O Deutsche Bank AG registou um lucro líquido de 5,5 mil milhões de euros em 2022, em comparação com um lucro líquido de 1,9 mil milhões de euros em 2021.

Após uma adição às reservas de proveitos de 2,5 mil milhões de euros, o lucro distribuível de 2022 ascendeu a 3,6 mil milhões de euros. O Banco irá propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de 0,30 euros por ação. Isto irá reduzir o lucro distribuível até 612 milhões de euros, dependendo do número de ações em circulação na data de registo. Será igualmente

proposta a afetação de um montante adicional de 2,5 mil milhões de euros às reservas de receitas e o reporte do restante lucro distribuível.

## Balanço

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021	Alterar	
			em milhões de euros	em %
<b>Ativos</b>				
Valores a receber de bancos e clientes, incl. saldos junto de bancos centrais e instrumentos de dívida de entidades do setor público	694.455	666.732	27.722	4
Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas	30.927	26.519	4.407	17
Obrigações e outros títulos e ações de capital	70.912	60.479	10.433	17
Ativos detidos para negociação	234.670	246.705	(12.036)	(5)
Outros ativos remanescentes	21.379	19.673	1.706	9
<b>Total do ativo</b>	<b>1.052.343</b>	<b>1.020.109</b>	<b>32.234</b>	<b>3</b>
<b>Passivos e Capital próprio dos acionistas</b>				
Responsabilidades para com bancos e clientes	673.859	644.803	29.056	5
Passivo na forma de certificados	87.090	79.681	7.409	9
Passivos detidos para negociação	178.394	197.069	(18.675)	(9)
Provisões	7.457	5.972	1.485	25
Capital e reservas	39.625	34.913	4.712	13
Passivos subordinados, capital de direitos de participação, instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional e fundo para riscos bancários gerais	24.747	21.333	3.414	16
Outros passivos remanescentes	41.171	36.338	4.833	13
<b>Total do passivo e capital próprio dos acionistas</b>	<b>1.052.343</b>	<b>1.020.109</b>	<b>32.234</b>	<b>3</b>

O total de ativos do Deutsche Bank AG ascendeu a 1052 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. O aumento de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2021 foi principalmente impulsionado por aumentos nos valores a receber de bancos e clientes, incluindo saldos com bancos centrais e instrumentos de dívida de entidades do setor público. O crescimento líquido foi principalmente financiado por dívidas superiores a bancos e clientes.

### Total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos)

em mil milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021	Alterar	
			em mil milhões de euros	em %
<b>Créditos sobre clientes</b>	<b>434</b>	<b>421</b>	<b>13</b>	<b>3</b>
com um período residual de				
até 5 anos <sup>1</sup>	318	305	13	4
mais de 5 anos	116	116	0	0
<b>Empréstimos a bancos</b>	<b>48</b>	<b>43</b>	<b>5</b>	<b>12</b>
com um período residual de				
até 5 anos <sup>1</sup>	36	34	2	7
mais de 5 anos	12	9	3	32
<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>463</b>	<b>18</b>	<b>4</b>

<sup>1</sup> Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) aumentou 18,5 mil milhões de euros (4 %) para 481,8 mil milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se principalmente a um aumento em Créditos sobre clientes de 13,4 mil milhões de euros (3%) para 434,0 mil milhões de euros e um aumento em Empréstimos a bancos, que são relatados no total de crédito concedido, em 5,1 mil milhões de euros (12%) para 47,8 mil milhões de euros.

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora da negociação aumentaram 93,5 mil milhões de euros para 172,8 mil milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2021.

A carteira de títulos do banco (excluindo ativos detidos para negociação) aumentou 10,4 mil milhões de euros para 70,9 mil milhões de euros, principalmente impulsionada por um aumento nas obrigações.

Os ativos detidos para negociação ascenderam a 234,7 mil milhões de euros, um aumento de 12 mil milhões de euros (5%) em comparação com 31 de dezembro de 2021. Esta evolução deveu-se principalmente a uma diminuição dos valores a receber qualificados como de negociação, que diminuíram 21,2 mil milhões de euros (22%) para 73,2 mil milhões de euros, bem como a uma diminuição dos títulos qualificados como de negociação, que diminuíram 9,4 mil milhões de euros (13%) para 64,5 mil milhões de euros, parcialmente compensada por um aumento de 18,4 mil milhões de euros (24%) para 96,3 mil milhões de euros dos valores de mercado positivos dos derivados de negociação.

Os investimentos em empresas afiliadas aumentaram 4,4 mil milhões de euros para 30,8 mil milhões de euros. O aumento deveu-se sobretudo a diminuições de capital de 4,4 mil milhões de euros e a um impacto positivo da conversão cambial de 0,3 mil milhões, parcialmente compensado por amortizações de 0,3 mil milhões de euros. Os aumentos de capital de 0,4 mil milhões de euros foram compensados por reembolsos de capital no mesmo montante.

São fornecido mais detalhes sobre Responsabilidades para com bancos, Responsabilidades para com clientes e Responsabilidades em forma de certificado na tabela seguinte:

#### Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021	Alterar	
			em mil milhões de euros	em %
Dívidas a bancos	<b>149</b>	152	(3)	(2)
reembolsáveis à vista	<b>64</b>	58	6	10
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	<b>85</b>	94	(9)	(9)
<b>Responsabilidades para com clientes</b>	<b>525</b>	<b>493</b>	<b>32</b>	<b>7</b>
depósitos de poupança	<b>60</b>	62	(3)	(4)
outros passivos				
reembolsáveis à vista	<b>345</b>	334	11	3
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	<b>121</b>	97	24	24
<b>Passivo na forma de certificados</b>	<b>87</b>	<b>80</b>	<b>7</b>	<b>9</b>
obrigações emitidas	<b>84</b>	77	7	9
outros passivos na forma de certificados	<b>3</b>	3	1	29
dos quais: instrumentos do mercado monetário	<b>3</b>	2	1	48

Os passivos detidos para negociação ascenderam a 178,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 18,7 mil milhões de euros (9%) em comparação com 31 de dezembro de 2021. Esta evolução deveu-se principalmente a uma diminuição de 21,4 mil milhões de euros (28%) das outras responsabilidades qualificadas como de negociação, para 55,7 mil milhões de euros, e de 7,4 mil milhões de euros (16%) dos títulos (posições curtas), para 37,7 mil milhões de euros, parcialmente compensada por um aumento de 10,2 mil milhões de euros (14%) dos valores de mercado negativos dos derivados de negociação, para 85 mil milhões de euros.

Os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional totalizaram 9,0 mil milhões de euros, em comparação com 8,6 mil milhões de euros no ano passado. O movimento face ao ano anterior é o resultado de novos instrumentos AT1 emitidos em 2022, bem como dos efeitos de conversão cambial.

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG ascenderam a 39,6 mil milhões de euros. O aumento de 4,7 mil milhões de euros é principalmente atribuível ao lucro distribuível gerado em 2022, bem como um aumento em outras reservas de receitas.

Em consonância com os anos anteriores, o Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar e apresenta requisitos de capital apenas para o Grupo Deutsche Bank.

Em suma: O banco manteve o seu financiamento estável, base de elevada liquidez e uma posição sólida de capital regulamentar que tem por base o capital do Grupo. Para mais pormenores, consultar as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

## Gestão do Deutsche Bank AG no Grupo

O conteúdo do presente capítulo deve ser lido em conjugação com as secções do grupo correspondente no presente Relatório Anual, em especial "Relatório de Risco", "Perspetiva", "Riscos e Oportunidades" e "Controlo interno sobre o relato financeiro".

### Risk Management

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas do Deutsche Bank, sobretudo motivados pelos seguintes aspetos:

- A estrutura de gestão do Grupo, incluindo as Divisões corporativas, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura de gestão. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emitentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, uma vez que é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa estiver distribuída por várias empresas do Grupo ou se estiver concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria a potencial exposição do Grupo e, indiretamente, do Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados, e em alguns casos são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir significativamente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emitentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Seguindo as políticas do Grupo, o Deutsche Bank AG cumpre os respetivos requisitos legais e regulamentares.

O rácio de cobertura de liquidez (LCR) do Deutsche Bank AG situa-se em 130,8% em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 121% em 31 de dezembro de 2021. O Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) ascende a 109% em 31 de dezembro de 2022, mantendo-se inalterado em relação a 109% em 31 de dezembro de 2021. Ambos os rácios são calculados separadamente para garantir um nível adequado de liquidez e de financiamento estável no Deutsche Bank AG.

### Perspetivas e estratégia

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank AG participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas do Grupo englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo, exceto no que diz respeito ao montante de lucros distribuíveis.



## Riscos e oportunidades

### Riscos

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, enfrenta riscos adicionais em relação ao plano do Grupo, no sentido em que determinadas transações num determinado ano podem conduzir a perdas mais elevadas ou mais baixas do que nas demonstrações financeiras do Grupo elaboradas ao abrigo das IFRS. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura política e económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais, reestruturação ou alterações de preços das ações de investimentos cotados.
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º 2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. Uma conjuntura de níveis persistentemente baixos de taxas de juro e o tratamento dos pagamentos de cupões relacionados com os instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.

Além disso, os proveitos ou lucros não distribuídos de empresas afiliadas podem não permitir o pagamento de dividendos suficientes ao Deutsche Bank AG para facilitar o pagamento de dividendos pelo Deutsche Bank AG como pretendido.

### Oportunidades

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, pode ter oportunidades adicionais comparativamente ao Grupo, na medida em que determinadas transações num determinado ano são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS, tais como os ganhos realizados que podem ser reconhecidos na demonstração de resultados ao abrigo das IFRS num período anterior.

Além disso, existe a possibilidade de o Deutsche Bank AG, como empresa-mãe, apresentar lucros num determinado ano que sejam superiores à sua contribuição para o resultado líquido do Grupo, resultantes do aumento das distribuições de lucros de empresas afiliadas.

## Controlo interno sobre o relato financeiro

Os controlos efetuados para as Demonstrações Anuais do Grupo ao abrigo das IFRS e os aplicam-se às nossas demonstrações financeiras ao abrigo do HGB em conformidade. Além destes controlos estão implementados controlos específicos relacionados com o HGB que incluem:

- **A reconciliação e eliminação interagências** são realizadas para saldos específicos do HGB; e,
- **Revisões analíticas** de rubricas de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível das agências estrangeiras e da sede alemã.

## Demonstração não financeira para o Deutsche Bank AG

Os pormenores nos termos do artigo 340.º-A, n.º 1, alínea a) do Código Comercial alemão (HGB), em conjugação com o artigo 289-B, n.º 3 do HGB, podem ser encontrados como um relatório não financeiro separado combinado em <https://investor-relations.db.com/reports-and-events/annual-reports/>.

## Relatório sobre igualdade de tratamento e remuneração

Nos termos dos artigos 21.º e 22.º da Lei alemã sobre a Transparência das Remunerações (*Entgelttransparenzgesetz*) e na qualidade de empregador vinculado por uma convenção coletiva, o Deutsche Bank AG é obrigado a apresentar, de cinco em cinco anos e em anexo ao seu relatório de gestão, um relatório sobre as medidas tomadas para promover a igualdade de tratamento e estabelecer a igualdade de remuneração entre homens e mulheres. O Deutsche Bank AG deve igualmente comunicar os efeitos destas medidas. O primeiro relatório foi elaborado como anexo ao relatório de gestão de 2017 relativo ao exercício de 2016. Ao contrário das demonstrações financeiras anuais e dos relatórios de gestão, as alterações ao longo dos cinco anos são comunicadas para efeitos de cumprimento do requisito estatutário acima referido.

### Medidas para promover a igualdade de tratamento entre homens e mulheres

Ao longo do período de referência dos exercícios de 2017 a 2021, o Deutsche Bank AG prosseguiu as suas atividades de longa data em matéria de "Diversidade, Equidade e Inclusão" como parte da sua estratégia empresarial e de recursos humanos, incluindo a componente integral de apoio às mulheres em cargos de gestão.

Como parte da estratégia de sustentabilidade do banco (ESG) e em conformidade com a legislação alemã em matéria de quotas de género, em maio de 2021, o Conselho de Administração renovou os seus objetivos ambiciosos relativos à representação das mulheres nos dois níveis de gestão abaixo do Conselho de Administração. O banco planeia que, até<sup>31</sup> de dezembro de 2025, pelo menos 30% dos cargos que se situam um e dois níveis abaixo do Conselho de Administração sejam ocupados por mulheres. Além dos requisitos estatutários, o Deutsche Bank estabeleceu, desde 2011, objetivos a nível do grupo para a representação de mulheres em cargos de liderança. O Conselho de Administração também renovou os objetivos voluntários do banco em matéria de representação das mulheres em cargos de chefia. No âmbito do objetivo do banco, intitulado "35 by 25", as mulheres deverão representar, pelo menos, 35% da população de diretores executivos, diretores e vice-presidentes do Deutsche Bank AG até 2025. Estes objetivos fazem parte das avaliações "Balanced Scorecard" do Conselho de Administração e do Comité de Gestão do Grupo.

O Deutsche Bank AG emprega uma vasta gama de iniciativas de aquisição, desenvolvimento e promoção de talentos, com impacto em todo o ciclo de vida dos colaboradores e promovendo a igualdade de oportunidades na organização. Estas medidas de avaliação incluem:

- Apoio visível dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo a cinco iniciativas globais fundamentais destinadas a influenciar o comportamento quotidiano e a obter um impacto mensurável. É estabelecida uma agenda específica para a Alemanha, que é regularmente discutida pelo Comité de Gestão alemão e adaptada conforme necessário
- Os programas internos WGL (Women Global Leaders) e ATLAS (Accomplished Top Leaders Advancement Strategy) do banco, que ajudam Diretoras e Diretoras executivas de alto desempenho a assumirem uma gama mais ampla de responsabilidades e a aproveitarem oportunidades de progressão específicas.
- A rede interna global "Schneider-Lenné Cadre" para executivas de topo, que visa promover de forma sustentável a diversidade, a igualdade e a inclusão nos níveis mais elevados da organização. Os membros da rede Schneider-Lenné Cadre impulsionam a mudança cultural e apoiam os talentos de todo o banco
- Programas de formação e orientação transversais a todas as divisões e grupos, concebidos para mulheres com elevado desempenho em todos os níveis de cargos empresariais, para que assumam posições de liderança e maiores responsabilidades profissionais.
- Formação e formatos de comunicação sobre como lidar com preconceitos inconscientes para todo o pessoal, especialmente para os gestores
- Campanhas direcionadas para a contratação de talentos femininos para o Deutsche Bank AG. Exemplos de áreas de contratação incluem licenciados em todo o banco, tecnologia e inovação de dados
- Integração sistemática dos nossos princípios de "Diversidade, Igualdade e Inclusão" nos processos de RH, incluindo contratação, promoções, relatórios regulares e uma vasta gama de oportunidades de formação e informação para gestores a todos os níveis – desde os recém-nomeados até aos gestores mais experientes

Num sentido mais lato, estas atividades e medidas incluem também apoio alargado aos colaboradores para atender às exigências no trabalho e nas suas vidas pessoais. Os exemplos incluem o apoio às obrigações familiares, desde o acolhimento de crianças até à prestação de cuidados de enfermagem, benefícios de bem-estar, modelos de trabalho flexíveis em termos de horário e local de trabalho, oportunidades de tirar uma licença sabática, acompanhamento dos pais que entram e regressam ao trabalho após a licença parental e outros programas relativos a áreas específicas de necessidade.

O Deutsche Bank AG está a fazer progressos na proporção de mulheres em cargos de gestão e tem sido repetidamente reconhecido como um empregador de topo para as mulheres. A prova do efeito positivo do conjunto de atividades e medidas implementadas reflete-se no aumento da proporção de mulheres em cargos de gestão no Deutsche Bank AG.

**Implementação, pelo Deutsche Bank AG, da quota legal de género na Alemanha, em conformidade com o artigo 96 (2), o artigo 111 (5) e o artigo 76 (4) da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs, no período de referência de 2017 a 2021<sup>1</sup>**

	2021	2020	2019	2018	2017
Proporção de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG	30,0%	30,0%	35,0%	35,0%	35,0%
Número de mulheres no Conselho de Administração, Deutsche Bank AG:	2	1	0	2	3
Proporção de mulheres no primeiro nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG	20,0%	20,0%	19,7%	20,8%	18,0%
Proporção de mulheres no segundo nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG:	27,5%	23,9%	19,5%	20,9%	19,6%

<sup>1</sup> Todos os valores se referem à data de 31 de dezembro do ano de referência

Para mais informações sobre as atividades, medidas e indicadores de todo o Grupo, consulte os nossos relatórios detalhados de RH de 2017 a 2021.

## Medidas para estabelecer a igualdade de remuneração entre homens e mulheres

A remuneração total dos colaboradores do Deutsche Bank AG consiste sobretudo numa remuneração de base e num componente variável. A remuneração de base é medida principalmente com base nas tarefas, responsabilidades, habilitações e experiência de um colaborador. Em muitos casos, a remuneração de base baseia-se em regulamentos coletivos, como convenções coletivas de trabalho, acordos de empresa ou outras especificações. Estas especificações determinam a classificação da função de um colaborador e a determinação do salário de base correspondente, bem como a evolução contínua desse salário. Estes acordos e especificações constituem a base para a igualdade de remuneração entre homens e mulheres.

Desde 2017, o novo quadro de remuneração globalmente aplicável, inicialmente introduzido para os colaboradores não pautais em 2016, foi alargado aos colaboradores pautais. Esta medida garante uma abordagem mais transparente à remuneração, introduzindo taxas de referência para o rácio entre remuneração fixa e variável em função do nível hierárquico e da área de negócio, que se aplica agora a todos os colaboradores. Além disso, os colaboradores estão igualmente envolvidos nos resultados financeiros do banco através de um fator de grupo homogéneo aplicável à remuneração variável. Em resultado da introdução da remuneração variável de grupo, a proporção da remuneração variável discricionária individual em relação à sua remuneração total foi globalmente reduzida. Estas medidas limitam significativamente a possibilidade de quaisquer desigualdades de tratamento.

Nos anos que se seguiram, esta abordagem desenvolveu-se continuamente. Neste contexto, o banco esforçou-se igualmente por reforçar a relação entre o papel dos colaboradores e a sua remuneração, e por tornar esta relação mais transparente. Em 2020, foi introduzida uma nova abordagem à remuneração baseada na função para os colaboradores não pautais, em que foi atribuída a cada função uma faixa salarial fixa específica.

Em 2020, a fusão da Privat- und Firmenkunden AG com o Deutsche Bank AG alargou o nosso grupo de colaboradores para incluir aqueles que estão sujeitos aos sistemas de remuneração do antigo Deutsche Postbank AG. A maior parte destes colaboradores está abrangida pelo acordo coletivo de trabalho da Deutsche Postbank AG, enquanto os salários dos colaboradores não sujeitos a tarifas são regidos por um acordo geral de trabalho. Os salários dos funcionários públicos incluídos baseiam-se na lei salarial federal.

Para mais informações, consulte os nossos relatórios detalhados sobre os recursos humanos de 2017 a 2021.

## Estatísticas

Número médio de colaboradores do Deutsche Bank AG na Alemanha (excluindo sucursais estrangeiras):

	2021	2020 <sup>1</sup>	2019	2018	2017
<b>Mulheres</b>	<b>12.816</b>	<b>10.459</b>	<b>4.973</b>	<b>5.091</b>	<b>5.198</b>
A tempo inteiro	6.800	5.709	3.133	3.232	3.320
A tempo parcial	6.016	4.750	1.840	1.859	1.878
<b>Homens</b>	<b>12.810</b>	<b>11.027</b>	<b>7.018</b>	<b>7.227</b>	<b>7.325</b>
A tempo inteiro	12.127	10.479	6.784	6.962	7.076
A tempo parcial	683	548	234	265	249

<sup>1</sup> Os colaboradores do antigo DB Privat- und Firmenkundenbank AG foram incluídos nos valores médios desde a fusão, em maio de 2020.

## 2 - Demonstrações financeiras consolidadas

223	Demonstração consolidada dos resultados	23 –	Goodwill e outros ativos intangíveis – 313
224	Demonstração consolidada do rendimento integral	24 –	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 318
225	Balanço consolidado	25 –	Outros ativos e outros passivos – 319
226	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	26 –	Depósitos – 319
227	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	27 –	Disposições – 320
229	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	28 –	Compromissos de crédito e passivos contingentes – 333
1 –	Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 229	29 –	Outros empréstimos a curto prazo – 335
2 –	Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 255	30 –	Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 335
3 –	Aquisições e alienações – 257	31 –	Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 336
4 –	Segmentos de negócio e informação associada – 258		
268	Notas às demonstrações financeiras consolidadas		
5 –	Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 268	337	Notas adicionais
6 –	Rendimentos de serviços e comissões – 271	32 –	Ações ordinárias – 337
7 –	Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado – 273	33 –	Benefícios dos empregados – 338
8 –	Outro resultado (perdas) – 273	34 –	Impostos sobre o rendimento – 355
9 –	Despesas gerais e administrativas – 274	35 –	Derivados – 357
10 –	Reestruturação – 274	36 –	Operações com partes relacionadas – 362
11 –	Resultados por ação – 276	37 –	Informações sobre subsidiárias – 364
		38 –	Entidades estruturadas – 365
		39 –	Ativos e passivos correntes e não correntes – 371
277	Notas ao balanço consolidado	40 –	Acontecimentos após o período de relato – 372
12 –	Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 277	41 –	Informação sobre o capital regulamentar – 373
13 –	Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 279	42 –	Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã – 378
14 –	Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 298	43 –	Relatórios por país – 380
15 –	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral – 299	44 –	Participações – 382
16 –	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 300	45 –	Impacto da transformação do Deutsche Bank – 399
17 –	Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 301	46 –	Reforma do índice de referência das taxas de juro – 399
18 –	Empréstimos – 305	400	Confirmações
19 –	Provisão para perdas de crédito – 305		

- 20 – Transferência de ativos financeiros,  
ativos penhorados e recebidos como  
garantia – 307
- 21 – Ativos fixos tangíveis – 310
- 22 – Locações – 312

## Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2022	2021	2020
Juros e rendimentos similares <sup>1</sup>	5	24.299	16.599	17.806
Gasto de juros	5	10.649	5.444	6.280
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>5</b>	<b>13.650</b>	<b>11.155</b>	<b>11.526</b>
Provisão para perdas de crédito	19	1.226	515	1.792
<b>Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito</b>		<b>12.425</b>	<b>10.640</b>	<b>9.734</b>
Rendimentos de serviços e comissões	6	9.838	10.934	9.424
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	2.999	3.045	2.465
Resultados líquidos do desconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	7	(2)	1	311
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		(216)	237	323
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	16	152	98	120
Outro resultado	8	789	(58)	(141)
<b>Rendimento total excluindo juros</b>		<b>13.560</b>	<b>14.255</b>	<b>12.503</b>
Remunerações e benefícios	33	10.712	10.418	10.471
Despesas gerais e administrativas	9	9.728	10.821	10.259
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	23	68	5	0
Atividades de reestruturação	10	(118)	261	485
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>		<b>20.390</b>	<b>21.505</b>	<b>21.216</b>
<b>Resultado antes de impostos sobre o rendimento</b>		<b>5.594</b>	<b>3.390</b>	<b>1.021</b>
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	34	(64)	880	397
<b>Lucros (prejuízos)</b>		<b>5.659</b>	<b>2.510</b>	<b>624</b>
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias		134	144	129
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		5.525	2.365	495

<sup>1</sup> Os juros e rendimentos similares incluíram 19,6 mil milhões de euros, 13,2 mil milhões de euros e 13,9 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respetivamente, calculado com base no método da taxa de juro efetiva.

## Resultados por ação

	Notas	2022	2021	2020
<b>Resultados por ação:<sup>1</sup></b>	11			
Básicos		2,42 €	0,96 €	0,07 €
Diluído		2,37 €	0,93 €	0,07 €
<b>Número de ações em milhões:</b>				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		2.084,9	2.096,5	2.108,2
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas		2.125,6	2.143,2	2.170,1

<sup>1</sup> Os lucros foram ajustados em 479, 363 e 349 milhões de euros antes de impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2022, abril de 2021 e abril de 2020. Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados</b>	<b>5.659</b>	<b>2.510</b>	<b>624</b>
<b>Outro rendimento integral</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados em resultados</b>			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	1.203	804	149
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, antes dos impostos	91	(15)	(24)
<b>Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados</b>	<b>(667)</b>	<b>(202)</b>	<b>82</b>
<b>Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados</b>			
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(1.285)	(344)	676
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	216	(237)	(323)
<b>Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa</b>			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(819)	1	(14)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	71	(54)	4
<b>Ativos classificados como detidos para venda</b>			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	0	0	0
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	0	0
<b>Conversão cambial</b>			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	329	1.117	(1.819)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(20)	(14)	6
<b>Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial</b>			
Resultados líquidos durante o período	20	(5)	1
<b>Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados</b>	<b>596</b>	<b>285</b>	<b>(122)</b>
<b>Outro rendimento (perda) integral, após impostos</b>	<b>(267)</b>	<b>1.334</b>	<b>(1.385)</b>
<b>Total do rendimento (perda) integral, após impostos</b>	<b>5.392</b>	<b>3.844</b>	<b>(762)</b>
<b>Atribuíveis a:</b>			
Participações minoritárias	185	212	59
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	5.207	3.632	(821)

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



## Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Ativos:</b>			
Caixa e saldos do banco central		178.896	192.021
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		7.195	7.342
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	20	11.478	8.368
Títulos obtidos por empréstimo	20	(0)	63
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		92.867	102.396
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		299.686	299.732
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados		89.654	88.965
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados		168	140
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	482.376	491.233
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	31.675	28.979
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	16	1.124	1.091
Empréstimos pelo custo amortizado	18, 19, 20	483.700	471.319
Ativos fixos tangíveis	21, 22	6.103	5.536
Goodwill e outros ativos intangíveis	23	7.092	6.824
Outros ativos <sup>1</sup>	24, 25	118.293	103.785
Ativos por impostos correntes		1.584	1.214
Ativos por impostos diferidos	34	7.272	6.218
<b>Total do ativo</b>		<b>1.336.788</b>	<b>1.323.993</b>
<b>Passivo e capital próprio:</b>			
Depósitos	26	621.456	603.750
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	20	573	747
Títulos cedidos por empréstimo	20	13	24
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos detidos para negociação		50.616	54.718
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		282.353	287.108
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		54.634	58.468
Passivos por contratos de investimento		469	562
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	388.072	400.857
Outros empréstimos a curto prazo	29	5.122	4.034
Outros passivos <sup>1</sup>	22, 24, 25	113.714	97.796
Provisões	19, 27	2.449	2.641
Passivos por impostos correntes		388	600
Passivos por impostos diferidos	34	650	501
Dívida a longo prazo	30	131.525	144.485
Títulos fiduciários preferenciais	30	500	528
<b>Total do passivo</b>		<b>1.264.460</b>	<b>1.255.962</b>
Ações ordinárias, sem valor ao par, valor nominal de €2,56	32	5.291	5.291
Capital realizado adicional		40.513	40.580
Lucros não distribuídos		17.800	12.607
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	32	(331)	(6)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		(1.314)	(444)
<b>Total do capital acionista</b>		<b>61.959</b>	<b>58.027</b>
Componentes de capital adicionais		8.578	8.305
Participações minoritárias		1.791	1.698
<b>Total do capital próprio</b>		<b>72.328</b>	<b>68.030</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>1.336.788</b>	<b>1.323.993</b>

<sup>1</sup> Inclui ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Resultados líquidos não realizados												Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais <sup>3</sup>	Participações minoritárias	Total do capital próprio
	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos <sup>2</sup>	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos <sup>2</sup>	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos <sup>2</sup>	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos <sup>2</sup>	Conversão cambial, líquida de impostos <sup>2</sup>	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos <sup>1</sup>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.291</b>	<b>40.505</b>	<b>9.644</b>	<b>(4)</b>	<b>45</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>336</b>	<b>0</b>	<b>421</b>	<b>55.857</b>	<b>4.665</b>	<b>1.638</b>	<b>62.160</b>	
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	0	495	0	233	(18)	(7)	0	(1.747)	(1)	(1.539)	(1.044)	0	57	(987)	
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(77)	(77)	
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(349)	0	0	0	0	0	0	0	0	(349)	0	0	(349)	
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	223	0	0	0	0	0	0	0	0	223	0	2	225	
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(131)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(131)	0	(4)	(135)	
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	208	0	0	0	0	0	0	0	208	0	0	208	
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	11	
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(279)	0	0	0	0	0	0	0	(279)	0	0	(279)	
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	68	0	0	68	
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros	0	221	0	0	0	0	0	0	0	0	0	221	1.159 <sup>4</sup>	(28)	1.352	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.291</b>	<b>40.606</b>	<b>10.014</b>	<b>(7)</b>	<b>278</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>(1.411)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1.118)</b>	<b>54.786</b>	<b>5.824</b>	<b>1.587</b>	<b>62.196</b>	
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	0	2.365	0	(398)	(13)	(40)	0	1.129	(5)	672	3.038	0	207	3.245	
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	(2)	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(85)	(85)	
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(363)	0	0	0	0	0	0	0	0	(363)	0	0	(363)	
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	592	0	0	0	0	0	0	0	0	592	0	4	597	
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(99)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(99)	0	(2)	(101)	
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	312	0	0	0	0	0	0	0	312	0	0	312	
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	29	
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(50)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(50)	0	0	(50)	
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(346)	0	0	0	0	0	0	0	(346)	0	0	(346)	
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	35	
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros	0	94	0	0	0	0	0	0	0	0	0	94	2.481 <sup>4</sup>	(13)	2.562	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.291</b>	<b>40.580</b>	<b>12.607</b>	<b>(6)</b>	<b>(120)</b>	<b>(3)</b>	<b>(33)</b>	<b>0</b>	<b>(282)</b>	<b>(6)</b>	<b>(444)</b>	<b>58.027</b>	<b>8.305</b>	<b>1.698</b>	<b>68.030</b>	
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	0	5.525	0	(867)	65	(537)	0	452	16	(870)	4.655	0	177	4.832	
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dividendos pagos em numerário	0	0	(406)	0	0	0	0	0	0	0	0	(406)	0	(96)	(502)	
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(479)	0	0	0	0	0	0	0	0	(479)	0	0	(479)	
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	553	0	0	0	0	0	0	0	0	553	0	8	561	
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(48)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(48)	0	(1)	(49)	
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	370	0	0	0	0	0	0	0	370	0	0	370	
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	0	0	17	
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(58)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(58)	0	0	(58)	
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(695)	0	0	0	0	0	0	0	(695)	0	0	(695)	
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros	0	22	1	0	0	0	0	0	0	0	0	24	273 <sup>4</sup>	5	301	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.291</b>	<b>40.513</b>	<b>17.800</b>	<b>(331)</b>	<b>(986)</b>	<b>62</b>	<b>(570)</b>	<b>0</b>	<b>171</b>	<b>10</b>	<b>(1.314)</b>	<b>61.959</b>	<b>8.578</b>	<b>1.791</b>	<b>72.328</b>	

<sup>1</sup> Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

<sup>2</sup> Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

<sup>3</sup> Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.

<sup>4</sup> Inclui receitas líquidas de seguro, compra e venda de Componentes de Capital Adicionais.

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Resultados líquidos</b>	<b>5.659</b>	<b>2.510</b>	<b>624</b>
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	1.226	515	1.792
Atividades de reestruturação	(118)	261	485
Ganhos na venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	128	(276)	(665)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	(852)	19	(296)
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	3.529	3.568	2.192
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(129)	(197)	(103)
<b>Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens</b>	<b>9.443</b>	<b>6.400</b>	<b>4.030</b>
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos	102	97	(1.202)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	(3.046)	102	5.688
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	1.511	(12.124)	8.597
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	(31)	309	(430)
Empréstimos pelo custo amortizado	(5.101)	(41.628)	(1.098)
Outros ativos	(459)	8.046	(11.743)
Depósitos	11.686	33.269	(2.154)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento <sup>1</sup>	(6.046)	11.144	(3.233)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	(187)	(3.249)	678
Outros empréstimos a curto prazo	1.065	477	(1.638)
Outros passivos	12.377	(17.823)	7.030
Dívida sênior a longo prazo <sup>2</sup>	(17.019)	(6.191)	13.282
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	2.249	19.559	9.892
Outros, líquido	(8.658)	(1.341)	3.036
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais</b>	<b>(2.113)</b>	<b>(2.952)</b>	<b>30.736</b>
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15.450	52.131	38.325
Vencimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	21.557	21.424	32.964
Venda de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	0	67	10.110
Vencimentos de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	6.519	5.468	4.890
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	118	23	69
Venda de ativos fixos tangíveis	22	114	24
Aquisição de:			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(42.991)	(46.801)	(82.709)
Títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	(16.696)	(7.166)	(4.011)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(171)	(100)	(3)
Ativos fixos tangíveis	(337)	(550)	(512)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	439	(5)	5
Outros, líquido	(1.086)	(1.010)	(1.045)
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento</b>	<b>(17.175)</b>	<b>23.595</b>	<b>(1.892)</b>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	2.716 <sup>3</sup>	1.146	1.684
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(90) <sup>3</sup>	(42)	(1.169)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	0 <sup>4</sup>	0	0
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	0 <sup>4</sup>	(504)	(676)
Parte de capital dos pagamentos de locação	(607)	(679)	(653)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(695)	(346)	(279)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	35	76
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	2.000	2.500	1.153
Componentes de capital adicionais (AT1) reembolsados	(1.750)	0	0
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(4.058)	(2.662)	(792)
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	4.074	2.642	798
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(479)	(363)	(349)
Dividendos pagos a participações minoritárias	(96)	(85)	(77)
Variação líquida em participações minoritárias	5	(13)	(28)
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	(406)	0	0
Outros, líquido	0	0	0
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento</b>	<b>614</b>	<b>1.630</b>	<b>(311)</b>
<b>Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes</b>	<b>4.354</b>	<b>1.345</b>	<b>(1.074)</b>

em milhões de euros	2022	2021	2020
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(14.320)	23.618	27.459
Caixa e seus equivalentes no início do período	179.946	156.328	128.869
Caixa e seus equivalentes no fim do período	165.626	179.946	156.328
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui</b>			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	1.288	1.031	805
Juros pagos	9.468	5.557	6.937
Juros recebidos	22.667	15.807	18.498
Dividendos recebidos	87	364	307
<b>Caixa e seus equivalentes englobam</b>			
Caixa e saldos do banco central <sup>5</sup>	159.876	174.089	149.323
Saldos interbancários (sem bancos centrais) <sup>6</sup>	5.749	5.857	7.006
<b>Total</b>	<b>165.626</b>	<b>179.946</b>	<b>156.328</b>

<sup>1</sup> Inclui emissões de dívida sénior a longo prazo de 2,5 mil milhões de euros e 1,3 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 738 milhões de euros e 1,0 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente.

<sup>2</sup> Inclui emissões de 36,4 mil milhões de euros e 33,6 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 44,2 mil milhões de euros e 39,5 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente.

<sup>3</sup> As alterações não monetárias para dívida subordinada a longo prazo são de (141) milhões de euros no total e sobretudo impulsionadas por alterações de justo valor de (464) milhões de euros e variações cambiais de 321 milhões de euros.

<sup>4</sup> As alterações não monetárias para títulos fiduciários preferenciais são de (28) milhões de euros no total e impulsionadas principalmente por movimentos cambiais de justo valor de (33) milhões de euros.

<sup>5</sup> Não incluído: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais no valor de 19,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, 17,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 16,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>6</sup> Não incluído: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais no valor de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, 1,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2,21 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Caixa e saldos do banco central inclui depósitos à ordem e a prazo no Banco Central da Rússia no valor de 759 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Estes estão sujeitos a restrições cambiais. Das quais os depósitos à ordem de 40 milhões de euros se qualificam como Caixa e seus equivalentes no fim do período.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas

## 01 – Principais políticas contábilísticas e estimativas contábilísticas críticas

### Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Taunusanlage 12, 60325, Frankfurt am Main, Alemanha ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anônima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (coletivamente o "Grupo" ou "Deutsche Bank"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Antes da publicação a 17 de Março de 2023, o Conselho de Fiscalização aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2022 do Grupo a 16 de março de 2023, as quais foram elaboradas pelo Conselho de Administração a 9 de março de 2023.

### Separação da UE

O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macrocoberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. O objetivo da aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE é alinhar a abordagem de contabilidade de cobertura do Grupo com a sua prática de gestão do risco e com a prática contábilística dos seus principais pares europeus. Nos termos da versão de separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macrocobertura de justo valor pode ser aplicada aos depósitos principais e a ineficácia da cobertura geralmente só é reconhecida quando a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao montante original designado desse agregado. Se o montante revisto dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao montante original designado, não há ineficácia da cobertura. Nos termos das IFRS emitidas pelo IASB, a contabilidade de cobertura para macrocoberturas de justo valor não pode ser aplicada a depósitos principais. Além disso, nos termos das IFRS, tal como emitidas pelo IASB, a ineficácia da cobertura surge para todas as relações de contabilidade de macrocobertura de justo valor sempre que a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programadas seja superior ou inferior ao montante original designado desse agregado.

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, a aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE teve um impacto positivo de 147 milhões de euros nos lucros antes de impostos e de 105 milhões de euros nos lucros líquidos de impostos. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2021, a aplicação da versão da UE teve um impacto negativo de 128 milhões de euros nas receitas líquidas e nos lucros antes de impostos e de 85 milhões de euros nos lucros líquidos de impostos.

O capital regulamentar do Grupo e os rácios do mesmo são também relatados com base na versão de separação da IAS 39 da UE. O impacto no lucro também tem impacto no cálculo do rácio de capital CET1. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, a aplicação da separação da UE teve um impacto positivo no rácio de capital CET1 de cerca de 3 pontos base e um impacto negativo de cerca de 2 pontos base para o exercício findo a 31 de dezembro de 2021.

## Divulgações da IFRS 7 (incluindo a guerra na Ucrânia e divulgações relacionadas com o risco climático)

As divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações" são estabelecidas na secção Relatório de risco do Relatório de gestão e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Detalhes sobre riscos relacionados, exposições e o impacto sobre a imparidade de instrumentos financeiros (incluindo a utilização de sobreposições) da guerra na Ucrânia podem ser encontrados nas secções, "IFRS 9 Imparidade" e "Exposição à Rússia" no Relatório de Risco.

As informações sobre riscos relacionados com o clima podem ser encontradas nas secções, "Gestão de Riscos Empresariais", rubrica "Riscos ambientais, sociais e de governação" no Relatório de Risco.

Estas divulgações auditadas estão assinaladas a azul claro no Relatório de risco.

## Alteração nas estimativas contábilísticas

No segundo trimestre de 2022, foi aplicada à curva da Zona Euro uma recalibração da curva de desconto para planos de benefícios definidos, para melhorar o alinhamento com os dados do mercado, o que resultou num benefício reconhecido em Outro Rendimento Integral de 310 milhões de euros.

No terceiro trimestre de 2022, o Grupo implementou um aperfeiçoamento da sua metodologia para o cálculo do ajustamento do crédito próprio. O aperfeiçoamento significa que todo o diferencial acima da taxa de referência é considerado como crédito próprio após a sua implementação. Anteriormente, o spread era parametrizado numa componente de financiamento a nível de mercado (reconhecimento como ganho ou perda na Demonstração Consolidada de Resultados do Grupo) e numa componente de crédito próprio idiossincrático (tomado através de Outro Rendimento Integral). O impacto desta alteração de estimativa em 2022 foi uma perda de 55 milhões de euros antes de impostos reconhecida na Demonstração Consolidada de Resultados do Grupo. Espera-se que a abordagem aperfeiçoada resulte numa metodologia de avaliação de crédito próprio mais consistente com a dos bancos homólogos.

## Estimativas contábilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As substanciais políticas contábilísticas do Grupo são descritas em "Principais políticas contábilísticas".

Algumas das políticas contábilísticas do Grupo requerem estimativas contábilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contábilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contábilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contábilísticas principais que envolvem estimativas contábilísticas críticas:

- a imparidade de associadas (ver "Associadas" abaixo)
- a imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais" abaixo)
- a determinação do justo valor (ver abaixo "Determinação do justo valor")
- o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo "Reconhecimento de lucros à data da operação")
- a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais")
- a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis (ver abaixo "Goodwill e outros ativos intangíveis")
- o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver "Impostos sobre o rendimento" abaixo)
- a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver "Provisões" abaixo)

## Principais políticas contábilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contábilísticas do Grupo. Exceto as alterações nas políticas contábilísticas e as alterações nas estimativas contábilísticas descritas anteriormente e indicadas abaixo, estas políticas foram aplicadas de forma coerente nos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

## Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

### Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

- a finalidade e organização da entidade
- as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
- se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
- se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
- se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controlo, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contábilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controlo de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo goodwill atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária; c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados

para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras IFRS.

## Associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anônimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contábilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial". A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação. O goodwill resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento. Como o goodwill não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é testado o investimento pelo método de equivalência patrimonial para imparidades em cada data do balanço.

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração positiva das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado. A quantia escriturada aumentada do investimento na entidade associada atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não excederá a quantia escriturada que teria sido determinada se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade para o investimento em anos anteriores.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

**Estimativas contábilísticas críticas:** A avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer. O Grupo considera que se trata de uma estimativa contábilística crítica.

## Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.



Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo e passivo de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

## Juros, comissões e honorários

**Margem financeira** – Os rendimentos e gastos de juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como resultado líquido de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva (EIR) é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação dos gastos e rendimentos de juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados no cálculo da EIR incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todos os honorários (incluindo comissões) que são considerados como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos. No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer honorários associados são reconhecidos em rendimentos de negociação quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor.

Se um ativo financeiro estiver em imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor do custo amortizado. O valor do custo amortizado de um ativo financeiro é o valor contábilístico bruto de um ativo financeiro após ajuste para quaisquer provisões para imparidades. Para os ativos que são inicialmente reconhecidos como comprados ou com imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados através da utilização de uma taxa de juro efetiva ajustada ao crédito que tem em consideração as perdas de crédito esperadas.

O Grupo apresenta juros pagos negativos sobre ativos remunerados a juros como custos de juros e receitas de juros recebidas de passivos remunerados a juros como rendimento de juros.

O Grupo apresenta os rendimentos e gastos de juros calculados através do método EIR separadamente na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

**Rendimentos de serviços e comissões** – O Grupo aplica o modelo de reconhecimento de proveitos de cinco passos da IFRS 15, "Proveitos de contratos com clientes" para o reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões, segundo o qual os rendimentos devem ser reconhecidos quando controlo de mercadorias e serviços é transferido, sendo assim satisfeitas as obrigações contratuais de desempenho para o cliente.

Em conformidade, após a identificação de um contrato com um cliente no primeiro passo, o segundo passo é identificar a obrigação de desempenho – ou uma série de obrigações de desempenho distintas – fornecida ao cliente. O Grupo tem de analisar se o serviço tem capacidade para ser distinto e se é efetivamente distinto no contexto do contrato. Um serviço prometido é distinto se o cliente puder beneficiar do serviço por si próprio ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis para o cliente e a promessa de transferir o serviço para o cliente for identificável separadamente de outras promessas no contrato. O montante de rendimento é medido com base no preço da transação acordado contratualmente pelo desempenho da obrigação definida no contrato. Se um contrato incluir uma contrapartida variável, o Grupo estima o montante da contrapartida à qual terá direito em troca da transferência das mercadorias e serviços prometidos a um cliente. O rendimento é reconhecido nos resultados quando a obrigação de desempenho identificável tiver sido cumprida. O Grupo não apresenta informações sobre as suas restantes obrigações de desempenho se fizer parte de um contrato com uma duração original esperada de um ano ou menos.

O Grupo determina o preço de venda individual no início do contrato de um serviço distinto subjacente a cada obrigação de desempenho no contrato e atribui o preço de transação proporcionalmente a esses preços de venda individuais. O preço de venda individual é o preço a que o DB venderia um serviço prometido separadamente a um cliente numa base separada. A melhor prova de um preço de venda individual é o preço observável de um serviço quando o Grupo vende esse serviço separadamente em circunstâncias semelhantes e a clientes semelhantes. Se o Grupo não vender o serviço a um cliente separadamente, estima o preço de venda individual a um valor utilizando um método adequado, por exemplo, em transações de sindicância de empréstimos, o Grupo aplica os requisitos para o reconhecimento do lucro do dia de negociação e considera o preço a que outros participantes no mercado prestam o mesmo serviço numa base separada. Como tal, ao estimar um preço de venda individual, o Grupo considera todas as informações (incluindo as condições de mercado) que estão razoavelmente à sua disposição. Ao fazê-lo, o Grupo maximiza a utilização de dados observáveis e aplica métodos de estimativa de forma coerente em circunstâncias semelhantes.

O Grupo fornece serviços de Asset Management que dão origem a comissões de Asset Management e de desempenho e constituem uma única obrigação de desempenho. Os componentes das comissões de Asset Management e de desempenho são contrapartidas variáveis de forma que, em cada data de relato, o Grupo estima o montante das comissões a que terá direito em troca da transferência dos serviços prometidos para o cliente. Os benefícios decorrentes dos serviços de Asset Management são simultaneamente recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo. O Grupo reconhece os proveitos ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos. Para o componente da comissão de gestão, esta data é no final do período de serviço mensal ou trimestral. Para as comissões de desempenho, esta data é quando tiver sido totalmente eliminada qualquer incerteza relacionada com o componente de desempenho.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

Rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes de serviços que são recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo: administração, ativos sob gestão, negócios comerciais estrangeiros, processamento de empréstimos e garantias, outros serviços ao cliente diversos. O Grupo reconhece os proveitos destes serviços ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos.

Os rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes do fornecimento de serviços num ponto temporal ou os serviços de transação-tipo incluem: outros títulos, comissões de subscrição e consultoria, comissões de corretagem, pagamentos locais, negócios de troca/divisa estrangeira e comissões intermediárias.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de serviços e comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões na demonstração consolidada dos resultados. Isto inclui rendimentos e gastos associados em que o Grupo detém contratualmente a obrigação de desempenho (ou seja, como mandante) em relação ao serviço que origina os proveitos e gastos associados. Por outro lado, não inclui situações em que o Grupo não detém contratualmente a obrigação de desempenho e atua como agente. A determinação de se o Grupo atua como mandante ou agente baseia-se nos termos contratuais do acordo de serviço subjacente. Os montantes brutos dos rendimentos e encargos de serviços e comissões são divulgados na “Nota 6 – Rendimentos de serviços e comissões”.

## Ativos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros de acordo com os requisitos de classificação e medição da IFRS 9, segundo a qual os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócio utilizado para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro (conhecido como Apenas pagamentos relativos a capital e a juros ou “SPPI”). Estão disponíveis três modelos de negócio:

- Deter para recolher - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. São subsequentemente valorizados ao custo amortizado e são registados em várias linhas no balanço consolidado do Grupo.
- Deter para recolher e vender - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no balanço consolidado do Grupo.
- Outro - Ativos financeiros que não cumprem os critérios de “Deter para recolher” ou de “Deter para recolher e vender”. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados no balanço consolidado do Grupo.

A avaliação do modelo de negócio exige um juízo baseado em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial. Como parte desta avaliação, o Grupo tem em conta fatores quantitativos (por ex., a frequência esperada e o volume de vendas) e fatores qualitativos, tais como a forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio são avaliados e comunicados ao pessoal-chave de gestão do Grupo. Além de ter em conta os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio, em particular, a forma como esses riscos de crédito e mercado são geridos; e como são remunerados os gestores do negócio (por ex., se a remuneração é baseada no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos). Esta avaliação resulta na classificação de um ativo num modelo de negócio Deter para recolher, Deter para recolher e vender ou Outro.

Se o Grupo detiver um ativo financeiro num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, então é necessária uma avaliação aquando do reconhecimento inicial para determinar se os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro são Apenas pagamentos relativos a capital e a juros sobre o montante de capital em dívida para determinar a classificação do ativo financeiro. Os fluxos de caixa contratuais, que são SPPI sobre o montante de capital em dívida, são coerentes com um acordo de concessão de empréstimo básico. Num acordo de concessão de empréstimo básico, os juros são uma contrapartida pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante de capital em dívida durante um período de tempo específico. Também pode incluir contrapartidas por outros riscos de concessão de empréstimos básicos (por ex., risco de liquidez) e custos (por ex., custos administrativos) associados à detenção do ativo financeiro durante um período de tempo específico; e uma margem de lucro coerente com um acordo de concessão de empréstimo básico.

## Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados se forem detidos no modelo de negócio Outro, porque são detidos para negociação ou porque não cumprem os critérios dos modelos Deter para recolher ou Deter para recolher e vender. Além disso, inclui ativos financeiros que cumprem os critérios do modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, mas o ativo financeiro não cumpre o critério SPPI ou nos casos em que o Grupo classificou os ativos financeiros na opção de justo valor.

Os ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados são medidos ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos/passivos ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

**Ativos detidos para negociação** – Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação e créditos para negociação. Incluem igualmente os compromissos de crédito que são afetados ao modelo de negócio Outro e que são apresentados como derivados detidos para negociação.

**Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados** – O Grupo atribui qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadra nos modelos de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender no modelo de negócio Outro e classifica-o como Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para recolher ou Deter para recolher e vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI são classificados pelo Grupo como Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.

**Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados** – Alguns ativos financeiros que seriam, de outra forma, avaliados subsequentemente ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral podem ser designados ao justo valor através de resultados se a designação eliminar ou reduzir significativamente uma medição ou inconsistência de reconhecimento. O Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor.

## Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros serão classificados e medidos ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”) se forem detidos num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI, exceto se forem designados ao abrigo da opção de justo valor.

Ao abrigo do FVOCI, um ativo financeiro é medido ao seu justo valor com quaisquer alterações que sejam reconhecidas em Outro rendimento integral (“OCI”) e é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são registadas através de resultados (com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais). A política de imparidades do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. O efeito de conversão cambial dos ativos FVOCI é reconhecido nos resultados, tal como o componente de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica Rendimento de juros líquido. Os resultados realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros ao FVOCI. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros ao FVOCI.

Os ativos financeiros classificados como FVOCI são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

É possível designar instrumentos de capital não relacionados com a negociação como FVOCI. No entanto, prevê-se que esta categoria venha a ter uma utilização limitada pelo Grupo e não foi utilizada até à data.

## Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e posteriormente medido ao custo amortizado se o ativo financeiro for detido num modelo de negócio Deter para recolher e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI.

Ao abrigo desta categoria de medição, o ativo financeiro é medido ao justo valor aquando do reconhecimento inicial. Subsequentemente, o valor escriturado é reduzido para pagamentos de capital, somando ou subtraindo a amortização cumulativa utilizando o método da taxa de juro efetiva. O ativo financeiro é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades de instrumentos financeiros do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. Os ativos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem predominantemente empréstimos ao custo amortizado, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e certos valores a receber em Outros ativos.

## Modificação de ativos financeiros e passivos financeiros

Quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. O ativo financeiro modificado irá continuar a acumular juros à sua EIR original. Quando uma modificação resulta no desreconhecimento, o instrumento original é desreconhecido e o novo instrumento reconhecido pelo justo valor.

As renegociações não relacionadas com crédito ou comerciais, nas quais um devedor não sofreu um aumento significativo no risco de crédito desde a geração e tem um direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente os resultados do ativo financeiro em desreconhecimento do acordo original e reconhecimento de um novo ativo financeiro com base em condições comerciais negociadas novamente.

Para as modificações relacionadas com crédito (ou seja, as modificações devido a aumento significativo no risco de crédito desde a sua criação) ou aquelas em que um devedor não tem o direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente, o Grupo avalia se os termos modificados resultam na modificação significativa do ativo financeiro e, assim, no seu desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Nos casos em que estas modificações não sejam consideradas significativas, o ativo financeiro não é desreconhecido e é contabilizado como uma modificação, conforme descrito acima.

Se for considerado que as mudanças são significativas, o instrumento antigo é desreconhecido e é reconhecido um novo instrumento. O Grupo reconhece, então, uma provisão para perda de crédito com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. No entanto, se de uma modificação resultar um desreconhecimento do ativo financeiro original, existe evidência

de que o novo ativo financeiro está em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e, então, o novo ativo financeiro deve ser reconhecido como um ativo financeiro em imparidade de crédito aquando da origem e classificado inicialmente na fase 3 (consulte a secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo).

Quando os termos de um passivo financeiro são renegociados ou modificados, o Grupo avalia se os termos alterados resultam numa alteração significativa do passivo financeiro e, por conseguinte, desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Quando estas modificações não forem consideradas como significativas, o passivo financeiro não é desreconhecido e ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. Em caso de desreconhecimento, o passivo financeiro original é desreconhecido e o novo passivo reconhecido pelo seu justo valor.

## Compromissos de crédito

Os compromissos de crédito permanecem extrapatrimoniais, exceto se forem atribuídos ao modelo de negócio Outro e apresentados como derivados detidos para negociação. O Grupo não reconhece nem mede alterações no justo valor de compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos spreads de crédito. No entanto, como se especifica nas secções “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais estão no âmbito do modelo da imparidade da IFRS 9.

## Passivos financeiros

No âmbito da IFRS 9, os passivos financeiros são medidos ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva, exceto os passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

### Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos detidos para negociação, passivos financeiros ao justo valor através de resultados e contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”). No âmbito da IFRS 9, são escriturados ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos e passivos ao justo valor através de resultados. Para passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os movimentos de justo valor atribuíveis ao componente de crédito próprio do Grupo para movimentos do justo valor são reconhecidos em Outro rendimento integral.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a emitir ou recomprar o passivo financeiro.

Os juros em ativos que pagam juros são apresentados em gasto de juros para instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

**Passivos detidos para negociação** - Os passivos financeiros derivados de dívida emitida são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou incorridos com o objetivo principal de serem recomprados no curto prazo. Os passivos detidos para negociação consistem essencialmente em passivos por derivados (incluindo certos compromissos de crédito) e posições curtas. Isto inclui também os compromissos de crédito em que o empréstimo resultante após o financiamento é afetado ao outro modelo de negócio de modo a que o compromissos de crédito não utilizado seja classificado como derivados detidos para negociação.

**Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados** – Certos passivos financeiros que não correspondiam à definição de passivos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para serem designados ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra, compromissos de crédito e responsabilidades com obrigações estruturadas.

**Contratos de investimento** - Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento que correspondem a ativos específicos detidos pelo Grupo. Os contratos obrigam o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar passivos por contratos de investimento. Não contêm características significativas de risco de seguro ou de participação discricionária. As responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço. Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

## Derivados embutidos

Alguns contratos de passivos financeiros híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento de passivos financeiros. Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento de passivos financeiros, e o próprio contrato híbrido de passivos financeiros não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento de passivos financeiros continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contábilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do Balanço consolidado do contrato de acolhimento de passivos financeiros. Alguns contratos híbridos de passivos financeiros são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

## Passivos financeiros pelo custo amortizado

Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida. Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

## Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no Balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no Balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contábilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada ao Grupo está relacionada com os derivados e recompra e acordos de recompra inversos. Uma parte significativa da compensação é aplicada a derivados das taxas de juro e saldos de margem relacionados, que são compensados por agências de compensação central. Para mais informações, consulte a Nota 17, "Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros".

## Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

- O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,

- Os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
- Os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

**Estimativas contábilísticas críticas** – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 13, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 14, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

## Reconhecimento de lucros à data da operação

O reconhecimento de lucros à data da operação é reconhecido se o justo valor do instrumento financeiro medido pelo justo valor através de resultados for obtido a partir de um preço de mercado cotado num mercado ativo, ou de outra forma evidenciado por comparação com outras transações de mercado correntes observáveis ou com base numa técnica de avaliação que incorpore dados de mercado observáveis. Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de

avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer reconhecimento de lucro diferido à data da operação remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se torna observável. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

**Estimativas contabilísticas críticas** - A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação do instrumento financeiro subjacente (consultar a secção "Determinação do justo valor" para o juízo da direção necessário para estabelecer o justo valor dos instrumentos financeiros). Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

## Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados pelo justo valor no Balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

## Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e não adotou a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018. O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macrocoberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. Nos termos da separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macrocobertura de justo valor pode ser aplicada a depósitos principais e a ineficácia da cobertura para todas as aplicações contabilísticas de macrocobertura de justo valor só é reconhecida quando a estimativa revista do valor dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao valor original designado desse agregado e não for reconhecida quando o valor revisto dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao valor original designado.

Para efeitos contabilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas: 1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em gastos e rendimentos de juros, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros proveitos. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros proveitos e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.



Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio spot é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

## Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a FVOCI e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da política de imparidades abaixo, estes instrumentos são designados por ("Ativos financeiros").

A determinação das perdas por imparidade de um modelo de perdas de crédito esperadas ("ECL") nos termos da IFRS 9, em que as provisões são adotadas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais no momento do reconhecimento inicial.

### Abordagem faseada à determinação das perdas de crédito esperadas

A IFRS 9 estabelece uma abordagem em três fases à imparidade para ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito à data da origem ou da compra. Esta abordagem resume-se da seguinte forma:

- Fase 1: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses para todos os ativos financeiros. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não aumentou significativamente após o reconhecimento inicial.
- Fase 2: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas na duração para os ativos financeiros que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Isto requer a determinação de ECL com base na probabilidade de incumprimento na duração,

perdas em caso de incumprimento na duração e exposição a incumprimento na duração que representa a probabilidade de ocorrer incumprimento na duração restante do ativo financeiro. A provisão para perdas de crédito é superior nesta fase devido a um aumento no risco de crédito desde a origem ou compra e ao impacto de serem considerados horizontes temporais mais alargados em comparação com 12 meses na Fase 1.

- Fase 3: O banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo, para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Grupo está em conformidade com a definição regulamentar de incumprimento. Os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial são categorizados na fase 3 com um valor contábilístico que já reflete as perdas de crédito esperadas na duração. O tratamento contábilístico destes ativos em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") é analisado mais adiante.

#### Aumento significativo no risco de crédito

Ao determinar se o risco de crédito (ou seja, risco de incumprimento) de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo tem em consideração informação razoável e suportável que é relevante e está disponível sem custos ou esforço injustificados. Isto inclui informação quantitativa e qualitativa baseada na experiência histórica do Grupo, avaliação do risco de crédito e informação relativa ao futuro (incluindo fatores macroeconómicos). A avaliação da deterioração significativa do crédito é essencial para determinar quando se deve passar da medição de uma provisão com base em ECL de 12 meses para uma medição baseada em ECL na duração (ou seja, transferir da fase 1 para a fase 2).

O quadro do Grupo para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito alinha-se com o processo interno de gestão de risco de crédito ("CRM") e utiliza:

- Indicadores relacionados com a notação - baseados num modelo que compara as expectativas de probabilidades de incumprimento na duração na data do reconhecimento inicial e, subsequentemente, aplica uma abordagem quantificada para determinar um limiar de forma a definir o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2; e
- Indicadores relacionados com o processo - que utilizam indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião da administração, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem a adição dos devedores a uma lista de observação de crédito, a transferência obrigatória para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência.

Estes indicadores são discutidos mais adiante na secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de risco.

#### Ativos financeiros com imparidade de crédito na Fase 3

O Grupo alinhou a sua definição de imparidade de crédito nos termos da IFRS 9 para quando um ativo financeiro entrou em incumprimento por motivos regulamentares, de acordo com o artigo 178.º do Regulamento relativo a requisitos de capital.

A determinação de se um ativo financeiro está em imparidade de crédito e, assim, na fase 3 centra-se exclusivamente no risco de incumprimento, sem ter em consideração os efeitos dos fatores mitigantes do risco de crédito, tais como garantias. Especificamente, um ativo financeiro está em imparidade de crédito e na fase 3 quando:

- O Grupo considera que é improvável que o devedor pague as suas obrigações de crédito ao Grupo. A determinação pode incluir ações de carência, nas quais o mutuário beneficiou de uma concessão ou por razões económicas ou jurídicas que sejam indicadores qualitativos de imparidades de crédito; ou
- Os pagamentos contratuais do capital ou dos juros por parte do devedor estão vencidos há mais de 90 dias.

Para ativos financeiros considerados como em imparidade de crédito, a provisão de ECL abrange o montante da perda que se espera que o Grupo sofra. A estimativa de ECL é efetuada caso a caso para carteiras não homogêneas ou aplicando parâmetros baseados nas carteiras a ativos financeiros individuais dessas carteiras através do modelo de ECL do Grupo para carteiras homogêneas. Esta estimativa inclui a utilização de fluxos de caixa descontados ajustados aos cenários.

São tidas em conta as previsões de condições económicas futuras para o cálculo de ECL. As perdas esperadas na duração são estimadas com base no valor atual ponderado na probabilidade da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Grupo nos termos do contrato; e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Um ativo financeiro pode ser classificado como estando em imparidade de crédito na fase 3, mas sem provisão para perdas de crédito (ou seja, não é esperada perda por imparidade). Isto pode dever-se ao valor da garantia. O cálculo do motor de

ECL do Grupo é efetuado mensalmente, enquanto a avaliação caso a caso de ECL na fase 3 para carteiras não homogêneas tem de ser efetuada pelo menos trimestralmente.

### Ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na fase 3

Um ativo financeiro é considerado em imparidade de crédito aquando da compra ou origem se houver evidência objetiva de imparidade no momento do reconhecimento inicial. Estes ativos financeiros em imparidade de crédito são designados por ativos financeiros POCI. Os ativos financeiros POCI são mensurados para refletir as perdas de crédito esperadas na duração e todas as alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas na duração, positivas ou negativas, são reconhecidas na demonstração de resultados com um componente da provisão para perdas de crédito. Os ativos financeiros POCI só podem ser classificados na fase 3 ao longo da duração do ativo financeiro.

### Abatimentos

O Grupo reduz o valor escriturado bruto de um ativo financeiro quando não existe expectativa razoável de recuperação. Os abatimentos podem estar relacionados com um ativo financeiro na sua totalidade ou com uma parte do mesmo e constituírem um evento de desreconhecimento. O Grupo tem em consideração todas as informações relevantes ao efetuar esta determinação, incluindo, entre outros:

- Medidas hipotecárias tomadas pelo Grupo que não foram bem-sucedidas ou que têm uma elevada probabilidade não serem bem-sucedidas
- Liquidação de garantias que não conduziu, nem irá conduzir, a recuperações consideráveis adicionais
- Situações em que não são esperadas de forma razoável recuperações adicionais

Os abatimentos podem ocorrer antes de serem concluídas as ações judiciais contra o mutuário para recuperar a dívida e um abatimento não envolve a desistência por parte do Grupo do seu direito legal de recuperar a dívida.

### Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, o Grupo aplica, em conformidade com a IFRS 9, uma aproximação da EIR, que é normalmente a taxa de juro contratual ("CIR") e que não difere materialmente da EIR. A CIR é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, no reconhecimento de juros e para desconto da ECL.

## Garantia de ativos financeiros considerada na análise de imparidades

A IFRS 9 exige que os fluxos de caixa esperados de garantias e outros aumentos de crédito sejam refletidos no cálculo de ECL. Os seguintes são aspetos-chave relativamente a garantias:

- Elegibilidade da garantia, ou seja, que garantia deve ser tida em conta no cálculo de ECL;
- Avaliação da garantia, ou seja, que valor da garantia (liquidação) deve ser utilizado; e
- Projeção do montante da garantia disponível ao longo da duração de uma transação.

Estes conceitos são descritos mais detalhadamente na secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS" no Relatório de risco.

**Estimativas contábilísticas críticas** – Os juízos de valor e estimativas contábilísticas que dizem respeito a imparidade de ativos financeiros constituem uma estimativa contábilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidades nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente na projeção de informações e cenários prospetivos em circunstâncias de incerteza económica e financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, conseqüentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos não homogêneos na fase 3, a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação das perdas de crédito esperadas nas Fases 1 e 2 e dos créditos homogêneos na Fase 3 é calculada utilizando o modelo de ECL do Grupo. O modelo incorpora numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica do modelo e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de

recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão. O juízo da administração sobre as seguintes estimativas contabilísticas críticas aumentou desde o início de 2020 como resultado da pandemia da COVID-19 e da guerra na Ucrânia:

- Informação prospetiva: A informação prospetiva é incorporada na medição da provisão para perdas de crédito do Grupo em termos de ajustamentos às curvas de PD plurianuais com base em previsões macroeconómicas. A identificação das variáveis macroeconómicas chave (MEV) reflete um equilíbrio de juízos quantitativos e qualitativos. A análise estatística, incluindo, por exemplo, testes retrospectivos e sensibilidades do modelo, é realizada para avaliar o poder explicativo das MEV, enquanto a contribuição especializada de colaboradores de crédito assegura o conforto da administração no comportamento geral do modelo. A parametrização final do modelo baseia-se numa revisão e desafio dos impactos nos fóruns internos de governação e numa validação independente realizada pela função de Gestão do risco do modelo. Além disso, a solidez conceptual da abordagem de estimativa é assegurada pela análise de testes de modelo preparada como parte das alterações ao modelo e por um quadro de monitorização contínuo, a fim de que a provisão de ECL reflita a melhor estimativa da administração no cálculo das perdas de crédito esperadas.
- Aumento significativo no risco de crédito: Em conformidade com a secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de risco, o Grupo utiliza indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o início. Para os ativos financeiros em carteiras não homogéneas, as notações são determinadas para cada contraparte individualmente com base no juízo especializado dos colaboradores de crédito. Para os ativos financeiros das carteiras homogéneas (devido ao grande número de relações com clientes), o processo de notação é significativamente automatizado com menos julgamento exigido pelos colaboradores de crédito sobre as contrapartes individuais. Tanto para carteiras homogéneas como não homogéneas, os indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente baseiam-se num modelo que compara as probabilidades de incumprimento na duração na data do relatório com as expectativas de probabilidades de incumprimento na duração na data do reconhecimento inicial e, subseqüentemente, aplicando uma abordagem de quantificação para determinar um limiar que define o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2. A determinação do quantil para definir os limiares da Fase 2 é determinada por peritos na função de Risco do Grupo. Isto representa um dos principais juízos críticos no quadro da IFRS 9 do Grupo e é validado anualmente com base em análises detalhadas de mudança de fase, análise comparativa com comportamentos históricos e comparações entre pares.
- Definição de LGD da Fase 3 para carteiras homogéneas: A provisão para perdas de crédito na Fase 3 é determinada para as carteiras homogéneas do Grupo através de um processo automatizado baseado em LGD parcialmente dependentes do tempo, refletindo a menor expectativa de recuperação quanto mais tempo o cliente estiver em incumprimento, diferenciando assim entre exposições garantidas e não garantidas. Os LGD são calibrados utilizando o histórico de perdas do Grupo construído ao longo das décadas anteriores, os preços de mercado verificados das carteiras em incumprimento vendidas e o juízo de peritos. No caso de carteiras menos materiais, a calibração empírica do LGD é parcialmente apoiada por juízos especializados de colaboradores de crédito, especialmente para determinar as taxas de sanção do cliente como um dos contributos chave. As definições de LGD são validadas anualmente e são regularmente revistas pelo processo de validação do modelo independente do Grupo, que faz parte da função de Gestão do risco do modelo.

As divulgações quantitativas são fornecidas na Nota 18 "Empréstimos" e na Nota 19 "Provisão para perdas de crédito", bem como no Relatório de Risco, secção "IFRS 9 Imparidade", subsecção "Sensibilidade do Modelo".

## Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um swap de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo

continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

## Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica "Ativos e passivos financeiros". Se a entidade estruturada não for consolidada, os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da secção "Derivados e contabilidade de cobertura". As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, strips só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por "interesses retidos"). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e spreads. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desreconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor escriturado do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desreconhecida, os lucros ou perdas da titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

## Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

## Acordos de recompra e de revenda

Os títulos comprados com acordos de revenda ("acordos de recompra inversos") e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado.

Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desreconhecidos no balanço, porque os riscos e os benefícios da sua detenção não são obtidos nem cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 "Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia".

Nos termos da IFRS 9, o Grupo afeta carteiras de revenda que são geridas com base no justo valor ao outro modelo de negócio e classifica-os como "Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados".

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Gasto de juros".

## Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

O Grupo regista o montante de numerário avançado adiantado ou recebido como títulos obtidos por empréstimo e títulos cedidos por empréstimo, respetivamente, no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desreconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 "Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia".

## Goodwill e outros ativos intangíveis

O goodwill, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do goodwill, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliada ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O goodwill na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o goodwill é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o goodwill for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o goodwill atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com software desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de software de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do software estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de software capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou em qualquer momento quando existirem indícios de imparidade depois de o software estar em uso.

**Estimativas contábilísticas críticas** - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação (tais como a abordagem dos custos), ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 23, "Goodwill e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

## Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como "Juros e encargos similares".

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Se o Grupo tiver um contrato oneroso, a presente obrigação ao abrigo do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato no qual os custos inevitáveis do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se espera receber ao abrigo do mesmo.

**Estimativas contábilísticas críticas** –A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o

desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indenizações substanciais ou indeterminadas. Ver Nota 27 "Disposições" para mais informações sobre as incertezas dos procedimentos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

## Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se invertem no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação de ativos financeiros classificados como FVTOCI, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na Demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

**Estimativas contábilísticas críticas** – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. A análise da capacidade fiscal histórica inclui a determinação da existência de um período de lucros passados ou um historial de perdas recentes à data de relato. A determinação de um período de lucros passados ou histórico de perdas recentes baseia-se nos resultados antes de impostos ajustados para ter em conta diferenças permanentes e abrange normalmente os exercícios fiscais atuais e os dois anteriores. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos.

O Grupo crê que a estimativa contábilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contábilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção



significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais, à capacidade fiscal histórica ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração do valor contábilístico de um ativo por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A utilização de estimativas também é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e prevê perdas potenciais que podem resultar de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento incerto, de acordo com a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento" e a IFRIC 23, "Incerteza quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

A Nota 34, "Impostos sobre o rendimento" contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

## Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (goodwill negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (step acquisitions), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da Demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (additional paid-in capital – APIC).

## Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador e não pode ter aprovações regulamentares substantivas pendentes. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de alienação e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os ativos e passivos financeiros que respeitam os critérios continuam a ser medidos de acordo com a IFRS 9. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda.

## Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como software (só sistemas operativos). Os ativos sob direito de uso são apresentados em conjunto com os ativos fixos tangíveis no balanço consolidado do Grupo. As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25

a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 25 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

## Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

### Garantias financeiras emitidas

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas pela direção com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na Demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

### Garantias financeiras adquiridas

As garantias financeiras adquiridas resultam em reembolsos nos termos da IAS 37, na medida em que a garantia financeira é assumida para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida com modelos de negócio HTC ou HTC&S. Tal resulta no reconhecimento de um ativo de reembolso por aumentos subsequentes das perdas de crédito esperadas, na medida em que é praticamente certo que a garantia financeira adquirida irá reembolsar o Grupo pelas perdas incorridas. Assim, quando o risco de crédito do mutuário deteriorar significativamente, um ativo de reembolso é reconhecido igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida e é apresentado como Outros ativos no balanço consolidado do Grupo. O ganho de reembolso correspondente é reconhecido como uma redução na Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida atribuídos aos modelos de negócio HTC ou HTC&S podem também ser incorporadas em Obrigações garantidas por empréstimos (CLO) emitidas pelo Grupo. Essas garantias incorporadas não são contabilizadas separadamente como um ativo de reembolso e, em vez disso, contabilizadas como parte do passivo de CLO detido ao custo amortizado. O Grupo revê regularmente o seu pagamento de resgate contratual estimado (incluindo o benefício de tais garantias incorporadas) de CLO quando o risco de crédito de um mutuário coberto pela garantia financeira incorporada nas CLO se deteriora significativamente. A revisão baseia-se nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento de dívida (na medida abrangida pelas CLO).

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida incluídos no modelo de negócio Outro são contabilizadas ao justo valor através de resultados.

## Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de terrenos e edifícios, na qualidade de locatário. Outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/informático.

O Grupo avalia, no início do contrato, se um contrato constitui, ou contém, uma locação. Isto é, se o contrato transmite o direito de controlar a utilização de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contrapartida.

O Grupo aplica uma abordagem de reconhecimento e medição única para todas as locações com um prazo superior a 12 meses, a menos que o ativo subjacente seja de baixo valor. Enquanto locatário, na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo sob direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo subjacente objeto da locação e um passivo da locação, que representa a sua obrigação de fazer os pagamentos da locação.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo, deduzidas quaisquer depreciações e perdas por imparidade acumuladas, e ajustado para qualquer remensuração dos passivos por locação. O custo dos ativos sob direito de uso inclui o montante dos passivos por locação, ajustados em relação a quaisquer pagamentos de locação efetuados na data de início ou antes, acrescidos de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para dismantelar e remover o ativo subjacente ou para restabelecer o local em que está localizado, deduzidos quaisquer incentivos à locação recebidos. Os ativos sob direito de uso são amortizados numa base linear ao longo do prazo da locação.

O passivo por locação é medido ao valor atual dos pagamentos da locação a efetuar ao longo do prazo da locação. Os pagamentos de locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância) deduzidos de quaisquer incentivos à locação e pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou de uma taxa. Os pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre.

No cálculo do valor atual dos pagamentos de locação, o Grupo utiliza a sua taxa de financiamento incremental na data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não é prontamente determinável. Após a data de início, o montante dos passivos por locação é aumentado para refletir o acréscimo do juro e reduzida pelos pagamentos de locação efetuados. Além disso, o valor contábilístico dos passivos por locação são remensurados se existir uma modificação, uma alteração no prazo da locação ou uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração num índice ou taxa utilizado para determinar esses pagamentos de locação).

Os ativos sob direito de uso são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. Uma vez que os ativos sob direito de uso não geraram fluxos de caixa de forma independente para calcular o seu valor em utilização, o Grupo considera qualquer rendimento de sublocação que pudesse razoavelmente ser obtido. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

O Grupo apresenta ativos sob direito de uso em "Ativos fixos tangíveis" e passivos de locação em "Outros passivos".

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento da locação de curto prazo às suas locações de curto prazo, ou seja, as locações que tenham um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início. Além disso, aplica a locação de ativos de baixo valor que dispensa o reconhecimento a locações de equipamento técnico/informático que seja considerado de baixo valor. Os pagamentos de locação sobre locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas numa base linear ao longo do prazo da locação.

## Benefícios dos empregados

### Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano.

## Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 33, “Benefícios dos empregados” contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

## Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rentabilidade (yields) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

## Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

## Subsídios governamentais

O Grupo reconhece rendimentos de subsídios governamentais quando existe garantia razoável de que receberá o subsídio e irá cumprir as condições subjacentes ao subsídio. O benefício é reconhecido no período em que o subsídio se destina a compensar o Grupo pelos custos relacionados e é apresentado como uma redução das despesas relacionadas.

O Grupo considera os benefícios que resultam da contração de empréstimos ao abrigo do TLTRO III como uma subvenção governamental de um empréstimo abaixo do mercado ao abrigo da IAS 20. O rendimento da subvenção governamental é reconhecido em rendimentos de juros no período em que a subvenção se destina a compensar o Grupo pelos respetivos custos de empréstimo. O Grupo contabilizava anteriormente todos os benefícios relacionados com o TLTRO III como uma subvenção governamental no âmbito da IAS 20. Em março de 2022, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade aprovou a decisão final do Comité de Interpretação das IFRS (IFRS IC) sobre a contabilidade do TLTRO, que clarificou a contabilidade dos empréstimos abaixo do mercado no âmbito da IAS 20. A decisão da ordem de trabalhos declarou que a componente que está sujeita à IAS 20 está limitada à diferença entre o valor contabilístico inicial do passivo financeiro que resulta dos empréstimos contraídos ao abrigo do TLTRO III e as receitas recebidas. O valor contabilístico inicial do passivo

financeiro relacionado com o TLTRO III difere das receitas recebidas quando, no momento do reconhecimento inicial, o Grupo estabeleceu uma garantia razoável sobre a futura receção dos benefícios relacionados. Quaisquer benefícios residuais são contabilizados de acordo com a IFRS 9 sob a taxa de juro efetiva do passivo financeiro. A implementação da decisão da ordem de trabalhos do IFRS IC resultou num ajustamento no tratamento contabilístico do Grupo, de tal forma que os benefícios que resultam do desconto da taxa de base continuam a ser contabilizados como subsídio governamental ao abrigo da IAS 20, enquanto os benefícios que resultam do cumprimento dos novos descontos de empréstimo acima descritos são contabilizados ao abrigo da IFRS 9. Isto porque o Grupo não conseguiu estabelecer garantias razoáveis de cumprimento dos limiares de empréstimos líquidos sob os novos descontos de empréstimo no momento da contração inicial do empréstimo.

Para mais informações sobre o benefício reconhecido pelo Grupo do programa de refinanciamento TLTRO III, consulte a Nota 5 "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

## Obrigações de comprar ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como "Juros e encargos similares". Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

Existem várias circunstâncias em que os saldos em caixa e seus equivalentes detidos por uma entidade não estão disponíveis para utilização pelo Grupo. Exemplos incluem saldos em caixa e seus equivalentes detidos por uma filial que opera num país onde se aplicam controles cambiais ou outras restrições legais, de modo a que os saldos não estejam disponíveis para utilização geral pelo Grupo ou pelas suas filiais.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio ("abordagem de gestão"). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelos segmentos de linha de negócio Corporate Bank e Investment Bank e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é a dívida emitida pelo Tesouro, que é considerada permutável com outras fontes de financiamento. Todos os custos de financiamento são atribuídos a atividades empresariais para estabelecer a sua rentabilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser

substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

## 02 – Diretrizes contábilísticas novas e recentemente adotadas

### Diretrizes contábilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contábilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2022 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

#### IAS 37 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes"

Em 1 de janeiro de 2022, o Grupo adotou alterações à IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", que esclareceram os custos que uma entidade considera ao avaliar se um contrato é oneroso. As alterações especificaram que o "custo de cumprimento" de um contrato inclui os "custos diretamente relacionados com o contrato". Os custos diretamente relacionados com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato ou uma atribuição de outros custos diretamente relacionados com o cumprimento dos contratos. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### Melhorias para os ciclos das IFRS 2018-2020

Em 1 de janeiro de 2022, o Grupo adotou alterações a várias normas IFRS, resultado do projeto anual de melhorias do IASB nos ciclos 2018-2020. Este documento incluiu alterações que resultaram em alterações contábilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com a IFRS 1 "Adoção das normas internacionais de relato financeiro pela primeira vez", IAS 9 "Instrumentos financeiros", IFRS 16, "Locações" e IAS 41 "Agricultura". As alterações à IFRS 9 clarificaram quais as taxas que uma entidade inclui ao avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

### Novas diretrizes contábilísticas

As seguintes diretrizes contábilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

#### IFRS 16 "Locações"

Em setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 "Locações" que esclarecem como um vendedor/locatário mede subsequentemente as transações de venda e locação concomitante que satisfazem os requisitos da IFRS 15 a serem contabilizadas como uma venda. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Não se prevê que as alterações tenham um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

#### IFRS 17 "Contratos de seguros"

Em maio de 2017, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu a IFRS 17 "Contratos de seguros", que estabelece os princípios para o reconhecimento, medição, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do âmbito da norma. A IFRS 17 substitui a IFRS 4, que concedeu às empresas dispensa de efetuar contabilidade para contratos de seguros utilizando as normas de contabilidade nacional, resultando numa multiplicidade de abordagens diferentes. A IFRS 17 resolve os problemas de comparação criados pela IFRS 4, solicitando que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma coerente, beneficiando os investidores e as seguradoras. As obrigações de seguro serão contabilizadas utilizando valores correntes, ao invés do custo histórico. A informação será atualizada regularmente, facultando mais informação útil aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 17 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Com base nas atividades de negócio atuais do Grupo, a IFRS 17 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em junho de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 17 "Contratos de seguros" que abordam preocupações e desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17 em 2017. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

Em dezembro de 2021, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações à IFRS 17 "Contratos de seguros" que são alterações de âmbito restrito aos requisitos de transição da IFRS 17 para entidades que aplicam pela primeira vez a IFRS 17 e a IFRS 9 ao mesmo tempo. As alterações (se optadas) serão aplicáveis quando a IFRS 17 for aplicada pela primeira vez.

## IAS 12 "Impostos sobre o rendimento"

Em maio de 2021, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações à IAS 12 "Impostos sobre o rendimento". Estas alterações mudam o tratamento fiscal diferido relacionado com ativos e passivos numa única transação de forma a introduzir uma isenção da isenção de reconhecimento inicial prevista na IAS 12.15(b) e IAS 12.24. Por conseguinte, a isenção de reconhecimento inicial não se aplica às transações em que tanto as diferenças temporárias dedutíveis como as temporárias tributáveis surjam no reconhecimento inicial e resultem no reconhecimento de ativos e passivos por impostos diferidos. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. Nenhuma destas alterações terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

## IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras"

Em janeiro de 2020 e julho de 2020, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações à IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras": Classificação dos passivos como correntes ou não correntes". Estas esclarecem que a classificação dos passivos como correntes ou não correntes deve basear-se em direitos existentes no final do período de relato. Também esclarecem que a classificação não é afetada pelas expectativas quanto à questão de saber se uma entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação de um passivo e deixar claro que a liquidação se refere à transferência para a contraparte de numerário, instrumentos de capital, outros ativos ou serviços. As alterações deverão estar em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. As mesmas não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

Em outubro de 2022, o IASB emitiu uma nova emenda à IAS 1 que modifica os requisitos acima descritos sobre a forma como uma entidade classifica a dívida e outros passivos financeiros como correntes ou não correntes em circunstâncias particulares. Consequentemente, esclarece que apenas os convênios com os quais uma entidade é obrigada a cumprir na ou antes da data de relato afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente. De acordo com as alterações anteriores, as novas deverão estar em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. As mesmas não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu emendas à IAS 1 e à "Declaração de Prática 2 da IFRS", que se destinam a fornecer orientações sobre a decisão de quais as políticas contabilísticas a divulgar nas demonstrações financeiras. Consequentemente, uma entidade é agora obrigada a divulgar as suas políticas contabilísticas materiais em vez das suas políticas contabilísticas significativas. Tal será efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações não terão impacto nos resultados do Grupo, mas conduzirão a alterações na divulgação das suas políticas contabilísticas pelo Grupo.



## 03 – Aquisições e alienações

### Concentrações de atividades empresariais

Durante 2022 e 2020, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

No terceiro trimestre de 2021, o Grupo tinha concluído a aquisição de 100% das ações da Better Payment Germany GmbH, um prestador de serviços de pagamentos em fase inicial com sede em Berlim. Através desta aquisição, o Grupo pretendia expandir a sua quota de mercado no processamento e aceitação de pagamentos. O justo valor do preço de compra pago pela aquisição consistiu em 5 milhões de euros em numerário e numa contraprestação de 3 milhões de euros dependente de um conjunto de KPI a serem alcançados no prazo de 3 anos após a aquisição. Como parte da alocação preliminar do preço de compra, o Grupo registou um goodwill de 5 milhões de euros atribuído à unidade geradora de caixa do Corporate Bank (CGU). Dado o valor da unidade geradora de caixa do Corporate Bank, o novo goodwill foi considerado em imparidade e imediatamente anulado em 2021 (consultar a Nota 23 "Goodwill e outros ativos intangíveis").

### Alienações

O Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/negócios durante 2022, 2021 e 2020. Estas alienações foram principalmente constituídas por negócios que o Grupo tinha anteriormente classificado como detidos para venda, incluindo a conclusão da transferência da plataforma de investimento digital da DWS como parte da sua parceria com a BlackFin e a venda do negócio de consultores financeiros italianos à Zurique Itália em 2022, a transferência da plataforma Global Prime Finance & Electronic Equities para o BNP Paribas em 2021 e a venda da Postbank Systems AG em 2020. Para mais pormenores, consultar a Nota 24 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda". A contrapartida total recebida por estas alienações (em numerário) em 2022, 2021 e 2020 foi de 488 milhões de euros (439 milhões de euros em numerário), 34 milhões de euros (0 milhões de euros em numerário) e 7 milhões de euros (7 milhões de euros em numerário), respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2022	2021	2020
Caixa e seus equivalentes	1.126	0	2
Todos os restantes ativos	659	3.507	7
<b>Total do ativo alienado</b>	<b>1.785</b>	<b>3.507</b>	<b>9</b>
<b>Total do passivo alienado</b>	<b>1.676</b>	<b>8.102</b>	<b>79</b>

## 04 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

### Segmentos de negócio

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio.

As operações de negócios do banco são organizadas segundo a estrutura divisional que engloba as divisões corporativas seguintes:

- Corporate Bank
- Investment Bank
- Private Bank
- Asset Management
- Capital Release Unit
- Corporate & Other

Em comparação com o ano anterior, a informação segmentar para as divisões Corporate Bank, Investment Bank, Asset Management, Capital Release Unit e Corporate & Other manteve-se inalterada no seu âmbito, enquanto que a apresentação das receitas no Private Bank foi alterada. A informação segmentar relacionada é apresentada abaixo.

O Corporate Bank relata receitas nas categorias Serviços de Tesouraria Empresarial, Serviços a Clientes Institucionais e Business Banking.

O Investment Bank relata receitas nas categorias Rendimento Fixo, Currency Sales & Trading e Geração e Consultoria, bem como outras.

O Private Bank relata receitas nas categorias Private Bank Alemanha e International Private Bank. A partir do segundo trimestre de 2022, a repartição das receitas dentro do International Private Bank foi aperfeiçoada para alinhar ainda mais a estrutura de relatórios com o modelo de cobertura do cliente. As receitas do Private Bank International estão agora categorizadas nos segmentos de clientes "Wealth Management & Bank for Entrepreneurs" e "Premium Banking". "Wealth Management & Bank for Entrepreneurs" combina a cobertura da banca privada, de clientes de património líquido elevado e ultraelevado, bem como de clientes empresariais que são cobertos como parte da proposta do Bank for Entrepreneurs. "International Private Bank Premium Banking" inclui os clientes de retalho e de abastados, bem como os clientes da banca comercial (ou seja, todos os clientes de pequenas empresas e clientes empresariais de pequena dimensão que não estão cobertos como parte do Bank for Entrepreneurs). Os valores comparáveis do ano anterior são apresentados na estrutura atual.

Asset Management relata receitas nas categorias Comissões de gestão, Comissões de desempenho e transação e Outras.

A Capital Release Unit inclui os restantes ativos transferidos do negócio Equities Sales & Trading, posições de rendimento fixo de menor rendimento, especialmente em Rates, a antiga carteira não estratégica do Corporate & Investment Bank, bem como uma carteira de empréstimos antiga do antigo Private & Commercial Bank na Polónia.

O segmento Corporate & Other inclui as receitas, os custos e os recursos detidos centralmente que não são atribuídos aos segmentos de negócio individuais, bem como diferenças de avaliação e momento que decorrem de derivados utilizados para garantir o saldo do Grupo. Estes são impactos contabilísticos, e espera-se que as perdas de avaliação sejam recuperadas ao longo do tempo, à medida que os instrumentos subjacentes se aproximam da maturidade.

Além disso, com base em decisões de gestão durante o período abrangido pelo relatório, foram introduzidas novas alterações de divisões. As informações segmentais dos anos anteriores são apresentadas na estrutura atual.

## Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada na secção "Resultados de operações dos segmentos" nesta nota. A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos. O relatório de gestão interno do Grupo não considera separadamente passivos por segmentos ou custos de juros. Do mesmo modo, a depreciação e amortização, as despesas fiscais e outro rendimento integral não são apresentados em separado internamente, pelo que não são aqui divulgados.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS utilizados nos relatórios de gestão do Grupo representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição pelo justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (no Investment Bank) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como uma componente do lucro antes de impostos das unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em Corporate & Other) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam a margem financeira externa do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento de negócio, em conformidade com o quadro interno de preços de transferência de fundos do banco. Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem unidades legalmente independentes com financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o benefício de juros notionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo.

## Afetação do capital próprio médio dos acionistas

O capital próprio dos acionistas é totalmente atribuído aos segmentos do Grupo com base na procura de capital regulamentar de cada segmento. A procura de capital regulamentar reflete a contribuição conjugada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo. As contribuições em cada uma das três dimensões são ponderadas para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de CET1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco e da exposição ao rácio de alavancagem. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos segmentos do Grupo a fim de permitir a determinação do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva rentabilidade. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são afetados mensalmente e a média é calculada trimestralmente e para o ano completo.

## Reserva Estratégica de Liquidez e Atribuição de Resultados

A partir do primeiro trimestre de 2022, foi aperfeiçoada a metodologia para a atribuição de resultados por divisão intra-anual da Reserva Estratégica de Liquidez. Como parte da introdução da nova metodologia, a volatilidade intra-anual dos resultados é mantida centralmente na Corporate & Other, a fim de refletir melhor o desempenho subjacente das divisões de negócios. A implementação da nova metodologia não tem impacto nas receitas globais do grupo nem nas atribuições anuais de negócios, pelo que os resultados do ano inteiro para 2022, 2021 e 2020 não são afetados.

### Títulos isentos de impostos dos EUA

A margem financeira como uma componente das receitas líquidas, resultados antes de imposto e rácios conexos é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA do Investment Bank. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta apresentação resultou num aumento da margem financeira do Investment Bank de 33 milhões de euros no exercício de 2022, 40 milhões de euros no exercício de 2021 e 45 milhões de euros no exercício de 2020. Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em Corporate & Other. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável da margem financeira, relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA, é de 21% em 2022, 2021 e 2020.

### Reajustamento da infraestrutura de colaboradores a tempo inteiro

No terceiro trimestre de 2021, aproximadamente 9000 FTE passaram de Corporate & Other para os segmentos de negócio operacionais, impulsionados pela decisão do banco de que o Diretor de Operações deixaria de ser uma função separada do Conselho de Administração. Assim, partes relacionadas com o negócio do Diretor de Operações que apoiam o Investment Bank e o Corporate Bank, que anteriormente eram geridos em Infraestruturas, passaram para essas divisões. A informação financeira comparativa por segmentos é apresentada em conformidade. Esta alteração não resultou num impacto financeiro material a nível de segmento, uma vez que os custos são alocados pela C&O aos segmentos de negócio operacionais que estão a utilizar o serviço das respetivas funções de infraestrutura e, com esta alteração, os custos são diretamente incorridos pelas divisões em vez de serem imputados pela Corporate & Other.

## Resultados de operações dos segmentos

Os quadros seguintes apresentam os resultados dos segmentos de negócio do Grupo, incluindo a reconciliação do resultado operacional consolidado em conformidade com as IFRS.

	2022						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>6.335</b>	<b>10.016</b>	<b>9.155</b>	<b>2.608</b>	<b>(28)</b>	<b>(877)</b>	<b>27.210</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>335</b>	<b>319</b>	<b>583</b>	<b>(2)</b>	<b>(17)</b>	<b>8</b>	<b>1.226</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.421	2.376	2.791	899	60	3.165	10.712
Despesas gerais e administrativas	2.547	3.805	3.915	869	864	(2.272)	9.728
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	0	68
Atividades de reestruturação	(19)	15	(113)	0	(2)	0	(118)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>3.949</b>	<b>6.196</b>	<b>6.593</b>	<b>1.836</b>	<b>922</b>	<b>893</b>	<b>20.390</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>174</b>	<b>0</b>	<b>(190)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>2.051</b>	<b>3.487</b>	<b>1.979</b>	<b>598</b>	<b>(932)</b>	<b>(1.589)</b>	<b>5.594</b>
Rácio custo/rendimento	62%	62%	72%	70%	N/S	N/S	75%
Ativos <sup>2</sup>	257.900	676.714	332.524	10.150	61.823	(2.322)	1.336.788
Adições a ativos não correntes	3	4	177	41	0	2.269	2.494
Ativos ponderados pelo risco	74.303	139.442	87.602	12.864	24.284	21.508	360.003
Exposição ao efeito de alavancagem <sup>3</sup>	320.767	529.506	344.396	9.462	22.028	14.325	1.240.483
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.901	26.032	13.584	5.459	3.018	0	59.994
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	12%	9%	10%	7%	(23)%	N/S	8%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	12%	9%	11%	17%	(24)%	N/S	9%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	3.628	3.467	5.223	(65)	(227)	1.625	13.650
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	4	50	27	66	6	0	152
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	90	501	99	415	16	4	1.124

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> A exposição ao rácio de alavancagem é calculada de acordo com o CRR, tal como aplicável à data do relatório; a partir de 30 de setembro de 2020, o Grupo foi autorizado a excluir certas exposições baseadas em euros face a bancos centrais da zona Euro da exposição ao rácio de alavancagem, com base nas Decisões do BCE (UE) 2020/1306 e UE 2021/1074; esta exclusão aplicou-se até 31 de março de 2022; as exposições à alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa exclusão.

<sup>4</sup> A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de (1)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual

	2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.151</b>	<b>9.631</b>	<b>8.234</b>	<b>2.708</b>	<b>26</b>	<b>(340)</b>	<b>25.410</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>(3)</b>	<b>104</b>	<b>446</b>	<b>5</b>	<b>(42)</b>	<b>5</b>	<b>515</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.447	2.197	2.813	822	128	3.012	10.418
Despesas gerais e administrativas	2.649	3.587	4.447	840	1.306	(2.009)	10.821
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	0	5
Atividades de reestruturação	42	47	173	2	(2)	(0)	261
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.143</b>	<b>5.831</b>	<b>7.433</b>	<b>1.664</b>	<b>1.432</b>	<b>1.002</b>	<b>21.505</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>(17)</b>	<b>0</b>	<b>223</b>	<b>0</b>	<b>(206)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>1.011</b>	<b>3.714</b>	<b>355</b>	<b>816</b>	<b>(1.364)</b>	<b>(1.142)</b>	<b>3.390</b>
Rácio custo/rendimento	80%	61%	90%	61%	N/S	N/S	85%
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>245.716</b>	<b>615.906</b>	<b>310.496</b>	<b>10.387</b>	<b>131.775</b>	<b>9.713</b>	<b>1.323.993</b>
Adições a ativos não correntes	17	6	149	32	1	1.734	1.939
Ativos ponderados pelo risco	65.406	140.600	85.366	14.415	28.059	17.783	351.629
Exposição da alavancagem (fully-loaded) <sup>3</sup>	299.892	530.361	320.692	10.678	38.830	22.761	1.124.667
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.301	24.181	12.663	4.815	4.473	0	56.434
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	6%	10%	1%	12%	(23)%	N/S	3%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	7%	11%	1%	30%	(23)%	N/S	4%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.605	3.332	4.601	(5)	58	564	11.155
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	(34)	40	81	7	1	98
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	72	462	180	349	25	4	1.091

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>3</sup> A exposição ao rácio de alavancagem é calculada de acordo com o CRR, tal como aplicável à data do relatório; a partir de 30 de setembro de 2020, o Grupo foi autorizado a excluir certas exposições baseadas em euros face a bancos centrais da zona Euro da exposição ao rácio de alavancagem, com base nas Decisões do BCE (UE) 2020/1306 e UE 2021/1074; esta exclusão aplicou-se até 31 de março de 2022; as exposições à alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa exclusão.

<sup>4</sup> A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 26% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; para a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual

	2020						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>5.146</b>	<b>9.286</b>	<b>8.126</b>	<b>2.229</b>	<b>(225)</b>	<b>(534)</b>	<b>24.028</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>364</b>	<b>690</b>	<b>711</b>	<b>2</b>	<b>29</b>	<b>(4)</b>	<b>1.792</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.402	2.079	2.867	740	168	3.215	10.471
Despesas gerais e administrativas	2.805	3.325	4.242	763	1.774	(2.651)	10.259
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	28	14	413	22	5	3	485
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>4.235</b>	<b>5.418</b>	<b>7.522</b>	<b>1.526</b>	<b>1.947</b>	<b>568</b>	<b>21.216</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>157</b>	<b>(0)</b>	<b>(169)</b>	<b>0</b>
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>547</b>	<b>3.166</b>	<b>(108)</b>	<b>544</b>	<b>(2.200)</b>	<b>(929)</b>	<b>1.021</b>
Rácio custo/rendimento	82%	58%	93%	68%	N/S	N/S	88%
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>237.675</b>	<b>573.536</b>	<b>296.596</b>	<b>9.453</b>	<b>197.667</b>	<b>10.333</b>	<b>1.325.259</b>
Adições a ativos não correntes	10	4	202	32	0	3.174	3.423
Ativos ponderados pelo risco	57.483	128.292	77.074	9.997	34.415	21.690	328.951
Exposição da alavancagem (fully-loaded) <sup>3</sup>	273.959	476.097	307.746	4.695	71.726	29.243	1.078.268
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.945	22.911	11.553	4.757	6.166	0	55.332
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3%	9%	(1)%	8%	(26)%	N/S	0%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3%	10%	(2)%	21%	(27)%	N/S	0%
<sup>1</sup> inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.883	3.325	4.499	1	61	756	11.526
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	22	23	63	9	1	120
<sup>2</sup> inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	69	399	60	304	67	4	901

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>3</sup> A exposição ao rácio de alavancagem é calculada de acordo com o CRR, tal como aplicável à data do relatório; a partir de 30 de setembro de 2020, o Grupo foi autorizado a excluir certas exposições baseadas em euros face a bancos centrais da zona Euro da exposição ao rácio de alavancagem, com base nas Decisões do BCE (UE) 2020/1306 e UE 2021/1074; esta exclusão aplicou-se até 31 de março de 2022; as exposições à alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa exclusão.

<sup>4</sup> A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 39% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020; para a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual

## Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Serviços de Tesouraria Empresarial	3.886	3.125	3.119	761	24	6	0
Serviços de Clientes Institucionais	1.586	1.299	1.280	287	22	19	1
Banca para empresas	863	726	747	136	19	(21)	(3)
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>6.335</b>	<b>5.151</b>	<b>5.146</b>	<b>1.185</b>	<b>23</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	3.628	2.605	2.883	1.022	39	(278)	(10)
Rendimentos de serviços e comissões	2.354	2.203	2.078	151	7	125	6
Rendimentos restantes	354	343	185	11	3	158	86
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>335</b>	<b>(3)</b>	<b>364</b>	<b>338</b>	<b>N/S</b>	<b>(367)</b>	<b>N/S</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	1.421	1.447	1.402	(25)	(2)	45	3
Despesas gerais e administrativas	2.547	2.649	2.805	(103)	(4)	(156)	(6)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	5	0	(5)	N/S	5	N/S
Atividades de reestruturação	(19)	42	28	(61)	N/S	13	47
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>3.949</b>	<b>4.143</b>	<b>4.235</b>	<b>(193)</b>	<b>(5)</b>	<b>(92)</b>	<b>(2)</b>
Participações minoritárias	0	0	0	0	N/S	0	N/S
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>2.051</b>	<b>1.011</b>	<b>547</b>	<b>1.040</b>	<b>103</b>	<b>464</b>	<b>85</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	258	246	238	12	5	8	3
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	122	122	115	(1)	(1)	8	7
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	13.980	13.292	13.393	688	5	(102)	(1)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

## Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	8.935	7.063	7.074	1.871	26	(11)	(0)
Geração de dívida	412	1.573	1.500	(1.161)	(74)	73	5
Geração de ações	101	544	369	(443)	(81)	174	47
Consultoria	485	491	244	(6)	(1)	247	101
Geração e consultoria	998	2.608	2.114	(1.610)	(62)	494	23
Outros	84	(40)	99	124	N/S	(139)	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>10.016</b>	<b>9.631</b>	<b>9.286</b>	<b>385</b>	<b>4</b>	<b>345</b>	<b>4</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>319</b>	<b>104</b>	<b>690</b>	<b>215</b>	<b>N/S</b>	<b>(587)</b>	<b>(85)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	2.376	2.197	2.079	179	8	118	6
Despesas gerais e administrativas	3.805	3.587	3.325	218	6	262	8
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	15	47	14	(32)	(68)	33	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>6.196</b>	<b>5.831</b>	<b>5.418</b>	<b>365</b>	<b>6</b>	<b>413</b>	<b>8</b>
Participações minoritárias	15	(17)	11	32	N/S	(29)	N/S
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>3.487</b>	<b>3.714</b>	<b>3.166</b>	<b>(227)</b>	<b>(6)</b>	<b>547</b>	<b>17</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	677	616	574	61	10	42	7
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	103	93	69	10	11	24	34
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	7.657	7.152	7.492	505	7	(341)	(5)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.



## Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas:</b>							
Private Bank Alemanha	5.327	5.008	4.989	319	6	19	0
International Private Bank	3.828	3.226	3.136	601	19	90	3
Premium Banking	953	945	905	8	1	41	4
Wealth Management & Bank for Entrepreneurs	2.874	2.281	2.232	594	26	49	2
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>9.155</b>	<b>8.234</b>	<b>8.126</b>	<b>921</b>	<b>11</b>	<b>109</b>	<b>1</b>
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	5.223	4.601	4.499	622	14	102	2
Rendimentos de serviços e comissões	3.157	3.207	3.052	(50)	(2)	155	5
Rendimentos restantes	775	426	574	349	82	(148)	(26)
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>583</b>	<b>446</b>	<b>711</b>	<b>137</b>	<b>31</b>	<b>(265)</b>	<b>(37)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros):</b>							
Remunerações e benefícios	2.791	2.813	2.867	(22)	(1)	(54)	(2)
Despesas gerais e administrativas	3.915	4.447	4.242	(533)	(12)	205	5
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(113)	173	413	(285)	N/S	(240)	(58)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>6.593</b>	<b>7.433</b>	<b>7.522</b>	<b>(840)</b>	<b>(11)</b>	<b>(89)</b>	<b>(1)</b>
Participações minoritárias	0	0	0	0	N/S	(0)	(87)
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>1.979</b>	<b>355</b>	<b>(108)</b>	<b>1.624</b>	<b>N/S</b>	<b>463</b>	<b>N/S</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	333	310	297	22	7	14	5
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	265	254	237	10	4	17	7
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros) <sup>2</sup>	518	554	495	(36)	(6)	59	12
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	30	30	16	(0)	(1)	14	85
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	26.951	28.084	29.748	(1.132)	(4)	(1.665)	(6)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>2</sup> O Grupo define os ativos sob gestão como (a) os ativos detidos em nome dos clientes para fins de investimento e/ou (b) os ativos dos clientes que são geridos pelo banco; os ativos sob gestão são geridos numa base discricionária ou de aconselhamento, ou estes ativos são depositados no banco; os depósitos são considerados ativos sob gestão se servirem para fins de investimento; no Private Bank Alemanha e no Premium Banking, isto inclui os depósitos a prazo e os depósitos de poupança; no Wealth Management & Bank for Entrepreneurs, parte-se do princípio de que todos os depósitos dos clientes são detidos no banco principalmente para fins de investimento.

## Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Comissões de gestão	2.458	2.370	2.136	88	4	233	11
Comissões de desempenho e transação	125	212	90	(86)	(41)	122	135
Outros	24	126	3	(102)	(81)	123	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>2.608</b>	<b>2.708</b>	<b>2.229</b>	<b>(100)</b>	<b>(4)</b>	<b>478</b>	<b>21</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>(2)</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>(6)</b>	<b>N/S</b>	<b>3</b>	<b>148</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	899	822	740	77	9	82	11
Despesas gerais e administrativas	869	840	763	29	3	77	10
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	68	0	0	68	N/S	(0)	N/S
Atividades de reestruturação	0	2	22	(2)	(95)	(20)	(92)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>1.836</b>	<b>1.664</b>	<b>1.526</b>	<b>173</b>	<b>10</b>	<b>138</b>	<b>9</b>
Participações minoritárias	174	223	157	(49)	(22)	66	42
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>598</b>	<b>816</b>	<b>544</b>	<b>(217)</b>	<b>(27)</b>	<b>272</b>	<b>50</b>
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	10	10	9	(0)	(2)	1	10
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)	821	928	793	(106)	(11)	135	17
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	(20)	48	30	(68)	N/S	17	N/S
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	4.283	4.072	3.926	211	5	146	4

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

## Capital Release Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	(28)	26	(225)	(54)	N/S	251	N/S
Provisão para perdas de crédito	(17)	(42)	29	25	(59)	(70)	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	60	128	168	(68)	(53)	(40)	(24)
Despesas gerais e administrativas	864	1.306	1.774	(442)	(34)	(468)	(26)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(2)	(2)	5	0	(21)	(7)	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>922</b>	<b>1.432</b>	<b>1.947</b>	<b>(510)</b>	<b>(36)</b>	<b>(515)</b>	<b>(26)</b>
Participações minoritárias	-	0	(0)	0	N/S	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(932)	(1.364)	(2.200)	431	(32)	836	(38)
Total de ativos (em mil milhões de euros) <sup>1</sup>	62	132	198	(70)	(53)	(66)	(33)
Total de colaboradores (diretamente geridos, equivalente a tempo inteiro)	194	267	472	(73)	(27)	(205)	(43)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

## Corporate & Other

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	(877)	(340)	(534)	(537)	158	194	(36)
Provisão para perdas de crédito	8	5	(4)	3	53	9	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3.165	3.012	3.215	153	5	(204)	(6)
Despesas gerais e administrativas	(2.272)	(2.009)	(2.651)	(263)	13	641	(24)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	0	(0)	3	0	N/S	(3)	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>893</b>	<b>1.002</b>	<b>568</b>	<b>(109)</b>	<b>(11)</b>	<b>435</b>	<b>77</b>
Participações minoritárias	(190)	(206)	(169)	16	(8)	(37)	22
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(1.589)	(1.142)	(929)	(447)	39	(213)	23
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	31.865	30.103	29.627	1.762	6	476	2

N/S – Não significativo.

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

## Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais informações sobre as componentes das receitas líquidas, ver "Relatório de gestão": Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisões para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respetivamente. A informação apresentada para as divisões Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank, Asset Management e Capital Release Unit foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para Corporate & Other são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por Corporate & Other é detida centralmente.

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Alemanha:</b>			
Corporate Bank	3.164	2.593	2.538
Investment Bank	587	450	431
Private Bank	5.878	5.481	5.456
Asset Management	1.266	1.385	992
Capital Release Unit	7	4	23
<b>Total da Alemanha</b>	<b>10.902</b>	<b>9.914</b>	<b>9.441</b>
<b>Reino Unido:</b>			
Corporate Bank	143	144	110
Investment Bank	4.343	3.642	3.552
Private Bank	3	(2)	31
Asset Management	356	336	292
Capital Release Unit	14	(122)	(383)
<b>Total do Reino Unido</b>	<b>4.858</b>	<b>3.997</b>	<b>3.602</b>
<b>Resto da Europa, Médio Oriente e África:</b>			
Corporate Bank	1.162	900	934
Investment Bank	383	255	358
Private Bank	2.191	1.783	1.682
Asset Management	275	286	344
Capital Release Unit	13	26	35
<b>Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África</b>	<b>4.024</b>	<b>3.249</b>	<b>3.355</b>
<b>Américas (principalmente Estados Unidos):</b>			
Corporate Bank	974	750	768
Investment Bank	3.033	3.904	3.285
Private Bank	466	364	362
Asset Management	580	537	465
Capital Release Unit	(55)	41	50
<b>Total das Américas</b>	<b>4.998</b>	<b>5.596</b>	<b>4.929</b>
<b>Ásia e Pacífico:</b>			
Corporate Bank	892	764	796
Investment Bank	1.671	1.381	1.660
Private Bank	617	608	594
Asset Management	131	163	136
Capital Release Unit	(6)	77	49
<b>Total de Ásia e Pacífico</b>	<b>3.305</b>	<b>2.993</b>	<b>3.236</b>
<b>Corporate &amp; Other</b>	<b>(877)</b>	<b>(339)</b>	<b>(534)</b>
<b>Proveitos líquidos consolidados<sup>1</sup></b>	<b>27.210</b>	<b>25.410</b>	<b>24.028</b>

<sup>1</sup> Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões); os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos; a localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação; o local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.

## Notas às demonstrações financeiras consolidadas

### 05 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

#### Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Juros e rendimentos similares:</b>			
Rendimento de juros em caixa e saldos do banco central	1.936	160	321
Rendimento de juros em saldos interbancários (sem bancos centrais)	352	67	325
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	504	273	318
Empréstimos	14.088	10.477	11.439
Outros	1.969	1.747	896
<b>Total de juros e rendimentos similares de ativos medidos ao custo amortizado</b>	<b>18.849</b>	<b>12.724</b>	<b>13.298</b>
Rendimento de juros sobre ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	798	501	635
<b>Total de juros e rendimentos similares calculados segundo o método da taxa de juro efetiva</b>	<b>19.647</b>	<b>13.225</b>	<b>13.933</b>
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4.652	3.374	3.873
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>24.299</b>	<b>16.599</b>	<b>17.806</b>
Dos quais: custos de juros negativos sobre passivos financeiros	959	1.217	636
<b>Gasto de juros:</b>			
Depósitos remunerados	3.902	1.244	1.941
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	304	148	169
Outros empréstimos a curto prazo	111	71	62
Dívida a longo prazo	2.409	1.484	1.612
Títulos fiduciários preferenciais	13	3	42
Outros	1.119	876	807
<b>Total de gasto de juros medidos pelo custo amortizado</b>	<b>7.858</b>	<b>3.825</b>	<b>4.633</b>
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.791	1.619	1.648
<b>Total de gasto de juros</b>	<b>10.649</b>	<b>5.444</b>	<b>6.280</b>
Dos quais: rendimentos de juros negativos sobre ativos financeiros	461	786	582
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>13.650</b>	<b>11.155</b>	<b>11.526</b>

Outro rendimento de juros para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 incluiu 0 milhões de euros, 0 milhões de euros, 43 milhões de euros, respetivamente, relacionados com subsídios governamentais no âmbito do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II).

#### Impacto das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (programa TLTRO III) do BCE

O Conselho do BCE decidiu sobre uma série de alterações aos termos e condições do seu programa de refinanciamento TLTRO III, a fim de apoiar a prestação de crédito às famílias e empresas e a atual perturbação económica.

A taxa de juro base no âmbito do programa de refinanciamento TLTRO III é a média da taxa das principais operações de refinanciamento, com exceção do período de 24 de junho de 2020 a 23 de junho de 2022, em que se aplica um desconto de 50 pontos base ("desconto da taxa base"). A taxa de juro aplicável ao abrigo do programa de refinanciamento TLTRO III pode reduzir ainda mais através de "novos descontos de empréstimo" que se aplicam se determinados limiares de empréstimo líquido forem atingidos. Consequentemente, os bancos cujos empréstimos líquidos elegíveis excedam 0% entre 1 de março de 2020 e 31 de março de 2021 pagam uma taxa 0,5% inferior à taxa média da facilidade de depósito para empréstimos entre 24 de junho de 2020 e 23 de junho de 2021. A taxa de juro fora do período de 24 de junho de 2020 a 23 de junho de 2021 será a taxa de juro média da facilidade de depósito, com exceção do período de 24 de junho de 2021 a 23 de junho de 2022, em que os bancos pagam uma taxa 0,5% inferior à taxa média da facilidade de depósito para empréstimos contraídos, desde que a sua capacidade líquida de financiamento elegível exceda 0% entre 1 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. A 27 de outubro de 2022, o BCE anunciou uma alteração ao cálculo dos juros. Consequentemente, o cálculo da taxa de juro existente igual à taxa média da facilidade de depósitos cessou a 22 de novembro de 2022. A partir de 23 de novembro de 2022, a taxa de juro de todas as restantes operações TLTRO III é indexada à média das principais taxas de juro do BCE aplicáveis a partir dessa data.

O Grupo considera os benefícios iniciais que resultam da contração de empréstimos ao abrigo do TLTRO III como uma convenção governamental de um empréstimo abaixo do mercado ao abrigo da IAS 20 e reconhece os benefícios

subsequentes de acordo com a IFRS 9. A política contabilística do banco para as subvenções governamentais está detalhada na secção "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tomou emprestados 33,7 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2021): 44,7 mil milhões de euros) ao abrigo do programa de refinanciamento TLTRO III. O rendimento líquido de juros resultante inclui 211 milhões de euros para os 12 meses terminados a 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 494 mil milhões de euros) ao abrigo do programa TLTRO III.

#### Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Rendimentos de negociação (perdas):</b>			
FIC Sales and Trading	5.353	2.780	3.457
Outros rendimentos de negociação (perdas)	(2.571)	(921)	(1.228)
<b>Total de rendimentos de negociação (perdas)</b>	<b>2.782</b>	<b>1.859</b>	<b>2.230</b>
<b>Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:</b>			
Discriminação por categoria de ativos financeiros:			
Títulos de dívida	(43)	95	5
Títulos de capital	47	812	114
Créditos e compromissos de crédito	(5)	18	(38)
Depósitos	14	2	(9)
Outros ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	(73)	180	203
<b>Total de resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:</b>	<b>(61)</b>	<b>1.106</b>	<b>276</b>
<b>Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:</b>			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Créditos e compromissos de crédito	(2)	11	15
Depósitos	4	5	(1)
Dívida a longo prazo	265	48	(71)
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	11	15	16
<b>Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados</b>	<b>277</b>	<b>79</b>	<b>(40)</b>
<b>Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>2.999</b>	<b>3.045</b>	<b>2.465</b>

#### A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>13.650</b>	<b>11.155</b>	<b>11.526</b>
Rendimentos de negociação (perdas) <sup>1</sup>	2.782	1.859	2.230
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	(61)	1.106	276
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	277	79	(40)
<b>Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>2.999</b>	<b>3.045</b>	<b>2.465</b>
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados<sup>2</sup></b>	<b>16.649</b>	<b>14.200</b>	<b>13.991</b>
Serviços de Tesouraria Empresarial	2.503	1.812	2.071
Serviços de Clientes Institucionais	572	328	313
Banca para empresas	645	526	555
<b>Corporate Bank</b>	<b>3.720</b>	<b>2.666</b>	<b>2.939</b>
FIC Sales & Trading	8.697	6.917	6.991
Restantes produtos	(432)	(26)	202
<b>Investment Bank</b>	<b>8.265</b>	<b>6.891</b>	<b>7.193</b>
Private Bank Alemanha	4.619	3.114	2.956
International Private Bank	1.993	1.733	1.693
<b>Private Bank</b>	<b>6.612</b>	<b>4.847</b>	<b>4.648</b>
Asset Management	(250)	246	(98)
Capital Release Unit	(61)	(18)	(33)
<b>Corporate &amp; Other</b>	<b>(1.637)</b>	<b>(432)</b>	<b>(658)</b>
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>16.649</b>	<b>14.200</b>	<b>13.991</b>

<sup>1</sup> Os rendimentos de negociação (perda) incluem os resultados de derivados não qualificados para contabilidade de cobertura.

<sup>2</sup> Informações segmentais do ano anterior apresentadas na estrutura atual.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre margem financeira ou os resultados de

ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão.

## 06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Rendimentos e encargos de serviços e comissões:</b>			
Rendimentos de serviços e comissões	12.512	13.730	12.044
Encargos com serviços e comissões	2.675	2.796	2.620
<b>Resultado líquido de serviços e comissões</b>	<b>9.838</b>	<b>10.934</b>	<b>9.424</b>

### Desagregação de proveitos por tipo de produto e segmento de negócio

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 de dezembro de 2022						
	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Principal tipo de serviços:</b>							
Comissões de administração	218	33	254	17	0	(3)	520
Comissões de ativos geridos	18	1	363	3.642	(0)	0	4.024
Comissões de outros títulos	512	(0)	47	0	0	0	559
Comissões de subscrição e consultoria	35	1.373	12	0	0	(52)	1.368
Comissões de corretagem	19	253	1.164	65	(1)	0	1.501
Comissões de pagamentos locais	479	3	1.006	0	0	8	1.497
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	466	33	62	0	0	(5)	556
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	15	0	5	0	0	(0)	19
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	618	298	292	0	3	2	1.213
Comissões intermediárias	23	2	523	0	0	13	562
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	282	277	10	122	3	1	695
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>2.684</b>	<b>2.273</b>	<b>3.739</b>	<b>3.847</b>	<b>6</b>	<b>(36)</b>	<b>12.512</b>
<b>Despesa bruta</b>							<b>(2.675)</b>
<b>Serviços e comissões líquidas</b>							<b>9.838</b>

	31 de dezembro de 2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Principal tipo de serviços:</b>							
Comissões de administração	231	27	259	21	4	(2)	539
Comissões de ativos geridos	16	1	369	3.570	(0)	0	3.956
Comissões de outros títulos	423	(0)	43	1	0	0	467
Comissões de subscrição e consultoria	35	2.258	12	0	(0)	(41)	2.264
Comissões de corretagem	22	246	1.302	96	118	(0)	1.784
Comissões de pagamentos locais	441	4	864	0	0	10	1.320
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	456	23	95	0	(0)	(2)	572
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	11	0	5	0	0	(0)	16
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	564	279	305	0	5	5	1.157
Comissões intermediárias	12	3	617	0	0	11	644
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	282	562	40	121	4	2	1.011
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>2.494</b>	<b>3.403</b>	<b>3.910</b>	<b>3.809</b>	<b>132</b>	<b>(18)</b>	<b>13.730</b>
Despesa bruta							(2.796)
<b>Serviços e comissões líquidas</b>							<b>10.934</b>

	31 de dezembro de 2020						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Principal tipo de serviços:</b>							
Comissões de administração	245	17	235	23	1	(3)	518
Comissões de ativos geridos	19	1	319	3.090	(0)	0	3.429
Comissões de outros títulos	365	0	35	0	0	0	401
Comissões de subscrição e consultoria	29	1.688	13	0	1	(42)	1.688
Comissões de corretagem	21	357	1.103	72	113	(1)	1.665
Comissões de pagamentos locais	436	(2)	951	(0)	0	8	1.394
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	409	25	104	0	0	(3)	536
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	4	0	6	0	0	(0)	11
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	529	210	305	0	7	7	1.058
Comissões intermediárias	9	2	579	1	1	12	604
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	276	289	39	131	4	1	741
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>2.344</b>	<b>2.588</b>	<b>3.689</b>	<b>3.317</b>	<b>127</b>	<b>(20)</b>	<b>12.044</b>
Despesa bruta							(2.620)
<b>Serviços e comissões líquidas</b>							<b>9.424</b>

Os rendimentos e encargos brutos de serviços e comissões foram reexpressos em 182 milhões de euros para 2020. As reclassificações não afetaram o resultado líquido de serviços e comissões.

Os proventos são reconhecidos quando as obrigações de desempenho são cumpridas. A obrigação de desempenho é satisfeita pelo desempenho do fundo que exceda uma "hurdle rate" (uma rentabilidade anual mínima acordada fornecida aos



investidores). A 31 de dezembro de 2022, existiam obrigações de desempenho a cumprir de 267 milhões de euros com uma margem de tempo de três anos de 2024 a 2026 (a 31 de dezembro de 2021, 244 milhões de euros com uma margem de tempo de cinco anos de 2023 a 2027) de fundos alternativos. O aumento das obrigações de desempenho a satisfazer foi principalmente impulsionado por avaliações de fundos e vendas de ativos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo dos valores a receber de rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 798 milhões e 834 milhões de euros, respetivamente. À data de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de responsabilidades contratuais associadas a rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 63 milhões de euros e 70 milhões de euros, respetivamente. As responsabilidades contratuais são decorrentes da obrigação do Grupo de oferecer serviços futuros a um cliente para o qual recebeu contrapartida do cliente antes da conclusão dos serviços. Os saldos de valores a receber e de responsabilidades contratuais não variam significativamente entre períodos, refletindo o facto de estarem predominantemente relacionados com contratos de serviços recorrentes com períodos de serviço de menos de um ano, tais como serviços de contas correntes mensais e serviços de Asset Management trimestrais. Consequentemente, os saldos das responsabilidades contratuais do período anterior são geralmente reconhecidos em receitas no período subsequente. O pagamento dos clientes em troca dos serviços prestados está normalmente sujeito ao desempenho do Grupo ao longo de um período de serviço específico, de modo a que o direito ao pagamento do Grupo surge no final do período de serviço quando as suas obrigações de desempenho são concluídas na íntegra. Como tal, não é relatado nenhum saldo material de ativos contratuais.

## 07 – Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado

Nos doze meses findos a 31 de dezembro de 2022, o Grupo vendeu ativos financeiros medidos pelo custo amortizado de 473 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2021: 539 milhões de euros e 31 de dezembro de 2020: 10 mil milhões de euros). As vendas no período comparativo de 2020 relacionaram-se principalmente com uma carteira de Deter para recolher (HTC) no Postbank, bem como vendas efetuadas a partir de uma carteira HTC em Tesouraria. Foi tomada uma decisão de alienar a carteira de obrigações do Postbank como parte da integração do Postbank no Grupo. As vendas de Tesouraria foram feitas como parte de um realinhamento estratégico para gerir o risco de taxa de juro na carteira bancária. Como resultado destas vendas, o modelo de negócio HTC já não é válido para futuras aquisições de ativos nesta carteira.

O quadro abaixo apresenta os resultados decorrentes do desreconhecimento destes títulos.

em milhões de euros	2022	2021	2020
Ganhos	11	15	344
Perdas	(13)	(15)	(33)
Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	(2)	1	311

## 08 – Outro resultado (perdas)

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Outro resultado:</b>			
Prémios de seguros	3	3	3
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	(151)	124	(306)
Outros rendimentos (perdas) restantes <sup>1</sup>	937	(185)	163
<b>Total de outro resultado</b>	<b>789</b>	<b>(58)</b>	<b>(141)</b>

<sup>1</sup> Inclui resultados líquidos de 404 milhões de euros, 10 milhões de euros e (59) milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respetivamente, que estão relacionados com os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

## 09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Despesas gerais e administrativas:</b>			
Tecnologias de informação	3.680	4.321	3.862
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.429	1.727	1.724
Regulamentares, impostos e seguros <sup>1</sup>	1.285	1.395	1.407
Serviços profissionais	858	924	977
Serviços bancários e operações subcontratados	881	946	967
Serviços de dados de mercado e investigação	378	347	376
Despesas de deslocação	110	46	76
Despesas de <i>marketing</i>	165	178	174
Outras despesas <sup>2</sup>	943	938	697
<b>Despesas totais gerais e administrativas</b>	<b>9.728</b>	<b>10.821</b>	<b>10.259</b>

<sup>1</sup> Inclui taxas bancárias de 762 milhões de euros em 2022, 553 milhões de euros em 2021 e 633 milhões de euros em 2020.

<sup>2</sup> Inclui despesas relacionadas com litígios de 413 milhões de euros em 2022, 466 milhões de euros em 2021 e 158 milhões de euros em 2020. Para mais informações sobre litígios ver Nota 27, "Provisões"

## 10 – Reestruturação

A reestruturação é motivada principalmente pela implementação das mudanças estratégicas do Grupo, tal como anunciadas no terceiro trimestre de 2019. O Grupo definiu e implementou medidas que visaram reforçar o banco, posicioná-lo para o crescimento e simplificar a sua configuração organizacional. As medidas também visaram reduzir os custos ajustados através de uma maior eficiência, otimizando e simplificando os processos e explorando sinergias.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

Em 2022, o Grupo atingiu um marco significativo na transformação estratégica anunciada em julho de 2019, muitos dos programas de reestruturação foram concluídos e os pressupostos subjacentes às restantes provisões de reestruturação foram revistos, resultando numa libertação parcial de provisões. Globalmente em 2022, o Grupo reconheceu um crédito de 118 milhões de euros na Demonstração Consolidada de Resultados.

### Custos líquidos de reestruturação por divisão

em milhões de euros	2022	2021	2020
Corporate Bank	(19)	42	28
Investment Bank	15	47	14
Private Bank	(113)	173	413
Asset Management	0	2	22
Capital Release Unit	(2)	(2)	5
Corporate & Other	0	(0)	3
<b>Total de encargos líquidos de reestruturação</b>	<b>(118)</b>	<b>261</b>	<b>485</b>

### Reestruturação líquida por tipo

em milhões de euros	2022	2021	2020
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	(117)	241	479
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	(132)	224	441
Aceleração de retenção	15	16	36
Segurança social	0	1	1
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	(1)	21	6
<b>Total de encargos líquidos de reestruturação</b>	<b>(118)</b>	<b>261</b>	<b>485</b>

As provisões para reestruturação ascenderam a 248 milhões de euros, 582 milhões de euros e 676 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada no ano seguinte.

Durante 2022, 903 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2021: 1362 e 2020: 1.447).

### Alterações organizacionais

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2022	2021	2020
Corporate Bank	113	228	303
Investment Bank	54	149	100
Private Bank	594	776	630
Asset Management	1	10	48
Capital Release Unit	0	13	69
Infraestrutura	141	186	297
<b>Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro</b>	<b>903</b>	<b>1.362</b>	<b>1.447</b>

## 11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

### Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2022	2021	2020
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	<b>5.525</b>	2.365	495
Cupões pagos sobre componentes de capital adicionais	<b>(479)</b>	(363)	(349)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	<b>5.046</b>	2.002	146
Efeito de títulos diluidores	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	<b>5.046</b>	2.002	146
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	<b>2.084,9</b>	2.096,5	2.108,2
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	40,7	46,6	62,0
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	0,0	0,0	0,0
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	<b>2.125,6</b>	2.143,2	2.170,1

### Resultados por ação

em euros	2022	2021	2020
Resultados por ação básicos	<b>2,42</b>	0,96	0,07
Resultados por ação diluídos	<b>2,37</b>	0,93	0,07

Não havia instrumentos em aberto que pudessem potencialmente diluir os ganhos por ação básicos e não estão incluídos no cálculo dos ganhos diluídos por ação em 31 de dezembro de 2022.

## Notas ao balanço consolidado

### 12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Ativos financeiros classificados como detidos para negociação:</b>		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	84.012	92.536
Outros ativos detidos para negociação <sup>1</sup>	8.855	9.860
Total de ativos detidos para negociação	92.867	102.396
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.686	299.732
<b>Total de ativos financeiros classificados como detidos para negociação</b>	<b>392.553</b>	<b>402.128</b>
<b>Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:</b>		
Títulos comprados com acordos de revenda	63.855	59.931
Títulos obtidos por empréstimo	17.414	18.355
Empréstimos	1.037	895
Outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de resultados	7.348	9.784
<b>Total de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados</b>	<b>89.654</b>	<b>88.965</b>
<b>Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:</b>		
Empréstimos	168	139
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0
<b>Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados</b>	<b>168</b>	<b>140</b>
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>482.376</b>	<b>491.233</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos negociados no valor de 8,0 mil milhões de euros e 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente.

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:</b>		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	49.860	54.235
Outros passivos detidos para negociação	756	483
Total de passivos detidos para negociação	50.616	54.718
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	282.353	287.108
<b>Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação</b>	<b>332.969</b>	<b>341.827</b>
<b>Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:</b>		
Títulos vendidos com acordos de recompra	48.517	53.364
Compromissos de crédito	12	7
Dívida a longo prazo	5.250	3.699
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	856	1.397
<b>Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados</b>	<b>54.634</b>	<b>58.468</b>
Passivos por contratos de investimento	469	562
<b>Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>388.072</b>	<b>400.857</b>

#### Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados era de 168 milhões de euros e de 139 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

#### Variações de justo valor de ativos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Valor nocional de ativos financeiros expostos a risco de crédito	168	136
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	1
Varição cumulativa do justo valor	1	0
Valor nocional de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	90	98
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	0
Varição cumulativa do justo valor	0	0

### Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Apresentado em Outro rendimento integral</b>		
Variação cumulativa do justo valor	77	7
<b>Apresentado na Demonstração de resultados</b>		
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	0
Variação cumulativa do justo valor	0	0

<sup>1</sup> O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém.

### Transferências dos resultados cumulativos dentro do capital durante o período

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Resultados cumulativos dentro do capital durante o período	0	0

### Montantes realizados no desconhecimento de passivos designados ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Montante apresentado em Outro rendimento integral realizado no desconhecimento	0	0

### O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Incluindo compromissos de crédito não utilizados <sup>2</sup>	3.308	2.943
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	892	607

<sup>1</sup> Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.

<sup>2</sup> Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.

## 13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

### Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

**Cotações em mercados ativos** – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

**Técnicas de avaliação** – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. Nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (input) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requerem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

**Ajustamentos de avaliação** – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (bid/offer spreads), risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em bid/offer spreads são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de compra proposto (bid) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de venda proposto (offer). Os ajustamentos de avaliação com base em bid-offer são determinados a partir dos preços de bid-offer observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço bid/offer, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (midmarket). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços bid/offer observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis bid/offer para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (credit valuation adjustments – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclua já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de

qualquer acordo-quadro de compensação (netting agreement) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de swaps de risco de incumprimento (credit default swap – CDS). Sempre que não estiverem disponíveis spreads de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações emitidas designados ao justo valor através de resultados) integra ajustamentos da avaliação para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo [ou seja, ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) para ajustamento de crédito próprio e derivados (OCA) para notas estruturadas]. Para passivos derivados, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia avaliando a exposição futura esperada de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta quaisquer garantias constituídas pelo Grupo, o efeito de acordos-quadro de compensação relevantes, a probabilidade de incumprimento do Grupo, com base no nível de mercado de CDS do Grupo e na perda esperada em caso de incumprimento, tendo em conta a senioridade dos pedidos de derivados sob resolução (subordinação estatutária). As obrigações emitidas são descontadas utilizando o mesmo spread a que instrumentos semelhantes seriam emitidos ou recomprados à data de medição, uma vez que isto reflete o valor na perspetiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo. Ao abrigo da IFRS 9, a mudança no componente de crédito próprio é reportada no Outro rendimento integral (OCI).

No terceiro trimestre de 2022, o Grupo implementou aperfeiçoamentos à sua metodologia para o cálculo do ajustamento do crédito próprio. O aperfeiçoamento significa que todo o diferencial acima da taxa de referência é agora considerado como crédito próprio. Anteriormente, o spread era dividido numa componente de financiamento a nível de mercado (reconhecimento como ganho ou perda na Demonstração Consolidada de Resultados do Grupo) e numa componente de crédito próprio idiosincrático (tomado através de Outro Rendimento Integral). O impacto desta alteração de estimativa no terceiro trimestre de 2022 foi uma perda de 55 milhões de euros antes de impostos reconhecida na Demonstração Consolidada de Resultados do Grupo e um aumento correspondente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do Grupo. Espera-se que a abordagem revista resulte numa avaliação de crédito próprio mais consistente com os bancos homólogos.

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (funding valuation adjustments – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis bid/offer menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o bid/offer através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

As IFRS exigem que o Grupo utilize os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam ao fixar o preço do ativo ou do passivo. Quando relevante, estes pressupostos podem incluir pressupostos sobre as alterações climáticas. O Grupo não fez ajustamentos materiais ao justo valor para as alterações climáticas além do que já foi fixado no preço de entrada no mercado.

**Controlo de avaliação** – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado na função de Risco, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que



representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

## Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

**Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos** são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

**Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis** são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* – CDO) e muitas ações menos líquidas.

**Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis** são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (cash e sintéticos) ilíquidos; algumas colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais (*commercial real estate* – CRE); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

## Valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Ativos detidos para negociação	42.035	42.285	8.547	51.020	42.561	8.815
Títulos para negociação	41.826	39.133	3.053	50.814	38.108	3.614
Outros ativos detidos para negociação	209	3.152	5.494	206	4.453	5.201
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	4.914	285.208	9.564	4.347	286.343	9.042
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.605	82.259	5.790	2.764	81.304	4.896
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	75	94	0	91	49
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15.892	13.108	2.676	13.375	13.302	2.302
Outros ativos financeiros ao justo valor	1.706	(294) <sup>2</sup>	5	105	922 <sup>2</sup>	78
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>66.153</b>	<b>422.640</b>	<b>26.675</b>	<b>71.611</b>	<b>424.524</b>	<b>25.182</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Passivos detidos para negociação	43.163	7.419	34	48.364	6.272	83
Títulos para negociação	43.162	6.667	30	48.363	5.838	33
Outros passivos detidos para negociação	2	752	3	0	434	49
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	3.256	270.596	8.500	5.208	272.120	9.781
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	51.843	2.792	0	56.728	1.740
Passivos por contratos de investimento	0	469	0	0	562	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	240	1.753 <sup>2</sup>	(511) <sup>3</sup>	5	3.026 <sup>2</sup>	(179) <sup>3</sup>
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>46.660</b>	<b>332.080</b>	<b>10.815</b>	<b>53.576</b>	<b>338.707</b>	<b>11.424</b>

<sup>1</sup> Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

<sup>2</sup> Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.

<sup>3</sup> Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados incorporados separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

Até 31 de dezembro de 2022, houve transferências do Nível 1 para o Nível 2 sobre títulos para negociação (1,0 mil milhões de euros de ativos), ativos financeiros não comerciais obrigatórios ao justo valor através de resultados (770 milhões de euros de ativos) e houve transferências do Nível 2 para o Nível 1 sobre títulos para negociação (700 milhões de euros de ativos). A avaliação do Nível 1 versus Nível 2 é baseada em procedimentos de teste de liquidez.

## Técnicas de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias, técnicas de avaliação e procedimentos no âmbito do processo de avaliação e medição do justo valor. O ambiente económico e geopolítico global, incluindo a guerra na Rússia, continua a ser caracterizado por uma inflação determinada, taxas de juro crescentes e volatilidade nos mercados financeiros globais, o que exigiu uma atenção e revisão adicionais em certas áreas, incluindo a avaliação dos preços de compra e de venda (*bid-offer spreads*) para garantir que fossem representativos do justo valor.

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

**Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital** – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (*proxy*) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities* – MBS/ABS) incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emitentes têm estruturas de

capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os títulos garantidos por ativos são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que fazem a maior utilização possível dos dados observáveis disponíveis. Os modelos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pagamento antecipado, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (spread, yield ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

**Empréstimos** – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (proxy) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de empréstimo ou outros mercados de crédito, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (leveraged loan index) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

**Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão** – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como swaps de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e swap de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

**Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor** – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

**Passivos por contratos de investimento** – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

### **Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)**

Alguns dos ativos financeiros e passivos financeiros no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados brutos.

**Títulos detidos para negociação** – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. A diminuição durante o período deveu-se, principalmente, a vendas, liquidações, perdas e transferências entre o Nível 2 e o Nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensada por compras e emissões.

**Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados** categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multdivisas; e certos swaps de risco de incumprimento para os quais o spread de crédito é inobservável.

O aumento dos ativos durante o período é derivado de transferências entre o Nível 2 e o Nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensados por liquidações e perdas. A diminuição dos passivos durante o período é derivado de liquidações e perdas parcialmente compensadas por transferências entre o Nível 2 e o Nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos.

**Os outros instrumentos para negociação** classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em empréstimos negociados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. O aumento durante o período deveu-se a compras, emissões e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensado por vendas, liquidações e perdas.

**Os ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados** classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor são compostos por qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadre nem no modelo de negócios Deter para Recolher nem no modelo de negócios Deter para Recolher e Vender. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para Recolher ou Deter para Recolher e Vender para os quais

as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI. O aumento no período deveu-se a ganhos, emissões, compras e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensado pelas vendas e liquidações.

**Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados** – Alguns empréstimos a empresas e passivos estruturados que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. O aumento dos ativos durante o período é derivado de transferências entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, ganhos e parcialmente compensados por liquidações. O aumento dos passivos durante o período é derivado de emissões e transferências entre o Nível 2 e o Nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensados por liquidações e perdas.

**Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral** incluem carteiras de empréstimos em incumprimento, onde não há intenção de negociação e o mercado é muito ilíquido. O aumento durante o exercício é derivado de compras, emissões e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensado pelas liquidações, vendas e perdas.

## Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

### Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

31 dez 2022

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades consolidadas	Total dos resultados <sup>1</sup>	Compras	Vendas	Emissões <sup>2</sup>	Liquidações <sup>3</sup>	Transferências para o Nível 3 <sup>4</sup>	Transferências para fora do Nível 3 <sup>4</sup>	Saldo, fim do exercício
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	3.614	0	(380)	2.226	(1.974)	80	(344)	606	(776)	3.053
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	9.042	0	(4.755)	0	0	0	(423)	8.011	(2.310)	9.564
Outros ativos detidos para negociação	5.201	(0)	(178)	748	(1.945)	2.998	(1.419)	875	(785)	5.494
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	4.896	(0)	332	652	(142)	1.373	(1.430)	702	(593)	5.790
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	49	0	2	0	0	0	(45)	88	0	94
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.302	0	(107) <sup>5</sup>	79	(338)	977	(752)	549	(36)	2.676
Outros ativos financeiros ao justo valor	78	0	0	0	0	0	0	0	(74)	5
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>25.182</b>	<b>(0)</b> <sup>7</sup>	<b>(5.087)<sup>6</sup></b>	<b>3.706</b>	<b>(4.399)</b>	<b>5.428</b>	<b>(4.413)</b>	<b>10.831</b>	<b>(4.573)</b>	<b>26.675</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	33	0	(3)	0	0	0	(0)	0	0	30
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	9.781	0	(3.256)	0	0	0	(633)	4.454	(1.845)	8.500
Outros passivos detidos para negociação	49	0	(51)	0	0	0	5	0	0	3
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.740	0	(55)	0	0	1.140	(202)	178	(10)	2.792
Outros passivos financeiros ao justo valor	(179)	0	(380)	0	0	0	64	16	(31)	(511)
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>11.424</b>	<b>0</b> <sup>7</sup>	<b>(3.746)<sup>6</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.140</b>	<b>(766)</b>	<b>4.649</b>	<b>(1.887)</b>	<b>10.815</b>

<sup>1</sup> Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

<sup>2</sup> Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

<sup>3</sup> Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

<sup>4</sup> As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

<sup>5</sup> O total de resultados sobre ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de 189 milhões de euros reconhecida em outro rendimento integral, após impostos, e uma perda de 2 milhões de euros reconhecida na rubrica "Resultados líquidos" da demonstração de resultados.

<sup>6</sup> Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 425 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é uma perda de 35 milhões de euros.

<sup>7</sup> Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

31 dez 2021

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades consolidadas	Total dos resultados <sup>1</sup>	Compras	Vendas	Emissões <sup>2</sup>	Liquidações <sup>3</sup>	Transferências para o Nível 3 <sup>4</sup>	Transferências para fora do Nível 3 <sup>4</sup>	Saldo, fim do exercício
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	3.066	(2)	(263)	3.183	(2.445)	0	(106)	766	(585)	3.614
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	8.725	0	890	0	0	0	(727)	2.938	(2.783)	9.042
Outros ativos detidos para negociação	5.117	0	237	500	(2.194)	2.868	(1.635)	714	(406)	5.201
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	4.618	0	425	493	(288)	243	(733)	1.064	(926)	4.896
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	(0)	0	0	48	0	0	0	49
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.037	0	61 <sup>5</sup>	53	(150)	662	(560)	350	(150)	2.302
Outros ativos financeiros ao justo valor	20	0	2	0	0	0	(17)	0	74	78
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>23.583</b>	<b>(2)</b>	<b>1.351<sup>6,7</sup></b>	<b>4.229</b>	<b>(5.076)</b>	<b>3.821</b>	<b>(3.777)</b>	<b>5.831</b>	<b>(4.777)</b>	<b>25.182</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	2	0	0	0	0	0	(0)	33	(2)	33
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	8.200	0	509	0	0	0	(367)	3.059	(1.620)	9.781
Outros passivos detidos para negociação	0	0	(15)	0	0	0	0	64	0	49
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	960	0	15 <sup>8</sup>	0	0	992 <sup>8</sup>	(314)	198	(112)	1.740
Outros passivos financeiros ao justo valor	(294)	0	(12)	0	0	0	33	13	81	(179)
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>8.867</b>	<b>0</b>	<b>498<sup>6,7</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>992<sup>8</sup></b>	<b>(647)</b>	<b>3.367</b>	<b>(1.652)</b>	<b>11.424</b>

<sup>1</sup> Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

<sup>2</sup> Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

<sup>3</sup> Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

<sup>4</sup> As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

<sup>5</sup> O total de resultados sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de 13 milhões de euros reconhecida em outro rendimento integral, após impostos.

<sup>6</sup> Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 447 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é uma perda de 44 milhões de euros.

<sup>7</sup> Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

<sup>8</sup> Comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso.

## Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita.

Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2022 poderia ter aumentado o justo valor em 2,0 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 1,4 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2021, poderia ter aumentado o justo valor em tanto quanto 1,7 mil milhões de euros ou ter diminuído o justo valor em tanto quanto 1,2 mil milhões de euros.

As alterações nos montantes sensíveis entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 foram um aumento no movimento de justo valor positivo de 220 milhões de euros e um aumento no movimento de justo valor negativo de 142 milhões de euros.

Os aumentos nos movimentos de justo valor positivo e negativo estão em grande medida alinhados com o aumento do nível 3 do Grupo no período, com os ativos do nível 3 a aumentarem de 25,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 para 26,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, e os passivos do nível 3 a diminuírem de 11,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 para 10,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Estes movimentos representam um aumento percentual dos ativos e passivos brutos de nível 3 de aproximadamente 3%.

A alteração nos movimentos do justo valor positivo entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 representa um aumento de 13% e a alteração nos movimentos do justo valor negativo representa um aumento de 12%. Tanto o lado positivo como o lado negativo dos aumentos são proporcionalmente maiores do que o aumento de 3% no Nível 3 do Grupo, devido ao aumento da volatilidade no ambiente macroeconómico mais vasto, predominantemente relacionado com as taxas de juro e a inflação.

O cálculo de sensibilidade do Grupo dos parâmetros inobserváveis para o nível 3 está em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente. A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos ao justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza da avaliação nos termos do regulamento delegado da Comissão Europeia (UE) n.º 2016/101, que complementa o artigo 34.º do regulamento (UE) n.º 2019/876 (CRR), obrigando as instituições a aplicar como uma dedução do CET 1 ao montante de quaisquer ajustes de avaliações adicionais em todos os ativos medidos pelo justo valor, calculado em conformidade com o artigo 105.º, n.º 14. Esta utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente. A sensibilidade negativa pode estar limitada em alguns casos onde o justo valor é já comprovadamente prudente.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.



Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
<b>Títulos:</b>				
Títulos de dívida	239	274	267	256
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	15	20	18	15
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	20	26	13	9
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	204	228	236	233
Títulos de capital	114	80	94	65
<b>Derivados:</b>				
Crédito	218	125	163	109
Ações	70	63	105	100
Relacionados com os juros	605	217	409	232
Divisas	37	30	34	31
Outros	59	110	98	82
<b>Empréstimos:</b>				
Empréstimos	618	459	570	340
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>1.959</b>	<b>1.357</b>	<b>1.739</b>	<b>1.215</b>

<sup>1</sup> Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

## Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos spreads de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com spreads mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores spreads de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetro, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O spread de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prêmio ou retornos de rentabilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao Banco pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (constant default rate) e a taxa de pré-pagamento constante (constant prepayment rate) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma taxa de incumprimento constante superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, spreads de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, spreads de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as

referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (enterprise value – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31 dez 2022

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação <sup>1</sup>	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
<b>Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:</b>						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	22	0	Baseado no preço	Preço	0%	100%
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	182	1.720
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	128	0	Baseado no preço	Preço	0%	99%
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	169	2.672
				Taxa de recuperação	16%	95%
				Taxa de incumprimento constante	0%	16%
				Taxa de pré-pagamento constante	3%	29%
<b>Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos</b>	<b>151</b>	<b>0</b>				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.720	2.625	Baseado no preço	Preço	0%	181%
Detido para negociação	2.741	30	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	62	1.369
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	2.741					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.844					
Designados ao justo valor através de resultados	0	2.594				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	135					
Títulos de capital	787	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	0%	100%
Detido para negociação	161	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	5	13
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	626		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	8%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	0		Baseado no preço	Preço	0%	150%
Empréstimos	8.819	3	Baseado no preço	Preço	0%	122%
Detido para negociação	5.298	3	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	133	1.520
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	925					
Designados ao justo valor através de resultados	94	0		Taxa de recuperação	40%	75%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.502					
Compromissos de crédito	0	12	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	94	925
				Taxa de recuperação	35%	76%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2.629 <sup>2</sup>	186 <sup>3</sup>	Fluxo de caixa descontado	IRR	7%	13%
				Taxa de recompra (pontos base)	2	525
<b>Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor</b>	<b>17.106</b>	<b>2.825</b>				

<sup>1</sup> A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

<sup>2</sup> Outros ativos financeiros incluem 196 milhões de euros de outros ativos comerciais, 2,4 mil milhões de euros de outros ativos financeiros não comerciais obrigatórios pelo justo valor, e 38 milhões de euros de outros ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral.

<sup>3</sup> Outros passivos financeiros incluem 141 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 45 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

31 dez 2022

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
<b>Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	6.360	4.546	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(1.748)	1.301
				Taxa de swap sobre a inflação	(1)%	14%
				Taxa de incumprimento constante	0%	15%
				Taxa de pré-pagamento constante	0%	19%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	1%	6%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	43%
				Correlação IR - IR	(1)%	99%
				Correlação híbrida	(90)%	90%
Derivados de crédito	577	517	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	1	4.885
				Taxa de recuperação	0%	40%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	25%	69%
Derivados de ações	452	1.155	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	0%	75%
				Volatilidade de índice	13%	30%
				Índice - correlação de índice	88%	96%
				Ação - correlação de ação	0%	0%
				Ações - contratos a prazo	1%	11%
				Índice - contratos a prazo	0%	6%
Derivados FX	1.646	1.976	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(12)%	48%
				Vol cotada	0%	0%
Outros derivados	534	(205) <sup>1</sup>	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(6)	46
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	–	–
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	0%	91%
				Correlação de matérias-primas	0%	85%
<b>Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado</b>	<b>9.569</b>	<b>7.989</b>				

<sup>1</sup> Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

31 dez 2021

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação <sup>1</sup>	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
<b>Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:</b>						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	47	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 81	114% 1.235
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	81	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0% 85 0% 0% 0%	112% 1.495 85% 2% 27%
<b>Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos</b>	<b>128</b>	<b>0</b>				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	5.074	1.654	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço	0%	212%
Detido para negociação	3.383	33		Spread de crédito (bps)	12	571
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3.383					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.568					
Designados ao justo valor através de resultados	0	1.621				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	123					
Títulos de capital	660	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	0%	101%
Detido para negociação	103	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	5	17
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	557		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	6%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	0		Baseado no preço	Preço	0%	139%
Empréstimos	8.184	49	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço	0%	275%
Detido para negociação	5.188	49		Spread de crédito (bps)	34	2.117
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	769					
Designados ao justo valor através de resultados	48	0		Taxa de recuperação	40%	85%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.179					
Compromissos de crédito	0	7	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	128 40%	906 75%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2.016 <sup>2</sup>	112 <sup>3</sup>	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	7% (27)	16% 400
<b>Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor</b>	<b>16.062</b>	<b>1.823</b>				

<sup>1</sup> A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

<sup>2</sup> Outros ativos financeiros incluem 13 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação e 2,0 mil milhões de euros de outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor.

<sup>3</sup> Outros passivos financeiros incluem 112 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor.

31 dez 2021

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
<b>Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	4.725	4.724	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(80)	817
				Taxa de swap sobre a inflação	1%	5%
				Taxa de incumprimento constante	0%	20%
				Taxa de pré-pagamento constante	4%	24%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	9%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	31%
				Correlação IR - IR	(1)%	99%
				Correlação híbrida	(70)%	100%
Derivados de crédito	686	827	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	2	6.630
				Taxa de recuperação	0%	40%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	30%	63%
Derivados de ações	766	1.749	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	25%	68%
				Volatilidade de índice	11%	80%
				Índice - correlação de índice	88%	91%
				Ação - correlação de ação	0%	0%
				Ações - contratos a prazo	0%	9%
				Índice - contratos a prazo	0%	5%
Derivados FX	1.816	1.913	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(33)%	59%
				Vol cotada	0%	0%
Outros derivados	1.127	388 <sup>1</sup>	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	–	–
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	0%	131%
				Correlação de matérias-primas	15%	86%
<b>Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado</b>	<b>9.120</b>	<b>9.601</b>				

<sup>1</sup> Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

## Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os instrumentos classificados como Nível 3 têm dados inobserváveis que têm um impacto significativo no justo valor do instrumento. Contudo, os outros dados introduzidos no instrumento podem ser observáveis, isto é, os níveis 1 ou 2. Assim, os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Além disso, muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados nos níveis 1 ou 2 da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração de resultados consolidados.

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>		
Títulos para negociação	(298)	(332)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	(2.907)	1.556
Outros ativos detidos para negociação	(251)	93
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	247	241
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	(0)	(0)
Outros ativos financeiros ao justo valor	0	3
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>(3.209)</b>	<b>1.560</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>		
Títulos para negociação	3	(0)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	1.634	(1.292)
Outros passivos detidos para negociação	2	15
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	55	1 <sup>1</sup>
Outros passivos financeiros ao justo valor	358	8
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>2.053</b>	<b>(1.269)<sup>1</sup></b>
<b>Total</b>	<b>(1.156)</b>	<b>291<sup>1</sup></b>

<sup>1</sup>Comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso.



## Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer reconhecimento de lucros à data da operação (trade date) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2022	2021
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>462</b>	<b>454</b>
Novas operações durante o período	265	212
Amortização	(111)	(142)
Operações vencidas	(60)	(61)
Transição subsequente para observabilidade	(9)	(4)
Alterações das taxas de câmbio	3	2
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>550</b>	<b>462</b>

## 14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

Os instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos com base no justo valor. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço do Grupo ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Para os seguintes instrumentos financeiros que são predominantemente de curto prazo, o valor escriturado representa uma estimativa razoável do justo valor:

<b>Ativos</b>	<b>Passivo</b>
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos financeiros	Outros passivos financeiros

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de empréstimos homogêneos (p. ex. hipotecas residenciais), o justo valor é calculado para cada tipo de produtos, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de juro do Grupo para empréstimo a emitentes de qualidade creditícia semelhante. Os principais dados para as hipotecas de retalho são a diferença entre as margens de produto históricas e atuais e as taxas de pagamento antecipado estimadas. As comissões de corretagem capitalizadas incluídas no valor contabilístico também se consideram como sendo ao justo valor.

O justo valor da carteira de empréstimos a empresas é estimado descontando o empréstimo até ao seu vencimento com base em spreads de crédito específicos do empréstimo e custos de financiamento para o Grupo.

Para a dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, o justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta os restantes fluxos de caixa contratuais a uma taxa à qual um instrumento com características similares é cotado no mercado.

### Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e saldos do banco central	178.896	178.896	178.896	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.195	7.195	0	7.194	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	11.478	11.505	0	10.363	1.142
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Empréstimos	483.700	461.070	0	12.038	449.032
Outros ativos financeiros	110.066	107.878	16.046	90.842	989
<b>Passivos financeiros:</b>					
Depósitos	621.456	629.629	1.736	627.893	0
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	573	572	0	572	0
Títulos cedidos por empréstimo	13	13	0	13	0
Outros empréstimos a curto prazo	5.122	5.121	0	5.115	7
Outros passivos financeiros	93.135	93.135	2.007	91.127	0
Dívida a longo prazo	131.525	127.743	0	123.525	4.219
Títulos fiduciários preferenciais	500	426	0	426	0

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e saldos do banco central	192.021	192.021	192.021	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.342	7.342	0	7.342	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.368	8.429	0	7.651	778
Títulos obtidos por empréstimo	63	63	0	63	0
Empréstimos	471.319	476.674	0	13.682	462.991
Outros ativos financeiros	97.282 <sup>2</sup>	97.426 <sup>2</sup>	9.048	88.029 <sup>2</sup>	349
<b>Passivos financeiros:</b>					
Depósitos	603.750	604.645	307	604.338	0
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	747	745	0	745	0
Títulos cedidos por empréstimo	24	24	0	24	0
Outros empréstimos a curto prazo	4.034	4.035	0	4.010	25
Outros passivos financeiros	81.047	81.047	2.023	79.023	0
Dívida a longo prazo	144.485	146.871	0	141.189	5.683
Títulos fiduciários preferenciais	528	587	0	587	0

<sup>1</sup> Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

<sup>2</sup>Comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso.

Em 31 de dezembro de 2022, para os empréstimos, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico é principalmente determinada pelas taxas de juro atuais sobre hipotecas a retalho de longa data na Alemanha, em comparação com a taxa contratual. A partir do final do ano de 2022, o justo valor dos depósitos era superior ao valor contabilístico, uma vez que o valor contabilístico incluía ajustamentos ao nível da contabilidade de cobertura macro ao abrigo da versão de separação da UE da IAS 39, o que permite ao banco aplicar a contabilidade de cobertura do justo valor para uma carteira de depósitos a ordem essenciais. No que diz respeito à dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico é devida à alteração nas taxas de juro às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a taxa a que o instrumento foi emitido. A diminuição dos justos valores em 31 de dezembro de 2022 é consistente com a subida das taxas de juro em comparação com 31 de dezembro de 2021. Os valores escriturados incluídos na tabela não incluem quaisquer impactos de coberturas económicas.

## 15 – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Títulos comprados com acordos de revenda	<b>2.156</b>	1.231
<b>Títulos de dívida:</b>		
Governo alemão	602	876
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	12.334	8.770
Governos locais (municipais) dos EUA	392	253
Outros governos estrangeiros	9.960	10.965
Empresas	708	604
Outros títulos garantidos por ativos	0	0
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	486	714
Outros títulos de dívida	969	1.194
<b>Total de títulos de dívida</b>	<b>25.450</b>	<b>23.377</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>4.069</b>	<b>4.370</b>
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>31.675</b>	<b>28.979</b>

## 16 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 53 associados e 9 entidades controladas conjuntamente em 31 de dezembro de 2022 (59 e 10, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021). Duas associadas são consideradas materiais ao Grupo.

### Investimentos significativos a 31 de dezembro de 2022<sup>1</sup>

Investimento	Local principal de atividade	Natureza da relação	Percentagem de participação
Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim, China	Investimento estratégico	40,7%
Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai, China	Investimento estratégico	30,0%

<sup>1</sup> O Grupo tem uma influência significativa sobre estas entidades investidas através da sua quota de participação e assentos no conselho.

### Resumo das informações financeiras sobre a Huarong Rongde Asset Management Company Limited<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Total de receitas líquidas	(138)	76
Resultado líquido	(102)	54
Outro rendimento integral	0	0
<b>Total do rendimento integral<sup>2</sup></b>	<b>(102)</b>	<b>54</b>
em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativo circulante	2.738	2.979
Ativos não correntes	568	247
<b>Total do ativo</b>	<b>3.306</b>	<b>3.226</b>
Passivos correntes	2.132	1.273
Passivos não correntes	460	1.180
<b>Total do passivo</b>	<b>2.592</b>	<b>2.453</b>
Participação minoritária	0	0
<b>Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial</b>	<b>714</b>	<b>773</b>

<sup>1</sup> Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2022 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2021 e para dezembro de 2021 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2020.

<sup>2</sup> O Grupo recebeu dividendos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited de 0 milhões de euros durante o período de reporte de 2022 (2021: 0 milhões de euros). O Grupo tem direito a declarar dividendos de 9 milhões de euros para o exercício financeiro de 2021.

### Reconciliação do total de ativos líquidos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited com o montante contabilístico do Grupo<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2021	31 dez 2020
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	714	773
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	40,7%	40,7%
Quota do Grupo de ativos líquidos	291	315
Goodwill	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Outros ajustamentos <sup>2</sup>	(64)	(97)
<b>Valor escriturado</b>	<b>227</b>	<b>218</b>

<sup>1</sup> Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2022 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2021 e para dezembro de 2021 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2020.

<sup>2</sup> Existe uma perda acumulada por imparidade de 73 milhões de euros em 2022 (97 milhões de euros em 2021). Esta perda foi motivada por perdas por imparidade de saldos de crédito de baixo desempenho no setor imobiliário chinês mais fraco desde 2021.

### Resumo das informações financeiras da Harvest Fund Management Co., Ltd.

em milhões de euros	31 de dezembro de 2022 <sup>1</sup>	31 de dezembro de 2021 <sup>2</sup>
Total de receitas líquidas	982	1.190
Resultado líquido	234	305
Outro rendimento integral	7	(2)
<b>Total do rendimento integral<sup>3</sup></b>	<b>241</b>	<b>304</b>
em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Ativo circulante	1.319	1.372
Ativos não correntes	945	982
<b>Total do ativo</b>	<b>2.264</b>	<b>2.354</b>
Passivos correntes	967	1.080
Passivos não correntes	169	207
<b>Total do passivo</b>	<b>1.136</b>	<b>1.287</b>
Participação minoritária	47	40
<b>Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial</b>	<b>1.081</b>	<b>1.027</b>

<sup>1</sup> Os números de dezembro de 2022 são baseados em valores financeiros não auditados de 2022.

<sup>2</sup> Os números de dezembro de 2021 são baseados em valores financeiros auditados de 2021.

<sup>3</sup> O Grupo recebeu dividendos da Harvest Fund Management Co., Ltd. de 45 milhões de euros durante o período de reporte de 2022 (2021: 68 milhões de euros).

### Reconciliação do total de ativos líquidos da Harvest Fund Management Co., Ltd. com o montante contabilístico do Grupo

em milhões de euros	31 de dezembro de 2022 <sup>1</sup>	31 de dezembro de 2021 <sup>2</sup>
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	1.081	1.027
Porcentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	30%	30%
Quota do Grupo de ativos líquidos	324	308
Goodwill	18	17
Ativos intangíveis	15	15
Outros ajustamentos	4	1
<b>Montante contabilístico<sup>3</sup></b>	<b>361</b>	<b>341</b>

<sup>1</sup> Os números de dezembro de 2022 são baseados em valores financeiros não auditados de 2022.

<sup>2</sup> Os números de dezembro de 2021 são baseados em valores financeiros auditados de 2021.

<sup>3</sup> Não há perda por imparidade em 2022 (0 milhões de euros em 2021).

### Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	536	532
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	100	87
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	15	(6)
<b>Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral</b>	<b>115</b>	<b>81</b>

## 17 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (master netting arrangement) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

## Ativos

31 dez 2022

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros <sup>1</sup>	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	20.068	(8.621)	11.447	(700)	0	(10.746)	1
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	31	0	31	0	0	(25)	6
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	0	0	0	0	0	0	0
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	506.114	(141.991)	364.123	(229.779)	(41.907)	(80.591)	11.846
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	306.192	(16.087)	290.106	(227.299)	(41.904)	(9.076)	11.826
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	118.253	0	118.253	0	(1.101)	(10.167)	106.984
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	9.581	0	9.581	0	(966)	(1.327)	7.288
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	624.366	(141.991)	482.376	(229.779)	(43.008)	(90.759)	118.830
Empréstimos pelo custo amortizado	483.700	0	483.700	0	(12.278)	(66.762)	404.660
Outros ativos	130.663	(12.370)	118.293	(29.232)	(95)	(14)	88.952
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3.704	(2.287)	1.417	(1.089)	(95)	(14)	220
Restantes ativos sujeitos a compensação	2.156	0	2.156	0	0	0	2.156
Restantes ativos não sujeitos a compensação	238.785	0	238.785	0	(111)	(2.995)	235.680
<b>Total do ativo</b>	<b>1.499.770</b>	<b>(162.982)</b>	<b>1.336.788</b>	<b>(259.712)</b>	<b>(55.492)</b>	<b>(171.299)</b>	<b>850.285</b>

<sup>1</sup> Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

## Passivo

31 dez 2022

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	621.456	0	621.456	0	0	0	621.456
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	9.032	(8.621)	411	0	0	(410)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	162	0	162	0	0	(51)	111
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	7	0	7	0	0	(7)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	6	0	6	0	0	(6)	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	508.275	(141.849)	366.426	(230.359)	(26.319)	(44.516)	65.232
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	287.402	(16.382)	271.019	(227.766)	(26.319)	(2.319)	14.615
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	21.646	0	21.646	0	(880)	(4.245)	16.521
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	11.333	0	11.333	0	(736)	(209)	10.388
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	529.921	(141.849)	388.072	(230.359)	(27.199)	(48.761)	81.753
Outros passivos	126.226	(12.512)	113.714	(44.114)	(76)	(2)	69.522
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	837	(51)	787	(622)	(76)	(2)	87
Restantes passivos não sujeitos a compensação	140.633	0	140.633	0	(0)	0	140.632
<b>Total do passivo</b>	<b>1.427.442</b>	<b>(162.982)</b>	<b>1.264.460</b>	<b>(274.473)</b>	<b>(27.275)</b>	<b>(49.238)</b>	<b>913.475</b>

## Ativos

31 dez 2021

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros <sup>1</sup>	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	14.449	(8.532)	5.917	0	0	(5.667)	251
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	2.451	0	2.451	0	0	(2.403)	48
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	63	0	63	0	0	(63)	0
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	471.122	(117.007)	354.115	(240.587)	(33.953)	(71.766)	7.808
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	296.520	(11.959)	284.561	(238.411)	(33.950)	(4.516)	7.685
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	137.118	0	137.118	0	(2.026)	(12.124)	122.968
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	15.170	0	15.170	0	(1.963)	(1.263)	11.944
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	608.240	(117.007)	491.233	(240.587)	(35.978)	(83.890)	130.777
Empréstimos pelo custo amortizado	471.319	0	471.319	0	(12.271)	(60.794)	398.254
Outros ativos	109.182	(5.398)	103.785	(30.639)	(101)	(63)	72.981
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	1.211	(106)	1.106	(881)	(101)	(63)	61
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.231	0	1.231	0	0	0	1.231
Restantes ativos não sujeitos a compensação	247.994	0	247.994	0	(141)	(2.320)	245.532
<b>Total do ativo</b>	<b>1.454.930</b>	<b>(130.937)</b>	<b>1.323.993</b>	<b>(271.227)</b>	<b>(48.492)</b>	<b>(155.200)</b>	<b>849.074</b>

<sup>1</sup> Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

## Passivo

31 dez 2021

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	603.750	0	603.750	0	0	0	603.750
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	9.275	(8.532)	743	0	0	(743)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	4	0	4	0	0	0	4
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	22	0	22	0	0	(22)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	2	0	2	0	0	(2)	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	497.045	(117.101)	379.944	(240.380)	(27.607)	(50.690)	61.267
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	288.685	(12.551)	276.134	(237.915)	(27.607)	(4.063)	6.549
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	20.913	0	20.913	0	(1.261)	(4.658)	14.994
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	10.975	0	10.975	0	(1.261)	(157)	9.556
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	517.958	(117.101)	400.857	(240.380)	(28.868)	(55.347)	76.261
Outros passivos	103.100	(5.304)	97.796	(38.678)	(49)	(2)	59.067
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	2.174	(708)	1.467	(1.378)	(49)	(2)	37
Restantes passivos não sujeitos a compensação	152.788	0	152.788	0	0	0	152.788
<b>Total do passivo</b>	<b>1.386.900</b>	<b>(130.937)</b>	<b>1.255.962</b>	<b>(279.058)</b>	<b>(28.918)</b>	<b>(56.117)</b>	<b>891.870</b>

A coluna “Montantes brutos compensados no balanço” demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica "Outros passivos" e "Outros ativos", respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.



## 18 – Empréstimos

A carteira de empréstimos apresentada inclui empréstimos classificados ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral e empréstimos pelo justo valor através de resultados.

O quadro abaixo fornece uma visão geral da exposição a empréstimos do Grupo por setor e tem por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

### Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Agricultura, exploração florestal e pesca	526	647
Indústria mineira e de extração de minérios	2.679	3.006
Indústria	32.352	36.820
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	5.103	4.819
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	725	681
Construção	4.494	4.651
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	22.605	22.444
Transporte e armazenamento	6.067	6.067
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.972	2.272
Informação e comunicação	7.783	7.387
Atividades financeiras e de seguros	121.333	111.239
Atividades imobiliárias	49.671	43.220
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.137	7.022
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.922	10.324
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	5.977	7.076
Educação	249	225
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.554	4.005
Artes, entretenimento e atividades de lazer	1.180	1.068
Outras atividades de serviços	4.606	5.261
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	214.796	212.436
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	1
<b>Créditos brutos</b>	<b>501.732</b>	<b>490.671</b>
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	131	227
<b>Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido</b>	<b>501.601</b>	<b>490.444</b>
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	4.848	4.779
<b>Total de créditos</b>	<b>496.754</b>	<b>485.665</b>

## 19 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito consiste na provisão para ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao justo valor através da OCI e compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias.

### Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 <sup>4</sup>	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>440</b>	<b>532</b>	<b>3.740</b>	<b>182</b>	<b>4.895</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(32)	204	887	22	1.081
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	122	(121)	(0)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desconhecidos durante o período <sup>3</sup>	0	0	(1.014)	(28)	(1.043)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	68	3	71
Taxas de câmbio e outras alterações	2	12	(25)	1	(10)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>533</b>	<b>626</b>	<b>3.656</b>	<b>180</b>	<b>4.995</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	90	82	886	22	1.081

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

<sup>3</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>4</sup> O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 46 milhões de euros em 2022 e de 0 milhões de euros em 2021.

### Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 <sup>4</sup>	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>544</b>	<b>648</b>	<b>3.614</b>	<b>139</b>	<b>4.946</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(245)	85	615	26	480
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	138	(197)	58	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período <sup>3</sup>	0	0	(561)	(5)	(566)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	55	23	78
Taxas de câmbio e outras alterações	3	(4)	(41)	(0)	(43)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>440</b>	<b>532</b>	<b>3.740</b>	<b>182</b>	<b>4.895</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	(107)	(112)	673	26	480

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

<sup>3</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>4</sup> O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2021 e de 50 milhões de euros em 2020 (comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso).

### Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 <sup>4</sup>	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>549</b>	<b>492</b>	<b>3.015</b>	<b>36</b>	<b>4.093</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(44)	309	1.348	72	1.686
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	77	(125)	49		0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período <sup>3</sup>	0	0	(781)	0	(781)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	58	0	58
Taxas de câmbio e outras alterações	(38)	(28)	(75)	31	(110)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>544</b>	<b>648</b>	<b>3.614</b>	<b>139</b>	<b>4.946</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	33	184	1.397	72	1.686

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>4</sup> O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 46 milhões de euros em 2020 (comparativo do ano anterior alinhado com a apresentação no ano em curso).

### Provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao justo valor através de OCI<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Justo valor através de OCI</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>69</b>

<sup>1</sup> A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu em níveis muito baixos (20 milhões de euros a 31 de dezembro de 2021 e 69 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Justo valor através de OCI</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>41</b>

<sup>1</sup> A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada em níveis muito baixos (35 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020 e 41 milhões de euros a 31 de dezembro de 2021). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Justo valor através de OCI</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>20</b>

<sup>1</sup> A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada em níveis muito baixos (35 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019 e 20 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020, respectivamente). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

### Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>108</b>	<b>111</b>	<b>225</b>	<b>0</b>	<b>443</b>
Movimentos incluindo novos negócios	21	(1)	78	0	99
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	12	(15)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	4	3	3	0	9
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>144</b>	<b>97</b>	<b>310</b>	<b>0</b>	<b>551</b>
dos quais: Garantias financeiras	95	56	226	0	378
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	33	(16)	82	0	99

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

### Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>144</b>	<b>74</b>	<b>200</b>	<b>0</b>	<b>419</b>
Movimentos incluindo novos negócios	(43)	38	18	0	13
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	3	(5)	2	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	3	6	0	12
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>108</b>	<b>111</b>	<b>225</b>	<b>0</b>	<b>443</b>
dos quais: Garantias financeiras	69	64	164	0	297
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	(40)	33	19	0	13

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

### Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

em milhões de euros	31 dez 2020				
	Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>128</b>	<b>48</b>	<b>166</b>	<b>0</b>	<b>342</b>
Movimentos incluindo novos negócios	13	21	41	0	75
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	0	0	(1)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	4	(6)	0	1
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>144</b>	<b>74</b>	<b>200</b>	<b>0</b>	<b>419</b>
dos quais: Garantias financeiras	99	43	115	0	257
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	13	22	40	0	75

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

## 20 – Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contábilísticas e estimativas contábilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os swaps de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

### Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Montante escriturado de ativos transferidos</b>		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	30.201	44.898
Acordos para empréstimo de títulos	8.313	5.444
Swaps de retorno total	1.461	1.766
Outros	4.480	4.028
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>44.455</b>	<b>56.136</b>
Outros ativos detidos para negociação	171	244
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.077	760
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.351	5.642
Empréstimos pelo custo amortizado <sup>1</sup>	104	13
Outras	3.815	481
<b>Total</b>	<b>51.973</b>	<b>63.276</b>
<b>Montante escriturado de passivos associados</b>	<b>43.820</b>	<b>57.522</b>

<sup>1</sup> Os empréstimos em que o passivo associado é o único recurso para os ativos transferidos tinham um valor contabilístico e um justo valor nulo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os passivos associados tinham o mesmo valor contabilístico e justo valor, o que resultou numa posição líquida de 0.

### O valor contabilístico de ativos transferidos para o Grupo tem um envolvimento contínuo

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Montante contabilístico dos ativos originais transferidos</b>		
Títulos para negociação	1.059	1.050
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	328	308
<b>Montante contabilístico dos ativos que continuam a ser reconhecidos</b>		
Títulos para negociação	34	61
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	16	15
<b>Montante escriturado de passivos associados</b>	<b>95</b>	<b>102</b>

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com swaps de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

### O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo

em milhões de euros	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda <sup>1</sup>	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda <sup>1</sup>
<b>Empréstimos pelo custo amortizado</b>						
Notas de titularização	357	321	321	283	302	302
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total de empréstimos pelo custo amortizado</b>	<b>357</b>	<b>321</b>	<b>321</b>	<b>283</b>	<b>302</b>	<b>302</b>
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados</b>						
Notas de titularização	30	30	30	29	29	29
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	0	0	0	465	465	465
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>494</b>	<b>494</b>	<b>494</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:</b>						
Notas de titularização	739	629	629	709	713	713
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>739</b>	<b>629</b>	<b>629</b>	<b>709</b>	<b>713</b>	<b>713</b>
<b>Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado</b>	<b>1.126</b>	<b>981</b>	<b>981</b>	<b>1.486</b>	<b>1.509</b>	<b>1.509</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados</b>						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	0	0	0	8	8	0
<b>Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>0</b>

<sup>1</sup> A exposição máxima para a perda é definida como o valor escriturado mais o valor nocional de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos.

### O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos

em milhões de euros	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	41	112	(8)	30	81	48
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	(0)	(0)	0	41	41	0
<b>Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos</b>	<b>40</b>	<b>112</b>	<b>(8)</b>	<b>72</b>	<b>123</b>	<b>48</b>

O Grupo penhora ativos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas. Em 31 de dezembro de 2022, o banco tinha empréstimos titularizados de 28 mil milhões de euros e as obrigações próprias garantidas eram dadas como garantia no programa TLTRO do BCE ou em operações padronizadas de financiamento de títulos de mercado. Os empréstimos onerados abaixo incluem este saldo.

### Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	37.216	51.165
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.375	6.395
Empréstimos	73.305	79.485
Outros	5.306	611
<b>Total</b>	<b>118.202</b>	<b>137.656</b>

<sup>1</sup> Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

### Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	40.997	48.426
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.408	5.252
Empréstimos	2.716	2.073
Outros	593	481
<b>Total</b>	<b>45.715</b>	<b>56.233</b>

<sup>1</sup> Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

### Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	309.107	260.003
Dos quais:		
Garantia vendida ou repenhorada	254.856	222.232

## 21 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Ativos fixos tangíveis detidos (IAS 16)	Ativos de locação sob o direito de uso (IFRS 16)	Total
<b>Custo da aquisição:</b>							
<b>Balanco a partir de 1 de janeiro de 2021</b>	<b>587</b>	<b>2.343</b>	<b>2.897</b>	<b>387</b>	<b>6.214</b>	<b>4.844</b>	<b>11.058</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	0	0	0	(1)	0	(1)
Adições	0	113	46	391	550	254	804
Transferências	58	(8)	354	(321)	83	367	451
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(131)	(16)	(94)	(1)	(241)	0	(241)
Alienações	0	187	146	79	412	165	578
Alterações das taxas de câmbio	1	38	45	21	105	139	244
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>514</b>	<b>2.283</b>	<b>3.102</b>	<b>398</b>	<b>6.297</b>	<b>5.439</b>	<b>11.737</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0
Adições	0	94	65	178	337	971	1.308
Transferências	0	109	362	(377)	94	78	171
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	0	(7)	(12)	0	(19)	(0)	(19)
Alienações	11	72	35	0	118	417	535
Alterações das taxas de câmbio	(1)	27	42	16	84	117	201
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>503</b>	<b>2.434</b>	<b>3.523</b>	<b>216</b>	<b>6.676</b>	<b>6.187</b>	<b>12.863</b>
<b>Depreciação e imparidade acumuladas:</b>							
<b>Balanco a partir de 1 de janeiro de 2021</b>	<b>317</b>	<b>1.856</b>	<b>1.989</b>	<b>0</b>	<b>4.163</b>	<b>1.347</b>	<b>5.510</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	0	0	0	(1)	0	(1)
Depreciação	16	140	204	0	360	631	991
Perdas por imparidade	12	7	39	1	59	99	158
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	18	18
Transferências	57	16	10	0	84	2	85
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(115)	(15)	(62)	0	(191)	0	(191)
Alienações	0	178	125	0	303	133	436
Alterações das taxas de câmbio	1	34	39	0	74	29	103
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>288</b>	<b>1.860</b>	<b>2.095</b>	<b>1</b>	<b>4.244</b>	<b>1.957</b>	<b>6.201</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação	13	141	194	0	348	573	922
Perdas por imparidade	1	0	4	0	4	6	11
Reversão de perdas por imparidade	4	0	0	0	4	17	21
Transferências	0	61	24	0	86	3	89
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	0	(6)	(9)	0	(15)	0	(15)
Alienações	11	55	28	0	93	393	486
Alterações das taxas de câmbio	(1)	20	24	0	43	17	60
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>286</b>	<b>2.022</b>	<b>2.304</b>	<b>1</b>	<b>4.613</b>	<b>2.147</b>	<b>6.760</b>
<b>Valor escriturado:</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>226</b>	<b>423</b>	<b>1.007</b>	<b>398</b>	<b>2.054</b>	<b>3.482</b>	<b>5.536</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>217</b>	<b>412</b>	<b>1.219</b>	<b>215</b>	<b>2.063</b>	<b>4.040</b>	<b>6.103</b>

As despesas de depreciação, as perdas por imparidade e a reversão de perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor escriturado de rubricas de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 25 milhões de euros e de 22 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 150 milhões de euros no fim de 2022 e de 35 milhões de euros no fim de 2021.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático para os quais conta com ativos sob direito de uso. Durante 2022, os acréscimos a ativos sob direito de uso totalizaram 971 milhões de euros e refletiram em grande parte novas locações imobiliárias. Os encargos de amortização de 573 milhões de euros reconhecidos em 2022 resultaram principalmente do consumo previsto de ativos sob direito de uso para locações de propriedades durante os seus termos contratuais. O valor contabilístico de ativos sob direito de uso de 4,0 mil milhões de euros incluídos no total de ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2022 representava predominantemente propriedades arrendadas de 4,0 mil milhões de euros e locações de veículos de 10 milhões de euros. Para obter mais informações sobre as propriedades arrendadas do Grupo e as divulgações associadas exigidas nos termos da IFRS 16, consulte a nota 22 "Locações".

## 22 - Locações

As divulgações do Grupo são na qualidade de locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis. O grupo aplicou o seu juízo na apresentação de informações relacionadas nos termos da IFRS 16, de uma forma que considera mais pertinente para uma compreensão do seu desempenho e da sua posição financeira.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático. O Grupo é locatário da maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de arrendamento de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação.

Em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021), o grupo registava ativos sob direito de uso no seu balanço com um valor contabilístico de 3,5 mil milhões de euros (4,0 mil milhões de euros), os quais estão incluídos em ativos fixos tangíveis. Os ativos sob direito de uso representaram predominantemente propriedades arrendadas de 4,0 mil milhões de euros (3,5 mil milhões de euros) e locações de veículos de 10 milhões de euros (11 milhões de euros). Para obter mais informações sobre o desenvolvimento desde o início do ano até à data relativo aos ativos sob direito de uso, consulte a Nota 21 "Ativos fixos tangíveis".

Correspondendo ao reconhecimento dos ativos sob direito de uso, em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021), o grupo registou passivos por locação no seu balanço com um valor contabilístico de 4,5 mil milhões de euros (4,0 mil milhões de euros), os quais estão incluídos em Outros passivos. Em 31 de dezembro de 2022, os passivos por locação incluíam o valor descontado de futuros pagamentos de rendas de 488 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O contrato foi prorrogado no quarto trimestre de 2021 com um prazo fixo até ao final de 2036 e inclui duas opções para prorrogar a locação por dois períodos adicionais de 5 anos, até ao final de 2046.

Durante 2022 e 2021, o custo de juros registados a partir da composição dos passivos por locação ascenderam a 85 milhões de euros e 86 milhões de euros, respetivamente. As maturidades contratuais para os fluxos de caixa não descontados destes passivos são apresentadas na Nota 31 "Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros".

As despesas reconhecidas em 2022 (2021) relativas a locações a curto prazo e locações de ativos de baixo valor, para as quais o grupo decidiu aplicar a isenção de reconhecimento nos termos da IFRS 16 (e, por conseguinte, não registar os ativos sob direito de uso e os passivos por locação correspondentes no balanço), ascenderam a 1 milhão de euros (2 milhões de euros) e 0 milhões de euros (0 milhões de euros), respetivamente.

As receitas registadas em 2022 (2021) provenientes da sublocação de ativos sob direito de uso totalizaram 29 milhões de euros (34 milhões de euros).

A saída de caixa total para as locações em 2021 (2020) foi de 691 milhões de euros (767 milhões de euros) e representou principalmente as despesas efetuadas para locações imobiliárias superiores a 683 milhões de euros (754 milhões de euros). Do montante total das saídas de caixa, foram efetuados pagamentos de 607 milhões de euros (679 milhões de euros) para a parte principal dos passivos por locação; os pagamentos de 84 milhões de euros (87 milhões de euros) foram efetuados para a parcela de juros.

As saídas de caixa futuras totais às quais o Grupo, enquanto locatário, está potencialmente exposto, que não se refletem na medição dos passivos da locação, incluem principalmente exposições potenciais ao pagamento decorrentes de opções de extensão (2022: 5,7 mil milhões de euros) e pagamentos futuros para locações ainda não iniciadas, mas para os quais o Grupo está comprometido (2022: 155 milhões de euros). As maturidades esperadas são apresentadas na tabela que se segue.

### Saídas de caixa futuras às quais o grupo está potencialmente exposto que não se refletem na contabilização dos passivos por locação

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação:		
Até um ano	14	10
Entre um ano e cinco anos	613	539
Após cinco anos	5.226	5.849
<b>Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação</b>	<b>5.852</b>	<b>6.398</b>



## 23 – Goodwill e outros ativos intangíveis

### Goodwill

#### Alterações de goodwill

As alterações do valor contabilístico de goodwill, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de goodwill, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC).

As operações do grupo são organizadas ao abrigo da estrutura de divisões seguinte: as principais áreas de negócio do Deutsche Bank, que inclui o Corporate Bank, o Investment Bank, o Private Bank e as divisões corporativas de Asset Management e a Capital Release Unit. As divisões corporativas, assim como a Capital Release Unit, são consideradas UGC.

Consulte também a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" para mais informações relativamente às alterações na apresentação de divulgações por segmento.

#### Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Investment Bank	Corporate Bank	Asset Management	Private Bank	Total
<b>Balço a partir de 1 de janeiro de 2021</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.739</b>	<b>0</b>	<b>2.739</b>
Goodwill adquirido durante o exercício	0	5	0	0	5
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	(56)	0	(56)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade <sup>1</sup>	0	(5)	0	0	(5)
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0	123	0	123
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.806</b>	<b>0</b>	<b>2.806</b>
<b>Montante bruto do goodwill</b>	<b>3.854</b>	<b>602</b>	<b>3.295</b>	<b>3.716</b>	<b>11.467</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>(3.854)</b>	<b>(602)</b>	<b>(489)</b>	<b>(3.716)</b>	<b>(8.662)</b>
<b>Balço em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.806</b>	<b>0</b>	<b>2.806</b>
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade <sup>1</sup>	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0	113	0	113
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.919</b>	<b>0</b>	<b>2.919</b>
<b>Montante bruto do goodwill</b>	<b>4.079</b>	<b>629</b>	<b>3.408</b>	<b>3.717</b>	<b>11.834</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>(4.079)</b>	<b>(629)</b>	<b>(489)</b>	<b>(3.717)</b>	<b>(8.915)</b>

<sup>1</sup> As perdas por imparidade de goodwill são registadas como imparidade de goodwill e de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Alterações de goodwill em 2022 apenas incluíram variações cambiais de goodwill Asset Management detidas em moedas não do Grupo.

As alterações de goodwill em 2021 foram relativas à reclassificação de 56 milhões de euros de goodwill Asset Management para ativos detidos para venda, na sequência da venda designada da plataforma de investimento digital da DWS a uma joint venture com a BlackFin (ver Nota 24) e movimentos cambiais. Após a aquisição de um prestador de serviços de pagamentos (Better Payment Germany GmbH) em setembro de 2021 (ver Nota 3), como parte da alocação do preço de compra, o Grupo tinha inicialmente registado um goodwill de 5 milhões de euros atribuído à UGC do Corporate Bank. Dado que a avaliação da CGU continuou a ter um défice do seu valor recuperável em relação ao seu valor contabilístico, o goodwill recentemente adquirido foi considerado depreciado e totalmente amortizado em 2021.

Alterações de goodwill em 2020 apenas relacionadas com variações cambiais de Asset Management goodwill detidas em moedas não do Grupo.

## Teste de imparidade de goodwill

Para efeitos de teste de imparidade, o goodwill adquirido numa combinação de negócios é atribuído à UGC apropriada, na base descrita na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas". As UGC principais do Grupo são as descritas acima. O goodwill do Asset Management é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável da UGC com o seu valor escriturado. Além disso, o Grupo testa o goodwill sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso. A UGC de Asset Management foi a única UGC com goodwill a ser objeto de um teste de imparidade anual em 2020, 2021 e 2022. Os testes de imparidade realizados na Asset Management nestes períodos não resultaram numa perda por imparidade, uma vez que os montantes recuperáveis da UGC de Asset Management eram superiores aos respetivos montantes escriturados.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou de determinados riscos políticos ou globais para a indústria bancária, incertezas relativamente à implementação da regulação já adotada e a introdução de legislação já em discussão podem resultar numa imparidade de goodwill no futuro.

## Valor escriturado

O valor contabilístico de uma unidade geradora de caixa principal é apurado usando um modelo de afetação de capital baseado no Quadro de afetação do capital próprio dos acionistas do Grupo (consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", para obter mais informações). A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas Tier 1 adicionais ("Notas AT1") que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado para um ajustamento adicional para goodwill atribuível a participações minoritárias.

## Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das suas unidades geradoras de caixa principais com base na de maior valor em utilização e justo valor menos os custos de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Utiliza um modelo de fluxo de caixa descontado que reflete os detalhes específicos do negócio bancário e do seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, que são atribuídas às UGC primárias.

O modelo de fluxos de caixa descontados usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros de cinco anos, bem como expectativas a mais longo prazo no impacto dos desenvolvimentos regulamentares, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de rendimentos além do período inicial de cinco anos são, onde aplicável, ajustadas para derivar um nível sustentável. No caso de um negócio em continuidade, o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir na direção de uma taxa de crescimento para a UGC de Asset Management a longo prazo constante de até 3.0% (2021: até 2.7%). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

## Pressupostos-chave e sensibilidades

**Pressupostos-chave:** O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto. No que respeita à UGC de Asset Management, as taxas de desconto (após impostos) aplicadas para 2022 e 2021 foram de 10,3% e 9,1%, respetivamente.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Os principais pressupostos de gestão são:

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Asset Management	— Manter a liderança em mercados maduros (por exemplo, Equidade, Multi-Asset e Rendimento Fixo)	— Ambiente desafiante de mercado e volatilidade desfavorável às suas estratégias de investimento
	— Expandir as principais áreas como Xtrackers e Alternativas	— Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos
	— Construir mais capacidades digitais	
	— Expandir parcerias de distribuição para expandir o seu negócio global e atingir um segmento grossista com maior margem de lucro	— Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de fluxo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, desempenho de investimento desfavorável, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado
	— Modelo autónomo de funcionamento e governação, alavancando as capacidades das divisões	— Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas

**Sensibilidades:** Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). Atualmente, na Asset Management, o valor recuperável excede o valor contabilístico em 14%, ou 1,0 mil milhões de euros.

### Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor escriturado

Alteração em pressupostos-chave	Asset Management
Aumento na taxa de desconto (após impostos)	
de	10,3%
para	11,3%
Alteração nos lucros futuros previstos em cada período até	11,0%
Taxa de crescimento a longo prazo	
de	3,0%
para	1,1%

## Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021

em milhões de euros	Não amortizado					Ativos intangíveis adquiridos		Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho		Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Amortizado	
	Outros	Outros							
Custo de aquisição/fabrico:									
<b>Balanco a partir de 1 de janeiro de 2021</b>	<b>945</b>	<b>441</b>	<b>1.386</b>	<b>1.356</b>	<b>70</b>	<b>778</b>	<b>2.204</b>	<b>7.910</b>	<b>11.499</b>
Adições	0	0	0	13	0	22	35	1.106	1.141
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	5	4
Alienações	0	0	0	0	0	12	12	86	98
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(40)	(40)
Transferências	0	0	0	(5)	0	0	(5)	(1)	(6)
Alterações das taxas de câmbio	71	1	72	34	0	1	35	125	231
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.017</b>	<b>440</b>	<b>1.457</b>	<b>1.398</b>	<b>70</b>	<b>789</b>	<b>2.257</b>	<b>9.018</b>	<b>12.732</b>
Adições	0	0	0	0	0	45	45	1.145	1.191
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(6)	(6)	(20)	(26)
Alienações	0	0	0	0	0	37	37	122	160
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(32)	(32)
Transferências	0	0	0	(9)	0	0	(9)	0	(9)
Alterações das taxas de câmbio	67	0	67	32	0	0	32	128	226
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.083</b>	<b>441</b>	<b>1.524</b>	<b>1.421</b>	<b>70</b>	<b>792</b>	<b>2.283</b>	<b>10.116</b>	<b>13.923</b>
<b>Amortização e imparidade acumuladas:</b>									
<b>Balanco a partir de 1 de janeiro de 2021</b>	<b>239</b>	<b>439</b>	<b>678</b>	<b>1.340</b>	<b>70</b>	<b>633</b>	<b>2.043</b>	<b>4.793</b>	<b>7.513</b>
Amortização do exercício	0	0	0	6	0	37	43	974	1.017 <sup>1</sup>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	(1)
Alienações	0	0	0	0	0	12	12	85	97
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(9)	(9)
Perdas por imparidade	0	0	0	3	0	0	3	149	152 <sup>2</sup>
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	3	3	0	2
Alterações das taxas de câmbio	18	0	18	34	0	1	35	83	136
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>257</b>	<b>439</b>	<b>696</b>	<b>1.383</b>	<b>70</b>	<b>662</b>	<b>2.115</b>	<b>5.904</b>	<b>8.714</b>
Amortização do exercício	0	0	0	3	0	37	40	980	1.020 <sup>3</sup>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(6)	(6)	(20)	(26)
Alienações	0	0	0	0	0	35	35	122	157
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(25)	(25)
Perdas por imparidade	68	0	68	0	0	0	0	30	98 <sup>4</sup>
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	3	0	0	3	0	3 <sup>5</sup>
Transferências	0	0	0	3	0	0	3	0	3
Alterações das taxas de câmbio	17	0	17	31	0	0	31	78	126
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>342</b>	<b>439</b>	<b>781</b>	<b>1.417</b>	<b>70</b>	<b>659</b>	<b>2.146</b>	<b>6.824</b>	<b>9.750</b>
<b>Valor escriturado:</b>									
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>760</b>	<b>1</b>	<b>761</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>128</b>	<b>143</b>	<b>3.114</b>	<b>4.018</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>741</b>	<b>2</b>	<b>743</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>133</b>	<b>137</b>	<b>3.293</b>	<b>4.173</b>

<sup>1</sup> Mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

<sup>2</sup> 152 milhões de euros foram constituídos por imparidades de 149 milhões de euros em software autodesenvolvido e 3 milhões de euros em intangíveis relacionados com clientes, registados em despesas gerais e administrativas.

<sup>3</sup> Mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

<sup>4</sup> 98 milhões de euros foram constituídos por imparidades em acordos de gestão de investimentos de retalho registadas em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis de 68 milhões de euros e de 30 milhões de euros em software autodesenvolvido registado em despesas gerais e administrativas.

<sup>5</sup> 3 milhões de euros foram uma inversão de perdas por imparidade em bens intangíveis relacionados com clientes registados em geral e despesas administrativas.

## Ativos intangíveis amortizados

Em 2022, a amortização de ativos intangíveis aumentou num valor líquido de 173 milhões de euros. Isto inclui despesas de amortização de mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (30 milhões de euros). As adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,1 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensaram o impacto negativo da amortização e dos encargos com imparidades no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais fraca em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 50 milhões de euros.

Em 2021, a amortização de outros ativos intangíveis permaneceu praticamente inalterada, diminuindo apenas ligeiramente em 21 milhões de euros líquidos. Isto reflete despesas de amortização de mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (149 milhões de euros). Adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,1 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensado pela diminuição no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais fraca em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 42 milhões de euros.

Em 2020, a amortização de outros ativos intangíveis diminuiu 161 milhões de euros. Esta redução foi impulsionada por despesas de amortização de mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (50 milhões de euros). Adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,1 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensado pela diminuição no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais forte em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de 112 milhões de euros.

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

### Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em exercícios
<b>Ativos intangíveis gerados internamente:</b>	
Software	até 10
<b>Ativos intangíveis adquiridos:</b>	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 20
Outros	até 10

## Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

**Contratos de gestão de investimento do segmento retalho:** Estes ativos, que ascendem a 741 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à unidade geradora de caixa da Asset Management. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à Asset Management o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis a um custo mínimo, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. em 2002.

O valor recuperável foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa de desconto, bem como a taxa de crescimento do valor terminal. A

taxa de desconto (custo de capital) aplicada no teste da imparidade anual foi de 10,6% em 2022 (9,8% em 2021). A taxa de crescimento do valor terminal aplicada para 2022 foi de 3,8% (em comparação com 4,1% em 2021). A revisão anual da valorização não resultou em nenhuma imparidade nem na inversão das imparidades anteriores (2021, respetivamente).

Devido às saídas líquidas e à alteração da taxa de desconto para 10,9% no quarto trimestre, foi desencadeada uma indicação de imparidade e o teste de imparidade foi reavaliado no final do ano. A reavaliação resultou numa perda por imparidade de 68 milhões de euros reconhecida na demonstração de resultados do Grupo dentro da imparidade do goodwill e de outros ativos intangíveis.

## 24 - Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Caixa e saldos do banco	0	6
Empréstimos, líquidos	40	0
Ativos fixos tangíveis	0	9
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	88
Outros ativos	0	296
<b>Total de ativos classificados como detidos para venda</b>	<b>40</b>	<b>398</b>
Passivos por contratos de investimento	208	0
Outros passivos	0	252
<b>Total de passivos classificados como detidos para venda</b>	<b>208</b>	<b>252</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, nenhuns resultados não realizados associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

### 2022

#### A DWS completa o encerramento da transferência da sua plataforma de investimento digital como parte da sua parceria com a BlackFin

Em setembro de 2021, o DWS Group ("DWS") e a BlackFin Capital Partners ("BlackFin") tinha acordado uma parceria estratégica a longo prazo para fazer evoluir conjuntamente a plataforma de investimento digital para um ecossistema de plataforma que fornece soluções e serviços abrangentes. Foi acordado que a DWS iria transferir a sua plataforma de investimento digital para uma joint venture com a BlackFin, mantendo uma participação de 30%. A transação de transferência da plataforma de investimento digital para a recém-criada empresa MorgenFund GmbH foi encerrada a 30 de novembro de 2022. Como parte da contrapartida, o Grupo recebeu uma participação de 30% nessa empresa, que é contabilizada segundo o método de equivalência patrimonial e detida na divisão de Gestão de Ativos.

#### Venda do negócio italiano de consultores financeiros à Zurich Italy

Em agosto de 2021, o Deutsche Bank e o Zurich Insurance Group Italy ("Zurich Italy") chegaram a um acordo com a Zurich Italy Bank S.p.A. para adquirir o negócio de Consultores Financeiros do Deutsche Bank em Itália. A conclusão da venda foi anunciada a 17 de outubro de 2022. Nos termos do acordo, um total de 1.085 Consultores Financeiros, 96 colaboradores, e aproximadamente 16 mil milhões de euros em ativos sob gestão (dos quais mil milhões de euros de Gestão de Carteira Discricionária ainda geridos pelo Deutsche Bank) passaram para a Zurich Bank Italy S.p.A. O ganho antes de impostos sobre a venda totalizou 312 milhões de euros e foi registado nos resultados do segmento do Private Bank no quarto trimestre de 2022.

### 2021

#### Transferência da plataforma global Prime Finance e Electronic Equities para o BNP Paribas concluída

Como parte dos planos estratégicos de transformação e reestruturação do Grupo anunciados em 7 de julho de 2019, o Deutsche Bank tinha divulgado a saída da sua atividade de Equity Sales & Trading. Neste contexto, o Deutsche Bank celebrou um acordo com o BNP Paribas S.A. ("BNP Paribas") para transferir tecnologia e pessoal para o BNP Paribas e para continuar a operar a plataforma até à migração dos clientes para o BNP Paribas. O Grupo e o BNP Paribas anunciaram a 5 de janeiro

de 2022 que a transferência de clientes, tecnologia e pessoal chave para o BNP Paribas foi concluída com sucesso até ao final de 2021, em conformidade com a linha temporal visada.

## 25 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	50.394	48.675
Valores a receber de corretagem prime	4	5
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2.385	3.579
Valores a receber de operações regular way não liquidadas	18.467	19.236
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	71.250	71.495
Títulos de dívida detidos para recolher	25.500	14.800
Juros acumulados a receber	3.588	2.084
Ativos detidos para venda	40	398
Outros	17.916	15.008
<b>Total de outros ativos</b>	<b>118.293</b>	<b>103.785</b>

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	62.824	52.875
Valores a pagar de corretagem prime	24	583
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2.982	1.549
Valores a pagar de operações regular way não liquidadas	16.882	15.158
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	82.711	70.165
Juros acumulados a pagar	2.826	1.625
Passivos detidos para venda	208	252
Passivos por locação	4.470	3.965
Outros	23.500	21.789
<b>Total de outros passivos</b>	<b>113.714</b>	<b>97.796</b>

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 24, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”.

## 26 – Depósitos

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Depósitos à ordem não remunerados	246.804	225.782
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	131.370	167.590
Depósitos a prazo	158.851	122.478
Depósitos de poupança	84.431	87.901
Total de depósitos remunerados	374.652	377.969
<b>Total de depósitos</b>	<b>621.456</b>	<b>603.750</b>

## 27 – Disposições

### Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Outros	Total <sup>1</sup>
<b>Balanco a partir de 1 de janeiro de 2021</b>	<b>89</b>	<b>355</b>	<b>492</b>	<b>676</b>	<b>396</b>	<b>2.007</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	2	2
Novas provisões	62	475	110	302	641	1.590
Montantes utilizados	2	112	113	339	470	1.036
Montantes não utilizados revertidos	106	78	40	58	151	434
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	0	6	26	1	7	40
Transferências	(0)	(1)	0	(0)	24	22
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>42</b>	<b>644</b>	<b>475</b>	<b>582</b>	<b>448</b>	<b>2.192</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	(0)	(0)
Novas provisões	14	285	290	3	653	1.246
Montantes utilizados	3	136	216	201	582	1.138
Montantes não utilizados revertidos	8	166	0	137	110	421
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	(0)	1	23	0	1	26
Transferências	0	(1)	(3)	1	(13)	(16)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>45</b>	<b>627</b>	<b>570</b>	<b>248</b>	<b>398</b>	<b>1.888</b>

<sup>1</sup> Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 19, "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.

### Classes de provisões

**Risco operacional** O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão do risco, pois exclui o risco de perda resultante de processos civis e de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

As provisões de **processos civis** surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

**Execução regulamentar** as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para **reestruturação** decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

**Outras** provisões incluem várias rubricas específicas resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas, provisões para taxas bancárias e pedidos de recompra de hipotecas.

### Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora



da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade de perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indenizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 encontram-se apresentados na tabela acima. Nas matérias para as quais o Grupo acredita ser provável haver uma saída de fundos, não foram reconhecidas provisões mas o Grupo não podia fazer uma estimativa fiável do montante da potencial saída de fundos.

Nas matérias para as quais pode ser feita uma estimativa fiável, o Grupo calcula atualmente que, em 31 de dezembro de 2022, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota, mas menos do que provável era de cerca de 1,8 mil milhões de euros para matérias de processos civis (31 de dezembro de 2021: 1,7 mil milhões de euros) e 0,1 mil milhões de euros para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2021: 0,1 mil milhões de euros). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável e em conformidade, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita que a possibilidade de uma saída de fundos é remota e por conseguinte, não reconheceu uma provisão nem a incluiu nas estimativas dos passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incorrida quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

## Processos individuais atuais

Abaixo são apresentadas descrições de processos civis e de matérias de execução regulamentar ou grupos de matérias para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais

do que uma possibilidade remota, ou ainda para as quais existe a possibilidade de negócio material ou risco em termos de reputação; as matérias idênticas estão agrupadas e algumas delas são constituídas por várias reclamações. As matérias divulgadas também incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda. As matérias são apresentados por ordem alfabética da lista em inglês, com base nos títulos utilizados pelo Grupo para as mesmas.

**Questões relacionadas com o combate ao branqueamento de capitais que envolvem relações de antigos correspondentes bancários.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação das autoridades governamentais relativos a algumas relações de antigos correspondentes bancários, incluindo o Danske Bank. O Deutsche Bank forneceu informações e a cooperar com as autoridades responsáveis pela investigação. O banco concluiu igualmente uma investigação interna centrada no processamento histórico das transações bancárias correspondentes em nome dos clientes da sucursal do Danske Bank na Estónia antes da cessação da relação de correspondentes bancários com essa sucursal em 2015, incluindo a possibilidade de terem ocorrido quaisquer violações da lei, regulamentações ou políticas bancárias, e a eficácia do ambiente de controlo interno relacionado.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas investigações pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Em 7 de julho de 2020, o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) emitiu uma Ordem de Consentimento, apurando que o Deutsche Bank violou as leis bancárias do Estado de Nova Iorque em ligação com as suas relações com três antigos clientes do Deutsche Bank – a filial da Estónia do Danske Bank, Jeffrey Epstein e o FBME Bank – e que impõe uma sanção civil de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos em relação a estas três relações antigas, que o Deutsche Bank pagou no terceiro trimestre de 2020.

Em 15 de julho de 2020, o Deutsche Bank foi nomeado réu numa ação coletiva de títulos apresentada no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito de Nova Jérсия, alegando que o banco fez deturpações materiais relativamente à eficácia dos seus controlos antibranqueamento de capitais (AML) e à remediação relacionada. A denúncia citou alegações relativas a deficiências de controlo levantadas na Decisão de Consentimento do DFS relacionadas com as relações do Banco com a filial da Estónia do Danske Bank, Jeffrey Epstein e o FBME Bank. A 31 de março de 2022, o tribunal concedeu uma moção para transferir a ação para o Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Sul de Nova Iorque (SDNY) e a 18 de maio de 2022, o tribunal SDNY concedeu em parte e negou em parte a moção de rejeição. A 23 de setembro de 2022, o Deutsche Bank celebrou um acordo de compensação com os queixosos no montante de 26,25 milhões de dólares americanos para resolver esta ação, e registou uma provisão no mesmo montante. Em 6 de fevereiro de 2023, o Tribunal proferiu uma sentença final e uma ordem de indeferimento voluntário com extinção, aprovando o acordo e negando provimento ao indeferimento com extinção.

**Discussões regulamentares em curso.** O Deutsche Bank está envolvido em discussões regulamentares em curso para resolver questões relativas à adesão a ordens e acordos anteriores relacionados com sanções e embargos e cumprimento de AML, e acordos e obrigações de correção relacionados com questões de gestão de riscos.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o resultado.

**BGH.** Em 27 de abril de 2021, o Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH) decidiu que certas cláusulas utilizadas nos Termos e Condições Gerais do Deutsche Bank, que assumem o consentimento do cliente após um aviso prévio e um período de não objeção, são nulas em relação aos consumidores (*Verbraucher*). O Grupo recebeu o raciocínio por escrito para este juízo a 27 de maio de 2021. As cláusulas relevantes eram amplamente utilizadas na indústria bancária alemã. O BGH anulou as decisões anteriores tanto do Tribunal Regional como do Tribunal Regional Superior de Colónia, que tinham indeferido a reclamação apresentada por uma associação de defesa do consumidor. Como resultado desta decisão, as taxas introduzidas ou aumentadas desde 2018 com base neste mecanismo de modificação são potencialmente ineficazes e os consumidores (*Verbraucher*) podem reclamar o reembolso das respetivas taxas bancárias. O Grupo tem uma provisão de classe de litígio civil de aproximadamente 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, no que diz respeito a este assunto.

**Investigações e litígios Cum-ex.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a transações de clientes Cum-ex. "Cum-ex" refere-se a atividades de negociação em ações alemãs em torno de datas de registo de dividendos (data de negociação anterior e data de liquidação posterior à data de registo dos dividendos) para obter créditos fiscais alemães ou restituições em relação à retenção na fonte cobrada sobre pagamentos de dividendos, incluindo, em especial, estruturas de transações que resultaram na existência de mais do que um participante no mercado a reivindicar o mesmo pagamento de dividendos. O Deutsche Bank está a cooperar com as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nestas matérias.

O Procurador do Ministério público de Colónia (*Staatsanwaltschaft Köln*, "CPP") tem vindo a realizar uma investigação criminal desde agosto de 2017 no que diz respeito a dois antigos colaboradores do Deutsche Bank em relação a transações

Cum-ex de alguns antigos clientes do banco. O Deutsche Bank é um potencial participante secundário nos termos do artigo 30 o da lei alemã sobre infrações administrativas no presente processo. O Deutsche Bank está a colaborar com o CPP. No final de maio e início de junho de 2019, o CPP iniciou investigações penais contra outros atuais e antigos colaboradores do Deutsche Bank e cinco antigos membros do Conselho de Administração. Em julho de 2020, durante a inspeção do processo de investigação do CPP, o Deutsche Bank tomou conhecimento de que o CPP tinha prorrogado a sua investigação para incluir outro pessoal atual e antigo do banco, incluindo um antigo membro e um então atual membro do Conselho de Administração. Em outubro de 2022, o CPP realizou uma busca nos escritórios do Deutsche Bank em Frankfurt e Eschborn. Com base no mandado de busca, o CPP alargou o âmbito da investigação e incluiu mais atuais e antigos colaboradores do Deutsche Bank e mais um antigo membro do Conselho de Administração na investigação. Esta investigação encontra-se ainda numa fase inicial e o âmbito da mesma pode ainda ser alargado.

Em maio de 2021, o Deutsche Bank tomou conhecimento através de um pedido de informação recebido pelo Deutsche Oppenheim Family Offices AG ("DOAG") como sucessor legal de Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA ("Sal. Oppenheim") que o CPP em 2021 abriu um processo de investigação criminal em relação a transações cum-ex contra antigo pessoal desconhecido de Sal. Oppenheim. O DOAG forneceu as informações solicitadas em 13 de setembro e 15 de outubro de 2021.

O Deutsche Bank agiu na sua qualidade de participante e apresentou pedidos de reembolso de impostos através do procedimento de reembolso eletrónico (*Elektronisches Datenträgerverfahren*) em nome, inter alia, de dois antigos clientes de custódia em ligação com as respetivas transações Cum-ex. Em fevereiro de 2018, o Deutsche Bank recebeu da Administração Federal Alemã (*Bundeszentralamt für Steuern*, "FTO") um pedido de cerca de 49 milhões de euros para as restituições fiscais pagas a um cliente de custódia anterior. O Deutsche Bank espera receber um aviso formal no mesmo montante. Em 20 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank recebeu uma notificação de incumprimento do FTO solicitando o pagamento de 2,1 milhões de euros até 20 de janeiro de 2020 relativamente aos pedidos de reembolso de impostos que o Deutsche Bank tinha apresentado em nome de outro cliente de custódia anterior. Em 2020, o Deutsche Bank efetuou o pagamento pedido e apresentou uma objeção contra a notificação de incumprimento. Em 28 de julho de 2021, o Deutsche Bank recebeu uma carta da FTO declarando que o aviso de liquidação fiscal revisto, datado de dezembro de 2019, não era um ato administrativo válido, uma vez que não podia ser notificado ao cliente do Deutsche Bank devido à sua liquidação já em 2016. No mesmo dia, a FTO emitiu outro aviso de responsabilidade para o Deutsche Bank, argumentando que este emitiu certificados fiscais incorretos. A 30 de maio de 2022, as objeções do Deutsche Bank contra os avisos de responsabilidade foram rejeitadas. A 1 de julho de 2022, o Deutsche Bank apresentou uma queixa contra esta rejeição ao Tribunal Fiscal de Colónia (*Finanzgericht Köln*).

Por carta datada de 26 de fevereiro de 2018, o Banco de Nova Iorque Mellon SA/NV ("BNY") informou o Deutsche Bank da sua intenção de solicitar uma indemnização por potencial responsabilidade por impostos associados Cum-ex incorridos pelo BHF Asset Service GmbH ("BAS") e/ou pelo Frankfurter Service Kapitalanlage-GmbH ("Service KAG", agora designado BNY Mellon Service Kapitalanlage-Gesellschaft mbH). O Deutsche Bank tinha adquirido o BAS e o Service KAG no âmbito da aquisição da Sal. Oppenheim em 2010 e vendeu-as ao BNY no mesmo ano. O BNY estima que a potencial dívida fiscal ascenda a 120 milhões de euros (excluindo juros de 6% p.a.). Em novembro e dezembro de 2020, o consultor da BNY informou o Deutsche Bank de que a BNY e/ou a Service KAG (entre outras) receberam avisos das autoridades fiscais no montante estimado no que diz respeito às negociações Cum-ex relacionadas por determinados fundos de investimento em 2009 e 2010. A BNY apresentou objeções contra os avisos. Após a receção de ordens de pagamento das autoridades fiscais no montante de 60,6 milhões de euros em relação a um dos fundos de investimento e após consulta com o Deutsche Bank, o BNY pagou em setembro de 2022 13,6 milhões de euros às autoridades fiscais. Os restantes 47 milhões de euros em relação a esse fundo foram pagos pela Warburg Invest Kapitalanlagegesellschaft mbH (o gestor do fundo de investimento). Além disso, após receção de ordens de pagamento das autoridades fiscais no montante de 11,8 milhões de euros relativas a outro dos fundos de investimento e após consulta com o Deutsche Bank, o BNY pagou em janeiro/fevereiro de 2023 7,9 milhões de euros às autoridades fiscais. Os restantes 3,9 milhões de euros foram pagos pela Hansainvest Hanseatische Investment-GmbH (o gestor do fundo de investimento). Além disso, o BNY recebeu da Repartição de Finanças de Frankfurt relativamente a outro dos fundos de investimento um aviso e pedido de pagamento de juros de penalização (*Hinterziehungszinsen*) no montante de 11,6 milhões de euros com um prazo de pagamento de 13 de fevereiro de 2023. O BNY, após consulta do Deutsche Bank, solicitou uma suspensão da execução (*Aussetzung der Vollziehung*) relativamente ao pedido de pagamento. O montante de responsabilidade subjacente relativo a este fundo pago pelo BNY, após consulta com o Deutsche Bank, à Repartição de Finanças de Frankfurt em 2021 foi de 18,3 milhões de euros.

Em 6 de fevereiro de 2019, o Tribunal Regional (*Landgericht*) de Frankfurt am Main notificou o Deutsche Bank acerca de uma queixa da M.M. Warburg & CO Gruppe GmbH e M.M. Warburg & CO (AG & Co.) KGaA (conjuntamente "Warburg") em relação às transações Cum-ex da Warburg com um cliente de custódia do Deutsche Bank entre 2007 a 2011. A Warburg queixou-se de ter direito a uma indemnização do Deutsche Bank face aos impostos alemães referentes a operações realizadas entre 2007 e 2011. Além disso, a Warburg reclamou a indemnização por danos não especificados relacionados com estas transações. Com base nos avisos de avaliação fiscal recebidos para 2007-2011, a Warburg reivindicava um total de 250 milhões de euros (dos quais 166 milhões de euros estão relacionados com impostos e 84 milhões de euros estão relacionados com juros). Em 20 de março de 2020, a Warburg prorrogou o seu pedido contra o Deutsche Bank para indemnizar a Warburg

em relação à decisão de confiscação criminal de 176 milhões de euros (dos quais 166 milhões de euros estão relacionados com impostos e 10 milhões de euros estão relacionados com juros) emitida pelo Tribunal Regional de Bona no julgamento Cum-ex criminal em 18 de março de 2020 relativamente às mesmas transações. Em 28 de julho de 2021, o Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH) confirmou a confiscação criminal. Em 23 de setembro de 2020, o Tribunal Regional de Frankfurt rejeitou integralmente o pedido da Warburg contra o Deutsche Bank, alegando que a Warburg como devedor fiscal (*Steuerschuldner*) é principalmente responsável e não pode solicitar o pagamento ao Deutsche Bank. O tribunal alegou ainda que as reclamações prescreveram. Em 29 de outubro de 2020, a Warburg recorreu da decisão junto do Tribunal Superior Regional (*Oberlandesgericht*) de Frankfurt am Main. Em 1 de dezembro de 2021, a Warburg reduziu a sua reivindicação a partir do processo de primeira instância. A Warburg reclama agora 86 milhões de euros (dos quais 63 milhões em relação a impostos e 23 milhões em relação a juros). Além disso, a Warburg reclama um montante de 54 milhões de euros em relação à confiscação criminal. Num acórdão datado de 2 de março de 2022, o Tribunal Regional Superior (*Oberlandesgericht*) de Frankfurt am Main indeferiu totalmente o recurso da Warburg. O tribunal não admitiu um recurso da sua decisão para o Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH). A Warburg apresentou um recurso contra esta inadmissão (*Nichtzulassungsbeschwerde*).

Em 25 de janeiro de 2021, o Tribunal Regional (*Landgericht*) de Hamburgo serviu o Deutsche Bank com um pedido da Warburg Invest Kapitalanlagegesellschaft mbH ("Warburg Invest") em relação a transações de dois fundos de investimento em 2009 e 2010, respetivamente. A Warburg Invest era gestora de fundos para ambos os fundos. A Warburg Invest pede, do Deutsche Bank juntamente com várias outras partes como devedores conjuntos e diversos (*Gesamtschuldner*), indemnização contra impostos alemães em relação a transações Cum-ex realizadas pelos dois fundos. Além disso, a Warburg Invest reclama a indemnização por danos não especificados relacionados com estas transações. Em novembro de 2020, a Warburg Invest recebeu uma notificação de responsabilidade fiscal das autoridades fiscais para um dos fundos no montante de 61 milhões de euros. Com base em informações publicamente disponíveis, o Deutsche Bank estima que o montante do imposto para o segundo fundo seja de aproximadamente 49 milhões de euros. A Warburg Invest apresentou o seu pedido contra várias partes, incluindo o Deutsche Bank *inter alia*, com base numa alegação de danos intencionais contrários à política pública (Secção 826 do Código Civil alemão) e na acusação de que o Deutsche Bank participou num modelo de negócio que era contrário à política pública (*sittenwidriges Geschäftsmodell*). A 5 de julho de 2021, o Deutsche Bank apresentou a sua declaração de defesa ao tribunal. Em 31 de dezembro de 2021, dois outros arguidos do processo apresentaram uma notificação de litígio (*Streitverkündung*) a várias partes, incluindo o Deutsche Bank. Em 30 de setembro de 2022, a Warburg Invest retirou o seu litígio (*Rücknahme der Klage*) no que diz respeito ao Deutsche Bank.

A 26 de fevereiro de 2021, o Tribunal Regional (*Landgericht*) de Frankfurt am Main notificou o Deutsche Bank com uma queixa da Seriva Vermögensverwaltungs GmbH ("Seriva"). A Seriva solicitou que o Deutsche Bank reemittisse certos certificados fiscais (*Steuerbescheinigungen*) que o Deutsche Bank retirou em abril de 2017 à luz das transações cum-ex da Seriva. O Deutsche Bank respondeu à declaração de reivindicação da Seriva em 6 de abril de 2021. A 5 de julho de 2021, o Deutsche Bank recebeu um resumo de resposta da Seriva. O Deutsche Bank respondeu a 17 de agosto de 2021. A audiência teve lugar a 7 de fevereiro de 2022. Num acórdão datado de 28 de fevereiro de 2022, o tribunal indeferiu o pedido de Seriva. A Seriva não recorreu da decisão, pelo que o indeferimento é definitivo e vinculativo.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Investigações e litígios no mercado cambial.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que investigaram as transações e vários outros aspetos do mercado cambial. O Deutsche Bank colaborou nas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank realizou a sua própria análise global interna do negócio cambial e outros aspetos do respetivo negócio cambial.

Em 7 de novembro de 2018, um grupo de gestores de ativos optou por não participar num acordo coletivo consolidado e entrou com um litígio numa base individual (*Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.*). A moção dos réus foi concedida e recusada em parte em 28 de maio de 2020. Os queixosos apresentaram uma terceira queixa alterada em 28 de julho de 2020. A descoberta dos factos foi substancialmente concluída em 2022 e a descoberta de peritos está em curso. O Deutsche Bank também foi nomeado réu numa ação coletiva alterada e consolidada apresentada em Israel. Esta ação afirma alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procura indemnizações ao abrigo da lei antitrust de Israel bem como outras causas de ação. Esta ação está em fases preliminares.

Em 11 de novembro de 2020, o Deutsche Bank foi nomeado numa ação emitida no Tribunal Superior de Justiça do Reino Unido (Tribunal Comercial) interposta por muitos dos mesmos queixosos que interpuseram a *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.* referidos acima. A alegação baseava-se em alegações factuais semelhantes às efetuadas em *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.* Em 4 de março de 2022, o Supremo Tribunal ordenou que o processo fosse transferido para o Tribunal de Recurso da Concorrência do Reino Unido. O processo encontra-se na fase de contestação. O Deutsche Bank chegou a um acordo de princípio para resolver o processo *Allianz* nos EUA e no Reino Unido.

Em 4 de maio de 2021, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão foi nomeado numa ação civil antitrust intentada no Tribunal Cível da Jurisdição Central de São Paulo pela Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB) contra certos corretores cambiais e instituições financeiras filiadas no Brasil. Esta ação afirma alegações factuais baseadas na conduta investigada pela autoridade brasileira da concorrência, o CADE, e procura obter uma indemnização nos termos da lei antitrust brasileira. Em 22 de fevereiro de 2022, o juiz presidente indeferiu a ação com base no facto de a ação não ser apropriada para um processo coletivo. A AEB interpôs recurso da decisão. O Deutsche Bank ainda não foi notificado.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias, pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Questões de taxas interbancárias e de negociantes. *Matérias reguladoras e de aplicação da lei.*** O Deutsche Bank respondeu a pedidos de informação de, e cooperou com, diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias e/ou de negociantes oferecidas.

De 2013 a 2017, o Deutsche Bank celebrou acordos com a Comissão Europeia, o Departamento de Justiça dos EUA (DOJ), a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (CFTC), a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA), a DFS e outros reguladores no que diz respeito a questões de taxas oferecidas interbancárias e de corretores. Permanecem em curso outras investigações do Deutsche Bank relativamente à fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Visão geral dos processos civis.** O Deutsche Bank é uma parte de 7 ações judiciais nos Estados Unidos relativas à alegada manipulação relacionada com a fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes que se encontram descritas nos parágrafos seguintes, bem como ações pendentes no Reino Unido, em Israel, na Argentina e em Espanha. A maioria das ações judiciais, incluindo ações coletivas putativas, estão pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque (SDNY), contra o Deutsche Bank e numerosos outros réus. Todas salvo duas das ações judiciais nos Estados Unidos foram apresentadas em nome de partes que alegam perdas como resultado de manipulação relativa à definição do LIBOR em dólares dos Estados Unidos. As duas ações judiciais pendentes contra o Deutsche Bank que não estejam relacionadas com a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos foram também apresentadas no SDNY e incluem uma ação consolidada relativa à LIBOR em libra esterlina (GBP) e uma ação relativa à LIBOR em francos suíços (CHF).

Os pedidos de indemnização por perdas e danos para todas as 7 ações judiciais nos Estados Unidos discutidas foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e das leis antitrust federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act e demais legislação estatal e federal. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**LIBOR em dólares dos Estados Unidos.** Com uma exceção, todas as ações civis nos Estados Unidos relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (*multidistrict litigation* – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos (o “MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos”) no distrito sul de Nova Iorque. À luz do grande número de casos individuais pendentes contra o Deutsche Bank e ações semelhantes, as ações civis incluídas no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão agora integradas sob a seguinte descrição geral do litígio pertencentes a tais ações, sem divulgação das ações individuais exceto quando as circunstâncias ou a resolução de um caso individual for material para o Deutsche Bank.

No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e março de 2019 que reduziram as queixas, os queixosos estão atualmente a apresentar queixas antitrust, queixas ao abrigo das leis Commodity Exchange Act e Securities Exchange Act dos Estados Unidos e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição.

Em 20 de dezembro de 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas antitrust e a permitir que outras avancem. Vários queixosos interpuseram recursos do parecer de 20 de dezembro de 2016 do tribunal distrital perante o tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para a Segunda Circunscrição e esses recursos decorreram paralelamente aos processos em curso no tribunal distrital. Em 30 de dezembro de 2021, o segundo circuito confirmou a decisão do tribunal distrital sobre os fundamentos da defesa da concorrência, mas inverteu a decisão do tribunal por motivos de jurisdição pessoal, e remeteu os casos para o tribunal distrital para novos procedimentos. Em 9 de março de 2022, os arguidos (incluindo o Deutsche Bank) apresentaram uma petição de certiorari ao Supremo Tribunal dos EUA para rever a

decisão do Tribunal de Recurso de 30 de dezembro de 2021. O Supremo Tribunal dos Estados Unidos negou a petição dos arguidos em 21 de junho de 2022.

Em 13 de dezembro de 2022, o queixoso de uma ação coletiva anteriormente suspensa como parte da LIBOR em dólares dos Estados Unidos MDL (*Guaranty Bank & Trust Co. v. Credit Suisse Group AG, et al.*) apresentou uma notificação de despedimento voluntário, arquivando o seu caso na sua totalidade. O tribunal extinguiu o queixoso do MDL em 14 de dezembro de 2022.

Em 11 de janeiro de 2023, o Deutsche Bank e os queixosos numa ação não coletiva pendente como parte do MDL LIBOR em dólares dos Estados Unidos (*City of Houston v. Bank of America Corp., et al.*) estipularam o indeferimento das alegações dos queixosos contra o Deutsche Bank. O tribunal indeferiu as alegações dos queixosos em 12 de janeiro de 2023. Em 11 de janeiro de 2023, o Deutsche Bank e os queixosos em dez ações não coletivas consolidadas pendentes como parte do MDL LIBOR em dólares americanos (*The Regents of the University of California v. Bank of America Corp., et al.; City of Richmond, et al. v. Bank of America Corp., et al.; City of Riverside, et al. v. Bank of America Corp., et al.; County of Mendocino v. Bank of America Corp., et al.; County of Sacramento v. Bank of America Corp., et al.; County of San Diego v. Bank of America Corp., et al.; County of San Mateo, et al. v. Bank of America Corp., et al.; County of Sonoma, et al. v. Bank of America Corp., et al.; East Bay Municipal Utility District v. Bank of America Corp., et al.*; e *San Diego Association of Governments v. Bank of America Corp., et al.*) estipularam o indeferimento das alegações dos queixosos contra o Deutsche Bank. O tribunal indeferiu as alegações dos queixosos em 12 de janeiro de 2023.

Em 17 de janeiro de 2023, o queixoso de uma ação não coletiva anteriormente suspensa como parte do MDL LIBOR em dólares americanos (*George Maragos v. Bank of America Corp., et al.*) apresentou uma notificação de despedimento voluntário, arquivando o seu caso na sua totalidade.

Em agosto de 2020, os queixosos apresentaram uma ação não coletiva no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Norte da Califórnia contra várias instituições financeiras, alegando que a LIBOR em dólares dos Estados Unidos foi suprimida através do presente. Em 10 de novembro de 2020, os queixosos pediram autorização ao tribunal para uma injunção preliminar e permanente. Em 11 de novembro de 2020, determinados réus transferiram a ação para o SDNY; a informação sobre essa moção está completa. Em 24 de maio de 2021, os queixosos apresentaram uma petição para uma ordem para demonstrar as razões pelas quais o tribunal não deveria ordenar a injunção previamente solicitada pelos queixosos. Os arguidos passaram para a anulação da moção. A 3 de junho de 2021, o tribunal emitiu uma ordem (i) negando a moção dos arguidos para transferir a ação para o SDNY, (ii) negando a petição dos arguidos para anular a moção de 24 de maio dos queixosos e (iii) marcando uma audiência para as moções de injunção para 9 de setembro de 2021. Em 9 de setembro de 2021, o tribunal realizou uma audiência sobre as moções de injunção e negou tentativamente as moções. Em 23 de dezembro de 2021, o tribunal emitiu uma decisão escrita negando as moções de injunção. Em 13 de setembro de 2022, o tribunal deferiu a moção dos réus, mas concedeu aos queixosos autorização de alteração da sua queixa. Em 5 de outubro de 2022, os queixosos apresentaram uma queixa alterada. Os réus apresentaram a 4 de novembro de 2022 uma moção de indeferimento da queixa alterada, que permanece pendente. Esta ação não faz parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos.

Existe uma outra ação judicial no Reino Unido relativa à LIBOR em dólares dos Estados Unidos, interpostas pela Federal Deposit Insurance Corporation dos EUA (FDIC), atuando como recetora de 19 instituições financeiras sediadas nos EUA, na qual foi apresentado um pedido de indemnização nos termos do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, Secção 2 do Capítulo 1 da lei da concorrência do Reino Unido de 1998 e de leis estatais dos Estados Unidos. Em fevereiro de 2022, na sequência de uma decisão do Tribunal de Recurso dos EUA para o Segundo Circuito em relação às reivindicações antitrust USD LIBOR, o processo UK LIBOR foi suspenso até 31 de julho de 2022, para permitir o esclarecimento da posição em relação ao processo paralelo instaurado pelo FDIC contra o Deutsche Bank nos EUA. O FDIC apresentou um pedido de reinstauração do processo nos Estados Unidos em 18 de julho de 2022. Após o termo da estadia no Reino Unido, numa conferência de gestão de casos que teve lugar em dezembro de 2022, o Tribunal do Reino Unido ordenou um julgamento de uma amostra de três das instituições financeiras falidas. Este julgamento de "banco de amostras" foi inscrito numa lista para um julgamento de 19 semanas em fevereiro de 2026. Em 28 de dezembro de 2022, o SDNY deferiu o pedido do FDIC para restabelecer algumas das suas reivindicações contra o Deutsche Bank (e os outros réus estrangeiros) nos EUA, na medida em que estas reivindicações sobreviveram a uma moção de indeferimento sobre o mérito e sujeitas à reserva de direitos dos réus para contestar as reivindicações no futuro.

Na Argentina, foi apresentada uma nova ação coletiva relativa à LIBOR, solicitando indemnizações por perdas alegadamente sofridas pelos detentores de obrigações argentinas com taxas de juro baseadas na LIBOR. O Deutsche Bank está a defender esta ação.

**SIBOR e SOR.** Continua pendente uma ação coletiva putativa alegando manipulação da taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e da taxa de swap (SOR). Em 26 de julho de 2019, o SDNY concedeu a moção dos réus para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank, e negou a moção do queixoso de autorização para apresentar uma quarta queixa alterada. O queixoso recorreu da decisão ao Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito. Em 17 de março de 2021, o tribunal anulou a decisão da SDNY e remeteu o caso para o tribunal distrital. A 1 de

outubro de 2021, os arguidos (incluindo o Deutsche Bank) apresentaram uma petição de certiorari ao Supremo Tribunal dos EUA para rever a decisão do Tribunal de Recurso de 17 de março de 2021. A petição foi negada a 10 de janeiro de 2022. Em 25 de outubro de 2021, os queixosos apresentaram a sua quarta queixa alterada, que os réus passaram para anulação em 24 de novembro de 2021. A 17 de março de 2022, o Deutsche Bank celebrou um acordo de compensação com os queixosos no montante de 11 milhões de dólares americanos para resolver esta ação. A 9 de junho de 2022, o tribunal concedeu a aprovação preliminar do acordo. A 10 de outubro de 2022, os queixosos apresentaram uma moção solicitando a aprovação final do acordo. A 29 de novembro de 2022, o tribunal concedeu a aprovação preliminar do acordo. Em conformidade, a ação não está incluída no número total de ações acima. O valor do acordo, que o Deutsche Bank liquidou, já não está refletido nas provisões para litígio do Deutsche Bank.

*LIBOR em libras esterlinas.* Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em libra esterlina (GBP) continua pendente. Em 21 de dezembro de 2018, o tribunal do distrito sul de Nova Iorque concedeu parcialmente a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Os queixosos apresentaram um recurso; o Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito ordenou que o recurso fosse suspenso na pendência da decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do recurso à ação coletiva SIBOR e SOR. Na sequência da decisão desse tribunal na ação coletiva SIBOR e SOR de 17 de março de 2021, o recurso está a avançar. Os queixosos apresentaram as suas alegações iniciais em 21 de outubro de 2021, e todos os arguidos apelados, exceto o Deutsche Bank, apresentaram as suas alegações em 20 de janeiro de 2022. Também em 20 de janeiro de 2022, os queixosos apresentaram uma moção de (1) cessação do seu recurso em relação ao Deutsche Bank, (2) suspensão do recurso separado em relação ao Deutsche Bank, e (3) prisão preventiva limitada dessa parte da questão relativa ao Deutsche Bank ao tribunal distrital para considerar a aprovação de uma proposta de acordo entre os queixosos e o Deutsche Bank. O Segundo Circuito concedeu a moção dos queixosos a 26 de janeiro de 2022. A 31 de março de 2022, o Deutsche Bank celebrou um acordo de compensação com os queixosos no montante de 5 milhões de dólares americanos para resolver esta ação. Os queixosos apresentaram uma moção para a aprovação preliminar do acordo a 29 de Julho de 2022.

*LIBOR em francos suíços.* Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em francos suíços (CHF) continua pendente. Em 16 de setembro de 2019, o tribunal do distrito sul de Nova Iorque concedeu parcialmente a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Os queixosos apresentaram um recurso; o Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito ordenou que o recurso fosse suspenso na pendência da decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do recurso à ação coletiva SIBOR e SOR. Na sequência da decisão desse tribunal na ação coletiva SIBOR e SOR de 17 de março de 2021, a ação CHF LIBOR foi remetida para o tribunal distrital para novos procedimentos. A 18 de abril de 2022, o Deutsche Bank celebrou um acordo de compensação com os queixosos no montante de 13 milhões de dólares americanos para resolver esta ação. Os queixosos apresentaram uma moção para aprovação preliminar do acordo a 29 de junho de 2022. Em 23 de novembro de 2022, os queixosos apresentaram uma terceira queixa alterada. A 15 de fevereiro de 2022, o tribunal concedeu a aprovação preliminar do acordo.

*Reclamações EURIBOR em Espanha.* 77 reclamações em Espanha (integrando pelo menos 258 requerentes) foram apresentadas contra o Deutsche Bank por requerentes de empréstimos hipotecários detidos por bancos e outras instituições financeiras por danos resultantes de alegada conduta de conluio do Deutsche Bank na sequência da decisão da Comissão Europeia de 4 de dezembro de 2013. Dessas 77 reclamações, 69 quantificaram as suas alegadas perdas com um valor total de 1 milhão de euros e 6 (uma das quais inclui 184 potenciais requerentes) ainda não o fizeram. Dos 77 pedidos de indemnização, 51 foram iniciados em tribunal e encontram-se em fases de maturidade variável, tendo 35 pedidos de indemnização sido agora finalmente indeferidos pelos tribunais ou retirados pelos requerentes, uma decisão pendente de um potencial recurso e alguns pedidos de indemnização suspensos até ao resultado da decisão do Cartel dos Camiões do Tribunal de Justiça Europeu (TJE) e/ou novos recursos para o TJE. A decisão do TJE de 22 de junho de 2022 sobre o Cartel dos Camiões confirmou que o prazo de prescrição para os requerentes notificarem/emitem reclamações na EURIBOR espanhola expiraria a 30 de junho de 2022. Por conseguinte, a data final para os requerentes notificarem/emitem reclamações já passou.

**Investigações e litígio de Jeffrey Epstein.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de informações de agências reguladoras e de aplicação da lei relativas à antiga relação de clientes do banco com Jeffrey Epstein (individualmente, e através de partes e entidades relacionadas). Em dezembro de 2018, o Deutsche Bank deu início ao processo para cessar a sua relação com Epstein, que teve início em agosto de 2013. O Deutsche Bank forneceu informações e cooperou com as agências que estão a investigar. O banco também concluiu uma investigação interna sobre a relação com Epstein.

Como acima mencionado, em 7 de julho de 2020, o DFS emitiu uma Ordem de Consentimento, apurando que o Deutsche Bank violou as leis bancárias do Estado de Nova Iorque em ligação com as suas relações com três antigos clientes do Deutsche Bank – a filial da Estónia do Danske Bank, Jeffrey Epstein e o FBME Bank – e que impõe uma sanção civil de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos em relação a estas três relações antigas, que o Deutsche Bank pagou no terceiro trimestre de 2020. Da mesma forma, tal como acima indicado, o banco foi também nomeado réu numa ação coletiva de títulos no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Sul de Nova Iorque (SDNY), que incluiu alegações relacionadas com a relação do banco com Jeffrey Epstein e outras entidades. O Deutsche Bank executou um acordo de compensação nesse processo, que o Tribunal aprovou em despacho datado de 6 de fevereiro de 2023.

O Grupo não estabeleceu uma provisão ou passivo contingente no que diz respeito aos inquéritos de Jeffrey Epstein. O entendimento é o de que as restantes investigações relativas a Jeffrey Epstein estão atualmente em curso.

Em 24 de novembro de 2022, o Deutsche Bank foi nomeado como arguido numa suposta queixa de ação coletiva apresentada no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Sul de Nova Iorque (SDNY) por uma alegada vítima não nomeada de tráfico sexual de Jeffrey Epstein (Epstein), alegando queixas contra o banco ao abrigo da Lei de Proteção das Vítimas de Tráfico (TVPA), da Lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO) e da lei estadual de Nova Iorque em relação à prestação de serviços bancários a Epstein por parte do banco entre agosto de 2013 e dezembro de 2018. A ação cita alegações relativas a deficiências de controlo levantadas na Decisão de Consentimento do DFS relacionadas com a relação do banco com Jeffrey Epstein. O Deutsche Bank apresentou uma moção para indeferir a queixa em 30 de dezembro de 2022. A 13 de janeiro de 2023, o queixoso apresentou uma queixa alterada. A 7 de fevereiro de 2023, o Deutsche Bank apresentou uma moção para anular a queixa alterada.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a este litígio pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Títulos relacionados com hipotecas e garantidos por património - Emitente e tomador do processo civil.** O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS) e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospectos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação coletiva respeitante à sua função como um dos tomadores de seis ofertas de RMBS emitidas pela Novastar Mortgage Corporation. Não se alega uma indemnização específica na queixa. O processo judicial foi iniciado pelos queixosos que representam uma classe de investidores que adquiriram certificados nestas ofertas. As partes chegaram a acordo para resolver o assunto por um total de 165 milhões de dólares dos Estados Unidos, do qual parte foi paga pelo banco. Em 30 de agosto de 2017, a FHFA/Freddie Mac apresentou uma objeção ao acordo e pouco depois recorreu da decisão de recusa do tribunal distrital ao seu pedido de suspensão dos processos de aprovação do acordo, cujo recurso foi resolvido contra a FHFA/Freddie Mac. O tribunal aprovou o acordo em 7 de março de 2019 contra as objeções da FHFA/Freddie Mac. A FHFA apresentou o seu recurso a 28 de junho de 2019, que foi negado a 14 de março de 2022, e uma petição subsequente para nova audiência foi negada a 2 de junho de 2022. A FHFA optou por não apresentar uma petição de certiorari no Supremo Tribunal dos Estados Unidos, pondo assim fim à sua resistência ao acordo.

O Deutsche Bank é réu numa ação relacionada com ofertas de RMBS interposta pela FDIC dos EUA como recetador do Citizens National Bank e do Strategic Capital Bank (alegando um montante não especificado em indemnização contra todos os réus). Nesta ação, as queixas readmitidas do tribunal de recurso anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição e petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas. Em 31 de julho de 2017, o FDIC apresentou uma segunda queixa alterada, que os réus passaram para anulação em 14 de setembro de 2017. Em 18 de outubro de 2019, foi recusada a moção de indeferimento dos réus. A 13 de maio de 2022, o FDIC indeferiu voluntariamente a sua reclamação em relação a uma das ofertas do RMBS e o Deutsche Bank apresentou uma moção para julgamento sumário solicitando o indeferimento da restante reclamação. A moção do Deutsche Bank foi totalmente apresentada em 8 de julho de 2022. A descoberta fica suspensa enquanto se aguarda a resolução da moção do Deutsche Bank.

Em junho de 2014, a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação no tribunal estatal de Nova Iorque contra o Deutsche Bank para reativar uma ação anterior, alegando que o Deutsche Bank falhou a reaquisição dos créditos hipotecários na oferta de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-SL2. A ação de reativação encontra-se paralisada durante a pendência de um recurso de anulação de uma ação separada na qual a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação contra o Deutsche Bank alegando violações de representações e garantias estabelecidas pelo Deutsche Bank relativas a créditos hipotecários na mesma oferta. A 29 de março de 2016, o tribunal negou provimento à ação de reanimação. O queixoso apresentou recurso e, em 19 de novembro de 2019, o Tribunal de recurso confirmou o indeferimento. Em 19 de dezembro de 2019, o queixoso apresentou uma moção de recurso ao Tribunal de segunda instância de Nova Iorque no tribunal de recurso, que foi recusada em 13 de fevereiro de 2020. Em 16 de março de 2020, o queixoso peticionou o Tribunal de Segunda Instância de Nova Iorque por licença de recurso, que foi concedida em 1 de setembro de 2020. O Tribunal de Recurso ouviu a argumentação em 19 de maio de 2022 e afirmou o indeferimento da ação em 16 de junho de 2022.

O Deutsche Bank foi constituído réu em casos relativos a dois trusts RMBS apresentados inicialmente por investidores do RMBS e posteriormente pelo HSBC, como mandatário, no tribunal do estado de Nova Iorque. Os casos alegam violações de garantias e representações ao nível dos empréstimos nas ofertas de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-FM1 e ACE



Securities Corp. 2007-ASAP1 RMBS, respetivamente. Ambos os casos foram anulados com base em prazos de prescrição pelo tribunal em 28 de março de 2018. O queixoso recorreu das anulações. Em 25 de abril de 2019, o primeiro departamento confirmou as anulações das queixas por incumprimento de representações e garantias e por violação do Pacto implícito de boa-fé e de negociação leal, mas inverteu a anulação das ações de autorização para apresentar queixas alteradas, alegando a não notificação do administrador acerca de alegadas declarações e violações de garantias. O HSBC apresentou queixas alteradas em 30 de abril de 2019 e o Deutsche Bank apresentou as suas respostas em 3 de junho de 2019. A fase de instrução está a decorrer. A 25 de outubro de 2019, os queixosos apresentaram duas queixas (um pelo HSBC e outro por um titular de certificados), procurando reativar, nos termos da secção 205(a) da lei e das regras relativas à prática civil de Nova Iorque, a violação de declarações e garantias sobre o que foi afirmado no processo relativo ao ACE 2006-FM1. Em 16 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank passou para a anulação destas ações. Em 2 de julho de 2022, o tribunal deferiu a petição para anular a ação do titular de certificados. O queixoso recorreu ao Primeiro Departamento a 4 de agosto de 2022, e o recurso permanece pendente. A 4 de outubro de 2022, o Tribunal indeferiu a ação do HSBC à luz da decisão do Tribunal de Recurso no caso SL2 acima descrito. A 7 de novembro de 2022, o queixoso apresentou um recurso que permanece pendente.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

**Títulos relacionados com hipotecas e garantidos por património – Processos civis do mandatário.** A Deutsche Bank National Trust Company ("DBNTC") e a Deutsche Bank Trust Company Americas ("DBTCA") (coletivamente, as "Mandatárias") foram constituídas réus em três processos civis distintos, e a DBNTC foi constituída réu num quarto processo civil, interpostos por investidores relativos à função como mandatário das Mandatárias de determinados trusts RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos de 1939 (Trust Indenture Act), com base no alegado incumprimento por parte das Mandatárias de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de trusts.

Os quatro processos judiciais incluem ações apresentadas (a) pelo Conselho de Administração da National Credit Union ("NCUA"), na qualidade de investidor de 18 trusts, que alegadamente sofreu perdas colaterais realizadas totais superiores a 3,7 mil milhões de dólares dos Estados Unidos; (b) algumas obrigações com garantia real (coletivamente, "Phoenix Light") como investidores em 43 trusts e que pretendem obter "centenas de milhões de dólares de indemnização"; (c) o Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 trusts RMBS, pretendendo obter "centenas de milhões de dólares em perdas"; e (d) o IKB International, S.A. in Liquidation e o IKB Deutsche Industriebank AG (coletivamente, "IKB"), como investidor em 17 trusts RMBS, procurando originalmente obter mais de 268 milhões de dólares americanos de danos antes de o IKB interromper voluntariamente as suas reivindicações relativamente a determinados certificados RMBS. No caso do NCUA, a moção da DBNTC para indeferir a queixa alterada foi parcialmente concedida e parcialmente recusada, indeferindo as queixas de responsabilidade delitual da NCUA mas mantendo as respetivas queixas de violação de contrato. Ambas as partes apresentaram moções para um julgamento sumário parcial e essas moções estão totalmente instruídas e pendentes no tribunal. Em 8 de fevereiro de 2022, o tribunal no processo Phoenix Light deferiu a moção de julgamento sumário da DBNTC e da DBTCA, negou a moção de julgamento sumário da Phoenix Light e negou provimento ao recurso. A 10 de março de 2022, a Phoenix Light apresentou uma notificação de recurso relativamente às ordens do tribunal sobre as moções de indeferimento e de julgamento sumário. Esse recurso é totalmente instruído e aguarda discussão oral. Em 8 de fevereiro de 2022, o tribunal no processo Commerzbank concedeu parcialmente e recusou parcialmente a moção de julgamento sumário da DBNTC e da DBTCA, indeferindo todas as queixas de responsabilidade delitual e indeferindo a queixa de violação de contrato relativas a determinados trusts, e negou a moção de julgamento sumário do Commerzbank na sua totalidade. A fase de instrução está a decorrer. Em 27 de janeiro de 2021, o tribunal no processo IKB concedeu parcialmente e recusou parcialmente a moção de anulação das Mandatárias, tendo revogado algumas das alegações do IKB, mas permitido que determinados dos seus pedidos de incumprimento contratual e de responsabilidade delitual avançasse; em 10 de maio de 2021, as Mandatárias apresentaram um pedido de recurso relativamente a determinados aspetos dessa decisão e, em 20 de maio de 2021, o IKB apresentou um pedido de recurso subordinado relativamente a outros aspetos dessa decisão. A 30 de agosto de 2022, o Supremo Tribunal de Nova Iorque, Secção de Recurso, Primeiro Departamento, afirmou em parte e inverteu em parte a ordem do tribunal sobre a moção de indeferimento. Em 30 de setembro de 2022, a DBNTC e a DBTCA apresentaram um pedido de licença para recorrer da decisão ao Tribunal de Recurso, e nesse mesmo dia, o IKB apresentou um pedido de nova argumentação ou de licença para recorrer ao Tribunal de Recurso de Nova Iorque relativamente a certos aspetos da decisão do Primeiro Departamento. A 10 de novembro de 2022, o Primeiro Departamento concedeu à DBNTC e à DBTCA o pedido de licença de recurso para o Tribunal de Recurso, negou o pedido de nova argumentação do IKB, e negou por carecer de valor jurídico o pedido de licença de recurso do IKB para o Tribunal de Recurso. O recurso da DBNTC e da DBTCA encontra-se atualmente em instrução. A fase de instrução está a decorrer.

O Grupo estabeleceu passivos contingentes relativamente a algumas destas questões, mas não divulgou o montante porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

**Investigações de Comunicações Off-channel.** Em 27 de setembro de 2022, a Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (SEC) e a CFTC anunciaram resoluções com múltiplas instituições financeiras, incluindo o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias Deutsche Bank Securities Inc. ("DBSI"), DWS Investment Management Americas, Inc. ("DIMA") e DWS Distributors, Inc. ("DDI" e, juntamente com a DIMA, "DWS"), no que diz respeito a investigações a nível da indústria relativamente ao cumprimento de requisitos de retenção de registos aplicáveis a sociedades corretoras, consultores de investimento, corretores de swaps, e investidoras de comissões de futuros. A SEC e a CFTC descobriram que o Deutsche Bank, a DBSI e a DWS, conforme o caso, não mantinham certas comunicações eletrônicas que deveriam ser mantidas de acordo com as suas respetivas obrigações de retenção de registos, uma vez que as comunicações eram enviadas ou recebidas por colaboradores através de canais de mensagens eletrônicas não aprovados a partir de dispositivos pessoais. A SEC e a CFTC também encontraram falhas de supervisão relacionadas. Ao abrigo destas resoluções, a DBSI e a DWS pagaram uma penalização monetária civil de 125 milhões de dólares americanos à SEC, e o Deutsche Bank e a DBSI pagaram uma penalização monetária civil de 75 milhões de dólares americanos à CFTC. Como parte das resoluções, o Deutsche Bank, a DBSI e a DWS contrataram um consultor de conformidade para realizar uma revisão das políticas e procedimentos relevantes, formações, medidas de vigilância, soluções tecnológicas e enquadramento disciplinar, e apresentar um relatório à SEC e à CFTC com conclusões e recomendações.

**Matérias hipotecárias polacas.** A partir de 2016, alguns clientes do Deutsche Bank Polska S.A. contactaram o Deutsche Bank Polska S.A., alegando que os seus contratos de empréstimo hipotecário em moeda estrangeira incluíam cláusulas injustas e eram inválidos. Estes clientes exigiram o reembolso dos alegados pagamentos em excesso ao abrigo de tais acordos num total de mais de 384 milhões de euros, tendo sido iniciados mais de 3.000 processos civis em tribunais polacos. Este tipo de casos é uma questão de âmbito industrial na Polónia e outros bancos estão a enfrentar reclamações semelhantes. O Deutsche Bank Polska S.A. tomou e irá tomar as ações judiciais necessárias para se defender e contestar tais reclamações nos tribunais.

O Grupo estabeleceu uma provisão de carteira para cobrir potenciais perdas decorrentes dos litígios existentes e potenciais relacionados com empréstimos hipotecários em moeda estrangeira. O montante da provisão da carteira é de aproximadamente 283 milhões de euros e pode estar sujeito a futuras alterações na estimativa, dependendo em particular da jurisprudência dos tribunais locais, bem como do Tribunal de Justiça da União Europeia.

**Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank.** Em 12 de setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG (Postbank). Em 7 de outubro de 2010, o banco publicou a sua oferta oficial de aquisição e ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de 25 euros por cada ação do Postbank. Esta oferta foi aceite num total de, aproximadamente, 48,2 milhões de ações do Postbank.

Em novembro de 2010, uma antiga acionista do Postbank, a Effecten-Spiegel AG, que tinha aceitado a oferta de aquisição, intentou uma ação contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo e que não foi determinado de acordo com a legislação alemã aplicável. A queixosa alega que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Postbank, o mais tardar, em 2009, uma vez que os direitos de voto da Deutsche Post AG no Postbank tinham de ter sido atribuídos ao Deutsche Bank nos termos do artigo 30.º da lei alemã relativa às aquisições. Com base nas mesmas, a queixosa alega que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 necessita de ser aumentada para 57,25 euros por ação.

O tribunal regional de Colónia (*Landgericht*) indeferiu a ação em 2011 e o tribunal de recurso de Colónia indeferiu o recurso em 2012. O Tribunal Federal anuiu esta decisão e remeteu o processo para o Tribunal Regional Superior de Colónia, a fim de tomar provas de determinadas alegações do queixoso.

A partir de 2014, antigos acionistas adicionais do Postbank, que aceitaram a oferta de aquisição de 2010, intentaram ações semelhantes à da Effecten-Spiegel AG contra o Deutsche Bank, que estão pendentes no tribunal regional de Colónia e no tribunal regional superior de Colónia respetivamente. A 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia apresentou uma decisão deferindo as queixas num total de 14 casos, que foram combinados num processo. O tribunal regional de Colónia considerou que o Deutsche Bank foi obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória já em 2008, de modo que a contrapartida apropriada a oferecer na aquisição deveria ter sido de 57,25 euros por ação do Postbank (em vez de 25 euros). A contrapartida adicional por ação devida aos acionistas que aceitaram a oferta de aquisição é de 32,25 euros. O Deutsche Bank recorreu desta decisão e o recurso foi atribuído ao 13.º Senado do Tribunal Regional Superior de Colónia, onde foi também ouvido o recurso de Effecten-Spiegel AG.

Em 2019 e 2020, o Tribunal Regional Superior de Colónia chamou várias testemunhas em ambos os casos. Os indivíduos ouvidos incluíram membros atuais e anteriores da administração do Deutsche Bank, do Deutsche Post AG e do Postbank, bem como outras pessoas envolvidas na transação do Postbank. Além disso, o Tribunal Regional Superior de Colónia emitiu ordens para a produção de documentos de transação relevantes entre o Deutsche Bank e a Deutsche Post AG em 2008 e 2009. Por conseguinte, o Deutsche Bank depositou os originais destes documentos junto do tribunal em 2019.

Em 16 de dezembro de 2020, o Tribunal Regional Superior de Colônia proferiu uma decisão e rejeitou integralmente as alegações da Effecten-Spiegel AG. Além disso, numa segunda decisão proferida em 16 de dezembro de 2020, o Tribunal Regional Superior de Colônia permitiu o recurso do Deutsche Bank contra a decisão do Tribunal Regional de Colônia de 20 de outubro de 2017 e rejeitou todas as alegações relacionadas dos queixosos relevantes. O Tribunal Regional Superior de Colônia concedeu autorização para interpelar o Tribunal Federal alemão (*Bundesgerichtshof*) no que diz respeito a ambas as decisões e todos os queixosos relevantes apresentaram os respectivos recursos ao Tribunal Federal em fevereiro de 2021. Em 13 de dezembro de 2022, o Tribunal Federal Alemão anunciou a sua decisão, anulando os acórdãos do Tribunal Regional Superior de Colônia e remetendo os processos ao Tribunal Regional Superior.

O Deutsche Bank foi notificado de um número elevado de processos judiciais adicionais instaurados contra o Deutsche Bank pouco antes do final de 2017, estando a maioria dos quais agora pendentes no tribunal regional de Colônia. Alguns dos novos queixosos alegam que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 deve ser aumentada para 64,25 € por ação.

Os pedidos de indemnização ao Deutsche Bank relativos a estas questões ascendem a um total de aproximadamente 700 milhões de euros (excluindo juros).

O Grupo estabeleceu um passivo contingente relativamente a estas questões, mas não divulgou o montante deste passivo contingente, porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

**Outros processos relacionados com a aquisição do Postbank.** Em setembro de 2015, antigos acionistas do Postbank apresentaram no tribunal regional de Colônia ações de acionistas contra o Postbank para anular a resolução de afastamento tomada na reunião de acionistas do Postbank, em agosto de 2015 (ações para anulação). Entre outras questões, os queixosos alegaram que o Deutsche Bank esteve sujeito a uma suspensão de direitos de voto relativamente às suas ações no Postbank com base na alegação de que o Deutsche Bank não apresentou uma oferta de aquisição obrigatória. O afastamento é final e o processo não tem qualquer efeito reversível, mas pode resultar no pagamento de indemnizações. Os requerentes referem argumentos jurídicos semelhantes aos afirmados no processo Effecten-Spiegel descrito acima. Numa decisão de 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colônia declarou nula a resolução de afastamento. No entanto, o tribunal não se baseou numa suspensão de direitos de voto devido a uma alegada falha por parte do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória, mas argumentou que o Postbank violou direitos de informação dos acionistas do Postbank na reunião de acionistas do Postbank em agosto de 2015. O Postbank recorreu desta decisão. Em 15 de maio de 2020, o DB Privat- und Firmenkundenbank AG (sucessor legal do Postbank devido a uma fusão em 2018) foi fundido no Deutsche Bank AG. Em 3 de julho de 2020, o Deutsche Bank AG retirou o recurso no que diz respeito às ações de anulação, uma vez que os esforços e os custos para prosseguir este recurso tornaram-se desproporcionados em relação à menor importância económica remanescente do caso, considerando que o afastamento de 2015 não pode ser revertido. Consequentemente, o acórdão de primeira instância que constatou que o Postbank violou os direitos de informação dos seus acionistas na assembleia de acionistas tornou-se definitivo.

A questão jurídica que se prende com a obrigatoriedade de o Deutsche Bank ter feito uma oferta de aquisição obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua aquisição voluntária em 2010 pode também influenciar dois processos de avaliação pendentes (*Spruchverfahren*). Estes processos foram iniciados por antigos acionistas do Postbank com o objetivo de aumentar a remuneração em numerário oferecida no âmbito do afastamento de acionistas do Postbank em 2015 e a remuneração em numerário oferecida e a remuneração anual paga no âmbito da execução de um acordo de transferência de resultados e de domínio (*Beherrschungs- und Gewinnabführungsvertrag*) entre a DB Finanz-Holding AG (agora DB Beteiligungs-Holding GmbH) e o Postbank em 2012.

Os participantes nos processos de avaliação pretendem uma possível obrigação do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória ao Postbank a um preço de oferta de 57,25 euros, ao determinar a remuneração em numerário adequado nos processos de avaliação. O tribunal regional de Colônia tinha inicialmente seguido este parecer jurídico dos requerentes em duas resoluções. Numa decisão datada de junho de 2019, o tribunal regional de Colônia abandonou expressamente este parecer jurídico no âmbito do processo de apreciação em relação à execução de um acordo de domínio e de transferência de lucros e perdas. De acordo com a presente decisão, a questão de saber se o Deutsche Bank foi obrigado a fazer uma oferta obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua oferta de aquisição voluntária em 2010 não será relevante para determinar a compensação pecuniária adequada. É provável que o tribunal regional de Colônia adote a mesma posição jurídica no processo de apreciação no âmbito do processo de liquidação. Em 1 de outubro de 2020, o Tribunal Regional de Colônia proferiu uma decisão no processo de avaliação relativo ao acordo de domínio e de transferência de resultados (datado de 5 de dezembro de 2012) segundo o qual a compensação anual nos termos da Secção 304 da Lei alemã sobre sociedades por ações (*jährliche Ausgleichszahlung*) será aumentada de 0,12 euros para 1,78 euros por ação do Postbank e o montante de liquidação nos termos da Secção 305 da Lei alemã sobre sociedades por ações (*Abfindungsbetrag*) será aumentado de 4,56 euros para 29,74 euros por ação do Postbank. O aumento do montante de liquidação é relevante para cerca de 492 000 antigas ações do Postbank, ao passo que o aumento da compensação anual é relevante para cerca de 7 milhões de ações antigas do Postbank. O Deutsche Bank, bem como os requerentes, interpelaram esta decisão.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Investigação da negociação de ações na Rússia/Reino Unido.** O Deutsche Bank investigou as circunstâncias em torno das negociações de ações celebradas por determinados clientes com o Deutsche Bank em Moscovo e em Londres. O volume total de transações analisadas é significativo. A investigação interna do Deutsche Bank de potenciais violações da lei, regulamentos e políticas e do ambiente de controlo interno relacionado foi concluída e o Deutsche Bank avaliou as conclusões identificadas durante a investigação; até à data, foram identificadas algumas violações das políticas do Deutsche Bank, bem como deficiências no ambiente de controlo do Deutsche Bank. O Deutsche Bank aconselhou os reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições (incluindo a Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) em relação a esta investigação. O Deutsche Bank adotou medidas disciplinares relativamente a determinados indivíduos nesta matéria.

Em 30 de janeiro de 2017, o DFS e a FCA anunciaram acordos com o banco relacionados com as suas investigações desta matéria. Os acordos concluem as investigações do DFS e da FCA da função de controlo antibranqueamento de capitais (AML) do banco na sua divisão de banca de investimento, incluindo em relação à negociação de ações descrita acima. Nos termos do acordo de liquidação, o DFS emitiu uma Decisão de consentimento em seguimento da qual o Deutsche Bank aceitou pagar uma penalização monetária civil no valor de 425 milhões de dólares dos Estados Unidos e atribuir um monitor independente, por um prazo de até dois anos. Nos termos do acordo com a FCA, o Deutsche Bank aceitou pagar uma penalização monetária civil no valor de, aproximadamente, 163 milhões de libras esterlinas.

A 30 de maio de 2017, a Reserva Federal anunciou o seu acordo com o banco, resolvendo esta questão, bem como questões de AML adicionais identificadas pela Reserva Federal. O Deutsche Bank pagou uma multa de 41 milhões de dólares dos Estados Unidos. O Deutsche Bank também acordou reter terceiros independentes para avaliar o seu programa AML/Lei do sigilo bancário e analisar determinadas atividades bancárias correspondentes estrangeiras da sua subsidiária Deutsche Bank Trust Company Americas. O banco também teve de submeter programas de correção e encontra-se a aplicar formas de correção.

O Deutsche Bank continua a cooperar com órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei, incluindo o DOJ, que tem a sua própria investigação relativa a estas negociações de títulos que se entende estar em curso. O Grupo registou uma provisão relativa à investigação restante. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

**Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA).** O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Em 6 de dezembro de 2022, a Comissão Europeia enviou uma comunicação de objeções ao Deutsche Bank relativamente a uma potencial violação de regras antitrust da UE em relação ao mercado de negociação secundário de obrigações de SSA denominadas em euros, obrigações soberanas, obrigações cobertas e obrigações garantidas pelo governo. O Deutsche Bank cooperou proativamente com a Comissão Europeia neste assunto e, como resultado, recebeu imunidade. O envio da comunicação de objeções é um passo na investigação da Comissão Europeia e não prejudica o resultado da investigação que está em curso.

O Deutsche Bank foi constituído arguido numa queixa de ação coletiva putativa apresentada em 9 de dezembro de 2022 no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, por alegados participantes direitos no mercado alegando uma violação da lei antitrust e lei comum relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações soberanas denominadas em euros. A queixa pede danos triplos e honorários advocatícios. O caso está em fase inicial.

O Deutsche Bank é também arguido em ações coletivas putativas apresentadas em 7 de novembro de 2017 e 5 de dezembro de 2017 no tribunal superior de Ontário e no tribunal federal do Canadá, alegando violações da lei antitrust e da lei comum relacionadas com a alegada manipulação da negociação secundária de obrigações de SSA. As queixas procuram indemnizações compensatórias e punitivas. A 20 de julho de 2022, o Deutsche Bank celebrou um acordo de liquidação nacional que resolveria o pedido de indemnização federal de SSA contra todos os réus do Deutsche Bank. O acordo de liquidação continua sujeito à aprovação do Tribunal Federal do Canadá.

O Deutsche Bank foi constituído em uma ação coletiva putativa consolidada apresentada no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" dos EUA e uma queixa por enriquecimento sem causa relacionado com a negociação de obrigações do governo mexicano. Em outubro de 2019, o tribunal concedeu a moção dos réus para indeferir a queixa alterada consolidada dos queixosos sem prejuízo. Em dezembro de 2019, os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, que o tribunal rejeitou sem hipótese de recurso em 30 de novembro de 2020. A 20 de maio de 2021, os queixosos apresentaram uma moção de reconsideração, que foi negada a 30 de março de 2022. A 15 de setembro de 2022, os queixosos demandantes interpuseram recurso ao Segundo Circuito e apresentaram as suas alegações iniciais a 7 de novembro de 2022. A oposição dos queixosos demandantes foi apresentada a 6 de fevereiro de

2023. Em 22 de janeiro de 2021, o Deutsche Bank foi notificado de que a autoridade da concorrência mexicana, a COFECE, chegou a uma resolução que impõe multas ao DB México e a dois dos seus antigos comerciantes, bem como a seis outras instituições financeiras e nove outros comerciantes, por se envolverem em alegadas práticas monopolistas no mercado secundário de obrigações do Governo mexicano. O DB México recorreu. A multa contra o DB México foi de aproximadamente 427 000 dólares dos Estados Unidos.

Para além do indicado acima, o Grupo não divulgou se estabeleceu provisões ou passivos contingentes relativamente às matérias acima referidas pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Investigações de títulos de tesouraria dos Estados Unidos.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank colaborou nas investigações.

O DBSI foi constituído réu em várias ações coletivas, alegando violações da lei antitrust dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e da lei comum relacionada com a alegada manipulação do mercado de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes casos foram consolidados no distrito sul de Nova Iorque. Em 16 de novembro de 2017, os queixosos apresentaram uma queixa alterada consolidada, que não indicava a DBSI como ré. Em 11 de novembro de 2017, o tribunal dispensou a DBSI da ação coletiva sem prejuízo. Em 31 de março de 2021, o tribunal deferiu a petição dos réus para anular. Em 14 de maio de 2021, os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, que também não indicava a DBSI como ré. Os queixosos apresentaram uma moção de indeferimento desta segunda queixa alterada, que foi deferida a 31 de março de 2022. Os queixosos apresentaram uma petição de recurso em 28 de abril de 2022.

Em 18 de junho de 2020, a CFTC apresentou uma ordem nos termos do acordo com a DBSI por alegado "spoofing" por dois comerciantes com sede em Tóquio entre janeiro e dezembro de 2013. Sem admitir ou negar os resultados ou conclusões, o Deutsche Bank consentiu na apresentação da ordem, incluindo uma multa monetária civil de 1,25 milhões de dólares dos Estados Unidos.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias, pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Litígios de spoofing de tesouraria dos Estados Unidos.** Na sequência do acordo do banco com a CFTC acima mencionado, foram apresentadas cinco ações coletivas putativas distintas no Tribunal Distrital do Illinois contra o Deutsche Bank AG e a DBSI. Os casos alegam que o Deutsche Bank e outras entidades não denominadas participaram num esquema de janeiro a dezembro de 2013 para enganar o mercado de contratos de futuros e opções de tesouraria e contratos de futuros e opções de euro/dólares. Os queixosos apresentaram uma queixa consolidada a 13 de novembro de 2020. O Deutsche Bank AG e a DBSI apresentaram uma moção de indeferimento em 15 de janeiro de 2021; a conclusão da moção de indeferimento foi concluída em 16 de abril de 2021. Em 20 de setembro de 2021, o juiz ordenou informações complementares sobre as questões da fase de instrução e capacidade. A 20 de julho de 2022, o juiz ordenou uma descoberta jurisdicional limitada sobre a questão da legitimidade. A descoberta jurisdicional está em curso, devendo o próximo relatório de situação ser apresentado até 5 de abril de 2023 ou antes dessa data.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

## 28 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

### Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de fronting, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de performance, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito revogáveis, compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

#### Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Compromissos de crédito irrevogáveis <sup>1</sup>	202.595	184.634
Compromissos de crédito revogáveis	48.425	49.798
Passivos contingentes	67.214	59.394
<b>Total</b>	<b>318.234</b>	<b>293.825</b>

<sup>1</sup>Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

## Outros compromissos e outros passivos contingentes

O quadro seguinte apresenta os outros compromissos irrevogáveis e outros passivos contingentes do Grupo sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

#### Outros compromissos e outros passivos contingentes

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Outros compromissos <sup>1</sup>	0	0
Outros passivos contingentes	73	77
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>77</b>

<sup>1</sup>Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

## Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-Membros da OCDE) definem parâmetros de referência (benchmarks) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas para auxiliar os clientes no financiamento de bens e serviços exportados. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pelas Agências de Crédito à Exportação da Coreia (Korea Trade Insurance Corporation e o The Export-Import Bank of Korea) atuando em nome da República da Coreia, pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha, pela Agência de Crédito à Exportação italiana (SACE S.p.A.) atuando em nome da República Italiana ou pela Agência de Financiamento à Exportação atuando em nome do Reino Unido ou da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

## Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas

Os compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas bancárias de acordo com a diretiva de recuperação e resolução de bancos (BRRD), o Fundo Único de Resolução (SRF) e os sistemas de proteção de depósitos alemães atingiram um valor de 1,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, e 1,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

## 29 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	1.899	1.840
Outros	3.223	2.194
<b>Total de outros empréstimos a curto prazo</b>	<b>5.122</b>	<b>4.034</b>

## 30 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

### Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2023	Vencimento em 2024	Vencimento em 2025	Vencimento em 2026	Vencimento em 2027	Vencimento após 2027	Total 31 de dez. 2022	Total 31 de dez. 2021
<b>Dívida sénior:</b>								
Obrigações:								
Taxa fixa	13.207	10.856	8.893	10.916	9.622	10.491	63.986	63.446
Taxa variável	1.419	2.235	3.023	2.398	573	4.921	14.571	18.182
Outros	30.528	4.385	451	457	334	5.433	41.588	53.960
<b>Dívida subordinada:</b>								
Obrigações:								
Taxa fixa	58	10	2.504	1.946	2.455	2.670	9.644	7.191
Taxa variável	1.276	26	190	0	0	0	1.491	1.412
Outros	135	25	0	42	20	23	245	293
<b>Total de dívida a longo prazo</b>	<b>46.622</b>	<b>17.537</b>	<b>15.061</b>	<b>15.761</b>	<b>13.004</b>	<b>23.539</b>	<b>131.525</b>	<b>144.485</b>

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2022 e 2021.

### Títulos fiduciários preferenciais<sup>1</sup>

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Taxa fixa	0	0
Taxa variável	500	528
<b>Total de títulos fiduciários preferenciais</b>	<b>500</b>	<b>528</b>

<sup>1</sup> Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

## 31 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

31 dez 2022

em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	246.804	0	0	0	0
Depósitos remunerados	131.585	132.641	92.629	16.414	9.735
Passivos detidos para negociação <sup>1</sup>	50.664	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos <sup>1</sup>	282.353	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	24.942	19.335	4.696	4.082	3.478
Passivos por contratos de investimento <sup>2</sup>	0	0	469	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura <sup>3</sup>	0	326	187	93	181
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	3.603	398	21	41	15
Títulos cedidos por empréstimo	12	1	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	3.003	2.149	142	0	0
Dívida a longo prazo	1	34.050	17.377	71.882	22.529
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	514	0	0
Passivos por locação	36	144	453	1.613	3.214
Outros passivos financeiros	90.334	1.655	2.023	453	15
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	192.286	0	0	0	0
Garantias financeiras	28.083	0	0	0	0
<b>Total<sup>4</sup></b>	<b>1.053.708</b>	<b>190.699</b>	<b>118.511</b>	<b>94.578</b>	<b>39.167</b>

<sup>1</sup> Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

<sup>2</sup> Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.

<sup>3</sup> Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

<sup>4</sup> Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

31 dez 2021

em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	225.782	0	0	0	0
Depósitos remunerados	168.927	118.909	70.899	12.195	10.015
Passivos detidos para negociação <sup>1</sup>	54.676	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos <sup>1</sup>	287.108	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	30.911	7.582	16.764	2.249	2.438
Passivos por contratos de investimento <sup>2</sup>	0	0	562	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura <sup>3</sup>	0	678	423	286	79
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	227	33	40	448	8
Títulos cedidos por empréstimo	24	0	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	2.676	953	607	0	0
Dívida a longo prazo	0	36.692	14.770	71.239	31.449
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	529	0	0
Passivos por locação	37	142	503	1.750	2.082
Outros passivos financeiros	78.311	3.225	337	456	12
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	175.114	0	0	0	0
Garantias financeiras	24.024	0	0	0	0
<b>Total<sup>4</sup></b>	<b>1.047.818</b>	<b>168.213</b>	<b>105.435</b>	<b>88.624</b>	<b>46.084</b>

<sup>1</sup> Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

<sup>2</sup> Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.

<sup>3</sup> Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

<sup>4</sup> Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.



## Notas adicionais

### 32 – Ações ordinárias

#### Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
<b>Ações ordinárias em 1 de janeiro de 2021</b>	<b>2.066.773.131</b>	<b>(1.346.166)</b>	<b>2.065.426.965</b>
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(35.979.884)	(35.979.884)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	36.647.102	36.647.102
<b>Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.066.773.131</b>	<b>(678.948)</b>	<b>2.066.094.183</b>
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(55.830.172)	(55.830.172)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	27.577.502	27.577.502
<b>Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.066.773.131</b>	<b>(28.931.618)</b>	<b>2.037.841.513</b>

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

O Grupo readquiriu ações nos termos das autorizações de recompra de ações pelas Assembleias Gerais Anuais. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. As ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas, bem como para futuras compensações com base em ações.

#### Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário. Em 31 de dezembro de 2021, o Deutsche Bank AG tinha autorizado, mas não emitido, capital no valor de 2.560.000.000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2026. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
512.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações e podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis	30.4.2026
2.048.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis.	30.4.2026

#### Capital condicional

O Conselho de Administração foi autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com warrants. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com warrants podiam igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital condicional	Finalidade do capital condicional	Data de expiração
512.000.000 €	Podem ser utilizados se os titulares de direitos de opção ou conversão que estão associados a obrigações participativas ou obrigações convertíveis ou obrigações com títulos de subscrição fizerem uso dos seus direitos de opção ou conversão ou titulares com obrigações convertíveis de obrigações participativas convertíveis ou obrigações convertíveis cumprirem a sua obrigação de conversão.	30.4.2022
51.200.000 €	Podem ser utilizados para cumprir opções que são concedidas em ou antes da data de expiração e serão usadas apenas na medida em que os titulares das opções emitidas façam uso do seu direito de receber ações e as ações não sejam entregues fora de ações em tesouraria	30.4.2022

As autorizações expiraram sem utilização a 30 de abril de 2022. Não existe outro capital condicional.

## Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respetivamente.

	2022 (proposto)	2021	2020
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	611.352.454	413.000.000	0
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,30	0,20	0,00

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

## 33 – Benefícios dos empregados

### Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do Deutsche Bank Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do Deutsche Bank Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o período de lançamento para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma. Os prémios em ações diferidas estão sujeitos a provisões de perda de direitos e condições de desempenho até à sua disponibilização.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do Deutsche Bank Equity Plan para a atribuição dos prémios e, para os colaboradores de determinadas entidades jurídicas, o capital diferido é substituído por ações restritas devido a requisitos regulamentares locais.

Note-se que esta tabela não abrange os prémios concedidos ao Conselho de Administração. Para os prémios concedidos ao abrigo do DWS Equity Plan, consulte a secção Planos de remuneração com base em ações do DWS.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações:

Ano(s) de atribuição	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2022 <sup>4</sup>	Prémio anual	1/4: 12 meses <sup>1</sup> 1/4: 24 meses <sup>1</sup> 1/4: 36 meses <sup>1</sup>  1/4: 48 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (CB/IB/CRU e colab. que correm riscos materiais no âmbito do InstVV) <sup>2</sup>
	Prémio anual	1/3: 12 meses <sup>1</sup> 1/3: 24 meses <sup>1</sup> 1/3: 36 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (não CB/IB/CRU) <sup>2</sup>
	Prémio anual	1/5: 12 meses <sup>1</sup> 1/5: 24 meses <sup>1</sup> 1/5: 36 meses <sup>1</sup> 1/5: 48 meses <sup>1</sup> 1/5: 60 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (Direção)
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão <sup>3</sup>	Colaboradores selecionados
2019-2021 <sup>4</sup>	Prémio anual	1/4: 12 meses <sup>1</sup> 1/4: 24 meses <sup>1</sup> 1/4: 36 meses <sup>1</sup>  1/4: 48 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (CB/IB/CRU e colab. que correm riscos materiais no âmbito do InstVV) <sup>2</sup>
	Prémio anual	1/3: 12 meses <sup>1</sup> 1/3: 24 meses <sup>1</sup> 1/3: 36 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (não CB/IB/CRU) <sup>2</sup>
	Prémio anual	1/5: 12 meses <sup>1</sup> 1/5: 24 meses <sup>1</sup> 1/5: 36 meses <sup>1</sup> 1/5: 48 meses <sup>1</sup> 1/5: 60 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (Direção)
	Retenção/Nova contratação/Prémios extraordinários <sup>5</sup>	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão <sup>3</sup>	Colaboradores regulamentados
2017 -2018 <sup>4</sup>	Prémio anual	1/4: 12 meses <sup>1</sup> 1/4: 24 meses <sup>1</sup> 1/4: 36 meses <sup>1</sup> 1/4: 48 meses <sup>1</sup>  Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual  Membros do Quadro de Liderança Sénior
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Retenção/Nova contratação/Prémios extraordinários	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos

<sup>1</sup> No caso dos colaboradores regulamentados pelo InstVV (e da Direção) aplica-se um novo período de retenção de doze meses (seis meses para os prémios concedidos entre 2017 e 2018).

<sup>2</sup> Para o ano de concessão de 2019, as divisões foram denominadas CIB, pelo que, para os anos de concessão de 2020 e 2021, a CIB é dividida em CB/IB/CRU.

<sup>3</sup> A entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses.

<sup>4</sup> Os prémios anuais e de Retenção/Nova Contratação incluem subvenções concedidas ao abrigo do Plano de Ações Restritas de 2018-2022.

<sup>5</sup> Prémios extraordinários concedidos até 2020.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan. O Global Share Purchase Plan oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o Grupo rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, 11.451 colaboradores de 18 países inscreveram-se no ciclo que começou em novembro de 2022.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela que se segue define os movimentos em unidades de prémios em ações, incluindo subsídios no âmbito da variante em numerário do Deutsche Bank Equity Plan.

Ações (em milhares)	2022	2021
<b>Saldo pendente a partir de 1 de janeiro</b>	<b>121.818</b>	<b>119.206</b>
Concedidas	45.114	50.554
Libertadas	(34.121)	(43.206)
Caducadas	(4.872)	(4.537)
Outros movimentos	(411)	(200)
<b>Saldo pendente em 31 de dezembro</b>	<b>127.528</b>	<b>121.818</b>

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2022			2021		
	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DB Equity Plan	9,53 €	10,04 €	1,5	9,25 €	10,58 €	1,7

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 9 milhões de euros e 8 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente.

O volume de subsídios de prémios em ações em circulação foi de aproximadamente mil milhões de euros e 0,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente. Desses, aproximadamente 0,8 mil milhões de euros e 0,7 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a aproximadamente 0,2 mil milhões de euros e 0,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente.

## Planos de remuneração baseados em ações da DWS

O DWS Group atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DWS Equity Plan. Este plano representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

Em setembro de 2018, foram concedidos prémios únicos relacionados com IPO ao abrigo do plano de direitos de valorização de ações da DWS (RAE) a todos os colaboradores da DWS. Ao abrigo do plano de capital da DWS, foi concedido a um número limitado de diretores da DWS um prémio único de ações de desempenho relacionadas com o IPO. No que respeita aos membros do Conselho Executivo, os prémios únicos relacionados com o IPO ao abrigo do plano de capital próprio da DWS foram concedidos em janeiro de 2019.

O plano de direitos de valorização de ações da DWS representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário igual a qualquer valorização (ou ganho) no valor de um determinado número de ações nacionais da DWS ao longo de um período de tempo fixo. Este prémio não confere qualquer direito a receber ações da DWS, direitos de votação ou dividendos associados.

O plano de equidade da DWS é um plano de ações "phantom" que representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

O beneficiário do prémio de qualquer plano de remuneração com base em ações não tem direito a receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Os prémios de ações concedidos nos termos e condições de qualquer plano de remuneração com base em ações podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o fim do período de retenção para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

O quadro seguinte apresenta as condições de base dos planos baseados em ações da DWS:

Ano(s) de atribuição	Tipo de prémio	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2021-2022	Prémios anuais	1/4: 12 meses <sup>1</sup> 1/4: 24 meses <sup>1</sup> 1/4: 36 meses <sup>1</sup> 1/4: 48 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT InstVV)
	Prémios anuais	1/3: 12 meses <sup>1</sup> 1/3: 24 meses <sup>1</sup> 1/3: 36 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses <sup>1</sup> 1/5: 24 meses <sup>1</sup> 1/5: 36 meses <sup>1</sup> 1/5: 48 meses <sup>1</sup> 1/5: 60 meses <sup>1</sup>	Membros do Conselho Executivo
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão <sup>1</sup>	Colaboradores regulamentados
	Retenção / Nova contratação / Prémios extraordinários <sup>4</sup>	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
2019-2020	Prémios anuais	1/3: 12 meses <sup>1</sup>  1/3: 24 meses <sup>1</sup> 1/3: 36 meses <sup>1</sup>	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses <sup>1</sup> 1/5: 24 meses <sup>1</sup> 1/5: 36 meses <sup>1</sup> 1/5: 48 meses <sup>1</sup> 1/5: 60 meses <sup>1</sup>	Membros do Conselho Executivo
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão <sup>1</sup>	Colaboradores regulamentados
	Retenção / Nova contratação / Prémios extraordinários <sup>4</sup>	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
2018	Prémio de ações de desempenho (prémio único relacionado com a IPO concedido em 2019)	1/3: Março de 2022 <sup>1</sup> 1/3: Março de 2023 <sup>1</sup>  1/3: Março de 2024 <sup>1</sup>	Membros do Conselho Executivo
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio de ações de desempenho (prémio único relacionado com a IPO)	1/3: Março de 2022 <sup>1</sup> 1/3: Março de 2023 <sup>1</sup> 1/3: Março de 2024 <sup>1</sup>	Selecionar diretores
	Prémio SAR (prémio único relacionado com a IPO)	Para não MRT: 1 de junho de 2021 <sup>3</sup>  Para MRT: 1 de março de 2023 <sup>1,3</sup>	todos os colaboradores da DWS <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Dependendo do estado regulamentar individual, aplica-se um período de retenção de seis meses (MRT AIFMD/UCITS) ou um período de retenção de 12 meses (MRT InstVV) após a aquisição de direitos.

<sup>2</sup> Exceto se o colaborador tiver recebido o Prémio de ações de desempenho

<sup>3</sup> No caso de prémios pendentes, aplica-se um período de exercício de 4 anos após a aquisição/período de retenção.

<sup>4</sup> Prémios extraordinários apenas a colaboradores não regulamentados pela INSTVV.

O quadro seguinte define os movimentos em unidades de prémios em ações.

	DWS Equity Plan		Plano SAR da DWS			
	2022	2021	2022	2021		
Ações (em milhares)	Número de prémios	Número de prémios	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada
Pendentes no início do exercício	2.415	2.418	948	24,65 €	1.254	24,65 €
Concedidas	1.005	709	0	-	0	-
Emitidas ou exercidas	(1.042)	(583)	(40)	24,65 €	(256)	24,65 €
Caducadas	(55)	(110)	(4)	24,65 €	(14)	24,65 €
Expiradas	0	0	(16)	24,65 €	(36)	24,65 €
Outros movimentos	6	(18)	(1)	24,65 €	0	24,65 €
Pendentes no final do exercício	2.329	2.415	887	24,65 €	948	24,65 €
Das quais, exercíveis	0	0	678	24,65 €	739	24,65 €

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2022			2021		
	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DWS Equity Plan	27,67 €	29,24 €	1,3	30,44 €	37,24 €	1,7
Plano SAR da DWS	n/d	31,89 €	3,0	n/d	39,59 €	4,0

O justo valor de prémios baseados em ações em circulação foi de aproximadamente 67 milhões de euros e 83 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente. Dos prémios, cerca de 58 milhões de euros e 69 milhões de euros foram reconhecidos na demonstração de resultados até ao período que termina em 2022 e 2021, respetivamente, dos quais 25 milhões e 29 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 dizem respeito a prémios totalmente adquiridos. Os gastos totais não reconhecidos relacionados com planos baseados em ações foram de aproximadamente 10 milhões de euros e 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente, consoante a evolução futura da cotação da ação.

O justo valor do plano de direitos de valorização de ações da DWS foi medido utilizando o modelo generalizado de Black-Scholes. As responsabilidades incorridas são reajustadas no final de cada período de relato até à liquidação. Os principais inputs são o valor de mercado na data de relato, descontado em quaisquer dividendos que não tenham sido cobrados durante os períodos de detenção do prémio, e o ajustamento para os níveis esperados e efetivos de aquisição de direitos, o qual inclui a estimativa do número de colaboradores elegíveis que saem do grupo e o número de colaboradores elegíveis para reforma antecipada. Os dados utilizados na medição dos justos valores na data de atribuição e na data de medição foram os seguintes:

	Data de medição 31 de dezembro de 2022	Data de medição 31 de dezembro de 2021
Unidades (em milhares)	887	948
Justo valor	7,65 €	10,99 €
Cotação da ação	30,36 €	35,48 €
Cotação do exercício	24,65 €	24,65 €
Volatilidade esperada (média ponderada)	32%	32%
Vida útil esperada (média ponderada) em anos	3,0	4,0
Dividendos esperados (% do rendimento)	66%	65%

Dada a negociação limitada no mercado da volatilidade implícita da cotação das ações da DWS, a volatilidade esperada da cotação das ações da DWS tem sido baseado numa avaliação da volatilidade histórica para um grupo de pares comparável durante o período de 5 exercícios anterior. O nível de dividendos esperado está relacionado com as mais recentes comunicações do Grupo DWS.

## Planos de benefícios pós-emprego

### Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Obrigações com benefícios definidos relativa a</b>					
Participantes ativos no plano	3.193	287	218	593	4.291
Participantes em estado diferido	1.827	1.375	523	83	3.808
Participantes em estado de pagamento	5.017	1.214	461	207	6.899
<b>Total da obrigação com benefícios definidos</b>	<b>10.037</b>	<b>2.876</b>	<b>1.202</b>	<b>884</b>	<b>14.999</b>
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>	<b>10.351</b>	<b>3.768</b>	<b>996</b>	<b>962</b>	<b>16.077</b>
<b>Rácio de financiamento (em %)</b>	<b>103%</b>	<b>131%</b>	<b>83%<sup>1</sup></b>	<b>109%</b>	<b>107%</b>

<sup>1</sup> A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (120 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 92%.

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Obrigações com benefícios definidos relativa a</b>					
Participantes ativos no plano	4.626	632	243	635	6.136
Participantes em estado diferido	2.535	3.020	564	118	6.237
Participantes em estado de pagamento	5.936	1.277	544	274	8.031
<b>Total da obrigação com benefícios definidos</b>	<b>13.097</b>	<b>4.929</b>	<b>1.351</b>	<b>1.027</b>	<b>20.404</b>
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>	<b>12.642</b>	<b>6.019</b>	<b>1.148</b>	<b>1.079</b>	<b>20.888</b>
<b>Rácio de financiamento (em %)</b>	<b>97%</b>	<b>122%</b>	<b>85%<sup>1</sup></b>	<b>105%</b>	<b>102%</b>

<sup>1</sup> A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (170 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 97%.

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores ou sindicatos do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas individuais com base na remuneração atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único, um número fixo de parcelas anuais ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade vitalícia. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de 144 milhões de euros e 201 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam risco limitado para o Grupo, dada a natureza e dimensão do passivo dos planos de saúde pós-emprego face à dimensão do balanço do Grupo no final do exercício de 2022.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2022	485	131	92	67	775
Benefícios que deverão ser pagos 2023	522	151	84	71	828
Benefícios que deverão ser pagos 2024	528	127	85	71	811
Benefícios que deverão ser pagos 2025	550	138	86	66	840
Benefícios que deverão ser pagos 2026	564	146	90	64	864
Benefícios que deverão ser pagos 2027	582	161	90	65	898
Benefícios que deverão ser pagos 2028 - 2032	3.165	917	456	331	4.869
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	13	16	9	9	12

## Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV) juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro.

## Governança e risco

O Grupo mantém um Comité de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se pelo menos trimestralmente e reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governança e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais.

Durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Quaisquer alterações ao plano seguem um processo que requer a aprovação dos Recursos humanos do Grupo e, acima de um determinado limiar, também do Comité de Pensões.

A gestão do risco das pensões está integrada na organização de gestão do risco do Grupo, com forte incidência nos riscos de mercado dada a importância da evolução do mercado de capitais (por exemplo, taxa de juro, spread do crédito, inflação dos preços) para o valor dos ativos e passivos do plano, daí as IFRS e o capital regulamentar. A gestão do risco engloba assim a medição, monitorização e comunicação regular de riscos através de métricas específicas, bem como um quadro de controlo de riscos, por exemplo, através do estabelecimento de limites ou limiares de risco, conforme aplicável. As atividades de gestão de riscos também incluem a contrapartida, revisão e medição de outros riscos financeiros, por exemplo, riscos demográficos e outros pressupostos atuariais (por exemplo, risco de longevidade), mas também a avaliação de modelos, avaliação e outros riscos não financeiros.



Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos spreads de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, que são parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos.

## Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. O princípio de financiamento do Grupo visa manter o financiamento da obrigação com benefícios definidos (defined benefit obligation) através de ativos dos planos, num intervalo de 90% a 100% da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para muitos dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência ao princípio de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Grupo acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta o nível de financiamento relativamente elevado e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência ao princípio de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Durante 2022, a maioria dos planos de pensões alemães passou para o estatuto de excedente devido a movimentos significativos do mercado. O Grupo reivindicou cerca de 860 milhões de euros do trust, o que representa os benefícios pagos pelos ativos do Banco em nome do trust durante 2022, incluindo o reembolso perdoado do ano anterior, a fim de limitar a medida em que o Grupo violou o limite superior do seu rácio de financiamento alvo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

## Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação para assegurar a sua consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comitê de Pensões do Grupo. A direção do Grupo é regularmente informada de movimentos e alterações nos principais pressupostos atuariais.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31 dez 2022				31 dez 2021			
	Alemanha	Reino Unido	EUA <sup>1</sup>	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA <sup>1</sup>	Outros
Taxa de desconto (em %)	3,80%	4,77%	5,34%	3,99%	1,10%	1,86%	2,73%	1,92%
Taxa de inflação dos preços (em %)	2,62%	3,71%	2,20%	2,16%	2,19%	3,73%	2,30%	1,88%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,81%	3,71%	2,30%	3,14%	2,42%	4,23%	2,40%	2,69%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	2,97%	3,32%	2,20%	0,85%	2,10%	3,49%	2,30%	1,05%
<b>Esperança de vida presumida aos 65 anos</b>								
Homem com 65 anos à data de medição	21,3	23,6	22,0	22,0	21,3	23,5	21,9	22,0
Mulher com 65 anos à data de medição	23,6	25,4	23,4	24,1	23,5	25,1	23,3	24,0
Homem com 45 anos à data de medição	22,6	24,9	23,3	23,5	22,6	24,6	23,3	23,4
Mulher com 45 anos à data de medição	24,7	26,7	24,8	25,5	24,6	26,5	24,7	25,4
<b>Tabelas de mortalidade aplicadas</b>								
	SAPS (S3) Light/ Very Light com Richttafeln Heubeck 2018G modificado					SAPS (S3) Light/ Very Light com Richttafeln Heubeck 2018G projeções CMI 2020		
		PRI-2012 com projeções MP-2021		Tabelas específicas do país		PRI-2012 com projeções MP-2021		Tabelas específicas do país

<sup>1</sup> Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rentabilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - que deriva de um universo de obrigações com origem em prestadores de dados de mercado de terceiros reputados - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. No segundo trimestre de 2022, foi aplicada à curva da Zona Euro uma recalibração da curva de desconto para planos de benefícios definidos, para melhorar o alinhamento com os dados do mercado, o que resultou num benefício reconhecido em Outro Rendimento Integral de 310 milhões de euros.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com as melhores estimativas correntes nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade. Devido à natureza a longo prazo dos pressupostos de mortalidade e à falta de clareza sobre os impactos a mais longo prazo da pandemia nos resultados da saúde, não houve qualquer provisão específica para o impacto da COVID-19 em qualquer região, para além da experiência recente que foi captada no processo de avaliação anual.

## Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

	2022				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>13.097</b>	<b>4.929</b>	<b>1.351</b>	<b>1.027</b>	<b>20.404</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	164	18	10	38	230
Custos com juros	142	88	39	20	289
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	17	2	0	0	19
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(3.055)	(1.966)	(196)	(183)	(5.400)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	80	29	(5)	0	104
Resultados atuariais decorrentes da experiência	79	97	3	25	204
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Benefícios pagos	(485)	(131)	(92)	(67)	(775)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	(2)	0	0	(2)	(4)
Alterações das taxas de câmbio	0	(190)	92	9	(89)
Outros	(0)	0	0	0	0
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>10.037</b>	<b>2.876</b>	<b>1.202</b>	<b>884</b>	<b>14.999</b>
dos quais:					
Não financiadas	0	10	143	75	228
Financiadas	10.037	2.866	1.059	809	14.771
<b>Alteração do justo valor dos ativos dos planos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>12.642</b>	<b>6.019</b>	<b>1.148</b>	<b>1.079</b>	<b>20.888</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	139	108	33	19	299
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(1.594)	(1.982)	(184)	(130)	(3.890)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Contribuições pagas pelo empregador <sup>1</sup>	(353)	0	0	28	(325)
Benefícios pagos <sup>2</sup>	(485)	(130)	(77)	(60)	(752)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	1	0	0	(1)	0
Alterações das taxas de câmbio	0	(243)	79	11	(153)
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(4)	(3)	0	(7)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>10.351</b>	<b>3.768</b>	<b>996</b>	<b>962</b>	<b>16.077</b>
<b>Estado dos fundos constituídos, fim do exercício</b>	<b>314</b>	<b>892</b>	<b>(206)</b>	<b>78</b>	<b>1.078</b>
<b>Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(90)</b>	<b>(90)</b>
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(12)	(12)
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(5)	(5)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(107)</b>	<b>(107)</b>
<b>Ativos (passivos) líquidos reconhecidos</b>	<b>314</b>	<b>892</b>	<b>(206)</b>	<b>(29)</b>	<b>971<sup>3</sup></b>
Justo valor dos direitos de reembolso	0	0	0	3	3

<sup>1</sup> O Montante Líquido inclui o reembolso dos pagamentos de prestações de 2022 e um pagamento de prestações perdoadas a partir de 2021.

<sup>2</sup> Apenas para planos com fundos constituídos.

<sup>3</sup> Da qual 1326 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 355 milhões de euros em Outros passivos.

					2021
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>13.532</b>	<b>4.917</b>	<b>1.327</b>	<b>1.031</b>	<b>20.807</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	177	23	10	40	250
Custos com juros	80	63	31	16	190
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	28	(15)	0	(1)	12
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(319)	(220)	(50)	(21)	(610)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	(5)	3	(14)	(16)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	75	(16)	20	1	80
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	14	15
Benefícios pagos <sup>1</sup>	(477)	(134)	(87)	(67)	(765)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	316	97	28	441
Outros	0	0	0	0	0
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>13.097</b>	<b>4.929</b>	<b>1.351</b>	<b>1.027</b>	<b>20.404</b>
dos quais:					
Não financiadas	0	14	197	90	301
Financiadas	13.097	4.915	1.154	937	20.103
<b>Alteração do justo valor dos ativos dos planos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>12.658</b>	<b>5.705</b>	<b>1.107</b>	<b>987</b>	<b>20.457</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	76	74	26	14	190
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	243	5	7	46	301
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	14	15
Contribuições pagas pelo empregador	141	0	4	32	177
Benefícios pagos <sup>1</sup>	(477)	(134)	(75)	(52)	(738)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	374	82	39	495
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(5)	(3)	(1)	(9)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>12.642</b>	<b>6.019</b>	<b>1.148</b>	<b>1.079</b>	<b>20.888</b>
<b>Estado dos fundos constituídos, fim do exercício</b>	<b>(455)</b>	<b>1.090</b>	<b>(203)</b>	<b>52</b>	<b>484</b>
<b>Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(38)</b>	<b>(38)</b>
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(48)	(48)
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(4)	(4)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(90)</b>	<b>(90)</b>
<b>Ativos (passivos) líquidos reconhecidos</b>	<b>(455)</b>	<b>1.090</b>	<b>(203)</b>	<b>(38)</b>	<b>394<sup>2</sup></b>
Justo valor dos direitos de reembolso	0	0	0	0	0

<sup>1</sup> Apenas para planos com fundos constituídos.

<sup>2</sup> Da qual 1207 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 813 milhões de euros em Outros passivos.

O Grupo tem um direito de reembolso de cerca de 3 milhões de euros domiciliados em França em 31 de dezembro de 2022. Isto refere-se ao excedente do anterior Fundo da CRPB que foi identificado em 2022 e que pode ser utilizado para financiar os pagamentos da indemnização de reforma para a sucursal da DB AG em Paris. Não existem quaisquer outros direitos de reembolso para o Grupo.

## Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo de impactos adversos dos seus planos de planos de benefícios definidos em métricas financeiras essenciais. O enfoque principal é proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS dos planos no caso de cenários de mercado adversos. Desde 2021, houve uma mudança na estratégia de investimento em mercados selecionados para equilibrar as métricas financeiras de concorrência. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comitês de investimento.

Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Grupo pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo. Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, spreads de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões.

Quando o nível de cobertura desejado para riscos de mercado não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, swaps de inflação de taxas de juro e swaps de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos que procuram retorno, tais como ações, imóveis, obrigações de alta rendibilidade ou obrigações de mercados emergentes para criar valor a longo prazo e alcançar benefícios de diversificação. Além disso, esta mudança na estratégia de investimento permite assumir ativamente as exposições ao risco de mercado das taxas de juro e dos spreads de crédito dentro de limites definidos regidos pelo Comité de Pensões. Como resultado, o risco de mercado dos ativos dos planos foi reduzido.

No terceiro trimestre de 2022, o Grupo firmou duas transações de recompra com um segurador terceiro para reduzir o risco de 410 milhões de euros de exposição aos planos de pensões de benefícios definidos do Reino Unido financiados a partir de ativos existentes, sem necessidade de contribuição patronal adicional. O reconhecimento da apólice de seguros como um ativo do plano qualificado no 1.º e 4.º trimestres teve um impacto negativo em Outro rendimento integral na demonstração financeira do Grupo em aproximadamente 35 milhões de euros. No total, o Grupo realizou três transações de compra de participação no capital no Reino Unido com seguradoras terceiras, protegendo o Grupo de movimentos em obrigações de benefícios definidos de cerca de 1,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

## Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos “cotados” (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como “outros” (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

em milhões de euros	31 dez 2022					31 dez 2021				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	34	551	56	69	710	930	321	56	78	1.385
Instrumentos de capital <sup>1</sup>	1.046	174	108	186	1.514	1.220	348	151	209	1.928
Obrigações investment-grade <sup>2</sup>										
Governamentais	1.860	537	346	169	2.912	2.524	1.918	436	207	5.085
Obrigações não governamentais	3.898	1.302	385	315	5.900	5.386	1.894	379	336	7.995
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	89	1	2	3	95	137	1	1	1	140
Obrigações não governamentais	282	168	13	17	480	423	142	33	55	653
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	45	47	81	7	180	839	124	79	7	1.049
Seguros	0	1.193	0	9	1.202	1	1.256	0	10	1.267
Alternativos										
Imobiliário	690	0	0	105	795	528	0	0	98	626
Matérias-primas	41	0	0	5	46	25	0	0	5	30
Capital privado	0	0	0	2	2	0	0	0	2	2
Outros <sup>3</sup>	1.008	0	0	51	1.059	46	0	0	50	96
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	1.294	229	13	7	1.543	518	42	9	2	571
Crédito	6	(112)	7	0	(99)	65	(87)	16	1	(5)
Inflação	0	(14)	0	13	(1)	0	(62)	0	14	(48)
Divisas	55	(5)	0	4	54	(1)	4	0	4	7
Outros	3	(303)	(15)	0	(315)	1	118	(12)	0	107
<b>Total do justo valor dos ativos dos planos</b>	<b>10.351</b>	<b>3.768</b>	<b>996</b>	<b>962</b>	<b>16.077</b>	<b>12.642</b>	<b>6.019</b>	<b>1.148</b>	<b>1.079</b>	<b>20.888</b>

<sup>1</sup> A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

<sup>2</sup> *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

<sup>3</sup> Esta posição contém fundos mistos que não podem ser segregados para outras categorias de ativos.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

em milhões de euros	31 dez 2022					31 dez 2021				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	(154)	551	55	24	476	756	317	48	34	1.155
Instrumentos de capital <sup>1</sup>	772	173	108	38	1.091	983	348	151	53	1.535
Obrigações investment-grade <sup>2</sup>										
Governamentais	691	537	340	49	1.617	902	1.902	431	77	3.312
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	0	45	0	0	45	0	118	0	0	118
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	0	(7)	0	(7)	0	0	(16)	0	(16)
Crédito	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Inflação	0	0	0	0	0	0	0	0	14	14
Divisas	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Outros	3	0	0	0	3	1	0	0	0	1
<b>Total do justo valor dos ativos dos planos cotados</b>	<b>1.312</b>	<b>1.307</b>	<b>496</b>	<b>111</b>	<b>3.226</b>	<b>2.642</b>	<b>2.688</b>	<b>614</b>	<b>178</b>	<b>6.122</b>

<sup>1</sup> A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

<sup>2</sup> *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de "outros" definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

							31 dez 2022	
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Outra área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total	
Caixa e seus equivalentes	4	387	126	132	31	30	710	
Instrumentos de capital	29	43	881	327	172	62	1.514	
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	372	544	402	1.044	106	444	2.912	
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	0	1	0	0	2	92	95	
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	347	1.068	1.810	2.100	500	75	5.900	
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	16	104	23	327	7	3	480	
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	32	35	81	21	9	2	180	
<b>Subtotal</b>	<b>800</b>	<b>2.182</b>	<b>3.323</b>	<b>3.951</b>	<b>827</b>	<b>708</b>	<b>11.791</b>	
Ação (em %)	7%	19%	28%	34%	7%	6%	100%	
Outras categorias de ativos							4.286	
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>							<b>16.077</b>	

							31 dez 2021	
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Outra área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total	
Caixa e seus equivalentes	3	174	88	1.039	45	37	1.386	
Instrumentos de capital	36	61	1.182	304	258	87	1.928	
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	860	1.799	500	1.153	222	551	5.085	
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	0	0	0	4	2	134	140	
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	500	1.546	2.437	2.873	539	100	7.995	
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	46	61	92	438	9	7	653	
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	23	97	86	31	809	3	1.049	
<b>Subtotal</b>	<b>1.468</b>	<b>3.738</b>	<b>4.385</b>	<b>5.842</b>	<b>1.884</b>	<b>919</b>	<b>18.236</b>	
Ação (em %)	8%	20%	24%	32%	10%	5%	100%	
Outras categorias de ativos							2.652	
<b>Justo valor dos ativos dos planos</b>							<b>20.888</b>	

Os ativos do plano incluem transações de derivativos com entidades do Grupo com um valor de mercado positivo global de cerca de 1,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 553 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, respetivamente. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

## Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de juros deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de juros baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de juros. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensões de benefícios definidos, as alterações nas condições do mercado de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais (por exemplo, através da taxa de desconto e da taxa de inflação de preços), bem como no justo valor dos ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem de investimento

liderado por passivo ou tem segurada parte das obrigações como no Reino Unido, a exposição global ao risco do Grupo a tais alterações é reduzida. Para ajudar os leitores a compreender melhor a exposição ao risco do Grupo aos principais movimentos do mercado de capitais, é mostrado o impacto líquido da alteração das obrigações de benefícios definidos e dos ativos do plano devido a uma alteração do fator de risco de mercado relacionado ou do pressuposto atuarial subjacente. Quando as alterações nos pressupostos atuariais não afetam os ativos do plano, apenas é reportado o impacto nas obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.



em milhões de euros	31 dez 2022				31 dez 2021			
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
<b>Taxa de juros (-50 pontos base):</b>								
(Aumento) em DBO	(570)	(225)	(25)	(35)	(915)	(520)	(40)	(60)
Aumento esperado nos ativos do plano <sup>1</sup>	290	170	25	10	595	350	35	20
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>(280)</b>	<b>(55)</b>	<b>0</b>	<b>(25)</b>	<b>(320)</b>	<b>(170)</b>	<b>(5)</b>	<b>(40)</b>
<b>Taxa de juros (+50 pontos base):</b>								
Diminuição em DBO	540	210	25	35	855	470	40	55
Diminuição esperada nos ativos do plano <sup>1</sup>	(290)	(170)	(25)	(10)	(595)	(350)	(35)	(20)
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>250</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>260</b>	<b>120</b>	<b>5</b>	<b>35</b>
<b>Spreads de crédito (-50 pontos base):</b>								
(Aumento) em DBO	(570)	(225)	(55)	(40)	(915)	(520)	(75)	(60)
Aumento esperado nos ativos do plano <sup>1</sup>	210	65	15	5	595	125	15	10
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>(360)</b>	<b>(160)</b>	<b>(40)</b>	<b>(35)</b>	<b>(320)</b>	<b>(395)</b>	<b>(60)</b>	<b>(50)</b>
<b>Spreads de crédito (+50 pontos base):</b>								
Diminuição em DBO	540	210	50	40	855	470	70	55
Diminuição esperada nos ativos do plano <sup>1</sup>	(210)	(65)	(15)	(5)	(595)	(125)	(15)	(10)
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>330</b>	<b>145</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>260</b>	<b>345</b>	<b>55</b>	<b>45</b>
<b>Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):<sup>2</sup></b>								
Diminuição em DBO	305	140	10	10	370	365	0	20
Diminuição esperada nos ativos do plano <sup>1</sup>	(285)	(115)	0	(5)	(290)	(270)	0	(10)
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>20</b>	<b>25</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>80</b>	<b>95</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):<sup>2</sup></b>								
(Aumento) em DBO	(325)	(145)	(5)	(10)	(385)	(365)	0	(25)
Aumento esperado nos ativos do plano <sup>1</sup>	285	115	0	5	290	270	0	10
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>(40)</b>	<b>(30)</b>	<b>(5)</b>	<b>(5)</b>	<b>(95)</b>	<b>(95)</b>	<b>0</b>	<b>(15)</b>
<b>Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):</b>								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	30	5	0	10	55	5	0	15
<b>Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):</b>								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(30)	(5)	0	(10)	(55)	(5)	0	(15)
<b>Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:<sup>3</sup></b>								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(215)	(60) <sup>4</sup>	(20)	(10)	(335)	(160) <sup>4</sup>	(30)	(15)

<sup>1</sup> As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.

<sup>2</sup> Incorpora a sensibilidade a alterações nos benefícios de pensão na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.

<sup>3</sup> Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

<sup>4</sup> Devido a transações de recompra, o impacto líquido no estado dos fundos constituídos reduz em 30 milhões de euros devido aos ganhos esperados dentro dos ativos do plano. A redução foi de 30 milhões de euros para 2021.

## Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2023, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2023
	Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	150
BVV	55
Outros planos de contribuições definidas	260
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	25
<b>Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego</b>	<b>490</b>

## Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2.

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Encargos com planos de benefícios definidos:</b>			
Custo do serviço <sup>1</sup>	229	234	246
Custos líquidos com juros (rendimento)	(10)	0	5
<b>Total dos encargos com planos de benefícios definidos</b>	<b>219</b>	<b>234</b>	<b>251</b>
<b>Encargos com planos de contribuições definidas:</b>			
BVV	57	58	60
Outros planos de contribuições definidas	258	244	243
<b>Total dos encargos com planos de contribuição definida</b>	<b>315</b>	<b>302</b>	<b>303</b>
<b>Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego</b>	<b>534</b>	<b>536</b>	<b>554</b>
<b>Contribuições patronais para planos de pensões com mandato estatal</b>			
Pagamentos de pensões relacionados com a segurança social na Alemanha	214	221	233
Contribuições para o fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	58	66	79
Outros planos de benefícios estatais relacionados com pensões	216	217	245
<b>Contribuições patronais totais para planos de benefícios com mandato estatal</b>	<b>488</b>	<b>504</b>	<b>557</b>
<b>Despesas com pagamentos baseado em ações:</b>			
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio <sup>2</sup>	405	455	318
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário <sup>2</sup>	29	35	49
<b>Encargos com planos de retenção de numerário<sup>2</sup></b>	<b>418</b>	<b>398</b>	<b>329</b>
<b>Encargos com indemnizações por cessação de funções<sup>3</sup></b>	<b>82</b>	<b>184</b>	<b>184</b>

<sup>1</sup> Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções são reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções.

<sup>2</sup> Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo.

<sup>3</sup> Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados. Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções foram reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções.

## 34 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Encargos com impostos correntes (benefício):</b>			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	919	847	739
Ajustamentos de anos anteriores	(132)	14	(46)
<b>Total de encargos com impostos correntes (benefício)</b>	<b>787</b>	<b>861</b>	<b>693</b>
<b>Encargos com impostos diferidos (benefício):</b>			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	424	65	(218)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(20)	(26)	(11)
Ajustamentos de anos anteriores	(1.256)	(20)	(67)
<b>Total de encargos com impostos diferidos (benefício)</b>	<b>(852)</b>	<b>19</b>	<b>(296)</b>
<b>Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)</b>	<b>(64)</b>	<b>880</b>	<b>397</b>

O benefício total com impostos diferidos inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidos (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que aumentou o benefício com impostos diferidos em 1,4 mil milhões de euros em 2022, diminuiu a despesa com impostos diferidos em 242 milhões de euros em 2021 e diminuiu o benefício com impostos diferidos em 96 milhões de euros em 2020.

### Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2022	2021	2020
<b>Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,3% em 2021 e 31,3% em 2020)</b>	<b>1.751</b>	<b>1.061</b>	<b>319</b>
Diferenças cambiais	(117)	(92)	(38)
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(217)	(183)	(181)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(12)	(11)	(18)
Custos não dedutíveis	429	287	293
Imparidades de goodwill	(0)	1	0
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos <sup>1</sup>	(1.891)	(227)	96
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(20)	(26)	(11)
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	(5)	1	(29)
Outros <sup>1</sup>	18	69	(34)
<b>Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)</b>	<b>(64)</b>	<b>880</b>	<b>397</b>

<sup>1</sup> Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. A rubrica "Outros" do quadro anterior inclui os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos em 2022 e 2021 incluíram principalmente o efeito do reconhecimento de ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos nos EUA. Para determinar o montante de ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza a capacidade fiscal histórica e a informação de rentabilidade e, se relevante, os resultados operacionais previstos com base em planos de negócios aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de relato elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e outras considerações relevantes.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3% para 2022, 2021 e 2020.

### Impostos sobre o rendimento creditados ou debitados ao capital (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2022	2021	2020
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	(642)	(207)	76
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(25)	5	6
Ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de outro rendimento integral:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	254	109	(204)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados)	(61)	68	84
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	229	(2)	4
Resultados líquidos reclassificados em resultados	(18)	15	(1)
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	192	88	(19)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	0	7	14
<b>Impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em outro rendimento integral</b>	<b>(71)</b>	<b>83</b>	<b>(40)</b>
<b>Outros impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em capital próprio</b>	<b>25</b>	<b>45</b>	<b>11</b>

### Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>		
Perdas fiscais não utilizadas	3.946	1.653
Créditos fiscais não utilizados	2	2
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	8.157	2.105
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	1.653	2.533
Gasto de juros acumulados	1.367	1.428
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	791	892
Locações	865	857
Ativos intangíveis	43	52
OCI de justo valor (IFRS 9)	387	53
Outros ativos	630	515
Outras provisões	81	110
Outros passivos	1	10
<b>Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação</b>	<b>17.923</b>	<b>10.210</b>
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	8.561	1.958
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	245	296
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	549	538
Locações	780	774
Ativos intangíveis	594	501
OCI de justo valor (IFRS 9)	70	76
Outros ativos	371	214
Outras provisões	85	82
Outros passivos	46	54
<b>Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação</b>	<b>11.301</b>	<b>4.493</b>

### Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Apresentados como ativos por impostos diferidos	7.272	6.218
Apresentados como passivos por impostos diferidos	650	501
<b>Ativos líquidos por impostos diferidos</b>	<b>6.622</b>	<b>5.717</b>

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos pode não ser igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. De modo geral, isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Em agosto de 2022, os Estados Unidos promulgaram o imposto mínimo alternativo sobre as sociedades (Lei de Redução da Inflação). Estas novas disposições entrarão em vigor pela primeira vez em 2023 e serão geralmente aplicáveis às operações do Grupo nos EUA. O imposto mínimo alternativo sobre as sociedades é imposto a uma taxa de 15% sobre os lucros antes de impostos determinada ao abrigo dos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites nos EUA, com alguns ajustamentos. Na medida em que um passivo fiscal mínimo alternativo possa surgir no futuro, um ativo fiscal diferido correspondente sobre créditos fiscais não utilizados pode geralmente ser reconhecido, uma vez que tal passivo pode ser transportado indefinidamente como um crédito fiscal.

### Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 de dezembro de 2022 <sup>1</sup>	31 de dezembro de 2021 <sup>1</sup>
<b>Diferenças temporárias dedutíveis</b>	<b>(773)</b>	<b>(988)</b>
Não a expirar	(9.462)	(10.331)
A expirar no período subsequente	(0)	0
A expirar após o período subsequente	(471)	(5.811)
<b>Perdas fiscais não utilizadas</b>	<b>(9.933)</b>	<b>(16.142)</b>
A expirar após o período subsequente	(0)	(20)
<b>Créditos fiscais não utilizados</b>	<b>(1)</b>	<b>(21)</b>

<sup>1</sup> Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 2,5 mil milhões de euros e 5,4 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. Para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, agências e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 244 milhões de euros e 242 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

## 35 – Derivados

### Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

### Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

#### Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (bid) ou de venda (offer) a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (spreads) e volumes.

#### Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

## Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivativos cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Numa relação de cobertura de justo valor, o Grupo utiliza sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos no justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado. Numa relação de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro. O Grupo efetua contratos cambiais a prazo e swaps cambiais o Grupo para coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas spot de fim do período.

### Risco de taxa de juro

O Grupo utiliza swaps e opções de taxa de juro para gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro ao modificar as características de nova fixação de preços de ativos e passivos existentes e/ou previstos, incluindo atividades de financiamento e investimento. Os swaps e opções de taxa de juro são designados numa cobertura de justo valor ou numa cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas de fluxos de caixa, utilizamos swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos nossos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juros de referência.

O Grupo gere a sua exposição ao risco de taxa de juro com base numa carteira com alterações frequentes na carteira devido à geração de novos empréstimos e obrigações, repagamentos de empréstimos e obrigações existentes, emissão de novos passivos de financiamento e repagamento de passivos de financiamento existentes. Em conformidade, é adotada uma abordagem de contabilidade de cobertura dinâmica para a carteira, em que as relações de cobertura individuais são designadas e não designadas mais frequentemente (por ex., mensalmente).

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto. As potenciais fontes de ineficácia podem ser atribuídas a diferenças entre instrumentos de cobertura e rubricas cobertas:

- Desfasamentos em termos de rubricas cobertas e instrumentos de cobertura, por exemplo a frequência e altura em que as taxas de juros são repostas, frequência de funcionalidades de pagamento e opção de compra.
- Diferença na taxa de desconto aplicada à rubrica coberta e ao instrumento de cobertura, tendo em consideração diferenças na frequência de reposição da rubrica coberta e do instrumento de cobertura.
- Derivados usados como instrumento de cobertura com um justo valor diferente de zero na data de criação da relação de cobertura, resultando em desfasamento em termos com a rubrica coberta.

### Risco cambial

O Grupo gere o seu risco de divisas estrangeiras (incluindo dólares dos Estados Unidos e libras esterlinas) de investimentos em operações estrangeiras através de coberturas de investimento líquido, utilizando uma estratégia de contratos a prazo cambiais. Além disso, o Grupo aplica a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa para fluxos de caixa específicos denominados em moeda estrangeira altamente prováveis, utilizando instrumentos cambiais a prazo como instrumentos de cobertura.

Como os investimentos em unidades operacionais estrangeiras apenas são cobertos na extensão do valor nominal do instrumento derivado de cobertura, o Grupo normalmente não espera incorrer em ineficácia significativa em coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras. As fontes potenciais de ineficácia limitam-se a situações em que os derivativos com um justo valor não zero à data de início da relação de cobertura são utilizados como instrumento de cobertura, resultando em desfasamento em termos da rubrica de cobertura. Da mesma forma, para aplicações de contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, os instrumentos cambiais a prazo correspondem geralmente aos termos das transações subjacentes altamente prováveis, de tal forma que o Grupo não espera incorrer em ineficácia significativa em tais relações de cobertura.

## Contabilidade de cobertura e índices de referência de taxas de juro

A tabela abaixo mostra as relações de contabilidade de cobertura do grupo afetadas pelas alterações de referência da reforma do IASB, os índices de referência de taxas de juro significativos a que o grupo está exposto e que estão sujeitos à futura reforma esperada e os montantes nominais dos instrumentos de cobertura de derivados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022 não havia relações de cobertura com instrumentos de cobertura, sendo as rubricas cobertas ou o risco coberto uma referência IBOR que deixou de ser cotada no início de 2022. Os instrumentos de cobertura de derivados proporcionam uma estreita aproximação à dimensão da exposição ao risco que o grupo gere através de relações de contabilidade de cobertura.

### Relações de contabilidade de cobertura afetadas pelas alterações de referência da reforma do IASB

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
	Nocional	Nocional
<b>Coberturas de justo valor</b>		
LIBOR em francos suíços	0	0
LIBOR em libras esterlinas	0	0
LIBOR em ienes	0	0
LIBOR em dólares dos Estados Unidos	12.281	20.298

## Contabilidade de cobertura de justo valor

### Derivados detidos como cobertura de justo valor

em milhões de euros	31 dez 2022			2022		31 dez 2021		2021
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de justo valor	10.392	18.053	257.443	(6.000)	4.591	1.928	156.553	(1.424)

em milhões de euros	2022	2021
	Ineficácia da cobertura	Ineficácia da cobertura
Resultado das coberturas de justo valor	349	448

### Instrumentos financeiros designados em coberturas de justo valor

em milhões de euros	31 dez 2022						2022
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14.823	0	(2.311)	0	(21)	0	(2.607)
Obrigações ao custo amortizado	336	0	(37)	0	0	0	(37)
Dívida a longo prazo	0	68.596	0	(6.606)	0	(164)	8.444
Depósitos	0	135.231	0	(7.727)	0	0	7.507
Empréstimos pelo custo amortizado	35.957	0	(6.559)	0	0	0	(6.958)

em milhões de euros	31 dez 2021						2021
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12.397	0	(221)	0	4	0	(724)
Obrigações ao custo amortizado	582	0	5	0	2	0	(12)
Dívida a longo prazo	0	62.294	0	1.595	0	302	2.329
Depósitos	0	57.893	0	(646)	0	0	1.357
Empréstimos pelo custo amortizado	16.949	0	(751)	0	0	0	(1.078)

## Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

### Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2022			2022	31 dez 2021			2021
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	6	1.219	47.976	(802)	49	43	7.451	(75)

### Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2020
Reportados em capital <sup>1</sup>	(790)	(42)	11
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Resultados afetos ao capital no exercício findo	(819)	1	(14)
Resultados retirados do capital no exercício findo	71	(54)	4
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Alterações do valor utilizado para eficácia de cobertura das rubricas cobertas	(899)	66	(7)
Ineficácia registada nos resultados	16	25	(12)

<sup>1</sup> "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.



De acordo com a IAS 39.96, os resultados declarados ao capital numa relação de cobertura de fluxos de caixa é o menor dos resultados cumulativos no instrumento de cobertura desde o início da cobertura e a variação cumulativa do justo valor dos fluxos de caixa futuros esperados na rubrica de cobertura desde o início da cobertura. Como resultado, as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura não são totalmente registadas em capital se excederem as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura. Consequentemente, a ineficácia da cobertura registada dentro da P&L nem sempre se concilia com a diferença entre as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura e as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2034.

Os instrumentos financeiros designados como coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos como empréstimos pelo custo amortizado no Balanço consolidado do Grupo.

## Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

### Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	31 dez 2022			2022	31 dez 2021			2021
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	1.044	513	45.749	(2.539)	227	1.093	39.087	(1.707)

em milhões de euros	2022		2021	
	Alterações no justo valor reconhecidas no capital <sup>1</sup>	Ineficácia da cobertura	Alterações no justo valor reconhecidas no capital <sup>1</sup>	Ineficácia da cobertura
Resultado de coberturas de investimentos líquidos	2.410	(329)	1.892	(179)

<sup>1</sup> "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

### Perfil dos derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	34.664	229	21	0
Montante nominal dos swaps cambiais	10.776	59	0	0
<b>Total</b>	<b>45.440</b>	<b>288</b>	<b>21</b>	<b>0</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	31.727	36	0	3
Montante nominal dos swaps cambiais	7.239	68	16	0
<b>Total</b>	<b>38.965</b>	<b>103</b>	<b>16</b>	<b>3</b>

O Grupo utiliza uma estratégia de contratos a prazo cambiais. Como indicado na tabela acima, a grande maioria dos contratos a prazo alcança a maturidade no ano. O Grupo não calculou uma taxa média em moeda estrangeira porque o montante de contratos que alcançam a maturidade após 1 ano não é material.

## 36 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

- pessoal-chave da gestão, incluindo membros íntimos da família e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias
- subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respectivas subsidiárias
- planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank

### Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

#### Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2022	2021	2020
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	37	36	30
Benefícios pós-emprego	5	7	7
Outros benefícios de longo prazo	15	10	2
Benefícios por cessação do vínculo laboral	2	6	0
Pagamento baseado em ações	17	15	8
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>74</b>	<b>47</b>

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2022, a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2021 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2020.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2022, contam-se créditos e compromissos de 5 milhões de euros e depósitos de 8 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2021, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 8 milhões de euros e depósitos de 13 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão.

### Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respectivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

#### Empréstimos

em milhões de euros	2022	2021
<b>Créditos pendentes, início do ano</b>	<b>153</b>	<b>214</b>
Movimento líquido em empréstimos durante o período	(34)	159
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras <sup>1</sup>	0	(221)
<b>Créditos pendentes, fim do ano<sup>1,2</sup></b>	<b>119</b>	<b>153</b>
<b>Outras transações relacionadas com risco de crédito:</b>		
Provisão para perdas com empréstimos	0	0
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	5	28

<sup>1</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>2</sup> O montante de créditos vencidos era de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Para o total de créditos, o Grupo recebeu uma garantia de 0 milhões de euros e de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, respetivamente.

## Depósitos

em milhões de euros	2022	2021
<b>Depósitos pendentes, início do ano</b>	<b>63</b>	<b>49</b>
Movimento líquido em depósitos durante o período	(32)	14
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0
<b>Depósitos pendentes, fim do ano</b>	<b>31</b>	<b>63</b>

## Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2022 e a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Outros ativos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a 33 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e a 42 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Outros passivos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2021.

## Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), os planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

### Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2022	2021
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	0	23
Outros ativos	5	17
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	20	22
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	1.389	765
Valor nominal de derivados com uma contraparte do Grupo	12.888	12.309

## 37 – Informações sobre subsidiárias

### Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 521 (2021: 563) entidades consolidadas, das quais 200 (2021: 225) entidades estruturadas consolidadas. 362 (2021: 376) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100% das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 159 (2021: 187) das entidades consolidadas (participações minoritárias). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, uma subsidiária tinha participações minoritárias materiais. As participações minoritárias de todas as outras subsidiárias não são individualmente nem cumulativamente materiais para o Grupo.

### Subsidiárias com participações minoritárias materiais

	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>DWS Group GmbH &amp; Co. KGaA</b>		
Proporção de participações de capital e direitos de voto detidos por participações minoritárias	20,51%	20,51%
Sede	A nível mundial	A nível mundial
em milhões de euros		
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	119	161
Participações minoritárias acumuladas da subsidiária	1.622	1.545
Dividendos pagos a participações minoritárias	82	74
<b>Resumo das informações financeiras:</b>		
Total do ativo	11.396	11.611
Total do passivo	3.566	4.166
Total de receitas líquidas	2.712	2.720
Resultado líquido	599	782
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	783	1.064

### Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

As restrições seguintes têm um impacto sobre a capacidade do Grupo de utilizar ativos:

- O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC
- Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades
- Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições

#### Ativos restritos

em milhões de euros	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Total do ativo	Ativos restritos	Total do ativo	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	164.136	108	180.942	196
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	482.376	40.346	491.233	55.325
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	31.675	2.771	28.979	6.648
Empréstimos pelo custo amortizado	483.700	73.500	471.319	79.764
Outros	174.902	3.592	151.521	3.233
<b>Total</b>	<b>1.336.788</b>	<b>120.317</b>	<b>1.323.993</b>	<b>145.166</b>

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, não é viável identificar itens individuais do balanço que não podem ser transferidos. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O

montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 19,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021: 25,5 mil milhões de euros).

## 38 – Entidades estruturadas

### A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas
- Um objetivo estreito e bem definido
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches)

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

### Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

#### Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades.

#### Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor nominal dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de 1,1 mil milhões de euros e 1,2 mil milhões de euros, respetivamente.

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas consolidadas.

### Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimento do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

#### Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para

possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

#### Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

#### Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

O Grupo pode transferir ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

#### Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

#### Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo não detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

#### Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

#### Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o Grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o Grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

### Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivativos e compromissos fora do balanço tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da NIIF (IFRS) 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nominais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2022, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivativos e de compromissos fora do balanço era de 457 mil milhões de euros, 397 mil milhões de euros e 28 mil milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2021, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivativos e de compromissos fora do balanço era de 104 mil milhões de euros, 296 mil milhões de euros e 22 mil milhões de euros, respetivamente.

### Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nominal de derivativos quando a participação do Grupo é composta por derivativos
- Titularizações – Valor nominal de notas em emissão (excluindo apenas os juros e o excesso de títulos quando aplicável) quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nominal de derivativos quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivativos
- Entidades de financiamento de terceiros – Total de ativos nas entidades
- Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia que o Grupo recebeu/garantiu ou o valor nominal da exposição que o Grupo tem à entidade.

Com base nas definições acima, a dimensão total das entidades estruturadas é de 2723 mil milhões de euros, dos quais a maioria de 1138 mil milhões de euros provém de fundos. Em 2021, eram 2168 mil milhões de euros e de 1251 mil milhões de euros, respetivamente.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

31 dez 2022

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
<b>Ativos</b>					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	0	319	7	327
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	87	2.404	2.491
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	195	8.675	4.956	46.695	60.520
Ativos detidos para negociação	145	2.910	3.159	3.660	9.874
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	34	4.224	863	5.458	10.580
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	16	1.541	933	37.577	40.067
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	830	298	404	1.532
Empréstimos pelo custo amortizado	212	68.398	31.077	18.896	118.583
Outros ativos	0	956	3.293	10.405	14.654
<b>Total do ativo</b>	<b>408</b>	<b>78.859</b>	<b>40.030</b>	<b>78.810</b>	<b>198.107</b>
<b>Passivo</b>					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	51	1.251	438	5.021	6.761
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	51	1.251	438	5.021	6.761
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0
<b>Total do passivo</b>	<b>51</b>	<b>1.251</b>	<b>438</b>	<b>5.021</b>	<b>6.761</b>
Exposições extrapatrimoniais	0	10.644	11.045	6.747	28.437
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>88.252</b>	<b>50.637</b>	<b>80.536</b>	<b>219.782</b>



31 dez 2021

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
<b>Ativos</b>					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	0	0	11	12
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	82	1.593	1.675
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	328	7.860	4.923	44.192	57.303
Ativos detidos para negociação	172	4.825	3.243	3.980	12.220
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	156	300	9	2.671	3.135
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	2.735	1.671	37.542	41.948
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	298	1.043	530	1.871
Empréstimos pelo custo amortizado	1.089	60.338	26.406	15.245	103.079
Outros ativos	4	575	3.333	12.202	16.114
<b>Total do ativo</b>	<b>1.422</b>	<b>69.072</b>	<b>35.787</b>	<b>73.773</b>	<b>180.054</b>
<b>Passivo</b>					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	74	185	20	8.721	9.000
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	74	185	20	8.721	9.000
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	13	13
<b>Total do passivo</b>	<b>74</b>	<b>185</b>	<b>20</b>	<b>8.734</b>	<b>9.013</b>
Exposições extrapatrimoniais	0	7.765	10.093	3.683	21.541
<b>Total</b>	<b>1.348</b>	<b>76.652</b>	<b>45.861</b>	<b>68.722</b>	<b>192.582</b>

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, no valor de 9,9 mil milhões de euros e de 12,2 mil milhões de euros são principalmente compostos por 3,2 mil milhões de euros e 3,2 mil milhões de euros em titularizações e por 3,7 mil milhões de euros e 4,0 mil milhões de euros em entidades estruturadas de fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 consistem num investimento de 118,6 mil milhões de euros e 103,1 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 no valor de 14,7 mil milhões de euros e de 16,1 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em saldos de margem.

Valores a receber pendentes – Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

## Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

## As entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Como patrocinador, o Grupo está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

- transferindo ativos para as entidades
- disponibilizando capital inicial às entidades
- fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
- fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O Grupo também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Grupo atuou como patrocinador.

A receita bruta de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi de 226 milhões de euros e 254 milhões de euros, respetivamente. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2022 de 3,4 mil milhões de euros para titularização e 1,2 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2021, existiam 3,2 mil milhões de euros para titularização e 1,4 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

## 39 – Ativos e passivos correntes e não correntes

### Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

#### Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2022

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2022
Caixa e saldos do banco central	178.896	0	178.896
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.189	6	7.195
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.415	3.063	11.478
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	475.945	6.431	482.376
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.296	24.380	31.675
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1.124	1.124
Empréstimos pelo custo amortizado	119.109	364.591	483.700
Ativos fixos tangíveis	0	6.103	6.103
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	7.092	7.092
Outros ativos	93.565	24.729	118.293
Ativos por impostos correntes	873	711	1.584
<b>Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos</b>	<b>891.287</b>	<b>438.229</b>	<b>1.329.516</b>
Ativos por impostos diferidos			7.272
<b>Total do ativo</b>			<b>1.336.788</b>

#### Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2022

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2022
Depósitos	596.500	24.956	621.456
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	517	56	573
Títulos cedidos por empréstimo	13	0	13
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	383.954	4.118	388.072
Outros empréstimos a curto prazo	5.122	0	5.122
Outros passivos	107.345	6.369	113.714
Provisões	2.449	0	2.449
Passivos por impostos correntes	240	148	388
Dívida a longo prazo	46.622	84.903	131.525
Títulos fiduciários preferenciais	500	0	500
<b>Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos</b>	<b>1.143.261</b>	<b>120.550</b>	<b>1.263.811</b>
Passivos por impostos diferidos			650
<b>Total do passivo</b>			<b>1.264.461</b>

#### Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2021

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2021
Caixa e saldos do banco central	192.012	9	192.021
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.318	24	7.342
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	5.904	2.465	8.368
Títulos obtidos por empréstimo	63	0	63
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	483.183	8.050	491.233
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.995	21.984	28.979
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1.091	1.091
Empréstimos pelo custo amortizado	132.516	338.803	471.319
Ativos fixos tangíveis	0	5.536	5.536
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	6.824	6.824
Outros ativos	87.654	16.131	103.785
Ativos por impostos correntes	717	497	1.214
<b>Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos</b>	<b>916.360</b>	<b>401.415</b>	<b>1.317.775</b>
Ativos por impostos diferidos			6.218
<b>Total do ativo</b>			<b>1.323.993</b>

#### Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2021

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2021
Depósitos	582.278	21.472	603.750
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	297	450	747
Títulos cedidos por empréstimo	24	0	24
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	398.203	2.653	400.857
Outros empréstimos a curto prazo	4.034	0	4.034
Outros passivos <sup>1</sup>	92.314	5.482	97.796
Provisões	2.641	0	2.641
Passivos por impostos correntes	411	189	600
Dívida a longo prazo	49.434	95.051	144.485
Títulos fiduciários preferenciais	528	0	528
<b>Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos<sup>1</sup></b>	<b>1.130.164</b>	<b>125.298</b>	<b>1.255.462</b>
Passivos por impostos diferidos			501
<b>Total do passivo</b>			<b>1.255.962</b>

<sup>1</sup>Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

## 40 – Acontecimentos após o período de relato

Tendo cumprido o seu mandato de redução de riscos e de custos de 2019 até ao final de -2022, a Capital Release Unit deixará de ser registada como um segmento separado, com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. A sua restante carteira, recursos e colaboradores serão reportados no segmento Corporate & Other. De acordo com esta alteração, o Core Bank, que representa o Grupo, excluindo a Capital Release Unit, deixará também de ser reportado e, a partir do primeiro trimestre de 2023, o Grupo será composto pelos segmentos Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank, Asset Management e Corporate & Other.

O Grupo implementará afetações adicionais de gestão de custos baseados em fatores de produção a partir do primeiro trimestre de 2023. A nova metodologia tem por objetivo proporcionar uma maior transparência sobre os fatores que determinam os custos da infraestrutura e associa mais estreitamente os custos ao consumo de serviços. Embora o rácio custo/rendimento e a rentabilidade dos capitais próprios tangíveis do Grupo não sejam afetados pela alteração das afetações internas, as respetivas métricas divisionais serão alteradas no futuro.

## 41 – Informação sobre o capital regulamentar

### Definições gerais

O cálculo dos fundos próprios do Deutsche Bank inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito”, CRR e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito”, “CRD”, que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2022, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 e capital Tier 1 adicional.

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem (i) ativos intangíveis (que excedam o seu valor prudencial), (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital Tier 2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

No período de comparação do presente relatório, o Deutsche Bank apresenta determinados valores com base na definição do CRR de instrumentos de fundos próprios aplicável aos instrumentos de fundos próprios Tier 1 e Tier 2 adicionais.

A partir do primeiro trimestre de 2022, o CET 1, os fundos próprios de Tier 1 e os fundos próprios totais são apresentados tal como comunicados. A definição de fully loaded foi descontinuada no primeiro trimestre de 2022 devido a diferenças imateriais.

### Instrumentos de capital

O Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2021 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2026. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2021 e a Assembleia-Geral Anual de 2022 (19 de maio de 2022), foram adquiridas 59,8 milhões de ações. Um montante total de 33,3 milhões de ações foi adquirido para efeitos de compensação em ações no mesmo período ou em períodos futuros. O montante remanescente de 26,5 milhões de ações foi recomprado para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. Além disso, foram adquiridas 48,8 milhões de opções de compra para efeitos de compensação de ações em períodos futuros. O número de ações detidas em tesouraria provenientes de recompras

ascendia a 34,8 milhões à data da Assembleia Geral Anual de 2022, das quais 26,5 milhões de ações para cancelamento e 8,3 milhões de ações para efeitos de compensação em ações.

A Assembleia-Geral Anual de 2022 autorizou o Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2027. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2022 e 31 de dezembro de 2022, não foram adquiridas quaisquer ações ou opções de compra. O número de ações detidas em Tesouraria resultantes de recompras era de 28,9 milhões a 31 de dezembro de 2022. Destes, 26,5 milhões dizem respeito a ações recompradas para cancelamento. O montante remanescente de 2,4 milhões refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovado na Assembleia-Geral Anual de 2021, e a 31 de dezembro de 2022, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 30 de abril de 2022, o capital condicional face a contribuições de 512 milhões de euros (200 milhões de ações) e para compensação de capital próprio de 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações) expirou sem ser utilizado.

Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2022 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 9,0 mil milhões de euros em ou antes de 30 de abril de 2027.

Os acordos de transição para os instrumentos AT1 e Tier 2 eram aplicáveis até 1 de janeiro de 2022. Os instrumentos de capital emitidos em 31 de dezembro de 2011 ou anteriores que já não se qualificam como capital AT1 ou Tier 2 nos termos do CRR/CRD fully loaded, como atualmente aplicável, estavam sujeitos a regras de anterioridade durante o período de transição e foram eliminados gradualmente entre 2013 e 2022, com o seu reconhecimento limitado a 20% em 2020 e 10% em 2021 (em relação à carteira elegível para a anterioridade que ainda estava pendente em 31 de dezembro de 2012). A proteção dos direitos adquiridos deixa de se aplicar a partir de 1 de janeiro de 2022.

O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e Tier 2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Os instrumentos AT1 e Tier 2 emitidos através de entidades com fins especiais são de anterioridade até 31 de dezembro de 2021. Em 2022, só existem regimes transitórios para instrumentos AT1 e Tier 2 que continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025, mesmo que não satisfaçam certos novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019. O Deutsche Bank tinha um montante imaterial de instrumentos que se qualificaram durante 2022, o que resultou no facto de não haver diferença material entre os montantes "fully loaded" e "transitórios".

Com base no atual CRR, o Grupo tem instrumentos AT1 elegíveis no valor de 8,6 mil milhões de euros por liquidar em dezembro de 2022. Em 2022, o banco emitiu notas AT1 no valor de 2,0 mil milhões de euros e resgatou instrumentos AT1 com um valor nocional de 1,75 mil milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos de capital Tier 2 ascendiam a 9,5 mil milhões de euros (valor nominal de 11,7 mil milhões de euros). Em 2022, o banco emitiu instrumentos de capital Tier 2 com um valor nominal de 1,5 mil milhões de euros e 1,25 mil milhões de dólares dos Estados Unidos (montante equivalente a 1,2 mil milhões de euros) e um valor nocional de 15 milhões de euros em capital Tier 2 venceram.

## Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. O Deutsche Bank cumpre os requisitos mínimos de adequação de capital regulamentares em 2022.

## Detalhes sobre capital regulamentar

### Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2022 <sup>3</sup>	31 dez 2021	
	CRR/CRD	CRR/CRD fully loaded	CRR/CRD
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas</b>			
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	45.458	45.864	45.864
Lucros não distribuídos	12.305	10.506	10.506
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(1.314)	(444)	(444)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis <sup>1</sup>	4.183	1.379	1.379
Outros	1.002	910	910
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>61.634</b>	<b>58.215</b>	<b>58.215</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares</b>			
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(2.026)	(1.812)	(1.812)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	600	(14)	(14)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.024)	(4.897)	(4.897)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(3.244)	(1.466)	(1.466)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(466)	(573)	(573)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.149)	(991)	(991)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(0)	0	0
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	0	(151)	(151)
Outros ajustamentos regulamentares <sup>2</sup>	(2.225)	(1.805)	(1.805)
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>(13.536)</b>	<b>(11.709)</b>	<b>(11.709)</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>48.097</b>	<b>46.506</b>	<b>46.506</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos</b>			
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	8.578	8.328	8.328
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	0	N/S	600
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>8.578</b>	<b>8.328</b>	<b>8.928</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares</b>			
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(60)	(60)	(60)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	0	0	0
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>(60)</b>	<b>(60)</b>	<b>(60)</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>8.518</b>	<b>8.268</b>	<b>8.868</b>
<b>Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)</b>	<b>56.616</b>	<b>54.775</b>	<b>55.375</b>
<b>Capital Tier 2 (T2)</b>	<b>9.531</b>	<b>7.328</b>	<b>7.358</b>
<b>Total do capital (TC = T1 + T2)</b>	<b>66.146</b>	<b>62.102</b>	<b>62.732</b>
<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	<b>360.003</b>	<b>351.629</b>	<b>351.629</b>
<b>Rácios de capital</b>			
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,4	13,2	13,2
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,7	15,6	15,7
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	18,4	17,7	17,8

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

<sup>2</sup> Inclui deduções de capital de 1,2 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 1,1 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 1,0 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 0,7 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 7,4 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 17 milhões de euros) resultante de compromissos de valor mínimo nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea n), do CRR e diminuição do CET 1 de 14,7 milhões de euros (dezembro de 2021: 39 milhões de euros) da provisão transitória da IFRS 9, de acordo com o artigo 473.º-A do CRR.

<sup>3</sup> A partir do primeiro trimestre de 2022, a informação é apresentada como reportada, uma vez que a definição fully loaded foi eliminada por resultar apenas numa diferença imaterial; a informação comparativa para períodos anteriores mantém-se inalterada e baseia-se na anterior definição fully loaded do Deutsche Bank

<sup>4</sup> Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

## Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Total do capital acionista por balanço contabilístico</b>	<b>61.959</b>	<b>58.027</b>
Desconsolidação/Consolidação de entidades	29	265
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	0
Lucros não distribuídos	29	265
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	0
<b>Total do capital acionista por balanço regulamentar</b>	<b>61.988</b>	<b>58.292</b>
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	1.002	910
Dedução de cupões AT1 e dos dividendos dos acionistas <sup>1</sup>	(1.342)	(987)
Instrumentos de capital não elegíveis para CET 1 nos termos do CRR 28(1)	(14)	0
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>61.634</b>	<b>58.215</b>
Ajustamentos de valor adicionais	(2.026)	(1.812)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	600	(14)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.024)	(4.897)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(3.244)	(1.617)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.149)	(991)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares <sup>2</sup>	(2.691)	(2.378)
<b>Capital Common Equity Tier 1<sup>3</sup></b>	<b>48.097</b>	<b>46.506</b>

<sup>1</sup> É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

<sup>2</sup> Inclui deduções de capital de 1,2 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 1,1 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 1,0 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 0,7 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 7,4 mil milhões de euros (dezembro de 2021: 17 milhões de euros) resultante de compromissos de valor mínimo nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea n), do CRR e diminuição do CET 1 de 14,7 milhões de euros (dezembro de 2021: 39 milhões de euros) da provisão transitória da IFRS 9, de acordo com o artigo 473.º-A do CRR.

<sup>3</sup> Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

## Gestão de capital

A Tesouraria do Deutsche Bank gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a estratégia de capital do Deutsche Bank, desenvolvida pelo Comité de Risco do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. O banco está totalmente empenhado em manter a sólida capitalização do Deutsche Bank, tanto do ponto de vista económico como regulamentar, tendo em conta os fundos próprios contabilísticos baseados nas normas contabilísticas IFRS, o capital regulamentar e económico, bem como os requisitos específicos de capital das agências de notação. O banco controla e ajusta continuamente a procura e a oferta global de capital do Deutsche Bank, a fim de alcançar sempre um equilíbrio adequado.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as emissões do Deutsche Bank abaixo do par.

O Tesouro gere a sensibilidade do rácio CET 1 e do capital do Deutsche Bank em relação às oscilações das taxas de câmbio de divisas em relação ao euro. Para este efeito, a Tesouraria desenvolve e executa estratégias de cobertura adequadas dentro dos limites de uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração. O capital investido nas filiais e sucursais estrangeiras do Deutsche Bank não está coberto, está parcialmente coberto ou está totalmente coberto. Deste modo, a Tesouraria pretende equilibrar os efeitos das variações cambiais sobre o capital, as rubricas de dedução do capital e os ativos ponderados pelo risco em moeda estrangeira. Além disso, a Tesouraria contabiliza também os custos de cobertura associados e as implicações nos ativos ponderados pelo risco de mercado.



## Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no plano estratégico anual do Deutsche Bank com as ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem do banco. Como parte do processo trimestral do Deutsche Bank, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura capital (definido como a soma dos RWA e de determinados equivalentes de RWA de elementos de dedução de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem) do Deutsche Bank, consoante o que represente a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill, outros ativos intangíveis e rubricas de dedução de capital regulamentar relacionados com o negócio incluídos na procura total de capital são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das subsidiárias do Deutsche Bank, bem como algumas agências do banco, estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Ao elaborar, implementar e testar a posição de capital e de liquidez do Deutsche Bank, o banco tem em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das agências e subsidiárias do Deutsche Bank em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimento do Grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria é membro do Comité de Pensões do Deutsche Bank e está representada nos Comités de Investimento relevantes que supervisionam a gestão dos ativos dos maiores fundos de pensões do Deutsche Bank na Alemanha. Estes comités de investimento definem a estratégia de investimento para estes fundos, em conformidade com o objetivo de investimento do banco de proteger a base de capital e a capacidade de distribuição do banco.

## 42 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã

### Custos com colaboradores

em milhões de euros	2022	2021
<b>Custos com colaboradores:</b>		
Salários e vencimentos	8.871	8.551
Encargos de segurança social	1.841	1.867
dos quais: relacionados com pensões	1.024	1.038
<b>Total</b>	<b>10.712</b>	<b>10.418</b>

### Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2022 era de 85.143 (2021: 84.298) dos quais 37.815 (2021: 37.359) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 49.372 (2021: 47.460) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

### Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2022, uma remuneração no total de 52.870.209 euros (2021: 49.984.668 euros). Desse valor, 26.981.982 euros (2021: 22.467.225 euros) destinavam-se a remuneração fixa, 1.300.000 euros (2021: 1.300.000 euros) para provisões fixas, 1.119.403 euros (2021: 1.115.438 euros) para benefícios marginais e 23.468.824 euros (2021: 21.102.005 euros) para componentes relacionados com o desempenho.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 22.974.014 euros e 38.737.800 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respetivamente.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes totalizavam 158.228.043 euros e 184.815.849 euros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual em 19 de maio de 2022 e entraram em vigor em 20 de julho de 2022. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2022 uma remuneração total de 6.833.333 euros (2021: 6.520.833 euros), dos quais 5.260.417 euros serão pagos na primavera de 2023 (2022: 4.965.625 euros), de acordo com as provisões dos Estatutos.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 4.514.404 euros e 6.476.340 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização, a 939.889 euros e 1.559.179 euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 93.153 euros em 2022.

## Rentabilidade dos ativos

O artigo 26.º-A da lei bancária alemã define a rentabilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de 0,39% e 0,18% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente.

## Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

## Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anónimas alemã (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet ([www.db.com/ir/en/reports.htm](http://www.db.com/ir/en/reports.htm)).

## Honorários e serviços do auditor externo

### Discriminação das taxas cobradas pela Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY GmbH") e outras empresas membros da EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2022	2021
Honorários por serviços de auditoria	59	54
dos quais para a EY GmbH	46	42
Honorários relacionados com auditoria	8	8
dos quais para a EY GmbH	6	6
Honorários por serviços de consultoria fiscal	0	1
dos quais para a EY GmbH	0	0
Todas as outras comissões	1	1
dos quais para a EY GmbH	0	0
<b>Total de comissões</b>	<b>68</b>	<b>64</b>

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG e não incluem os honorários de auditoria da DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

## 43 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26.º-A da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por país. A informação divulgada é derivada das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. Não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras neste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que inclui o requisito de apresentação da informação do país antes da eliminação das transações transfronteiriças intra grupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intra grupo dentro do mesmo país. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para relatórios de gestão internos nos países.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera o país de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Consulte a Nota 44 "Participações acionistas", para mais informações sobre o nome, natureza da atividade e localização geográfica das subsidiárias e agências. Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

	31 dez 2022			
	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro) <sup>1</sup>	Resultado antes de imposto sobre o rendimento	Despesas/receit as com imposto sobre o rendimento
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)				
Austrália	262	273	93	(29)
Áustria	14	73	(3)	(0)
Bélgica	170	464	15	(4)
Brasil	103	156	63	(26)
Canadá	16	12	9	(1)
Ilhas Caimão	(5)	0	(5)	0
China	224	613	95	(24)
Colômbia	0	0	1	0
República Checa	34	40	23	(4)
França	93	207	10	(0)
Alemanha	10.208	35.594	1.869	(450)
Grã-Bretanha	4.738	7.228	1.376	(239)
Grécia	1	12	2	(0)
Hong Kong	600	848	54	(10)
Hungria	30	55	9	(2)
Índia	729	16.998	423	(186)
Indonésia	81	214	33	(9)
Irlanda	24	153	10	(3)
Israel	5	12	2	(1)
Itália	1.643	3.150	700	(161)
Japão	302	375	115	(22)
Jersey	3	0	3	(0)
Luxemburgo	798	471	283	(62)
Malásia	92	187	59	(18)
Maurícia	(16)	0	(16)	(0)
México	8	31	(7)	0
Países Baixos	250	494	(13)	3
Paquistão	17	88	10	(5)
Peru	2	0	0	0
Filipinas	24	1.356	(3)	1
Polónia	135	357	(103)	(14)
Portugal	11	40	(1)	0
Catar	(0)	2	(0)	(0)
Roménia	1	1.317	9	(1)
Federação da Rússia	129	871	107	(21)
Arábia Saudita	17	45	(30)	0
Singapura	686	1.818	(74)	(3)
África do Sul	21	43	7	(0)
Coreia do Sul	116	187	41	(11)
Espanha	622	2.286	152	(48)
Sri Lanka	18	58	2	(1)
Suécia	5	26	3	(1)
Suíça	310	599	46	(9)
Taiwan	31	124	(0)	(0)
Tailândia	36	110	1	(0)
Turquia	79	117	59	(15)
Emirados Árabes Unidos	27	197	16	(1)
Ucrânia	11	33	7	(1)
EUA	5.539	7.522	1.188	1.340
Vietname	34	75	21	(4)

<sup>1</sup> FTE (equivalentes a tempo inteiro) a partir de 31 de dezembro de 2022

## 44 – Participações

- 383 Subsidiárias
- 389 Entidades estruturadas consolidadas
- 393 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
- 395 Outras empresas em que a participação é superior a 20%
- 398 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código comercial alemão ("HGB").

### Notas de rodapé:

- 1 Controlada.
- 2 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do HGB.
- 3 Parceria geral.
- 4 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
- 5 Joint venture
- 6 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
- 7 Não controlada.
- 8 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
- 9 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
- 10 Fundos próprios preliminares no valor de 7.326,4 milhões de euros/Resultado no valor de (40,4) milhões de euros (Exercício de 2022).
- 12 Não consolidado nem contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificado como ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.
- 11 Fundos próprios preliminares no valor de 7.230,4 milhões de euros/Resultado no valor de (263,8) milhões de euros (Exercício de 2022).
- 13 Fundos próprios de 18,4 milhões de euros/Resultado no valor de 2,8 milhões de euros (Exercício de 2021).

## Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		Instituição de crédito	
2	ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
3	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
4	Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
5	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	100,0
6	Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
7	Baldur Mortgages Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
8	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		Instituição financeira	100,0
9	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
10	Better Financial Services GmbH	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
11	Better Payment Germany GmbH	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
12	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hamel		Instituição financeira	100,0
13	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hamel		Instituição de crédito	100,0
14	BHW Holding GmbH	Hamel		Empresa de participação financeira	100,0
15	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		Outra empresa	100,0
16	Breaking Wave DB Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
17	BT Globenet Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
18	Cardea Real Estate S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
19	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
20	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	100,0
21	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		Instituição financeira	100,0
22	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène		Instituição financeira	67,6
23	China Recovery Fund, LLC	Wilmington		Instituição financeira	85,0
24	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1	Instituição financeira	10,0
25	Consumo Srl in Liquidazione	Milão		Instituição financeira	100,0
26	D B Investments (GB) Limited	Londres		Empresa de participação financeira	100,0
27	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
28	DB (Barbados) SRL	Christ Church		Empresa de serviços auxiliares	100,0
29	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
30	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
31	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		Instituição financeira	100,0
32	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	100,0
33	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt		Empresa de participação financeira	100,0
34	DB Boracay LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
35	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt		Empresa de participação financeira	100,0
36	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	100,0
37	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	100,0
38	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Instituição financeira	100,0
39	DB Delaware Holdings (Europe) Limited (in voluntary liquidation)	Camana Bay		Instituição financeira	100,0
40	DB Direkt GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
41	DB Elara LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
42	DB Energy Trading LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
43	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
44	DB Equity Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Instituição financeira	100,0
45	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
46	DB Global Technology SRL	Bucareste		Empresa de serviços auxiliares	100,0
47	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
48	DB Group Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
49	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
50	DB HR Solutions GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
51	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG i.L.	Frankfurt		Outra empresa	93,6
52	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo	2	Instituição financeira	100,0
53	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	2	Instituição financeira	100,0
54	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		Instituição financeira	100,0
55	DB Intermezzo LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
56	DB International (Asia) Limited	Singapura		Instituição de crédito	100,0
57	DB International Investments Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
58	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		Outra empresa	100,0
59	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
60	DB Investment Partners Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
61	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
62	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
63	DB Investment Services GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
64	DB Io LP	Wilmington	2	Instituição financeira	100,0
65	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
66	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
67	DB Management Support GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
68	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Empresa de serviços auxiliares	100,0
69	DB Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
70	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
71	DB Omega Ltd.	George Town		Instituição financeira	100,0
72	DB Omega S.C.S.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	100,0
73	DB Operaciones y Servicios Interactivos, S.L.U.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	100,0
74	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
75	DB Overseas Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
76	DB Print GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
77	DB Private Clients Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
78	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
79	DB Re S.A.	Luxemburgo		Empresa de resseguros	100,0
80	DB Service Centre Limited	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	100,0
81	DB Services (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	100,0
82	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
83	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
84	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		Empresa de serviços auxiliares	100,0
85	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
86	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
87	DB Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
88	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
89	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		Empresa de participação financeira	100,0
90	DB UK Bank Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
91	DB UK Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
92	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
93	DB USA Core Corporation	West Trenton		Empresa de serviços auxiliares	100,0
94	DB USA Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
95	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		Empresa de participação financeira	100,0
96	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
97	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
98	DB Vita S.A.	Luxemburgo		Empresa de seguros	84,0
99	DBAH Capital, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
100	DBCIBZ1	George Town		Instituição financeira	100,0
101	DBFIC, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
102	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
103	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
104	DBR Investments Co. Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
105	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		Empresa de gestão de ativos	100,0
106	DBRMSGP1	George Town	2, 3	Instituição financeira	100,0
107	DBUK PCAM Limited	Londres		Empresa de participação financeira	100,0
108	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
109	DBX Advisors LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
110	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	2	Empresa de serviços auxiliares	100,0
111	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
112	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
113	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
114	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
115	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
116	Deutsche Access Investments Limited	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
117	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Atenas		Outra empresa	95,6
118	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
119	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		Empresa de participação financeira	100,0
120	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
121	Deutsche Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
122	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		Outra empresa	100,0
123	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		Instituição de crédito	100,0
124	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		Instituição de crédito	100,0
125	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		Instituição de crédito	100,0
126	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		Instituição de crédito	100,0
127	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		Instituição de crédito	100,0
128	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0



N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
129	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt		Instituição de crédito	100,0
130	Deutsche Bank Financial Company	George Town		Instituição financeira	100,0
131	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
132	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Wilmington		Outra empresa	100,0
133	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
134	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
135	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		Instituição de crédito	100,0
136	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		Instituição financeira	100,0
137	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		Instituição de crédito	100,0
138	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		Empresa de serviços auxiliares	100,0
139	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		Instituição de crédito	100,0
140	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
141	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		Instituição financeira	100,0
142	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		Instituição de crédito	99,9
143	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
144	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
145	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
146	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		Empresa de participação financeira	100,0
147	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		Instituição de crédito	100,0
148	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
149	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
150	Deutsche Capital Partners China Limited	Camana Bay		Instituição financeira	100,0
151	Deutsche Cayman Ltd.	Camana Bay		Outra empresa	100,0
152	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
153	Deutsche Custody N.V.	Amsterdão		Instituição financeira	100,0
154	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
155	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
156	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
157	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
158	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
159	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		Empresa de serviços auxiliares	100,0
160	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		Instituição financeira	100,0
161	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
162	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Outra empresa	99,8
163	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxemburgo		Empresa de participação financeira	100,0
164	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Empresa de participação financeira	100,0
165	Deutsche Holdings Limited	Londres		Empresa de participação financeira	100,0
166	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
167	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
168	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
169	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
170	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		Empresa de participação financeira	100,0
171	Deutsche India Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
172	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		Instituição financeira	100,0
173	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
174	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
175	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amsterdão		Instituição financeira	100,0
176	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
177	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
178	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		Empresa de serviços auxiliares	100,0
179	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		Empresa de serviços auxiliares	100,0
180	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Empresa de participação financeira	100,0
181	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
182	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
183	Deutsche Nederland N.V.	Amsterdão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
184	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
185	Deutsche Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
186	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colônia		Instituição de crédito	100,0
187	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		Empresa de serviços auxiliares	100,0
188	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
189	Deutsche Private Asset Management Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Outra empresa	100,0
190	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		Instituição financeira	100,0
191	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Instituição financeira	100,0
192	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Instituição financeira	100,0
193	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
194	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		Instituição financeira	100,0
195	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		Instituição financeira	100,0
196	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		Instituição financeira	100,0
197	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anônima fechada conjunta)	Riade		Instituição financeira	100,0
198	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		Instituição financeira	100,0
199	Deutsche Services (CI) Limited	St. Helier		Instituição financeira	100,0
200	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		Empresa de serviços auxiliares	100,0
201	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
202	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
203	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		Outra empresa	100,0
204	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
205	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
206	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		Empresa de gestão de ativos	100,0
207	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		Outra empresa	78,0
208	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
209	DIP Management GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
210	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
211	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
212	DWS Alternatives France	Paris		Outra empresa	100,0
213	DWS Alternatives Global Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
214	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	100,0
215	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		Empresa de gestão de ativos	100,0
216	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	98,7
217	DWS CH AG	Zurique		Instituição financeira	100,0
218	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
219	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		Instituição financeira	60,0
220	DWS Global Business Services Inc.	Taguig City		Empresa de serviços auxiliares	99,9
221	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt	2	Empresa de participação financeira	79,5
222	DWS Group Services UK Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
223	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	99,9
224	DWS India Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
225	DWS International GmbH	Frankfurt		Empresa de investimento	100,0
226	DWS Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	100,0
227	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
228	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de ativos	100,0
229	DWS Investments Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
230	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong		Instituição financeira	100,0
231	DWS Investments Japan Limited	Tóquio		Instituição financeira	100,0
232	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai		Instituição financeira	100,0
233	DWS Investments Singapore Limited	Singapura		Instituição financeira	100,0
234	DWS Investments UK Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
235	DWS Management GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
236	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	99,9
237	DWS Service Company	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
238	DWS Shanghai Private Equity Fund Management Limited	Xangai		Instituição financeira	100,0
239	DWS Trust Company	Concord		Instituição financeira	100,0
240	DWS USA Corporation	Wilmington		Empresa de participação financeira	100,0
241	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo		Outra empresa	65,2
242	Elizabethan Holdings Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
243	Elizabethan Management Limited	George Town		Outra empresa	100,0
244	Elm (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
245	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		Instituição financeira	100,0
246	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão		Outra empresa	100,0
247	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
248	Fir (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
249	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
250	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhli "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		Outra empresa	74,9
251	G Finance Holding Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
252	German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
253	Greenheart (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
254	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
255	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	98,7
256	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	94,0
257	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf	2	Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
258	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	78,7
259	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	90,0
260	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	99,0
261	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		Empresa de serviços auxiliares	100,0
262	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
263	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
264	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		Instituição de crédito	100,0
265	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
266	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
267	Kidson Pte Ltd	Singapura		Instituição financeira	100,0
268	Konsul Inkasso GmbH	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
269	LA Water Holdings Limited	George Town		Instituição financeira	75,0
270	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	100,0
271	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	100,0
272	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
273	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		Instituição financeira	100,0
274	MEF I Manager, S. à r.l.	Munster		Instituição financeira	100,0
275	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		Instituição financeira	100,0
276	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
277	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
278	norisbank GmbH	Bona		Instituição de crédito	100,0
279	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		Empresa de serviços auxiliares	100,0
280	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		Instituição de crédito	100,0
281	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
282	OPB-Oktava GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
283	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
284	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
285	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
286	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
287	PB Factoring GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
288	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen i.L.	Bona		Empresa de serviços auxiliares	100,0
289	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
290	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		Outra empresa	100,0
291	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
292	Postbank Direkt GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
293	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		Instituição financeira	100,0
294	Postbank Finanzberatung AG	Hameln		Outra empresa	100,0
295	Postbank Immobilien GmbH	Hameln		Outra empresa	100,0
296	Postbank Leasing GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
297	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta		Instituição financeira	99,0
298	R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
299	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
300	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
301	RREEF America L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
302	RREEF China REIT Management Limited (in members' voluntary winding up)	Hong Kong		Outra empresa	100,0
303	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
304	RREEF Fund Holding Co.	George Town		Instituição financeira	100,0
305	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
306	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
307	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hameln		Instituição financeira	100,0
308	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
309	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
310	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
311	Sharps SP I LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
312	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano		Outra empresa	100,0
313	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
314	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	100,0
315	Tempurrite Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
316	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguocoque		Instituição financeira	100,0
317	Treinvest Service GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
318	Triplereason Limited	Londres		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
319	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona		Instituição de pagamento	100,0
320	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
321	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0

## Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
322	Alguer Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
323	Alixville Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
324	Altersvorsorge Fonds Hamburg Alter Wall Dr. Juncker KG	Frankfurt		Outra empresa	
325	Amber Investments S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
326	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
327	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
328	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
329	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
330	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		Instituição financeira	0,0
331	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	4	Outra empresa	
332	Australian Secured Personal Loans Trust	Melbourne		Outra empresa	100,0
333	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	4	Outra empresa	
334	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
335	Cathay Capital Company Limited	Ebène		Instituição financeira	9,5
336	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong		Instituição financeira	
337	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town		Instituição financeira	
338	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	
339	Ceto S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
340	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
341	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
342	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
343	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
344	City Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
345	CLASS Limited	St. Helier	4	Outra empresa	
346	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town		Instituição financeira	
347	Crofton Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
348	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
349	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	96,9
350	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	96,9
351	DB Aster II, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
352	DB Aster III, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
353	DB Aster, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
354	DB Aster, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
355	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		Instituição financeira	90,0
356	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
357	DB Finance International GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
358	DB Holding Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior Crédito Privado	São Paulo		Instituição financeira	100,0
359	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt		Outra empresa	
360	DB Immobilienfonds 2 KG i.L.	Frankfurt		Instituição financeira	74,0
361	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
362	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
363	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
364	db PBC	Luxemburgo	4	Outra empresa	
365	DB RC Holdings, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
366	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8052 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
367	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8055 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
368	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8057 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
369	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8060 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
370	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8063 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
371	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8066 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
372	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8067 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
373	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8070 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
374	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8071 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
375	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8073 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
376	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8081 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
377	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8082 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
378	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8083 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
379	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8084 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,5
380	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8085 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
381	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8086 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
382	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8087 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
383	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8088 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
384	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8090 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
385	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8901 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	5,0
386	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
387	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
388	DBX ETF Trust	Wilmington	4	Outra empresa	
389	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	
390	Deloraine Spain, S.L.	Madrid		Outra empresa	
391	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	4	Outra empresa	
392	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	4	Outra empresa	
393	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		Instituição financeira	100,0
394	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		Instituição financeira	100,0
395	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		Instituição financeira	100,0
396	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
397	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
398	DWS Access S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
399	DWS Alternatives (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
400	DWS Funds	Luxemburgo	4	Outra empresa	
401	DWS Garant	Luxemburgo	4	Outra empresa	
402	DWS Invest	Luxemburgo	4	Outra empresa	
403	DWS Invest (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
404	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo		Outra empresa	
405	DWS-Fonds Treasury Liquidity (EUR)	Frankfurt		Outra empresa	100,0
406	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington		Instituição financeira	
407	Earls Four Limited	George Town	4	Outra empresa	
408	EARLS Trading Limited	George Town		Instituição financeira	
409	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à r.l & Co. KG i.l.	Colónia		Outra empresa	
410	Eirles Three Designated Activity Company	Dublin	4	Outra empresa	
411	Eirles Two Designated Activity Company	Dublin	4	Outra empresa	
412	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
413	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	4	Outra empresa	
414	Emeris	George Town		Instituição financeira	
415	Encina Property Finance Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
416	Epicuro SPV S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
417	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
418	Fondo Privado de Titulización Activos Reales 1 B.V.	Amesterdão		Outra empresa	
419	Fondo Privado de Titulización PYMES I Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
420	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-037	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
421	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-039	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
422	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-040	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
423	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-041	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
424	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-043	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
425	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-044	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
426	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-047	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
427	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
428	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
429	Galene S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	
430	Gladyr Spain, S.L.	Madrid		Outra empresa	
431	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		Instituição financeira	
432	Global Opportunities Co-Investment, LLC	George Town		Instituição financeira	
433	Groton Invest, S.L.	Madrid		Instituição financeira	
434	GWC-GAC Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
435	Havbell Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
436	Histria Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
437	Iberia Inversiones Designated Activity Company (em dissolução)	Dublin		Outra empresa	
438	Iberia Inversiones II Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
439	Infrastructure Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
440	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town		Instituição financeira	
441	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
442	Investor Solutions Limited	St. Helier	4	Outra empresa	
443	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
444	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
445	Kelona Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
446	Kelsey Street LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
447	KH Kitty Hall Holdings Limited	Galway		Instituição financeira	
448	Kratus Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
449	Ledyard, S.L.	Madrid		Outra empresa	
450	87 Leonard Development LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
451	Life Mortgage S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
452	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		Empresa de serviços auxiliares	100,0
453	Lockwood Invest, S.L.	Madrid		Instituição financeira	
454	London Industrial Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
455	Lunashadow Limited	Dublin		Instituição financeira	
456	2755 LVB I LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
457	Malabo Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
458	Merlin X	George Town		Instituição financeira	
459	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
460	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt	2	Instituição financeira	100,0
461	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
462	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa		Empresa de serviços auxiliares	100,0
463	NCW Holding Inc.	Vancouver		Instituição financeira	100,0
464	New 87 Leonard, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
465	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1	Outra empresa	0,0
466	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
467	OPAL, en liquidation volontaire	Luxemburgo	4	Outra empresa	
468	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia		Outra empresa	
469	OTTAM Mexican Capital Trust Designated Activity Company	Dublin	4	Outra empresa	
470	Palladium Global Investments S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
471	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
472	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	4	Instituição financeira	
473	PARTS Funding, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
474	PEIF II SLP Feeder 2 LP	Edimburgo		Instituição financeira	100,0
475	PEIF III SLP Feeder GP, S.à r.l.	Senningerberg		Instituição financeira	
476	PEIF III SLP Feeder, SCSp	Senningerberg	2	Outra empresa	55,1
477	Peruda Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
478	PES Carry and Employee Co-Investment Feeder SCSp	Luxemburgo		Instituição financeira	1,1
479	PES Carry and Employee Co-Investment GP S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
480	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati		Instituição financeira	95,0
481	Property Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
482	QR Tower 2, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
483	Quartz No. 1 S.A., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Outra empresa	
484	Radical Properties Unlimited Company	Dublin		Instituição financeira	
485	Reference Capital Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
486	REO Properties Corporation II	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	0,0
487	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
488	Riviera Real Estate	Paris		Outra empresa	100,0
489	ROCKY 2021-1 SPV S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
490	Romareda Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
491	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
492	Samburg Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
493	SCB Alpstizze UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Instituição financeira	
494	Seaconview Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
495	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
496	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	100,0
497	SP Mortgage Trust	Wilmington		Outra empresa	100,0
498	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Instituição financeira	99,9
499	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Empresa de serviços auxiliares	99,8
500	Style City Limited	Dublin		Instituição financeira	
501	Swabia 1 Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
502	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
503	Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa		Outra empresa	100,0
504	Tasman NZ Residential Mortgage Trust	Auckland		Outra empresa	
505	Tech Venture Growth Portfolio, F.C.R.	Madrid		Instituição financeira	100,0
506	Tech Venture Growth S.C.R., S.A.	Madrid		Instituição financeira	100,0
507	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
508	TRS Aria LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
509	TRS Leda LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
510	TRS Scorpio LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
511	TRS SVCO LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
512	TRS Venor LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
513	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
514	Vermögensfondmandat Flexible (80 % teilgeschützt)	Luxemburgo		Outra empresa	
515	Waltzfire Limited	Dublin		Instituição financeira	
516	Wedverville Spain, S.L.	Madrid		Outra empresa	
517	Wendelstein 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Outra empresa	
518	5353 WHMR LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
519	Xtrackers (IE) Public Limited Company	Dublin	4	Outra empresa	0,1
520	Xtrackers II	Luxemburgo	4	Outra empresa	0,1
521	Zumirez Drive LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0



## Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
522	A.C.N. 603 303 126 Pty Ltd	Melbourne		Instituição financeira	19,5
523	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
524	Arabesque AI Ltd	Londres		Instituição financeira	24,9
525	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
526	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	49,0
527	Cyber Defence Alliance Limited	Londres	5, 6	Outra empresa	0,0
528	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		Instituição financeira	25,9
529	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
530	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
531	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Colônia		Outra empresa	25,1
532	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
533	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Empresa de participação financeira	21,1
534	dwins GmbH	Frankfurt		Outra empresa	18,7
535	Elbe Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
536	Evroenergeiaki Anonymi Etaireia	Atenas	5	Outra empresa	40,0
537	FSDB Merchant Services GmbH	Frankfurt		Outra empresa	49,0
538	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
539	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
540	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	15,7
541	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Outra empresa	36,7
542	gixyz Abwicklungs GmbH i.L.	Frankfurt		Outra empresa	33,3
543	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	40,1
544	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	41,6
545	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2, 7	Outra empresa	62,1
546	Grundstücksgesellschaft Mietwohnhäuser Leipzig-Gohlis GbR	Troisdorf		Outra empresa	25,0
547	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	26,0
548	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Instituição financeira	30,0
549	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	40,7
550	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf	5	Instituição financeira	50,0
551	Immobilienfonds Büro Center Erfurt am Flughafen Bindersleben III GbR	Chemnitz	2	Outra empresa	20,7
552	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	39,0
553	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colônia	2	Outra empresa	30,5
554	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	28,9
555	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	40,3
556	Ingrid S.à r.l.	Luxemburgo	5	Outra empresa	23,8
557	iSwap Limited	Londres		Instituição financeira	14,0
558	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	22,9
559	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft i.L.	Düsseldorf		Outra empresa	22,9
560	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	25,9
561	Lion Residential Holdings S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	17,4
562	MorgenFund GmbH	Frankfurt		Empresa de investimento	30,0
563	North Coast Wind Energy Corp.	Port Moody	5	Outra empresa	50,0
564	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
565	Prestipay S.p.A.	Udine	5	Instituição financeira	40,0
566	REDUS DTHG, LLC	Wilmington		Outra empresa	49,9
567	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	20,0
568	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
569	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Outra empresa	49,9
570	Trade Information Network Limited	Londres	5	Outra empresa	18,6
571	TRAXPAY GmbH	Frankfurt		Outra empresa	2,4
572	Triton Beteiligungs S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Outra empresa	33,1
573	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	7	Outra empresa	99,9
574	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	6	Outra empresa	0,0
575	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	6	Outra empresa	0,0
576	Ullmann, Krockow, Esch Luftverkehrsgesellschaft bürgerlichen Rechts	Troisdorf	6	Outra empresa	0,0
577	Volbroker.com Limited	Rochford		Instituição financeira	22,5
578	Weser Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
579	WIS JV LLC	Wilmington	5	Outra empresa	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
580	Wood NewCo S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo	7	Outra empresa	52,1
581	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		Outra empresa	25,0
582	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim	5	Instituição financeira	33,3
583	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	25,0

## Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
584	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
585	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
586	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
587	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
588	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
589	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
590	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
591	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
592	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
593	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
594	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
595	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
596	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
597	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
598	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
599	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
600	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	8	Instituição financeira	50,0
601	Benefit Trust GmbH	Luetzen	9, 10	Instituição financeira	100,0
602	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
603	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	33,2
604	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	32,0
605	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	7, 11	Instituição financeira	98,2
606	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	9, 12	Outra empresa	95,9
607	DB Placement, LLC	Wilmington	7, 9	Outra empresa	100,0
608	DB RC Investments II, LLC	Wilmington	7, 9	Outra empresa	99,9
609	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay	8	Instituição financeira	33,6
610	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo	8	Instituição financeira	49,0
611	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
612	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
613	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
614	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
615	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
616	DWS Offshore Infrastructure Debt Opportunities Feeder LP	George Town	8	Instituição financeira	26,3
617	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
618	Eisler Capital (TA) Ltd	Londres	11	Outra empresa	34,7
619	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	8	Instituição financeira	50,0
620	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
621	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
622	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
623	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	11	Outra empresa	29,5
624	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	11	Outra empresa	28,6
625	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.L.	Jork	11	Outra empresa	24,3
626	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolander KG i.L.	Berlin	8	Instituição financeira	20,5
627	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	8	Outra empresa	49,0
628	Isaac Newton S.A.	Capellen	7, 9	Outra empresa	98,2
629	Kinneil Leasing Company	Londres	8	Outra empresa	35,0
630	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
631	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	7, 11, 13	Instituição financeira	77,1
632	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt	11	Instituição financeira	35,7
633	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	11	Outra empresa	39,0
634	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	40,0
635	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	11	Outra empresa	34,0
636	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	11	Outra empresa	32,8
637	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	11	Outra empresa	33,0
638	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
639	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
640	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
641	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
642	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
643	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colônia	1, 2, 8	Instituição financeira	27,7
644	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
645	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
646	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
647	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
648	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
649	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
650	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
651	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
652	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
653	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
654	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
655	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
656	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
657	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
658	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
659	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
660	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
661	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
662	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
663	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
664	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
665	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
666	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
667	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
668	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
669	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	58,5
670	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
671	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
672	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
673	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
674	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
675	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
676	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	33,2
677	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
678	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	71,1
679	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
680	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
681	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
682	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
683	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
684	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
685	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
686	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	7,9	Instituição financeira	100,0
687	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
688	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
689	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
690	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
691	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
692	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
693	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
694	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
695	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	100,0
696	OLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
697	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
698	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
699	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
700	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
701	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
702	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
703	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	9	Instituição financeira	100,0
704	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
705	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
706	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
707	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
708	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
709	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
710	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
711	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
712	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
713	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
714	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
715	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
716	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
717	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
718	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
719	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlin	8	Instituição financeira	50,0
720	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
721	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
722	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
723	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
724	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
725	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
726	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
727	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
728	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
729	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
730	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
731	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
732	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
733	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
734	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
735	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	25,0
736	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
737	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
738	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
739	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
740	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
741	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
742	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
743	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
744	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
745	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
746	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
747	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
748	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
749	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
750	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
751	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
752	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
753	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
754	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
755	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	25,0

## Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
756	ABRAAJ Holdings (em dissolução oficial)	Camana Bay		Instituição financeira	8,8
757	BÜRGERSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		Instituição financeira	8,5
758	Bürgerschaftsbank Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição financeira	8,7
759	Bürgerschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição financeira	8,4
760	Bürgerschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição financeira	6,3
761	Bürgerschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição financeira	8,2
762	Bürgerschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição financeira	5,6
763	Bürgerschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição financeira	8,7
764	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
765	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito	9,0
766	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	6,0
767	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		Instituição de crédito	11,8
768	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Instituição financeira	7,8

## 45 – Impacto da transformação do Deutsche Bank

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu plenamente todos os efeitos relacionados com a sua transformação anunciada em julho de 2019. Durante todo o ano de 2022, os efeitos relacionados com a transformação ascenderam a 126 milhões de euros, após 1,5 mil milhões de euros em 2021. Desde o início da fase de transformação em 2019, o Grupo reconheceu um total de 8,5 mil milhões de euros de efeitos relacionados com a transformação.

Como parte dos efeitos relacionados com a transformação, o Grupo reconheceu encargos de transformação. Durante todo o ano de 2022, os custos de transformação ascenderam a 132 milhões de euros, após 1,0 mil milhões de euros em 2021. Desde o início da fase de transformação em 2019, o Grupo reconheceu um total de 2,8 mil milhões de euros de encargos de transformação.

## 46 – Reforma do índice de referência das taxas de juro

A tabela seguinte mostra os valores nocionais dos instrumentos financeiros, externos ao Grupo, que fazem referência à IBOR onde se espera que já não haja exigência de cotar as taxas IBOR. A tabela inclui os instrumentos financeiros com uma data de vencimento que se prolonga para além da data em que se espera que termine a exigência de apresentação de cotações. Todas as posições anteriormente referentes à GBP LIBOR, CHF LIBOR, JPY LIBOR, EUR LIBOR, EONIA e as maturidades da USD LIBOR que cessaram no início de 2022 transitaram para uma taxa de referência alternativa ou utilizam a GBP e a JPY, a IBOR sintética até que os acordos de transição sejam finalizados. Os contratos que utilizavam a GBP e a JPY, a LIBOR sintética em 31 de dezembro de 2022 tiveram um impacto imaterial nos valores nocionais do grupo (31 de dezembro de 2021: aproximadamente 1,15 mil milhões de euros). Como resultado, os montantes divulgados a 31 de dezembro de 2022 incluem apenas instrumentos financeiros da USD LIBOR, em que a data de vencimento dos instrumentos financeiros é posterior a 30 de junho de 2023.

### Reforma do índice de referência de taxa de juro (IBOR)

	31 dez 2022
	LIBOR em dólares dos Estados Unidos
em milhões de euros	
<b>Ativos financeiros não derivados</b>	<b>33.862</b>
Empréstimos	31.416
Outros	2.445
<b>Ativos financeiros derivados</b>	<b>3.062.368</b>
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>3.096.230</b>
<b>Passivos financeiros não derivados</b>	<b>8.666</b>
Obrigações	7.731
Depósitos	728
Outros	207
<b>Passivos financeiros derivados</b>	<b>2.835.216</b>
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>2.843.883</b>
<b>Fora do balanço</b>	<b>34.914</b>

	31 dez 2021						
	LIBOR em dólares dos Estados Unidos	LIBOR em libras esterlinas	LIBOR em francos suíços	LIBOR em ienes	EONIA	Outras IBOR	Base múltipla <sup>2</sup>
em milhões de euros							
<b>Ativos financeiros não derivados</b>							
Empréstimos	64.584	5.605	182	66	536	469	-
Outros	62.403	5.478	182	59	363	469	-
<b>Ativos financeiros derivados<sup>1</sup></b>	<b>2.181</b>	<b>127</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>2.829.421</b>	<b>351.302</b>	<b>47.065</b>	<b>523.527</b>	<b>9.042</b>	<b>40.503</b>	<b>167.050</b>
<b>Passivos financeiros não derivados</b>							
Obrigações	17.403	41	-	-	689	-	-
Depósitos	6.561	-	-	-	-	-	-
Outros	10.809	-	-	-	664	-	-
<b>Passivos financeiros derivados<sup>1</sup></b>	<b>32</b>	<b>41</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>2.669.363</b>	<b>321.430</b>	<b>45.442</b>	<b>502.571</b>	<b>7.151</b>	<b>38.650</b>	<b>144.217</b>
<b>Fora do balanço</b>	<b>2.686.766</b>	<b>321.471</b>	<b>45.442</b>	<b>502.571</b>	<b>7.840</b>	<b>38.650</b>	<b>144.217</b>
	73.166	498	40	95	1.963	33	-

<sup>1</sup> O Grupo também tem exposição à reforma do índice de referência das taxas de juro de no que diz respeito aos respetivos saldos de garantia em numerário em alguns dos seus acordos dos anexos de apoio ao crédito. Esta exposição não é apresentada na tabela devido à sua natureza de curto prazo.

<sup>2</sup> Base múltipla refere-se a contratos subjacentes que utilizam múltiplos índices de referência sujeitos a reformas (por exemplo, swaps de taxas de juro variáveis que têm fluxos de caixa em GBP IBOR e USD IBOR).

# Confirmações

## Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

### Relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

#### Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, e das respectivas subsidiárias (o grupo), que inclui o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2022 e a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e as notas para as demonstrações financeiras consolidadas, incluindo um resumo de políticas contabilísticas significativas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que é combinado com o relatório de gestão do Banco, para o exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. De acordo com os requisitos legais alemães, não auditámos o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno, o relatório sobre a igualdade de tratamento e de remuneração incluído no relatório de gestão do grupo e o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade nos termos do artigo 315.º-D do HGB, publicada no site indicado no relatório de gestão do grupo e que faz parte do relatório de gestão do grupo.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras consolidadas cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS adotadas pela UE e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB e, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira do grupo em 31 de dezembro de 2022 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, e
- o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do grupo. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão do grupo está em consonância com as demonstrações financeiras consolidadas e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. Não expressámos uma opinião sobre o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno referido acima, o relatório sobre a igualdade de tratamento e de remuneração referido acima e o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade referido acima.

De acordo com o artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

#### Fundamentação dos pareceres

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas alemãs geralmente aceites para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção "Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo" do nosso relatório do auditor. Somos independentes das entidades do grupo em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.



## Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

### 1. Avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração utiliza técnicas de avaliação para estabelecer o justo valor de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos. O Grupo detinha ativos financeiros e passivos financeiros de nível 3 medidos pelo justo valor de 26.675 milhões de euros e 10.815 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Os instrumentos financeiros relevantes são relatados no âmbito de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os instrumentos financeiros e dados relacionados que não são cotados em mercados ativos incluem derivados estruturados avaliados utilizando modelos complexos; derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento; obrigações extremamente estruturadas; empréstimos ilíquidos; spreads de crédito utilizados para determinar ajustamentos de avaliação (Ajustamento da avaliação de crédito); e outros dados significativos que não podem ser observados para instrumentos com prazos de vencimento mais longos.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos se baseia em pressupostos e juízos de gestão devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados e à não observabilidade dos dados relevantes utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

#### Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento, avaliámos a concepção e testámos a eficácia operacional dos controlos sobre os processos de gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e a determinação de dados significativos não observáveis para os mesmos. Isto inclui controlos relacionados com a verificação independente dos preços; validação independente dos modelos de avaliação, incluindo avaliação das limitações dos modelos; monitorização da utilização do modelo de avaliação; e cálculo dos ajustamentos de valor justo.

Avaliámos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e testámos os dados significativos utilizados nesses modelos. Realizámos uma reavaliação independente de uma amostra de derivados e instrumentos financeiros pelo justo valor que não se encontram cotados em mercados ativos utilizando modelos e dados independentes. Também avaliámos independentemente a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizada por comparação com fontes de dados do mercado.

Adicionalmente, avaliámos a metodologia e os dados utilizados pela gestão para determinar os ajustamentos de justo valor em relação aos requisitos da IFRS 13 e efetuámos novos cálculos para uma amostra destes ajustamentos de avaliação utilizando os nossos próprios dados e metodologia independentes.

Envolvemos especialistas em avaliação de instrumentos financeiros internos nos procedimentos relacionados com modelos de avaliação, reavaliação independente e ajustamentos de justo valor.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas notas 1 e 13 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

## 2. Inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 30 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu uma provisão para perdas de crédito de 5615 milhões de euros, com 1426 milhões de euros relativos às provisões da fase 1 e da fase 2.

As probabilidades de incumprimento (PD) estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros não em incumprimento (IFRS 9 fase 1 e fase 2) baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospectivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). São utilizadas técnicas estatísticas para transformar o cenário de base para futuros desenvolvimentos macroeconómicos em múltiplos cenários. Estes cenários são a base para obter curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, que são utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas.

Dadas as incertezas económicas decorrentes da guerra na Ucrânia, a potencial escassez de energia na Europa, o aumento das pressões inflacionistas e os riscos relacionados para a economia global, a estimativa de informações prospectivas exige um julgamento significativo. Para refletir estas incertezas, a administração tem de avaliar se deve fazer ajustamentos ao seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas no modelo de perdas de créditos esperadas e métodos de previsão, quer através do ajustamento das variáveis macroeconómicas, quer através da inclusão de sobreposições de gestão.

Tendo em conta a detenção significativa de instrumentos financeiros não em incumprimento, a incerteza económica e o uso significativo de juízos de valor, consideramos a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado em modelos das perdas de crédito esperadas e de quaisquer ajustamentos aos mesmos, uma questão essencial da auditoria.

### Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento dos processos implementados pela administração, avaliámos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospectivas no que diz respeito aos requisitos da IFRS 9 e testámos a sua eficácia operacional.

Avaliámos a revisão da administração do seu modelo de perdas de crédito esperadas e os métodos de previsão conduzidos através do processo de validação do modelo. Além disso, avaliámos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e a derivação dos vários cenários.

Avaliámos as previsões macroeconómicas de base comparando-as com as previsões macroeconómicas publicadas por fontes externas.

Também avaliámos a metodologia aplicada pela administração para determinar se deve ajustar o seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas ou ajustar os resultados do modelo através de sobreposições de gestão. Ao fazê-lo, avaliámos os resultados da análise de sensibilidade da administração e comparámos as variáveis macroeconómicas utilizadas com a nossa própria análise de referência. Também avaliámos se os ajustamentos foram incluídos no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia da gestão.

Para avaliar a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos em modelação de risco de crédito para nos ajudar.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas e dos respetivos ajustamentos para as fases 1 e 2 são fornecidas nas notas 1 e 19 nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

### 3. Medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo relatou goodwill de 2919 milhões de euros que foi exclusivamente atribuído à sua unidade geradora de caixa de Asset Management (CGU).

Para efeitos do teste de imparidade, o valor recuperável da unidade geradora de caixa de Asset Management é calculado utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Neste contexto, são feitos pressupostos significativos relativamente às projeções de ganhos, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo. A taxa de desconto é apurada utilizando o Modelo de preços de ativos de capital.

Uma vez que a medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management se baseia num elevado grau de juízo devido às projeções de ganhos, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo contidas no modelo de fluxo de caixa descontado, esta é uma questão-chave de auditoria.

#### Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão do processo de preparação das projeções de ganhos e de cálculo do valor recuperável de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management. A este respeito, também obtivemos um entendimento dos controlos da administração relativamente às projeções de lucros, à taxa de desconto e à taxa de crescimento a longo prazo, avaliámos a conceção desses controlos e testámos a sua eficácia operacional.

Analisámos os pressupostos significativos acima descritos, com destaque para alterações significativas em comparação com o ano anterior. A este respeito, avaliámos a coerência e a razoabilidade dos pressupostos significativos utilizados no modelo de fluxo de caixa descontado, comparando-os com as expectativas do mercado externo.

Ao analisar os fluxos de caixa futuros esperados da unidade geradora de caixa de Asset Management, comparámos as projeções de ganhos com as projeções do exercício anterior e com os resultados efetivos alcançados e avaliámos quaisquer desvios significativos. Além disso, avaliámos os parâmetros de avaliação significativos utilizados para a estimativa do valor recuperável, tais como a taxa de desconto e a taxa de crescimento a longo prazo, na medida em que se encontrem dentro de uma gama de previsões disponíveis externamente.

Para avaliar os pressupostos acima referidos feitos na capacidade de recuperação de goodwill, envolvemos especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management.

#### Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a medição de goodwill são fornecidas nas notas 1 e 23 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

### 4. Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

#### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo relatou ativos líquidos por impostos diferidos de 6622 milhões de euros.

O reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos baseia-se na estimativa da capacidade de utilizar as perdas fiscais não utilizadas e as diferenças temporárias dedutíveis contra potenciais rendimentos tributáveis futuros. Esta estimativa baseia-se, entre outros, em pressupostos relativos aos resultados operacionais previstos com base no plano de negócios aprovado.

À luz do recurso a juízos na estimativa do rendimento futuro sujeito a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais, o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

## Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas fiscais não utilizadas são identificadas em diferentes jurisdições e medidas de acordo com as disposições da legislação fiscal e as regras de contabilidade dos impostos diferidos ao abrigo da IAS 12, avaliamos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados.

Testámos os pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das empresas do grupo relevantes e grupos de impostos.

Além disso, avaliamos o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Avaliamos as estimativas feitas nos resultados operacionais previstos, comparando os pressupostos-chave subjacentes com os dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Comparámos as previsões históricas com os resultados reais. Além disso, avaliamos os ajustamentos fiscais estimados e realizámos análises de sensibilidade sobre os períodos de utilização dos respetivos ativos por impostos diferidos.

Para avaliar os pressupostos utilizados na capacidade de recuperação dos impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos.

## Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos são fornecidas nas notas 1 e 34 das notas às demonstrações financeiras consolidadas

## 5. Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro

### Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do Grupo depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do Grupo como uma questão essencial da auditoria.

## Resposta do auditor

Avaliamos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro do Grupo. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano no atual ambiente de controlo de TI.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI de prevenção e deteção relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram ao aprovisionamento e à remoção de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores.

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações nas versões de produção foram testadas e aprovadas antes da implementação e se a capacidade de implementar alterações estava limitada aos utilizadores autorizados.

Para avaliar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro do Grupo, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do grupo.

## Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão combinado, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro".

## Outras informações

O Conselho de Fiscalização é responsável pelo relatório do Conselho de Fiscalização. Os administradores executivos e o Conselho de Fiscalização são responsáveis pela declaração nos termos do artigo 161.º da AktG ("Aktengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações) sobre o Código de governo das sociedades alemão, que faz parte da Declaração de Governo da Sociedade combinada, bem como pelo Relatório de remuneração nos termos do artigo 162.º da AktG. Em todos os outros aspetos, os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno,
- o relatório sobre a igualdade de tratamento e de remuneração incluído no relatório de gestão do grupo,
- a Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do HGB, publicada no site referido no relatório de gestão do grupo,

e as outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor, em particular:

- o Relatório Não Financeiro,
- a Declaração de Responsabilidade nos termos do artigo 297.º, n.º 2, quarta frase do HGB em conjugação com o artigo 315.º, n.º 1, sexta frase do HGB,
- a secção "Deutsche Bank – Resumo Financeiro",
- a secção "O Grupo Deutsche Bank",
- o Relatório de remuneração,
- a secção "Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289f e 315d do Código Comercial Alemão/Relatório de Governança Corporativa " e
- a secção "Informação Complementar",

mas não as demonstrações financeiras consolidadas, não as divulgações do relatório de gestão do grupo cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão do grupo não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação acima referida e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras consolidadas, as divulgações no relatório de gestão do grupo cujo conteúdo foi auditado, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

## Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e pelo relatório de gestão do grupo

Os administradores executivos são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS adotadas pela UE e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB, e que as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos, posição financeira e desempenho financeiro do grupo. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que tenham determinado como necessários para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes (ou seja, relatos financeiros fraudulentos e apropriação indevida de ativos) ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade do grupo para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, exceto se houver uma intenção de liquidar o grupo ou de cessar operações, ou se não houver outra alternativa realista à liquidação.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão do grupo que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do grupo e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão do grupo que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão do grupo.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do grupo para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

## Responsabilidades do revisor oficial de contas pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do grupo e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas e neste relatório de gestão do grupo.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de não detetar uma distorção material resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão do grupo a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilistas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.
- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do grupo de manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão do grupo ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o grupo deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do grupo em conformidade com as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB.

- Obter provas de auditoria adequadas suficientes relativas à informação financeira das entidades ou atividade empresarial dentro do grupo para expressar pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo. Somos exclusivamente responsáveis pelos nossos pareceres de auditoria.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão do grupo com as demonstrações financeiras consolidadas, a respetiva conformidade com a legislação [alemã], e com a perspectiva que proporciona da posição do grupo.
- Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão do grupo. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos órgãos de gestão como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

## Outros requisitos jurídicos e regulamentares

### Relatório de garantia sobre a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo elaborado para efeitos de publicação, em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB

#### Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB para obter uma garantia razoável sobre se a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo (a seguir "Documentos ESEF") constantes do ficheiro eletrónico Deutsche\_Bank\_AG\_KA+KLB\_ESEF-2022-12-31.zip (SHA-256-Checksum: d315173142 404f74c92438266ceed86b827e7184027b68bc95487ac7bff636e6) e elaborados para efeitos de publicação cumprem, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, este trabalho de confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nestas apresentações nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro identificado acima.

Na nossa opinião, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão constantes do ficheiro identificado acima e elaborados para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Além deste parecer de garantia e dos nossos pareceres de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão relativo ao exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 contidos no "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo" acima referido, não emitimos qualquer parecer de garantia sobre as informações contidas nestes documentos ou sobre as outras informações contidas no ficheiro acima identificado.

#### Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo contidos no ficheiro acima identificado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB e a Norma de Garantia IDW: Garantia sobre a Apresentação Eletrónica de Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão Elaborados para Efeitos de Publicação em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB (IDW AsS 410) (10.2021) e a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia 3000 (Revista). A nossa responsabilidade em conformidade com os mesmos é descrita em maior detalhe na secção "Responsabilidades do auditor do grupo pelo trabalho de confiança nos

documentos ESEF". A nossa empresa de auditoria aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos de Gestão de Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QS 1).

## Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 328.º (1) Frase 4 n.º 1 do HGB e para a marcação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 2 do HGB.

Além disso, os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico.

O conselho de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

## Responsabilidades do auditor do Grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o trabalho de garantia. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, realizamos procedimentos de garantia adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, sobre a especificação técnica deste ficheiro.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma apresentação XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado.
- Avaliamos se a marcação dos documentos ESEF com tecnologia Inline XBRL (iXBRL) nos termos exigidos pelos artigos 4.º e 6.º do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2019/815, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, permite uma cópia adequada e completa em XBRL, legível por máquina, da apresentação em XHTML.

## Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores do grupo pela Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2022. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 26 de setembro de 2022. Somos auditores do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft ininterruptamente desde o exercício de 2020.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

## Outros assuntos - utilização do relatório do auditor

O nosso relatório de auditoria deve ser sempre lido conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e o relatório de gestão do grupo auditado, bem como os documentos ESEF garantidos. As demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo convertidos para o formato ESEF – incluindo as versões a serem publicadas no Unternehmensregister [Registo comercial alemão] – são meramente apresentações eletrónicas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado e não tomam o seu lugar. Em particular, o relatório ESEF e o nosso parecer de garantia nele contido devem ser utilizados exclusivamente em conjunto com os documentos ESEF garantidos disponibilizados em formato eletrónico.



## Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Holger Lösken.

Eschborn/Frankfurt am Main, 13 de março de 2023

Ernst & Young GmbH

Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken

Mai

Wirtschaftsprüfer

Wirtschaftsprüfer

[Auditor público alemão]

[Auditor público alemão]

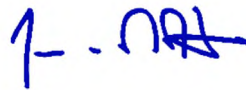
## Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo, que foi combinado com o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 9 de março de 2023



Christian Sewing



James von Moltke



Karl von Rohr



Fabrizio Campelli



Bernd Leukert



Alexander von zur Mühlen



Christiana Riley



Rebecca Short



Stefan Simon



Olivier Vigneron

## 3-

# Relatório de Remuneração

- Introdução – 412**
- 413 Remuneração do Conselho de Administração
  - Princípios para a remuneração do Conselho de Administração – 413**
  - Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração – 413
  - Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia corporativa – 413
  - Princípios de Remuneração – 414
  - Desenvolvimentos relacionados com a remuneração em 2022 – 414**
  - Desenvolvimento do negócio e alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia empresarial em 2022 – 414
  - Alterações no Conselho de Administração e Decisões de Remuneração em 2022 – 415
  - Aprovação do Relatório de Remuneração de 2021 na Assembleia Geral Anual de 2022 – 416
  - Melhorias em relação ao Relatório de Remuneração de 2021 – 416
  - Princípios que regem a determinação da remuneração – 417**
  - Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração – 417
  - Composição do objetivo de remuneração total e de remuneração máxima – 418
  - Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro – 420**
  - Remuneração fixa – 420
  - Remuneração variável – 420
  - Adequação da remuneração do Conselho de Administração e conformidade com a remuneração máxima estabelecida – 437
  - Diferimentos e períodos de carência – 438
  - Backtesting, malus e clawback – 439
  - Informação sobre ações e cumprimento da obrigação de titularidade de ações (Diretrizes de participações) – 440
  - Benefícios no final do mandato – 441
  - Benefícios aquando da cessação antecipada – 442
  - Outras provisões do contrato de serviços – 442
  - Desvios do sistema de remuneração – 443
  - Remuneração do Conselho de Administração 2022 – 444**
  - Membros atuais do Conselho de Administração – 444
  - Antigos membros do Conselho de Administração – 448
  - Perspetivas para o exercício financeiro de 2023 – 449**
  - Remuneração total e remuneração máxima – 449
  - Estrutura e metas dos objetivos para 2023 – 449
- 451 Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
  - Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios financeiros de 2022 e 2021 – 451**
- 454 Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos
- 458 Remuneração dos colaboradores (não auditada)
  - Contexto regulamentar – 458**
  - Governo das remunerações – 459**
  - Estratégia de Remuneração e Benefícios – 460**
  - Quadro de remuneração do Grupo – 461**
  - Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas – 462**
  - Determinação da remuneração variável baseada no desempenho – 464**
  - Estrutura de remuneração variável – 465**
  - Ajustamento ex post de risco da remuneração variável – 466**
  - Decisões de remuneração para 2022 – 467**
  - Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais – 469**

## Introdução

O Relatório de Remuneração para o ano 2022 fornece informações detalhadas sobre a remuneração no Grupo Deutsche Bank.

## Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

O Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização para o exercício financeiro de 2022 foi elaborado conjuntamente pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft (a seguir: Deutsche Bank AG ou o banco) em conformidade com o artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações. O Relatório de Remuneração descreve as características fundamentais dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank e fornece informações sobre a remuneração concedida e devida pelo Deutsche Bank no exercício financeiro de 2022 a cada um dos membros atuais ou antigos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.

O Relatório de Remuneração cumpre os atuais requisitos legais e regulamentares, em particular o artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) e tem em conta as recomendações estabelecidas no código de governo das sociedades alemão (GCGC). Está também em conformidade com os requisitos aplicáveis das regras contabilísticas das empresas orientadas para o mercado de capitais [código comercial alemão (HGB), normas internacionais de relato financeiro (IFRS)], bem como com as orientações emitidas pelo grupo de trabalho que se centra nas Orientações para sistemas de remuneração sustentáveis do Conselho de Administração.

## Relatório de Remuneração dos colaboradores

Esta parte do Relatório de Remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank. O relatório fornece detalhes sobre o enquadramento de remuneração do Grupo e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2022. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – InstVV*).

# Remuneração do Conselho de Administração

## Princípios para a remuneração do Conselho de Administração

### Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Fiscalização como um todo é responsável pelas decisões sobre a concepção do sistema de remuneração, bem como pela fixação dos montantes individuais de remuneração e dos procedimentos para a atribuição da remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização nas suas tarefas de concepção e controlo da implementação do sistema e prepara propostas de resoluções para o Conselho de Fiscalização. Se necessário, o Comité de Controlo de Remunerações emite recomendações para que o Conselho de Fiscalização faça ajustamentos ao sistema. No caso de alterações significativas, mas pelo menos de quatro em quatro anos, o sistema de remuneração para o Conselho de Administração é submetido à aprovação da Assembleia Geral, de acordo com o artigo 120.º-A, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. O sistema de remuneração foi aprovado pela última vez na Assembleia Geral de 2021 por uma maioria de 97,76%.

Com base no sistema de remuneração aprovado, o Conselho de Fiscalização estabelece o objetivo de remuneração total para cada membro do Conselho de Administração para o respetivo exercício financeiro, tendo em conta o âmbito e complexidade das responsabilidades funcionais do respetivo membro do Conselho de Administração, o tempo de serviço do membro do Conselho de Administração no Conselho de Administração, bem como a situação financeira da empresa. No processo, o Conselho de Fiscalização também considera a remuneração habitual do mercado, também baseada em comparações horizontais e verticais, e estabelece o limite superior para a remuneração total (remuneração máxima) (informação adicional é fornecida na secção "Adequação da remuneração do Conselho de Administração e cumprimento da remuneração máxima estabelecida").

### Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia corporativa

O Deutsche Bank tem por objetivo proporcionar uma contribuição positiva aos seus clientes, colaboradores, investidores e sociedade em geral, promovendo o crescimento económico e o progresso social. O Deutsche Bank gostaria de oferecer aos seus clientes soluções e proporcionar uma contribuição ativa para fomentar a criação de valor pelos seus clientes. Esta abordagem destina-se também a assegurar que o Deutsche Bank seja competitivo e rentável e possa operar com base numa forte posição de capital e liquidez. O Deutsche Bank está empenhado numa cultura corporativa que alinha adequadamente os riscos e os proveitos.

Assente numa base estável e promissora, com um modelo de negócio equilibrado, uma gestão prudente dos riscos e um balanço sólido, o Deutsche Bank delineou a sua estratégia para o Grupo para o período até 2025 no Investor Deep Dive de março de 2022, visando um crescimento sustentável e rentável. O objetivo é um crescimento médio anual das receitas de 3,5 a 4,5%. Simultaneamente, existe um compromisso no sentido de manter a disciplina em matéria de custos, a fim de libertar capacidade para investimentos e melhorar a alavancagem operacional. O objetivo é reduzir o rácio custo/rendimento para menos de 62,5% até 2025, gerando simultaneamente uma rentabilidade atrativa do capital próprio tangível superior a 10%. Os objetivos de distribuição de capital devem ser alcançados através de uma combinação de dividendos e recompras de ações, com um rácio de distribuição de 50% a partir de 2025. O banco continuará a centrar-se na conduta e nos controlos e a seguir uma agenda de gestão clara para mudar a forma de trabalhar, tornar-se ainda mais inovador e continuar a ser um empregador de eleição.

No interesse dos acionistas, o sistema de remuneração do Conselho de Administração está alinhado com a estratégia empresarial, bem como com o desenvolvimento sustentável e a longo prazo do Deutsche Bank e fornece incentivos adequados para uma realização consistente dos objetivos estabelecidos. Através da composição da remuneração total, que inclui componentes de remuneração fixas e variáveis, através da avaliação do desempenho ao longo de períodos de curto e longo prazo e através da consideração de parâmetros de desempenho relevantes e desafiantes, a implementação da estratégia do Grupo e o alinhamento com o desempenho sustentável e a longo prazo do Grupo são recompensados de uma forma clara e compreensível. A estrutura das metas e objetivos compreende portanto uma mistura equilibrada de parâmetros e indicadores financeiros e não financeiros.

Através da estruturação do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir as metas e objetivos ligados à estratégia do Deutsche Bank, a trabalhar individualmente e em equipa de forma contínua para o desenvolvimento positivo a longo prazo do Deutsche Bank, sem assumir riscos desproporcionadamente elevados. O

Conselho de Fiscalização assegura assim que existe sempre uma forte ligação entre a remuneração e o desempenho de acordo com os interesses dos acionistas ("relação de remuneração pelo desempenho").

## Princípios de Remuneração

A conceção do sistema de remuneração e, assim, a avaliação dos montantes individuais de remuneração baseiam-se nos princípios de remuneração a seguir descritos. O Conselho de Fiscalização toma-os em consideração ao adotar as suas resoluções neste contexto:

Estratégia empresarial	O sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração está estreitamente ligado à estratégia do Deutsche Bank, concentrando assim o seu trabalho na sua implementação e no desenvolvimento positivo a longo prazo do Grupo, sem correr riscos desproporcionados.
Interesses dos acionistas	Os interesses dos acionistas são sempre tidos em conta na conceção da estrutura específica do sistema de remuneração, na determinação dos montantes individuais de remuneração e na estruturação dos meios de atribuição e distribuição da remuneração.
Objetivos individuais e coletivos	A definição de objetivos individuais, divisionários e coletivos fomenta não só o desenvolvimento sustentável e a longo prazo de cada uma das divisões empresariais, áreas de infraestruturas ou regiões pelas quais os membros do Conselho de Administração são responsáveis, mas também o desempenho do Conselho de Administração enquanto órgão de gestão coletiva.
Perspetiva a longo prazo	Uma ligação a longo prazo ao desempenho do Deutsche Bank é assegurada através da fixação de uma maior percentagem de objetivos a longo prazo em comparação com objetivos a curto prazo e da concessão de uma remuneração variável exclusivamente sob forma diferida e principalmente como remuneração com base em ações com períodos de aquisição e detenção até sete anos.
Sustentabilidade	Os objetivos de acordo com a estratégia Ambiental, Social e de Governação (ESG) do Deutsche Bank fornecem incentivos para agir de forma responsável, também no contexto da sustentabilidade, e assim dar um importante contributo para o desempenho a longo prazo do Deutsche Bank.
Adequação e limites superiores (caps)	A adequação dos montantes de remuneração é assegurada através da revisão da remuneração com base numa comparação horizontal com os pares e numa comparação vertical com os funcionários, bem como de limites de remuneração adequados sobre a remuneração variável alcançável e a remuneração máxima.
Transparência	Ao evitar uma complexidade desnecessária nas estruturas e através de relatórios claros e compreensíveis, a transparência do sistema de remuneração é aumentada de acordo com as expectativas dos investidores e do público, bem como com os requisitos regulamentares.
Governo	A estruturação do sistema de remuneração e a avaliação para determinar a remuneração é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares.

## Desenvolvimentos relacionados com a remuneração em 2022

### Desenvolvimento do negócio e alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia empresarial em 2022

A remuneração do Conselho de Administração está estreitamente alinhada com os objetivos estratégicos do Deutsche Bank. Todos os objetivos individuais e coletivos acordados com os membros do Conselho de Administração, bem como os seus parâmetros de avaliação para o exercício financeiro de 2022 foram discutidos pelo Comité de Controlo de Remunerações no início do ano e posteriormente resolvidos pelo Conselho de Fiscalização. Os objetivos servem de um modo geral para promover a transformação estratégica do Grupo. Os níveis de realização determinados para os objetivos do exercício financeiro de 2022 no início do exercício de 2023 refletem até que ponto os objetivos individuais foram alcançados e assim contribuíram para o desempenho do Banco.

Nos últimos três anos e meio, o Deutsche Bank conseguiu transformar-se sob a égide da equipa de gestão. Ao recentrar a atividade em torno de pontos fortes essenciais, o banco tornou-se significativamente mais rentável, mais equilibrado e mais eficiente em termos de custos. Graças à execução disciplinada da estratégia, o banco foi capaz de apoiar os seus clientes em condições muito difíceis, provando a sua resiliência com uma forte disciplina de risco e uma sólida gestão de capital.

O lucro antes de impostos ascendeu a 5,6 mil milhões de euros no final de 2022. Trata-se de um aumento de 65% em relação ao ano anterior e o resultado mais elevado dos últimos quinze anos. A rentabilidade do capital próprio tangível após impostos aumentou para 9,4%. As receitas aumentaram 7% para 27,2 mil milhões de euros, graças ao aumento da atividade dos clientes. Ao mesmo tempo, o Deutsche Bank reduziu ainda mais os custos em 5%, para 20,4 mil milhões de euros. O rácio custo/rendimento diminuiu de 85 para 75% durante a globalidade do ano.

Refletindo a rentabilidade de todos os segmentos de negócio em 2022, o Corporate Bank e o Private Bank foram os principais motores de crescimento, com aumentos de receitas de 23% e 11%, respetivamente. Ambas as divisões registaram

igualmente lucros recorde. As receitas líquidas do Corporate Bank ascenderam a 6,3 mil milhões de euros em 2022, um aumento de 23% em termos homólogos, com um crescimento de 39% da margem financeira e de 7% dos rendimentos de serviços e comissões. As receitas líquidas do Private Bank ascenderam a 9,2 mil milhões de euros, um aumento de 11% em termos homólogos. O sucesso contínuo do Investment Bank nas áreas de Rendimento Fixo e Divisas mais do que compensou o abrandamento registado na área de Geração e Consultoria no ano passado, tendo as receitas aumentado 4%. Em Asset Management, as receitas diminuíram 4% para 2,6 mil milhões de euros, uma diminuição menos acentuada do que em quase todos os principais mercados.

Os resultados de 2022 demonstram os benefícios dos esforços de transformação do Deutsche Bank. O banco registou um crescimento dos proveitos nas suas atividades principais e continuou a reduzir os custos. As provisões para riscos estão em conformidade com as orientações, apesar das condições difíceis. A redução do risco do balanço contribuiu para a solidez do rácio de capital e a conclusão do percurso da Unidade de Libertação de Capital constitui um marco importante na execução da sua transformação.

Os objetivos individuais são agrupados na componente de curto prazo (STA (Short-Term Award)) e representam uma quota de 40% da remuneração variável total alvo. O Conselho de Fiscalização determinou um nível de realização para estes componentes para o exercício financeiro de 2022 entre 105,69% e 127,54%. O desempenho do Conselho de Administração como órgão coletivo reflete-se no componente de longo prazo (Long-Term Award (LTA)), que representa uma percentagem de 60% da remuneração variável total alvo. Globalmente, o nível de realização dos objetivos coletivos baseados unicamente no exercício financeiro de 2022 foi de 86,29%. Este nível de realização representa 60% do Prémio de Longo Prazo a conceder para o exercício financeiro de 2022. 30% será para o exercício financeiro de 2023 e 10% para o exercício financeiro de 2024. Uma vez que os níveis de realização dos anos anteriores (30% a partir de 2021 e 10% a partir de 2020) também afetaram o Prémio de Longo Prazo para o exercício financeiro de 2022, o nível de realização deste componente para o exercício financeiro de 2022 foi de 79,60% com base nos níveis de realização ponderados dos três exercícios financeiros. Os detalhes sobre os níveis de concretização individuais são apresentados como uma visão geral neste relatório sob o título "Aplicação do sistema de remuneração no exercício financeiro".

## Alterações no Conselho de Administração e Decisões de Remuneração em 2022

Stuart Lewis renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração e Diretor de Risco com efeitos a partir do dia da Assembleia Geral de 18 de maio de 2022. A nomeação do seu sucessor, Olivier Vigneron, teve lugar com efeitos a partir de 20 de maio de 2022. Olivier Vigneron trabalhou inicialmente para o Deutsche Bank como Diretor de Grupo Sénior (Generalbevollmächtigter), a partir de 1 de março de 2022. Como resultado, foi possível assegurar uma transição sem problemas das tarefas e responsabilidades do Diretor de Risco.

O Conselho de Administração foi composto por 10 membros ao longo de 2022, com uma proporção de 20% de mulheres.

O Conselho de Fiscalização revê anualmente os níveis de remuneração dos membros do Conselho de Administração e contrata regularmente consultores de remuneração externos para apoiar essa revisão, assegurando-se de que estes consultores são independentes do Conselho de Administração e do Deutsche Bank. Em 2022, o Conselho de Fiscalização realizou uma revisão dos níveis de remuneração tendo em conta empresas comparáveis (grupos de pares) com o apoio do consultor de remuneração externo. Com base nos resultados desta análise e tendo em conta outros aspetos, como a duração da participação no Conselho de Administração ou alterações na área de responsabilidade no Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização tomou as seguintes decisões de remuneração em 2022:

O objetivo global de remuneração de Olivier Vigneron, na sua qualidade de membro do Conselho de Administração e de Diretor de Risco, foi fixado ao nível da remuneração dos outros membros do Conselho de Administração responsáveis por uma área de infraestrutura ou por uma região. Isto corresponde a um valor-alvo de 6,5 milhões de euros por ano. A remuneração total-alvo é, por conseguinte, 7,14% inferior à remuneração total-alvo do seu antecessor.

Em março de 2022, James von Moltke foi nomeado "Presidente" do Deutsche Bank AG, para além das suas funções de Diretor Financeiro (CFO). Esta nomeação conduz a um alargamento da sua área de responsabilidade no Conselho de Administração e a tarefas adicionais. Tendo em conta a sua área de responsabilidade alargada e o facto de ser membro sénior do Conselho de Administração já no seu sexto ano, o Conselho de Fiscalização decidiu aumentar a sua remuneração total-alvo em 400 mil euros por ano, para 7,4 milhões de euros por ano, com efeitos a partir de 1 de julho de 2022. Isto representa um aumento de 5,71%.

Fabrizio Campelli assumiu com sucesso a responsabilidade pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank de Christian Sewing em 1 de maio de 2021, numa transição sem problemas. A revisão dos níveis de remuneração pelo consultor de remunerações externo mostrou que o seu posicionamento nos dois grupos de pares dos bancos internacionais e europeus, com um objetivo global de remuneração de 6,5 milhões de euros por ano, é inferior ao posicionamento dos outros membros do Conselho de Administração. Além disso, a sua nomeação como membro do Conselho de Administração foi prorrogada por mais três anos. Por estas razões, o Conselho de Fiscalização decidiu aumentar a remuneração total-alvo para 7 milhões de euros por ano,

o que representa um aumento de 7,69%. O aumento produziu efeitos simultaneamente com a prorrogação do seu mandato, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2022.

Em 2022, o Conselho de Administração reconheceu que a utilização de canais de comunicação não autorizados entre o pessoal representa uma falha cultural no Deutsche Bank. Por conseguinte, o Conselho de Administração quis dar um sinal cultural e propôs ao Conselho de Fiscalização que, no âmbito da gestão do desempenho, este facto tivesse um impacto na remuneração individual. Assim, todos os membros do Conselho de Administração ativos em 31 de dezembro de 2021 concordaram em reduzir a remuneração variável para o exercício de 2021 em 75 000 EUR cada. A redução será alcançada através da redução dos Prémios Restritos de Incentivo com vencimento em 1 de março de 2023, no montante acima indicado.

Ao determinar a remuneração variável para o exercício de 2022, o Conselho de Fiscalização teve positivamente em conta os marcos financeiros alcançados e os contributos de cada um dos membros do Conselho de Administração para este sucesso na sua avaliação de desempenho. Além disso, o Conselho de Administração prosseguiu as suas atividades de remediação com um forte empenho e com várias medidas tomadas para satisfazer as elevadas expectativas das autoridades reguladoras; no entanto, apesar dos progressos recentes, o Conselho de Fiscalização considera que o prazo globalmente alargado em que a remediação foi concretizada e o replaneamento e/ou a não concretização de objetivos em determinadas áreas devem ser reconhecidos na remuneração do Conselho de Administração. Por esta razão, o Conselho de Fiscalização, sob proposta do Comité de Controlo de Remunerações, reduziu em 5% o nível de concretização individual no que se refere ao Prémio de Curto Prazo calculado com base nos desempenhos individuais de todos os membros do Conselho de Administração ativos no exercício. Os detalhes sobre como calcular o Prémio de Curto Prazo são apresentados neste relatório sob o título "Aplicação do sistema de remuneração no exercício financeiro".

## Aprovação do Relatório de Remuneração de 2021 na Assembleia Geral Anual de 2022

O Relatório de Remuneração de 2021 para os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank, tal como publicado em 11 de março de 2022, foi submetido à Assembleia Geral ordinária a 19 de maio de 2022, para aprovação em conformidade com o artigo 120.º-A, n.º 4 da lei alemã relativa às sociedades por ações. A Assembleia Geral aprovou o Relatório de Remuneração com uma maioria de 88,03%.

## Melhorias em relação ao Relatório de Remuneração de 2021

Embora o Relatório de Remuneração do ano passado tenha sido, em princípio, bem recebido pelos acionistas, esforçamo-nos constantemente por melhorar a qualidade dos relatórios do Grupo. No interesse dos nossos acionistas, o banco fornece mais informações este ano, aumentando assim a transparência ao

- Apresentar uma fundamentação mais completa para as decisões sobre alterações relacionadas com a remuneração do Conselho de Administração
- Melhorar a informação sobre os objetivos individuais, incluindo os níveis globais de concretização de cada membro do Conselho de Administração
- Divulgar os Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) de Pontuações Equilibradas para o Diretor Geral (CEO) e o Diretor Financeiro (CFO), incluindo os níveis globais de concretização
- Apresentar sumários da avaliação do desempenho do Diretor Executivo e do Diretor Financeiro para as componentes do Prémio de Curto Prazo (STA) dos objetivos individuais e das prioridades anuais
- Alargar a tabela de Prémios de Longo Prazo (LTA) para a Componente do Grupo, de modo a incluir os valores alvo/reais e os níveis de concretização
- Fornecer uma descrição geral pormenorizada do período de avaliação de 3 anos, mostrando os graus de concretização individuais para avaliar o nível de concretização global de cada componente do LTA
- Fornecer uma perspetiva dos objetivos a estabelecer para 2023, incluindo melhorias nas estruturas de remuneração do Conselho de Administração com efeitos a partir de 2023



## Princípios que regem a determinação da remuneração

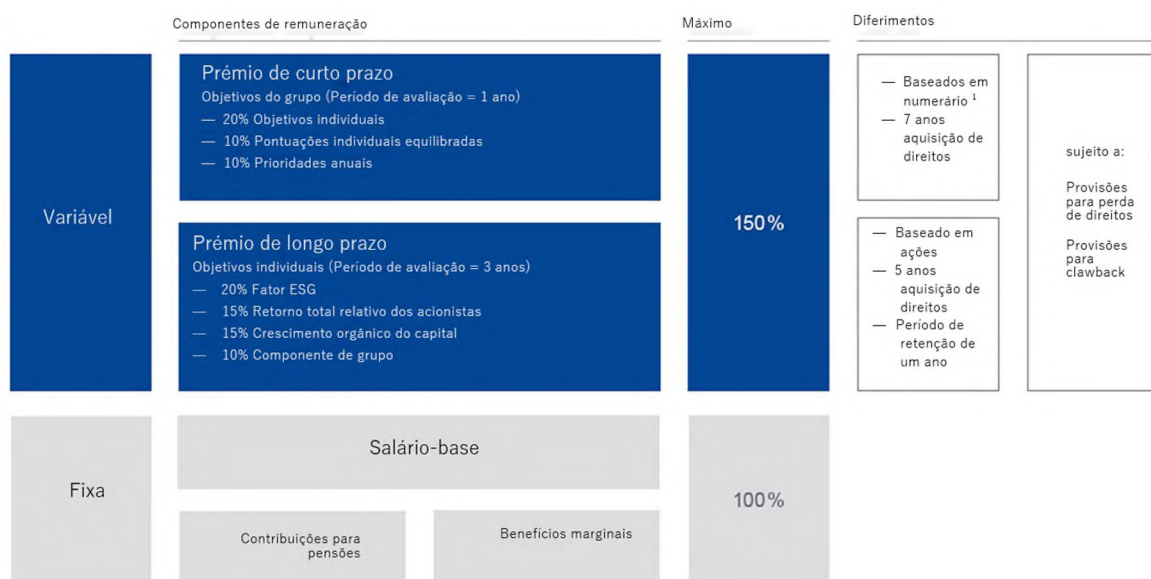
### Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração

O sistema de remuneração consiste em componentes de remuneração fixa e variável. A remuneração fixa e a remuneração variável em conjunto formam a remuneração total para um membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização define os montantes alvo e máximos (limites) para todos os componentes da remuneração.

#### Sistema de Remuneração do Conselho de Administração 2022

Componentes	Objetivo	Implementação
<b>Remuneração fixa</b>		
Salário-base	O salário-base remunera o membro do Conselho de Administração pelo desempenho das respetivas funções e responsabilidades. A remuneração fixa destina-se a assegurar um rendimento justo e orientado para o mercado e a garantir que se evitem riscos indevidos. Além disso, são concedidos aos membros do Conselho de Administração benefícios marginais e contribuições para benefícios de pensão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pagamento mensal; salário-base anual entre 2,4 milhões de euros e 3,6 milhões de euros</li> </ul>
Benefícios marginais		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviço de motorista e automóvel da empresa, bem como, se for caso disso, despesas de mudança, subsídio de alojamento, prémios de seguros e reembolso de despesas de representação comercial</li> </ul>
Pensão		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma contribuição ou subsídio único e contratualmente acordado para um plano de pensão anual de 650.000 euros para uma provisão de pensão adequada</li> </ul>
<b>Remuneração variável</b>		
Prémio de curto prazo (STA)	O STA recompensa a contribuição de valor individual de cada membro do Conselho de Administração para alcançar objetivos a curto e médio prazo, de acordo com a estratégia empresarial. É composto por três elementos, que são adaptados ao papel e responsabilidades do membro do Conselho de Administração e podem ser individualmente influenciados pelo nível de concretização pelo membro do Conselho de Administração.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 40% da remuneração variável total com 3 elementos relacionados com o desempenho individual (1) Objetivos individuais (20%); (2) Pontuações individuais equilibradas (10%); (3) Prioridades anuais (10%)</li> <li>- Nível máximo alvo de 150%</li> <li>- Período de avaliação 1 ano</li> <li>- Desembolso o mais rapidamente possível em 4 parcelas em Prémios Restritos de Incentivo (baseados em numerário) – 1, 3, 5 e 7 anos após a concessão</li> <li>- Montante-alvo para um nível de concretização de 100%: Entre 1,640 milhões de euros e 2,160 milhões de euros</li> </ul>
Prémio de longo prazo (LTA)	Na determinação da remuneração variável, a tónica é colocada na concretização de objetivos de longo prazo associados à estratégia. Para sublinhar este facto, o Conselho de Fiscalização colocou a tónica nesta componente com uma quota do LTA de 60% do total da remuneração variável alvo. Para o LTA, o Conselho de Fiscalização estabelece objetivos coletivos para os membros do Conselho de Administração. Uma parte importante do LTA é o fator SAG. Desde a sua implementação em 2021 e posterior desenvolvimento, a estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank tem sido sistematicamente associada à remuneração do Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 60% da remuneração variável total com 4 objetivos de grupo (1) Fator SAG (20%); (2) Retorno total relativo dos acionistas (15%); (3) Crescimento do capital orgânico (15%); (4) Componente do grupo (10%)</li> <li>- Nível máximo alvo de 150%</li> <li>- Período de avaliação de 3 anos com ponderações de 60% (Exercício Financeiro (FY)), 30% (FY+1), 10% (FY+2)</li> <li>- Desembolso em 4 parcelas exclusivamente em Prémios Restritos em Ações (baseados em ações) – pagamento o mais cedo possível após 2, 3, 4, 5 anos mais um período de detenção de 1 ano após a concessão</li> <li>- Montante-alvo para um nível de concretização de 100%: Entre 2,460 milhões de euros e 3,240 milhões de euros</li> </ul>

## Vista geral



<sup>1</sup> A menos que o Conselho de Fiscalização decida conceder (partes do) STA em casos individuais em capital próprio para cumprir os requisitos das Orientações de Participação

Estão disponíveis informações detalhadas sobre o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG no website da empresa: [Sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração a partir de janeiro de 2021](#).

## Composição do objetivo de remuneração total e de remuneração máxima

O Conselho de Fiscalização determina para cada membro do Conselho de Administração um objetivo (referência) de remuneração total com base no sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral. Determina também, de acordo com a recomendação do Código de governo das sociedades alemão, quais as proporções relativas que a remuneração fixa, por um lado, e a remuneração variável de curto e longo prazo, por outro lado, têm na remuneração total alvo. Neste contexto, o Conselho de Fiscalização assegura, em particular, que a remuneração variável no desempenho associada à concretização de objetivos a longo prazo excede a parte da remuneração variável associada a objetivos a curto prazo.

Ao estabelecer o objetivo de remuneração total para cada membro do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização tem em conta o âmbito e a complexidade da responsabilidade funcional do respetivo membro do Conselho de Administração, bem como a experiência e o tempo de serviço do membro no Conselho de Administração. Além disso, os montantes de remuneração são revistos quanto à sua adequação com base em dados de mercado para grupos de pares adequados. Com base nestes critérios, o Conselho de Fiscalização fixa as percentagens relativas para os componentes de remuneração dentro da remuneração-alvo total da seguinte forma:

### Percentagens relativas do total anual da remuneração-alvo atribuída aos diferentes componentes da remuneração (%)

Componentes de remuneração	Percentagem relativa da remuneração total em %
Salário-base	~ 33-37%
Benefícios marginais regulares	~ 1 %
Custos do serviço de pensões / subsídio de pensão	~ 7-9%
Prémio de curto prazo	~ 22-23%
Prémio de longo prazo	~ 33-34%
<b>Remuneração total de referência</b>	<b>100%</b>

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é limitada (capped) de várias formas (remuneração máxima).

Nos termos da Secção 25-A, n.º 5 da Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz - KWG), o rácio de remuneração fixa para variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação do limite máximo), ou seja, o montante da remuneração variável não deve exceder o da remuneração fixa, a menos que os acionistas de um banco decidam aumentar o rácio da remuneração fixa para variável até 1:2. A Assembleia Geral em maio de 2014 fez uso desta possibilidade e aumentou a relação para 1:2.

O Conselho de Fiscalização limitou ainda os níveis máximos possíveis de realização dos objetivos de curto prazo (STA) e de longo prazo (LTA) de forma consistente para 150% da remuneração-alvo variável. Além disso, especificou um limite de montante adicional (limite máximo) para o montante agregado do salário base, STA e LTA de 9,85 milhões de euros. Isto significa que mesmo com níveis de cumprimento de metas que levariam a montantes de remuneração mais elevados, a remuneração é limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros. Após a avaliação do nível de cumprimento do objetivo, se o cálculo tiver como resultado uma remuneração variável ou uma remuneração total que exceda um dos limites especificados, a remuneração variável deve ser reduzida. Isto deve ter lugar através de uma redução proporcional do STA e LTA.

#### Montantes-alvo e máximos do salário base e da remuneração variável

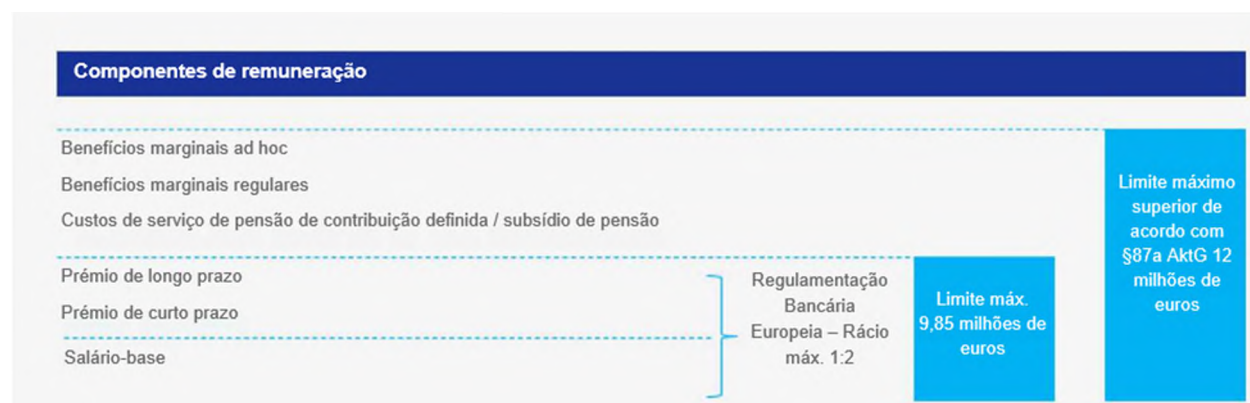
em euros	2022				2021
	Salário-base	Prémio de curto prazo	Prémio de longo prazo	Remuneração total <sup>1</sup>	Remuneração total <sup>1</sup>
<b>CEO</b>					
Valor-alvo	3.600.000	2.160.000	3.240.000	9.000.000	9.000.000
Valor máximo	3.600.000	3.240.000	4.860.000	9.850.000	9.850.000
<b>Presidentes<sup>2, 3</sup></b>					
Valor-alvo	3.000.000	1.760.000	2.640.000	7.400.000	7.400.000
Valor máximo	3.000.000	2.640.000	3.960.000	9.600.000	9.600.000
<b>Membro ordinário do Conselho de Administração responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank (CB e IB)<sup>3</sup></b>					
Valor-alvo	2.800.000	1.680.000	2.520.000	7.000.000	6.500.000
Valor máximo	2.800.000	2.520.000	3.780.000	9.100.000	8.550.000
<b>Todos os outros membros ordinários do Conselho de Administração<sup>3</sup></b>					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Valor máximo	2.400.000	2.460.000	3.690.000	8.550.000	8.550.000

<sup>1</sup> Limitar o montante total máximo do salário-base e da remuneração variável ao limite superior estabelecido pelo Conselho de Fiscalização.

<sup>2</sup> Presidentes e membros ordinários do Conselho de Administração responsáveis pelo Private Bank (PB)/Asset Management (AM) e pela Área Financeira (Diretor Financeiro).

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a decisão de remuneração, consultar o capítulo "Alterações no Conselho de Administração e Decisões de Remuneração em 2022" do presente relatório.

Além disso, em conformidade com o artigo 87.º-A, n.º 1, frase 2, n.º 1 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, o Conselho de Fiscalização também estabeleceu um limite superior para a remuneração total máxima de 12 milhões de euros para cada membro do Conselho de Administração (Remuneração Máxima). A Remuneração Máxima é fixada de forma consistente para todos os membros do Conselho de Administração. A Remuneração Máxima corresponde à soma de todos os componentes de remuneração para qualquer exercício financeiro. Isto inclui não só o salário base, STA e LTA, mas também os benefícios marginais e os custos de serviço para o plano de pensões ou subsídios de pensão da empresa.



## Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro

### Remuneração fixa

As componentes fixas da remuneração sob a forma de salário-base, prestações marginais e contribuições para o plano de pensões ou subsídios de pensão foram concedidas no exercício financeiro como remuneração fixa no desempenho e em conformidade com os acordos individuais nos contratos de serviço. Devido aos requisitos da Secção 25-A, n.º 5 da Lei Bancária Alemã e de acordo com a decisão da Assembleia Geral Anual de maio de 2014, o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável é geralmente limitado a 1:2 (regra do limite máximo). Por conseguinte, ao determinar o montante do salário-base como parte da remuneração-alvo, deve ter-se em conta que a remuneração variável não pode exceder o valor máximo de 200% da remuneração fixa.

As despesas com benefícios marginais e custos de serviço de pensão variam nos seus montantes anuais. Embora a contribuição para o plano de pensões do Deutsche Bank seja definida de forma consistente para todos os membros do Conselho de Administração, os montantes para os quais o Deutsche Bank contribuiu durante o ano sob a forma de acréscimos de custos do serviço de pensões variam, contudo, com base no tempo de serviço no Conselho de Administração durante o ano financeiro, na idade do membro do Conselho de Administração e nos números atuariais (são fornecidas informações adicionais na secção "Prestações após a rescisão regular do contrato").

### Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, com base numa proposta do Comité de Controlo de Remunerações, determinou a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2022. A remuneração variável compreende dois componentes, um componente de curto prazo (STA (Short-Term Award)), com uma ponderação de 40%, e um componente de longo prazo (LTA (Long-Term Award)), com uma ponderação de 60% em relação à remuneração-alvo variável.

Todos os objetivos, mensurações e critérios de avaliação que foram utilizados para a avaliação do desempenho para o exercício financeiro de 2022 derivam da estratégia do Deutsche Bank e estão de acordo com o sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral. Os objetivos foram selecionados para estabelecer incentivos adequados aos membros do Conselho de Administração, para promover o desenvolvimento dos lucros do Deutsche Bank e o alinhamento com os interesses dos acionistas, bem como para cumprir a responsabilidade social do Deutsche Bank através da inclusão de aspetos de sustentabilidade e proteção climática. Os objetivos difíceis refletem as ambições do Banco. Se os objetivos não forem alcançados, a remuneração variável pode ser zero; em caso de superação, o nível máximo de realização é limitado a 150% do valor-alvo.

### Equilíbrio dos objetivos financeiros e não financeiros

Os objetivos financeiros e não financeiros são considerados de forma equilibrada ao estabelecer os objetivos. Em relação à remuneração variável total, houve um maior foco nos objetivos financeiros no exercício financeiro de 2022, com uma ponderação de cerca de 68%. Tanto os objetivos financeiros como os não financeiros foram escolhidos de modo a serem quantitativa ou qualitativamente mensuráveis no final do exercício financeiro. Cerca de 75% dos objetivos são mensuráveis quantitativamente e uma parte de cerca de 25% é mensurada qualitativamente.

### Prémio de curto prazo (STA)

O montante do **Prémio de Curto Prazo** para o exercício financeiro de 2022 baseia-se no nível de concretização durante o período de avaliação dos objetivos individuais e divisionais a curto prazo. O período de avaliação coincide com o exercício financeiro e tem a duração de um ano.

O Prémio de Curto Prazo é composto pelos três elementos seguintes, com diferentes ponderações:

- Objetivos individuais (50%)
- Pontuação equilibrada individual (25%)
- Prioridades anuais (25%)

Para cada uma destas componentes, o Conselho de Fiscalização determina o nível de concretização com base num processo de avaliação de final do ano claramente estruturado no início do exercício seguinte. A concretização das três componentes determina o nível de concretização global de cada membro do Conselho de Administração, que, por sua vez, determina o montante da componente de curto prazo para o exercício fiscal anterior.

## Determinação do valor em numerário do Prémio de Curto Prazo

	Prémio de Curto Prazo (40%)		
	Objetivos individuais (50%)	Pontuação equilibrada (25%)	Prioridades anuais (25%)
Montante-alvo <sup>1</sup>	820.000 - 1.080.000	410.000 - 540.000	410.000 - 540.000
Nível-alvo de concretização	0% - 150%	0% - 150%	0% - 150%
Montante-alvo global por componente do STA	0 - 1.620.000	0 - 810.000	0 - 810.000
<b>Montante-alvo global do STA</b>		<b>0 - 3.240.000</b>	

<sup>1</sup> O montante-alvo difere consoante a responsabilidade funcional do membro do Conselho de Administração. Com base em 100%. Pro rata temporis ao entrar ou sair durante o ano.

### Objetivos individuais

O Conselho de Fiscalização estabelece objetivos pessoais e divisionais (Objetivos Individuais) para cada membro do Conselho de Administração no início do ano. São igualmente definidas as ponderações de cada um destes objetivos, bem como os critérios de desempenho relevantes, quantitativa ou qualitativamente mensuráveis, para a sua avaliação. Os objetivos são escolhidos de modo a serem desafiantes, ambiciosos e suficientemente concretos para assegurar um alinhamento adequado entre desempenho e remuneração e para que o princípio de "pagamento por desempenho" seja tido em conta.

Os Objetivos Individuais derivam da estratégia empresarial e promovem a sua implementação. São estabelecidos para cada membro do Conselho de Administração tendo em consideração a respetiva área de responsabilidade funcional e a contribuição desta área de responsabilidade funcional para o avanço da estratégia global do Deutsche Bank. Os objetivos ESG, como a continuação do desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade ou a promoção de medidas para melhorar a correção regulamentar, são também incluídos como objetivos individuais. Os Objetivos Individuais também podem ser definidos como metas de projeto ou regionais. Além de medidas operacionais, a implementação de projetos e iniciativas estratégicas também pode ser acordada como objetivos, se estes forem diretamente determinantes para a implementação da estratégia, contribuindo, por exemplo, para a estrutura, organização e desenvolvimento sustentável do Deutsche Bank.

No início do exercício de 2022, foram estabelecidos entre 4 e 7 Objetivos Individuais com diferentes ponderações para cada membro do Conselho de Administração. Para estes objetivos, o Conselho de Fiscalização atribuiu expectativas claras e critérios de desempenho financeiro e/ou não financeiro no início do ano, tais como indicadores-chave de desempenho (KPI) financeiros, cumprimento de metas, feedback do diretor Geral (CEO) e/ou do conselho de Fiscalização, feedback das partes interessadas e avaliações qualitativas. Estes permitem ao Conselho de Fiscalização avaliar objetivamente a contribuição do desempenho do respetivo membro do Conselho de Administração para a execução concreta dos objetivos.

No final do ano, a determinação dos níveis de concretização segue um processo predefinido. Numa primeira fase, todos os membros do Conselho de Administração procedem a uma autoavaliação inicial dos níveis de concretização dos seus objetivos. Os níveis de concretização autoavaliados são depois discutidos em conversas com o Diretor Geral (CEO) e o Presidente do Comité de Controlo de Remunerações. Com base no feedback destas conversações, o Comité de Controlo de Remunerações elabora uma proposta a apresentar ao Conselho de Fiscalização para decisão. Para esta finalidade, os níveis de concretização são combinados numa média para cada membro do Conselho de Administração de acordo com ponderações pré-definidas.

A visão geral que se segue mostra os objetivos e os níveis de concretização decididos pelo Conselho de Fiscalização para cada membro do Conselho de Administração.

Membro do Conselho de Administração	Ponderação (em %)	Objetivos individuais	Nível de concretização (em %)
Christian Sewing	25%	Continuar a desenvolver a visão e o posicionamento a longo prazo do Deutsche Bank	131,50%
	20%	Cumprir a execução e os objetivos da estratégia a curto prazo do Grupo Deutsche Bank	
	15%	Continuar a desenvolver a cultura do Deutsche Bank	
	15%	Supervisionar a transformação dos Recursos Humanos, incluindo o setor imobiliário	
	15%	Continuar a desenvolver a estratégia de ESG e Banca Sustentável em todo o Banco	
	10%	Reforçar o posicionamento junto dos principais intervenientes políticos	
James von Moltke	30%	Assegurar a execução do plano financeiro do Grupo através da Gestão de Desempenho do Grupo	126,75%
	15%	Promover o desenvolvimento da nova estratégia	
	15%	Fomentar o envolvimento dos investidores e das agências de notação	
	10%	Otimizar o Balanço & Liquidez	
	10%	Apresentar um Programa de Correção da Liquidez	
	10%	Executar a estratégia financeira do grupo, incluindo a melhoria financeira e analítica	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do DB, com foco na integridade e conduta.	
Karl von Rohr	30%	Cumprir a execução da estratégia para a divisão Private Bank, incluindo a eficiência, o crescimento e a rentabilidade sustentável	131,75%
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento de uma nova estratégia e na consecução dos objetivos financeiros do Grupo	
	15%	Assegurar a realização de atividades críticas de remediação dentro da área do crime financeiro	
	20%	Apoiar a estratégia da DWS através de uma função de supervisão	
	15%	Supervisionar as Regiões da Alemanha e EMEA	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do DB, com foco na integridade e conduta	
Fabrizio Campelli	30%	Garantir a execução da estratégia e a rentabilidade sustentável das divisões de Corporate Bank e Investment Bank	130,00%
	20%	Melhorar os controlos e demonstrar a sua eficácia aos reguladores para as divisões de Corporate Bank e Investment Bank	
	20%	Fomentar o desenvolvimento de uma nova estratégia para as divisões de Corporate Bank e Investment Bank	
	10%	Conduzir um alinhamento F2B mais forte para as divisões de Corporate Bank e Investment Bank	
	10%	Supervisionar a Região RU e Irlanda	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do DB, com foco na integridade e conduta	
Bernd Leukert	35%	Executar a estratégia da divisão de Tecnologia, Dados e Inovação (TDI) e desenvolver as prioridades da TDI em conformidade com a estratégia 25	122,00%
	20%	Tecnologia: Continuar a melhorar o património	
	20%	Dados: Melhorar a qualidade	
	15%	Inovação: Conduzir uma abordagem tecnológica centrada no cliente em todo o DB	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do DB, com foco na integridade e conduta	
Alexander von zur Mühlen	40%	Executar e desenvolver a estratégia da APAC em conformidade com a estratégia para 2025	123,50%
	30%	Reforçar a franquia APAC e o foco no cliente	
	20%	Promover a cultura de controlo e realizar atividades de correção críticas no domínio da criminalidade financeira na região APAC	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do DB, com foco na integridade e conduta	
Christiana Riley	40%	Correção e envolvimento na regulamentação dos EUA, incluindo a realização de atividades críticas de correção na área da criminalidade financeira para as Américas e a Comprehensive Capital Analysis and Review (CCAR) de 2022	119,00%
	30%	Executar e desenvolver a estratégia da América em conformidade com a estratégia para 2025	
	20%	Reforçar o envolvimento do cliente	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do DB, com foco na integridade e conduta	

Membro do Conselho de Administração	Ponderação (em %)	Objetivos individuais	Nível de concretização (em %)
Rebecca Short	25%	Executar a agenda de transformação	120,00%
	20%	Impulsionar as reduções da CRU	
	20%	Fomentar a redução dos custos globais	
	15%	Promover a excelência nas aquisições	
	10%	Apoiar o desenvolvimento de uma nova estratégia e aspiração financeira	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do DB, com foco na integridade e conduta	

Membro do Conselho de Administração	Ponderação (em %)	Objetivos individuais	Nível de concretização (em %)
Professor Dr. Stefan Simon	40%	Fomentar a realização de atividades críticas de remediação dentro da área do crime financeiro	122,50%
	15%	Fomentar o envolvimento estratégico com as autoridades reguladoras	
	15%	Continuar a impulsionar a carteira de litígios em todo o banco	
	10%	Promover a criação e operacionalizar a Estrutura de Controlo CAO	
	10%	Rever a definição e implementação da política CAO	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do Deutsche Bank, com foco na integridade e conduta	
Olivier Vigneron (Membro desde 20 de maio de 2022)	50%	Promover uma forte cultura de risco-retorno e continuar a reforçar a organização do risco	105,00%
	20%	Reforçar a gestão dos riscos não financeiros	
	20%	Continuar a abordar as constatações regulamentares e de auditoria interna	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do DB, com foco na integridade e conduta	
Stuart Lewis (Membro até 19 de maio de 2022)	25%	Fomentar uma forte cultura de risco-retorno em toda a organização	121,25%
	20%	Transferência para o sucessor	
	20%	Continuar a abordar as constatações regulamentares e de auditoria interna	
	15%	Continuar a desenvolver e reforçar a organização do risco	
	10%	Correção da gestão de fornecedores	
	10%	Apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento da cultura do DB, com foco na integridade e conduta	

No que se refere aos objetivos qualitativos, o Conselho de Fiscalização formulou expectativas e critérios de desempenho financeiro e/ou não financeiro no início do ano, que lhe permitem avaliar objetivamente a contribuição do desempenho dos respetivos membros do Conselho de Administração no que se refere à implementação concreta de um objetivo para o ano de desempenho no início do ano seguinte. Os graus de concretização assim determinados para os objetivos individuais são consolidados combinados numa média para cada membro do Conselho de Administração de acordo com ponderações previamente definidas. O grau de cumprimento dos objetivos determinado em conformidade é multiplicado pelo montante-alvo de 50% da remuneração-alvo variável para o STA. Isto resulta no montante de pagamento calculado para a componente que compreende os objetivos individuais.



## Resumo da remuneração por desempenho do Diretor Geral e do Diretor Financeiro para os objetivos individuais do STA

Membro do Conselho de Administração	Objetivos individuais – Resumo da remuneração por desempenho
Christian Sewing (Diretor Geral)	<p>O Conselho de Fiscalização reconheceu o sucesso de Christian Sewing na obtenção do melhor resultado financeiro do Deutsche Bank em 15 anos, cumprindo as principais metas e objetivos financeiros para 2022. O Sr. Sewing assegurou a execução e a conclusão da agenda de transformação do Deutsche Bank e posicionou o banco para o crescimento futuro.</p> <p>Christian Sewing continuou a impulsionar a visão de longo prazo do Deutsche Bank e a desenvolver a estratégia Global Hausbank para 2025.</p> <p>Christian Sewing otimizou a estrutura organizacional para assegurar a direção e a liderança em todo o banco. Além disso, desenvolveu a cultura de trabalho e o modelo operacional do Deutsche Bank para incentivar a boa liderança e a parceria, lançando o Leadership Kompass em todo o banco. Ao fazê-lo, não só reforçou os valores do Deutsche Bank e divulgou oito regras de comportamento de liderança correspondentes, como também aperfeiçoou o perfil da cultura de integridade e conduta do Banco. Continuou a centrar-se nas atividades de correção regulamentar e na melhoria dos dados e controles. As conclusões essenciais de auditoria poderão ser encerradas em 2022, mas o Conselho de Fiscalização considera que a intensidade necessária em alguns domínios das atividades de correção em todo o Banco deve ser melhorada e requer um maior foco. O Sr. Sewing acelerou a abertura do Centro Tecnológico de Berlim, incluindo a transferência bem sucedida de cerca de 700 colegas da Rússia, para assegurar o desenvolvimento contínuo da tecnologia de prospecção. É também de referir a melhoria do rácio de diversidade no Deutsche Bank para os cargos de Vice-presidentes, Diretores e Diretores Executivos para 37,7% sob a sua liderança.</p>
James von Moltke (Diretor Financeiro)	<p>O Conselho de Fiscalização reconheceu que o Sr. Sewing também conseguiu reforçar ainda mais o posicionamento do Deutsche Bank como instituição sustentável, através do desenvolvimento da estratégia ambiental, social e de governação (ESG) e de sustentabilidade do Banco. O Sr. Sewing comprometeu-se com um objetivo de volume de financiamento sustentável de 500 mil milhões de euros no final de 2025 e impulsionou a divulgação de objetivos de descarbonização setoriais em consonância com o compromisso de zero emissões líquidas. O Sr. Sewing liderou o Grupo no sentido de uma maior centralização no cliente e promoveu o posicionamento do Deutsche Bank como consultor estratégico em questões ESG para clientes empresariais. Ao mesmo tempo, conseguiu reforçar o posicionamento e as capacidades políticas e regulamentares do Deutsche Bank através do seu envolvimento acelerado na Alemanha e a nível internacional. Contribuiu em formatos de interação com representantes do governo e participou regularmente em viagens com o governo federal.</p> <p>O Conselho de Fiscalização reconheceu os esforços desenvolvidos sob a liderança de James von Moltke, que tiveram um impacto positivo na organização financeira e no grupo em geral. Todos os objetivos do Sr. von Moltke foram alcançados ou quase alcançados. Na sua função de Vice-Presidente do Grupo de Trabalho de Estratégia, tem sido um forte impulsionador da estratégia Global Hausbank para 2025 e desenvolveu um plano financeiro convincente para 2025 e mais além, equilibrando as necessidades de investimento futuro para facilitar o crescimento sustentado do negócio, a eficiência de custos e as distribuições de capital. O Conselho de Fiscalização reconheceu o diálogo proactivo do Sr. von Moltke com os investidores de capital e de crédito, bem como com as agências de notação de crédito, tendo este último contribuído para 4 melhorias ao longo dos difíceis 18 meses anteriores, apoiando, por sua vez, o crescimento da empresa e os custos de financiamento.</p> <p>James von Moltke executou com êxito os planos de despesas do grupo em estreita colaboração com o Diretor de Transformação, incluindo, por exemplo, uma revisão exaustiva da carteira de iniciativas-chave e medidas adicionais. Os programas de correção estão no bom caminho para atingir marcos importantes, mas o Conselho de Fiscalização considera que a intensidade necessária em algumas áreas das atividades de correção em todo o Banco deve ser melhorada e requer um maior foco. O Sr. von Moltke continuou a aplicar um processo disciplinado de análise mensal do desempenho em todas as empresas e funções de infraestruturas, a fim de aumentar a transparência sobre as receitas, os riscos e os custos, controlar os indicadores-chave de desempenho, especialmente os centrados na identificação precoce de tendências e desenvolvimentos adversos, e permitir ao Conselho de Administração tomar as medidas de atenuação adequadas. Além disso, o quadro de Pontuação Equilibrada tem sido continuamente atualizado para refletir as prioridades atuais do Grupo e das divisões e para permitir uma medição do desempenho e uma orientação organizacional adequadas e alinhadas.</p> <p>O Conselho de Fiscalização reconheceu que o Sr. von Moltke alargou o seu foco à inovação para promover a eficiência e o sucesso futuro da organização financeira. Os resultados tangíveis até à data foram a implementação bem sucedida do dbAgile@Scale em toda a carteira de mudanças financeiras, o que permite uma entrega mais rápida, adaptável e com valor acrescentado das iniciativas de mudança. O Conselho de Fiscalização apreciou igualmente o facto de o Sr. von Moltke ter continuado a liderar a função e a empresa, dando ao mesmo tempo um exemplo de integridade a partir do topo, tal como evidenciado pela ausência de qualquer má conduta de relevância regulamentar em toda a divisão financeira.</p>

105,00% - 131,75% Intervalo dos níveis de concretização dos objetivos individuais dos membros do Conselho de Administração para 2022

### Pontuação equilibrada individual

As Pontuações equilibradas permitem ter uma visão global dos indicadores-chave de desempenho e transformar os objetivos estratégicos em práticas operacionais através de ações concretas e da consequente disseminação na organização. Com a Pontuação equilibrada, o Banco dispõe de uma ferramenta apropriada para a orientação e controlo dos indicadores-chave de desempenho que podem ser utilizados para verificar o nível de realização dos objetivos financeiros e não financeiros em relação a parâmetros de mensuração pré-definidos em qualquer altura e para os mensurar de forma transparente para o ano de desempenho no início do ano seguinte. Ao mesmo tempo, a Pontuação equilibrada fornece uma visão geral das prioridades das divisões individuais em todo o Grupo.

Com base nas responsabilidades funcionais, de acordo com o Plano de Afetação de Atividades do Conselho de Administração, é atribuído a cada membro do Conselho de Administração pelo menos uma Pontuação equilibrada individual e um máximo de 4 Pontuações equilibradas. Se for atribuída mais do que uma Pontuação equilibrada a um membro do Conselho de Administração, estas são ponderadas entre si com base na dimensão das atividades. Quatro membros do Conselho de Administração têm mais do que uma Pontuação equilibrada devido às suas múltiplas responsabilidades funcionais e/ou divisionais. O quadro seguinte apresenta o número de Pontuações equilibradas e as respetivas ponderações.

### Pontuações equilibradas para os membros do Conselho de Administração em 2022

Membro do Conselho de Administração	Ponderações	Pontuação equilibrada
Christian Sewing	60%	Grupo/Presidente
	40%	Recursos Humanos/Imobiliário Corporativo
James von Moltke	100%	Diretor Financeiro
Karl von Rohr	40%	Private Bank
	40%	Asset Management
	10%	Região da Alemanha
	10%	Região da Europa, Médio Oriente e África (EMEA)
Fabrizio Campelli	35%	Corporate Bank
	35%	Investment Bank
	20%	Operações e controlo de Corporate Bank e Investment Bank
	10%	Região UKI
Bernd Leukert	100%	Tecnologia, Digitalização e Inovação
Alexander von zur Mühlen	100%	Região APAC
Christiana Riley	100%	Região das Américas
Rebecca Short	50%	Divisão de Transformação, incluindo Global Procurement
	50%	Capital Release Unit
Professor Dr. Stefan Simon	100%	Departamento Administrativo
Olivier Vigneron <sup>1</sup>		
Stuart Lewis <sup>2</sup>	100%	Departamento de Risco

<sup>1</sup> Membro desde 20 de maio de 2022

<sup>2</sup> Membro até 19 de maio de 2022

As responsabilidades funcionais dos respetivos membros do Conselho de Administração estão ligadas a números financeiros relevantes pré-definidos e a objetivos não financeiros até três várias categorias. As três categorias são:



No total, são atribuídos 56 indicadores-chave de desempenho (KPI) a estas categorias, dos quais um conjunto de 8 a 21 KPI é integrado em cada Pontuação equilibrada, consoante a área de responsabilidade funcional do membro do Conselho de Administração. A metodologia para a Pontuação equilibrada tem sido continuamente desenvolvida desde a sua introdução em 2018 e ajustada para satisfazer o foco em desenvolvimento. Por exemplo, a fim de promover as questões sociais, ambientais e de governação (SAG) no sistema de compensação, desde 2021, os tópicos SAG passaram a ter uma consideração ainda maior nas Pontuações equilibradas e também no Prémio de Longo Prazo (LTA).

Os KPI dentro das categorias individuais são estabelecidos no início do ano para cada membro do Conselho de Administração individualmente, juntamente com a meta correspondente, os limiares e os parâmetros de avaliação correspondentes. Além disso, a ponderação é definida para cada categoria. As ponderações que as categorias individuais têm dentro da Pontuação equilibrada global podem atingir 65%, dependendo da responsabilidade funcional do membro do Conselho de Administração. Os KPI das Pontuações equilibradas são mensurados continuamente ao longo do ano, mas a avaliação global é feita no final do ano.

A lógica de cálculo para determinar os níveis finais de concretização para cada membro do Conselho de Administração é a seguinte

Numa primeira fase, é determinada a faixa de concretização de cada KPI. Se não for atingido um valor limiar mínimo, o nível de concretização deste KPI é fixado em zero. Uma vez atingido um limite máximo para um KPI, o nível de concretização é fixado em 150%. Para uma visão geral clara, a Pontuação equilibrada mostra se cada KPI individual foi cumprido ou excedido com base nos critérios de avaliação definidos ("verde"), ou apenas atingido a menos de 100% ("âmbar") ou não atingido ("vermelho").

Numa segunda fase, o nível de concretização para cada categoria é calculado tendo em conta a avaliação dos KPI da primeira fase e as faixas resultantes aplicáveis à respetiva categoria. Quando todos os objetivos de uma categoria são excedidos, o nível de concretização dessa categoria pode ir até 150%. Contudo, se nenhum dos valores de limiar mínimo de uma categoria for atingido, o nível de concretização é de 0%.

Numa terceira fase, é obtido um nível de concretização global para a Pontuação equilibrada individual a partir dos níveis de concretização das categorias e das suas ponderações.

Pontuação equilibrada individual do presidente para Christian Sewing<sup>1</sup>

Categorias de KPI	Ponderação categoria KPI	KPI	Realização 2022	Nível de realização
		Base de custo ajustada direta	O KPI "Base de custo ajustada direta" mede o objetivo de custos para a divisão do Presidente. "Custos ajustados" significa que os custos de litígios, indemnizações e reestruturação e imparidade são excluídos do objetivo. Em 2022, a base de custo ajustada direta foi de 459 milhões de euros, cerca de 3% abaixo do objetivo.	
Desempenho		Base de custo ajustada direta – Grupo	A "base de custo ajustada direta" para o Grupo Deutsche Bank Group era de 19,9 mil milhões de euros em 2022, cerca de 1,5 % acima do objetivo.	
financeiro/capital e risco	50%	Rácio de alavancagem – Grupo	O "rácio de alavancagem" é o capital principal do Banco como percentagem da sua exposição total de alavancagem, de acordo com as definições do Regulamento de Requisitos de Capital/Diretiva de Requisitos de Capital. O objetivo de rácio de alavancagem externo para 2022 de 4,5% foi cumprido.	
		Controlo dos compostos NFRM	O objetivo de controlo "Gestão do risco não financeiro" é uma métrica composta baseada em pontuações ponderadas de 3 componentes-chave: (1) Adesão à implementação do quadro, (2) Avaliação do controlo dos riscos e (3) Identificação dos riscos. Em 2022, a pontuação alvo de 01,49 foi ultrapassada com uma pontuação de 01,00.	
		Sinais de alerta	"Sinais de alerta" são atribuídos às violações de políticas e processos de controlo relevantes relacionados com o risco. Embora o objetivo tivesse permitido até um sinal de alerta na divisão do Presidente, não houve sinais de alerta em 2022.	125%
		Inquérito de avaliação da cultura	O KPI "Inquérito de avaliação da cultura" é medido com base na média direta das respostas favoráveis a cinco perguntas relacionadas com a cultura. O objetivo de 75% para 2022 foi ultrapassado com um resultado de 77%.	
Cultura, controlo e conduta/franchise	50%	Diversidade de género (VP/D/MD)	O KPI "Diversidade de género" é a quota de mulheres entre os Vice-Presidentes, Diretores e Diretores Executivos do Grupo Deutsche Bank. O objetivo de 39,9% para a área do Presidente foi claramente ultrapassado, com uma quota de 41% em 2022.	
		Conclusões vencidas (F3/F4)	O KPI "Conclusões vencidas" regista o número de conclusões vencidas, incluindo conclusões "significativas" e "críticas" que abrangem i) conclusões internas e ii) conclusões regulamentares. Em 2022, registou-se uma média de 1,5 conclusões vencidas contra um objetivo de 0.	
		Reputação dos meios de comunicação	O KPI "Reputação dos meios de comunicação" para o Grupo é um índice sobre a tonalidade da cobertura dos meios de comunicação do DB oferecida pelo fornecedor externo Umicapta (base: lista global de meios de comunicação do DB). A pontuação alvo de 0 numa escala de (1), puramente negativo, a 1, puramente positivo, foi quase alcançada com uma pontuação de (0,05) para 2022.	
		Índice de classificação ESG	O "índice de classificação ESG" é o valor indexado, igualmente ponderado, das pontuações/classificações obtidas nas cinco principais classificações ESG do Banco. A pontuação de 2022 foi de 117,00 contra um objetivo de 122,00.	

<sup>1</sup> A Pontuação equilibrada do Grupo/Presidente representa uma das duas Pontuações equilibradas para o Diretor Geral (Grupo/Presidente e Recursos Humanos/Imobiliário Corporativo). O nível global de concretização da Pontuação equilibrada é determinado com base numa combinação de ambas as Pontuações equilibradas.

Pontuação equilibrada individual do CFO para James von Moltke

Categorias de KPI	Ponderação categoria KPI	KPI	Realização 2022	Nível de realização
		Base de custo ajustada direta	O KPI "Base de custo ajustada direta" mede o objetivo de custos para a divisão financeira. "Custos ajustados" significa que os custos de litígios, indemnizações e reestruturação e imparidade são excluídos do objetivo. Em 2022, a base de custo ajustada direta foi de 567 milhões de euros, cerca de -0,07% abaixo do objetivo.	
Desempenho financeiro/capital e risco	60%	Base de custo ajustada direta – Grupo	A "base de custo ajustada direta" para o Grupo Deutsche Bank Group era de 19,9 mil milhões de euros em 2022, cerca de -1,5 % acima do objetivo.	
		Rácio de alavancagem – Grupo	O "rácio de alavancagem" é o capital principal do Banco como percentagem da sua exposição total de alavancagem, de acordo com as definições do Regulamento de Requisitos de Capital/Diretiva de Requisitos de Capital. O objetivo de rácio de alavancagem externo para 2022 de 4,5% foi cumprido.	
		Controlo dos compostos NFRM	O objetivo de controlo "Gestão do risco não financeiro" é uma métrica composta baseada em pontuações ponderadas de 3 componentes-chave: (1) Adesão à implementação do quadro, (2) Avaliação do controlo dos riscos e (3) Identificação dos riscos. Em 2022, a pontuação alvo de 01,49 foi ultrapassada com uma pontuação de 01,06.	
		Sinais de alerta	"Sinais de alerta" são atribuídos às violações de políticas e processos de controlo relevantes relacionados com o risco. Embora o objetivo tivesse permitido até um sinal de alerta na divisão financeira, não houve sinais de alerta em 2022.	
		Disciplina de limite de risco de liquidez	O KPI "Disciplina de limite de risco de liquidez" combina o rácio de cobertura de liquidez (LCR) do Grupo e a posição de liquidez líquida em esforço do Grupo numa única métrica como medida de disciplina de limite de risco de liquidez. O valor-alvo para 2022 de 00,00 foi atingido a 100%.	128%
		Auditoria CEAG (média de 12 meses)	O "grau de avaliação ambiental de controlo" é uma pontuação baseada no desempenho da divisão em sete componentes relacionados com conclusões de auditoria (encerramento, abertas, críticas, vencidas, repetição, auto-identificadas, taxa de aceitação de risco). A pontuação alvo de 3 foi quase alcançada com uma pontuação de 2,93 para 2022.	
Cultura, controlo e conduta/franchise	30%	Adoção de dados de referência	O KPI "Adoção de dados de referência" mede a fração de registos com o serviço de dados de referência correto (relevante) para cada combinação de domínio de provisão e respetivo processo principal. Em 2022, o objetivo de 61% não foi totalmente alcançado; o resultado final foi 52%.	
		Inquérito de avaliação da cultura	O KPI "Inquérito de avaliação da cultura" é medido com base na média direta das respostas favoráveis a cinco perguntas relacionadas com a cultura. O objetivo de 75% para 2022 foi quase alcançado com um resultado de 74,44%.	
		Diversidade de género (VP/D/MD)	O KPI "Diversidade de género" é a quota de mulheres entre os Vice-Presidentes, Diretores e Diretores Executivos do Grupo Deutsche Bank. O objetivo de 35,70% para a área financeira foi quase alcançado, com uma quota de 35,40% em 2022.	
		Índice de classificação ESG	O "índice de classificação ESG" é o valor indexado, igualmente ponderado, das pontuações/classificações obtidas nas cinco principais classificações ESG do Banco. A pontuação de 2022 foi de 117,00 contra um objetivo de 122,00.	
Digitalização e inovação	10%	Benefícios da desativação de aplicações (atribuição de custos de operação)	O KPI "Benefícios da desativação de aplicações" informa sobre o benefício da redução de custos que será alcançado pelas atividades de desativação no âmbito acordado e priorizado para o ano em causa. Os custos e benefícios de 2022 foram de 1,5 milhões de euros, 16% acima do objetivo.	

Pontuação equilibrada (funcionamento ilustrativo da ferramenta de acompanhamento interno)

Categorias de KPI	KPIs	Alvos	Ponderação por categoria individual	KPI categoria desempenho fator bandas	Resultado exemplar	Banda resultante	Fator de avaliação exemplar	Ponderação x fator	Soma resultante
Desempenho financeiro, capital e risco	KPI 1	Alvo	30%	Verde 100-200%		Verde a âmbar	110%	33%	76%
	KPI 2	Alvo							
	KPI 3	Alvo							
	KPI 4	Alvo							
Cultura, controle e conduta e franchise	KPI 1	Alvo	50%	Verde a âmbar 90-150%		Verde a vermelho	70%	35%	
	KPI 2	Alvo							
	KPI 3	Alvo		Verde a vermelho 60-120%					
	KPI 4	Alvo							
	KPI 5	Alvo							
Inovação e digitalização	KPI 1	Alvo	20%	Âmbar a vermelho 30-90%		Âmbar a vermelho	40%	8%	
	KPI 2	Alvo		Vermelho 0%					

<sup>1</sup> Faixas de resultados das categorias de KPI: Verde (100-150%); Verde a âmbar (75-125%), Verde a vermelho (50-100%), Âmbar a vermelho (25-75%), Vermelho (0%).

Se um membro do Conselho de Administração tiver mais do que uma Pontuação equilibrada, é efetuada uma quarta etapa adicional para determinar um nível de desempenho global final com base nas ponderações pré-definidas das Pontuações equilibradas.

Níveis de concretização das Pontuações equilibradas por membro do Conselho de Administração

Membro do Conselho de Administração	Nível de concretização da Pontuação equilibrada (em %)
Christian Sewing	129,00%
James von Moltke	128,00%
Karl von Rohr	117,00%
Fabrizio Campelli	125,00%
Bernd Leukert	116,00%
Alexander von zur Mühlen	116,00%
Christiana Riley	100,00%
Rebecca Short	140,00%
Professor Dr. Stefan Simon	118,00%
Olivier Vigneron <sup>1</sup>	115,00%
Stuart Lewis <sup>2</sup>	115,00%

<sup>1</sup> Membro desde 20 de maio de 2022

<sup>2</sup> Membro até 19 de maio de 2022

100,00% - 140,00%

Intervalo dos níveis de concretização das pontuações equilibradas dos membros do Conselho de Administração para 2022

Prioridades Anuais

São definidas Prioridades Anuais uniformes para todos os membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização avalia a rentabilidade e as contribuições relacionadas com o desempenho de cada membro do Conselho de Administração em relação a temas de enfoque pré-definidos para o ano. Estes tópicos de enfoque derivam da estratégia do Deutsche Bank e destinam-se a apoiar ainda mais a mesma. Esta componente do Prémio de Curto Prazo (STA) oferece a possibilidade de definir anualmente pontos de foco operacionais em função das prioridades atuais. Os critérios de desempenho a utilizar para a avaliação podem ser tanto de natureza financeira como não financeira.

Para o exercício de 2022, o Conselho de Fiscalização especificou os seguintes tópicos como prioridades anuais:

- Respostas flexíveis e construtivas a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos durante o ano de desempenho
- Principais resultados da Pontuação equilibrada que ainda não foram avaliados no âmbito de outro objetivo

O Conselho de Fiscalização avalia a forma como cada membro do Conselho de Administração reagiu a determinados acontecimentos e desenvolvimentos, por vezes imprevistos, que ocorreram durante o exercício financeiro, particularmente do ponto de vista da gestão do risco. No final do ano, o nível de realização é avaliado qualitativamente.

No âmbito da estratégia corporativa, o Conselho de Fiscalização avalia os níveis de consecução dos principais resultados, tais como o foco no cliente One Bank, os objetivos de descarbonização e transformação, a gestão e otimização da força de trabalho e a comunicação global, que estão relacionados com a estratégia corporativa no "Livro de Trabalho" atribuído a cada um dos membros do Conselho de Administração e medidos ao longo do ano. Cada atividade está, por sua vez, associada a critérios de medição, tais como o cumprimento dos objetivos intermédios dentro do prazo em relação ao plano, os limiares de benefícios financeiros e o aumento das receitas em relação à linha de base, que permitem uma medição quantitativa. Com base nisto, pode ser obtido um nível individual de concretização do desempenho de cada membro individual do Conselho de Administração no final do exercício financeiro.

#### Níveis de concretização das Prioridades Anuais por membro do Conselho de Administração

Membro do Conselho de Administração	Ponderação (em %)	Prioridades Anuais	Nível de concretização (em %)
Christian Sewing	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	145,00%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	
James von Moltke	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	137,50%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	
Karl von Rohr	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	137,50%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	
Fabrizio Campelli	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	140,00%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	
Bernd Leukert	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	130,00%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	
Alexander von zur Mühlen <sup>1</sup>	100%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	122,50%
Christiana Riley	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	125,00%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	
Rebecca Short	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	125,00%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	
Professor Dr. Stefan Simon	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	125,00%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	
Olivier Vigneron (Membro desde 20 de maio de 2022)	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	120,00%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	
Stuart Lewis (Membro até 19 de maio de 2022)	50%	Respostas construtivas e flexíveis a acontecimentos/desenvolvimentos ocorridos em 2022	122,50%
	50%	Principais resultados das Pontuações equilibradas	

<sup>1</sup> Os principais resultados das Pontuações otimizadas não foram acordados para 2022.

## Resumo da remuneração por desempenho para o Diretor Geral e o Diretor Financeiro para as Prioridades Anuais do STA

Membro do Conselho de Administração	Prioridades anuais - Resumo da remuneração por desempenho
Christian Sewing (Diretor-Geral)	<p>O Conselho de Fiscalização considerou que o ano de 2022 foi globalmente intenso, com muitos desafios (nomeadamente a guerra na Ucrânia, a pandemia de Covid e a crise energética), e reconheceu que, ao mesmo tempo, foi um ano forte para o Deutsche Bank, conforme indicam os sólidos resultados financeiros e o feedback dos clientes e de outras partes interessadas. O Conselho de Fiscalização considerou que, sob a administração de Christian Sewing, o Banco continuou a tirar partido da sua dinâmica de transformação e do forte crescimento de receitas. Sewing conseguiu posicionar o Deutsche Bank como "parte da solução" e como conselheiro do governo no contexto das pressões inflacionistas e da crise energética.</p> <p>O Conselho de Fiscalização reconheceu que Sewing conduziu o planeamento de sucessão do Conselho de Administração/Comité de Gestão do Grupo e que trabalhou com o Diretor de Recursos Humanos (RH) para aumentar o impacto da organização de RH como um impulsionador ativo dos principais tópicos de transformação. Ao mesmo tempo, assegurou progressos significativos em relação aos objetivos de 2022, incluindo, entre outros: a implementação do quadro Futuro do Trabalho em 34 países (95% da força de trabalho interna global), o estabelecimento da função de Diretor de Sustentabilidade que promove aspirações ESG ao nível do grupo e das divisões, bem como a otimização e execução da estratégia de localização de infraestruturas.</p>
James von Moltke (Diretor Financeiro)	<p>O Conselho de Fiscalização recompensou os esforços de James von Moltke para promover a adesão ao plano financeiro e o cumprimento dos objetivos financeiros num período turbulento com um ambiente macroeconómico em mudança em 2022. Dadas as perturbações causadas pela guerra na Ucrânia e pela pandemia de Covid, von Moltke intensificou o seu diálogo e aprofundou as suas relações com os principais clientes, além de ter tido um papel preponderante no êxito do Investor Deep Dive em 2022.</p> <p>Como presidente do comité de proteção de depósitos da Bundesverband Deutscher Banken, von Moltke foi um dos principais impulsionadores da redefinição do sistema de proteção de depósitos, que foi concluída com êxito em 2022 e que resultará numa redução dos riscos e em benefícios financeiros positivos para as instituições financeiras a longo prazo. Além disso, em 2022, von Moltke alcançou vários objetivos importantes em matéria de finanças, tais como a implementação da gestão de custos baseada em fatores de produção que atribui os custos da infraestrutura central de forma mais precisa às divisões, aumentando a transparência e a apropriação dos custos da infraestrutura. Finalmente, ele garantiu a adesão às normas de elaboração de relatórios ESG e um quadro de governação melhorado.</p>

### Realização global do Prémio de Curto Prazo

Para o exercício financeiro de 2022, os seguintes níveis globais de concretização foram determinados para os membros do Conselho de Administração com base no nível de concretização relativamente aos objetivos associados às três componentes identificadas pelo Conselho de Fiscalização no Prémio de Curto Prazo:

### Realização global do Prémio de Curto Prazo

	Intervalo dos níveis de concretização das prioridades anuais dos membros do Conselho de Administração para 2022			Concretização global do STA		
	Objetivos individuais (50%)	Pontuação equilibrada (25%)	Prioridades anuais (25%)	Nível de concretização (em %)	Nível de concretização, incl. redução de 5% (em %) <sup>1</sup>	Nível de concretização (em €)
Christian Sewing	131,50%	129,00%	145,00%	134,25%	127,54%	2.754.810
James von Moltke	126,75%	128,00%	137,50%	129,75%	123,26%	2.120.115
Karl von Rohr	131,75%	117,00%	137,50%	129,50%	123,03%	2.165.240
Fabrizio Campelli	130,00%	125,00%	140,00%	131,25%	124,69%	2.053.188
Bernd Leukert	122,00%	116,00%	130,00%	122,50%	116,38%	1.908.550
Alexander von zur Mühlen	123,50%	116,00%	122,50%	121,38%	115,31%	1.891.023
Christiana Riley	119,00%	100,00%	125,00%	115,75%	109,96%	1.803.385
Rebecca Short	120,00%	140,00%	125,00%	126,25%	119,94%	1.966.975
Professor Dr. Stefan Simon	122,50%	118,00%	125,00%	122,00%	115,90%	1.900.760
Olivier Vigneron <sup>2</sup>	105,00%	115,00%	120,00%	111,25%	105,69%	1.064.039
Stuart Lewis <sup>3</sup>	121,25%	115,00%	122,50%	120,00%	114,00%	798.000

<sup>1</sup> Redução dos níveis de concretização individual para a componente de curto prazo em 5% para todos os membros do Conselho de Administração ativos no exercício (ver capítulo "Alterações no Conselho de Administração e Decisões de Remuneração em 2022").

<sup>2</sup> Membro desde 20 de maio de 2022

<sup>3</sup> Membro até 19 de maio de 2022, Proporcional à duração do contrato de prestação de serviços até 31 de maio de 2022.

105,69% - 127,54%

Intervalo dos níveis de concretização globais do STA dos membros do Conselho de Administração para 2022

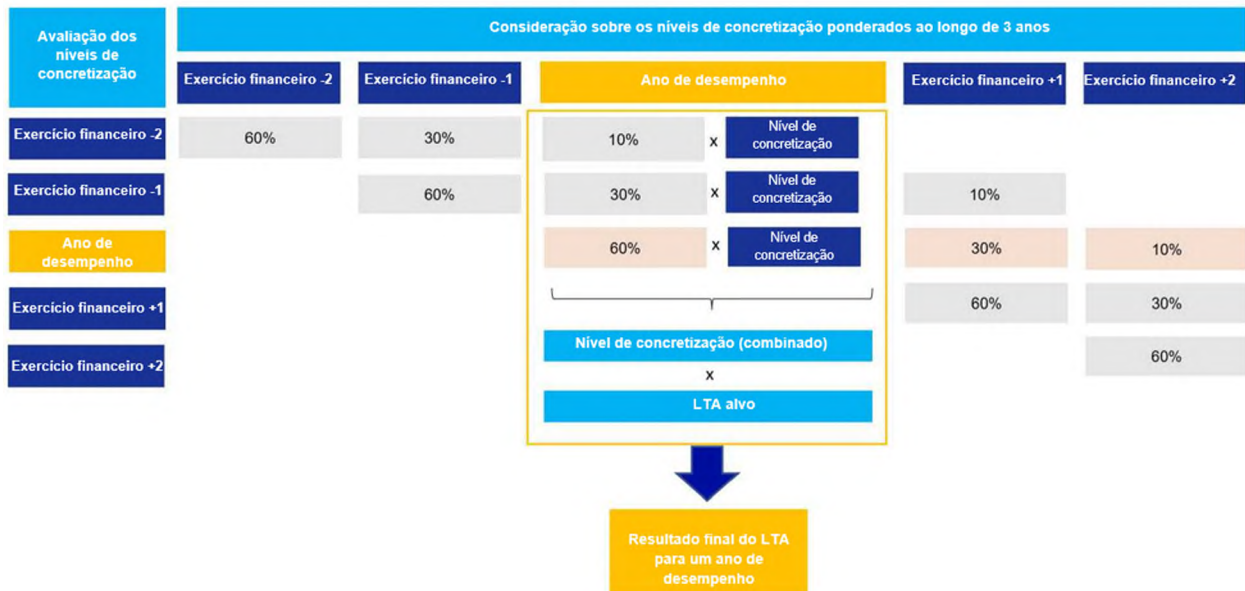
## Prémio de longo prazo (LTA)

Para a determinação da remuneração variável, é colocado um foco significativo na consecução dos objetivos de longo prazo associados à estratégia do Deutsche Bank. Para enfatizar este facto, o Conselho de Fiscalização decidiu que o Prémio de Longo Prazo (LTA) representará 60% do total da remuneração-alvo variável. No início de cada exercício financeiro, o Conselho de Fiscalização especifica os objetivos coletivos a longo prazo para os membros do Conselho de Administração relativamente ao LTA. Os objetivos e as suas ponderações no LTA para 2022 são:

- Fator ESG (33,33%)
- Retorno total relativo dos acionistas da participação do Deutsche Bank (25%)
- Crescimento orgânico do capital (25%)
- Componente de grupo (16,67%)

Todos os objetivos do LTA são avaliados ao longo de um período de três anos. 60% da remuneração-alvo para cada objetivo é multiplicada pelo nível-alvo atingido no ano de desempenho, constituindo assim a maior percentagem para o respetivo exercício. 30% da remuneração-alvo do objetivo aplicável baseia-se no nível de concretização para o exercício fiscal anterior e 10% é determinada com base no nível de concretização para o exercício fiscal antes desse. O resultado é um nível de concretização global ponderado para o ano de desempenho.

### Período de avaliação de três anos



### ESG

O Deutsche Bank estabeleceu para si próprio o objetivo de liderar iniciativas de sustentabilidade, como a descarbonização, contribuindo assim para uma economia mais bem governada do ponto de vista ambiental, social e financeiro. Para associar de forma estreita e consistente a remuneração do Conselho de Administração à estratégia de sustentabilidade do Banco, o Conselho de Fiscalização decidiu combinar as metas estratégicas de sustentabilidade do Banco numa componente Ambiental, Social e de Governação (ESG) e implementar os resultados como um dos objetivos coletivos no LTA (a componente ESG).

A componente ESG compreende a maior parte do LTA com uma participação de 33,33%. Isto corresponde a 20% da remuneração variável total e enfatiza a importância da agenda ESG para o Deutsche Bank. No início de cada exercício financeiro, o Conselho de Fiscalização fixa metas, bem como limites superiores e inferiores para todos os objetivos agrupados na componente ESG. A avaliação dos níveis de concretização para o exercício financeiro é feita retrospectivamente. É utilizada uma metodologia de cálculo linear para avaliar os níveis de concretização dos KPI quantitativos mensuráveis (todos exceto as atividades de correção de AML/KYC) nas categorias de 0% e 100%, 100% e 100% a 150%. A tabela seguinte mostra os montantes-alvo, os resultados a partir do final do ano e o nível de concretização resultante para o exercício financeiro de 2022:



ESG			Limite inferior (0%)	Objetivo (100%)	Limite superior (150%)	Resultado	Ponderação relativa	Avaliação
Ambiente	Desempenho Financeiras	Aumento dos negócios com financiamento e investimentos sustentáveis (sem DWS) <sup>1</sup>	210 mil milhões de euros (+53 mil milhões de euros)	260 mil milhões de euros (+103 mil milhões de euros)	330 mil milhões de euros (+173 mil milhões de euros)	231,2 mil milhões de euros	12,5%	42,4%
		Desenvolvimento da gestão dos riscos climáticos - Divulgar publicamente a pegada de carbono do livro de empréstimos corporativos e o alinhamento de percursos para sectores-chave - Definir objetivos de redução dos níveis de intensidade de carbono até 2030 para sectores-chave da indústria até ao final do ano 2022 para alinhar com o compromisso da Net Zero Banking Alliance	Conclusão da definição de objetivos para 2 ou menos sectores-chave relevantes.	Conclusão da definição de objetivos para 4 sectores-chave relevantes.	Conclusão da definição de objetivos para 6 ou mais sectores-chave relevantes	4 sectores-chave	10%	100%
	Operações próprias	Consumo total do edifício/de energia(kwh/m2) vs. YE 2019	-15%	-17%	-19%	~-17%	7,5%	100%
Social		Cultura de feedback dos colaboradores (último resultado do inquérito)	55%	75%	95%	73%	5%	90%
		Diversidade de género (Vice-Presidente/Diretor/Diretor-Geral)	29,9%	30,7%	31,1%	30,70%	15%	100%
Governança		Grau de avaliação ambiental de controlo (Avaliação e auditoria de grupo Grau de risco/Controlo cultural) - média anual	2	3,5	5	2,4	12,5%	26,67%
		Atividades de correção de Combate ao branqueamento de capitais / Conheça o seu cliente	0%	100%	150%	50%	37,5%	50%
							100%	64,38%

<sup>1</sup> O objetivo (+ 103 mil milhões de euros para o KPI de ESG) para o financiamento e investimento sustentáveis foi fixado no início de 2022. O crescimento do volume bruto de 74,20 mil milhões de euros foi compensado por um impacto negativo dos novos requisitos regulamentares (MiFID), resultando em 58 mil milhões de euros reportados no final do ano de 2022. No entanto, este efeito negativo não foi tido em conta para a determinação do cumprimento dos objetivos.

#### Nível de concretização global para ESG

Ano	Níveis de desempenho ponderados ao longo de 3 anos			
2020	10%	x	37,50%	= 3,75%
2021	30%	x	89,38%	= 26,81%
2022	60%	x	64,38%	= 38,63%

O nível de concretização global da componente ESG para o exercício de 2022 foi calculado com base nos níveis de concretização ponderados dos sete subobjetivos e fixado em 64,38%. Isto resulta num nível de concretização global ponderado de 69,19% para o período de três anos da parte do LTA atribuível à componente ESG.

69,19%

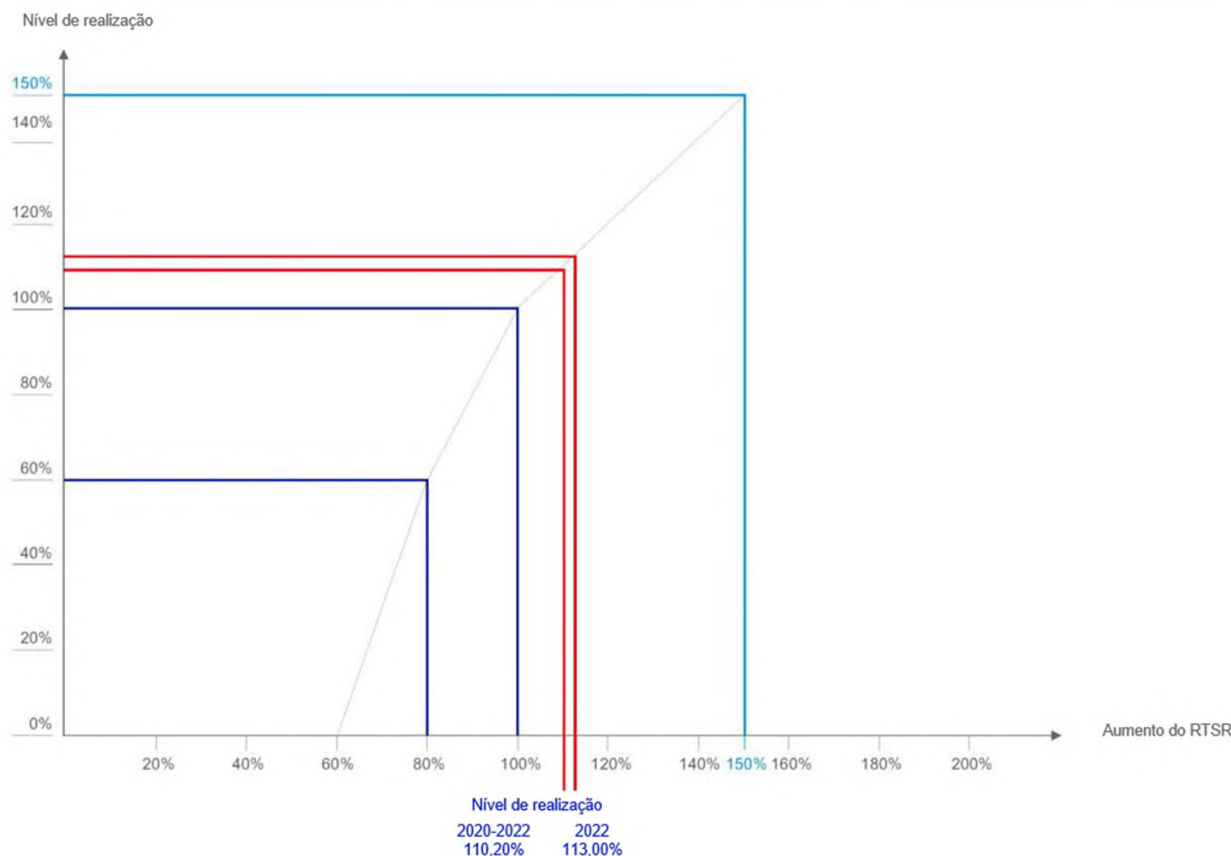
Nível de realização de ESG para o LTA relativamente ao período de 2020-2022

#### Retorno total relativo dos acionistas (RTSR)

Um alvo estratégico fundamental do Banco é o desempenho da participação do Deutsche Bank em comparação com o desempenho das ações dos seus concorrentes (RTSR (Retorno total relativo dos acionistas)). O objetivo do RTSR para a participação do Deutsche Bank em comparação com instituições financeiras selecionadas destina-se a reforçar o desempenho sustentável da participação do Deutsche Bank. O RTSR associa os interesses do Conselho de Administração aos dos acionistas. Além disso, o RTSR fornece uma mensuração relativa do desempenho, criando um incentivo para superar os pares relevantes. O retorno total dos acionistas é definido como o desempenho da cotação da ação mais os dividendos brutos teoricamente reinvestidos. O RTSR é obtido e calculado com base no retorno total dos acionistas da participação do Deutsche Bank em relação à média do retorno total dos acionistas do grupo de pares.

Se o RTSR for superior a 100%, então o nível de cumprimento da meta aumenta proporcionalmente a um limite superior de 150% do valor da meta, ou seja, o nível de cumprimento da meta aumenta 1% por cada ponto percentual acima de 100%. Se a média do RTSR for inferior a 100%, o nível de cumprimento da meta diminui desproporcionalmente. Para cada ponto percentual de diminuição do RTSR na ordem de menos de 100% e 80%, o nível de concretização do objetivo diminui dois pontos percentuais. Por cada ponto percentual de diminuição do RTSR na ordem dos 80% e 60%, o nível de concretização do objetivo diminui dois pontos percentuais. Se o RTSR não exceder 60% durante todo o período de avaliação, o nível de cumprimento da meta é zero.

### Aumento do RTSR e nível de realização



O grupo de pares utilizado como base de cálculo do RTSR é selecionado entre as empresas com atividades comerciais geralmente comparáveis, bem como com uma dimensão e presença internacional comparáveis. O Conselho de Fiscalização revê a composição do grupo de pares regularmente. Desde 2021, o grupo de pares para o RTSR inclui os seguintes 11 bancos: Banco Santander, Bank of America, Barclays, BNP Paribas, Citigroup, Credit Suisse, HSBC, JP Morgan Chase, Société Générale, UBS e UniCredit.

### Nível de concretização global para RTSR

Ano	Níveis de desempenho ponderados ao longo de 3 anos			
2020	10%	x	160,00%	= 16,00%
2021	30%	x	88,00%	= 26,40%
2022	60%	x	113,00%	= 67,80%

Em 2022, o retorno total para os acionistas do Deutsche Bank foi superior ao de 8 dos 11 concorrentes do grupo de pares. O nível de concretização para o exercício financeiro de 2022 chegou a 113%. Isto resulta num nível de concretização global ponderado de 110,20% para o período global de três anos para a concessão da parte do LTA atribuível ao RTSR.

---

110,20%      Nível de realização de RTSR para o LTA relativamente ao período de 2020-2022

---

### Crescimento orgânico do capital

Um outro objetivo-chave do Deutsche Bank é o seu crescimento. Como incentivo para os membros do Conselho de Administração promoverem o crescimento, o Conselho de Fiscalização definiu o Crescimento Orgânico do Capital numa base líquida como um objetivo a longo prazo para o LTA.

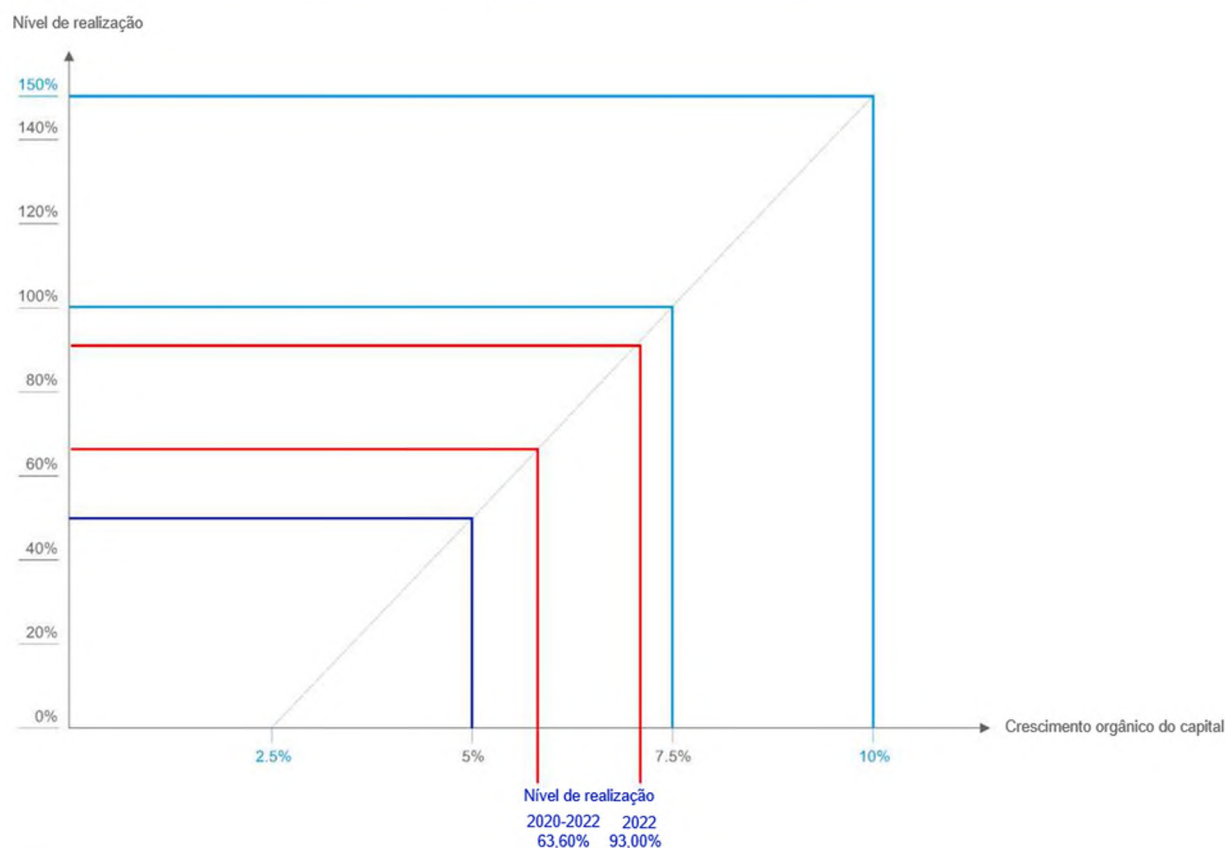
O Crescimento Orgânico do Capital é definido como o saldo das seguintes alterações (que são reportadas na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio) ocorridas durante o exercício financeiro, dividido pelo total do capital próprio em 31 de dezembro do exercício financeiro anterior:

- Total do rendimento integral, após impostos
- Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos
- Resultados de reavaliação relativos a planos de pensões de benefícios definidos, líquidos de impostos
- Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações do Deutsche Bank
- Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas

Assim, as alterações "inorgânicas" no capital próprio, em particular o pagamento de um dividendo ou um aumento de capital, não são relevantes para a concretização do objetivo.

Partindo de um Crescimento orgânico do capital médio de 2,5% (limite inferior), o nível de cumprimento da meta aumenta 1% para cada 0,05% de crescimento até ao limite de 150%, que será atingido com um Crescimento orgânico do capital de 10% ou mais (limite superior). Se o crescimento de capital não exceder 2,5% durante o período de avaliação, o nível de realização do objetivo é zero.

### Crescimento orgânico do capital e nível de realização



### Nível de concretização global do Crescimento Orgânico do Capital

Ano	Níveis de desempenho ponderados ao longo de 3 anos				
2020	10%	x	0%	=	0%
2021	30%	x	26,00%	=	7,80%
2022	60%	x	93,00%	=	55,80%

Em 2022, o Crescimento Orgânico do Capital de acordo com a definição acima especificada desenvolveu-se positivamente em 7,16 % e, assim, excedeu o limite inferior de 2,5%. Isto resulta num nível de concretização de 93% para 2022 e num nível de concretização global ponderado de 63,60% para o período global de três anos para a parte do LTA atribuível ao Crescimento Orgânico do Capital.

**63,60%** Nível de realização de OCG para o LTA relativamente ao período de 2020-2022

### Componente de grupo

Através do Componente de Grupo, o Conselho de Fiscalização associa os valores financeiros relevantes que apoiam a estratégia empresarial com a remuneração do Conselho de Administração, estabelecendo assim um incentivo para promover de forma sustentável o perfil de capital, risco, custos e ganhos do Banco. O Componente de Grupo também fornece uma ligação à remuneração dos colaboradores, uma vez que este é um componente do sistema de remuneração dos colaboradores.

Componente de grupo		Alvo	Real	Nível de realização
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em %)	Capital Common Equity Tier 1 do banco, em percentagem dos ativos ponderados pelo risco de crédito, de mercado e operacional.	>= 13,00%	13,4%	
Rendibilidade do capital próprio tangível (em %)	Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Este último é determinado pela dedução do goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas	8%	9,4%	
Rácio custo/rendimento (CIR) (em %)	Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.	70%	75%	80,00%
Volume de financiamento sustentável: <sup>1</sup> (em milhares de milhões de euros)	Volume de novos financiamentos, emissões nos mercados de capitais e investimentos facilitados no Corporate Bank, Investment Bank e Private Bank em 2022, conforme definido no "Quadro de Financiamento Sustentável – Deutsche Bank Group"	80,00	74,20	

<sup>1</sup> O objetivo (+ 80 mil milhões de euros para o KPI de GVC) para o financiamento e investimento sustentáveis foi fixado no início de 2022. O crescimento do volume bruto de 74,20 mil milhões de euros foi compensado por um impacto negativo dos novos requisitos regulamentares (MiFID), resultando em 58 mil milhões de euros reportados no final do ano de 2022. No entanto, este efeito negativo não foi tido em conta para a determinação do cumprimento dos objetivos.

### Nível de concretização global da Componente do grupo

Ano	Níveis de desempenho ponderados ao longo de 3 anos				
2020	10%	x	72,50%	=	7,25%
2021	30%	x	77,50%	=	23,25%
2022	60%	x	80,00%	=	48,00%

O nível de concretização global dos quatro objetivos igualmente ponderados da Componente do Grupo foi de 80% em 2022. Isto resulta num nível de concretização global ponderado de 78,50% para o período global de três anos da parte do LTA atribuível à Componente do Grupo.

**78,50%** Nível de realização de Componente de grupo para o LTA relativamente ao período de 2020-2022

## Realização global do Prémio de Curto Prazo

	Níveis de Concretização (%)				Concretização global do LTA	
	Fator ESG (33,33%)	RTSR (25%)	Crescimento orgânico do capital (25%)	Componente do Grupo (16,67%)	Nível de concretização (em %)	Nível de concretização (em €)
Christian Sewing						2.578.932
James von Moltke						2.053.594
Karl von Rohr						2.101.352
Fabrizio Campelli						1.966.038
Bernd Leukert	69,19%	110,20%	63,60%	78,50%	79,60%	1.958.078
Alexander von zur Mühlen						1.958.078
Christiana Riley						1.958.078
Rebecca Short						1.958.078
Professor Dr. Stefan Simon						1.958.078
Olivier Vigneron <sup>1</sup>	64,38%	113,00%	93,00%	80,00%	86,29%	1.303.173
Stuart Lewis <sup>2</sup>	69,19%	110,20%	63,60%	78,50%	79,60%	835.765

<sup>1</sup> Membro desde 20 de maio de 2022. Nível de concretização a longo prazo baseado no período de avaliação de 1 ano, uma vez que o membro do CM entrou para o Deutsche Bank em 1 de março de 2022.

<sup>2</sup> Membro até 19 de maio de 2022, duração do contrato de prestação de serviços até 31 de maio de 2022.

**79,60%** foi o nível de realização global do LTA relativamente ao período de 2020-2022

## Adequação da remuneração do Conselho de Administração e conformidade com a remuneração máxima estabelecida

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a adequação das componentes individuais da remuneração, bem como o montante da remuneração total. A revisão da adequação da remuneração do Conselho de Administração concluiu que a remuneração do Conselho de Administração resultante dos níveis de realização para o exercício financeiro de 2022 é adequada.

### Adequação horizontal

Através da comparação horizontal, o Conselho de Fiscalização assegura que a remuneração total alvo é adequada em relação às tarefas e realizações do Conselho de Administração e à situação da empresa, sendo também habitual no mercado. Neste contexto, o nível e a estrutura da remuneração, em particular, são examinados em empresas comparáveis (grupos de pares). As empresas adequadas em consideração da posição de mercado do Deutsche Bank (em particular no que diz respeito ao setor empresarial, dimensão e país) são utilizadas como base para esta comparação. A avaliação da adequação horizontal tem lugar em comparação com os três grupos de pares seguintes.

#### Grupo de Pares 1

Este grupo é composto por 11 bancos globais com

- um modelo de negócio comparável; e
- uma dimensão comparável (medida pelo total do balanço, número de empregados e capitalização de mercado).

As 11 instituições deste Grupo de Pares são idênticas aos bancos utilizados para medir o Retorno Total Relativo dos Acionistas (ver o capítulo "Retorno relativo das ações"). São os seguintes: Banco Santander, Bank of America, Barclays, BNP Paribas, Citigroup, Credit Suisse, HSBC, JP Morgan Chase, Société Générale, UBS e UniCredit.

#### Grupo de Pares 2

Este grupo é composto por 16 bancos europeus com

- um modelo de negócio comparável; e
- uma dimensão comparável (medida pelo total do balanço, número de empregados e capitalização de mercado).

Estes são os seguintes bancos: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, Banco Santander, Barclays, BNP Paribas, BPCE, Rabobank, Crédit Agricole, Crédit Mutuel, Credit Suisse, HSBC Holdings, ING Bank, Intesa Sanpaolo, Nordea Bank, Société Générale, UBS Group e UniCredit.

### Grupo de Pares 3

Este grupo inclui as empresas do Índice Alemão de Ações (DAX).

A adequação horizontal da remuneração do Conselho de Administração é revista anualmente pelo Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização contrata regularmente consultores externos de remuneração para a revisão da adequação horizontal, assegurando simultaneamente que estes consultores são independentes do Conselho de Administração e do Deutsche Bank. O Conselho de Fiscalização tem em consideração os resultados da revisão ao estabelecer o objetivo de remuneração total para os membros do Conselho de Administração.

### Adequação vertical

Para além da comparação horizontal, o Conselho de Fiscalização considera uma comparação vertical, que compara a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração dos colaboradores. No âmbito da comparação vertical, o Conselho de Fiscalização considera em particular, de acordo com o código de governo das sociedades alemão, o desenvolvimento da remuneração ao longo do tempo. Isto envolve uma comparação entre a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração de dois grupos de colaboradores. São tidas em conta, por um lado, a remuneração da direção, que compreende o primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração e membros dos comités executivos de topo das divisões, bem como dos membros do Conselho de Administração de instituições significativas dentro do Grupo Deutsche Bank e dos correspondentes cargos de nível 1 do Conselho de Administração com responsabilidade de gestão. Por outro lado, a remuneração do Conselho de Administração é comparada com a remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial (colaboradores pautais e não pautais).

### Conformidade com a remuneração máxima fixada (cap)

O limite máximo de remuneração (cap) é fixado em 12 milhões de euros para cada membro do Conselho de Administração. Isto baseia-se na despesa real e/ou no desembolso efetivo da remuneração atribuída para um exercício financeiro. Os salários-base são montantes fixos. As despesas para benefícios marginais variam entre os diferentes membros do Conselho de Administração num determinado ano. A contribuição para o plano de pensões ou subsídio de pensão do Deutsche Bank é fixada no mesmo montante para todos os membros do Conselho de Administração. No entanto, o montante a ser reconhecido pelo Banco durante o ano para os custos do serviço de pensões do Deutsche Bank flutua com base em variáveis atuariais. Como o montante da despesa para os componentes de remuneração variável plurianual do Prémio de Curto Prazo (STA) e do Prémio de Longo Prazo (LTA) só é determinado até sete anos devido aos períodos de diferimento, o cumprimento da remuneração máxima estabelecida para o exercício financeiro de 2022 só pode ser comunicado de forma conclusiva no âmbito dos Relatórios de remuneração para os exercícios financeiros até 2030. O cumprimento do limite máximo de remuneração definido no artigo 87a da lei alemã relativa às instituições de crédito já está, no entanto, assegurado para o exercício financeiro de 2022.

### Diferimentos e períodos de carência

A portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) estipula geralmente um período de avaliação de três anos para a determinação da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração. O Deutsche Bank cumpre este requisito ao avaliar cada um dos objetivos do Prémio de Longo Prazo (LTA) durante um período de três anos. Caso não seja possível atribuir a um membro do Conselho de Administração o período de três anos relevante, por esse membro apenas ter entrado no banco recentemente, o nível de consecução dos objetivos será determinado em relação ao período que possa ser atribuído ao membro. O período de diferimento para o LTA é, em princípio, de cinco anos. Se o período de avaliação for inferior ao mínimo prescrito, o período de diferimento da remuneração variável a ser concedida é prolongado pelo número de anos em falta para o período mínimo de avaliação. O Prémio de Longo Prazo (STA) tem um período de avaliação de um ano. O período de diferimento para o STA é, em princípio, de sete anos.

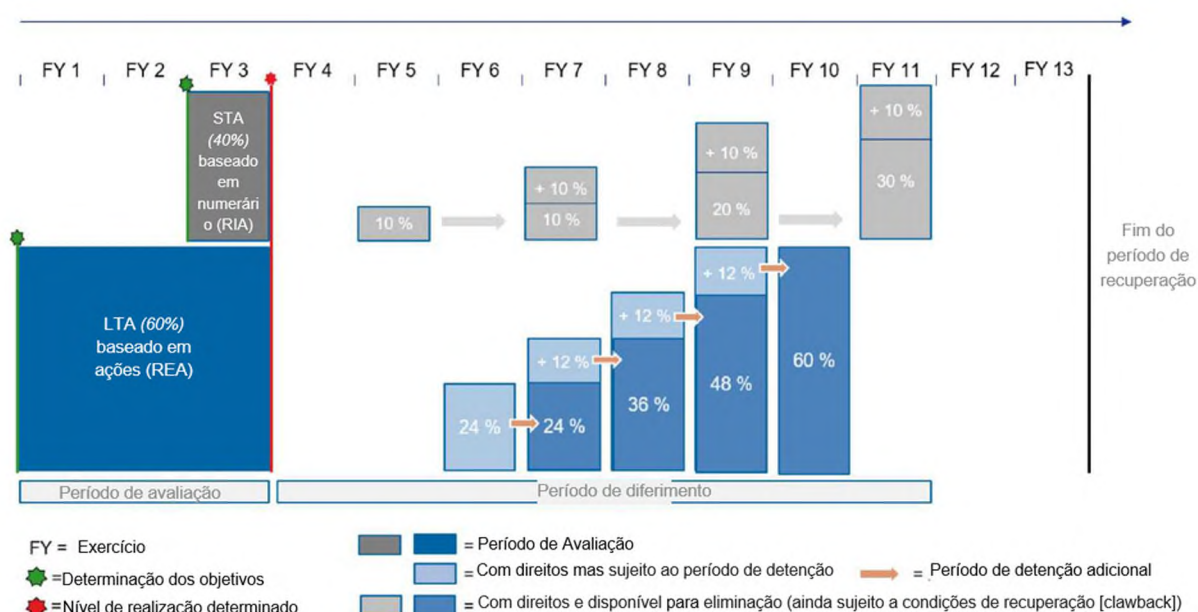
O Prémio de Longo Prazo (LTA) é concedido sob a forma de um instrumento com base em ações (Prémios Restritos em Ações (REA)). O desembolso tem lugar durante um período de diferimento de 5 anos em 4 parcelas, começando com uma parcela de 40% no ano 2 após o fim do período de desempenho e 3 parcelas de 20% nos anos 3, 4, e 5 após o fim do período de desempenho. Após o período de diferimento, os REA de cada parcela estão também sujeitos a um período de detenção adicional de um ano. Por conseguinte, os membros do Conselho de Administração não podem dispor das ações subjacentes aos REA antes de decorridos 3 anos, no mínimo, e, na sua totalidade, até 6 anos depois. Durante os períodos de diferimento e de detenção, o valor dos REA está associado ao desempenho da participação do Deutsche Bank e está, portanto, associado ao desempenho a longo prazo do Banco, reforçando assim o alinhamento dos incentivos dos membros do Conselho de Administração com o desempenho do Deutsche Bank.

O Prémio de Curto Prazo (STA) é geralmente concedido sob a forma de uma remuneração em numerário diferida (Prémios Restritos de Incentivo – RIA). O STA é pago em quatro frações de 25% cada, durante um período total de sete anos após 1, 3, 5 e 7 anos após o final do período de avaliação. No entanto, se o STA representar mais de 50% do total da remuneração

variável, a parcela que exceder 50% é também concedida sob a forma de Prémios Restritos em Ações (REA). Isto assegura que pelo menos 50% do total da remuneração variável é sempre concedida com base em ações, de acordo com os requisitos regulamentares. A parcela que exceder 50% está sujeita às mesmas regras de diferimento que a remuneração com base em ações do LTA.

Em vez de receberem Prémios Restritos em Ações (REA) e Prémios Restritos de Incentivo (RIA), como descrito acima, os titulares de funções específicas em determinadas entidades do Deutsche Bank U.S. são obrigados, pelo regulamento aplicável, a ser remunerados com diferentes planos. A remuneração restrita para estas pessoas consiste em concessões restritas de ações e concessões restritas em numerário. O destinatário torna-se proprietário beneficiário dos prémios a partir da Data de Concessão e os prémios serão detidos em nome do destinatário. Estes prémios são limitados por um período de tempo (sujeitos às regras do plano aplicáveis e às declarações do prémio, incluindo as condições de desempenho e perda de direitos). O período de restrição está em linha com os períodos de retenção aplicáveis aos prémios habitualmente diferidos do Deutsche Bank, o que diz respeito aos membros do Conselho de Administração, estas regras aplicam-se a Christiana Riley devido ao seu papel como Diretora Geral do Deutsche Bank USA Corp.

Para os RIA e REA, aplicam-se condições de perda de direitos específicas durante os períodos de diferimento e detenção (são fornecidas informações adicionais na secção "Backtesting, malus e clawback").



## Backtesting, malus e clawback

Ao conceder componentes de remuneração de forma diferida, repartida por vários anos, é criado um incentivo a longo prazo. Além disso, as parcelas individuais estão sujeitas a condições específicas de perda de direitos até ao momento em que é atribuída a aquisição de direitos.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente se os resultados alcançados pelos membros do Conselho de Administração no passado são sustentáveis (backtesting). Se a constatação for de que as concretizações subjacentes à concessão da remuneração variável não foram sustentáveis, os prémios podem ser parcial ou totalmente cancelados.

Da mesma forma, se os resultados do Grupo forem negativos, a remuneração variável anteriormente concedida pode ser declarada total ou parcialmente cancelados durante o período de diferimento. Além disso, os prémios podem ser total ou parcialmente cancelados se não se encontrarem reunidas determinadas condições de solvência ou liquidez. Adicionalmente, os prémios podem ser cancelados, no todo ou em parte, em caso de conduta imprópria individual (incluindo violações de regulamentos), demissão por justa causa ou contribuições individuais negativas para o desempenho (malus).

Além disso, os contratos dos membros do Conselho de Administração também permitem ao Conselho de Fiscalização recuperar componentes já pagos ou entregues devido a certas contribuições individuais de desempenho negativo do membro do Conselho de Administração (clawback), em conformidade com as disposições dos artigos 18 (5) e 20 (6) da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV). A provisão de recuperação (clawback) é possível para toda a remuneração variável de um exercício financeiro até ao fim de dois anos após o fim do período de diferimento da última fração dos elementos de remuneração concedidos numa base diferida para o respetivo exercício financeiro.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente e em tempo útil, antes das respetivas datas de vencimento, a possibilidade de uma perda total ou parcial (malus) ou recuperação (clawback) dos componentes variáveis de remuneração dos membros do Conselho de Administração. Em 2022, não houve lugar a perda ou clawback de prémios.

## Informação sobre ações e cumprimento da obrigação de titularidade de ações (Diretrizes de participações)

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a adquirir uma quantidade significativa de ações do Deutsche Bank e a detê-las a longo prazo. Este requisito destina-se a promover a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e os seus acionistas e a assegurar uma ligação a longo prazo com o desenvolvimento do negócio do Deutsche Bank.

Para o Diretor Geral, o número de ações a deter é equivalente a 200% do seu salário-base bruto anual, e para os outros membros do Conselho de Administração, a 100% do seu salário-base bruto anual. Os requisitos da obrigação de participação devem ser cumpridos primeiro na data em que a remuneração variável com base em ações que foi concedida ao membro do Conselho de Administração desde a sua nomeação para o Conselho de Administração (período de espera) corresponda, no total, a 1,33 vezes a obrigação de participação. A conformidade com os requisitos é revista semestralmente. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte.

No contexto da concessão de remuneração variável, o Conselho de Fiscalização pode decidir, individualmente, que não só o Prémio de Longo Prazo (LTA) mas também partes do Prémio de Curto Prazo (STA) ou o STA como um todo podem ser atribuídos em ações até que a obrigação de participação seja cumprida. Isto destina-se a assegurar o cumprimento mais rápido da obrigação de participação.

### Membros do Conselho de Administração

O quadro seguinte apresenta o número de prémios em ações em circulação detidos pelos atuais membros do Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2022 e 10 de fevereiro de 2023, bem como o número de prémios de ações novamente concedidos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 11 de fevereiro de 2022	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 10 de fevereiro de 2023
Christian Sewing	693.230	202.143	–	–	895.373
James von Moltke	564.465	153.123	–	–	717.588
Karl von Rohr	519.839	160.670	–	–	680.509
Fabrizio Campelli	338.899	149.265	32.994	–	455.170
Bernd Leukert	151.300	147.039	3.037	–	295.302
Alexander von zur Mühlen	278.282	145.900	46.275	–	377.906
Christiana Riley	248.345	147.092 <sup>1</sup>	102.810 <sup>2</sup>	–	292.627 <sup>3</sup>
Rebecca Short	92.754	106.028 <sup>4</sup>	26.517	–	172.265
Professor Dr. Stefan Simon	149.373	145.979	29.574	–	265.778
Olivier Vigneron <sup>5</sup>	–	–	–	–	130.539

<sup>1</sup> No âmbito do plano subjacente, as 147.092 ações restritas inicialmente concedidas foram tributadas no momento da concessão, permanecendo 74.278 ações numa base após impostos. Consultar a apresentação correspondente no capítulo "Período de diferimento e retenção".

<sup>2</sup> Estão incluídos 72.814 prémios em ações para cobrir o montante do imposto devido no âmbito do plano subjacente (ver nota de rodapé 1).

<sup>3</sup> Inclui um número líquido de 74.278 direitos a ações no âmbito do plano subjacente (ver nota de rodapé 1).

<sup>4</sup> Inclui 8.020 ações concedidas em 2022 para as suas funções anteriores ao Conselho de Administração.

<sup>5</sup> Membro desde 20 de maio de 2022.



A tabela abaixo apresenta o número total de ações do Deutsche Bank detidas pelos membros em exercício do Conselho de Administração nas datas de 11 de fevereiro de 2022 e 10 de fevereiro de 2023, bem como o número de prêmios baseados em ações e o nível de cumprimento da obrigação de participação.

Membros do Conselho de Administração	Número de ações do Deutsche Bank (em unidades) em 10 de fevereiro de 2022	Número de ações do Deutsche Bank (em unidades)	Prêmio(s) Restrito(s) em Ações Diferido(s)/ Unidades de Capital em Circulação (diferidos com período de retenção adicional) (em unidades)	dos quais 75% do(s) Prêmio(s) Restrito(s) em Ações Diferido(s)/ Unidades de capital em circulação cobrados pela obrigação de participação (diferidos com período de retenção adicional) (em unidades)	Valor total das ações do Deutsche Bank e do(s) Prêmio(s) Restrito(s) em Ações Diferido(s)/ Unidades de capital em circulação cobrados pela obrigação de participação (em unidades)	em 10 de fevereiro de 2022		
						A obrigação de retenção de ações deve ser cumprida Sim / Não	Nível de obrigação de participação exigida (em unidades) <sup>1</sup>	Taxa de cumprimento (em %)
Christian Sewing	192.000	222.171	895.373	671.530	893.701	Não	635.257	141%
James von Moltke	74.753	74.753	717.588	538.191	612.944	Sim	264.690	232%
Karl von Rohr	30.058	30.058	680.509	510.382	540.440	Sim	264.690	204%
Fabrizio Campelli	132.010	149.473	455.170	341.377	490.850	Não	247.044	199%
Bernd Leukert	7.882	9.477	295.302	221.477	230.954	Sim	211.752	109%
Alexander von zur Mühlen	320.829	359.655	377.906	283.430	643.085	Não	211.752	304%
Christiana Riley	82.504	100.620	292.627	219.470	320.090	Sim	211.752	151%
Rebecca Short	36.451	51.299	172.265	129.199	180.498	Não	211.752	85%
Prof. Dr. Stefan Simon	0	0	265.778	199.334	199.334	Não	211.752	94%
Olivier Vigneron <sup>2</sup>	–	0	130.539	97.904	97.904	Não	211.752	46%
<b>Total</b>	<b>876.487</b>	<b>997.506</b>	<b>4.283.058</b>	<b>3.212.294</b>	<b>4.209.800</b>			

<sup>1</sup> O cálculo do valor total das ações do Deutsche Bank e dos prêmios de ações / ações em circulação elegíveis para os requisitos de participação baseia-se no preço das ações de 11,338 euros (preço de fecho Xetra a 10 de fevereiro de 2023).

<sup>2</sup> Membro desde 20 de maio de 2022.

Todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de participação em 2022 ou encontram-se atualmente no período de espera.

O Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Sewing, comprometeu-se voluntariamente a investir 15% do seu salário mensal líquido em ações do Deutsche Bank desde Setembro de 2019 até ao final de Dezembro de 2022. Em cada caso, as compras são realizadas no 22.º dia de cada mês ou no dia de negociação seguinte.

## Benefícios no final do mandato

### Benefícios após a rescisão regular do contrato

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões com contribuições predefinidas. No âmbito deste plano de pensões, é criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, com efeitos a partir do início do seu mandato como membro do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, recebem uma contribuição anual uniforme, contratualmente definida e fixa de 650.000 euros. A contribuição acumula juros que são creditados antecipadamente e determinados através de um fator relacionado com a idade, até à idade de 60 anos. Para os direitos de uma primeira nomeação ou renovação a partir do exercício financeiro de 2021, os juros acumulam a uma taxa média de 2% ao ano, para os direitos antigos, de 4%. A partir da idade de 61 anos, será creditada na conta de pensão uma contribuição adicional igual ao montante resultante da aplicação da taxa de juro acima referida ao saldo da conta de pensão a partir de 31 de dezembro do ano anterior. No conjunto, as contribuições anuais formam o montante do capital de pensão disponível para pagamento dos futuros benefícios de pensão aquando da ocorrência de um evento de pensão (idade de reforma, incapacidade ou morte). O saldo da conta de pensão é adquirido desde o início.

Se um membro do Conselho de Administração estiver sujeito a imposto sobre o rendimento não alemão, a concessão de um subsídio de pensão em numerário anual de 650.000 euros pode ser selecionada como alternativa ao direito ao plano de pensão. Isto está sujeito à condição prévia de que receber as contribuições habituais para o plano de pensão implica desvantagens não insignificantes em termos fiscais para o membro do Conselho de Administração, em comparação com receber um subsídio de pensão. Esta opção pode ser exercida uma vez e a partir daí aplica-se a todo o mandato do membro do Conselho de Administração.

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2022 e 2021, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2022 em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. Os diferentes saldos são atribuíveis aos diferentes períodos de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores relacionados com a idade, e às diferentes taxas de contribuição.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
em euros										
Christian Sewing	760.500	773.500	0	0	7.276.500	6.516.000	529.109	701.494	5.422.875	6.263.328
James von Moltke	845.000	871.000	0	0	5.034.250	4.189.250	638.068	820.820	3.945.284	4.095.605
Karl von Rohr	728.000	754.000	0	0	5.449.001	4.721.001	652.035	772.131	4.864.821	4.866.754
Fabrizio Campelli	946.836	1.007.500	0	0	3.181.754	2.234.918	605.376	906.767	2.148.218	2.091.609
Bernd Leukert	786.500	812.500	0	0	2.734.334	1.947.834	637.939	785.526	2.317.651	1.957.432
Alexander von zur Mühlen <sup>1</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Christiana Riley <sup>1</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rebecca Short	819.000	554.668	0	0	1.373.668	554.668	475.091	476.303	826.548	496.829
Prof. Dr. Stefan Simon	845.000	871.000	0	0	3.009.501	2.164.501	629.482	824.015	2.311.957	2.128.664
Olivier Vigneron <sup>2</sup>	644.584	0	0	0	644.584	0	423.955	0	446.932	0
Stuart Lewis <sup>3</sup>	303.335	754.000	0	0	6.715.273	6.411.938	258.440	756.618	6.115.579	6.919.079

<sup>1</sup> O membro do Conselho de Administração recebe um subsídio de pensão, que é apresentado no capítulo "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".

<sup>2</sup> Membro desde 20 de maio de 2022

<sup>3</sup> Membro até 19 de maio de 2022

## Benefícios aquando da cessação antecipada

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. De acordo com a recomendação do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções ascende, no máximo, a duas vezes a remuneração anual e não deve exceder o montante que seria pago como remuneração pelo período restante do contrato de serviços. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e, se aplicável, na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso. A indemnização por cessação de funções é determinada e concedida em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV)

No caso de uma mudança de controlo, os membros do Conselho de Administração têm um direito especial de rescisão do seu contrato de serviços. No entanto, nesse caso não há direito a uma indemnização por cessação de funções.

## Outras provisões do contrato de serviços

### Prazo do contrato de serviços

A duração dos contratos de prestação de serviços do Conselho de Administração está associada à duração da nomeação, sendo de cinco anos, no máximo, de acordo com o artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações. O Conselho de Fiscalização decidirá numa fase precoce, o mais tardar seis meses antes do termo do período de nomeação, sobre uma nova nomeação. No caso de uma nova nomeação do membro do Conselho de Administração, o contrato de serviços é prorrogado pela duração de uma nova nomeação.

Para as primeiras nomeações, não deve ser excedido um prazo de contrato de três anos. O contrato de serviços do Conselho de Administração termina automaticamente com a expiração do período de nomeação sem necessidade de aviso expreso de rescisão.

## Redução do salário-base relativamente à remuneração de outros mandatos

Os contratos de prestação de serviços dos membros do Conselho de Administração contêm uma obrigação dos membros de assegurar que não receberão qualquer remuneração à qual, de outra forma, teriam direito na sua qualidade de membro de qualquer órgão societário, em particular um conselho de fiscalização, conselho consultivo ou órgão similar de qualquer entidade do grupo do Banco, nos termos da secção 18 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Assim, os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank.

O salário-base de um membro do Conselho de Administração será reduzido num montante igual a 50% da remuneração de um mandato - em particular, mandatos do Conselho de Fiscalização ou do Conselho de Fiscalização - numa empresa que não pertença ao Grupo Deutsche Bank. Não existe tal dedução de qualquer remuneração que não exceda 100.000 euros por mandato e ano civil.

No exercício financeiro de 2022, o salário-base de um membro do Conselho de Administração foi reduzido pelo montante da remuneração de um mandato numa empresa que não pertence ao Grupo Deutsche Bank, uma vez que a remuneração excedeu o montante limite.

## Cláusula de não concorrência pós-contratual

Após abandonar o Conselho de Administração, os membros estão, regra geral, sujeitos a uma cláusula de não concorrência durante um ano. Durante o período de não concorrência, o Deutsche Bank paga ao membro do Conselho de Administração uma indemnização (subsídio de espera "Karenzentschädigung") no montante de 65% do seu salário-base anual. O subsídio de espera será creditado contra qualquer pedido de indemnização por cessação de funções. Além disso, o subsídio de espera será reduzido por quaisquer rendimentos que o membro do Conselho de Administração obtenha durante o período de não concorrência, por atividades de trabalhador independente, assalariado ou de outras atividades remuneradas que não estejam sujeitas à cláusula de não concorrência. O Deutsche Bank pode renunciar ao cumprimento da cláusula de não concorrência pós-contratual por parte de um membro do Conselho de Administração. A partir da data de renúncia, se e quando tal renúncia for concedida, termina a obrigação do Deutsche Bank de pagar o subsídio de espera ("Karenzentschädigung").

Stuart Lewis saiu do Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 19 de maio de 2022. O Contrato de Prestação de Serviços foi rescindido amigavelmente com efeitos a partir do fim do dia 31 de maio de 2022. Tal como previsto e em conformidade com o seu contrato de prestação de serviços, foi acordada uma indemnização por uma cláusula de não concorrência pós-contratual ("Karenzentschädigung") no montante de 1.820.000 euros, correspondente a 65% do seu salário base fixo anual. A cláusula de não concorrência pós-contratual aplica-se de 1 de junho de 2022 a 31 de maio de 2023, no âmbito estabelecido no Contrato de Prestação de Serviços.

## Desvios do sistema de remuneração

Não houve desvios do sistema de remuneração no exercício financeiro de 2022.

## Remuneração do Conselho de Administração 2022

### Membros atuais do Conselho de Administração

#### Remuneração total 2022

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2022 e 2021, como se segue:

em euros	2022						2021
	Salário base <sup>1</sup>	Prémio de curto prazo	Prémio de longo prazo	Remuneração total	Remuneração alvo total	Rácio ao alvo	Remuneração total
Christian Sewing	3.600.000	2.754.810	2.578.932	8.933.742	9.000.000	99%	8.812.448
James von Moltke	2.900.000	2.120.115	2.053.594	7.073.709	7.200.000	98%	6.748.426
Karl von Rohr	3.000.000	2.165.240	2.101.352	7.266.592	7.400.000	98%	7.143.047
Fabrizio Campelli	2.466.667	2.053.188	1.966.038	6.485.893	6.583.334	99%	6.248.949
Bernd Leukert	2.400.000	1.908.550	1.958.078	6.266.628	6.500.000	96%	6.191.549
Alexander von zur Mühlen	2.400.000	1.891.023	1.958.078	6.249.101	6.500.000	96%	6.162.166
Christiana Riley	2.400.000	1.803.385	1.958.078	6.161.463	6.500.000	95%	6.192.916
Rebecca Short	2.400.000	1.966.975	1.958.078	6.325.053	6.500.000	97%	4.127.244
Professor Dr. Stefan Simon	2.400.000	1.900.760	1.958.078	6.258.838	6.500.000	96%	6.164.216
Olivier Vigneron <sup>2</sup>	1.473.333	1.064.039	1.303.173	3.840.545	3.990.278	96%	–
Stuart Lewis <sup>3</sup>	1.166.667	798.000	835.765	2.800.432	2.916.667	96%	6.728.126
<b>Total</b>	<b>26.606.667</b>	<b>20.426.085</b>	<b>20.629.244</b>	<b>67.661.996</b>	<b>69.590.279</b>	<b>97%</b>	<b>64.519.087</b>

<sup>1</sup> Na coluna "Salário-base", os valores-alvo fixados pelo Conselho de Fiscalização são apresentados em euros por motivos de comparabilidade. A entrada real difere deste valor-alvo para os membros do Conselho de Administração Alexander von zur Mühlen e Christiana Riley devido a flutuações cambiais, e para Bernd Leukert devido à compensação da remuneração de mandatos. A entrada é apresentada no capítulo "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".

<sup>2</sup> Membro desde 20 de maio de 2022.

<sup>3</sup> Membro até 19 de maio de 2022. Proporcional à duração do contrato de prestação de serviços até 31 de maio de 2022.

O número de prémios em ações atribuídos aos membros do Conselho de Administração sob a forma de Prémios Restritos em Ações (REA), em 2023 relativamente ao exercício de 2022, foi calculado dividindo os respetivos montantes em euros pelo mais alto dos dois, a cotação de fecho Xetra média das ações do Deutsche Bank durante os últimos dez dias de negociação, em fevereiro de 2023, ou a cotação de fecho Xetra no dia 28 de fevereiro de 2023 (10.00 euros).

Membros do Conselho de Administração	Prémio(s) Restrito(s) em Ações (diferido(s) com período de retenção adicional) (em unidades) <sup>1</sup>
Christian Sewing	226.006
James von Moltke	176.852
Karl von Rohr	180.788
Fabrizio Campelli	170.306
Bernd Leukert	165.939
Alexander von zur Mühlen	165.939
Christiana Riley	165.939
Rebecca Short	166.316
Prof. Dr. Stefan Simon	165.939
Olivier Vigneron <sup>2</sup>	110.438
Stuart Lewis <sup>3</sup>	70.828
<b>Total</b>	<b>1.765.289</b>

<sup>1</sup> Os Prémios Restritos em Ações são comercialmente arredondados para efeitos de apresentação.

<sup>2</sup> Membro desde 20 de maio de 2022.

<sup>3</sup> Membro até 19 de maio de 2022.

## Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a remuneração paga e devida nos exercícios financeiros de 2022 e 2021 aos membros em exercício do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2021, nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Isto envolve os componentes de remuneração que foram efetivamente pagos ou entregues aos membros individuais do Conselho de Administração durante o período abrangido pelo relatório ("pagos") ou que já eram legalmente devidos durante o período abrangido pelo relatório, mas ainda não entregues ("devidos").

Além dos montantes de remuneração, a tabela mostra adicionalmente as proporções relativas da remuneração fixa e variável da remuneração total nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações.

	Christian Sewing				James von Moltke			
	2022		2021		2022		2021	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
<b>Componentes de remuneração fixa:</b>								
Salário-base	3.600	82%	3.600	93%	2.900 <sup>2</sup>	77%	2.800	70%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	216	5%	(8,0) <sup>1</sup>	0%	84	2%	52	1%
<b>Total de remuneração fixa</b>	<b>3.816</b>	<b>87%</b>	<b>3.592</b>	<b>93%</b>	<b>2.984</b>	<b>79%</b>	<b>2.852</b>	<b>71%</b>
<b>Componentes de remuneração variável:</b>								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	140	3%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	67	2%	67	2%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	232	5%	232	6%	169	4%	169	4%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	43	1%	43	1%	43	1%	43	1%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	304	7%	0	0%	213	6%	0	0%
dos quais prémios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	124	3%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	308 <sup>3</sup>	8%	616 <sup>3</sup>	15%
<b>Total de remuneração variável</b>	<b>579</b>	<b>13%</b>	<b>275</b>	<b>7%</b>	<b>799</b>	<b>21%</b>	<b>1.157</b>	<b>29%</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>4.394</b>	<b>100%</b>	<b>3.867</b>	<b>100%</b>	<b>3.783</b>	<b>100%</b>	<b>4.009</b>	<b>100%</b>

<sup>1</sup> Devido à participação económica nos custos de um veículo da empresa fornecido, que excede o montante dos outros benefícios marginais, deve ser apresentado um saldo negativo para o exercício financeiro de 2021.

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a decisão de remuneração, consultar o capítulo "Alterações no Conselho de Administração e Decisões de Remuneração em 2022" do presente relatório.

<sup>3</sup> As prestações acessórias variáveis representam um subsídio de alojamento que foi concedido até 30 de junho de 2022.

	Karl von Rohr				Fabrizio Campelli			
	2022		2021		2022		2021	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
<b>Componentes de remuneração fixa:</b>								
Salário-base	3.000	87%	3.000	93%	2.467 <sup>1</sup>	90%	2.400	99%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	8	0%	24	1%	57	2%	12	0%
<b>Total de remuneração fixa</b>	<b>3.008</b>	<b>87%</b>	<b>3.024</b>	<b>93%</b>	<b>2.524</b>	<b>92%</b>	<b>2.412</b>	<b>100%</b>
<b>Componentes de remuneração variável:</b>								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	169	5%	169	5%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	43	1%	43	1%	7	0%	7	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	224	5%	0	0%	213	6%	0	0%
dos quais prémios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
<b>Total de remuneração variável</b>	<b>435</b>	<b>13%</b>	<b>211</b>	<b>7%</b>	<b>220</b>	<b>8%</b>	<b>7</b>	<b>0%</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>3.444</b>	<b>100%</b>	<b>3.235</b>	<b>100%</b>	<b>2.744</b>	<b>100%</b>	<b>2.420</b>	<b>100%</b>

<sup>1</sup> Para mais informações sobre a decisão de remuneração, consultar o capítulo "Alterações no Conselho de Administração e Decisões de Remuneração em 2022" do presente relatório.

	Bernd Leukert				Alexander von zur Mühlen			
	2022		2021		2022		2021	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
<b>Componentes de remuneração fixa:</b>								
Salário-base	2.397 <sup>1</sup>	92%	2.394 <sup>1</sup>	99%	2.567 <sup>2</sup>	75%	2.345 <sup>2</sup>	74%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	650	19%	650	21%
Benefícios marginais	8	0%	25	1%	121	4%	64	2%
<b>Total de remuneração fixa</b>	<b>2.404</b>	<b>93%</b>	<b>2.419</b>	<b>100%</b>	<b>3.338</b>	<b>98%</b>	<b>3.059</b>	<b>97%</b>
<b>Componentes de remuneração variável:</b>								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	188	4%	0	0%	74	2%	0	0%
dos quais prêmios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	98	3%
<b>Total de remuneração variável</b>	<b>188</b>	<b>7%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>74</b>	<b>2%</b>	<b>98</b>	<b>3%</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>2.593</b>	<b>100%</b>	<b>2.419</b>	<b>100%</b>	<b>3.412</b>	<b>100%</b>	<b>3.157</b>	<b>100%</b>

<sup>1</sup> A remuneração fixa apresentada inclui a creditação da remuneração de mandatos.

<sup>2</sup> Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa cambial.

	Christiana Riley				Rebecca Short			
	2022		2021		2022		2021	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
<b>Componentes de remuneração fixa:</b>								
Salário-base	2.612 <sup>1</sup>	72%	2.328 <sup>1</sup>	76%	2.400	99%	1.600	100%
Subsídio de pensão	650	18%	650	21%	0	0%	-	0%
Benefícios marginais	204	6%	85	3%	36	1%	6	0%
<b>Total de remuneração fixa</b>	<b>3.466</b>	<b>95%</b>	<b>3.063</b>	<b>99%</b>	<b>2.436</b>	<b>100%</b>	<b>1.606</b>	<b>100%</b>
<b>Componentes de remuneração variável:</b>								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	186	4%	0	0%	0	0%	0	0%
dos quais prêmios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	1	0%	17	1%	0	0%	0	0%
<b>Total de remuneração variável</b>	<b>187</b>	<b>5%</b>	<b>17</b>	<b>1%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>3.653</b>	<b>100%</b>	<b>3.079</b>	<b>100%</b>	<b>2.436</b>	<b>100%</b>	<b>1.606</b>	<b>100%</b>

<sup>1</sup> Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa cambial.

	Professor Dr. Stefan Simon				Olivier Vigneron (membro desde 20 de maio de 2022)			
	2022		2021		2022		2021	
	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %	em euros.	em %
<b>Componentes de remuneração fixa:</b>								
Salário-base	2.400	96%	2.400	98%	1.473	98%	–	–
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
Benefícios marginais	10	0%	46	2%	35	2%	–	–
<b>Total de remuneração fixa</b>	<b>2.410</b>	<b>97%</b>	<b>2.446</b>	<b>100%</b>	<b>1.508</b>	<b>100%</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Componentes de remuneração variável:</b>								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	78	2%	0	0%	0	0%	–	–
dos quais prêmios em ações:								
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
<b>Total de remuneração variável</b>	<b>78</b>	<b>3%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>2.488</b>	<b>100%</b>	<b>2.446</b>	<b>100%</b>	<b>1.508</b>	<b>100%</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

	Stuart Lewis (membro até 19 de maio de 2022)			
	2022		2021	
	em euros.	em %	em euros.	em %
<b>Componentes de remuneração fixa:</b>				
Salário-base	1.167	44%	2.800	91%
Pagamento por não concorrência	1.062	40%	0	0%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	32	1%	80	3%
<b>Total de remuneração fixa</b>	<b>2.260</b>	<b>85%</b>	<b>2.880</b>	<b>94%</b>
<b>Componentes de remuneração variável:</b>				
Remuneração variável diferida				
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:				
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0%	0	0%
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	156	6%	156	5%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	43	2%	43	1%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	188	4%	0	0%
dos quais prêmios em ações:				
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0%	0	0%
2015 Plano de capital próprio do DB para 2014	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%
<b>Total de remuneração variável</b>	<b>387</b>	<b>15%</b>	<b>199</b>	<b>6%</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>2.648</b>	<b>100%</b>	<b>3.079</b>	<b>100%</b>

Em relação aos componentes de remuneração diferida de anos anteriores aprovados no ano do relatório, o Conselho de Fiscalização confirmou que as respetivas condições de desempenho foram cumpridas.

## Antigos membros do Conselho de Administração

### Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a compensação paga e devida aos antigos membros do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2022, nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Isto envolve os componentes de remuneração que foram efetivamente entregues aos membros antigos do Conselho de Administração durante o período abrangido pelo relatório ("pagos") ou que já eram legalmente devidos durante o período abrangido pelo relatório, mas ainda não entregues ("devidos"). Nos termos do artigo 162.º, n.º 5 da lei alemã relativa às sociedades por ações, não são fornecidos dados pessoais sobre antigos membros do Conselho de Administração que terminaram o seu trabalho para o Conselho de Administração antes de 31 de dezembro de 2012.

	Frank Kuhnke Membro até 30 de abril de 2021		Werner Steinmüller Membro até 31 de julho de 2020		Sylvie Matherat Membro até 31 de julho de 2019		Garth Ritchie Membro até 31 de julho de 2019	
	2022 em euros.	2022 em %	2022 em euros.	2022 em %	2022 em euros.	2022 em %	2022 em euros.	2022 em %
<b>Pagamento por não concorrência</b>	<b>520</b>	<b>32%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo	212	13%	283	100%	132	99%	268	100%
Prêmios em ações	894	55%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	2	1%	0	0%
Benefícios de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
<b>Remuneração total</b>	<b>1.626</b>	<b>100%</b>	<b>283</b>	<b>100%</b>	<b>134</b>	<b>100%</b>	<b>268</b>	<b>100%</b>

	Nicolas Moreau Membro até 31 de dezembro de 2018			
	2022			
	DB AG	DWS Management GmbH	Em geral	
	em euros.	em euros.	em euros.	em %
Remuneração variável diferida				
Prêmios restritos de incentivo		79	90	53%
Prêmios em ações <sup>1</sup>		0	126	40%
Benefícios marginais		21	0	7%
Benefícios de pensão		0	0	0%
<b>Remuneração total</b>		<b>101</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

<sup>1</sup> Os prêmios em ações apresentados são instrumentos baseados em ações concedidos pela DWS Management GmbH. Poderá encontrar mais informações sobre estes instrumentos no Relatório Anual do DWS.

	Frank Strauß Membro até 31 de julho de 2019		Kimberly Hammonds <sup>1</sup> Membro até 24 de maio de 2018		Dr. Marcus Schenck Membro até 24 de maio de 2018		John Cryan Membro até 8 de abril de 2018	
	2022 em euros.	2022 em %	2022 em euros.	2022 em %	2022 em euros.	2022 em %	2022 em euros.	2022 em %
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo	326	100%	52	73%	65	100%	47	100%
Prêmios em ações	0	0%	20	28%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
<b>Remuneração total</b>	<b>326</b>	<b>100%</b>	<b>71</b>	<b>100%</b>	<b>65</b>	<b>100%</b>	<b>47</b>	<b>100%</b>

<sup>1</sup> Kimberly Hammonds faleceu em 2022, pelo que não haverá divulgação no quadro "Concedida e devida" a partir do Relatório de Remunerações de 2023 e seguintes.

	Hermann-Josef Lamberti Membro até 31 de maio de 2012		Josef Ackermann Membro até 31 de maio de 2012	
	2022 em euros.	2022 em %	2022 em euros.	2022 em %
Remuneração variável diferida				
Prêmios restritos de incentivo		0		0%
Prêmios em ações		0		0%
Benefícios marginais		0		0%
Benefícios de pensão		1.492		100%
<b>Remuneração total</b>		<b>1.492</b>		<b>100%</b>



## Perspetivas para o exercício financeiro de 2023

### Remuneração total e remuneração máxima

A remuneração-alvo total para 2023 permanecerá, em princípio, inalterada em relação à remuneração-alvo total em vigor ou ajustada em 2022.

Os limites de remuneração para os membros do Conselho de Administração permanecem inalterados em relação ao exercício financeiro de 2022. Isto significa que o nível máximo de realização possível para a remuneração variável ascende a 150%, e que existe um limite máximo de 9,85 milhões de euros que limita a soma do salário-base, STA e LTA. Além disso, em conformidade com a Secção 87a (1), frase 2, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o limite fixado para a remuneração total é mantido inalterado em 12 milhões de euros uniformemente para todos os membros do Conselho de Administração como o limite máximo com base no exercício financeiro.

### Estrutura e metas dos objetivos para 2023

O atual sistema de remuneração funciona bem e produz os resultados certos. No entanto, o sistema é considerado muito complexo. Por esta razão, o Comité de Controlo de Remunerações discutiu em várias reuniões opções para simplificar as estruturas de remuneração sem alterar substancialmente o próprio sistema. Por conseguinte, a estrutura de objetivos continuará a estar em conformidade com o sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral em 2021. No entanto, foram efetuados ajustamentos adequados a fim de reduzir a complexidade global do sistema a partir do exercício de 2023.

#### Prémio de curto prazo (STA)

Geralmente inalterado em relação a 2022, o montante do Prémio de Curto Prazo (STA) para o exercício financeiro de 2023 continuará a ser de 40% da remuneração-alvo variável total e baseia-se no nível de concretização dos objetivos individuais e divisionais a curto e médio prazo.

Em 2022, o Prémio de Curto Prazo era composto por três componentes de remuneração. A partir de 2023, a componente "prioridades anuais" será eliminada como componente de remuneração separada e os seus dois objetivos serão atribuídos às duas componentes restantes. O objetivo não financeiro, com uma ponderação de 5%, é atribuído à componente "Objetivos individuais" e o objetivo financeiro, com uma ponderação de 5%, será atribuído à componente "Pontuação equilibrada".

A partir de 2023, as componentes do STA são:

- Objetivos individuais (25%): 3 a 4 objetivos individuais ou divisionais e um "objetivo de comportamento" adicional não financeiro
- Pontuações equilibradas (15%): painéis individuais e divisionais/regionais e principais resultados

Os objetivos específicos do Prémio de Curto Prazo para 2023 serão divulgados retrospectivamente no Relatório de Remuneração de 2023.

#### Prémio de longo prazo (LTA)

O Prémio de Longo Prazo (LTA) continuará a representar 60% do total da remuneração-alvo variável e consiste em objetivos coletivos a longo prazo associados à estratégia do Banco.

Em 2022, o Prémio de Longo Prazo era composto por quatro componentes de remuneração. As componentes "ESG" e "Retorno Total Relativo dos Acionistas" permanecem com ponderações inalteradas em 2023. As componentes "Crescimento Orgânico do Capital" e "Componente do Grupo" serão combinadas em "Finanças do Grupo", com uma ponderação de 25%; uma vez que o Crescimento Orgânico do Capital e o RoTE refletem com precisão o aumento de capital, o Crescimento Orgânico do Capital é eliminado como objetivo separado.

A partir de 2023, as componentes do LTA são:

- Componente ESG (20%)
- Retorno total relativo dos acionistas (15%)
- Finanças do Grupo (CET1, RoTE e CIR) (25%)

No cômputo geral, estas alterações constituem melhorias que simplificam a estrutura de remuneração. Aumentam a ênfase nos objetivos individuais, preservando a coerência da estrutura global.

## ESG

A fim de alinhar constantemente o nosso sistema de remuneração com a nossa estratégia de sustentabilidade, a componente ESG, incluindo os seus critérios de avaliação, foi revista e ajustada com um enfoque claro na redução das emissões de gases com efeito de estufa, no que diz respeito às nossas próprias operações e, além disso, orientando os nossos clientes no seu caminho para as zero emissões líquidas. Os restantes KPI são mantidos inalterados para permitir uma comparação a longo prazo e uma medição consistente da avaliação.

Os objetivos ESG para o exercício financeiro de 2023 são os seguintes:

ESG			Lower Limit (0%)	Target (100%)	Upper Limit (150%)	2023 Relative weight
Environment	Sustainable Finance	Increase in business with sustainable financing and investments <sup>1</sup>	€ 265 bn	€ 315 bn	€ 365 bn	12.5%
		Drive climate risk management – Publicly disclose detailed Net Zero Transition plan and set reduction targets for further carbon intense industry sectors by year end 2023 to align with NZBA commitment	Completion of target setting for 2 or less relevant key sectors.	Completion of target setting for 4 relevant key sectors.	Completion of target setting for further 8 (all) NZBA recommended relevant key sectors	12.5%
	Own Operations	Total building/ energy consumption (kwh/squaremeter) vs. YE 2019	-17%	-21%	-23%	5%
Social		Employee Feedback Culture (latest survey result)	72%	75%	78%	5%
		Gender Diversity (VP/D/MD)	31%	31.8%	32.3%	10%
Governance		Control Risk Management Grade (Assessment & Group Audit Risk/Control Culture Grade) – annual average	1.5	3	5	15%
		AML/ KYC Remediation Activities	0%	100%	150%	40%
						<b>100%</b>

<sup>1</sup> O valor-alvo e um aumento de 100 mil milhões de euros em relação ao ano anterior, com base num volume total acumulado de 215 mil milhões de euros no final de 2022.

le pares  
2023.

A componente "Objetivos Financeiros do Grupo" contém indicadores financeiros importantes, que são comunicados como objetivos estratégicos do Banco e constituem instrumentos de controlo adequados para o Banco. Para 2023, estes objetivos são o "rácio de capital principal (rácio CET1)", a "Rendibilidade do capital próprio tangível (RoTE)" e o "rácio custo/rendimento(CIR)". Em 2022, os três objetivos já faziam parte da Componente do Grupo.

## Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

A remuneração do Conselho de Fiscalização é regulamentada na Secção 14 dos Estatutos, que pode ser alterada pela Assembleia Geral, se necessário. As provisões de remuneração que foram reconcebidas em 2013 foram alteradas pela última vez por resolução da Assembleia Geral, a 19 de maio de 2022, e tornaram-se efetivas a 20 de julho de 2022. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e os Vice-presidentes recebem uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

Comité em euros	31 dez 2022	
	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200.000	100.000
Comité de Risco	200.000	100.000
Comité de Nomeações	100.000	50.000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Supervisão Regulamentar <sup>1</sup>	200.000	100.000
Comité do Presidente	100.000	50.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000	50.000
Comité de Estratégia e Sustentabilidade <sup>1</sup>	100.000	50.000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	200.000	100.000

<sup>1</sup> Em 28 de julho de 2022, o Conselho de Fiscalização decidiu que o Comité de Integridade passaria a ser designado por Comité de Supervisão Regulamentar, a fim de tornar o ponto focal das suas tarefas mais claro a nível externo. Pela mesma razão, o Conselho de Fiscalização deliberou, em 15 de dezembro de 2022, que o Comité de Estratégia passasse a designar-se por Comité de Estratégia e Sustentabilidade.

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão (regulamento sobre perda de direitos).

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação devido à sua função e reembolsado por custos com medidas de segurança necessárias com base na sua função.

No interesse da sociedade, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

## Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios financeiros de 2022 e 2021

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente aos exercícios de 2022 e 2021 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado). As duas tabelas seguintes mostram a compensação paga e devida aos

membros do Conselho de Fiscalização nos exercícios financeiros de 2022 e 2021, nos termos do artigo 162.º (1) frase 1 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG).

Membros do Conselho de Fiscalização	Salário-base		Remuneração para comités <sup>1</sup>		Remuneração no exercício de 2022		
					Remuneração total	Da qual a pagar no 1.º trimestre de 2023	
	em euros	em %	em euros	em %	em euros	em euros	em %
Alexander Wynaendts <sup>2</sup>	116.667	24%	379.167	76%	495.833	371.875	75%
Dr. Paul Achleitner <sup>3</sup>	83.333	22%	291.667	78%	375.000	375.000	100%
Detlef Polaschek	150.000	33%	300.000	67%	450.000	337.500	75%
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Mayree Clark	100.000	23%	329.167	77%	429.167	321.875	75%
Jan Duscheck	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Manja Eifert <sup>4</sup>	75.000	64%	41.667	36%	116.667	87.500	75%
Dr. Gerhard Eschelbeck <sup>3</sup>	41.667	40%	62.500	60%	104.167	104.167	100%
Sigmar Gabriel	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Timo Heider	100.000	32%	208.333	68%	308.333	231.250	75%
Martina Klee	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Henriette Mark <sup>5</sup>	25.000	40%	37.500	60%	62.500	62.500	100%
Gabriele Platscher	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Bernd Rose	100.000	29%	250.000	71%	350.000	262.500	75%
Yngve Slyngstad <sup>2</sup>	58.333	58%	41.667	42%	100.000	75.000	75%
John Alexander Thain	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Michele Trogni	100.000	22%	350.000	78%	450.000	337.500	75%
Dr. Dagmar Valcárcel	100.000	22%	350.000	78%	450.000	337.500	75%
Stefan Viertel	100.000	31%	220.833	69%	320.833	240.625	75%
Dr. Theodor Weimer	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Frank Werneke	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	120.833	23%	400.000	77%	520.833	390.625	75%
Frank Witter	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
<b>Total</b>	<b>2.170.833</b>	<b>32%</b>	<b>4.662.500</b>	<b>68%</b>	<b>6.833.333</b>	<b>5.260.417</b>	<b>77%</b>

<sup>1</sup> Os respetivos membros dos comités do Conselho de Fiscalização no exercício financeiro de 2022 são apresentados na secção Comités do Conselho de Fiscalização.

<sup>2</sup> Membro do Conselho de Fiscalização desde 19 de maio de 2022.

<sup>3</sup> Membro do Conselho de Fiscalização até 19 de maio de 2022.

<sup>4</sup> Membro do Conselho de Fiscalização desde 7 de abril de 2022.

<sup>5</sup> Membro do Conselho de Fiscalização até 31 de março de 2022.

Membros do Conselho de Fiscalização	Salário-base		Remuneração para comités <sup>1</sup>		Remuneração no exercício de 2021		
					Remuneração total	Da qual pago no 1.º trimestre de 2022	
	em euros	em %	em euros	em %	em euros	em euros	em %
Dr. Paul Achleitner	200.000	23%	670.833	77%	870.833	653.125	75%
Detlef Polaschek	150.000	33%	300.000	67%	450.000	337.500	75%
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Frank Bsirske <sup>2</sup>	83.333	33%	166.667	67%	250.000	250.000	100%
Mayree Clark	100.000	22%	350.000	78%	450.000	337.500	75%
Jan Duscheck	100.000	37%	170.833	63%	270.833	203.125	75%
Dr. Gerhard Eschelbeck	100.000	46%	116.667	54%	216.667	162.500	75%
Sigmar Gabriel	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Timo Heider	100.000	34%	191.667	66%	291.667	218.750	75%
Martina Klee	100.000	59%	70.833	41%	170.833	128.125	75%
Henriette Mark	100.000	40%	150.000	60%	250.000	187.500	75%
Gabriele Platscher	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Bernd Rose	100.000	31%	220.833	69%	320.833	240.625	75%
Gerd Alexander Schütz <sup>3</sup>	41.667	83%	8.333	17%	50.000	50.000	100%
John Alexander Thain	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Michele Trogni	100.000	26%	291.667	74%	391.667	293.750	75%
Dr. Dagmar Valcárcel	100.000	22%	350.000	78%	450.000	337.500	75%
Stefan Viertel	100.000	41%	141.667	59%	241.667	181.250	75%
Dr. Theodor Weimer	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Frank Werneke <sup>4</sup>	8.333	100%	0	0%	8.333	6.250	75%
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	100.000	20%	395.833	80%	495.833	371.875	75%
Frank Witter <sup>5</sup>	58.333	41%	83.333	59%	141.667	106.250	75%
<b>Total</b>	<b>2.141.666</b>	<b>33%</b>	<b>4.379.166</b>	<b>67%</b>	<b>6.520.833</b>	<b>4.965.625</b>	<b>76%</b>

<sup>1</sup> Os respetivos membros dos comités do Conselho de Fiscalização no exercício financeiro de 2021 são apresentados no Relatório Anual de 2021, na página 429.

<sup>2</sup> Membro do Conselho de Fiscalização até 27 de outubro de 2021.

<sup>3</sup> Membro do Conselho de Fiscalização até 27 de maio de 2021.

<sup>4</sup> Membro do Conselho de Fiscalização desde 25 de novembro de 2021.

<sup>5</sup> Membro do Conselho de Fiscalização desde 27 de maio de 2021.

Após o envio das faturas, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2022 foi convertida em ações nomenclais da empresa com base numa cotação da ação de 12.0496 euros (cotação de fecho

média na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2023). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2022 receberam a totalidade da remuneração em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas nos primeiros três meses de 2023 como parte da respetiva remuneração de 2022, e a variação em relação ao ano anterior, o número de ações nocionais acumuladas dos anos anteriores como parte da remuneração, o número total de ações nocionais acumuladas durante os respetivos períodos de participação no Conselho de Fiscalização, e a variação em relação ao ano anterior, bem como os montantes totais pagos em fevereiro de 2023 para os membros que saíram do Conselho de Fiscalização.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações nocionais					
	Convertidas em fevereiro de 2023 como parte da remuneração de 2022	Alteração comparada com o ano anterior em %	Número total acumulado durante o mandato atual	Total (acumulado)	Alteração comparada com o ano anterior em %	A pagar em fevereiro de 2023 em euros <sup>1</sup>
Alexander Wynaendts <sup>2</sup>	10.287,340	N/A	0	10.287,340	N/A	0
Dr. Paul Achleitner <sup>3</sup>	0	N/A	104.444,785	104.444,785	0%	1.258.518
Detlef Polaschek	9.336,410	-4%	44.909,808	54.246,218	21%	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	6.224,273	-4%	29.939,872	36.164,145	21%	0
Mayree Clark	8.904,168	-8%	39.849,378	48.753,546	22%	0
Jan Duscheck	6.224,273	7%	25.398,115	31.622,388	25%	0
Manja Eifert <sup>4</sup>	2.420,551	N/A	0	2.420,551	N/A	0
Dr. Gerhard Eschelbeck <sup>3</sup>	0	N/A	18.653,863	18.653,863	0%	224.772
Sigmar Gabriel	4.149,515	-4%	8.974,025	13.123,540	46%	0
Timo Heider	6.397,169	2%	25.846,336	32.243,505	25%	0
Martina Klee	4.149,515	13%	15.418,158	19.567,673	27%	0
Henriette Mark <sup>5</sup>	0	N/A	24.949,893	24.949,893	0%	300.636
Gabriele Platscher	6.224,273	-4%	29.939,872	36.164,145	21%	0
Bernd Rose	7.261,652	5%	27.174,511	34.436,163	27%	0
Yngve Slyngstad <sup>2</sup>	2.074,758	N/A	0	2.074,758	N/A	0
John Alexander Thain	4.149,515	-4%	19.959,915	24.109,430	21%	0
Michele Trogni	9.336,410	11%	33.979,446	43.315,856	27%	0
Dr. Dagmar Valcárcel	9.336,410	-4%	26.921,443	36.257,853	35%	0
Stefan Viertel	6.656,514	28%	5.199,369	11.855,883	128%	0
Dr. Theodor Weimer	4.149,515	-4%	7.339,140	11.488,655	57%	0
Frank Werneke	6.224,273	N/S	179,289	6.403,562	N/S	0
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	10.806,030	1%	38.562,948	49.368,978	28%	0
Frank Witter	6.224,273	104%	3.047,906	9.272,179	204%	0
<b>Total</b>	<b>130.536,837</b>	<b>9%</b>	<b>530.688,072</b>	<b>661.224,909</b>	<b>37%</b>	<b>1.783.926</b>

<sup>1</sup> A um valor de 12.0496 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2023.

<sup>2</sup> Membro desde 19 de maio de 2022.

<sup>3</sup> Membro até 19 de maio de 2022.

<sup>4</sup> Membro desde 7 de abril de 2022.

<sup>5</sup> Membro até 31 de março de 2022.

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Jan Duscheck e Frank Werneke, são colaboradores do Grupo Deutsche Bank. No exercício de 2022, pagámos a esses membros um montante total de 1,28 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2022, reservámos 0,07 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner (Presidente do Conselho de Fiscalização até 19 de maio de 2022) desempenhou funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participou em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estavam relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se previsto nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco forneceu ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tinha o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício destas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estavam à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsou ainda despesas de deslocação e de participação e cobriu os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicaram-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e foram examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o

Dr. Achleitner, foram fornecidos serviços de apoio equivalentes a 51.000 euros (2021: 95.000 euros) e foram pagos reembolsos de despesas no montante de 194.000 euros (2021: 209.589 euros) durante o exercício financeiro de 2022.

## Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos

A tabela seguinte mostra a apresentação comparativa da mudança de ano para ano na remuneração, nos ganhos da empresa e do Grupo, bem como a remuneração média dos colaboradores numa base de equivalente a tempo inteiro. As informações fornecidas nos termos da Secção 162 (1), frase 2, n.º 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações será sucessivamente expandida com a mudança de um exercício financeiro para o ano anterior até ser atingido um período de relatório de cinco anos. A partir do exercício financeiro de 2025, as mudanças de ano para ano serão mostradas para cada um dos últimos cinco anos.

As informações sobre a remuneração dos atuais e antigos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização refletem a declaração individualizada no Relatório de Remuneração da remuneração paga ou devida nos termos da Secção 162 (1), frase 2, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. A apresentação da evolução dos lucros da empresa deve refletir, de acordo com os requisitos legais, os da empresa autónoma cotada em bolsa, ou seja, o Deutsche Bank AG. Consequentemente, o resultado líquido do Deutsche Bank AG é utilizado para apresentar lucros na aceção do artigo 162.º (1), frase 2, n.º 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Uma vez que a remuneração do Conselho de Administração é mensurada com base nos números do Grupo, os números dos ganhos do Grupo são mostrados adicionalmente para a apresentação comparativa. Estes valores dos ganhos do Grupo são resultado líquido, rácio custo-rendimento e rendibilidade do capital próprio tangível (RoTE). Para o grupo de colaboradores para a comparação, os dados relevantes para o Grupo Deutsche Bank foram utilizados à luz dos colaboradores do Deutsche Bank a nível global. O grupo de colaboradores para a comparação inclui todos os colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial.

	2022	2021	2020	Mudança anual de 2022 para 2021 em %	Mudança anual de 2021 para 2020 em %
<b>1. Evolução dos lucros da empresa</b>					
Resultado líquido do Deutsche Bank AG (em milhões de euros)	5.506	1.919 <sup>1</sup>	(1.769)	187	N/S
Resultado líquido do Grupo Deutsche Bank (em milhões de euros)	5.525	2.365	495	134	N/S
Rácio custo/rendimento do Grupo Deutsche Bank (em %)	74,9%	84,6%	88,3%	(11)	(4)
Rendibilidade do capital tangível (RoTE) do Grupo Deutsche Bank (em %)	9,4%	3,8%	0,2%	147	N/S
<b>2. Remuneração média dos colaboradores</b>					
A nível mundial, numa base de equivalente a tempo inteiro <sup>2</sup>	125.301	120.336	113.350	4	6
<b>3. Remuneração do Conselho de Administração (em milhares de euros)</b>					
<b>Membros atuais do Conselho de Administração</b>					
Christian Sewing (Membro desde 1 de janeiro de 2015)	4.394	3.867	3.352	14	15
James von Moltke (Membro desde 1 de julho de 2017)	3.783	4.009	3.635	(6)	10
Karl von Rohr (Membro desde 1 de novembro de 2015)	3.444	3.235	2.930	6	10
Fabrizio Campelli (Membro desde 1 de novembro de 2019)	2.744	2.420	2.222	13	9
Bernd Leukert (Membro desde 1 de janeiro de 2020)	2.593	2.419	2.222	7	9
Alexander von zur Mühlen (Membro desde 1 de agosto de 2020)	3.412	3.157	1.282	8	146
Christiana Riley (Membro desde 1 de janeiro de 2020)	3.653	3.079	3.034	19	1
Rebecca Short (Membro desde 1 de maio de 2021)	2.436	1.606	-	52	N/S
Prof. Dr. Stefan Simon (Membro desde 1 de agosto de 2020)	2.488	2.446	1.007	2	143
Olivier Vigneron (membro desde 20 de maio de 2022)	1.508	-	-	N/S	N/S
<b>Membros que saíram do Conselho de Administração durante o exercício financeiro</b>					
Stuart Lewis (membro até 19 de maio de 2022)	2.648	3.079	2.912	(14)	6
<b>Membros que saíram do Conselho de Administração antes do exercício financeiro</b>					
Frank Kuhnke (Membro até 30 de abril de 2021)	1.626	2.264	2.207	(28)	3
Werner Steinmüller (Membro até 31 de julho de 2020)	283	3.117	2.436	(91)	28
Sylvie Matherat (Membro até 31 de julho de 2019)	134	211	2.719 <sup>3</sup>	(36)	(92)
Garth Ritchie (Membro até 31 de julho de 2019)	268	2.071	4.185 <sup>3</sup>	(87)	(51)
Frank Strauß (Membro até 31 de julho de 2019)	326	326	2.168	N/S	(85)
Nicolas Moreau (Membro até 31 de dezembro de 2018)	317	299	1.826	6	(84)
Kimberly Hammonds (Membro até 24 de maio de 2018)	71	124	52	(43)	138
Dr. Marcus Schenck (Membro até 24 de maio de 2018)	65	65	65	N/S	N/S
John Cryan (Membro até 8 de abril de 2018)	47	47	47	N/S	N/S
Hermann-Josef Lamberti (Membro até 31 de maio de 2012)	1.492	1.414	1.450	6	(2)
Josef Ackermann (Membro até 31 de maio de 2012)	959	924	911	4	1
<b>4. Remuneração do Conselho de Fiscalização (em milh. euros)</b>					
<b>Membros atuais do Conselho de Fiscalização</b>					
Alexander Wynaendts (Membro desde 19 de maio de 2022)	496	-	-	N/S	N/S
Detlef Polaschek (Membro desde 24 de maio de 2018)	450	450	450	N/S	N/S
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann (Membro desde 1 de agosto de 2018)	521	496	450	5	10
Ludwig Blomeyer-Bartenstein (Membro desde 24 de maio de 2018)	300	300	300	N/S	N/S
Mayree Clark (Membro desde 24 de maio de 2018)	429	450	425	(5)	6
Jan Duscheck (Membro desde 2 de agosto de 2016)	300	271	250	11	8
Manja Eifert (Membro desde 7 de abril de 2022)	117	-	-	N/S	N/S
Sigmar Gabriel (Membro desde 11 de março de 2020)	200	200	167	N/S	20
Timo Heider (Membro desde 23 de maio de 2013)	308	292	250	5	17
Martina Klee (Membro desde 29 de maio de 2008)	200	171	150	17	14
Gabriele Platscher (Membro desde 10 de junho de 2003)	300	300	300	N/S	N/S
Bernd Rose (Membro desde 23 de maio de 2013)	350	321	275	9	17
Yngve Slyngstad (Membro desde 19 de maio de 2022)	100	-	-	N/S	N/S
John Alexander Thain (Membro desde 24 de maio de 2018)	200	200	200	N/S	N/S
Michele Trogni (Membro desde 24 de maio de 2018)	450	392	350	15	12
Dr. Dagmar Valcárcel (Membro desde 1 de agosto de 2019)	450	450	425	N/S	6
Stefan Viertel (Membro desde 1 de janeiro de 2021)	321	242	-	33	N/S
Dr. Theodor Weimer (Membro desde 20 de maio de 2020)	200	200	108	N/S	85
Frank Werneke (Membro desde 25 de novembro de 2021)	300	8	-	N/S	N/S
Frank Witter (Membro desde 27 de maio de 2021)	300	142	-	111	N/S
<b>Antigos membros do Conselho de Fiscalização</b>					
Dr. Paul Achleitner (Membro até 19 de maio de 2022)	375	871	802	(57)	9
Frank Bsirske (Membro até 27 de outubro de 2021)	-	250	300	N/S	(17)
Dr. Gerhard Eschelbeck (Membro até 19 de maio de 2022)	104	217	150	(52)	45
Henriette Mark (Membro até 31 de março de 2022)	63	250	250	(75)	N/S
Gerd Alexander Schütz (Membro até 27 de maio de 2021)	-	50	175	N/S	(71)
Stephan Szukalski (Membro até 31 de dezembro de 2020)	-	-	200	N/S	N/S
Katherine Garrett-Cox (Membro até 20 de maio de 2020)	-	-	100	N/S	N/S

<sup>1</sup> Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>2</sup> Remuneração média dos colaboradores com base num equivalente a tempo inteiro. Abordagem de determinação melhorada para os anos 2022-2020.

<sup>3</sup> Incluindo benefícios por cessação do vínculo laboral para 2020.

## Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Auditámos o relatório de remuneração anexo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, elaborado para estar em conformidade com a Sec. 162 da AktG ["Aktiengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações para o ano fiscal entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 e as respetivas divulgações.

### Responsabilidades dos diretores executivos e do Conselho de Fiscalização

Os diretores executivos e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft são responsáveis pela preparação do relatório de remuneração e pelas respetivas divulgações, em conformidade com os requisitos da Sec. 162.º da AktG. Além disso, os diretores executivos e o Conselho de Fiscalização são responsáveis pelo controlo interno que determinarem ser necessário para a preparação de um relatório de remuneração e as respetivas divulgações isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

### Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre este relatório de remuneração e as respetivas divulgações com base na nossa auditoria. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Contabilísticas Geralmente Aceites na Alemanha para auditorias das demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores de Contas na Alemanha] (IDW). Estas normas exigem que cumpramos os requisitos deontológicos e que planeemos e realizemos a auditoria com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se o relatório de remuneração e as respetivas divulgações estão isentos de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos com vista a obter provas de auditoria sobre os montantes no relatório de remuneração e as respetivas divulgações. Os procedimentos selecionados dependem do juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materialmente relevantes do relatório de remuneração e das respetivas divulgações, devido a fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a elaboração do relatório de remuneração e as respetivas divulgações, a fim de planejar e realizar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação das políticas contabilísticas utilizadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelos diretores executivos e pelo Conselho de Fiscalização, bem como a avaliação da apresentação geral do relatório de remuneração e das respetivas divulgações.

Acreditamos que as provas que obtivemos são uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer.

### Parecer

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria, o relatório de remuneração para o exercício de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e as respetivas divulgações cumprem, em todos os aspetos materiais, as disposições de relato financeiro da Sec. 162.º da AktG.

### Outra questão - auditoria formal do relatório de remuneração

A auditoria ao conteúdo do relatório de remuneração descrito neste relatório do auditor inclui a auditoria formal do relatório de remuneração exigido pela Sec. 162 (3) da AktG e a emissão de um relatório sobre esta auditoria. Uma vez que estamos a emitir um parecer sem reservas sobre a auditoria do conteúdo do relatório de remuneração, este inclui também o parecer de que as divulgações nos termos da Sec. 162 (1) e (2) da AktG são realizadas no relatório de remuneração em todos os aspetos materialmente relevantes.



## Limitação da responsabilidade

As "Condições Gerais de Compromisso para Wirtschaftsprüfer e Wirtschaftsprüfungsgesellschaften [auditores públicos e empresas de auditoria públicas alemãs]", emitidas pelo IDW em 1 de janeiro de 2017, que se encontram anexadas ao presente relatório, são aplicáveis a este compromisso e regem também a nossa responsabilidade perante terceiros no contexto deste compromisso.

Eschborn/Frankfurt am Main, 13 de março de 2023

Ernst & Young GmbH  
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

**Lösken**  
Wirtschaftsprüfer

**Mai**  
Wirtschaftsprüfer [Auditor Público Alemão]

[Auditor Público Alemão]

## Remuneração dos colaboradores (não auditada)

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2022 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no artigo 450.º n.º 1 (a) a (j) Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – “InstVV”*).

O Relatório de Remuneração assume uma visão alargada do grupo e abrange todas as entidades consolidadas do Grupo Deutsche Bank. Em conformidade com os requisitos regulamentares, são elaborados relatórios equivalentes, relativos a 2022, para as seguintes instituições relevantes do Grupo Deutsche Bank: BHW Bausparkasse AG, Alemanha; Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo; Deutsche Bank S.p.A., Itália; Deutsche Bank Mutui S.p.A., Itália; Deutsche Bank S.A.E., Espanha.

### Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do Grupo do banco. O banco esforça-se por estar na linha da frente da implementação dos requisitos regulamentares no que se refere à remuneração e continuará a manter um intercâmbio estreito com o seu supervisor prudencial, o Banco Central Europeu ("BCE"), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está globalmente sujeito ao Regulamento e à Diretiva de Requisitos de Capital (CRR/CRD), conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. Estas normas são aplicadas a todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV. Enquanto instituição significativa, no âmbito do InstVV, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (Colaboradores que assumem riscos materiais ou MRT), em conformidade com os critérios atualizados estipulados na Lei bancária alemã e no Regulamento Delegado 2021/923 da Comissão. O Deutsche Bank identifica os MRT a nível do Grupo, a nível das Instituições Significativas e, de acordo com a lei bancária alemã, a todas as instituições de CRR a nível individual.

Tendo em conta a legislação setorial mais específica e de acordo com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank (em particular no Grupo DWS) enquadram-se nas normas de remuneração específicas do setor, como a diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD), a diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS) e a diretiva relativa às sociedades de investimento (IFD), incluindo as transposições locais aplicáveis. Os MRT são igualmente identificados nestas subsidiárias. Os colaboradores identificados estão sujeitos às disposições em matéria de remuneração definidas nas Orientações aplicáveis a políticas de remuneração sólidas publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

O Deutsche Bank tem em conta os regulamentos direcionados para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco, por exemplo, de acordo com as transposições locais da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II – MiFID II. Assim, são implementadas disposições específicas para os colaboradores considerados Pessoas Relevantes, com o objetivo de garantir que atuam no melhor interesse dos clientes do banco.

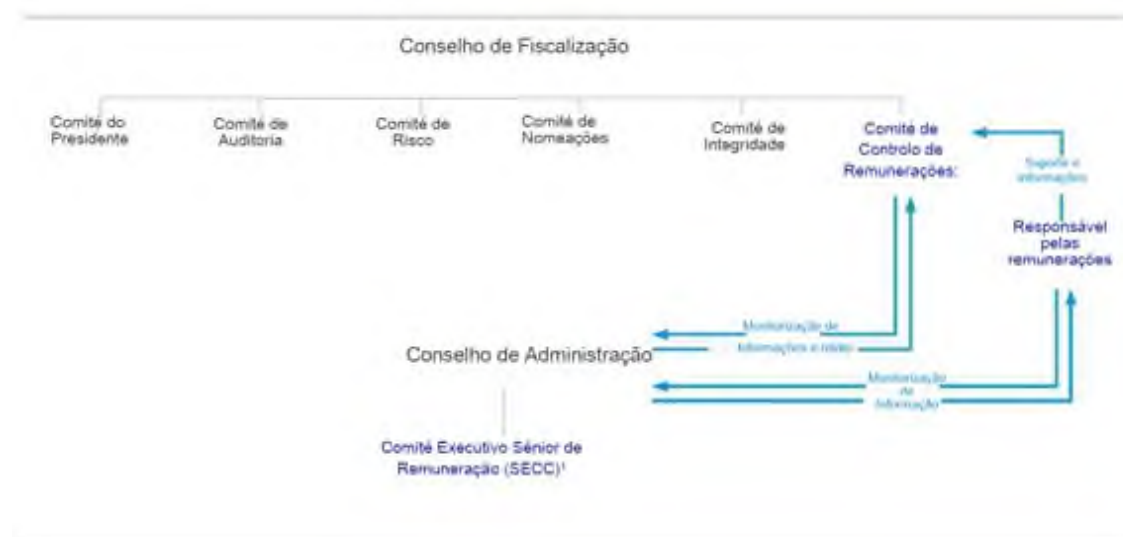
Sempre que aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Muitos destes requisitos estão em sintonia com o InstVV. Contudo, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com as entidades reguladoras permitiram ao banco cumprir a regulamentação local e, simultaneamente, assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do Quadro de Remuneração do Grupo geral do banco. Isto inclui, por exemplo, as estruturas de remuneração aplicadas aos Colaboradores cobertos nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, os requisitos do InstVV são aplicados como normas mínimas a nível global.

## Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da sua estratégia e política de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC), O Responsável de Remuneração e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC).

De acordo com as suas responsabilidades, as funções de controlo do banco estão envolvidas na conceção e aplicação dos sistemas de remuneração, na identificação de colaboradores que assumem riscos materiais e na determinação do montante total de remuneração variável. Isto inclui a avaliação do impacto do comportamento dos colaboradores e dos riscos relacionados com o negócio, critérios de desempenho, concessão de remuneração e indemnizações, bem como ajustamento ex-post ao risco.

### Estrutura de governo dos prémios



Não inclui uma lista completa dos Comités do Conselho de Fiscalização.

<sup>2</sup> O Comité de Integridade foi substituído pelo Comité de Supervisão Regulamentar.

### Comité de Controlo de Remunerações (CCC)

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Além disso, o CCC monitoriza a adequação dos sistemas de remuneração para os colaboradores do Grupo Deutsche Bank, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e o SECC. O CCC analisa se o montante total da remuneração variável é acessível e fixado de acordo com a situação de risco, capital e liquidez, bem como em alinhamento com as estratégias empresariais e de risco. Além disso, o CCC apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização do processo de identificação de MRT.

O CCC é composto pelo Presidente do Conselho de Fiscalização, bem como por dois outros membros do Conselho de Fiscalização que representam os acionistas e três membros do Conselho de Fiscalização que representam os colaboradores. O Comité realizou seis reuniões no ano civil de 2022. Os membros do Comité de Risco participaram em duas reuniões como convidados e o Presidente do Comité de Risco participou em quatro reuniões como convidado. Podem ser encontrados mais pormenores no relatório do Conselho de Fiscalização no Relatório Anual.

### Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração do Grupo para apoiar os Conselhos de Fiscalização da Deutsche Bank AG e das instituições relevantes do banco, na Alemanha, no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores, na identificação de MRT e na divulgação da remuneração numa base contínua. O Responsável de Remuneração executa todas as obrigações de monitorização relevantes de forma independente, fornece uma avaliação da adequação da conceção e da estratégia dos sistemas de remuneração para colaboradores pelo menos anualmente e apoia e aconselha regularmente o CCC.

### Comité Executivo Sênior de Remuneração (SECC)

O SECC é um comitê delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a Estratégia e Política de Remunerações e Benefícios. Além disso, ao utilizar fatores quantitativos e qualitativos, SECC avalia o desempenho do Grupo e das divisões como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas e de controlo não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2022, o SECC era composto pelo Diretor Global de Recursos Humanos e pelo Diretor Financeiro como Copresidentes, pelo Diretor Global de Conformidade, o Diretor Global de Recompensas e Desempenho e por um representante adicional dos departamentos Financeiro e de Risco como membros com direito de voto. O Responsável de Remuneração, o Responsável de Remuneração adjunto e um representante adicional do Departamento Financeiro participaram como membros sem direito de voto. Em geral, o SECC reúne-se mensalmente, mas com reuniões mais frequentes durante o processo de remuneração. Realizou, no total, vinte reuniões no que diz respeito ao processo de remuneração para o ano de desempenho de 2022.

## Estratégia de Remuneração e Benefícios

O Deutsche Bank reconhece que a sua estrutura de remunerações desempenha um papel vital no apoio aos objetivos estratégicos. Permite ao banco atrair e fidelizar as pessoas necessárias para atingir os objetivos do banco. A Estratégia de remunerações e benefícios está alinhada com a estratégia empresarial, a estratégia de risco do Deutsche Bank e com os seus valores e convicções corporativos, tal como descrito em seguida.

### Cinco objetivos fundamentais das nossas práticas de remuneração

- Apoiar a implementação da estratégia bancária global centrada no cliente do Banco, através da captação e retenção de talentos em todos os diferentes modelos de negócio e locais de países
- Apoiar o desempenho e desenvolvimento sustentável a longo prazo do Banco e estratégia de risco correspondente
- Promover e apoiar um desempenho a longo prazo que se baseie em eficiência e disciplina de custos
- Garantir que as práticas de remuneração do banco são seguras, através de resultados de desempenho de ajuste de risco, evitando que sejam assumidos riscos inapropriados, garantindo compatibilidade sustentável com o planeamento de capital e liquidez e cumprindo a regulamentação
- Aplicar e promover os valores corporativos do banco de integridade, desempenho sustentável, centralidade do cliente, inovação, disciplina e parceria

### Princípios de remuneração fundamentais

- Alinhar a remuneração com os interesses dos acionistas e rentabilidade ao nível do banco sustentada, tendo em conta o risco
- Maximizar o desempenho sustentável, ao nível dos colaboradores e do banco
- Atrair e reter os melhores talentos
- Calibrar a remuneração para refletir diferentes divisões e níveis de responsabilidade
- Aplicar uma conceção de remuneração simples e transparente
- Assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares

## Quadro de remuneração do Grupo

O quadro de remuneração, em geral aplicável globalmente em todas as regiões e linhas de negócio, enfatiza um equilíbrio adequado entre o Pagamento Fixo (PF) e a Remuneração Variável (RV), formando, em conjunto, a Remuneração Total (RT). Alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que assegura a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. Os princípios subjacentes do quadro de remuneração são aplicados a todos os colaboradores de forma igual, independentemente das diferenças de antiguidade, cargo, género ou etnia.

Nos termos do CRD e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio máximo de 1:1 no que se refere às componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%, com base em votos válidos de 27,68% do capital social representado na Assembleia-Geral Anual. Não obstante, o banco determinou que os colaboradores em funções de infraestrutura específicas (como os colaboradores das áreas Jurídica, Fiscalidade do Grupo e Recursos Humanos) devem continuar a estar sujeitos a um rácio máximo de 1:1, enquanto as funções de controlo, conforme definido pelo InstVV, estão sujeitas a um rácio máximo de 2:1. Estas Funções de Controlo incluem Risco, Conformidade, Combate à Criminalidade Financeira, Auditoria do Grupo, o Responsável de Remuneração e o seu adjunto.

O banco atribuiu uma remuneração total de referência (RTC) aos colaboradores elegíveis que descreve um valor de referência para a sua função. Este valor permite orientar os colaboradores em relação aos respetivos pagamentos fixos e remuneração variável. A remuneração total individual efetiva pode estar ao nível, acima ou abaixo da Remuneração Total de Referência, dependendo das decisões de remuneração variável.

A **remuneração fixa** é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. A remuneração fixa desempenha um papel essencial para atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos colaboradores, a remuneração fixa é a componente de remuneração principal.

A **remuneração variável** reflete a acessibilidade e o desempenho ao nível do Grupo, da divisão e individual. Permite ao banco a diferenciação do desempenho individual e o incentivo ao comportamento, mediante incentivos apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. A remuneração variável (RV), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o Componente de RV do grupo e o Componente de RV individual.

A **componente de RV do grupo** baseia-se num dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração – garantir uma associação explícita entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. Para avaliar o desempenho anual do banco na consecução dos nossos objetivos estratégicos, os quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) utilizados como base para a determinação do componente de RV do grupo de 2022 foram: Rácio de Capital Common Equity Tier 1 (CET 1), Rácio Custo/Rendimento (CIR), Rendibilidade do Capital Próprio Tangível Após Impostos (RoTE) e ESG – Volume de Financiamento Sustentável. Estes quatro KPI representam os objetivos de capital, custo, rentabilidade e sustentabilidade do banco.

A **Componente de RV** é atribuída na forma de remuneração variável individual ou de Prémio de Reconhecimento. A elegibilidade de um colaborador para receber um destes elementos de RV depende da divisão, da região, da profissão e do Cargo Corporativo. No caso de contributos de desempenho negativos ou conduta imprópria, a RV de um colaborador pode ser reduzida em conformidade e descer até zero. A RV é concedida e paga sujeita à acessibilidade do Grupo. Ao abrigo do quadro de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente. Estes acordos são utilizados apenas numa base muito limitada para novas contratações no primeiro ano de trabalho e estão sujeitos aos requisitos de diferimento padrão do banco.

### Componentes chave do quadro de remuneração

Vice-Presidente e superior		Vice-presidente Adjunto e inferior <sup>1</sup>	
Remuneração total de referência		Remuneração total de referência	
RV individual			Prémio de reconhecimento
Componente de RV do grupo			Componente de RV do grupo
Pagamento fixo			Pagamento fixo

Os **RV individual** tem em conta vários fatores financeiros e não financeiros, incluindo o desempenho da divisão aplicável, o desempenho e a conduta individual do colaborador e a adesão aos valores e convicções, bem como fatores adicionais como as decisões estratégicas do banco e considerações sobre a retenção.

Os **Prémios de reconhecimento** constituem uma oportunidade de reconhecer e premiar os contributos excecionais dos colaboradores em níveis de senioridade inferiores de uma forma atempada e transparente. Geralmente, a dimensão geral do orçamento do Programa de Prémios de Reconhecimento está diretamente associada a uma percentagem definida de pagamentos fixos para a população elegível e pode ser paga duas vezes por ano, após uma revisão das nomeações e dos contributos num processo gerido ao nível de cada divisão.

No contexto do InstVV, os **pagamentos por cessação de funções** são considerados remuneração variável. O quadro de indemnizações do banco garante o total alinhamento com os respetivos requisitos do InstVV.

Os **Benefícios dos colaboradores** complementam a remuneração total e são considerados pagamentos fixos do ponto de vista regulamentar, já que não estão diretamente ligados ao desempenho ou a critérios. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. As despesas com pensões representam o elemento principal da carteira de benefícios do banco, globalmente.

## Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas

Para algumas áreas do banco, aplicam-se estruturas de remuneração que se desviam, dentro dos limites regulamentares, em alguns aspetos do Quadro de Remuneração do Grupo acima descrito.

### Unidades do Postbank

Embora geralmente os colaboradores executivos do antigo Postbank sigam a estrutura de remuneração do Deutsche Bank, a remuneração para quaisquer outros colaboradores nas unidades Postbank baseia-se em quadros específicos acordados com os sindicatos ou com os respetivos conselhos de trabalhadores. Nos casos em que não exista acordo coletivo, a remuneração está sujeita a contratos individuais. Em geral, o pessoal não executivo e pautal nas unidades do Postbank recebe RV, mas a estrutura e a parte da RV podem diferir entre entidades jurídicas.

### DWS

A vasta maioria das entidades de Asset Management da DWS e os colaboradores enquadram-se na AIFMD, na UCITS ou na IFD, enquanto um número limitado de entidades permanece no âmbito do Quadro de Remuneração do Grupo do banco e do InstVV. A DWS estabeleceu o seu próprio governo, política e estruturas relativamente a remuneração, bem como um processo de identificação de colaboradores que correm riscos materiais de acordo com os requisitos das diretivas AIFMD/UCITS/IFD. Estas estruturas e processos estão de acordo com o InstVV quando necessário, mas são adaptados ao negócio de Asset Management. De acordo com as Orientações da ESMA, a estratégia de remuneração da DWS foi concebida de forma a assegurar uma relação adequada entre remuneração fixa e variável.

Geralmente, a DWS aplica regras de remuneração que são equivalentes à abordagem do Grupo Deutsche Bank, mas utiliza os parâmetros relacionados com o Grupo DWS, quando possível. Os desvios importantes em relação ao Quadro de remuneração do Grupo incluem a utilização de instrumentos baseados em ações ligados às ações da DWS e instrumentos ligados a fundos. Estes servem para melhorar o alinhamento da remuneração dos colaboradores com os juros dos acionistas e dos investidores da DWS.

#### Colaboradores pautais

No Grupo Deutsche Bank existem 15.191 colaboradores pautais na Alemanha (com base em equivalentes a tempo inteiro). O pessoal pautal está sujeito a um contrato coletivo (*Tarifvertrag für das private Bankgewerbe und die öffentlichen Banken*), tal como negociado entre sindicatos e associações patronais, ou sujeito a acordos tal como negociado diretamente com os respetivos sindicatos. A remuneração dos colaboradores pautais está incluída nas divulgações quantitativas deste Relatório.

## Determinação da remuneração variável baseada no desempenho

O banco coloca um forte enfoque na sua governação relacionada com os processos de tomada de decisões em matéria de remuneração. Foi aplicado um conjunto robusto de princípios baseados em regras para as decisões relativas à remuneração, estreitamente ligadas ao desempenho tanto das empresas como dos indivíduos.

O montante total de RV para um determinado ano de desempenho é obtido de uma avaliação da rentabilidade, solvência e posição de liquidez do banco e a determinação dos grupos de RV para as divisões e funções de infraestrutura baseia-se no seu desempenho em apoio à consecução dos objetivos estratégicos do banco.

Numa primeira etapa, o Deutsche Bank avalia a rentabilidade, a solvência e a posição de liquidez do banco em conformidade com o seu quadro de apetência pelo risco, incluindo uma análise holística face ao plano estratégico plurianual do banco para determinar o que "pode" conceder em conformidade com os requisitos regulamentares (ou seja, a acessibilidade do Grupo). Na próxima etapa, o banco avalia o desempenho ajustado ao risco da divisão, ou seja, o que o banco "deve" conceder a fim de proporcionar uma remuneração adequada pelas contribuições para o sucesso do banco.

Ao avaliar o desempenho das divisões, são referenciadas uma série de considerações. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e – com base nas pontuações equilibradas – não financeiras. As metas financeiras para as divisões de front-office estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestrutura, a avaliação do desempenho financeiro baseia-se principalmente na consecução de metas de custos. Embora a atribuição de RV a funções de infraestrutura e, em particular, a funções de controlo, dependa do desempenho global do Deutsche Bank e do seu próprio desempenho, a mesma não está dependente do desempenho da(s) divisão(ões) que estas funções supervisionam.

Ao nível do colaborador individual, encontram-se estabelecidos Princípios de Orientação da Remuneração Variável, os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que têm de ser tidos em conta ao tomar decisões relativas à remuneração variável individual. Os gestores têm de avaliar totalmente as atividades de risco das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV são equilibradas e que a assunção de riscos não é indevidamente incentivada. Os fatores e métricas a considerar incluem, mas não estão limitados a, (i) concretização de negócios ("O quê"), ou seja, métricas quantitativas e qualitativas de desempenho financeiro, ajustado ao risco e não financeiro, e (ii) comportamento ("Como"), ou seja, considerações de cultura, conduta e controlo, tais como contributos qualitativos de funções de controlo ou sanções disciplinares. Geralmente, o desempenho é avaliado com base num período de um ano. No entanto, para os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes, é tido em conta o desempenho ao longo de três anos.



## Estrutura de remuneração variável

As estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e apoia o desempenho a longo prazo dos colaboradores e do banco. Embora uma parcela de RV seja paga inicialmente, estas estruturas exigem que uma parcela adequada seja diferida para assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo. Para ambas as partes da RV, são usadas ações do Deutsche Bank como instrumentos e como forma eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas.

O banco continua a ir para além dos requisitos regulamentares no que diz respeito ao âmbito e ao montante de RV que é diferida e aos períodos mínimos de diferimento para certos grupos de colaboradores. A taxa e o período de diferimento são determinados com base na categorização de risco do colaborador, da divisão e da unidade de negócio. Quando aplicável, o banco inicia o diferimento de partes da remuneração variável dos MRT nos casos em que a RV está definida num valor igual ou superior a 50.000 euros ou que a RV excede 1/3 da RT. Para não MRT, os diferimentos começam em níveis superiores de RV. Os MRT estão, em média, sujeitos a taxas de diferimento superiores a 40% (60% para a Direção), tal como requerido pelo InstVV. Para os MRT em Unidades de Negócio Importantes (MBU), o banco aplica uma taxa de diferimento de pelo menos 50%. O limiar de RV para MRT que necessitam de um diferimento de pelo menos 60% está definido num valor igual a 500 000 euros.

Além disso, os Diretores e Diretores Executivos do Corporate Bank (CB), Investment Bank (IB) ou Capital Release Unit (CRU) estão sujeitos a uma taxa de diferimento de da RV de 100% em relação a qualquer RV superior a 500.000 euros. Além disso, se o pagamento fixo para estes colaboradores exceder um valor de 500.000 euros, a RV é diferida.

Conforme detalhado na tabela abaixo, os períodos de diferimento variam entre três e cinco anos, dependendo do grupo de colaboradores.

### Visão geral sobre os tipos de prémio em 2022 (excluindo o Grupo DWS)

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Proporção
Inicial: RV em numerário	Parcela inicial em numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/A	N/A	MRT com RV $\geq$ 50.000 euros ou para os quais a RV excede 1/3 do RT: 50 % da RV inicial Não-MRT com RT 2022 $\leq$ 500.000 euros: 100% de RV inicial
Inicial: Prémios iniciais em ações (EUA)	Parcela inicial em ações (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de retenção)	Todos os MRT com RV $\geq$ 50.000 euros ou para os quais a RV excede 1/3 da RT Todos os colaboradores com RV em 2022 > 500.000 €	N/A	12 meses	50% de RV inicial
Diferido: Prémio restrito de incentivo (RIA)	Parcela em numerário diferida	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção <sup>1</sup> : 5 anos Não MRT em IB/CB/CRU: 4 anos Outros não MRT: 3 anos	N/A	50% de RV diferida
Diferido: Prémio restrito de ações (REA)	Parcela em ações diferidas (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção <sup>1</sup> : 5 anos Não MRT em IB/CB/CRU: 4 anos Outros não MRT: 3 anos	12 meses para colaboradores que correm riscos materiais	50% de RV diferida

N/A – Não aplicável

<sup>1</sup> Para efeitos dos prémios anuais do Ano de Desempenho de 2022, a Direção é definida como cargos CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas; respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão; para as regras de diferimento específicas para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, consultar o Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

Os colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou ceder um prémio diferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. As funções de Recursos Humanos e Conformidade, supervisionadas pelo Responsável de Remuneração, trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os colaboradores cumprem este requisito.

## Ajustamento ex post de risco da remuneração variável

Em conformidade com os requisitos regulamentares relativos ao ajustamento ex post de risco da remuneração variável, o banco acredita que uma visão a longo prazo sobre a conduta e o desempenho dos seus colaboradores é um elemento-chave da RV diferida. Como resultado, sob supervisão do Conselho de Administração, todos os prémios diferidos estão sujeitos a condições de desempenho e disposições de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho do Grupo Deutsche Bank e das disposições de renúncia da remuneração variável concedida para o Ano de Desempenho de 2022

Provisão	Descrição	Perda de direitos
Solvência e liquidez	Se, no final do trimestre que precede a aquisição de direitos e a libertação, qualquer um dos seguintes valores for inferior a um limiar definido de apetência pelo risco: Rácio de capital GET1; Rácio de alavancagem; Rácio de adequação dos capitais económicos; Razão de cobertura de liquidez; Reservas de liquidez	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar/do Prémio inicial em ações, dependendo do limiar do apetite pelo risco e da medida em que: a(s) condição(ões) PBT da Divisão/do Grupo é/são cumprida(s)
PBT do Grupo	Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT do Grupo for negativo <sup>1</sup>	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, dependendo do cumprimento da solvência e liquidez e das condições PBT da Divisão (se aplicável)
PBT de Divisão	Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT da Divisão for negativo <sup>1</sup>	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, dependendo do cumprimento da solvência e liquidez e das condições PBT do Grupo
Provisões para perda de direitos <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de quaisquer leis ou regulamentos aplicáveis ou falha de controlo</li> <li>- Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que posteriormente sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão</li> <li>- Quando ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo</li> <li>- Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor</li> </ul>	Até 100% dos prémios não entregues
Recuperação (Clawback)	Caso um colaborador que corre riscos materiais no âmbito do InstVV tenha participado em conduta que tenha resultado em perdas significativas ou sanções regulamentares/medidas de fiscalização; ou não tenha cumprido as normas externas ou internas relevantes relativamente a normas de conduta apropriadas	100% do prémio entregue, antes do segundo aniversário da última data de aquisição dos direitos do prémio

<sup>1</sup> Tendo em conta os ajustes claramente definidos e governados para itens relevantes de resultados (por exemplo, reestruturações de negócios; imparidades de goodwill ou intangíveis)

<sup>2</sup> Podem aplicar-se outras disposições, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

## Decisões de remuneração para 2022

### Considerações de final de ano e decisões para 2022

Todas as decisões de remuneração são tomadas dentro dos limites dos requisitos regulamentares. Estes requisitos formam o quadro delimitador para a determinação da remuneração no Deutsche Bank. Em particular, a administração tem de assegurar que as decisões de remuneração não são prejudiciais à manutenção de uma base sólida de capital e de reservas de liquidez.

Num ambiente de crescentes incertezas geopolíticas e desafios macroeconómicos, o banco apresentou os seus melhores resultados em mais de uma década. Este facto sublinha a conclusão bem-sucedida da transformação estratégica do banco anunciada em 2019. Os principais objetivos do Deutsche Bank foram alcançados e a sua capacidade de gerar lucro melhorou significativamente. Como resultado, o banco é consideravelmente mais rentável, com um lucro antes de impostos de 5,6 mil milhões de euros e um lucro líquido de 5,7 mil milhões de euros.

Embora 2022 tenha sido um ano de sucesso para o Deutsche Bank, o banco adotou novamente uma abordagem ponderada e prospetiva ao decidir sobre a remuneração variável para 2022. Esta abordagem equilibrou a necessidade de se manter dentro dos limites da acessibilidade económica com a necessidade de remunerar os seus colaboradores de forma justa. Ao determinar a remuneração variável baseada no desempenho no final do ano, o banco ponderou a transformação bem sucedida e o forte desempenho do negócio face às atuais perspetivas económicas incertas e a considerações de planeamento prudente do capital e de estabilidade do capital a longo prazo. Tal resultou em níveis de remuneração variável para 2022 mais conservadores do que o desempenho financeiro do banco, a nível do Grupo e das divisões, poderia ter indicado. Tal como em anos anteriores, o SECC acompanhou e analisou continuamente as implicações de potenciais concessões de remuneração variável, tanto para a base de capital e de liquidez do banco, como para os seus ambiciosos objetivos de custos.

Com a devida consideração de todos estes fatores, o Conselho de Administração determinou que o banco está em condições de conceder remuneração variável, incluindo um conjunto de RV baseada no desempenho no final do ano de 2,126 mil milhões de euros para 2022 (2021: 2.099 mil milhões de euros). A RV para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG foi determinada, como sempre, pelo Conselho de Fiscalização num processo separado, mas está incluída nos quadros e gráficos abaixo.

Como parte dos prémios de RV globais de 2022 atribuídos em março de 2023, a componente de RV do Grupo foi atribuída a todos os colaboradores elegíveis, em linha com a avaliação dos quatro KPI definidos, que se encontram descritos no capítulo Quadro de Remuneração do Grupo deste Relatório. O Conselho de Administração determinou uma taxa de pagamento de 80% para a componente de RV do Grupo em 2022, em comparação com 77,5% em 2021 e 72,5% em 2020.

O ligeiro aumento homólogo da RV baseada no desempenho no final do exercício de 2022 reflete o bom desempenho do Deutsche Bank e a necessidade de prudência.

### Prémios de compensação para 2022 – todos os colaboradores

									2022	2021	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>	Conselho de Fiscalização <sup>2</sup>	Conselho de Administração <sup>3</sup>	IB <sup>3</sup>	CB <sup>3</sup>	PB <sup>3</sup>	AM <sup>3</sup>	CRU <sup>3</sup>	Funções de Controlo <sup>3</sup>	Funções Corporativas <sup>3</sup>	Total - Grupo	Total - Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	20	10	7.657	13.980	26.951	4.283	194	6.725	25.130	84.930	82.969
Remuneração total	7	76	2.256	1.306	2.540	772	52	779	2.457	10.237	9.912
Salário-base e subsídios	7	28	1.209	946	1.910	473	30	631	1.907	7.135	6.811
Despesas com pensões	0	6	71	76	152	41	2	53	139	540	537
Pagamento fixo segundo a Secção 2 do InstVV	7	35	1.280	1.022	2.062	514	32	684	2.046	7.674	7.348
RV baseada no desempenho de fim de ano <sup>4</sup>	0	41	945	226	284	209	17	76	327	2.126	2.099
Outra RV <sup>4</sup>	0	0	4	6	43	32	0	5	19	110	135
Pagamentos por cessação de funções	0	0	27	52	151	17	3	14	65	328	330
RV baseada no desempenho segundo a Secção 2 do InstVV	0	41	976	284	478	258	19	94	411	2.563	2.564

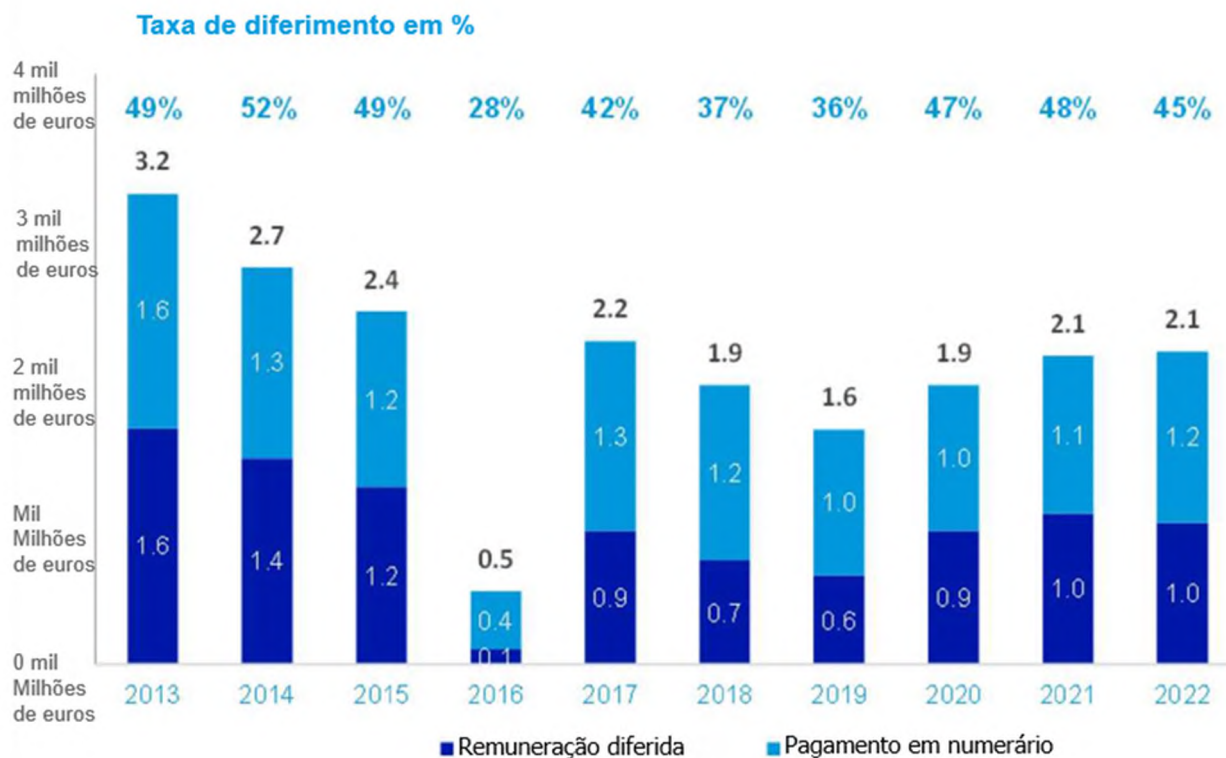
<sup>1</sup> O quadro pode conter diferenças marginais de arredondamento; ETI (equivalente a tempo inteiro) em 31 de dezembro de 2022

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização representa os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (não são considerados para o número total de colaboradores do Grupo); os representantes dos colaboradores são considerados apenas com a sua remuneração para o cargo no Conselho de Fiscalização (a sua remuneração de colaborador está incluída na coluna divisional relevante); a remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG não está refletida no Total do Grupo

<sup>3</sup> O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG; IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank; PB = Private Bank; AM = Asset Management; CRU = Capital Release Unit; as Funções de Controlo incluem o Departamento de Risco, a Auditoria do Grupo, a Compliance e o Combate à Criminalidade Financeira; as Funções Corporativas incluem qualquer função de Infraestrutura que não seja considerada uma Função de Controlo nem faça parte de qualquer divisão

<sup>4</sup> A RV baseada no desempenho no final do ano inclui a RV individual e a RV do Grupo; a outra RV inclui outros compromissos contratuais de RV, tais como prémios de assinatura, prémios de retenção, prémios de reconhecimento e elementos específicos de RV para os colaboradores pautais e funcionários públicos; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG que devem ser classificados como remuneração variável; o quadro não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano) relatadas – todos os colaboradores



Devido a arredondamentos, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais.

O Deutsche Bank continua a aplicar estruturas de diferimento que vão além do mínimo regulamentar, resultando numa taxa de diferimento global (todos os colaboradores, incluindo a população não-MRT) de 45% em 2022. Apenas para a população MRT, a taxa de diferimento ascende a 90%.

## Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 1426 colaboradores foram identificados como MRT, de acordo com o InstVV, para o exercício de 2022, comparativamente a 1263 colaboradores em 2021. Este aumento é atribuível ao maior número de MRT quantitativos (orientados para a remuneração). O número de MRT do Grupo em 2022 ascende a 1.171 indivíduos. Além disso, 194 pessoas foram identificadas por Instituições Significativas (das quais 44 MRT do Grupo) e 123 pessoas foram identificadas por outras instituições abrangidas pelo CRR (das quais 17 MRT do Grupo e uma MRT identificada por uma Instituição Significativa). Os elementos de remuneração para todos esses MRT numa base consolidada são detalhados nas tabelas abaixo, em conformidade com a Secção 16 do InstVV e o artigo 450.º do CRR.

No que diz respeito aos mecanismos de diferimento e aos instrumentos de reembolso, 87 MRT identificados por outras Instituições abrangidas pelo CRR, cuja remuneração total ascende a 18,7 milhões de euros (dos quais 7,2 milhões de euros de remuneração variável, incluindo pagamentos por cessação de funções), beneficiam de uma derrogação prevista no artigo 94.º, n.º 3, alínea a), da CRD, e 61 MRT identificados por Instituições do Grupo ou Significativas, cuja remuneração total ascende a 9,7 milhões de euros (dos quais 1,6 milhões de euros de remuneração variável, incluindo pagamentos por cessação de funções), beneficiam de uma derrogação prevista no artigo 94.º.

Remuneração para 2022 - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 1)

						2022
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>						
	Conselho de Fiscalização <sup>2</sup>	Conselho de Administração <sup>3</sup>	Direção <sup>4</sup>	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Total - Grupo	
Número de MRT <sup>5</sup>	20	10	236	1.021	1.286	
Remuneração fixa total	7	35	157	628	826	
dos quais: baseados em numerário	5	30	148	597	780	
Pagamento fixo						
das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes	2	0	0	0	2	
dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0	
dos quais: outros instrumentos	0	0	0	0	0	
das quais: outras formas	0	5	9	31	45	
Número de MRT <sup>5</sup>	0	10	231	984	1.224	
Pagamento variável total <sup>6</sup>	0	41	129	579	750	
dos quais: baseados em numerário	0	21	69	302	392	
do qual: diferido	0	20	46	228	294	
das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes	0	21	52	277	349	
do qual: diferido	0	21	42	227	290	
Pagamento variável						
dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	7	1	8	
do qual: diferido	0	0	5	1	5	
dos quais: outros instrumentos	0	0	1	0	1	
do qual: diferido	0	0	1	0	1	
das quais: outras formas	0	0	0	0	0	
do qual: diferido	0	0	0	0	0	
<b>Pagamento total</b>	<b>7</b>	<b>76</b>	<b>286</b>	<b>1.207</b>	<b>1.576</b>	

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG

<sup>3</sup> O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

<sup>4</sup> A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas e Outras Instituições abrangidas pelo CRR, e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

<sup>5</sup> Apenas os beneficiários (HC comunicados para o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, ETI comunicados para a parte restante); por conseguinte, os totais não correspondem às 1426 pessoas identificadas como MRT

<sup>6</sup> A Remuneração Variável inclui a remuneração variável baseada no desempenho do Deutsche Bank no final do ano para 2022, outras remunerações variáveis e indemnizações por despedimento; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG que devem ser classificados como remuneração variável; a tabela não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

Remuneração variável garantida e pagamentos por cessação de funções - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 2)

						2022
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>						
	Conselho de Fiscalização <sup>2</sup>	Conselho de Administração <sup>3</sup>	Direção <sup>4</sup>	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Total - Grupo	
<b>Prémios de remuneração variável garantida</b>						
Número de MRT <sup>5</sup>	1	0	1	9	10	
Montante total	0	0	0	8	8	
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bónus	0	0	0	2	2	
<b>Pagamentos por cessação de funções concedidos em períodos anteriores, pagos durante o exercício financeiro</b>						
Número de MRT <sup>5</sup>	0	0	0	0	0	
Montante total	0	0	0	0	0	
<b>Pagamentos por cessação de funções concedidos durante o exercício financeiro</b>						
Número de MRT <sup>5</sup>	0	0	10	38	48	
Montante total <sup>6</sup>	0	0	11	21	32	
dos quais: pagos durante o exercício financeiro	0	0	9	20	29	
do qual: diferido	0	0	2	1	3	
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bónus	0	0	9	20	29	

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG

<sup>3</sup> O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

<sup>4</sup> A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas e Outras Instituições abrangidas pelo CRR, e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

<sup>5</sup> Beneficiários apenas (HC comunicados para todas as categorias).

<sup>6</sup> Os pagamentos por cessação de funções não são, em geral, tidos em conta para o limite máximo do bónus; a indemnização por cessação de funções mais elevada paga em 2022 ascende a 4.054.481 euros

Remuneração diferida - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 3)

2022

	Montante total da remuneração diferida atribuída por períodos de desempenho anteriores	Do qual devido à aquisição de direitos durante o exercício financeiro	Do qual com aquisição de direitos nos exercícios financeiros seguintes	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos no exercício financeiro	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos nos exercícios de desempenho futuros	Montante total do ajustamento durante o exercício financeiro devido a ajustamentos ex post implícitos <sup>5</sup>	Montante total da remuneração diferida concedida antes do exercício financeiro efetivamente pago no exercício financeiro <sup>6</sup>	Total do montante da remuneração diferida concedida pelo período de desempenho anterior que tenha sido adquirido mas que esteja sujeito a períodos de retenção
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>								
Conselho de Fiscalização <sup>2</sup>	1	0	0	0	0	0	0	0
Baseados em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho de Administração <sup>3</sup>	91	9	83	0	0	(5)	9	3
Baseados em numerário	39	5	34	0	0	0	5	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	52	4	49	0	0	(5)	4	3
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Direção <sup>4</sup>	357	104	253	0	0	(16)	104	47
Baseados em numerário	174	53	121	0	0	0	53	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	167	48	119	0	0	(14)	48	44
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	14	3	11	0	0	(2)	3	3
Outros instrumentos	2	0	2	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros colaboradores que correm riscos materiais	1.601	441	1.160	1	3	(75)	438	137
Baseados em numerário	820	248	573	1	1	0	246	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	777	192	585	0	1	(74)	191	137
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	4	1	2	0	0	(1)	1	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Montante total	2.049	554	1.496	1	3	(96)	551	188

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG

<sup>3</sup> O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

<sup>4</sup> A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas e Outras Instituições abrangidas pelo CRR, e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

<sup>5</sup> Alterações do valor da remuneração diferida devido às alterações de preços dos instrumentos

<sup>6</sup> Definida como a remuneração concedida antes do exercício financeiro que cujo direito foi adquirido no exercício financeiro (incluindo quando sujeita a um período de retenção).

#### Remuneração de colaboradores com rendimentos elevados - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 4)

em euros	2022	2021
	Número de indivíduos <sup>1</sup>	Número de indivíduos <sup>2</sup>
Pagamento total <sup>3</sup>		
1 000 000 a 1 499 999	299	234
1 500 000 a 1 999 999	120	115
2 000 000 a 2 499 999	47	56
2 500 000 a 2 999 999	36	33
3 000 000 a 3 499 999	16	19
3 500 000 a 3 999 999	12	19
4 000 000 a 4 499 999	9	9
4 500 000 a 4 999 999	5	4
5 000 000 a 5 999 999	7	10
6 000 000 a 6 999 999	6	6
7 000 000 a 7 999 999	8	8
8 000 000 a 8 999 999	4	3
9 000 000 to 9 999 999	2	3
10 000 000 to 10 999 999	1	1
<b>Total</b>	<b>572</b>	<b>520</b>

<sup>1</sup> Composto por MRT apenas (incluindo pessoas que saíram em 2022).

<sup>2</sup> Inclui apenas MRT do Grupo; o total (incluindo MRT de Instituições Significativas e de Outras Instituições abrangidas pelo CRR) corresponde a 524 MRT com Rendimentos Elevados

<sup>3</sup> Inclui todos os componentes de pagamentos fixos e remunerações variáveis (incluindo indemnizações); buyouts não incluídos

No total, 572 MRT receberam um Pagamento Total igual ou superior a 1 milhão de euros em 2022.

#### Prémios de compensação para 2022 – Colaboradores que correm riscos materiais (REM 5)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>	Remuneração do Órgão de gestão			Áreas de negócio							
	Conselho de Administração <sup>2</sup>	Conselho de Administração <sup>2</sup>	Total do Órgão de Gestão	IB <sup>2</sup>	CB <sup>2</sup>	PB <sup>2</sup>	AM <sup>2</sup>	CRU <sup>2</sup>	Funções Corporativas <sup>2</sup>	Funções de Controlo <sup>2</sup>	Total
<b>Número total de colaboradores que correm riscos materiais<sup>3</sup></b>											<b>1.286</b>
dos quais: Organismo de gestão	20	10	30	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
dos quais: Direção <sup>4</sup>	N/A	N/A	N/A	16	29	59	6	6	88	32	236
dos quais: Outros colaboradores que correm riscos materiais	N/A	N/A	N/A	578	79	127	6	15	133	83	1.021
<b>Pagamento total aos colaboradores que correm riscos materiais</b>	<b>7</b>	<b>76</b>	<b>83</b>	<b>945</b>	<b>110</b>	<b>154</b>	<b>28</b>	<b>19</b>	<b>177</b>	<b>60</b>	<b>1.576</b>
dos quais: pagamento variável <sup>5</sup>	0	41	41	471	58	72	13	9	73	14	750
dos quais: pagamento fixo	7	35	41	475	53	82	15	10	104	46	826

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização representa os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, o Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG; IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank; PB = Private Bank; AM = Asset Management; CRU = Capital Release Unit; as Funções de Controlo incluem o Departamento de Risco, a Auditoria do Grupo, a Compliance e o Combate à Criminalidade Financeira; as Funções Corporativas incluem qualquer função de Infraestrutura que não seja considerada uma Função de Controlo nem faça parte de qualquer divisão

<sup>3</sup> HC comunicados para o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, ETI comunicados para a parte restante; por conseguinte, os totais não correspondem às 1426 pessoas identificadas como MRT

<sup>4</sup> A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas e Outras Instituições abrangidas pelo CRR, e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

<sup>5</sup> A Remuneração Variável inclui a remuneração variável baseada no desempenho do Deutsche Bank no final do ano para 2022, outras remunerações variáveis e indemnizações por despedimento; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG que devem ser classificados como remuneração variável; a tabela não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)



4-

## Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governança da Sociedade

474	Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
490	Relato e Transparência
491	Operações com partes relacionadas
491	Auditoria e controlo
495	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, são apresentadas em 10 de fevereiro de 2023.

## Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de Referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco. O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, em particular, a gestão e a direção estratégicas do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e o relato financeiro, o controlo e a gestão de riscos, o bom funcionamento da organização empresarial, a identificação e a avaliação sistemáticas dos impactos ambientais e sociais das operações da empresa, bem como o controlo acionista. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração e, em particular, quanto à nomeação de titulares de funções-chave globais. Ao nomear pessoas para funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e esforça-se, em particular, por obter uma representação adequada das mulheres (informação mais pormenorizada na secção "Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género" nesta Declaração de Governo da Sociedade).

O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).

### Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de Administração

O seguinte membro do Conselho de Administração foi nomeado por um período de três anos:

- Olivier Vigneron com efeito a partir de 20 de maio de 2022.

O seguinte membro deixou o Conselho de Administração:

- Stuart Lewis, a partir de 19 de maio de 2022.

São fornecidas as seguintes informações relativas aos membros atuais do Conselho de Administração, nomeadamente, o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira, assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade, de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. São ainda especificados outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank, bem como todas as afiliações em conselhos de fiscalização legalmente previstos ou outros órgãos de supervisão nacionais ou estrangeiros comparáveis de empresas comerciais. As sociedades cotadas em bolsa estão assinaladas com "\*". Os Termos de Referência do Conselho de Administração especificam que os membros do nosso Conselho de Administração não devem, em geral, aceitar a presidência de conselhos de fiscalização de sociedades fora do Grupo Deutsche Bank.

## Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2026

Christian Sewing tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2015, e é o Diretor Geral com efeitos a partir de 8 de abril de 2018. É responsável no Conselho de Administração pelas áreas de Comunicação e Responsabilidade Social Corporativa (CSR), Investigação, Auditoria de Grupo e Recursos Humanos.

Antes de assumir o seu cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito (de 2010 a 2012) do Deutsche Bank.

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

## James von Moltke

Ano de nascimento: 1969

Data da primeira nomeação: 2017

Data de termo do mandato: 2026

James von Moltke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2017 e Presidente em 25 de março de 2022. É o Diretor Financeiro e, nesta função, é responsável, entre outras coisas, pelas áreas Financeira, de Fiscalidade do Grupo, Tesouraria e Relações com os Investidores.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Von Moltke trabalhou como Tesoureiro do Citigroup. Iniciou a sua carreira no banco de investimento Credit Suisse First Boston em Londres, em 1992. Em 1995, ingressou na J.P. Morgan, trabalhando no banco durante 10 anos em Nova Iorque e Hong Kong. Após trabalhar na Morgan Stanley em Nova Iorque durante quatro anos, onde geria a equipa de consultoria de tecnologia financeira a nível global, o Sr. von Moltke ingressou no Citigroup como Diretor de Fusões e Aquisições Corporativas (M&A) em 2009 e, três anos mais tarde, tornou-se o Diretor Global de Planeamento Financeiro.

Tem uma Licenciatura de Artes pelo New College, University of Oxford.

O Sr. von Moltke não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

## Karl von Rohr

Ano de nascimento: 1965

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2023

Karl von Rohr tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015 e Presidente em 8 de abril de 2018. É responsável no Conselho de Administração pelo Private Bank e Asset Management. É também Diretor Geral Regional (CEO) da Alemanha e também da região da EMEA (Europa, Médio, Oriente e África).

O Sr. von Rohr ingressou no Deutsche Bank em 1997. De novembro de 2015 a novembro de 2019, foi o membro do Conselho de Administração responsável pelos Recursos Humanos e, até julho de 2020, foi responsável pela Área Jurídica, Group Governance e Government & Regulatory Affairs. De 2013 a 2015 foi diretor global de operações, Gestão regional. Anteriormente, foi diretor dos Recursos Humanos do Deutsche Bank na Alemanha e foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Durante o tempo que passou no Deutsche Bank, ocupou vários cargos de direção noutras divisões na Alemanha e na Bélgica.

Estudou Direito nas universidades de Bona (Alemanha), Kiel (Alemanha), Lausanne (Suíça) e na Universidade Cornell (EUA).

O Sr. von Rohr não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

É Presidente do Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA.\*

## Fabrizio Campelli

Ano de nascimento: 1973

Data da primeira nomeação: 2019

Data de termo do mandato: 2025

Fabrizio Campelli tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2019. É responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank, bem como pela região do Reino Unido e da Irlanda.

De novembro de 2019 a abril de 2021, foi o membro do Conselho de Administração responsável pela transformação, na qualidade de Diretor de Transformação, e pelos Recursos Humanos. Anteriormente, Diretor Global da Deutsche Bank Wealth Management durante quatro anos. Antes disso, foi Diretor de Estratégia e Desenvolvimento Organizacional, bem como Vice-diretor de Operações do Grupo Deutsche Bank.

Ingressou no Deutsche Bank em 2004, após ter trabalhado na McKinsey & Company nos escritórios de Londres e Milão, especializados em atribuições estratégicas, principalmente para instituições financeiras globais.

Possui um MBA da MIT Sloan School of Management e um diploma de administração empresarial da Universidade de Bocconi, em Milão.

O Sr. Campelli é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.

## Bernd Leukert

Ano de nascimento: 1967

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2025

Bernd Leukert tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É o Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação e é responsável pelo Departamento de Informações, pelas áreas de Infraestruturas e divisões, pelo Departamento de Tecnologia e pelo Departamento de Segurança. É também responsável pela Governança e Supervisão de Dados e Liquidação Comercial, bem como pela Nuvem e Inovação.

Ingressou no Deutsche Bank em 1 de setembro de 2019. Trabalhou anteriormente durante muitos anos na SAP SE, a empresa de software global. Ingressou na SAP em 1994 e ocupou vários cargos de gestão. De 2014 a 2019, foi responsável pelo desenvolvimento de produtos e inovações, bem como pela divisão de serviços de negócio digital no Conselho Executivo.

O Sr. Leukert estudou Engenharia e Gestão Industrial na Universidade de Karlsruhe e na Trinity College Dublin, licenciando-se em 1994 com um mestrado em Administração de Empresas.

É membro do Conselho de Fiscalização do Bertelsmann SE & Co. KGaA.

É membro do Conselho de Fiscalização da DWS Group GmbH & Co. KGaA.\*

## Alexander von zur Mühlen

Ano de nascimento: 1975

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2026

Alexander von zur Mühlen tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. É o Diretor Geral Regional para a Ásia e Pacífico.

O Sr. von zur Mühlen ingressou no Deutsche Bank em 1998 e, ao longo dos anos, desempenhou uma série de funções de gestão em Londres e Frankfurt, em nas divisões de infraestruturas e de negócio. De 2018 a 2020, foi responsável pelo desenvolvimento estratégico do Grupo e foi consultor do Diretor Geral (CEO). Antes disso, foi Codiretor da Global Capital Markets, com um enfoque regional na Ásia e Pacífico e na Europa, Médio Oriente e África (EMEA). De 2009 a 2017, foi Tesoureiro do Grupo.

Alexander von zur Mühlen é licenciado em Gestão de Empresas pela Escola de Economia e Direito de Berlim.

O Sr. von zur Mühlen não ocupa qualquer cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

## Christiana Riley

Ano de nascimento: 1978

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2025

Christiana Riley tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É a Diretora Regional das Américas.

A Sra. Riley ingressou no Deutsche Bank em 2006, onde foi recentemente Diretora Financeira do Corporate & Investment Bank. Anteriormente, tinha passado nove anos no grupo Strategy and Planning, que geriu entre 2011 e 2015. Anteriormente, a Sra. Riley trabalhou na consultora de gestão McKinsey & Company e no banco de investimento Greenhill & Co.

Licenciou-se cum laude em 2000 na Universidade de Princeton, na América, onde estudou Línguas Românticas, Literatura e Linguística. Estudou também na London Business School, no Reino Unido, onde concluiu um mestrado em administração de empresas em 2005.

A Sra. Riley é membro do Conselho de Fiscalização da Clearing House Payments Company LLC.

É Diretora Geral da DB USA Corporation.

## Rebecca Short

Ano de nascimento: 1974

Data da primeira nomeação: 2021

Data de termo do mandato: 2024

Rebecca Short tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de maio de 2021. É Diretora de Transformação e o membro do Conselho de Administração responsável pela Transformação e Aquisição Global. Foi responsável pela Capital Release Unit até 31 de janeiro de 2023 e continua a supervisionar as restantes atividades neste domínio.

Anteriormente, tinha passado quase seis anos na área de Finanças como Diretora de Planeamento e Gestão de Desempenho do Grupo.

Entrou no Deutsche Bank no seu programa de pós-graduação em Auckland, em 1998. Mudou-se para Londres em 2000, para a área de Gestão do Risco de Crédito, onde passou 12 anos, anteriormente como Diretora Europeia de Corporações. Criou então uma nova equipa de risco, Análise e Relato de Risco Estratégico, em 2012, antes de passar para uma função de gestão central superior na área de Auditoria, em 2013, onde passou dois anos.

É licenciada em Finanças e Contabilidade pela Universidade de Otago, Dunedin, Nova Zelândia.

A Sra. Short não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

## Professor Dr. Stefan Simon

Ano de nascimento: 1969

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2026

O Professor Dr. Stefan Simon tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. É o Diretor Administrativo (CAO) e é responsável pelos Assuntos Governamentais e Regulamentares, bem como pela área Jurídica e de Governação. Além disso, é responsável pelas áreas de Compliance, Anti-Financial-Crime (AFC) e Business Selection and Conflicts Office, bem como pelos Testes e Garantia de Controlos.

O Professor Dr. Simon ingressou no Deutsche Bank em 1 de agosto de 2019. Foi membro do Conselho de Fiscalização entre agosto de 2016 e julho de 2019 e foi presidente do seu Comité de Integridade. É advogado e consultor fiscal e, entre 1997 e 2016, trabalhou na firma de advogados Gocke Schaumburg, da qual se tornou sócio em 2002. Desde 2008, é também Professor Honorário da Universidade de Colónia.

Estudou direito na Universidade de Colónia e aí obteve o seu doutoramento em 1998.

O Professor Dr. Simon é Presidente do Conselho Consultivo do Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG.

## Olivier Vigneron

Ano de nascimento: 1971

Data da primeira nomeação: 2022

Data de termo do mandato: 2025

Olivier Vigneron tornou-se membro do Conselho de Administração em 20 de maio de 2022. É o Diretor de Risco responsável pelas funções de gestão de Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de liquidez, bem como pelas unidades de Infraestruturas de Risco.

O Sr. Vigneron voltou a juntar-se ao Deutsche Bank em 1 de março de 2022. De janeiro de 2020 até voltar a integrar o Deutsche Bank em 2022, Olivier Vigneron foi Diretor de Risco da Natixis, onde também fez parte do Comité de Direção. De 2008 a 2020, trabalhou na J.P. Morgan, onde desempenhou as funções de Diretor de Risco para a Europa, Médio Oriente e África e de Executivo de Risco em toda a Empresa para o Risco de Mercado. Anteriormente, trabalhou no BNP Paribas, UniCredit e Goldman Sachs. Entre 2002 e 2005, trabalhou na área de Structured Credit Trading do Deutsche Bank em Londres.

Foi também membro do Conselho de Fiscalização da J.P. Morgan Germany e do Conselho de Administração da Natixis Assurances.

Olivier Vigneron estudou no Lycée Louis-le-Grand em Paris e possui um Diplôme d'Ingénieur (licenciatura em Engenharia) da École Polytechnique de França. Tem também um doutoramento em Economia pela Universidade de Chicago.

O Sr. Vigneron não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

## Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG nomeia e exonera os membros do Conselho de Administração, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. A supervisão e o aconselhamento incluem também, nomeadamente, questões de sustentabilidade. O Conselho de Fiscalização trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da sociedade. A organização interna do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités, bem como os requisitos para os respetivos membros, estão sujeitos a requisitos de supervisão específicos que complementam os regulamentos do direito societário relativos ao governo das sociedades. Estes requisitos podem ser encontrados, entre outros, na lei bancária alemã (Kreditwesengesetz), na portaria relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung), nas orientações da Autoridade Bancária Europeia (ABE) e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e nas práticas administrativas do Banco Central Europeu como nossa autoridade de supervisão prudencial. Em casos individuais, estes podem divergir das recomendações do Código de governo das sociedades alemão ("GCGC") para empresas cotadas em bolsa. As funções dos comités do Conselho de Fiscalização, os princípios básicos para a preparação e acompanhamento das reuniões, bem como as regras gerais para os procedimentos internos do Conselho de Fiscalização, incluindo os seus comités, estão definidos nos Termos de Referência para o Conselho de Fiscalização e para os seus comités. As versões atuais estão publicadas no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)). O número de reuniões realizadas durante o exercício, juntamente com a especificação das reuniões realizadas por telefone, por videoconferência e com presença física, é especificado no Relatório do Conselho de Fiscalização. Além disso, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado.

Juntamente com o Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização organiza um plano de sucessão a longo prazo: O Comité de Nomeação apoia o Comité do Presidente e o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco. Ao fazê-lo, o Comité prepara uma descrição da posição com um perfil de candidato e declara o compromisso de tempo esperado. São identificados os candidatos adequados, em alguns casos em colaboração com consultores de recrutamento externos, e são realizadas entrevistas estruturadas. Além deste planeamento de sucessão com candidatos externos, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização mantêm uma lista de candidatos internos. O Comité de Nomeação e o Conselho de Fiscalização recebem regularmente relatórios do Conselho de Administração sobre os candidatos internos para o planeamento de sucessão e o processo do ponto de vista do Conselho de Administração. Para a seleção dos candidatos adequados, externos e internos, o Comité de Nomeação tem em conta o equilíbrio e a diversidade dos conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Administração. Procura também promover a diversidade no Conselho de Administração, por exemplo, no que diz respeito ao sexo, nacionalidade e idade. O Conselho de Fiscalização garante o cumprimento da participação mínima legalmente exigida de homens e mulheres, nos termos do § 76 (3a) da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Em 2017, com base no regulamento jurídico aplicável na altura ao abrigo do n.º 5 do artigo 111.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o Conselho de Fiscalização fixou o objetivo mínimo de, pelo menos, 20% de mulheres no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022. Este objetivo foi cumprido, uma vez que duas mulheres são membros do Conselho de Administração: Christiana Riley e Rebecca Short. No âmbito do trabalho do Comité de Nomeação, o Comité do Presidente apresenta uma recomendação para a resolução do Conselho de Fiscalização. Com base nisto, o Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação dos membros do Conselho de Administração. O primeiro período de nomeação tem uma duração máxima de três anos. Os membros do Conselho de Administração podem ser reconduzidos no cargo por um ou mais mandatos, que podem ter uma duração máxima de cinco anos, nos termos da lei, sendo que, no Deutsche Bank, essas reconduções devem, em regra, ter uma duração máxima de três anos. Além de propostas para a nomeação de membros do Conselho de Administração, o Comité do Presidente também apresenta propostas para a destituição dos membros do Conselho de Administração, sobre as quais o Conselho de Fiscalização decide.

Tendo em conta as propostas do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração, e revê e delibera regularmente quanto ao sistema de remuneração do Conselho de Administração.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. Além disso, a Auditoria do Grupo informa o Comité de Auditoria de quaisquer deficiências identificadas regularmente, e no caso de deficiências graves, sem atrasos indevidos. O Presidente do Conselho de Fiscalização é informado em conformidade sobre quaisquer conclusões graves relacionadas com os membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração adotaram um regime de informação, um protocolo geral de compromisso (interação) e um protocolo específico de compromisso (interação) para temas regulamentares. Estes regulam não só o relato ao Conselho de Fiscalização mas também, entre outras coisas, o relato de consultas e pedidos de informação dos colaboradores da empresa ao Conselho de Fiscalização, bem como a troca de informação relacionada com preparação para as reuniões e entre as reuniões.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, bem como um papel de liderança no mesmo. Pode emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, à coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e à interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. Entre reuniões, o Presidente do Conselho de Fiscalização e, caso seja oportuno, os presidentes dos comitês do Conselho de Fiscalização mantêm contacto regular com os membros do Conselho de Administração, especialmente com o presidente do Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo, entre outros assuntos, sobre questões relativas à estratégia, planeamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão do risco, controlo do risco, governação, conformidade, serviços de remuneração, TI, dados e digitalização, bem como casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comitês do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo membro do Conselho de Administração respetivamente responsável sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Administração participa em discussões com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização quando necessário e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos. Estes abrangem igualmente questões sociais, ambientais e de governação (ESG). Além disso, o Presidente do Comité de Fiscalização mantém discussões regulares com o auditor fora das reuniões.

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados nos Estatutos do Deutsche Bank AG. Além disso, o Conselho de Fiscalização pode especificar operações adicionais que requerem a sua aprovação. O Conselho de Fiscalização também reúne regularmente sem o Conselho de Administração. Após a devida consideração e na medida materialmente apropriada, o Conselho de Fiscalização, ou qualquer um dos respetivos comitês, pode, para o desempenho das suas funções, consultar auditores, consultores jurídicos e outros consultores internos ou externos. No desempenho das suas funções, o presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes das comissões e os membros do Conselho de Fiscalização são apoiados pelo Gabinete do Conselho de Fiscalização, que é independente do Conselho de Administração.

Em várias reuniões, o Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização abordaram a avaliação do Conselho de Fiscalização que deve ser realizada pelo menos anualmente, nos termos do artigo 25.º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), que é também a autoavaliação do Conselho de Fiscalização nos termos do artigo D.12 do Código de governo das sociedades alemão (GCGC) em várias reuniões. A implementação concreta e o calendário da avaliação foram decididos e definidos nas reuniões do Comité de Nomeações em 26 de julho de 2022 e 25 de outubro de 2022. Não foram contratados os serviços de qualquer consultor externo neste contexto. A avaliação foi realizada essencialmente com base em questionários exaustivos relativos ao trabalho do Conselho de Fiscalização, dos comitês do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, em entrevistas individuais realizadas pelos membros do Comité de Nomeações com os membros do Conselho de Administração e numa avaliação dos membros individuais do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. O debate final e a aprovação dos resultados da avaliação tiveram lugar na reunião plenária do Conselho de Fiscalização, em 1 de fevereiro de 2023, e os resultados foram apresentados num relatório final. O Conselho de Fiscalização continua a ser da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um padrão elevado e que não existem reservas, em particular, relativamente às habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e disponibilidade de tempo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.



## Membros do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização tem 20 membros. De acordo com a Lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz), é constituído por um número igual de representantes de acionistas e representantes de funcionários.

Em conformidade com os estatutos, os membros do Conselho de Fiscalização são eleitos pelo período até à conclusão da assembleia-geral que adota as resoluções relativas à ratificação dos atos de direção para o quarto exercício após o início do mandato. Para a eleição de representantes de acionistas, a assembleia-geral pode determinar que os mandatos de membros individuais podem começar ou terminar em datas diferentes. De acordo com os Termos de Referência para o Conselho de Fiscalização desde julho de 2020, os representantes dos acionistas são propostos à Assembleia-Geral para eleição por um período máximo de aproximadamente quatro anos, ou seja, até à conclusão da Assembleia-Geral que adote as resoluções relativas à ratificação dos atos de gestão para o terceiro exercício financeiro seguinte ao início do mandato, sendo que não é tomado em consideração o exercício em que se inicia o mandato.

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Fiscalização.

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
<b>Alexander Wynaendts</b> Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 19 de maio de 2022 Data de termo do mandato: 2026	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Air France-KLM Group S.A. <sup>2</sup> (Membro do Conselho de Administração); Uber Technologies, Inc. <sup>2</sup> (Membro do Conselho de Administração); Puissance Holding B.V. (Administrador Não Executivo, Presidente)
<b>Ludwig Blomeyer-Bartenstein<sup>1</sup></b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023	Porta-voz da Direção de Bremen, Deutsche Bank AG	Frowein & Co. Beteiligungs AG; Bürgschaftsbank Bremen GmbH (Membro do Cargo de Administração) (até dezembro de 2022)
<b>Mayree Clark</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023	Membro do Conselho de Fiscalização	Ally Financial, Inc. (Membro do Conselho de Administração), Allvue Systems Holdings, Inc. (Membro do Conselho de Administração)
<b>Jan Duscheck<sup>1</sup></b> Ano de nascimento: 1984 Nomeado pelo tribunal: 2 de agosto de 2016 Data de termo do mandato: 2023	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional da Banca, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
<b>Manja Eifert<sup>1</sup></b> Ano de nascimento: 1971 Nomeado pelo tribunal: 7.4.2022 Data de termo do mandato: 2023	Membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
<b>Sigmar Gabriel</b> Ano de nascimento: 1959 Nomeado pelo tribunal: 11 de março de 2020 Data de termo do mandato: 2025	Ex-Ministro do Governo Federal alemão	GP Günter Papenburg AG (até abril de 2022); Siemens Energy AG <sup>2</sup> ; ThyssenKrupp Steel Europe AG (Presidente do Conselho de Fiscalização) (desde abril de 2022)
<b>Timo Heider<sup>1</sup></b> Ano de nascimento: 1975 Ano da primeira eleição: 23 de maio de 2013 Data de termo do mandato: 2023	Membro da Comissão de Trabalhadores	BHW Bausparkasse AG (Vice-Presidente); PCC Services GmbH der Deutschen Bank (Vice-Presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG <sup>3</sup> (Vice-Presidente)

<b>Martina Klee</b> <sup>1</sup> Ano de nascimento: 1962 Ano da primeira eleição: 29 de maio de 2008 Data de termo do mandato: 2023	Membro da Comissão de Trabalhadores	Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank- Gruppe VvaG <sup>3</sup>
<b>Gabriele Platscher</b> <sup>1</sup> Ano de nascimento: 1957 Ano da primeira eleição: 10 de Junho de 2003 Data de termo do mandato: 2023	Colaborador do banco	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (Vice- Presidente) (até julho de 2022); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (Vice-Presidente) (até julho de 2022); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (Vice- Presidente) (até julho de 2022)

<p><b>Detlef Polaschek</b><sup>1</sup> Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p><b>Bernd Rose</b><sup>1</sup> Ano de nascimento: 1967 Ano da primeira eleição: 23 de maio de 2013 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>Postbank Filialvertrieb AG<sup>3</sup>; ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft m.b.H. (Vice-Presidente)</p>
<p><b>Yngve Slyngstad</b> Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 19 de maio de 2022 Data de termo do mandato: 2026</p>	<p>Diretor Geral da Aker Asset Management AS</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p><b>John Alexander Thain</b> Ano de nascimento: 1955 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro do Conselho de Fiscalização</p>	<p>Uber Technologies, Inc.<sup>2</sup> (Membro do Conselho de Administração); Aperture Investors LLC (Membro do Conselho de Administração); Pine Island Capital Partners LLC (Presidente); Pine Island Acquisition Corp.<sup>2</sup> (Presidente do Conselho de Administração) (até outubro de 2022)</p>
<p><b>Michele Trogni</b> Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Parceiro Operacional, Eldridge</p>	<p>Zinnia Corporate Holdings LLC (anteriormente SE2 LLC) (Diretor Geral desde maio de 2022 e Presidente do Conselho de Administração)</p>
<p><b>Dr. Dagmar Valcárcel</b> Ano de nascimento: 1966 Nomeado pelo tribunal: 1 de agosto de 2019 Data de termo do mandato: 2025</p>	<p>Membro do Conselho de Fiscalização</p>	<p>amedes Holding GmbH; Antin Infrastructure Partners S.A.<sup>2</sup> (Membro do Conselho de Administração)</p>
<p><b>Stefan Viertel</b><sup>1</sup> Ano de nascimento: 1964 Sucessão como membro suplente: 1 de janeiro de 2021<sup>4</sup> Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p><b>Dr. Theodor Weimer</b> Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 20 de maio de 2020 Data de termo do mandato: 2025</p>	<p>Diretor Geral, Deutsche Börse AG (Bolsa Alemã)</p>	<p>Knorr Bremse AG<sup>2</sup></p>
<p><b>Frank Werneke</b><sup>1</sup> Ano de nascimento: 1967 Nomeado pelo tribunal: 25 de novembro de 2021 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)</p>	<p>ZDF Studios GmbH (anteriormente, ZDF Enterprises GmbH); Membro do Conselho de Televisão da Zweites Deutsches Fernsehen (ZDF); ver.di Vermögensgesellschaft m.b.H.</p>
<p><b>Professor Dr. Norbert Winkeljohann</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 1 de agosto de 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; Consultor Corporativo Independente Norbert Winkeljohann Advisory &amp; Investment</p>	<p>Bayer AG<sup>2</sup> (Presidente); Georgsmarienhütte Holding GmbH; Sievert SE (Presidente); Bohnenkamp AG (Presidente)</p>
<p><b>Frank Witter</b> Ano de nascimento: 1959</p>	<p>Membro do Conselho de Fiscalização</p>	<p>Traton SE<sup>2</sup>; VfL Wolfsburg-Fußball GmbH (Presidente); CGI Inc.<sup>2</sup> (Membro do Conselho de Administração)</p>

---

Ano de eleição: 27 de maio  
de 2021

Data de termo do mandato:  
2025

---

<sup>1</sup> Representantes dos trabalhadores

<sup>2</sup> Empresa cotada em bolsa

<sup>3</sup> Mandato interno do Grupo

<sup>4</sup> O Sr. Viertel foi membro do Conselho de Fiscalização de 1 de agosto de 2010 a 23 de maio de 2013.

## Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação

A composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar o controlo e aconselhamento eficazes e qualificados ao Conselho de Administração de um banco de funcionamento internacional, amplamente posicionado. Neste sentido, todos os seus membros devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das funções que lhes competem e os membros devem ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. Além disso, os membros devem ser capazes de dedicar tempo suficiente para cumprir os seus mandatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto um todo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais ao mesmo tempo que têm em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank, também no que diz respeito à observância dos regulamentos de fiscalização bancária relevantes.

Na sua reunião de 15 de dezembro de 2022, o Conselho de Fiscalização discutiu e aprovou uma reestruturação do seu Perfil de Requisitos, a fim de poder relatar as suas competências e conhecimentos numa matriz de qualificações. O Conselho de Fiscalização especificou os domínios gerais de especialização e os domínios alargados de especialização.

### Domínios gerais de especialização:

Idealmente, todos os membros do Conselho de Fiscalização possuem estas qualificações individuais.

- Compreensão de questões comerciais
- Mentalidade analítica e estratégica
- Compreensão do sistema alemão de governo das sociedades e, conseqüentemente, das responsabilidades de um membro do Conselho de Fiscalização
- Compreensão do modelo empresarial e da estrutura do Deutsche Bank AG
- Conhecimentos básicos do setor dos serviços financeiros, por exemplo, (i) conhecimentos nas áreas da banca, serviços financeiros, mercados financeiros, indústria financeira, incluindo o mercado nacional do banco, bem como os principais mercados do banco na Europa e fora da Europa, e (ii) conhecimento dos clientes relevantes para o banco, das expectativas do mercado e do ambiente operacional.

O cumprimento destes domínios de especialização é indicado de forma resumida na matriz de qualificações, na rubrica "Domínios gerais de especialização".

### Domínios alargados de especialização:

Estes domínios de especialização referem-se ao Conselho de Fiscalização na sua totalidade (adequação coletiva). No seu todo, o Conselho de Fiscalização tem de ter um conhecimento dos domínios de especialização especificados abaixo apropriado à dimensão e complexidade do Deutsche Bank AG. Derivam do modelo de negócio do banco e de leis e regulamentos específicos que se aplicam ao banco. Os domínios de especialização são:

Contabilidade, incluindo relatórios de sustentabilidade:

- Contabilidade (Normas internacionais de relato financeiro (IFRS) e o Código Comercial alemão (HGB)) e auditorias das demonstrações financeiras anuais
- Tributação

Quadro regulamentar e requisitos legais:

- Compreensão das principais condições de enquadramento jurídico nos países em que a sociedade desenvolve as suas principais atividades
- Compreensão dos principais sistemas jurídicos relevantes para o banco
- Experiência na gestão executiva/conselho de fiscalização de grandes empresas
- Quadro regulamentar e requisitos legais, em particular, conhecimento dos sistemas legais relevantes para o banco
- Conhecimento das expectativas sociais, políticas e regulamentares no mercado nacional

Capital humano, remuneração e cultura corporativa:

- Recursos humanos e gestão de pessoal
- Remuneração e sistemas de remuneração
- Procedimento de seleção para os membros do órgão de gestão e avaliação da sua adequabilidade
- Cultura corporativa

#### Gestão do risco

- Gestão do risco (investigação, avaliação, mitigação, gestão e controlo de riscos financeiros e não-financeiros, gestão de capital e liquidez, participações)
- Combate ao branqueamento de capitais e prevenção da criminalidade financeira e do financiamento do terrorismo

#### Tecnologias da informação, dados e digitalização:

- Digitalização, incluindo a banca digital
- Dados, incluindo a governação de dados
- Tecnologias da informação (TI), sistemas informáticos e segurança informática, incluindo riscos cibernéticos

#### Estratégia, transformação e questões sociais, ambientais e de governação (ESG):

- Planeamento estratégico de modelos de negócio e estratégias de risco, bem como a sua implementação
- Clima e outros aspetos ambientais
- Conhecimento das expectativas sociais e políticas (em especial no mercado nacional) e do seu impacto na responsabilidade social corporativa
- Propósito da sociedade

#### Estrutura organizacional e controlo de uma instituição financeira

- Governo
- Gestão de uma empresa grande, internacional e regulamentada
- Organização interna do banco
- Auditoria interna
- Conformidade e controlos internos

A fim de refletir adequadamente o modelo de negócio do banco, o Conselho de Fiscalização deve demonstrar não só estas qualificações profissionais, mas também qualificações e experiência nos vários segmentos de clientes e nos diferentes mercados de vendas.

#### Segmentos de clientes

- Private Banking e Wealth Management
- Corporate Banking
- Investment Banking
- Asset Management

#### Conhecimentos regionais

- Alemanha
- Europa
- Américas
- Ásia-Pacífico (APAC)

A adequação de cada membro individual para desempenhar o seu mandato é avaliada, determinada e continuamente monitorizada tanto internamente como externamente pelo Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização, bem como pelas autoridades reguladoras. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e a disponibilidade de tempo de cada membro individual. Adicionalmente, há uma avaliação do conhecimento, competências e experiência do Conselho de Fiscalização na sua totalidade que são necessários para o desempenho da sua função de controlo (adequação coletiva). A aprovação na avaliação de adequação do Banco Central Europeu (BE) e a adequação contínua do membro do Conselho de Fiscalização durante todo o mandato com o Deutsche Bank AG são pré-requisitos regulamentares obrigatórios para o desempenho das suas tarefas.

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição e ao perfil de requisitos, conforme apresentado na seguinte matriz de qualificações. Todos os membros do Conselho de Fiscalização devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das suas funções.

O Conselho de Fiscalização será composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes. A matriz também fornece informações sobre esta matéria. Todos os membros agem com independência de espírito, ou seja, todos os membros do Conselho de Fiscalização empenham-se ativamente nas suas funções e são capazes de tomar as

suas próprias decisões e juízos de valor sólidos, objetivos e independentes no exercício das suas funções e responsabilidades. No exercício financeiro anterior, não havia antigos membros do Conselho de Administração no Conselho de Fiscalização.

	Alexander Wynaendts	Ludwig Blomeyer-Bartenstein	Mayree Clark	Jan Duschek	Manja Eifert	Sigmar Gabriel	Timo Heider	Martina Klee	Gabriele Platscher	Detlef Polaschek	Bernd Rose	Yngve Slyngstad	John Alexander Thain	Michele Trogni	Dr. Dagmar Valcárcel	Stefan Viertel	Dr. Theodor Weimer	Frank Werneke	Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	Frank Witter	
Participação	Sem excesso de cargos de direção*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	Independente **	✓	ER	✓	ER	ER	✓	ER	ER	ER	ER	✓	✓	✓	✓	ER	✓	ER	✓	✓	
Competências profissionais	Domínios gerais de especialização	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	Contabilidade e relatórios, incluindo relatórios de sustentabilidade	✓	✓	✓					✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	Especialistas Financeiros do Comitê de Auditoria ***	•													•		•		•	•	
	Conhecimentos especializados no domínio da contabilidade ***	•													•		•		•	•	
	Conhecimentos especializados no domínio da auditoria ***	•													•		•		•	•	
	Quadro regulamentar e requisitos legais	✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓	✓	✓		✓	✓
	Capital Humano, Remuneração e Cultura Corporativa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Especialistas de Remuneração do Comitê de Controle de Remunerações***	•													•				•		
	Risk Management	✓	✓	✓	✓		✓						✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓
	Tecnologias da informação, dados e digitalização	✓		✓	✓				✓			✓	✓	✓	✓			✓	✓		
Estratégia, Transformação e ESG	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Estrutura organizacional e controlo de uma instituição financeira	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	
Experiência do cliente/empresa	Private Banking e Wealth Management	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	
	Corporate Banking	✓	✓			✓				✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	
	Investment Banking	✓	✓	✓									✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	
	Asset Management	✓		✓									✓	✓		✓	✓			✓	
Conhecimentos regionais	Alemanha		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓				✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	Europa	✓	✓	✓		✓						✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	Américas	✓		✓		✓							✓	✓	✓				✓	✓	
	APAC	✓		✓		✓						✓	✓	✓	✓				✓	✓	

✓ Conhecimentos profundos e profissionais/especialista

• Especialista em matéria de regulamentação/conhecimentos especializados exigidos por lei e/ou regulamentos de supervisão

ER Representantes dos trabalhadores

\* Definição de "sem excesso de cargos de direção": todos os membros do Conselho de Fiscalização têm um número admissível de cargos de direção em várias sociedades, para além do Deutsche Bank AG. O excesso de cargos de direção, ou seja, a detenção de um número inadmissível de cargos de administração em diferentes sociedades, é determinado com base no regulamento estatutário do § 25d (3) da Lei Bancária Alemã (KWG). Um membro do Conselho de Fiscalização pode ser simultaneamente membro do órgão de fiscalização de um máximo de cinco sociedades (incluindo o Deutsche Bank AG). Se um membro do Conselho de Fiscalização for também administrador executivo de uma empresa, esse membro do Conselho de Fiscalização pode ser simultaneamente membro do órgão de fiscalização de um máximo de três empresas (incluindo o Deutsche Bank AG). Os fatores decisivos para determinar se e esse o caso são os requisitos regulamentares da autoridade de supervisão, tendo em conta a legislação local. O cumprimento deste regulamento estatutário e continuamente monitorizado pelas autoridades reguladoras. Em caso de excesso de cargos de direção, as autoridades de supervisão podem exigir que o Deutsche Bank AG revogue a nomeação de um membro do Conselho de Fiscalização e proíba esse membro de exercer as suas funções.

\*\* Definição de independência: um membro do Conselho de Fiscalização é independente quando não tem relações pessoais ou comerciais com o Deutsche Bank ou com o seu Conselho de Administração que possam causar um conflito de interesses substancial e não apenas temporário. Já em 2017, o Conselho de Fiscalização emitiu diretrizes para a avaliação coerente da independência dos seus membros, que tem igualmente em conta os requisitos regulamentares em matéria de independência. Atualmente, o banco não tem qualquer acionista de controlo.

\*\*\* Definição de especialistas dada na secção "Auditoria e Controlo" na página 451.

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Anual que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subsequentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização.

Para os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização eleitos ou nomeados desde julho de 2020, o período de tempo de participação no Conselho de Fiscalização não deverá, regra geral, exceder os 12 anos.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade ao propor membros para nomeação. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais ou vidas privadas de seis membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm muitos anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido, por exemplo, membros de Conselhos de Administração ou Diretores Gerais, ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Tem sido prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. no processo de seleção desde as eleições para o Conselho de Fiscalização em 2008. Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subsequentes para vagas no Conselho de Fiscalização, são incluídas mulheres qualificadas no processo. No final do exercício, três mulheres e sete homens eram membros do Conselho de Fiscalização, tanto do lado dos representantes dos colaboradores como dos representantes dos acionistas. Assim, a quota mínima estatutária de 30% tem vindo a ser cumprida há muitos anos.

A estrutura etária é diversa, oscilando entre 38 e 67 anos no final do exercício e abrangendo três gerações, de acordo com a definição geral do termo. A duração da participação no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank variou entre menos de um ano e cerca de 20 anos no final do exercício financeiro.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, auditoria, direito, estudos germânicos, ciência política, engenharia elétrica e cuidados de saúde. Os currículos dos membros do Conselho de Fiscalização estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm](http://www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm)).

Os membros do Conselho de Fiscalização não exercem funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestam serviços de consultoria aos mesmos. Os conflitos de interesses materiais envolvendo um membro do Conselho de Fiscalização que não sejam meramente temporários resultarão na cessação do mandato desse membro do Conselho de Fiscalização. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem, de acordo com o Artigo 25.º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), e não devem, de acordo com as recomendações dos pontos C.4 e C.5 do Código de governo das sociedades alemão (GCGC), deter mais do que o número permitido de mandatos no Conselho de Fiscalização ou mandatos em órgãos de fiscalização de sociedades que tenham requisitos semelhantes. Estes requisitos foram cumpridos no exercício financeiro anterior.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas foram realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Na opinião do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, estas transações não afetaram a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.



## Comitês do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização criou oito comissões especializadas permanentes: Comitê do Presidente, Comitê de Nomeações, Comitê de Auditoria, Comitê de Risco, Comitê de Supervisão Regulamentar (anteriormente, Comitê de Integridade), Comitê de Controlo de Remunerações, Comitê de Estratégia e Sustentabilidade (anteriormente, Comitê de Estratégia) e Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação. Na medida necessária, os comitês coordenam o seu trabalho e consultam-se uns aos outros numa base ad hoc. Os presidentes dos comitês reportam regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comitês. As tarefas e outros detalhes dos comitês especializados permanentes são regulados em Termos de Referência separados. As versões atuais estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).

Os membros dos comitês são ou eram:

**Comitê do Presidente:** Alexander Wynaendts, Presidente (desde 19 de maio de 2022), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 19 de maio de 2022), Detlef Polaschek, Frank Werneke, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

**Comitê de Nomeações:** Alexander Wynaendts, Presidente (desde 28 de julho de 2022), membro (de 19 de maio de 2022 a 28 de julho de 2022), Mayree Clark, Presidente (até 28 de julho de 2022), membro (desde 28 de julho de 2022), Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Detlef Polaschek, Frank Werneke, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

**Comitê de Auditoria:** Frank Witter, Presidente (desde 28 de julho de 2022), membro (até 28 de julho de 2022), Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente (até 28 de julho de 2022), membro (desde 28 de julho de 2022), Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Manja Eifert (desde 28 de julho de 2022), Henriette Mark (até 31 de março de 2022), Gabriele Platscher, Detlef Polaschek, Bernd Rose, Dr. Dagmar Valcárcel, Stefan Viertel, Dr. Theodor Weimer, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

**Comitê de Risco:** Mayree Clark, Presidente, Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Jan Duscheck, Michele Trogni, Stefan Viertel, Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

**Comitê de Supervisão Regulamentar (desde 28 de julho de 2022, antigo Comitê de Integridade):** Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente, Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Sigmar Gabriel, Timo Heider, Gabriele Platscher, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

**Comitê de Controlo de Remunerações:** Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente (desde 28 de julho de 2022), Alexander Wynaendts, Presidente (de 19 de maio de 2022 a 28 de julho de 2022), membro (desde 28 de julho de 2022), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 19 de maio de 2022), Dr. Gerhard Eschelbeck (até 19 de maio de 2022), Detlef Polaschek, Bernd Rose, Dr. Dagmar Valcárcel, Frank Werneke

**Comitê de Estratégia e Sustentabilidade (desde 15 de dezembro de 2022, antigo Comitê de Estratégia):** John Alexander Thain, Presidente, Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Mayree Clark, Timo Heider, Henriette Mark (até 31 de março de 2022), Detlef Polaschek, Michele Trogni, Stefan Viertel (desde 28 de julho de 2022), Frank Werneke, Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

**Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação:** Michele Trogni, Presidente, Dr. Paul Achleitner (até 19 de maio de 2022), Jan Duscheck, Dr. Gerhard Eschelbeck (até 19 de maio de 2022), Timo Heider (até 28 de julho de 2022), Martina Klee, Bernd Rose, Yngve Slyngstad (desde 28 de julho de 2022), Frank Witter (até 28 de julho de 2022), Alexander Wynaendts (desde 19 de maio de 2022)

O Relatório do Conselho de Fiscalização fornece informações sobre o trabalho específico desenvolvido pelos comitês durante o exercício financeiro anterior. Para além destes oito comitês especializados permanentes, existe ainda o Comitê de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços. O Comitê de Mediação apenas se reúne se for necessário. Os seus membros são ou foram: Alexander Wynaendts, Presidente (desde 19 de maio de 2022), Dr. Paul Achleitner, Presidente (até 19 de maio de 2022), Detlef Polaschek, Frank Werneke e Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

## Planos de ações

Para obter mais informações sobre os planos de ações para colaboradores, consulte a Nota 33 “Benefícios dos colaboradores” adicional nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

# Relato e Transparência

## Participação dos Administradores

Conselho de Administração: Para informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização: Os membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prêmios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prêmios em ações
Alexander Wynaendts	0	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	5.490	4.735 <sup>1</sup>
Mayree Clark	109.444	0
Jan Duscheck	0	0
Manja Eifert	103	10
Sigmar Gabriel	0	0
Timo Heider	0	0
Martina Klee	2.781	10
Gabriele Platscher	1.684	10
Detlef Polaschek	1.934	10
Bernd Rose	0	0
Yngve Slyngstad	0	0
John Alexander Thain	100.000	0
Michele Trogni	15.000	0
Dr. Dagmar Valcárcel	0	0
Stefan Viertel	1.007	0
Dr. Theodor Weimer	108.000	0
Frank Werneke	0	0
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	0	0
Frank Witter	0	0
<b>Total</b>	<b>345.443</b>	<b>4.775</b>

<sup>1</sup> Prêmio restrito em ações. Blomeyer-Bartenstein tem um direito relacionado com 4735 ações através de prêmios restritos em ações como parte da sua remuneração variável. Estes deverão ser desembolsados de 2023 a 2027.

Em 10 de fevereiro de 2023, os membros do Conselho de Fiscalização detinham 345.443 ações, o que representa menos de 0,02% das ações emitidas no dia do relatório.

A coluna "Número de prêmios em ações" no quadro indica os prêmios em ações concedidos no âmbito do Global Share Purchase Plan aos membros do Conselho de Fiscalização que são colaboradores do Deutsche Bank ("Prêmios Correspondentes"), que estão programados para lhes serem entregues em 1 de novembro de 2023, bem como os Prêmios Restritos em Ações (prêmios de ações diferidas), que são concedidos a colaboradores com remuneração variável diferida. Os Prêmios Restritos em Ações são indicados com uma nota de rodapé no quadro e são fornecidos mais detalhes sobre os mesmos enquanto instrumento de remuneração no "Relatório de remuneração dos trabalhadores".

Conforme descrito no "Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização", 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para um dado exercício anterior é, ao invés de ser pago em numerário, convertido em ações teóricas do Deutsche Bank AG em fevereiro do ano seguinte. O valor em numerário das ações teóricas é pago aos membros em fevereiro do exercício seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do pagamento.

O Relatório de Remuneração relativo ao exercício anterior e o relatório do auditor, nos termos do artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o sistema de remuneração atualmente em vigor, nos termos do artigo 87.º-A, n.º 1 e n.º 2, frase 1, da AktG, bem como a última deliberação sobre a remuneração, nos termos do artigo 113.º, n.º 3, da AktG, estão disponíveis no sítio Web do banco [www.db.com](http://www.db.com) (nas rubricas "Relatórios e eventos" e "Relatórios anuais" da secção "Relações com investidores").

## Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 36 "Operações com partes relacionadas".

## Auditoria e controle

### Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que os seguintes membros do Comitê de Auditoria são "especialistas financeiros do Comitê de Auditoria"\*, conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002: Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Frank Witter e Alexander Wynaendts. Estes Especialistas Financeiros do Comitê de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos.

Além disso, o Conselho de Fiscalização determinou, de acordo com os artigos 107.º n.º 4 e 100.º, n.º 5 da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e com o artigo 25.º-D, n.º 9 da Lei Bancária Alemã (KWG), que a Dra. Dagmar Valcárcel, o Dr. Theodor Weimer, o Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Frank Witter e Alexander Wynaendts possuem conhecimentos especializados em contabilidade financeira e auditoria de demonstrações financeiras.

A Dra. Dagmar Valcárcel possui conhecimentos especializados nas áreas da contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Presidente do Conselho de Administração da Andbank Asset Management Luxembourg S.A. e da Barclays Vida y Pensiones, S.A.U. e ao seu trabalho atual como membro do Conselho de Administração da Antin Infrastructure Partners S.A. O Dr. Theodor Weimer possui conhecimentos especializados nas áreas de contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Diretor Executivo da HypoVereinsbank / UniCredit AG e como antigo membro do Comitê de Auditoria da ERGO Gruppe AG, bem como ao seu trabalho atual como Presidente do Conselho Executivo da Deutsche Börse AG. O Professor Dr. Norbert Winkeljohann possui conhecimentos especializados nos domínios da contabilidade e auditoria através das suas habilitações acadêmicas e formação como auditor e dos seus muitos anos de experiência como auditor em várias sociedades de auditoria e como Presidente do Conselho de Administração da PwC Europe SE. Frank Witter possui conhecimentos especializados nos domínios da contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Diretor Financeiro da Volkswagen AG e como Presidente do Conselho de Administração da Volkswagen Financial Services AG. Alexander Wynaendts possui conhecimentos especializados nos domínios da contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Diretor Geral e Presidente dos Conselhos de Administração e Executivo da Aegon N.V.

### Especialista de Remuneração do Comitê de Controlo de Remunerações

Nos termos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comitê de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. Com base na recomendação do Comitê de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização decidiu nomear a Dra. Dagmar Valcárcel, Alexander Wynaendts e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann como especialistas em remunerações do Comitê de Controlo de Remunerações. Todos possuem conhecimentos e experiência profissional no domínio da gestão e controlo dos riscos, nomeadamente no que se refere aos mecanismos de alinhamento dos sistemas de remuneração com a apetência e a estratégia global de risco da sociedade e com a sua base de capital. Por conseguinte, cumprem os requisitos do artigo 25.º-D, n.º 12 da Lei Bancária Alemã (KWG).

A Dra. Valcárcel tem uma vasta experiência jurídica em matéria de quadros de remuneração, incluindo riscos de reputação, desde o seu tempo como, entre outras funções, Diretora do Departamento Jurídico do Barclays PLC para a Europa Ocidental.

Com base nos seus anos de experiência como Presidente do Conselho de Administração e/ou Diretor Executivo, Alexander Wynaendts e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann possuem conhecimentos especializados e experiência profissional suficientes na área da gestão e controlo do risco.

## Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

### Código de conduta e código de ética para responsáveis financeiros seniores do Grupo Deutsche Bank

O código de conduta do Grupo Deutsche Bank determina a finalidade, os valores e as convicções do Deutsche Bank, bem como os padrões mínimos de conduta que esperamos que todos os membros do nosso Conselho de Administração e colaboradores sigam. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. Além disso, o Código é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, o banco adotou um Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos "responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, o presidente do Conselho de Administração do Deutsche Bank e o diretor financeiro, bem como outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este Código de ética em 2022.

As versões atuais do código de conduta e do código de ética e para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: [www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm).

### Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank criou uma função de Governação do Grupo para definir, implementar e monitorizar o quadro de governação corporativo do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank e para desempenhar esta função de governação em todo o Grupo. A função Governação do Grupo aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se principalmente em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os elementos-chave do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da sociedade em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios claros de governo da sociedade.

Todos os detalhes sobre o governo da sociedade estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm](http://www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm)).

## Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia-Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY") foi o nosso principal auditor externo para os exercícios de 2021 e 2022, respetivamente.

As tabelas abaixo apresentam o total dos honorários cobrados para cada um dos dois últimos exercícios pela EY em cada uma das seguintes categorias: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

### Honorários cobrados pela EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2022	2021
Honorários por serviços de auditoria	59	54
Honorários relacionados com auditoria	8	8
Honorários por serviços de consultoria fiscal	0	1
Todas as outras comissões	1	1
<b>Total de comissões</b>	<b>68</b>	<b>64</b>

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e não incluem os honorários de auditoria do DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

Nos termos dos regulamentos da SEC, os honorários do auditor externo devem ser apresentadas da seguinte forma: os honorários de auditoria foram de 61 milhões de euros em 2022, em comparação com 56 milhões de euros em 2021, os honorários relacionados com auditoria foram de 6 milhões de euros em 2022, em comparação com 6 milhões de euros em 2021, as comissões com impostos foram de 0 milhões de euros em 2022, em comparação com 1 milhão de euros em 2021, e todas as outras comissões foram de 1 milhão de euros em 2022, em comparação com 1 milhão de euros em 2021.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comité de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comité de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comité de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) e, posteriormente, tem de ser reportado ao Comité de Auditoria. Caso o pedido de contratação não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, tem de ser submetido à apreciação do Comité de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comité de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2021 e 2022, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%.

# Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

## Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2022)

Ao atualizar a Declaração de Conformidade emitida pela última vez em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG aprovaram a seguinte declaração de conformidade em 26 de outubro de 2022.

"O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft declaram nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG):

1. A última Declaração de Conformidade foi emitida em 28 de outubro de 2021. Nesta data, o Deutsche Bank Aktiengesellschaft cumpria as recomendações da "Comissão Governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão do Código com data de 16 de dezembro de 2019, e publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 20 de março de 2020, sem desvios. O Código de governo das sociedades alemão limita a aplicabilidade das recomendações do código às instituições de crédito e às companhias de seguros, desde que as recomendações lhes sejam aplicáveis e que não existam disposições estatutárias em contrário. O Deutsche Bank Aktiengesellschaft informou pela última vez sobre estes regulamentos estatutários e os efeitos para a Declaração de Conformidade na sua Declaração de Governo da Sociedade no Relatório Anual de 2021.
2. Em 28 de maio de 2022, a "Comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" apresentou uma nova versão do código, que foi publicada no Jornal Oficial (Bundesanzeiger) em 27 de junho de 2022. O Deutsche Bank Aktiengesellschaft cumpre todas as recomendações que lhe são aplicáveis, cumprindo-as igualmente no futuro, com o seguinte desvio:

Relativamente à recomendação G.10, segunda frase, segundo a qual os componentes da remuneração variável a longo prazo só devem estar acessíveis a um membro do Conselho de Administração após um período de quatro anos.

O sistema de remuneração do Conselho de Administração prevê que as componentes de longo prazo da remuneração variável sejam adquiridas durante um período de diferimento de cinco anos. Uma vez que se trata de elementos de remuneração com base em ações, estão sujeitos a um período de detenção adicional de um ano após a sua aquisição. No que diz respeito à estrutura do período de diferimento, o Conselho de Fiscalização decidiu, em fevereiro de 2022, que os membros do Conselho de Administração já poderão, no futuro, dispor de uma primeira parte após três anos e da última parte da componente de longo prazo após seis anos. O Conselho de Fiscalização continua, assim, a cumprir os requisitos aplicáveis às instituições financeiras, estabelecidos na lei relativa às remunerações das instituições (Institutsvergütungsverordnung). Não consideramos que seja adequado um novo reforço dos requisitos regulamentares específicos dos bancos. Embora os membros do Conselho de Administração não possam alienar a primeira parte da componente de longo prazo concedida para o exercício de 2021 até 2025, declaramos já hoje uma exceção à recomendação.

Frankfurt am Main, em outubro de 2022

O Conselho de Administração  
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Fiscalização  
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft"

## Recomendações inaplicáveis do código devido à precedência das disposições estatutárias

De acordo com a recomendação do artigo F.4 do código de governo das sociedades alemão na versão de 28 de abril de 2022, as empresas sujeitas a regulamentos jurídicos especiais devem especificar na Declaração de Governo da Sociedade quais as recomendações do código que não eram aplicáveis devido a cláusulas legais preponderantes.

No que respeita ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft, isto aplica-se atualmente à recomendação do artigo D.5 do código de governo das sociedades alemão, na versão de 28 de abril de 2022, que estabelece que o Conselho de Fiscalização deve constituir um Comité de Nomeações composto exclusivamente por representantes dos acionistas.

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, enquanto Instituição de Crédito supervisionada, está sujeito aos regulamentos jurídicos especiais da Lei Bancária Alemã (KWG). O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft criou um Comité de Nomeações, de acordo com o nº 11 do artigo 25º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), cuja função é apoiar o Conselho de Fiscalização nas seguintes tarefas:

- Identificar candidatos a preencher uma posição no Conselho de Administração e preparar propostas para a eleição de membros do Conselho de Fiscalização;
- Elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para o conseguir;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações em relação a isso ao Conselho de Fiscalização;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente; e
- Analisar os princípios do Conselho de Administração para a seleção e nomeação de pessoas para o nível superior de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito.

O Comité de Nomeações a estabelecer em conformidade com a Lei Bancária Alemã (KWG) tem, por conseguinte, numerosas tarefas que vão além da preparação das propostas eleitorais para os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. A exclusão geral dos representantes dos colaboradores do Conselho de Fiscalização da composição num comité só é admissível, de acordo com o parecer prevalecente, se houver uma razão material para tal. Ainda que possa existir uma tal razão material para um comité que apenas lida com a preparação das propostas a apresentar à Assembleia-Geral para a eleição dos representantes dos acionistas, não existe uma justificação para a exclusão dos representantes dos colaboradores para um comité de nomeações com o leque de tarefas que lhe são atribuídas pela Lei Bancária Alemã (KWG). Devido ao leque de tarefas obrigatórias do Comité de Nomeações estipulado pela Lei Bancária Alemã (KWG) e à inadmissibilidade de discriminar representantes dos colaboradores na composição dos comités, a recomendação do artigo D.4 do código de governo das sociedades alemão não é aplicável ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft. Contudo, de modo a ter em conta esta recomendação, o nº 3 do artigo 2.º dos termos de referência do Comité de Nomeações prevê que as propostas de eleição para a Assembleia-Geral sejam elaboradas apenas pelos representantes dos acionistas do Comité de Nomeações.



## Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género

À data desta Declaração de Governo da Sociedade, a percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é de 30 %. O mínimo estatutário de 30% nos termos da Secção 96 (2) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) está assim cumprido.

Em 27 de julho de 2017, o Conselho de Fiscalização definiu um objetivo de, pelo menos, 20% de membros do sexo feminino no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres. Com Christiana Riley e Rebecca Short no Conselho de Administração, este objetivo já se encontra alcançado desde 1 de maio de 2021. A atual lei alemã que complementa e altera os regulamentos sobre a igualdade de participação de mulheres e homens em cargos de gestão nos setores público e privado (Lei da Igualdade de Participação II (FüPoG II)) exige que pelo menos uma mulher e um homem sejam nomeados para um conselho de administração com mais de três membros, mas não devem ser estabelecidos objetivos adicionais. Com duas mulheres no Conselho de Administração, o banco excedeu este requisito em 31 de dezembro de 2022.

O Deutsche Bank está firmemente convicto de que um melhor equilíbrio de género em funções de liderança irá contribuir de forma significativa para o seu sucesso futuro.

Em conformidade com as condições do quadro jurídico e com base na própria estratégia do banco em matéria de diversidade, equidade e inclusão, o banco está a trabalhar para progredir nos seus ambiciosos objetivos do programa "35 by 25" que o Conselho de Administração estabeleceu em 4 de maio de 2021.

Os objetivos para a representação das mulheres nos dois níveis de administração abaixo do Conselho de Administração são agora de, pelo menos, 30% de mulheres no primeiro nível de administração e de, pelo menos, 30% de mulheres no segundo nível de administração abaixo do Conselho de Administração. Estes objetivos deverão ser atingidos até 31 de dezembro de 2025.

A população dos colaboradores no primeiro nível de administração abaixo do Conselho de Administração abrange os diretores executivos e os diretores que reportam diretamente ao Conselho de Administração e aos administradores com responsabilidades comparáveis. A população dos colaboradores no segundo nível de administração abrange os diretores executivos e os diretores que reportam ao primeiro nível de administração.

### Implementar a legislação relativa à quota de género alemã no Deutsche Bank AG

	31 dez 2022		31 dez 2021	31 dez 2020
	Objetivo	Resultado	Resultado	Resultado
Nível (número de efetivos, em %) <sup>1</sup>				
Conselho de Fiscalização	30,0	30,0	30,0	30,0
Conselho de Administração <sup>2</sup>	20,0	20,0	20,0	10,0
Nível do Conselho de Administração - <sup>13</sup>	30,0	17,1	20,0	20,0
Nível do Conselho de Administração - <sup>23</sup>	30,0	29,6	27,5	23,9

<sup>1</sup> De acordo com a lei alemã sobre a igualdade de participação de mulheres e homens em cargos de gestão nos setores público e privado.

<sup>2</sup> O objetivo reflete junho de 2022.

<sup>3</sup> O objetivo reflete dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2022, a proporção de mulheres era de 17,1% (2021: 20%) no primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração e de 29,6 % (2021: 27,5 %) no segundo nível de gestão abaixo do Conselho de Administração.

Embora o compromisso do Grupo de aumentar a representação das mulheres em posições de administração sénior seja global, a implementação do Grupo é local. Cada região, cada empresa tem a suas próprias necessidade de diversidade e inclusão porque as culturas e os atuais desafios sociais diferem entre os diferentes países e as diferentes áreas de negócio. No entanto, o Conselho de Administração continua empenhado nestas metas e está a desenvolver iniciativas centradas para acelerar a mudança. Estas iniciativas têm impacto no ciclo de vida completo dos colaboradores e abrangem a atração, o desenvolvimento, a retenção e a promoção de talentos.

No âmbito deste enquadramento, as decisões do banco sobre promoções e nomeações estão em consonância, em particular, com a adequação dos candidatos aos respetivos cargos, o desempenho demonstrado e o potencial futuro. Em consonância com o conceito do banco de diversidade fundamental, também levamos em conta os conhecimentos e as competências necessárias para o correto desempenho das tarefas e a experiência necessária dos colaboradores para a composição dos dois níveis abaixo do Conselho de Administração.

## Conceito de diversidade

Enquanto parte integral da nossa estratégia como banco líder na Europa com um alcance global e um sólido mercado nacional na Alemanha, a Diversidade é um fator decisivo para o nosso sucesso. A diversidade, equidade e inclusão ajudam o Deutsche Bank a formar e reforçar relações com os nossos clientes e parceiros nas sociedades onde exercemos a nossa atividade.

A idade, o gênero e o histórico educativo e profissional sempre foram considerados aspetos-chave do nosso entendimento mais abrangente de diversidade no Deutsche Bank.

O banco está convencido de que a diversidade, a equidade e a inclusão estimulam a inovação, por exemplo, e ajudam-nos a tomar decisões mais equilibradas, desempenhando assim um papel decisivo para o sucesso do Deutsche Bank. A diversidade e a inclusão são, por isso, componentes integrantes dos valores e convicções do banco e do seu Código de Conduta.

O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração empenham-se e devem ser um modelo a seguir pelo banco no que se refere à diversidade, equidade e inclusão. Em conformidade com os nossos valores e convicções especificados acima, a diversidade na composição do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração também facilita o correto desempenho das tarefas e deveres que lhes são atribuídos por lei, pelos Estatutos e pelos Termos de Referência.

Com base no entendimento do Deutsche Bank de diversidade, equidade e inclusão, os valores e convicções e as medidas descritas a seguir para a sua implementação também são aplicáveis – na medida legalmente permitida – ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização tem em atenção a diversidade na empresa, nomeadamente, ao preencher vagas no Conselho de Administração e no Conselho de Fiscalização.

Em 15 de dezembro de 2022, o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG atualizou a orientação de adequação para a seleção de membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, a qual também contém princípios de diversidade. A orientação de adequação implementa as "orientações relativas à avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e titulares de funções-chave" publicadas conjuntamente pela Autoridade Bancária Europeia e pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados.

### Conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização

O conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização e a sua implementação são descritos acima na secção "Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação".

### Conceito de diversidade e planeamento de sucessões para o Conselho de Administração

Através da composição do Conselho de Administração, é necessário assegurar que os membros têm, sempre, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar adequadamente as suas tarefas. Em conformidade, ao selecionar os membros para o Conselho de Administração, é necessário assegurar que coletivamente têm conhecimentos especializados e diversidade suficiente no âmbito dos nossos objetivos acima indicados. Além disso, o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração devem assegurar o planeamento da sucessão a longo prazo.

A atual lei alemã que complementa e altera os regulamentos sobre a igualdade de participação de mulheres e homens em cargos de gestão nos setores público e privado (Lei da Igualdade de Participação II (FüPoG II)) exige que pelo menos uma mulher e um homem sejam nomeados para um conselho de administração com mais de três membros, mas não devem ser estabelecidos objetivos adicionais. O banco excedia este requisito em 31 de dezembro de 2022. Em geral, um membro do Conselho de Administração não deverá, no final do seu mandato, ter idade superior à idade normal de reforma, de acordo com as regras do regime de seguro de pensão obrigatório aplicável na Alemanha para o segurado de longa duração requerer uma pensão de reforma antecipada.

## Implementação

De acordo com a legislação, os Estatutos e os Termos de referência, o Conselho de Fiscalização adotou um perfil de candidato para os membros do Conselho de Administração, com base numa proposta do Comité de Nomeações. Este perfil têm em consideração uma "Matriz de conhecimentos especializados e competências" que especifica, entre outros, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar as tarefas de membro do Conselho de Administração, a fim de desenvolver e implementar com sucesso a estratégia do banco no respetivo mercado ou na respetiva divisão e enquanto órgão de gestão coletivamente. O Conselho de Administração analisa planos de sucessão para posições do Conselho de Administração, tanto a nível individual como coletivo. Os planos individuais de sucessão são revistos e os candidatos à sucessão são discutidos em pormenor com base no potencial, liderança, aptidão e idoneidade. Uma vez que a diversidade de género é um aspeto fundamental para o Deutsche Bank, no que respeita à sucessão, são aplicadas métricas e análises de dados para apoiar este processo. Após aprovação pelo Conselho de Administração, estes planos são submetidos ao Comité de Nomeações e ao Conselho de Fiscalização, em princípio, numa reunião para deliberação alargada.

Na identificação de candidatos para preencher uma vaga no Conselho de Administração do banco, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem em consideração o equilíbrio de diversidade apropriado de todos os membros do Conselho de Administração coletivamente. Além disso, também tem em consideração os objetivos definidos pelo Conselho de Fiscalização em conformidade com os requisitos estatutários para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Administração coletivamente.

## Resultados alcançados no exercício financeiro de 2022

No final do exercício financeiro, o Conselho de Administração era composto por duas mulheres (20%) e oito homens. O objetivo de 20% dos membros ou duas mulheres traçado para 30 de junho de 2022 para o Conselho de Administração foi atingido. A partir da data desta declaração de governação da sociedade, o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG incluía duas mulheres e oito homens..

A estrutura etária é diversificada, variando entre os 44 e os 57 anos de idade a partir da data da presente declaração de governo da sociedade. A duração da experiência enquanto membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank à data desta Declaração de Governo da Sociedade oscilava entre menos de um ano e cerca de dez anos.

Também tendo em mente a nossa estratégia de sermos um banco líder na Europa com um alcance global e um mercado nacional sólido na Alemanha, seis dos dez membros do Conselho de Administração têm um histórico alemão, à data da presente declaração de governação da sociedade. Além disso, no Conselho de Administração estão representadas como nacionalidades a Itália, o Reino Unido, a França, a Austrália, a Nova Zelândia e os EUA. No entanto, a diversidade étnica do Conselho de Administração, atualmente, não reflete toda a diversidade dos mercados onde praticamos a nossa atividade ou a diversidade dos nossos colaboradores.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, direito, linguística e engenharia.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Administração adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade na secção "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização:

Conselho de Administração" bem como no sítio Web do banco: [www.db.com](http://www.db.com) (título: "Relações com os investidores", "Governo da sociedade", "Conselho de Administração").

## 5-

### Informações adicionais (não-auditadas)

501	Medidas financeiras não-GAAP
511	Declaração de aval
512	Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
513	Impressão/Publicações

## Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

### Rácios de rentabilidade do capital próprio

O Grupo comunica uma rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo que cada um corresponde a uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível são calculadas como lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais (cupão AT1) como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio tangível dos acionistas, respetivamente.

Os lucros (perdas) atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank após os cupões AT1 para os segmentos são uma medida financeira não-GAAP e são definidos como lucros (perdas) excluindo os lucros (perdas) após impostos atribuíveis a participações minoritárias e após os cupões AT1, que são atribuídos a segmentos com base no capital próprio dos acionistas médio tangível atribuível dos acionistas. Para o Grupo, reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de (1)% no exercício de 2022, 26% para 2021 e 39% para 2020. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 28 % para todos os períodos comunicados em 2022, 2021 e 2020.

A nível do Grupo, o capital próprio dos acionistas tangível é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio tangível dos acionistas para os segmentos é calculado deduzindo o goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas como atribuído aos segmentos. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são apresentados sob a forma de média.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida nos rácios de rentabilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

	2022						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.051	3.487	1.979	598	(932)	(1.589)	5.594
Lucros (prejuízos)	1.477	2.510	1.425	431	(671)	487	5.659
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	134	134
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais</b>	<b>1.477</b>	<b>2.510</b>	<b>1.425</b>	<b>431</b>	<b>(671)</b>	<b>353</b>	<b>5.525</b>
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	102	232	116	22	28	(0)	500
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.375	2.278	1.309	408	(699)	353	5.025
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.901	26.032	13.584	5.459	3.018	0	59.994
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis <sup>1</sup>	884	1.139	1.175	3.067	61	0	6.328
<b>Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído</b>	<b>11.017</b>	<b>24.893</b>	<b>12.409</b>	<b>2.392</b>	<b>2.956</b>	<b>0</b>	<b>53.666</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	11,6%	8,8%	9,6%	7,5%	(23,2)%	N/S	8,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	12,5%	9,2%	10,6%	17,1%	(23,7)%	N/S	9,4%

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a participação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

	2021						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.011	3.714	355	816	(1.364)	(1.142)	3.390
Lucros (prejuízos)	728	2.674	256	587	(982)	(753)	2.510
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	144	144
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais</b>	<b>728</b>	<b>2.674</b>	<b>256</b>	<b>587</b>	<b>(982)</b>	<b>(897)</b>	<b>2.365</b>
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	81	195	97	16	37	(0)	426
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	647	2.479	159	571	(1.019)	(897)	1.940
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.301	24.181	12.663	4.815	4.473	0	56.434
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis <sup>1</sup>	721	1.087	1.256	2.889	96	0	6.049
<b>Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído</b>	<b>9.580</b>	<b>23.094</b>	<b>11.408</b>	<b>1.926</b>	<b>4.377</b>	<b>0</b>	<b>50.385</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	6,3%	10,3%	1,3%	11,9%	(22,8)%	N/S	3,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	6,8%	10,7%	1,4%	29,7%	(23,3)%	N/S	3,8%

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a participação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

	2020						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	547	3.166	(108)	544	(2.200)	(929)	1.021
Lucros (prejuízos)	394	2.280	(78)	392	(1.584)	(780)	624
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	129	129
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais</b>	<b>394</b>	<b>2.280</b>	<b>(78)</b>	<b>392</b>	<b>(1.584)</b>	<b>(909)</b>	<b>495</b>
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	72	169	79	14	48	(0)	382
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	322	2.111	(157)	378	(1.632)	(909)	113
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.945	22.911	11.553	4.757	6.166	0	55.332
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis <sup>1</sup>	603	1.133	1.255	2.993	142	(0)	6.127
<b>Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído</b>	<b>9.341</b>	<b>21.777</b>	<b>10.298</b>	<b>1.764</b>	<b>6.024</b>	<b>0</b>	<b>49.205</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	3,2%	9,2%	(1,4)%	7,9%	(26,5)%	N/S	0,2%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	3,4%	9,7%	(1,5)%	21,4%	(27,1)%	N/S	0,2%

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a participação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

## Rentabilidade após impostos ajustada (Grupo)

O retorno ajustado após impostos (Grupo) ajusta o lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas do Deutsche Bank para rubricas específicas de receita e encargos de transformação (cada uma das quais é descrita mais detalhadamente abaixo), imparidade de goodwill e outros intangíveis, e reestruturação e indemnização, bem como ao impacto do imposto líquido destas rubricas. A rentabilidade ajustada após impostos dos capitais próprios tangíveis médios é calculada dividindo o lucro (prejuízo) ajustado atribuível aos acionistas do Deutsche Bank pelos capitais próprios tangíveis médios atribuídos. O Grupo considera que uma apresentação de rentabilidade após impostos ajustada facilita as comparações com os seus concorrentes.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank</b>	<b>5.025</b>	<b>1.940</b>	<b>113</b>
Rubricas de receitas específicas	(473)	(73)	(30)
Encargos de transformação	132	1.003	490
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	68	5	0
Reestruturação e indemnizações	(6)	470	688
Ajustamentos fiscais	81	(392)	(313)
dos quais: Efeito fiscal das rubricas de ajustamento acima <sup>1</sup>	78	(393)	(321)
dos quais: Ajustamentos para efeitos relacionados com pagamentos baseados em ações	3	1	(29)
dos quais: Ajustamentos para ajustamentos de avaliação DTA (relacionados com a transformação)	0	0	37
<b>Lucros (prejuízos) ajustados atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank</b>	<b>4.827</b>	<b>2.952</b>	<b>947</b>
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	53.666	50.385	49.205
Rentabilidade após impostos ajustada sobre a média do capital próprio tangível dos acionistas	9,0%	5,9%	1,9%

<sup>1</sup> Ajustes antes de impostos tributados a uma taxa de 28%

## Core Bank

O Core Bank representa o Grupo, excluindo a Capital Release Unit.

A tabela seguinte apresenta os resultados do Core Bank.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	6.527	4.754	3.221
Lucros (prejuízos)	6.330	3.492	2.208
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	134	144	129
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais</b>	<b>6.196</b>	<b>3.347</b>	<b>2.079</b>
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	472	388	334
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	5.724	2.959	1.745
Capital próprio médio dos acionistas alocado	56.976	51.961	49.166
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis	6.266	5.953	5.985
<b>Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído</b>	<b>50.710</b>	<b>46.008</b>	<b>43.181</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	10,0%	5,7%	3,5%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	11,3%	6,4%	4,0%

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

A tabela seguinte apresenta uma reconciliação dos lucros (prejuízos) ajustados antes de impostos do Core Bank.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos - Grupo</b>	<b>5.594</b>	<b>3.390</b>	<b>1.021</b>
Lucros (prejuízos) antes dos impostos - CRU	(932)	(1.364)	(2.200)
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos - Core Bank</b>	<b>6.527</b>	<b>4.754</b>	<b>3.221</b>

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	6.527	4.754	3.221
Rubricas de receitas específicas	(479)	(74)	(38)
Encargos de transformação	132	945	328
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	68	5	0
Reestruturação e indemnizações	(8)	464	671
<b>Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos - Core Bank</b>	<b>6.241</b>	<b>6.093</b>	<b>4.182</b>



## Rentabilidade após impostos ajustada (Core Bank)

A tabela seguinte apresenta uma reconciliação da rentabilidade após impostos ajustada sobre a média do capital próprio tangível dos acionistas do Core Bank.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020
<b>Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank</b>	<b>5.724</b>	<b>2.959</b>	<b>1.745</b>
Rubricas de receitas específicas	(479)	(74)	(38)
Encargos de transformação	132	945	328
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	68	5	0
Reestruturação e indemnizações	(8)	464	671
Ajustamentos fiscais	83	(374)	(261)
dos quais: Efeito fiscal das rubricas de ajustamento acima <sup>1</sup>	80	(375)	(269)
dos quais: Ajustamentos para efeitos relacionados com pagamentos baseados em ações	3	1	(29)
dos quais: Ajustamentos para ajustamentos de avaliação DTA (relacionados com a transformação)	0	0	37
<b>Lucros (prejuízos) ajustados atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank</b>	<b>5.521</b>	<b>3.924</b>	<b>2.445</b>
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	50.710	46.008	43.181
Rentabilidade após impostos ajustada sobre a média do capital próprio tangível dos acionistas	10,9%	8,5%	5,7%

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

<sup>1</sup> Ajustes antes de impostos tributados a uma taxa de 28%

## Encargos de transformação

Os encargos de transformação são custos, incluídos em custos ajustados, diretamente relacionados com a transformação do Deutsche Bank em resultado da estratégia anunciada em 7 de julho de 2019 e com determinados custos relacionados com decisões incrementais ou aceleradas motivadas pelas alterações nas operações esperadas devido à pandemia da COVID-19. Tais encargos incluem a imparidade relacionada com a transformação de software e imóveis, a amortização acelerada de software e outros encargos de transformação, como cláusulas de contratos onerosas ou honorários legais e de consultoria relacionadas com a execução da estratégia. O quadro representa os encargos de transformação por categoria de custos.

em milhões de euros	2022	2021	2020
Remunerações e benefícios	0	8	8
Tecnologias de informação	117	689	257
Serviços profissionais	12	35	18
Ocupação	0	258	196
Comunicação, serviços de dados, marketing	1	4	7
Outros	3	8	4
<b>Encargos de transformação</b>	<b>132</b>	<b>1.003</b>	<b>490</b>

## Custos ajustados

Os custos ajustados são um dos indicadores-chave de desempenho do Grupo e são uma medida financeira não-GAAP para a qual a medida financeira das IFRS mais diretamente comparável são os gastos operacionais. Os custos ajustados são calculados através da dedução (i) da imparidade do goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) de encargos líquidos com litígios, e (iii) reestruturação e separação de gastos operacionais (no total referidas como custos não operacionais) excl. juros, ao abrigo das IFRS. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos negócios operacionais. Para mostrar o desenvolvimento das iniciativas de custos, excluindo os custos que estão diretamente relacionados com a transformação do Deutsche Bank em resultado da estratégia anunciada em 7 de julho de 2019, o Grupo também apresenta os custos ajustados excluindo os encargos de transformação, em que os encargos de transformação acima descritos são deduzidos dos custos ajustados.

O BNP Paribas e o Deutsche Bank assinaram um acordo-quadro de transação para dar continuidade ao serviço aos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank operou a plataforma até que os clientes tivessem migrado para o BNP Paribas, no final de 2021. As despesas do negócio transferido foram elegíveis para reembolso pelo BNP Paribas. Para mostrar o desenvolvimento das iniciativas de custos excluindo não só encargos de transformação, mas também estas despesas reembolsáveis elegíveis, para 2021 e 2020, o Grupo apresenta também custos ajustados, excluindo encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance.

							2022
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>	<b>3.949</b>	<b>6.196</b>	<b>6.593</b>	<b>1.836</b>	<b>922</b>	<b>893</b>	<b>20.390</b>
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	0	68
Encargos com litígios, valor líquido	23	166	(60)	24	139	122	413
Reestruturação e indenização	(6)	44	(87)	37	2	5	(6)
<b>Custos ajustados</b>	<b>3.933</b>	<b>5.986</b>	<b>6.740</b>	<b>1.708</b>	<b>781</b>	<b>767</b>	<b>19.915</b>
Encargos de transformação	16	0	116	0	0	0	132
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação</b>	<b>3.917</b>	<b>5.986</b>	<b>6.624</b>	<b>1.708</b>	<b>781</b>	<b>767</b>	<b>19.782</b>

							2021
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>	<b>4.143</b>	<b>5.831</b>	<b>7.433</b>	<b>1.664</b>	<b>1.432</b>	<b>1.002</b>	<b>21.505</b>
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	0	5
Encargos com litígios, valor líquido	2	99	134	2	230	1	466
Reestruturação e indenização	111	87	237	21	6	7	470
<b>Custos ajustados</b>	<b>4.025</b>	<b>5.645</b>	<b>7.062</b>	<b>1.641</b>	<b>1.195</b>	<b>995</b>	<b>20.564</b>
Encargos de transformação	58	60	221	3	57	603	1003
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação</b>	<b>3.967</b>	<b>5.585</b>	<b>6.841</b>	<b>1.638</b>	<b>1.138</b>	<b>391</b>	<b>19.561</b>
Despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							302
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance</b>							<b>19.259</b>

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

							2020
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>	<b>4.235</b>	<b>5.418</b>	<b>7.522</b>	<b>1.526</b>	<b>1.947</b>	<b>568</b>	<b>21.216</b>
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Encargos com litígios, valor líquido	99	20	83	(1)	25	(67)	158
Reestruturação e indenização	79	26	520	37	17	10	688
<b>Custos ajustados</b>	<b>4.058</b>	<b>5.373</b>	<b>6.920</b>	<b>1.490</b>	<b>1.905</b>	<b>625</b>	<b>20.370</b>
Encargos de transformação	59	84	122	5	162	58	490
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação</b>	<b>3.999</b>	<b>5.289</b>	<b>6.797</b>	<b>1.485</b>	<b>1.743</b>	<b>567</b>	<b>19.880</b>
Despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance							360
<b>Custos ajustados ex. encargos de transformação e despesas elegíveis para reembolso relacionados com o Prime Finance</b>							<b>19.520</b>

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

A tabela seguinte apresenta uma reconciliação dos custos ajustados, excluindo os encargos de transformação e as taxas bancárias para o Grupo.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020
Custos ajustados ex. encargos de transformação	19.782	19.561	19.880
Taxas bancárias	762	553	634
<b>Custos ajustados, ex. custos de transformação e taxas bancárias</b>	<b>19.020</b>	<b>19.008</b>	<b>19.246</b>

## Receitas excluindo rubricas específicas

As receitas excluindo rubricas específicas são um indicador de desempenho que é uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável às receitas líquidas da medida financeira das IFRS. As receitas excluindo rubricas específicas são calculadas ajustando as receitas líquidas nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas que, em geral, não se enquadram na natureza ou no âmbito de atividade habituais e que são suscetíveis de falsear uma avaliação exata do desempenho operacional das divisões. Os elementos excluídos são o ajustamento da avaliação de dívida (AAD) e transações ou eventos significativos que sejam de natureza única ou pertençam a uma carteira de transações ou eventos relacionados, em que o impacto P&L se limite a um período específico de tempo. O Grupo acredita que a apresentação de receitas líquidas, excluindo o impacto destas rubricas, proporciona uma descrição mais significativa das receitas associadas aos negócios.

							2022
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Proveitos</b>	<b>6.335</b>	<b>10.016</b>	<b>9.155</b>	<b>2.608</b>	<b>(28)</b>	<b>(877)</b>	<b>27.210</b>
AAD	0	49	0	0	(6)	0	43
Sal. Negociação de Oppenheim – International Private Bank	0	0	125	0	0	0	125
Ganho na venda da atividade de Financial Advisors Italy – International Private Bank <sup>1</sup>	0	0	305	0	0	0	305
Total de rubricas de receitas específicas	0	49	430	0	(6)	0	473
<b>Receitas excluindo rubricas específicas</b>	<b>6.335</b>	<b>9.968</b>	<b>8.725</b>	<b>2.608</b>	<b>(22)</b>	<b>(877)</b>	<b>26.737</b>

<sup>1</sup> Ganho na venda de 312 milhões de euros, líquido de comissões relacionadas com a transação de 6 milhões de euros

							2021
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Proveitos</b>	<b>5.151</b>	<b>9.631</b>	<b>8.234</b>	<b>2.708</b>	<b>26</b>	<b>(340)</b>	<b>25.410</b>
AAD	0	(28)	0	0	(2)	0	(30)
Sal. Negociação de Oppenheim – International Private Bank	0	0	103	0	0	0	103
Ganho na venda da atividade de Financial Advisors Italy – International Private Bank	0	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	0	(28)	103	0	(2)	0	73
<b>Receitas excluindo rubricas específicas</b>	<b>5.151</b>	<b>9.660</b>	<b>8.132</b>	<b>2.708</b>	<b>28</b>	<b>(340)</b>	<b>25.337</b>

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

							2020
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Proveitos</b>	<b>5.146</b>	<b>9.286</b>	<b>8.126</b>	<b>2.229</b>	<b>(225)</b>	<b>(534)</b>	<b>24.028</b>
AAD	0	6	0	0	(8)	0	(2)
Venda de sistemas PB à TCS	(16)	0	(88)	0	0	0	(104)
Alteração da avaliação de um investimento - FIC S&T	0	22	0	0	0	0	22
Sal. Negociação de Oppenheim – International Private Bank	0	0	114	0	0	0	114
Ganho na venda da atividade de Financial Advisors Italy – International Private Bank	0	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	(16)	28	26	0	(8)	0	30
<b>Receitas excluindo rubricas específicas</b>	<b>5.161</b>	<b>9.258</b>	<b>8.100</b>	<b>2.229</b>	<b>(217)</b>	<b>(534)</b>	<b>23.998</b>

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

## Receitas e custos numa base ajustada à moeda

As receitas e custos numa base ajustada à moeda são calculados através da conversão em euros das receitas e custos de períodos anteriores que foram gerados ou incorridos em moedas não euro às taxas de câmbio que prevaleceram durante o período do ano corrente. Estes números ajustados e as respetivas alterações percentuais período a período destinam-se a fornecer informações sobre o desenvolvimento dos volumes e custos de negócio subjacentes.

## Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos

Os lucros (perdas) ajustados antes dos impostos são calculados ajustando os lucros (prejuízos) antes dos impostos nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas, encargos de transformação, imparidades do goodwill e outros ativos intangíveis, bem como as despesas de reestruturação e de indemnizações. O Grupo acredita que a apresentação de lucros (perdas) antes dos impostos, excluindo o impacto das rubricas acima proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos negócios operacionais.

							2022
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>2.051</b>	<b>3.487</b>	<b>1.979</b>	<b>598</b>	<b>(932)</b>	<b>(1.589)</b>	<b>5.594</b>
Rubricas de receitas específicas	0	(49)	(430)	0	6	0	(473)
Encargos de transformação	16	0	116	0	0	0	132
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	0	68
Reestruturação e indemnizações	(6)	44	(87)	37	2	5	(6)
<b>Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos</b>	<b>2.061</b>	<b>3.482</b>	<b>1.578</b>	<b>703</b>	<b>(925)</b>	<b>(1.584)</b>	<b>5.316</b>

							2021
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>1.011</b>	<b>3.714</b>	<b>355</b>	<b>816</b>	<b>(1.364)</b>	<b>(1.142)</b>	<b>3.390</b>
Rubricas de receitas específicas	0	28	(103)	0	2	0	(73)
Encargos de transformação	58	60	221	3	57	603	1.003
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	0	5
Reestruturação e indemnizações	111	87	237	21	6	7	470
<b>Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos</b>	<b>1.185</b>	<b>3.889</b>	<b>711</b>	<b>840</b>	<b>(1.298)</b>	<b>(531)</b>	<b>4.795</b>

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

							2020
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Lucros (prejuízos) antes dos impostos</b>	<b>547</b>	<b>3.166</b>	<b>(108)</b>	<b>544</b>	<b>(2.200)</b>	<b>(929)</b>	<b>1.021</b>
Rubricas de receitas específicas	16	(28)	(26)	0	8	0	(30)
Encargos de transformação	59	84	122	5	162	58	490
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Reestruturação e indemnizações	79	26	520	37	17	10	688
<b>Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos</b>	<b>700</b>	<b>3.248</b>	<b>509</b>	<b>586</b>	<b>(2.013)</b>	<b>(861)</b>	<b>2.169</b>

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

## Ajustamentos relativos à decisão do BGH sobre acordos de preços para o Private Bank

No segundo trimestre de 2021, o banco introduziu uma divulgação pró-forma, que é uma medida financeira não-GAAP, que exclui os impactos relacionados com uma decisão do BGH sobre acordos de preços das receitas do Private Bank, lucros antes de impostos e rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos). O banco introduziu esta divulgação para melhorar a comparabilidade das tendências operacionais do Private Bank em comparação com os trimestres anteriores.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020
<b>Receitas líquidas</b>	<b>9.155</b>	<b>8.234</b>	<b>8.126</b>
Decisão do BGH sobre acordos de preços - impacto das receitas perdidas	22	154	0
dos quais: Private Bank Alemanha - decisão do BGH sobre acordos de preços - impacto das receitas perdidas	23	152	0
<b>Receitas líquidas ex decisão do BGH sobre acordos de preços</b>	<b>9.177</b>	<b>8.388</b>	<b>8.126</b>
dos quais: Private Bank Alemanha receitas líquidas ex decisão do BGH sobre acordos de preços	5.351	5.160	4.989
Rubricas específicas das receitas	(430)	(103)	(26)
<b>Receitas líquidas ex rubricas específicas ex decisão do BGH sobre acordos de preços</b>	<b>8.747</b>	<b>8.285</b>	<b>8.100</b>
incluindo: Private Bank Alemanha - receitas ex rubricas específicas ex decisão do BGH sobre acordos de preços	5.351	5.160	5.077
<b>Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos</b>	<b>1.578</b>	<b>711</b>	<b>509</b>
Decisão do BGH - impacto total	(60)	284	0
dos quais: impacto das receitas perdidas	22	154	0
dos quais: impacto dos custos adicionais ajustados	4	2	0
dos quais: impacto dos encargos com litígios	(86)	128	0
<b>Lucro (prejuízo) ajustado antes de impostos ex decisão do BGH sobre acordos de preços</b>	<b>1.518</b>	<b>994</b>	<b>509</b>
<b>Lucros (prejuízos) ajustados ex decisão do BGH sobre acordos de preços</b>	<b>1.093</b>	<b>716</b>	<b>366</b>
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	116	97	79
<b>Lucros (prejuízos) ajustados atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank ex decisão do BGH sobre acordos de preços</b>	<b>977</b>	<b>619</b>	<b>287</b>
<b>Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído</b>	<b>12.409</b>	<b>11.408</b>	<b>10.298</b>
<b>RoTE após impostos ajustado ex decisão do BGH sobre acordos de preços (em %)</b>	<b>7,9%</b>	<b>5,4%</b>	<b>2,8%</b>
<b>RoTE após impostos relatado (em %)</b>	<b>10,6%</b>	<b>1,4%</b>	<b>(1,5)%</b>

## Ativos líquidos (ajustados)

Os ativos líquidos (ajustados) são definidos como ativos totais IFRS ajustados de modo a refletir o reconhecimento dos acordos jurídicos de compensação, a liquidação de garantias em numerário recebidas e pagas e a compensação dos saldos de liquidações pendentes. O Grupo considera que a apresentação dos ativos líquidos (ajustados) torna mais fácil a comparação com os seus concorrentes.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020
<b>Total do ativo</b>	<b>1.337</b>	<b>1.324</b>	<b>1.325</b>
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de instrumentos derivados (incl. derivados de cobertura)	228	239	266
Deduzir: Garantia em numerário de derivados recebida / paga	70	65	83
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de transações de financiamento de títulos	2	2	1
Deduzir: Compensação de liquidações pendentes	17	15	12
<b>Ativos líquidos (ajustados)</b>	<b>1.019</b>	<b>1.002</b>	<b>963</b>

## Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

### Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Total do capital acionista (valor contabilístico)</b>	<b>61.959</b>	58.027	54.786	3.932	7	3.242	6
Goodwill e outros ativos intangíveis <sup>1</sup>	(6.327)	(6.079)	(5.997)	(248)	4	(82)	1
<b>Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)</b>	<b>55.632</b>	51.949	48.789	3.683	7	3.160	6

<sup>1</sup> Exclui goodwill e outros ativos intangíveis atribuíveis à venda parcial da DWS.

### Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2022	2021	2020	Aumento (redução) em 2022 relativamente a 2021		Aumento (redução) em 2021 relativamente a 2020	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Número de ações</b>	<b>2.066,8</b>	2.066,8	2.066,8	0	0	0	0
Ações em circulação:							
Ações em tesouraria	(28,9)	(0,7)	(1,3)	(28,3)	N/S	0,6	(47,7)
Prêmios em ações com direitos adquiridos	45,6	34,5	38,6	11,1	32,0	(4,1)	(10,7)
<b>Ações básicas em circulação</b>	<b>2.083,4</b>	2.100,6	2.104,1	(17,2)	(0,8)	(3,5)	(0,2)
<b>Valor contabilístico por ação básica em circulação em €</b>	<b>29,74</b>	27,62	26,04	2,12	7,7	1,58	6,1
<b>Valor contabilístico tangível por ação básica em circulação em €</b>	<b>26,70</b>	24,73	23,19	1,97	8,0	1,54	6,6

## Medidas regulamentares do CRR/CRD

Os ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do Grupo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD, como atualmente aplicável.

Para as comparações a 31 de dezembro de 2021, determinados valores com base na definição do CRR de fundos próprios (aplicáveis ao capital Tier 1 (AT1) adicional e ao capital Tier 2 adicional e em números baseados nos mesmos, incluindo o capital Tier 1, o capital total e o rácio de alavancagem) são apresentados numa base "fully loaded". Esses valores "fully loaded" são calculados excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD atualmente aplicável. O Deutsche Bank tinha montantes imateriais de tais instrumentos em circulação no final do ano de 2022. Para esses períodos comparativos, os números CET1 e RWA incluem os impactos transitórios de inclusão da IFRS 9 também nos números "fully-loaded", uma vez que é uma diferença insignificativa. As medidas calculadas de acordo com a metodologia "fully loaded" do Grupo são medidas financeiras não GAAP.

O Deutsche Bank acredita que estes cálculos "fully-loaded" fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o progresso do banco face a futuras normas de capital regulamentar então conhecidas. Muitos dos concorrentes do Deutsche Bank têm descrito cálculos numa base "fully-loaded". No entanto os pressupostos e estimativas dos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar de tal forma que as medidas "fully loaded" do banco poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante utilizadas pela concorrência.

## Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
DB International (Asia) Limited, Singapura	Deutsche Holdings (Grand Duchy), Luxemburgo
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited, London
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	OOO "Deutsche Bank", Moscovo
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	PB Factoring GmbH, Bona
Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra	

## Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

em milhões de euros	2022	2021	2020	2019	2018
<b>Rendimento de juros líquido</b>	<b>13.650</b>	<b>11.155</b>	<b>11.526</b>	<b>13.749</b>	<b>13.316</b>
Provisão para perdas de crédito	1.226	515	1.792	723	525
<b>Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito</b>	<b>12.425</b>	<b>10.640</b>	<b>9.734</b>	<b>13.026</b>	<b>12.791</b>
Rendimentos de serviços e comissões	9.838	10.934	9.424	9.520	10.039
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.999	3.045	2.465	193	1.209
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	723	277	614	(298)	753
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>27.210</b>	<b>25.410</b>	<b>24.028</b>	<b>23.165</b>	<b>25.316</b>
Remunerações e benefícios	10.712	10.418	10.471	11.142	11.814
Despesas gerais e administrativas	9.728	10.821	10.259	12.253	11.286
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	0
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	68	5	0	1.037	0
Atividades de reestruturação	(118)	261	485	644	360
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>20.390</b>	<b>21.505</b>	<b>21.216</b>	<b>25.076</b>	<b>23.461</b>
<b>Resultado antes de impostos sobre o rendimento</b>	<b>5.594</b>	<b>3.390</b>	<b>1.021</b>	<b>(2.634)</b>	<b>1.330</b>
Despesa de imposto sobre o rendimento	(64)	880	397	2.630	989
<b>Resultado líquido</b>	<b>5.659</b>	<b>2.510</b>	<b>624</b>	<b>(5.265)</b>	<b>341</b>
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	134	144	129	125	75
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	5.525	2.365	495	(5.390)	267
em euros (exceto se indicado em contrário)					
Resultados por ação básicos <sup>1</sup>	2,42	0,96	0,07	(2,71)	(0,01)
Resultados por ação diluídos <sup>2</sup>	2,37	0,93	0,07	(2,71)	(0,01)
Dividendos pagos por ação <sup>3</sup>	0,20	0,00	0,00	0,11	0,11
Dividendos pagos por ação em dólares dos Estados Unidos <sup>4</sup>	0,21	0,00	0,00	0,12	0,13

<sup>1</sup> Os resultados por ação básicos de cada período são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação; os resultados foram ajustados em 479 milhões de euros, 363 milhões de euros, 349 milhões de euros e 330 milhões de euros antes de impostos e 292 milhões de euros líquidos de impostos para os cupões pagos sobre as Notas Tier 1 adicionais em abril de 2022, abril de 2021, abril de 2020, abril de 2019 e abril de 2018, respectivamente; desde 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente no resultado líquido.

<sup>2</sup> Os resultados por ação diluídos para cada período são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação, ambos após as conversões assumidas; os resultados foram ajustados em 479 milhões de euros, 363 milhões de euros, 349 milhões de euros e 330 milhões de euros antes de impostos e 292 milhões de euros líquidos de impostos para os cupões pagos sobre as Notas Tier 1 adicionais em abril de 2022, abril de 2021, abril de 2020, abril de 2019 e abril de 2018, respectivamente; em 2019, não houve qualquer efeito diluidor, uma vez que o Grupo registou um prejuízo líquido; em 2018, não houve qualquer efeito diluidor, uma vez que o resultado líquido foi compensado pelos cupões pagos sobre as Notas Tier 1; desde 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente no resultado líquido.

<sup>3</sup> Dividendos declarados e pagos no exercício.

<sup>4</sup> Os dividendos declarados e pagos em dólares dos Estados Unidos foram convertidos de euros para dólares dos Estados Unidos, com base nas taxas de câmbio em vigor nos respectivos dias de pagamento.

em milhões de euros	2022	2021	2020	2019	2018
<b>Total do ativo</b>	<b>1.336.788</b>	<b>1.323.993</b>	<b>1.325.259</b>	<b>1.297.674</b>	<b>1.348.137</b>
Empréstimos pelo custo amortizado	483.700	471.319	426.995	429.841	400.297
Depósitos	621.456	603.750	568.031	572.208	564.405
Dívida a longo prazo	131.525	144.485	149.163	136.473	152.083
Ações ordinárias	5.291	5.291	5.291	5.291	5.291
Total do capital acionista	61.959	58.027	54.786	55.857	62.495
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) <sup>1</sup>	48.097	46.506	44.885	44.148	47.486
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) <sup>1,2</sup>	N/A	46.506	44.885	44.148	47.486
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) <sup>1</sup>	56.616	55.375	51.734	50.546	55.091
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) <sup>1,2</sup>	N/A	54.775	50.634	48.733	52.082
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) <sup>1</sup>	66.146	62.732	58.677	56.503	61.292
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV fully-loaded) <sup>1,2</sup>	N/A	62.102	57.257	56.503	61.292

<sup>1</sup> Os valores apresentados baseiam-se nas regras transitórias ("CRR/CRD IV") e na aplicação integral ("CRR/CRD IV fully-loaded") do quadro CRR/CRD IV.

<sup>2</sup> A partir do primeiro trimestre de 2022, a informação é apresentada como reportada, uma vez que a definição fully loaded foi eliminada por resultar apenas numa diferença material; a informação comparativa para períodos anteriores mantém-se inalterada e baseia-se na anterior definição fully loaded do Deutsche Bank.



# Impressão/Publicações

Deutsche Bank  
Aktiengesellschaft  
Taunusanlage 12  
60325 Frankfurt am Main  
(para cartas e postais: 60262)  
Alemanha  
Telefone: +49 69 910-00  
deutsche.bank@db.com

Contacto para os acionistas  
+49 800 910-8000  
db.ir@db.com

Hotline AGM  
+49 6196 8870704

## Online

Todas as publicações relativas aos nossos  
relatos financeiros estão disponíveis em:  
[www.db.com/reports](http://www.db.com/reports)

## Publicação

Publicado em 17 de março de 2023

## Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são declarações que não são factos históricos; estas incluem declarações sobre as nossas opiniões e expectativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão atualmente disponíveis para a administração do Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro por conseguinte, referem-se apenas à data em que são efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro envolvem riscos e incertezas. Uma série de importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em outras regiões que são a principal fonte de receitas do banco e onde detemos a maior parte dos seus ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações, a implementação do plano de gestão do Grupo, a fiabilidade das suas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no formulário SEC 20-F do banco de 17 de março de 2023 sob o título "Fatores de Risco". Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em [www.db.com/ir](http://www.db.com/ir).

Em caso de conflito, prevalecerá a versão Inglesa publicada em  
<https://db.com/ir/en/annual-reports.htm>